

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLAUDETE LAMPERT GRUGINSKIE

**MULHERES EM MOVIMENTO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA:
feminismo e formação de sujeitas políticas para o Bem Viver**



Porto Alegre – RS
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CLAUDETE LAMPERT GRUGINSKIE

**MULHERES EM MOVIMENTO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA:
feminismo e formação de sujeitas políticas para o Bem Viver**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para o título de Doutora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elly Herz Genro
Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Humanidades

Porto Alegre – RS
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Gruginskie, Claudete Lampert
MULHERES EM MOVIMENTO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA:
feminismo e formação de sujeitas políticas para o Bem
Viver / Claudete Lampert Gruginskie. -- 2023.
426 f.
Orientadora: Maria Elly Herz Genro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Universidade. 4.
Subjetividade política. 5. Bem Viver. I. Herz Genro,
Maria Elly, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Claudete Lampert Gruginskie

**MULHERES EM MOVIMENTO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA:
feminismo e formação de sujeitas políticas para o Bem Viver**

Esta tese foi julgada para a obtenção do título de “Doutora”.

Porto Alegre, 27 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Elly Herz Genro
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Catiane Cinelli
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Pâmela Marconatto Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Paula Vanessa de Faria Lindo
Universidade Federal da Fronteira Sul

*Às mulheres que não
desistem nunca e,
em movimento, transformam
o mundo.
Às mulheres da minha vida,
que nutrem minha
esperança.*

*“Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e
pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.”*

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida, que me ha dado tanto” (Violeta Parra)

Ao celebrar a alegria da colheita, há tanto para agradecer...

Agradeço à existência, por me permitir, enquanto semente, ser lançada em solo fértil e germinar em experiências e movimentos que me fizeram humana pensante, com desejos de estar em movimentos. Uma subjetividade humanista e crítica que brota desde a vida familiar e comunitária, organizações e movimentos sociais, em especial a Pastoral da Juventude e segue viva, se fazendo robusta em uma humana/natureza que espera sempre florescer e frutificar.

Um caminho percorrido por movimentos e pessoas especiais que se fizeram ou se fazem presentes em minha vida, a elas agradeço por contribuírem no fortalecimento da minha esperança e fé na vida. Por me fazerem acreditar que olhares, pensamentos e ações podem ser transformadores e mover o mundo. Difícil nominar a todas, todos e todes. Agradeço especialmente:

À minha família, meu pai Pedro, minha mãe Italina, meus irmãos Vinícius (cunhada Adaiane) e Adriano, minha irmã Bernardete (cunhado Paulo) e minhas sobrinhas Maiara, Monise e Vitória pelo apoio e compreensão sempre. Um agradecimento com especial carinho à mana Carine pela presença de afeto e auxílio na revisão da tese e seu entusiasmo motivador, sendo presença em todos os momentos.

À Isabel, minha amada filha, que teve a paciência carinhosa, compreendendo ausências e tensões, pela espera paciente, pois desde a infância dividiu-me com os livros e escritas, pelo apoio em transcrições de entrevistas e pela motivação sempre.

Ao Gilson (pai da minha filha), Natasha (e companheiro Renato) e Saulo (e companheira Duda), filhxs de coração, Raúl (neto amado) e vó Dina, pessoas especiais que a vida me deu de presente e com quem pude também contar durante a realização do Doutorado.

À minha querida orientadora prof^a. Maria Elly Genro, pelo acolhimento, pela escuta atenta e amorosa, por seu entusiasmo, carisma contagiante, potentes sugestões e revisão da tese, assim como pelo carinho e firmeza com que conduziu a orientação.

Ao amigo e colega Bernardo, meu coorientador, ainda que extraoficialmente, já que o programa não o reconheceu formalmente, com quem dialoguei ao longo de toda a pesquisa, pela parceria, atenção paciente, excelentes sugestões e revisão da tese.

Às queridas amigas e colegas Renata, Camila, Claudete e Cidara e ao amigo Henrique, agradeço pela alegria de partilhar esta caminhada, pelo apoio, carinho, amizade e por dividir angústias e realizações.

Às professoras Pâmela Marconatto Marques, Paula Lindo, Catiane Cinelli e ao professor Jaime José Zitkoski integrantes da banca de defesa, por aceitarem o convite e contribuírem com a qualificação da pesquisa.

Às e aos colegas do grupo de pesquisa “Universidade, formação política e Bem Viver: estudo dos projetos de universidades emergentes no Brasil”, agradeço pelas grandes reflexões, debates, trocas, interações e amizade.

À amiga Ana Danielle, pela cuidadosa revisão ortográfica e adequação às normas ABNT. À amiga Divanei (Chiqui) pela leitura atenta e por me acompanhar na visita de campo. Ao Gabriel, pela realização das transcrições das entrevistas e por suas percepções importantes.

Ao professor Jaime Giolo e à professora Vanderléia Pulga, pela acolhida na UFFS quando da minha visita à Universidade, campus Passo Fundo. Ao professor Jaime também agradeço pela disposição em colaborar sempre que necessário, seja na indicação de sujeitas e/ou outras informações referentes à UFFS.

À equipe da Secretaria de Avaliação Institucional pelo apoio e motivação. Agradeço, especialmente, às minhas amigas/colegas do Núcleo de Regulação, Fernanda e Amanda pelo apoio, motivação, paciência, compreensão nas ausências e incentivo durante a realização do doutorado.

Às amigas, amigos e amigues que, de perto ou de longe, estiveram comigo, provocaram momentos de alegria, suportaram as tensões e sempre manifestaram seu carinho, apoio e afeto.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente à Faculdade de Educação (Faced), ao programa de Pós-graduação (PPGEdu), pela acolhida calorosa, pelos espaços de debates e proposições na perspectiva contra-hegemônica, visibilizando sujeitos, lutas e promovendo ações.

À linha de pesquisa Educação, Culturas e Humanidades pelo acolhimento deste projeto de pesquisa e por sua atuação em prol de uma educação transformadora.

Por fim, agradeço a todas as forças subjetivas, humanas e espirituais que me impulsionam a realizar um sonho de vida; pela coragem em adentrar em uma aventura tão potente; pela possibilidade de me lançar a esse processo de (trans)formação e sentir no corpo e na alma o florescer de novas percepções de mundo. Processos que me permitiram movimentos da consciência nunca antes experimentados.

Gratidão imensa à todas, todos e todes que, apesar das ausências necessárias na realização da tese, foram capazes de manter vivos os afetos e celebram comigo a alegria desta conquista.

AGRADECIMENTO ÀS SUJEITAS/INTERLOCUTORAS

Elas me acolheram com sorrisos largos e afetos.

Disponibilizaram seus tempos com generosidade.

Ofereceram-me uma atenção amorosa e olhares atentos...

Disposição e força motivadoras.

Por isso, escrevo essa tese na presença delas...

Falas potentes, inspiradoras, que revelam consciência crítica e uma subjetividade política que nos serve de motivação e inspiração.

Falas que revelam a potência de suas ações e de suas experiências de vida!

Elas também foram a força que me impulsionou em muitos momentos difíceis, pandêmicos.

Com elas aprendi muito, vontade de ficar horas conversando...

Muitas vezes me emocionei (nos emocionamos) com suas trajetórias e experiências e com nossas identificações.

Compartilhamos sonhos e esperanças de transformação.

Vidas comprometidas com um mundo mais humano e justo...

Minha escrita revela muito da palavra delas, pois como disse Justina, comungamos dos mesmos sonhos...

Então, sonhamos juntas! Espero que em minha escrita vocês possam se ver, se ler e, ao sermos lidas, possamos contribuir para potencializar o debate feminista em uma perspectiva popular, agroecológica, antirracista, antihomofóbica, anticapitalista e antipatriarcal.

Gratidão, queridas companheiras, pela disponibilidade, colaboração, generosidade, pelo envio de livros, pelas falas maravilhosas, pelas trocas que fizemos e, especialmente, gratidão por suas presenças lindas!

Com força e fé, sigamos, encontrando-nos nesses caminhos que conduzem à construção de outro mundo possível, um mundo de Bem Viver.

Corazonadas e entrelaçadas pelas raízes da esperança, da amorosidade, da solidariedade, do coletivo, sigamos em movimento.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar olhares e ações de mulheres em movimento para a formação de subjetividades políticas feministas na perspectiva do Bem Viver, no contexto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como universidade pública emergente. Esta é uma investigação qualitativa, descritiva e interpretativa das vivências de mulheres na universidade na relação com a luta social das mulheres/feminista, utilizando uma perspectiva feminista e hermenêutico-dialética. A tese toma por base os diálogos com dezesseis interlocutoras, professoras, estudantes, gestoras e ativistas ligadas à UFFS nos câmpus de Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul, Passo Fundo e Realeza. Também se apoia em documentos da UFFS e de movimentos sociais, produções e intervenções conjuntas para contextualizar as ações das mulheres em movimento e compreender melhor as experiências relatadas pelas sujeitas. A análise do conteúdo das entrevistas se dá em aproximação ao método de interpretação de sentidos, identificando sentidos emergentes organizados em categorias, de acordo com eixos temáticos predefinidos: subjetividade política, feminismo, universidade pública e Bem Viver. Em cada um dos eixos, articulou-se o material empírico às contribuições teóricas de autoras e autores de referência. O eixo da subjetividade política investiga experiências em processos de formação ético-política que produzem inclinações feministas, destacando os espaços família, movimentos sociais e universidade pública. O eixo do feminismo enfatiza as perspectivas do feminismo comunitário e do feminismo popular camponês e convergências interseccionais e contra-hegemônicas no enfrentamento à conjunção de capitalismo, patriarcado e colonialismo. O eixo da universidade pública discute o papel social da universidade pública na construção de uma sociedade do Bem Viver, na relação entre descolonização, epistemologias do sul e pensamento de fronteira como orientações para a transformação das práticas formativas em universidades emergentes. O eixo do Bem Viver articula paradigmas comunitários de convivência entre humanidade e natureza à produção agroecológica e ao diálogo com a alteridade em um contexto de fronteira atravessado por lutas camponesas. Defendo aqui a tese de que as mulheres em movimento, conectadas com uma perspectiva popular camponesa e comunitária, acionam uma consciência social e política constitutiva de uma subjetividade potente, humanista, crítica e ético-política. Nos caminhos de participação, mobilização e ação, as mulheres em movimento contribuem com a (trans)formação de uma subjetividade política feminista que, em conexão com a universidade se potencializa acionando epistemologias feministas que tematizam a relação entre vida humana e meio ambiente, produzindo teoria na perspectiva do Bem Viver.

Palavras-chaves: Mulheres; Feminismo; Universidade; Subjetividade política; Bem Viver.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the views and actions of women in movement for the development of feminist political subjectivities in the perspective of Good Living, in the context of the Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) as an emerging public university. This is a qualitative, descriptive and interpretative investigation of women's experiences at university in relation to the women's/feminist social struggle, using a feminist and hermeneutic-dialectical perspective. The thesis is based on dialogues with sixteen interlocutors, teachers, students, managers, and activists linked to UFFS in the campuses of Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul, Passo Fundo, and Realeza. It also relies on documents from UFFS and social movements, joint productions, and interventions to contextualize the actions of women in movement and better understand the experiences reported by the subjects. The interviews' content analysis is conducted in an approximation to the method of interpretation of meanings, identifying emerging meanings organized into categories according to predefined thematic axes: political subjectivity, feminism, public university, and Good Living. The empirical material was articulated in each of the axes with the theoretical contributions of reference authors. The axis of political subjectivity investigates experiences in ethical-political education processes that form feminist inclinations, highlighting the spaces of family, social movements, and public university. The axis of feminism emphasizes the perspectives of communitarian feminism and popular peasant feminism and intersectional and counter-hegemonic convergences tackling the conjunction of capitalism, patriarchy, and colonialism. The axis of public university discusses the social role of public university in the construction of a Good Living society, in the relationship between decolonization, Southern epistemologies, and frontier thinking as guidelines for the transformation of educational practices in emerging universities. The Good Living axis articulates communitarian paradigms of coexistence between humanity and nature with agroecological production and dialogue with otherness in a frontier context crossed by peasant struggles. I defend here the thesis that women in movement, connected to popular peasant and communitarian perspectives, trigger a social and political consciousness constituting a powerful, humanist, critical, and ethical-political subjectivity. In the paths of participation, mobilization, and action, women in movement contribute to the (trans) formation of a feminist political subjectivity that, in connection with the university, is strengthened by activating feminist epistemologies that thematize the relationship between human life and the environment, producing theory from a Good Living perspective.

Keywords: Women; Feminism; University; Political subjectivity; Good Living.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar miradas y acciones de mujeres en movimiento para la formación de subjetividades políticas feministas en la perspectiva del Buen Vivir, en el contexto de la Universidad Federal da Fronteira Sul (UFFS) como una universidad pública emergente. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva e interpretativa de las experiencias de mujeres universitarias en relación a la lucha social de mujeres/feminista, desde una perspectiva feminista y hermenéutica-dialéctica. La tesis se basa en diálogos con dieciséis interlocutoras, profesoras, estudiantes, gestoras y activistas vinculadas a la UFFS en los campus de Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul, Passo Fundo y Realeza. También tiene por base documentos de la UFFS y los movimientos sociales, producciones conjuntas e intervenciones para contextualizar las acciones de las mujeres en movimiento y comprender mejor las experiencias relatadas por las sujetas. El análisis del contenido de las entrevistas se da en una aproximación al método de interpretación de sentidos, identificando sentidos emergentes organizados en categorías, según ejes temáticos predefinidos: subjetividad política, feminismo, universidad pública y Buen Vivir. En cada uno de los ejes se articuló el material empírico con los aportes teóricos de autoras y autores de referencia. El eje de la subjetividad política investiga experiencias en procesos de formación ético-política que producen inclinaciones feministas, destacando los espacios de la familia, los movimientos sociales y la universidad pública. El eje del feminismo enfatiza las perspectivas del feminismo comunitario y el feminismo popular campesino y las convergencias interseccionales y contrahegemónicas frente a la conjunción de capitalismo, patriarcado y colonialismo. El eje de la universidad pública discute el papel social de la universidad pública en la construcción de una sociedad del Buen Vivir, en la relación entre la descolonización, las epistemologías del sur y el pensamiento de frontera como directrices para la transformación de las prácticas de formación en las universidades emergentes. El eje del Buen Vivir articula paradigmas comunitarios de convivencia entre la humanidad y la naturaleza con la producción agroecológica y el diálogo con la alteridad en un contexto de frontera atravesado por las luchas campesinas. Defiendo aquí la tesis de que las mujeres en movimiento, conectadas con una perspectiva popular campesina y comunitaria, desencadenan una conciencia social y política constituyendo una subjetividad poderosa, humanista, crítica y ético-política. En los caminos de participación, movilización y acción, las mujeres en movimiento contribuyen a la (trans)formación de una subjetividad política feminista que, en vinculación con la universidad, se fortalece al activar epistemologías feministas que tematizan la relación entre la vida humana y el medio ambiente, produciendo teoría desde una perspectiva del Buen Vivir.

Palabras claves: Mujeres; Feminismo; Universidad; Subjetividad política; Buen Vivir.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras

Assesoar – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Ceagro – Centro de Estudos de Formação da Reforma Agrária

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CETAP – Centro de Extensão, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional LTDA

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CLOC – Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo

Codene – Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

Coepe – Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consuni – Conselho Universitário

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

Fetag – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FSM – Fórum Social Mundial

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IES – Instituição de Educação Superior

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC – Ministério da Educação

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MS – Movimentos Sociais

MST – Movimento Sem Terra

NMS – Novos Movimentos Sociais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não governamental

OP – Orçamento Participativo

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANCS – Plantas Alimentícias Não Convencionais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC – Programa de Educação Continuada

PJ – Pastoral da Juventude

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação

Prouni – Programa Universidade para Todos

ProvaB – Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RAAI – Relatório de Autoavaliação Institucional

Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RS – Rio Grande do Sul

SIFEDOC – Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo

Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINGA – Simpósio Internacional de Geografia

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SNPM – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

SUS – Sistema Único de Saúde

SUTRAF – Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

Unisc – Universidade de Santa Cruz do Sul

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPF – Universidade de Passo Fundo

UPMS – Universidade Popular dos Movimentos Sociais

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A força da terra.....	16
Figura 2 – O monstro.....	23
Figura 3 – Gloria Anzaldúa em arte	26
Figura 4 – Sementes de resistência.....	43
Figura 5 – Mafalda pergunta	44
Figura 6 – Sujeitas da pesquisa	55
Figura 7 – Naira Estela Roesler Mohr	56
Figura 8 – Daiane Bordulis.....	57
Figura 9 – Vanderléia Laodete Pulga	58
Figura 10 – Solange Maria Alves	59
Figura 11 – Sandra Vidal Nogueira.....	60
Figura 12 – Siomara Aparecida Marques	61
Figura 13 – Gisele Louro Peres	63
Figura 14 – Valdete Boni.....	64
Figura 15 – Renata Rocha Gadelha	66
Figura 16 – Adriana Mezdri.....	68
Figura 17 – Francisca Izabel da Silva Bueno	70
Figura 18 – Liria Ângela Andrioli.....	72
Figura 19 – Maria Alice Canzi Ames	74
Figura 20 – Justina Inês Cima	76
Figura 21 – Ana Carolina Teixeira Pinto.....	78
Figura 22 – Quadro imagens implantação UFFS	88
Figura 23 – Mesorregião Grande Fronteira Mercosul.....	90
Figura 24 – Carlos Drummond de Andrade	98
Figura 25 – Instantâneo do vídeo da canção “Latinoamérica” de Calle 13.....	104
Figura 26 – Coração flor-e-sendo.....	111
Figura 27 – Mafalda e a política.....	119
Figura 28 – Mulheres do MMC em luta.....	120
Figura 29 – Conceição Paludo.....	149
Figura 30 – Brotando lutas	167
Figura 31 – Marielle Franco	169
Figura 32 – Mafalda “Sim à vida!”.....	170
Figura 33 – Mulheres diversas/feminismo plural.....	171
Figura 34 – “Onde você está que não me vê?”	177
Figura 35 – Bertha Lutz.....	180
Figura 36 – Mercedes Sosa ecoando voz e tambores	183
Figura 37 – América Latina do Bem Viver	184

Figura 38 – Carolina Maria de Jesus	190
Figura 39 – Feminismo comunitário	199
Figura 40 – Um grito pela defesa do “corpo-território”	200
Figura 41 – Maravilhosa Elis.....	211
Figura 42 – Mafalda: Por que choram as mulheres?	212
Figura 43 – Obra de Louise Bourgeois - Femme Maison	213
Figura 44 – Obra de Louise Bourgeois - Femme Maison (2).....	215
Figura 45 – “Pão e paz”: a luta das mulheres	230
Figura 46 – Flor-e-ser universidade: UFFS Campus Passo Fundo	246
Figura 47 – Mafalda indignada.....	256
Figura 48 – Mulheres em movimento por uma educação feminista.....	278
Figura 49 – Evento O trabalho das mulheres na agroecologia	291
Figura 50 – Evento UFFS Mulheres que lutam: Construindo a resistência	295
Figura 51 – Evento Mulhere-se	296
Figura 52 – Abre tus Alitas - Ikkaruna (Cantos del Buen Vivir)	317
Figura 53 – Evento UFFS 6ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária	342
Figura 54 – Victor Jara canta amor e vida.....	346
Figura 55 – No quintal de Rosalina	349
Figura 56 – Roseli Nunes	354
Figura 57 – Dignificada - Lila Downs.....	358
Figura 58 – Semeadura corazonada: os 16 Girassóis	372
Figura 59 – Apresentação Isabel em Circo Híbrido, 2018	374
Figura 60 – Mulheres em marcha: Marcha das Margaridas	375

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações básicas sobre as entrevistas.....	54
Quadro 2 – Aproximação com movimentos/organizações e feminismo	81
Quadro 3 – Categorias/sentidos emergentes.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estudantes de escola pública ingressantes em 2020	93
Tabela 2 – Presença das mulheres na UFFS: gestão geral	96
Tabela 3 – Presença das mulheres na UFFS: Conselhos Comunitários	96

SUMÁRIO

1 ARANDO A TERRA: PONTO DE PARTIDA	23
1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS: EM BUSCA DO FEMINISMO QUE TRANSFORMA A VIDA	34
1.2 MOTIVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS QUE ME CONSTITUEM SUJEITA	35
1.3 DE ONDE SE FAZ MINHA ESCRITA	37
2 A SEMEADURA: CAMINHOS DA PESQUISA	433
2.1 ABORDAGEM: ESTUDO QUALITATIVO/NARRATIVO DE EXPERIÊNCIAS EM PERSPECTIVA FEMINISTA	48
2.2 FONTES DA PESQUISA: ENTREVISTAS COM RELATOS DE VIVÊNCIAS	52
2.3 FORMA DE ANÁLISE: MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO DE SENTIDOS	83
2.4 LÓCUS DA PESQUISA: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E AS MULHERES EM MOVIMENTO	86
2.5 “NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA”: O PERCURSO ATRAVESSADO PELA PANDEMIA DE COVID-19	98
3 HÚMUS DA ESPERANÇA: MOVIMENTOS DA CONSCIÊNCIA PARA FORMAÇÃO HUMANA E SUBJETIVIDADE POLÍTICA FEMINISTA NOS CAMINHOS DO BEM VIVER	104
3.1 DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL	107
3.2 PROCESSOS FORMATIVOS DA SUBJETIVIDADE FEMINISTA: A EXPERIÊNCIA E O CORAZONAR NAS LUTAS SOCIAIS	111
3.3 SUBJETIVIDADE POLÍTICA COMO AFIRMAÇÃO DE PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM MOVIMENTO NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA	12020
3.3.1 Caminhos que se cruzam nas trajetórias de vida e potencializam a subjetividade política	140
3.3.2 Família: entre contradições, um despertar de consciência	14141
3.3.3 Movimentos sociais: a vida comunitária como experiência de espaço público democrático	142
3.3.4 Universidade pública: a perspectiva feminista como organizador de conhecimento	145

3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA: CAMINHOS PARA A MOBILIZAÇÃO FEMINISTA	149
3.5 SUBJETIVIDADE POLÍTICA FEMINISTA EM MOVIMENTOS DE (TRANS)FORMAÇÃO.....	163
4 CUIDANDO O BROTO: AS LUTAS FEMINISTAS CONTRA O “MONSTRO DAS TRÊS CABEÇAS”.....	167
4.1 MULHERES: DA DOMINAÇÃO PATRIARCAL ÀS RESISTÊNCIAS INTERSECCIONADAS	169
4.1.1 Feminismo: a luta que faz tremer o patriarcado	177
4.1.2 América Latina como laboratório do colonialismo e patriarcado	183
4.1.3 Interseccionalidade: expressão de um feminismo plural e necessário	190
4.1.4 Feminismo comunitário e feminismo popular camponês: movimentos em convergência.....	193
4.2 RESISTÊNCIAS E CONSTRUÇÕES DAS MULHERES EM MOVIMENTO NA FRONTEIRA SUL	207
4.2.1 “Lugar de mulher é onde ela quiser”: feminismo como emancipação e liberdade.....	207
4.2.2 Trabalho em interfaces: a impossibilidade de robotizar os afetos.....	211
4.2.3 A violência cotidiana contra as mulheres: “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”	225
4.2.4 Mulheres em movimento na luta por reconhecimento	235
4.3 FEMINISMO EM PROCESSOS DE (RE)EXISTÊNCIA.....	241
5 ABRINDO FLORES: DESAFIOS DE UMA FORMAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA FEMINISTA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	246
5.1 DA EDUCAÇÃO NA COLONIALIDADE ÀS UNIVERSIDADES EMERGENTES NO BRASIL	248
5.1.1 Educação superior no Brasil	249
5.1.2 Universidade pública e os desafios da descolonização e humanização.....	253
5.1.3 Universidade pública e espaços de emergência.....	256
5.1.4 Pensamento/pedagogia de fronteira.....	263
5.2 PESQUISA COMO CAMINHO DE CONHECIMENTOS: PRODUÇÃO DE SABERES FEMINISTAS NA UFFS	266
5.3 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E AS MULHERES EM MOVIMENTO: OS CAMINHOS DE UMA UNIVERSIDADE EMERGENTE	271
5.3.1 Universidade como espaço de interlocução da comunidade local/regional	271

5.3.2 Desafios aos movimentos das mulheres em uma universidade emergente	278
5.3.3 Universidade como espaço de ação política feminista: ecologizando saberes	290
5.4 UNIVERSIDADE PÚBLICA E FORMAÇÃO FEMINISTA	309
6 COLHENDO VIDA: O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA DE NOVOS MUNDOS	317
6.1 DESCOLONIZAÇÃO E ESPAÇO COMUM: FISSURAS POR ONDE BROTA O ESPERANÇAR	328
6.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA: DIÁLOGOS E INTERCÂMBIOS POSSÍVEIS	335
6.2.1 Solidariedade em redes: dinâmicas coletivas em sororidade.....	339
6.2.2 Universidade emergente: espaço comum acionando dinâmicas coletivas	342
6.3 ALTERIDADE E CUIDADO COM A VIDA: “ <i>EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ</i> ”	345
6.3.1 Agroecologia e feminismo: conexões para outro mundo possível	348
6.3.2 Somos natureza: mulheres em movimento na produção da vida.....	354
6.4 DIGNIDADE EM MÚLTIPLOS SENTIDOS: DA LIBERDADE E AUTONOMIA AOS DIREITOS COLETIVOS	358
7 UTOPIAS QUE MOVEM SONHOS: PORQUE ESTAMOS EM MOVIMENTOS	372
7.1 RESPOSTAS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	376
7.2 DIZERES SOBRE O NÃO PERGUNTADO	385
RAÍZES: REFERÊNCIAS	391
APÊNDICE A – Roteiro básico de questões para entrevista	410
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	411
APÊNDICE C - Visita de campo (Campus Passo Fundo)	416
APÊNDICE D - Revisão de trabalhos de conclusão de curso atinentes à temática mulheres/feminismo defendidos na UFFS 2015-2022	423
APÊNDICE E - Participação em atividades e eventos da UFFS	424
ANEXOS	426

1 ARANDO A TERRA: PONTO DE PARTIDA

Figura 1 – A força da terra



Fonte: acervo pessoal.

*A força da terra me fez
determinada a abrir caminhos,
arar terrenos leves e orgânicos,
mas por vezes difíceis e pedregosos,
caminhos ímprobos que testaram minha
resistência e exigiram luta;
com esta força me proponho
a conhecer mundos,
desvendar realidades, ouvir,
dialogar, pensar, construir(com)
e ousar sonhar.*

Arar a terra, prepará-la para o plantio, escolher a boa semente e contar com um bom tempo para que a colheita seja farta e alimente nosso corpo e nossa alma de saberes e esperanças. Assim também construímos a escrita, fonte de conhecimentos para a vida, que se aposta para a construção de um Bem Viver. Para tanto, coloco-me em permanente estado de semente, de quem quer germinar, viver processos diversos em constante formação.

É com essa perspectiva que busco compreender de que modo a ação feminista pode contribuir para a formação da subjetividade política na universidade pública para uma sociedade do Bem Viver. Esse campo me parece fértil para produzir bons frutos na construção de um outro mundo possível, que nos possibilite “tecer esperança a partir de coisas práticas”. Movimenta uma semente para que comecemos a “produzir floresta como subjetividade, como uma poética de vida, cultivem essa lógica dentro de vocês, diminuindo a velocidade, essa atenção que a vida implica, e criem uma essência efetiva, colaborativa, que é a natureza da floresta” (KRENAK, 2021 *apud* REIS, 2021, documento online).

Como propõe Ana Maria Machado (2008, p. 12), “escrever é um exercício ético por excelência”, um exercício constante de escolhas que demanda coragem e ousadia, daí a

necessidade de superar os medos e não temer a imperfeição inicial. Escrita e reescrita tecem os fios que cobrem a “página em branco”, e construir uma trama de significados articulada de sentidos em uma leitura crítica da realidade, é desafiador.

Gloria Anzaldúa (2000) ao escrever para as mulheres do terceiro mundo se coloca como uma mulher que necessita da escrita. Ao escrevermos, damos vida às nossas revoltas, criamos mundos para além do real, para registrar nossos sentimentos e pensamentos, enfim para nos reafirmarmos enquanto sujeitas. “Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles” (ANZALDÚA, 2000, p. 234) – portanto, um processo de autoconhecimento e também de autotransformação que nos impulsiona e desafia, uma elaboração poética de nossos pensamentos, indignações, crenças e esperanças. Na escrita nos revelamos e nos potencializamos. Escrever permite nos construirmos como sujeitas em uma narrativa que ao final revela muito de nós.

A linguagem utilizada na escrita tem caráter político. Nesta escrita, eu me proponho a utilizar uma linguagem não sexista, não androcêntrica¹, reconhecendo o papel da linguagem na discriminação contra as mulheres, invisibilizando-as ou subalternizando-as ao longo da história. Afinal, a língua tem a “dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14). Compreendo que o desafio ético de transformação através da escrita que emerge da leitura de Machado (2008) e Anzaldúa (2000), ao se engajar na luta pela igualdade de gênero, passa também por uma mudança possível no uso da linguagem, considerando a perspectiva de gênero e reconhecendo toda a potência da flexão das palavras no gênero feminino.

Exercer essa flexão não é apenas criar novas formas de velhas palavras, mas expressar sentidos que fortaleçam uma sociedade verdadeiramente equitativa entre homens e mulheres. Esse é o caso da palavra “sujeita²”, utilizada nesta pesquisa para demarcar as particularidades com que a ação política é exercida por pessoas cujo gênero, feminino, impõe

¹ Conforme o *Manual pedagógico sobre el uso del lenguaje inclusivo y no sexista*, uma linguagem androcêntrica “es el lenguaje que se construye solo o predominantemente en torno de las experiencias de vida de los varones, con exclusión de las de las mujeres; una de sus formas más frecuentes es el empleo reiterado de voces masculinas en sentido genérico” (RAADH, 2018, p. 6). O androcentrismo toma o masculino como referência e as mulheres são colocadas como suas subordinadas (MEANA SUÁREZ, 2002).

² Buscando visibilizar uma linguagem feminina e feminista, carregada de sentidos e potência, utilizo o neologismo “sujeitas”, termo utilizado por Camila Tomazzoni Marcarini (2017). Também utilizado por Letícia Cardoso Barreto (2015).

uma série de condicionantes sociais e consequentes desafios. Nesta perspectiva, Heleieth Saffioti (2015, p. 51) afirma que sendo “a língua um fenômeno social” e por isso “sujeito permanentemente a mudanças, é interessante criar novas palavras, que expurguem o sexismo”. Em uma perspectiva de Bem Viver, esse exercício é solidário com a busca de palavras que também expurguem o racismo, a homofobia e todos os preconceitos de etnia e classe social. Nós, mulheres, ainda travamos batalhas “para estarmos presentes linguisticamente em textos e sermos representadas positivamente em discursos públicos” (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 243). Nesse esforço, procuro tensionar as construções linguísticas de modo a favorecer o gênero feminino.

A produção do texto acadêmico também carrega concepções sobre a formação universitária. A universidade é um espaço de produção de conhecimento e formação humana, constituindo-se em referência na construção de novos paradigmas, por vezes contra-hegemônicos (SANTOS, 2010), fundamentados na humanização, democratização e justiça social. A universidade deve promover consciência plena de comunidade (FIORI, 2014), engajada na busca de igualdade e superação das múltiplas formas de exclusão social (FREIRE, 1996). A formação de uma subjetividade política na universidade é necessária para que ela se constitua em espaço de construção teórica e de relações sociais democráticas (LEITE, 1990) para a formação de sujeitas políticas em perspectiva cidadã (GENRO, 2011).

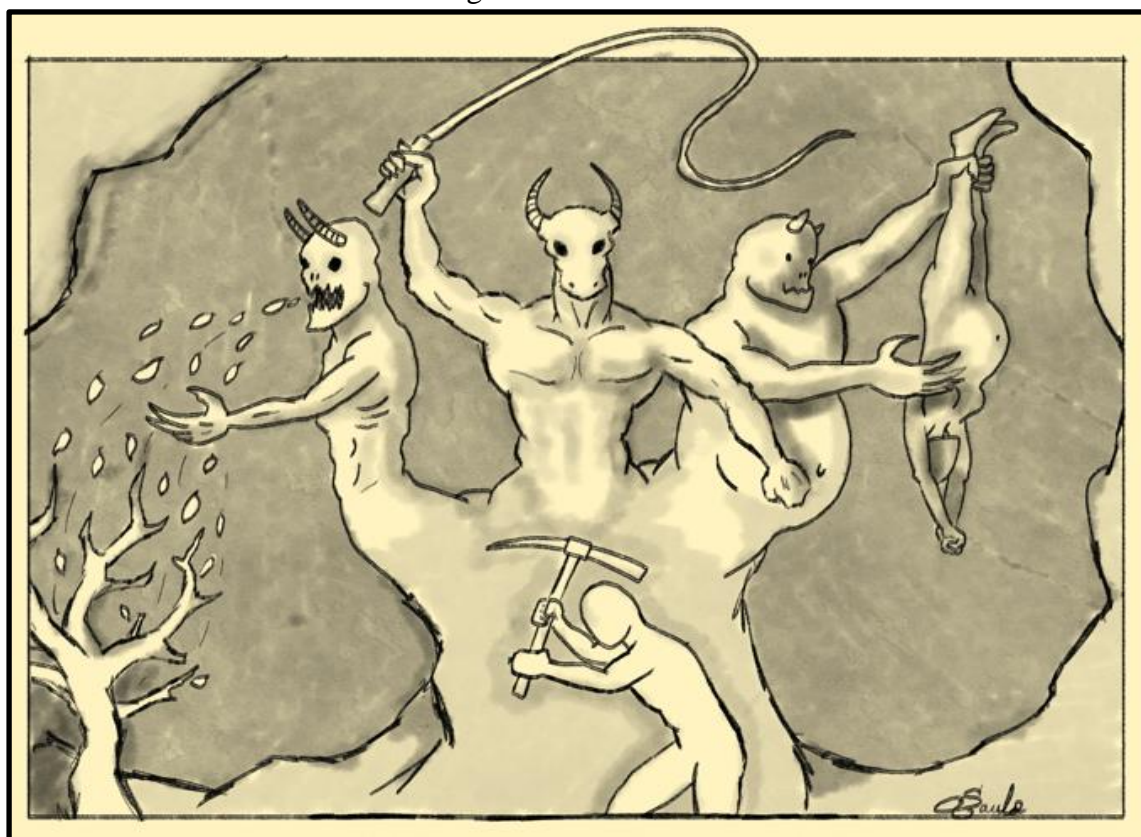
A proposta de uma perspectiva feminista na construção do texto envolve entendimentos acerca do que seja uma ação feminista: estou em busca das sujeitas políticas, mulheres em movimento que buscam construir uma sociedade em que pertencer ao sexo feminino não seja um impeditivo para alcançar o Bem Viver, mas seja antes uma fonte de compreensão e inspiração para tanto. O conceito de feminismo com que trabalho dialoga com autoras como bell hooks³, Sílvia Federici, Rita Segato, com as mulheres do feminismo popular camponês como Justina Cima, Adriana Mezdri, Catiane Cinelli, Vanderléia Pulga, Valdete Boni, as feministas comunitárias como Lorena Cabnal, Julieta Paredes e Adriana Guzmán e com outras mulheres que o compreendem como uma luta para a desconstrução do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo, como um caminho na busca de igualdade de direitos entre mulheres e homens, uma convivência de respeito às diferenças, que

³ A autora, nascida como Gloria Jean Watkins, escolheu utilizar o nome artístico “bell hooks” em homenagem a sua bisavó. Entretanto, optou pela utilização da escrita em letras minúsculas como forma de destacar a sua obra e não a si mesma como autora.

vislumbre outros modelos de vida social e política – anticapitalistas, antipatriarcais, anticoloniais. Essa luta é fundamental para a construção de uma sociedade do Bem Viver (ACOSTA, 2015). Na busca de uma escrita feminista, a utilização do feminino na linguagem se coloca como imperativo na tentativa de uma despatriarcalização da escrita.

Na perspectiva de sementeira de outros mundos, sentir a textura da terra, sua profundidade e sua composição possibilita uma ação mais eficaz para uma boa colheita. O chão que pisamos é a nossa realidade, é onde constituímos morada. Raquel Lima (2016), com sua poesia tão densa e intensa de gritos, de denúncia, tão viva e pulsante, brilhantemente deixa o “monstro” nu, revela suas fraquezas e atrocidades e se coloca na luta. Um poema que nos atravessa e atravessa nossas escritas, nos desafia, provoca e inspira.

Figura 2 – O monstro



Fonte: SAULO GRUGINSKIE, 2020.

*Há sempre um monstro das três cabeças ao Norte,
criado por alguns homens, para assombrar outros.
E as vozes em luta existem, mas persistem mudas.
Uns tentam ouvir, mas prevalece apenas um ruído
ao ouvido dos que querem saber.
Um ruído abafado e desprezado no ar,
mas que chega ao ouvido dos que querem mudar.
Sei que a tua sobrevivência
depende da minha desumanização,
mas ainda assim não compreendo
o porquê do meu sacrifício.[...]
Atravessar essa linha abissal onde
prevalece o teu direito de propriedade individual,
lei primária do capitalismo neoliberal,
o único dos direitos com aplicação universal.
Sei que a minha qualidade de vida
depende da tua padronização.
Pra ti não sou sujeito, sou objeto,
não de conhecimento,
mas de informação e na tua história
eu moro no lado Sul dos oprimidos, dos excluídos,
dos invadidos, dos escravizados, dos subdesenvolvidos [...].*

Raquel Lima (2019)

A realidade em que vivemos se apresenta um tanto desanimadora e pedregosa, mas por outro lado desafiadora e fértil. Entre os aspectos que nos perturbam está o avanço do fascismo social⁴ (SANTOS, 2016); a onda de reacionarismo machista, racista, classista, homofóbico e xenofóbico; as guerras que ainda matam crianças e deslocam milhares de pessoas de seus territórios; as doenças que se alastram, afetando desproporcionalmente as já desfavorecidas. Leis e tradições que objetificam as mulheres ainda persistem e líderes políticos que alimentam essas doutrinas seguem sendo eleitos. O contexto de recrudescimento do neoliberalismo fortalece pautas neoconservadoras que fortalecem os aspectos colonialistas e patriarcais do Estado.

Vivemos há décadas uma crise do capitalismo, destaca Cunha (2017), e para muitos não há vida fora da crise, sendo ela parte constitutiva do sistema capitalista. Teresa Cunha (2017) indica três forças opressoras: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Afirma

⁴ Referindo-se a “relações sociais de poder de tal modo desiguais que, no contexto social e político em que ocorrem, a parte (indivíduos ou grupos) mais poderosa exerce um direito de veto sobre aspectos essenciais da vida da parte menos poderosa” (SANTOS, 2016, p. 131-132).

que a ideia de crise se constitui em mais uma estratégia do capitalismo para consolidar essas forças e manter a estrutura de dominação e exploração, busca submeter maiorias aos interesses de alguns (CUNHA, 2017) que detêm o poder econômico e político.

O capitalismo busca formas de se reinventar e se manter com força, ele se articula ao patriarcado e ao colonialismo. Ao fazê-lo, manipula um exército de reserva, preferencialmente de mulheres, em sua maioria aquelas que vivem nas periferias do mundo, empurradas para atividades subalternas e afastadas do poder, com recurso a construções sociais discriminatórias como raça. O “monstro das três cabeças”, expressão utilizada por Raquel Lima como metáfora que representa a conjugação capitalismo, colonialismo e patriarcado, constitui a base de nossa estrutura social e segue provocando uma série de males, invisibilizando grupos oprimidos, submetidos a formas insalubres e exploratórias de trabalho, e afastando as sociedades de formas de Bem Viver (CUNHA, 2017). As formas de dominação presentes nas relações sociais contemporâneas, por mais que sejam disfarçadas com roupagens tecnocráticas, são caudatárias de uma racionalidade colonial/moderna. Ela concentra poder pela reprivatização de espaços públicos e da natureza. O capitalismo global de hoje não abandona, portanto, a conduta predadora típica da empresa colonial, fundada em uma moral produtivista que justifica a dominação de povos designados como “raças inferiores” com um suposto progresso material e com a acumulação de capital (QUIJANO, 2014). A essência do capitalismo está na exploração de um pequeno grupo sobre outros, especialmente mulheres, negras e negros e pobres. Ainda que (devemos admitir), como afirma Acosta (2014) ele tenha promovido progressos tecnológicos e desenvolvido muito a capacidade produtiva e até reduzido a pobreza em alguns países, este sistema “desencadeia sistematicamente processos sociais desiguais entre os países e dentro deles” (ACOSTA, 2014, p. 206), gerando uma sociedade de classes separada por um abismo onde de um lado vemos uma vida de excessos e abundância para poucos e de outro, uma vida de carências e fome para muitos.

Para além dessa estrutura desigual produzida pelo capitalismo, entramos em um momento de afloramento de fundamentalismos religiosos (luta entre o bem e o mal), do fascismo em suas diversas manifestações e recrudescimento das discriminações e violências contra as às mulheres (misoginia), negros e indígenas (racismo), associados à discriminação de classe e desconstrução de processos democráticos.

Na abertura do ciclo de debates *Por um feminismo para os 99%*, produzida em

2021, Sonia Guajajara aborda o tema *Feminismo, comuns e ecossocialismo*, e faz uma crítica à perspectiva de desenvolvimento tal como colocada pelo sistema capitalista. Em debate com Silvia Federici, ela defende a ideia de “envolvimento ao invés de desenvolvimento”, pois se tirarmos o prefixo “des” sempre fica uma coisa boa, “o desenvolvimento não pode ser uma coisa boa, não pode, ele é exatamente o contrário do que a gente quer. A gente quer envolver, a gente quer envolver pessoas, a gente quer envolver o meio ambiente, a gente quer envolver solidariedade” (FEMINISMO..., 2021). Do ponto de vista do capitalismo é a perspectiva de desenvolvimento que prepondera gerando destruição da natureza e sofrimento às pessoas. Portanto, é preciso pensar alternativas a esse modelo “que envolva as pessoas e pense nessa justiça social e pense num ambiente sustentável que garanta o que a gente precisa, que é o ar, a água, o clima” (FEMINISMO..., 2021).

A conjuntura social e política mundial é de retrocesso. No Brasil, em especial, mesmo com avanço que tivemos na consolidação de ações políticas transformadoras, durante os governos populares e democráticos, não levou a reformas estruturais. Um dos aspectos fundamentais do pensamento reacionário que tem ganhado força é a afirmação e a naturalização da desigualdade social, incluindo a desigualdade entre homens e mulheres. Uma realidade de acirramento do neoliberalismo globalizado, com poder total ao capital financeiro e uma realidade de desigualdade social, desmatamentos, liberação de agrotóxicos, privatizações de setor básicos e estratégicos, redução de investimentos na educação e tentativa de retrocessos legislativos, como na questão do aborto e educação domiciliar, a reforma do ensino médio e o desrespeito aos processos democráticos de eleição de gestores em universidades públicas. Existe um esforço continuado (e materialmente sustentado por classes dominantes) para evitar a constatação de que “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (SAFFIOTI, 2015, p. 75). Essa realidade nos choca e nos questiona quanto ao que estamos fazendo e, principalmente, quanto ao que não fazemos para mudá-la. Em uma sociedade que insiste em nos dar respostas prontas, formatadas nesse sistema, é desafiador uma “pedagogia da pergunta”, já que “a existência humana é, porque se fez perguntando, à raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar” (FREIRE, 1985, p. 27).

Contrapor o avanço das forças com inspiração fascista exige o fortalecimento das forças democráticas em seus aspectos social, político e econômico no sentido de conter esse

movimento. Para produzir respostas conscientes ao que nos afeta, do que afeta a natureza em suas diferentes formas de vida, é preciso tomar “consciência do corpo, da mente, consciência de ser o que se é e escolher ir além da experiência da sobrevivência” (KRENAK, 2020a, p. 107-108).

O fascismo que vivemos hoje vai além da esfera política estatal. Ele se manifesta de diferentes formas, impregnado na sociedade. É um fascismo social pelo qual, conforme Santos (2016), uma sociedade que se afirma como estruturada por instituições democráticas, mas pratica diversas formas de constrangimentos e privações de direitos. Esse fascismo se manifesta de diferentes formas em diferentes espaços, como no trabalho, no espaço doméstico, espaços de imigração. Constitui-se um *apartheid* social, pelo qual as experiências de vida das diferentes classes e grupos sociais não se comunicam e são atravessadas pelo racismo; o fascismo de estado paralelo, na incoerência entre o que afirma a legislação e a ação prática do Estado; o fascismo paraestatal, com o processo de privatização do espaço público (SANTOS, 2008). Além disso, identifica-se um neofascismo, como

[...] um fenômeno novo, com características do século 21. Por exemplo, não toma a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como o eram as SA alemãs ou o Fascio italiano (LÖWY, 2020, p. 147).

Esse é o caso do Brasil, onde as políticas são definidas exclusivamente segundo os interesses de frações de elites que, à diferença do fascismo clássico, prega outro tipo de intervenção do Estado na economia. A tônica do fascismo social é dada pela opressão de grupos sociais que foram feitos minorias políticas (SANTOS, 2016). Dentre esses grupos, as mulheres são o foco nesta pesquisa. Afirmar, através da pesquisa, o papel social e político do feminismo é buscar reverter a invisibilidade, a submissão, e as agressões sofridas pelas mulheres. É contra todas as formas de violência sofridas pelas mulheres que se ocupa o feminismo: simbólica, sexual, psicológica ou física. Busca desconstruir o patriarcado e as violências explícitas ou sublimadas que causam tantos sofrimentos às mulheres e meninas.

Casos dessa violência são notícias cotidianas. Todos os anos, a mídia também divulga dados compilados por instituições públicas e não governamentais, como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), o Ministério da Saúde, assim como a

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Porém, a resposta a essa situação é, na maior parte, a negligência. Ainda que diversos atores sociais intervenham todos os dias para reverter essa situação, não têm poder suficiente para tornar mais eficientes suas propostas. No Brasil “a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por um homem e sobrevive”, destaca o jornal Folha de São Paulo (CUBAS; ZAREMBA; AMÂNCIO, 2019), informando ainda que esses casos ocorrem sobretudo em casa, portanto com um agressor familiar ou conhecido. Esses dados foram obtidos pelo jornal em consulta ao Sinan. Em relação a vivência universitária, outra matéria da Folha de São Paulo mostra como o fato de ser mulher influenciava a participação em aulas do curso de Direito, na medida em que as mulheres se sentiam pouco valorizadas e como o padrão masculino ainda é referência (PINHO, 2019).

Dados recentes indicam que a cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil (GORTÁZAR, 2019). Em 2017 e 2018, foram registrados 2.339 casos de feminicídios e que somente no ano de 2018 foram registradas 92.663 denúncias de violência sofrida pelas mulheres na Central de Atendimento à Mulher, sendo que destas 67,43% se referem à violência doméstica e familiar. Os dados registrados pelo *Atlas da Violência 2019* indicam que o número de homicídios contra as mulheres cresceu 30,7% durante a década 2007-2017 (ATLAS..., 2019).

Os índices de violência contra a mulher são um alerta e um chamamento à resistência. Quando Santos (2016), diagnostica a necessidade de uma luta pela democracia social contra o fascismo social, essa luta não pode prescindir da luta por direitos iguais e pelo direito à diferença entre pessoas de diferentes gêneros. A democracia tem a função de transformar “relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada” (SANTOS, 2016, p. 133), em diferentes formas e espaços de atuação. Para reverter o quadro que oprime as mulheres, é necessário sistematizar conhecimentos e saberes que reconheçam suas lutas sociais. Isso significa trabalhar na perspectiva de uma epistemologia feminista (NEVES, 2012) como uma epistemologia do Sul (SANTOS, 2019), articulando ação social, ciência e política na busca de uma síntese cognitiva que aponte para a construção de uma sociedade do Bem Viver. Assim como Cunha, Carvalho e Moreira (2019, p. 3), entendo que

uma crítica feminista das Epistemologias do Sul nos obriga a afirmar que não há justiça social e cognitiva sem justiça sexual e de gênero uma vez que, tanto a justiça social quanto a cognitiva, não podem prescindir dos corpos que se declinam

em identidades sexuais e de gênero que sobredeterminam, em grande medida, o seu lugar nas relações de poder que conhecemos.

A motivação maior da minha escrita está em provocar reflexões e debates acerca da necessidade de construir uma justiça social que se fundamenta em uma justiça cognitiva, o que significa reconhecer como válidos e importantes os conhecimentos nascidos nas lutas sociais (SANTOS, 2019; CUNHA, 2019). Se o foco aqui são os enfrentamentos ligados à condição das mulheres, entendo que também é importante reconhecer os conhecimentos de outros grupos invisibilizados, como os povos originários, as pessoas negras, LGBTQIA+, assim como das periferias e das comunidades marginais, como quilombolas e ribeirinhas. Todas elas portam saberes, práticas e experiências sociais, políticas e econômicas que se contrapõem aos modelos implantados a partir de uma colonialidade que há mais de cinco séculos se impõe aos povos do Sul global, infligindo um modo de pensar, de ser, de viver que mantém a exploração de classe, raça e sexo. Enfim, centrar nossa aposta “en y con las luchas desde abajo, luchas lideradas cada vez más por mujeres” (WALSH, 2019, p. 101).

Uma vez que as epistemologias do Sul “defendem diálogos horizontais e solidários entre os conhecimentos disponíveis no mundo na busca da maximização da justiça para todas e todos, sem exceção, em harmonia com a mãe Terra e todas as demais manifestações de vida” (CUNHA; CARVALHO; MOREIRA, 2019, p. 2), compreendemos que tenham fundamentos ecológicos, comunitários e solidários, colocando-se na perspectiva do Bem Viver (ACOSTA, 2015). Nas escolhas sobre o que é dito e como isso é dito, contribuimos na definição dos rumos que a sociedade toma e não podemos nos abster desta responsabilidade. Se quisermos nos assumir como sujeitas e sujeitos históricos, transformadores, que promovem rupturas, precisamos nos reconhecer e nos assumir como sujeitas/os éticas/os (FREIRE, 1996), vivendo intensamente “a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros” (KRENAK, 2020, p. 27).

Os espaços formativos podem ser intencionalizados para favorecer a tomada de consciência sobre a realidade. Entre eles, a universidade pública se constitui em espaço possível de fortalecimento da democracia e de novos paradigmas que se contrapõem ao fascismo social. As mulheres, com movimentos, organizações, pautas e pedagogias feministas, têm lutado pela constituição de subjetividades democráticas na educação superior. Verifiquei esse fato em minha pesquisa de mestrado (GRUGINSKIE, 2015),

observando que mulheres em movimento sinalizam articulações e ações possíveis entre os movimentos de mulheres/feministas e a universidade pública. Essas subjetividades podem ir ao encontro de princípios e práticas de humanização, democratização e justiça social, cognitiva e ambiental. Entre elas, considero a possibilidade de aproximações da universidade e da sociedade com a perspectiva do Bem Viver. Isso significa um distanciamento do tempo do consumo frenético imposto pelo capitalismo às subjetividades e suas formas de vivência dos tempos. Significa que para proteger a saúde e a sanidade, é preciso instalar brechas no ritmo de produção e consumo que governa as relações sociais, provocar fissuras desde os movimentos contra-hegemônicos, como destaca Walsh (2019, p. 103), “*hoy las luchas tienen enfoques y bases que, de manera creciente, buscan cómo cuidar y sembrar vida, como pensar-actuar más allá del patriarcado, y cómo abrir grietas para pervivir y re-existir*”.

A tese que aqui apresento resulta da investigação acerca da presença e dos olhares das mulheres em movimentos no contexto de uma universidade pública emergente, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nascida em um contexto histórico de avanços democráticos e com intensa participação dos movimentos sociais. A partir do trabalho de Genro, Maffei e Cavalcante (2018), entendo que as universidades emergentes se caracterizam por um processo de gênese institucional intencionalizada para a transformação social, articulado com setores organizados da sociedade civil, entre eles os movimentos sociais, cujas reivindicações e lutas podem se colocar como contraponto à lógica de mercado. O caráter emergente dessas universidades também se define pela forma como incorporam novos públicos e encaminham suas demandas através de práticas inovadoras de governança democrática. Centro minha interrogação nas perspectivas pelas quais mulheres/feministas inseridas nos movimentos sociais ou articuladas com suas demandas e lutas no contexto da UFFS, contribuem para a formação da subjetividade política feminista na universidade pública na perspectiva do Bem Viver.

Buscando conhecer as produções que se aproximam da temática proposta pela pesquisa, consultei no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) utilizando os termos “feminismo/mulheres”, “universidade”, “subjetividade política” e Bem Viver, encontrei uma diversidade de pesquisas conduzidas no âmbito acadêmico. Muitas abordam a relação entre questões de gênero e violência como é o caso da dissertação de Firmiane Venancio do Carmo Souza (2016), *Entre tramas e dramas: as percepções de mulheres sobre medidas protetivas em*

tempos de lei Maria da Penha. A pesquisa de Sandro Augusto Silva Ferreira (2017), *Um olhar de gênero sobre o programa de ações afirmativas na UFBA (2002-2014)*, exemplifica a investigação sobre mulheres e universidade. Por sua vez, trabalhos como o de Thais Pinhata de Souza (2016), *Fragilidade resistente: mulheres e os termos de bem-viver no último quartel do século XIX*, tematizam as relações entre mulheres e Bem Viver. Articulando universidade, feminismo e formação política, encontramos a dissertação de Camila Tomazzoni Marcarini (2017), *As sujeitas políticas e a formação na universidade: Encontros de Mulheres Estudantes da UNE*. Entre as obras recuperadas na busca, porém, não localizei estudos que articulassem os quatro temas: feminismo/mulheres, universidade pública, subjetividade política e Bem Viver.

Para dar conta deste debate proponho articulá-lo com os quatro eixos temáticos desta pesquisa. A subjetividade política é uma forma de consciência para ação na sociedade pela qual mulheres e homens protagonizam transformações nas estruturas sociais e políticas. O feminismo se constitui como força para o fim da violência contra a mulher e a desconstrução do patriarcado, e expressa a ação de mulheres em movimento, engajadas em movimentos sociais, coletivos e ou que articulam ações para defender a vida e os direitos das mulheres. A universidade pública se apresenta como locus socialmente designado de construção de conhecimento e de formação de lideranças. O Bem Viver se coloca como perspectiva contra-hegemônica de organização da sociedade que aponta para uma nova realidade social, mais democrática, inclusiva, igualitária, de reciprocidade e colaboração mútua, onde prevaleçam relações de justiça entre as pessoas e destas com a natureza, colocando-se como alternativa possível ao modelo capitalista de desenvolvimento, ocupando-se dos cuidados com a vida na perspectiva da cooperação e solidariedade, aspectos que comungam com o pensamento feminista (ACOSTA, 2015).

A pesquisa se dá em uma perspectiva feminista, conforme Sofia Neves (2012, p. 3) dando atenção aos “princípios basilares dos feminismos: a consagração da igualdade, a recusa do sexismo, da heteronormatividade e do androcentrismo e o respeito pela diversidade, multiplicidade e polifonia”.

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS: EM BUSCA DO FEMINISMO QUE TRANSFORMA A VIDA

Apresento como problema de pesquisa, a ser abordado a partir das perspectivas de

diferentes mulheres envolvidas com a luta social das mulheres no contexto da UFFS, a seguinte questão:

- Como mulheres em movimento contribuem para a formação da subjetividade política feminista na perspectiva do Bem Viver, no contexto da UFFS?

Para dar conta dessa questão, proponho o seguinte objetivo geral:

- Analisar olhares e ações de mulheres em movimento para a formação de subjetividades políticas feministas na perspectiva do Bem Viver, no contexto da UFFS como universidade pública emergente.

Para tanto, estabeleço como objetivos específicos:

- Constatar presenças e ausências das demandas históricas das mulheres/feministas no contexto da UFFS.
- Investigar possíveis transformações que a ação de mulheres feministas desencadeia na Universidade, na perspectiva das sujeitas da pesquisa.
- Perceber os limites à ação de mulheres feministas na mudança universitária, em termos de barreiras institucionais, entraves culturais e dificuldades pessoais.
- Compreender formas pelas quais a formação universitária potencializa a ação política feminista na sociedade.
- Identificar fatores de resistência e empoderamento das mulheres na articulação entre movimento e universidade.
- Construir contribuições teóricas para a ação política da mulher na perspectiva do Bem Viver, a partir das intervenções das mulheres/feministas na universidade, fortalecendo as epistemologias feministas que tematizam a relação entre vida humana e meio ambiente na perspectiva do Bem Viver.

1.2 MOTIVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS QUE ME CONSTITUEM SUJEITA

Nossas experiências de vida nos constituem enquanto sujeitas e sujeitos. Como afirma Larrosa (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Minhas experiências se constituem desde a infância, em um “lugar de mulher” onde fui colocada desde cedo. Nesse lugar, as tarefas de produção da vida doméstica me

foram ensinadas com esmero. Ao mesmo tempo, deveria colaborar com as tarefas de produção agrária, atribuídas majoritariamente aos homens. Desde minha tomada de consciência passei a não aceitar essa “divisão sexual” do trabalho como algo natural e, com meu irmão mais novo, tentei buscar algo mais justo, incentivando ou “cobrando” sua participação nas tarefas da casa.

Que possibilidades esse esquema me oferecia? O caminho “natural” era o papel de uma dona de casa prendada, devotada ao espaço doméstico e coadjuvante nas lidas do campo. A alternativa era ser professora. Fico feliz que meus pais tenham apoiado minha opção pela carreira docente, uma paixão que me conduziria pela formação humana até a universidade pública.

Minha vida em comunidade se constituiu em inspiração para o resgate/pensar o “espaço comum” e seus movimentos. Uma experiência de 30 anos vividos na comunidade de Itapuca, um pequeno vilarejo, distrito do município de Anta Gorda (RS), que já tem mais de um século de história, grandioso pela radicalização da perspectiva comunitária e pela tradição de acolhida amorosa a todos e todas. Lá vivi minhas primeiras experiências de participação comunitária, de convivência em grupos organizados e exercício de liderança. Lá iniciei a formação de uma subjetividade política ao colocar-me em movimento como parte de uma comunidade. A participação por quinze anos na Pastoral da Juventude (PJ), como experiência de formação e ação fortaleceu a perspectiva comunitária como fundamento de vida e do coletivo enquanto sujeito. Conheci uma identidade que une e, na partilha de alegrias e sofrimentos, agrega, acolhe e impulsiona. Nessa perspectiva também nos colocamos enquanto seres de uma aldeia global, uma comunidade humana que precisa comungar ideais de vida, de preservação e cuidado para garantir sua própria subsistência.

Nesse espaço comunitário, iniciei muito cedo meu envolvimento com a educação pública. Cursei Magistério na Escola Cenecista de Segundo Grau em Arvorezinha e, tendo sido aprovada em concurso público para a Prefeitura Municipal de Anta Gorda, passei a atuar como docente das séries iniciais em escola multisseriada aos 18 anos de idade. Dois anos depois, fui aprovada em concurso público estadual e passei a exercer a docência em escola pública estadual como professora de História e alfabetizadora. Como professora estadual, participei do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS), em atividades de formação e mobilizações. Nessa caminhada, vinculei-me ao Partido dos Trabalhadores (PT) por reconhecer seu apoio

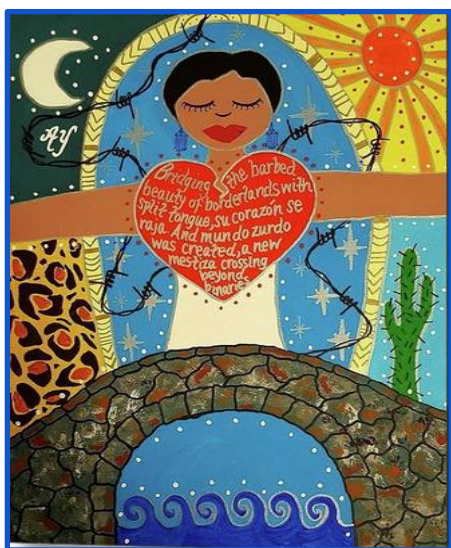
a movimentos sociais, lutas e pautas que considero necessárias para a construção de uma sociedade mais justa.

Entre a educação e a política, obtive a formação de licenciada em História e especialista em História Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Posteriormente, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tornei-me mestra em Educação. Desde a graduação, tive interesse pela história e lutas das mulheres e dos movimentos feministas. Em minha vida pessoal e profissional, deparei-me com obstáculos relacionados a questões de gênero. Nessas situações, senti-me mais vulnerável, invisibilizada e/ou fragilizada por ser mulher. Hoje me identifico como mulher, mãe, feminista, anticapitalista, antirracista, antifascista, intelectual da classe trabalhadora e da luta social e política.

Dentre as experiências que foram me constituindo sujeita pesquisadora, estar na pós-graduação se constitui um sonho e um desafio. Desde as experiências intensas de diálogos, leituras, observações, escutas e falas, uma forma distinta de pensar e construir conhecimento se fez em mim. Um impulso vital ao pensamento crítico, ético-político e à escrita.

1.3 DE ONDE SE FAZ MINHA ESCRITA

Figura 3 – Gloria Anzaldúa em arte



Fonte: FINE ART AMERICA.

“O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia”.

(ANZALDÚA, 2000, p. 232)

A escrita é um grito que ousamos ecoar no mundo, é conhecer a si mesma, externar nossa essência, alma e pensamento. É evocar nossas sensibilidades. Revela nosso fascínio e profundo desejo em compreender o mundo e compreender-se nele. Escrevo do Sul metafórico, o Sul, dos oprimidos e desvalidos, que grita por direito à vida, liberdade e justiça social. Um Sul das resistências e das poéticas do esperar.

Escrevo de um país de imensa beleza, de uma diversidade étnico-cultural, mas que foi tomado de assalto inúmeras vezes: em 1500 pelos europeus, que impuseram uma colonial-modernidade que violentou corpos e mentes; em 1964 por uma elite fascista subserviente ao capitalismo internacional, que revelou a face perversa do ser humano ainda viva na brutalidade da ditadura; em 2016 pelos filhotes dessa mesma elite aliados às forças neoconservadoras e neofascistas que são base de um capitalismo neoliberal, que usurparam uma democracia ainda em formação.

Escrevo de um Estado do Sul do Brasil onde caudilhos já se insurgiram contra o poder central, onde movimentos sociais fizeram e fazem uma luta forte, que gestou Dilma Rousseff, Elis Regina, Roseli Celeste Nunes da Silva (Rose) e que segue a luta para superar seu machismo e seu racismo estruturais.

Escrevo de uma cidade que diz ser um “Porto Alegre” e o é, em certa medida, de onde germinou o Orçamento Participativo (OP) e o Fórum Social Mundial (FSM). Escrevo das alturas do nono andar de um edifício que está no limite entre Centro Histórico e Cidade Baixa, bairros efervescentes, onde as lutas políticas tomam as ruas, onde a cultura floresce. Uma “pequena floresta” faz-me sentir cheiro de terra em minha janela; os papagaios e outros pássaros ali se aninham e me acordam ao amanhecer. Da minha janela vejo uma ruela, que por vezes enfurecida, bate panelas antifascistas, e eu bato com ela. Da minha janela vejo um sinal do Guaíba e me encanto ao ver o pôr do sol mais lindo do sul.

Escrevo desde minhas memórias ancestrais, do lugar onde me fizeram nascer, Itapuca, um pequeno paraíso, com cheiro de terra, sabor de infância e abraços apertados, onde aprendi as potências, sensibilidades e solidariedades da vida em comunidade, de onde decidi conhecer o mundo mantendo raiz.

Desses lugares e dessas gentes que os compõem é que se molda a argila de meu corpo e minha alma. Desses lugares fui me constituindo sujeita, descobrindo mundos, enfrentando desafios e mantendo viva a esperança, construindo uma escrita que espero seja

potente e esperançosa. Uma escrita que também se deu em movimento, porque as dinâmicas da vida assim exigiram, sem esperar um quarto só meu⁵, seguindo as orientações de Anzaldúa (2000, p. 233):

Esqueça o quarto só para si — escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador — você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por paixão e amor.

Minha escrita é tecida desde os diálogos com mulheres e homens que estão perto de mim, que fazem esta caminhada mais linda, com quem faço sementeiras diversas e construo pensamentos que desafiam e inspiram; quero destacar a minha querida orientadora Professora Maria Elly (Dedé), que é também uma importante referência teórica e meu amigo e coorientador Bernardo⁶, ambos constituem os pilares que me sustentam e me potencializam para esta caminhada linda. Também me inspiram os diálogos com meu grupo de pesquisa: a Camila, que além de uma amiga desenvolve uma temática afim, possibilitando trocas fecundas; Henrique, Renata, Claudete e Cidara cuja escuta e sugestões sempre foram importantes. Também nos diálogos fecundos com o Grupo de Pesquisa Universidades Emergentes no Brasil e com outras tantas e tantos amigos/colegas fui me constituindo pesquisadora. Nos textos provocativos, nas conversas de bar, nas discussões acaloradas no sofá da sala da Dedé (orientadora) ou pela web foi possível reafirmar o que sempre acreditei: conhecimento também se faz com afetos, porque o afeto é revolucionário. A opção dialógica nos humaniza, é motor, alavanca que nos move e nos impulsiona e nos faz estar sempre em movimento. O processo de escrita também se fundamenta no diálogo com autoras e autores, referências importantes nas construções teóricas, dando consistência às elaborações aqui propostas.

Nessa dinâmica, a constatação da necessidade de visibilizar e potencializar as lutas dos movimentos de mulheres/feministas e das mulheres em movimento, reconhecendo seus saberes e tematizando sua relação com universidade pública me levaram a definir o tema

⁵ Referência à obra de Virgínia Woolf “Um quarto só seu”.

⁶ Coorientador dessa pesquisa, ainda que extraoficialmente, já que as normas do programa não permitiram sua participação formalmente.

desta pesquisa. Relacionar mulheres em movimento e universidade pública permite reafirmar o papel social dessa instituição como bem público, espaço de formação política e emancipação social para construção da cidadania. As perspectivas de ação das mulheres em movimento, entendidas como conhecimento-emancipação – que se afasta da ignorância colonial em direção à sabedoria solidária – podendo ser traduzidas e apropriadas pela universidade pública como conhecimento contra-hegemônico (SANTOS, 2010). Proponho-me aqui a um exercício de escrever-com mulheres em movimento. Compreendo que investigar possíveis transformações que a ação das mulheres/feminista produz na universidade pública pode contribuir significativamente para orientar a formação em nível superior no sentido de dinamizar outras epistemologias para a construção de uma sociedade do Bem Viver.

O caminho que conduz à construção da tese tem como inspiração a metáfora da semeadura, afirmando minhas memórias de origem, de menina/mulher agricultora, e a força das lutas das mulheres da terra, que muito compõem minha escrita. Partindo desta introdução, o texto se desdobra em seis outros capítulos:

No Capítulo 2, *A semeadura: caminhos da pesquisa*, apresento as trilhas percorridas na realização desta pesquisa. A tese é proposta como um exercício de registro e tradução para os códigos de produção acadêmica de epistemologias do Sul, em perspectiva feminista. Trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de vivências de mulheres na universidade na relação com a luta social das mulheres.

No Capítulo 3, *Húmus da esperança: movimentos da consciência para formação humana e subjetividade política feminista nos caminhos do Bem Viver*, investigo os desafios da construção de uma sociedade democrática em um contexto neoliberal. Ao mesmo tempo exercito um convite a pensar re-existências, desde as experiências de participação em processos de formação ético-política, movimentos por onde germina a subjetividade feminista, destacando espaços família, movimentos sociais (MS) e universidade pública.

No Capítulo 4, *Cuidando o broto: as lutas feministas contra o “monstro das três cabeças”*, evidencio as perspectivas do feminismo comunitário e do feminismo popular camponês e suas convergências interseccionais e contra-hegemônicas construindo dinâmicas no enfrentamento às opressões produzidas pela conjunção do capitalismo, patriarcado e colonialismo. Destaco o feminismo e seus movimentos como (re)existência, emancipação e liberdade para as mulheres.

No Capítulo 5, *Abrindo flores: desafios de uma formação ético-política feminista na universidade pública*, discuto o papel social da universidade pública na construção de uma sociedade do Bem Viver, que passa necessariamente pela descolonização de conhecimento e pela afirmação das epistemologias do sul e de um pensamento de fronteira e feminista como orientações para a transformação das práticas formativas. Perspectivas que marcam a constituição e os caminhos das universidades emergentes.

No Capítulo 6, *Colhendo vida: o Bem Viver como alternativa de novos mundos*, exploro a perspectiva do Bem Viver como alternativa para a construção de outros mundos possíveis, com base em paradigmas comunitários de convivência entre humanidade e natureza à produção agroecológica e ao diálogo com a alteridade em um contexto de fronteira atravessado por lutas camponesas. Um convite a reconhecermo-nos como natureza e a construirmos modos de (re)existir mais humanistas, dialógicos e ético-políticos.

No Capítulo 7, *Utopias que movem sonhos: porque estamos em movimentos*, apresento sínteses possíveis e provisórias, indico questões que seguem pendentes e precisam nos mover para os caminhos de transformação. Acima de tudo, afirmo a força das mulheres em movimento a acionar uma esperança viva e pulsante na humanidade e na natureza, e a nos desafiar ao movimento permanente, impulsionando a vida e construindo caminhos para um mundo de Bem Viver.

Minha tese também é feita de escutas e espero que minha escrita seja para uma escuta prazerosa; porque incomoda, desacomoda, move sensibilidades e reflexões. Não pretendo uma escrita acabada, mas que permita reticências, fluir pensamentos, provocar questionamentos desde meu pensar, que encontre aconchegos em corpos livres e esperançosos. Uma escrita que provoque rebuliços, que responda, mas que, sobretudo, provoque perguntas, já que

A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária. [...] Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficarmos barganhando a sobrevivência (KRENAK, 2020a, p. 108-109).

Nessa perspectiva, é imprescindível pensar a formação humana, desde os movimentos e organizações aos espaços formais, como elemento fundamental da transformação que buscamos. Reconhecer limites e sinalizar desafios nesse processo que se

espera de ecologia de saberes e busca agregada de uma sociedade anticapitalista, antipatriarcal, antifascista, anticolonial e antirracista. Para isso precisamos cuidar bem dessa semente; preparar a terra, lançar as melhores sementes, crioulas, e, para que gerem vida em abundância, fortalecer com o húmus da esperança; cuidar do broto com atenção amorosa; esperar o florescer de um mundo mais lindo; socializar a colheita nesse espaço comum e Bem Viver a esperança.

2 A SEMEADURA: CAMINHOS DA PESQUISA

Figura 4 – Sementes de resistência



Fonte: MMC BRASIL, 2020.

*Sementes crioulas,
são força e resistência,
carregam lutas e esperanças;
lançadas na terra
ouvem seus gritos,
carregam seu calor.
Diálogos potente que germinam
a sabedoria feminista
a construir caminhos
de resistência e libertação!*

Quando me proponho a pesquisar sobre como olhares e ações de mulheres/feministas inseridas nos movimentos sociais, no contexto da UFFS, contribuem para a formação da subjetividade política feminista na universidade pública na perspectiva do Bem Viver, a partir de uma perspectiva ético-epistemológica demarcada por uma luta histórica, o feminismo, se coloca como semente que ao germinar provoca rupturas e brechas e na potência do diálogo e da ação constrói caminhos de resistência e libertação das mulheres.

A tese é proposta como um exercício de registro e tradução para os códigos de produção acadêmica de epistemologias do Sul, as quais

[...] rejeitam a ideia abstrata de progresso, concentrando-se, ao contrário, em escutar profundamente as experiências de vida de grupos sociais que são vítimas das exclusões e do sofrimento injusto causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado; privilegiam conhecimentos produzidos e utilizados por esses grupos e seus aliados na resistência e nas lutas contra práticas concretas de dominação e opressão (SANTOS, 2019, p. 233).

As epistemologias do Sul que abordo aqui, são aquelas que se sustentam e se compõem dos saberes de mulheres em movimentos. De acordo com a formulação de Santos (2019), a sustentação das epistemologias do Sul se dá mais nas práticas dos movimentos sociais em suas lutas do que na teorização formal que compõe uma abstração. Reconheço essa tradução, codificação da prática em teoria como uma tarefa importante e necessária para os processos de transformação social. Dessa forma, como pesquisadora, procuro contribuir

“para atenuar o sofrimento injusto e para curar, pondo em prática a sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (SANTOS, 2019, p. 231). Ao interrogar a condição da mulher, é preciso encontrar as mulheres em seus trabalhos e vivências.

Figura 5 – Mafalda pergunta



Fonte: QUINO, 2018.

As invisibilidades a que são submetidas e/ou submetem-se muitas mulheres às colocam em um lugar de silenciamentos que perpetuam as relações de dominação e discriminação, que mantém seu lugar de subalternidade, contribuindo para a manutenção da realidade injusta e fortalecimento do sistema capitalista, colonialista e patriarcal.

A pesquisadora feminista precisa então se preocupar sobre como falar de experiências, de vida e de lutas. Necessita, nesse exercício, cooperar com outras formas de conhecer e expressar. Esta perspectiva fundamenta-se em três ideias:

1. a incompletude de todos os conhecimentos nela envolvidos; 2. Um interesse comum em promover a convergência de interesses diferentes; 3. O fato de esse interesse não ser um interesse intelectual variável, mas antes um interesse em capacitar e fortalecer as lutas contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal, tratando-se, nesse sentido, de um interesse metacognitivo (SANTOS, 2019, p. 214).

Sendo assim, é imprescindível um olhar atento sobre a realidade pesquisada e que a pesquisa se coloque como “lugar de escuta” e também “lugar de fala” (TIBURI, 2018), e que neste diálogo se torne evidente e necessário

esclarecer os diferentes modos de dominação: o que são e como funcionam em geral e no caso concreto de uma dada luta social; as suas causas e as sua trajetória

histórica; as suas diferentes manifestações e disfarces; as suas forças e as suas fraquezas; os modos como se articulam para reproduzir a dominação social, econômica, política e cultural; os modos como os grupos sociais oprimidos têm organizado a sua resistência e as suas lutas em diferentes espaços e tempos; os êxitos e os fracassos; etc.” (SANTOS, 2019, p. 215).

Trata-se de registrar e interpretar um conhecimento não necessariamente sistematizado que “contribui com a existência vivida dentro e fora das relações de dominação: a memória do sofrimento injusto inscrito nos corpos, nos territórios e nas culturas; as características específicas e as vicissitudes da luta e da resistência” (SANTOS, 2019, p. 215). Tornar evidentes esses fenômenos, deixar-se afetar por eles, coloca a pesquisadora em um lugar de pertencimento, de solidariedade e partilha com a luta social contra os processos de subalternização e dominação, pois tomar posição é imprescindível para a construção de “alianças políticas”, na perspectiva de uma “ecologia de saberes” que fundamentam as epistemologias do Sul (SANTOS, 2019, p. 220).

As epistemologias do Sul, comportam a ideia de uma epistemologia feminista proposta por Sofia Neves (2012), considerando a necessidade de evidenciar as construções analíticas dos movimentos de mulheres/feministas, articular ciência à política e evidenciar vozes marginalizadas na ciência tradicional em um processo de análise crítica.

Considerando que “a investigação feminista pauta-se igualmente pela assunção da inter-influência entre investigador/a e investigado/a e pela premissa de que todo o conhecimento é construído socialmente sendo, nessa medida, necessariamente politizado” (NEVES, 2012, p. 3), podemos considerar esta também uma investigação feminista, que se propõe a ir a campo com a mente aberta ao diálogo na busca de uma interação com as sujeitas da pesquisa, considerando as experiências vividas por cada uma e buscando articular “as teorias e as epistemologias feministas e os métodos de formação do conhecimento”, uma pesquisa qualitativa que considera o texto e o contexto, o dito e não dito. Segundo Neves (2012, p. 3), o que distingue os métodos feministas é a “intencionalidade”, pois “em tese, toda a investigação pode ser feminista desde que garanta e projete os princípios basilares dos feminismos: a consagração da igualdade, a recusa do sexismo, da heteronormatividade e do androcentrismo e o respeito pela diversidade, multiplicidade e polifonia”.

A opção pela metodologia qualitativa se deu no sentido de visibilizar vozes, saberes e ações não quantificáveis, que apresentasse uma investigação com “visão hermenêutica, compreensiva e crítica da ciência” (NEVES, 2012, p. 4). A autora destaca que a pertinência

atribuída aos “métodos qualitativos reside precisamente na sua capacidade de tornar centrais as subjectividades que são enunciadas pelos/as investigados/as e as experiências e interpretações que estes/as fazem da realidade social, com a qual interagem continuamente” (NEVES, 2012, p. 4-5).

Com plena consciência da importância desse processo, de formação e compreensão da realidade, como um processo social de inter-relação entre pesquisadora e pesquisadas, compreendo que a pesquisa qualitativa se coaduna com a investigação feminista, porque ambas compreendem as realidades como processos, valorizam as experiências e a subjectividade e reconhecem a pluralidade e historicidade do conhecimento, como afirma Neves (2012, p. 10), considerando, também, que “ao externalizar-se as experiências silenciadas de pessoas ou grupos oprimidos, traz-se para o espaço político (que é também o espaço da ciência) a reivindicação de direitos fundamentais”. Reconhecemos que as falas das mulheres entrevistadas, sujeitas desta pesquisa, serão potencialmente representativas de um grupo social ao trazer aspectos de uma luta social e política que é coletiva. Nessa perspectiva, como destaca Neves (2012, p. 6) “a linguagem é efetivamente central na investigação qualitativa, assim como na investigação feminista, na medida em que se afigura como o processo a partir do qual as práticas sociais são instituídas e se instituem”.

Afirmando a hermenêutica e dialética como caminhos para compreensão da realidade, tomo como suporte os estudos de Maria Cecília Minayo (2014, p. 299), que nos alerta para a ilusão da transparência dos dados, ou seja, para a “tentativa de uma interpretação espontânea e literal”. Ela destaca que compreender e interpretar requer ir além do empirismo e se impregnar nos significados das experiências dos sujeitos, assim como não sucumbir ao método e se permitir compreender as relações em suas dinâmicas vivas, ou seja, perceber a importância dos significados, para muito além da técnica ou do método. Requer também superar as dificuldades em articular a teoria aos achados empíricos.

Minayo (2014) nos permite interagir com o(s) método(s), pois nos convida a uma aproximação, para que a busca dos dados e sobretudo sua análise se torne menos enfadonha e nos aproxime do real. Minayo destaca que frequentemente pesquisadores ocultam a “alquimia” das descobertas ao transformá-las em dados. Busco aqui evitar esse equívoco, por considerar a alquimia do encontro com as sujeitas parte fundamental da pesquisa. O campo também se faz com afetos, com aproximações, com olhares atentos e com sentires. Se nos impregnamos do campo podemos construir mapeamentos objetivos e subjetivos para

que nos aproximemos do real. Aproximo-me de uma abordagem que, segundo Minayo (2014, p. 324), busca articular hermenêutica e dialética na construção de um “caminho de possibilidades de construção teórico-metodológica de base empírica e documental”.

A hermenêutica é fundamentalmente um exercício de compreensão e Minayo (2014) ressalta, nessa atividade, as dimensões da intencionalidade e da empatia. Em uma perspectiva feminista significa se colocar em escuta, buscando compreender e valorizar as experiências e subjetividades das sujeitas. A autora indica ainda outras categorias filosóficas “liberdade, necessidade, força, consciência histórica, todo e partes, como categorias filosóficas fundantes” (MINAYO, 2014, p. 328). Categorias que fundamentam e acionam os movimentos das mulheres feministas em seus processos (trans)formativos e na proposição de ações, acionado a construção de conhecimentos em uma perspectiva crítica e ético-política.

À hermenêutica se aplica também uma dimensão dialética, uma vez que a compreensão requer sucessivas abordagens e permite múltiplas possibilidades de interpretação. Afinal, “nada do que se interpreta pode ser entendido de uma vez só e de uma vez por todas” (MINAYO, 2014, p. 331). Minayo (2014) destaca ainda que a hermenêutica e a dialética se colocam como uma profunda reflexão que se alicerça na práxis na condução de um processo de compreensão crítica da realidade.

Nessa perspectiva de compreensão, “entender a realidade que se expressa num texto é também entender o outro, é entender-se no outro, movimento sempre possível, por mais difícil que pareça à primeira vista” (MINAYO, 2014, p. 343). Seus fundamentos podem ser assim destacados: o pesquisador deve sempre “buscar o contexto de seu texto” sejam documentos ou entrevistas, atribuindo-lhe sempre um sentido a priori; considerar sempre que uma interpretação não se coloca como verdade absoluta, pois sempre podem surgir outras interpretações, evitando essencialismos; a possibilidade de interpretação deve ser ampliada, considerando uma perspectiva sempre limitada de quem analisa. Portanto, com base nos estudos de Minayo (2014) é possível afirmar que a hermenêutica se fundamenta no exercício do compreender e compreender-se, enquanto a dialética provoca a leitura crítica da realidade.

2.1 ABORDAGEM: ESTUDO QUALITATIVO/NARRATIVO DE EXPERIÊNCIAS EM PERSPECTIVA FEMINISTA

Nesta perspectiva de construção teórica, nos aproximamos de Cecília Minayo, que aponta a pesquisa qualitativa como fundamental para a compreensão de realidades não quantificáveis, trabalhando “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Para Minayo,

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2012, p. 21).

Tratamos nesta pesquisa de explorar formas pelas quais o protagonismo das mulheres engajadas em movimentos de mulheres/feministas ou em movimento por dentro da Universidade contribui para a formação da subjetividade política na universidade pública para uma sociedade do Bem Viver, tendo como objeto as percepções de mulheres ligadas à UFFS acerca da temática. Partimos de uma compreensão de universidade pública com uma função social imprescindível e como espaço de formação da subjetividade política, assim como de resistências e protagonismos.

Esta pesquisa é um estudo de experiências em perspectiva feminista (NEVES, 2012). Adota uma abordagem descritiva interpretativa das vivências de mulheres na universidade na relação com a luta social das mulheres/feminista. Essa luta social é vista tanto pela perspectiva de participação direta em movimentos sociais quanto através de apoio estratégico e articulações diversas, com vista à ação política. Na perspectiva de Freire (1987, p. 53) “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles”. A ação libertadora, segundo Freire (1987), ao reconhecer a vulnerabilidade decorrente da dependência gerada pela opressão, deve almejar a libertação por meio de um processo de ação reflexão que leve à independência, pois “se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1987, p. 53).

Considerando os movimentos sociais, que se afirmam em uma perspectiva contra-hegemônica como libertários, diálogo com mulheres que, em movimento, fazem a ação

política, afirmando aqui a necessária e importante conexão entre universidade e movimentos sociais na construção de sociedades democráticas. Além disso, o papel da educação que, em sendo uma “prática de liberdade” se coloca como problematizadora e crítica do mundo (FREIRE, 1987), e, em diálogo com ele faz germinar sementes de Bem Viver, já que “o diálogo, que é sempre comunicação, funda a co-laboração” (FREIRE, 1987, p. 166). Um pensar/falar-com também motiva a um fazer-com. Para Freire, o diálogo é “exigência” para a transformação e humanização do mundo e “não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda” (FREIRE, 1987, p. 79).

Para além do estudo de experiências, recorro a uma perspectiva narrativa, uma vez que, no diálogo, as sujeitas evocam emoções, sentimentos e reflexões sobre suas próprias vivências. A narrativa é utilizada como recurso na primeira parte da entrevista, em que as sujeitas trazem suas histórias de vida ao abordar seu encontro com o movimento ou a luta feminista. O ato de falar sobre si mesma, sobre sua história e trajetória de vida supõe um momento também de descobertas sobre si mesmas, de reconhecimento de suas lutas, seu papel social e presença no mundo, já que

Nas narrativas o autor não informa sobre sua experiência, mas conta sobre ela, tendo com isso a oportunidade de pensar algo que ainda não havia pensado. A narrativa, portanto, pode suscitar nos ouvintes diversos estados emocionais, tem a característica de sensibilizar e fazer o ouvinte assimilar as experiências de acordo com as suas próprias, evitando explicações e abrindo-se para diferentes possibilidades de interpretação (MUYLAERT, 2014, p. 194).

Desse modo espera-se, nessa perspectiva um envolvimento efetivo da sujeita com sua própria trajetória e também desta com a pesquisadora, considerando que a interpretação leva em conta “a experiência do pesquisador e do pesquisado no momento da entrevista e as experiências anteriores de ambos, transcendendo-se assim o papel tradicional destinado a cada um deles” (MUYLAERT, 2014, p. 194). Para além disso, a narrativa se coloca em uma “perspectiva de movimento, no sentido teórico, pois através dela é possível conseguir novas variáveis, questões e processos que podem conduzir a uma nova orientação da área em estudo” (MUYLAERT, 2014, p. 195). A forma de análise se aproxima muito da interpretação de sentidos (GOMES, 2012), já que “não há intenção de esgotar as possibilidades de análise, mas sim de realizar uma análise no sentido de abrir os sentidos” (MUYLAERT, 2014, p. 196).

Neste desafio de busca de construção de sentidos e novas tessituras a partir de nossas descobertas, necessitamos entrelaçar as linhas com cuidado para garantir a conclusão do percurso. Para tanto se faz necessária uma prévia organização, que Minayo (2012) classifica como fases, iniciando pela fase exploratória, passando pelo campo de trabalho e finalizando com a análise e interpretação do campo empírico.

O trabalho de campo se desenvolveu como espaço da escuta atenta e solidária das vozes das mulheres/feministas dos movimentos e/na universidade, suas percepções, angústias, ações e esperanças. A análise e interpretação dos dados se deu buscando uma leitura compreensiva, um olhar do que mais afeta as questões das mulheres, de suas vivências, buscando visibilizar o que, historicamente, foi invisibilizado pelo patriarcado; questões que tocam as mulheres particularmente, afetando e mudando suas vidas.

Os caminhos da pesquisa foram dados desde um planejamento inicial, acrescentados novos percursos necessários ao longo do caminho. Em síntese, o percurso pode ser definido em cinco fases.

- 1) **Estudo do campo:** a aproximação com o campo se deu desde o grupo de pesquisa e os diálogos com professores da UFFS. Também se deu pela busca de informações na página da Universidade e sites de notícias regionais; conversa com pessoas conhecidas da instituição; pela análise de documentos como o *Plano de Desenvolvimento Institucional* (PDI) e o *Relatório de Autoavaliação Institucional* (RAAI). As visitas *in loco* foram dificultadas devido à pandemia, mas uma visita ao *campus* Passo Fundo foi realizada em novembro de 2022 e está descrita no Apêndice D.
- 2) **Definição das sujeitas da pesquisa:** a uma definição prévia dos critérios para identificação das sujeitas, foi acrescentado, ao longo dos primeiros contatos com o campo, outros elementos e, ao final, a definição de que os diálogos ocorreriam com mulheres feministas que participam de movimentos sociais ou coletivos de mulheres/feministas ou que se articulam com suas perspectivas ao promoverem ou participarem de ações voltadas a seus temas, no contexto da UFFS. As indicações iniciais foram feitas pelos professores Jaime Giolo e Thiago Ingrassia Pereira, atuantes na instituição. As indicações seguintes foram feitas pelas próprias sujeitas e, assim, cheguei a uma lista de mais de cinquenta nomes. Também foram

consideradas produções científicas relacionadas à temática e disponíveis na Universidade (Anexo C), bem como movimentos/coletivos organizados dentro da Universidade ou fora dela, mas com presenças de sujeitas na Universidade. No intuito de cobrir as diferentes partes que conformam o todo da UFFS, busquei sujeitas em cada um dos seis *campi*: Chapecó, Laranjeiras do Sul, Cerro Largo, Erechim, Realeza e Passo Fundo.

- 3) **Primeiro contato:** em uma primeira conversa informal com as interlocutoras eu me apresentei, expliquei o objetivo da pesquisa e convidei para o diálogo. A proposição de uma conversa inicial tem o objetivo de apresentar a pesquisa, assim como conhecer a sujeita, sua história e luta feminista e sua relação com a UFFS. A partir da conversa inicial, verifiquei a correspondência entre sujeita e delimitação da pesquisa. Após a confirmação, enviei convite para a entrevista, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B). A partir dessas primeiras conversas, produzi uma minibiografia de cada sujeita. O contato prévio com as sujeitas da pesquisa permite uma interação inicial com suas vivências, processo de análise desta pesquisa. Essas interações possibilitam fazer direcionamentos e ajustes na pesquisa, além de promover uma aproximação informal que cria vínculos de afetos, diálogos acadêmicos e identificações possíveis.
- 4) **Entrevista semiestruturada:** as entrevistas foram conduzidas *online*, com uso da plataforma *Google Meet*. O contato visual foi importante nesse processo, pois foi possível uma aproximação que permitiu uma conexão afetiva, em consonância com os princípios de pesquisa feministas. As entrevistas seguiram questões abertas previamente formuladas, conforme roteiro do Apêndice A. Caracterizaram-se, portanto, como semiestruturadas. As falas foram transcritas na íntegra e dispostas para análise. Ao final da entrevista, empreguei uma questão aberta, “há algo que eu não tenha perguntado e tu consideras importante me dizer?”, como espaço provocativo para novos questionamentos e observações, de acordo com a sugestão de Gaskell (2008).
- 5) **Análise do conteúdo das entrevistas:** a análise do conteúdo das entrevistas se deu em uma aproximação ao método de interpretação de sentidos (GOMES, 2012). Desde uma leitura inicial do texto, destaquei sentidos emergentes que, associados aos eixos temáticos através de categorias, permitiram composição de sentidos em

diálogo com a teoria e proposta da pesquisa. Busquei compreender a relação entre essas sujeitas e uma Universidade que declara em seus fundamentos a busca da justiça social, a atenção às classes populares, a indignação com as injustiças, a solidariedade, a promoção da igualdade com respeito às diferenças e a educação democrática que leve ao desenvolvimento humano e social como direito de todas e todos. Além disso, documentos institucionais, relativos à Universidade e aos movimentos sociais foram utilizados para contextualizar essa participação e compreender melhor as experiências relatadas pelas sujeitas.

Ressalto a contribuição da professora Paula Lindo (*Campus Erechim*), indicada por Thiago, que em nossa primeira conversa, no dia 10 de junho de 2020, contribuiu para minha melhor compreensão do contexto e articulação com as possíveis sujeitas da pesquisa e que fez parte da banca de qualificação da tese. A professora Paula coordena projetos ligados à temática das mulheres e estudo de gênero na UFFS: *Estudo de Gênero e Ciência: o espaço acadêmico e o espaço das (in)visibilidades* e *Mulheres em Foco: cartografias, Espaço e desigualdades*, destacando-se nos debates referentes a mulher/gênero/feminismo na UFFS e região.

2.2 FONTES DA PESQUISA: ENTREVISTAS COM RELATOS DE VIVÊNCIAS

*Mulheres que me dão fome de vida!
Vida vivida com prosa e poesia...
Com a força de quem quer demolir muros,
abrir caminhos,
Trilhas de esperança e sabedoria
Tecer novas redes,
plantar sementes de futuro ...
Multiplicar o grito
Fortalecer a luta!*

As fontes principais utilizadas para a produção de dados empíricos foram produções da UFFS relativas à temática, documentos oficiais da Universidade como o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*, o *Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI)* e, especialmente, entrevistas com mulheres que vivem ou viveram o contexto da UFFS e se articulam com movimentos e/ou coletivos feministas e de mulheres ou ainda promovem

ações com a perspectiva da luta das mulheres/feminista.

A entrevista qualitativa, segundo Gaskell (2008), é imprescindível para procedermos um mapeamento e compreensão dos processos que envolvem as vivências das sujeitas, as relações que foram se constituindo. Desse modo é possível construir sínteses que permitam a compreensão dessas relações em seu contexto, suas “crenças, atitudes, valores e motivações” (GASKELL, 2008, p. 65). A necessidade de aproximação desse corpus entrevistado, de mergulhar profundamente em cada uma “é essencial quase que viver e sonhar as entrevistas – ser capaz de lembrar cada ambiente entrevistado, e os temas-chave de cada entrevista” (GASKELL, 2008, p. 71). Portanto, para que essa presença possa se dar é preciso um número razoável de entrevistas que nos permita manter essa presença e construir conexões possíveis e necessárias.

A pesquisa qualitativa utilizando entrevistas é um processo árduo, intenso, mas também desafiador e encantador. Como destaca Gaskell (2008, p. 73), “toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Portanto, essa escrita foi construída na “presença” dessas mulheres, desde a potência de suas falas e de suas vidas, na interação de nossas conversas.

A pesquisa qualitativa pressupõe uma abertura para a determinação do número de entrevistas, já que esse não determina a qualidade da pesquisa e não há um método específico para selecionar as entrevistadas (GASKELL, 2008). Portanto, foram construídos alguns critérios aproximativos para definir o quadro das entrevistadas: primeiro, a presença de sujeitas de todos os *campi* da UFFS; critério que seguiu a sugestão da banca de qualificação do projeto de tese. Conforme Gaskell (2008), a quantidade de entrevistas não implica necessariamente uma melhor qualidade na pesquisa. Segundo ele, o razoável é de 15 a 20 entrevistas (25 no máximo), pois com mais que isso começamos a perder informação e, ainda que encontremos mais informações, não será possível apresentá-las na escrita.

Nessa perspectiva, finalizei a tese com um total de 16 sujeitas com quem estabeleci diálogos, na perspectiva de preservar a conexão construída com as entrevistadas na apresentação dos dados. Foram 27 horas de entrevistas, além da primeira conversa (muitas duraram mais de hora), resultando em 274 páginas de falas analisadas. O Quadro 1 apresenta os dados desse processo.

Quadro 1 – Informações básicas sobre as entrevistas

Nome	<i>Campus</i>	Vínculo	Primeira conversa	Entrevista	Tempo de entrevista	Páginas transcritas
Adriana Mezdri	Erechim	Estudante	01/06/2021	02/06/2021	1 h 03 min	11
Ana Carolina Teixeira Pinto	Realeza	Professora	28/03/2022	01/04/2022	1 h 57 min	16
				29/04/2022	1h 00 min	10
Daiane Bordulis	Erechim	Estudante	22/06/2020	31/05/2021	1h 17 min	12
Francisca Izabel da Silva Bueno	Passo Fundo	Comissão de heteroidentificação	01/07/2021	09/10/2021	1 h 46 min	19
Gisele Louro Peres	Realeza	Professora	05/02/2021	12/08/2021	1 h 21 min	19
Grasiele Berticelli	Erechim	Estudante Conselho Comunitário	03/07/2020	14/06/2021	1 h 06 min	17
Justina Cima	Chapecó	Conselho Estratégico Social da UFFS	17/01/2021	11/03/2022	1 h 20 min	15
Liria Ângela Andrioli	Laranjeiras do Sul	Professora	21/10/2021	25/11/2021	3 h 34 min	25
Maria Alice Canzi Ames	Cerro Largo	Professora	07/12/2021	21/12/2021	1 h 18 min	14
Naira Estela Roesler Mohr	Erechim	Professora	18/06/2020	02/02/2021	1 h 18 min	17
Renata Rocha Gadelha	Laranjeiras do Sul	Estudante	18/02/2021	22/02/2021	1 h 37 min	18
Sandra Vidal Nogueira	Cerro Largo	Professora	01/12/2020	21/06/2021	0 h 38 min	9
Siomara Marques	Laranjeiras do Sul	Professora	07/12/2020	17/04/2021	2 h 34 min	16
Solange Alves	Chapecó	Professora	16/09/2020	21/04/2021	1 h 41 min	19
Valdete Boni	Chapecó	Professora	17/02/2021	18/06/2021	1 h 27 min	12
Vanderléia Laodete Pulga	Passo Fundo	Professora	31/07/2020	04/06/2021	2 h 16 min	25

Fonte: Elaboração própria, 2022.

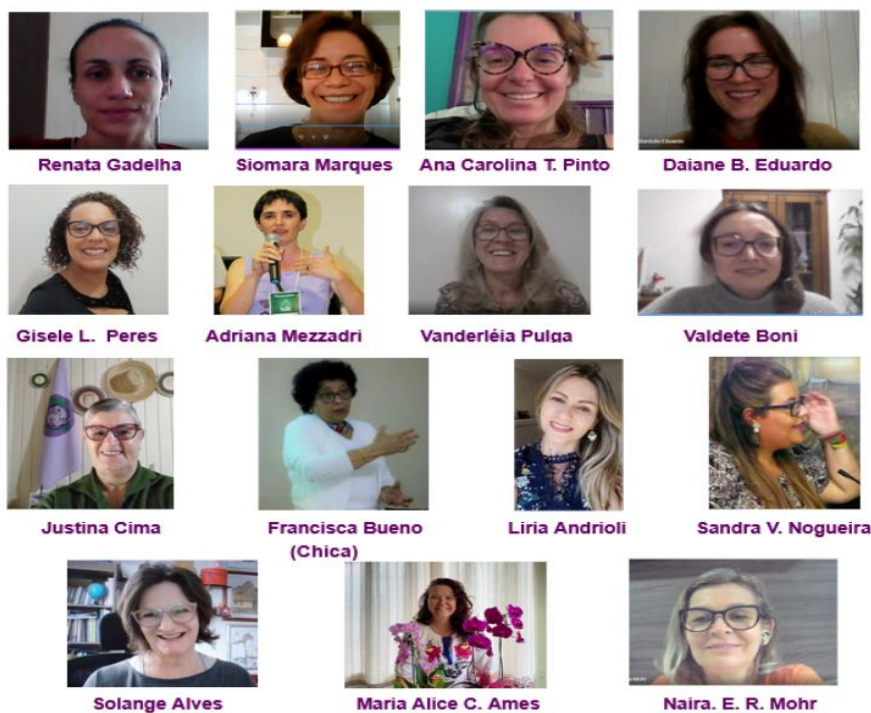
Como “interação díade” (GASKELL, 2008), as entrevistas são também momentos de reflexão para os próprios entrevistados. Em alguns momentos as interlocutoras mencionaram que a entrevista lhes provocou novas reflexões: “Você me fez pensar” (Siomara) ou “Acho que dá pra gente pensar sobre isso” (Siomara). Entendo a possibilidade de produzir tais questionamentos como positiva e, de imediato, uma “ação” da pesquisa, já que provoca uma autorreflexão acerca de ações possíveis e/ou necessárias. Em muitos momentos essas percepções aconteceram ao longo das entrevistas. Em alguns casos, elas se

surpreendem com a própria história de vida, da luta, com as possibilidades que se apresentam, com a necessidade de novas e outras articulações.

É possível perceber que, à medida que os contatos com as sujeitas aconteciam, os registros das conversas foram se tornando mais consistentes, pois fui percebendo a importância desse contato inicial como forma de criar um vínculo com as interlocutoras, na intenção de tê-las, de fato, como sujeitas do processo de construção da minha tese. Também, a sugestão de uma delas que gravasse a conversa possibilitou um registro mais detalhado e por isso uma escrita mais consistente. É importante destacar que nessas conexões com as mulheres também trocamos referências; delas recebi vários livros produzidos coletivamente pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e/ou pelo MMC em parceria com a universidade. Recebi alguns como doação, outros com uma contribuição simbólica e outros em formato digital.

No intuito de visibilizar ainda mais as sujeitas, apresento as imagens daquelas mulheres com quem dialoguei que autorizaram a visibilização. Algumas imagens foram capturadas durante as entrevistas, outras foram enviadas pelas sujeitas.

Figura 6 – Sujeitas da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2023.

As minibiografias a seguir foram produzidas essencialmente a partir das primeiras conversas com as sujeitas. Inicialmente, apenas fazia algumas anotações, sem intenções em registros mais sistematizados. Considerando o interesse da banca examinadora do projeto de tese pelas minibiografias, passei a me debruçar mais sobre elas.

Figura 7 – Naira Estela Roesler Mohr



Fonte: acervo pessoal.

Naira Estela Roesler Mohr (professora) – Campus Erechim: atua como professora nos cursos de Educação do Campo e Pedagogia da UFFS. Kursou Licenciatura em Educação Física na UFSC. Considerando o currículo conservador do curso, que segregava homens e mulheres, Naira passa a estudar a participação das mulheres, ingressa no movimento estudantil e se aproxima dos movimentos sociais, especialmente o MST. No mestrado e doutorado estuda políticas educacionais, mantendo o olhar nas questões que afetam as mulheres. Foi professora estadual por muito tempo e trabalhou, junto com o marido, na Escola de Educação Básica Vinte e Cinco de Maio do Movimento Sem Terra (MST), que ajudou a construir. Tem forte relação com os movimentos sociais, na Universidade articula atividades de extensão com mulheres atuantes em movimentos sociais, a exemplo dos projetos *Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica* e *“O conhecimento feminino e a alimentação alternativa: uso das plantas alimentícias não convencionais por mulheres na região da UFFS Erechim.*

Figura 8 – Daiane Bordulis



Fonte: acervo pessoal.

Daiane Bordulis (estudante egressa) – Campus Erechim: Daiane é filha de pequenos agricultores e a temática das mulheres sempre esteve presente em sua vida, pois percebia que, no campo, as mulheres viviam uma certa desvalorização do trabalho. Nasceu em Carlos Gomes, um município pequeno, de aproximadamente 1.500 habitantes, com poucas possibilidades de emprego e onde a maior escolarização era o Ensino Médio. Para poder estudar, as/os jovens geralmente migravam para a cidade de Erechim, onde seguiam com o apoio dos pais. Foi o que aconteceu com Daiane, que cursou Licenciatura em Geografia na UFFS. Na graduação se deu o primeiro contato com a temática das mulheres/feminista. O interesse pelo tema das mulheres do campo levou-a a pesquisar os motivos que levavam as jovens a migrar do campo para a cidade. Atualmente, Daiane é egressa do curso de Geografia da UFFS, trabalha com a temática das jovens do campo e com a rede de agroecologia. Mestre em Geografia pela Unioeste, doutoranda na mesma Universidade. Participa dos grupos de pesquisa *Corpo, gênero e diversidade* e *Geolutas*, que trabalham com temáticas identificadas com as lutas das mulheres, ambos na Unioeste.

Grasiele Berticelli (estudante) – Campus Erechim: filha de pequenos agricultores de Francisco Beltrão (Paraná), mora em Erechim desde 2017, quando inicia o curso de Agronomia na UFFS e passa a se interessar pelo tema da agroecologia e militar no movimento estudantil do curso. Atuando no movimento se aproxima da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), por onde conhece o Movimento dos Atingidos

por Barragens (MAB). Passa a militar no MAB, e descobre que a família foi atingida pela construção de barragens, reconhecendo sua própria identidade como atingida por barragens. Na universidade participa de um coletivo feminista. Atualmente atua em tempo integral no movimento e coordena o Coletivo de Comunicação do MAB no Rio Grande do Sul. Estuda feminismo e agroecologia, tendo como título do seu TCC *Emancipação de mulheres por meio de práticas agroecológicas*. Participa do Coletivo Nacional de Mulheres do MAB. Grasielle é bolsista no projeto desenvolvido em parceria entre a UFFS e o MAB intitulado *Mulheres Atingidas por Barragens Resgatando Saberes e multiplicando saúde*.

Figura 9 – Vanderléia Laodete Pulga



Fonte: acervo pessoal.

Vanderléia Laodete Pulga (professora) – Campus Passo Fundo: atua como docente da graduação em Medicina na UFFS - *Campus* Passo Fundo/RS. Doutora em Educação em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2014), foi premiada em suas pesquisas de mestrado e doutorado, ambas abordando a temática das mulheres rurais. Participou da organização do movimento Mulheres da Roça, posteriormente Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e atualmente MMC. Desde sua formação e militância, dedica-se às lutas populares especialmente voltadas às questões da mulher e de saúde pública. Viveu uma longa trajetória na luta política pelo direito à saúde, tendo participado de diversas instâncias e conselhos no RS e no Brasil. Contribuiu na construção das políticas nacionais de saúde e implantação do SUS durante o governo Lula. Contribuiu na organização da Escola do Grupo Hospitalar Conceição. Contribuiu na criação do curso de Medicina na UFFS, em Passo Fundo. Atualmente participa do MMC como

educadora, trabalhando na formação de mulheres. Ela forma pontes entre o MS e a universidade, especialmente pelos cursos de Extensão. Participa do debate feminista pelo viés da educação popular em saúde.

Figura 10 – Solange Maria Alves



Fonte: acervo pessoal.

Solange Maria Alves (professora) – *Campus Chapecó*: atua como professora do curso de graduação em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS. Também participa de projetos de extensão e de pesquisa na mesma Universidade. Filha de pequenos agricultores sem terra, foi para a cidade ainda jovem, mas sempre manteve um pé na roça. Toda a família é de agricultores. Toda sua formação se deu em escola pública. Na Pastoral da Juventude, ligada à Teologia da Libertação, começou sua constituição enquanto sujeita. Influenciada pela pastoral passou a se envolver nas questões sociais. Uma experiência marcante foi o trabalho com a Irmã Inês no Morro Mocotó na cidade de Florianópolis no estado de Santa Catarina. Estudou pedagogia e como marco de uma formação teórica forte, com professores marxistas, muitos oriundos da Teologia da Libertação. A base de sua formação se deu na Pedagogia e nos movimentos sociais. Participa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e está ligada ao movimento de mulheres e movimento sindical (líder sindical). Fez o mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Pedagogia marxista, voltando mais à psicologia da educação, voltada às questões de aprendizagem. No doutorado na Universidade de São Paulo (USP) propõe um diálogo entre Freire e Vigotski. Antes de iniciar o doutorado participou de duas reuniões do movimento

pró-universidade, que lutava pela criação de uma universidade pública na região. Quando retorna do doutorado se engaja novamente à comissão de criação para construir o projeto da UFFS, como indicação dos movimentos sociais. Foi a primeira pró-reitora de graduação. Ela relata que o professor Jaime seria o vice-reitor. Estava ela, ele, um celular e uma sala cheia de poeira para dar início a Universidade. Em 2012 assume o projeto de Mestrado em Educação. Coordenou a equipe que escreveu o projeto do curso de medicina da UFFS. Não está vinculada a nenhum movimento feminista, mas tem identificação com a luta feminista. Suas pesquisas se colocam na perspectiva da pedagogia freireana. Atualmente é conselheira do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFFS. O foco de seus estudos é a formação docente e questões relativas ao ensino aprendizagem. Tem experiência em gestão educacional no âmbito da educação superior, coordenadora de curso de graduação e pós-graduação; vice-diretora e pró-reitora de graduação.

Figura 11 – Sandra Vidal Nogueira



Fonte: acervo pessoal.

Sandra Vidal Nogueira (professora) – Cerro Largo: Sandra nasceu no estado de São Paulo e morou 10 anos na cidade de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre /RS. A vivência com o mundo rural acontece desde 2012, quando se muda para o município de Cerro Largo, fronteira com a Argentina para atuar na UFFS, por isso lhe salta aos olhos o que acontece na região. Região de pequenos municípios desassistidos, com grande refluxo migratório e esvaziamento populacional. Sua pesquisa de pós-doutorado é sobre

feminicídios na região. O número de ocorrências de enterros de alunas e ex-alunas na região decorrentes de feminicídio foi um dos motivos que despertou o interesse em realizar a pesquisa pós-doutoral. Destaca que cerca de 46% (2017/2018) dos feminicídios do RS ocorrem na região, que representa 7% dos municípios do Estado. Teve uma inserção grande na região de Cerro Largo, percorrendo todas as comunidades do entorno, conversando com as mulheres, promovendo rodas de conversa e palestras. Desse modo foi acontecendo a pesquisa de pós-doutorado, do mesmo modo que a ida aos enterros. Nesse universo se insere as questões das mulheres que motivam suas pesquisas.

Figura 12 – Siomara Aparecida Marques



Fonte: acervo pessoal.

Siomara Aparecida Marques (professora) – *Campus Laranjeiras do Sul*: atua como professora de graduação nos cursos de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na UFFS - *Campus Laranjeiras do Sul*. Identifica-se como filha da UFSC, onde fez a graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado. Seu interesse pelos estudos feministas se manifestou desde a graduação, no mestrado pesquisou o MMC sobre a inserção da mulher nos movimentos de periferias urbanas, como nas associações de moradores, no doutorado estudou o feminismo campo jurídico. O interesse pelos estudos feministas e de gênero, na militância no PT e como extensionista social rural trabalhando com mulheres agricultoras em Pinhalzinho no Oeste de Catarinense nos anos 1980 (9.000 habitantes), onde teve contato com o MMC (na época MMA) que só se torna MMC no início dos anos 2000.

Conheceu o MST pela extensão rural e pelas pastorais sociais da Igreja Católica, a CPT. A experiência com camponeses levou Siomara às Ciências Sociais, pois antes cursava Administração. Tornou-se professora universitária e manteve sempre o interesse pelos estudos feministas e de gênero. Em 2009 foi aprovada no concurso da UFFS, sendo lotada no *campus* Laranjeiras do Sul, município com 32.000 habitantes, onde retoma o contato com os movimentos sociais (hoje um tanto enfraquecidos mas se fazem presentes) especialmente o Movimento Sem Terra (assentamentos que somam mais de 5 mil famílias assentadas na região Centro Oeste do PR), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), este último não tão forte quanto em SC e RS. Existe no MST grupos de gênero (MST optou por discutir gênero). Em uma época existiu a Escola de Mulheres do MST, onde se reuniam as mulheres e podiam discutir seus temas específicos. Faziam reuniões com mulheres camponesas e urbanas e podiam falar de feminismo e de gênero. Siomara participou como formadora na Escola de Mulheres do MST. Depois o movimento mudou a política e passaram a discutir nos grupos mistos. Infelizmente, destaca Siomara, porque entende a necessidade das mulheres terem grupos de mulheres mais voltados a discussões de suas questões mais específicas. Na região em que foi trabalhar no Paraná, politicamente definida como Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, encontrou uma realidade formada por grupos sociais como assentados, acampados, quilombolas e indígenas (nessa região está a maior reserva indígena no Paraná), um universo diverso, com uma sociedade civil organizada (movimentos sociais) e uma região representativa de quase tudo o que existe no Brasil. O *Campus* Laranjeiras do Sul é o que mais reflete o projeto original desta universidade, a UFFS. O *Campus* está localizado dentro de um assentamento.

Figura 13 – Gisele Louro Peres



Fonte: acervo pessoal.

Gisele Louro Peres (professora) – *Campus Realeza*: atua como professora na área de Química da UFFS - *Campus Realeza*, nasceu em Rio Grande (RS), uma cidade que ela define como machista e até racista. O pai sempre priorizou o estudo. Entrou na faculdade de Química e no primeiro ano da faculdade foi convidada para trabalhar em uma cooperativa e logo depois no cursinho pré-vestibular, depois passou a dar aula particular. Durante esse processo sofreu diversos episódios de racismo. Fez o mestrado em Química pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e doutorado pela UFRGS, onde foi muito bem acolhida. Durante o doutorado, sua orientadora, muito feminista, guerreira, batalhadora sempre estimulou para que ela vivesse uma experiência de pesquisa em um laboratório em São Paulo e, em seguida, vai aos Estados Unidos. Aprovada no concurso da UFFS - *campus Realeza*, passou a estudar a realidade da região e a base da universidade e começou a pensar em seus projetos, muito voltados para a realidade local. Conhecendo a realidade percebeu o uso de agrotóxico com poucos cuidados e a situação precária inclusive das mulheres. Desenvolveu vários projetos de extensão e palestras na área de agrotóxico onde entra o tema agroecologia e desenvolveu vários projetos na temática voltada para a agroecologia. Fez entrevistas nas quais conheceu agricultoras e agricultores, começou a conhecer a realidade rural, onde o uso do agrotóxico era uma preocupação. Destaca o interesse forte pela extensão e o envolvimento com a comunidade, onde desenvolveu muitos projetos. Como foi coordenadora do curso de química e coordenadora de cultura e extensão do *campus*, sempre pensou em fazer um projeto para visibilizar os projetos em desenvolvimento. Na coordenação do curso de Química surgiu o projeto *Química em Arte* onde fez oito ações de

divulgação científica. Por uma questão latente nela e por preconceitos sofridos na universidade, queria um espaço para divulgar o trabalho das mulheres, valorizá-las de alguma forma. Cria, então, a ação *Mulheres na ciência: que comece o matriarcado*. Destaca que na gestão a maioria são homens, a mulher não está na posição de diretora ou coordenadora acadêmica, com algumas exceções. São raros os casos de mulheres na gestão, na maioria dos casos as mulheres sempre estão em postos de menor relevância, voltados ao trabalho burocrático. A ideia com a ação é mostrar a importância e o trabalho da mulher, mostrar que existe preconceito e existe racismo, que ela sentiu de perto. Foi o que motivou Gisele aos movimentos por dentro da UFFS. Destaca que na universidade existem apenas cinco docentes negras e negros. Hoje se assume e se identifica como negra e não aceita preconceito e discriminação, mas foi uma construção. O debate de visibilização das mulheres também foi motivado a partir dos projetos em que, nas comunidades, entrevistava as famílias onde sempre os homens se colocavam no lugar de fala e quando ela chamava a mulher, o homem sempre interferia.

Figura 14 – Valdete Boni

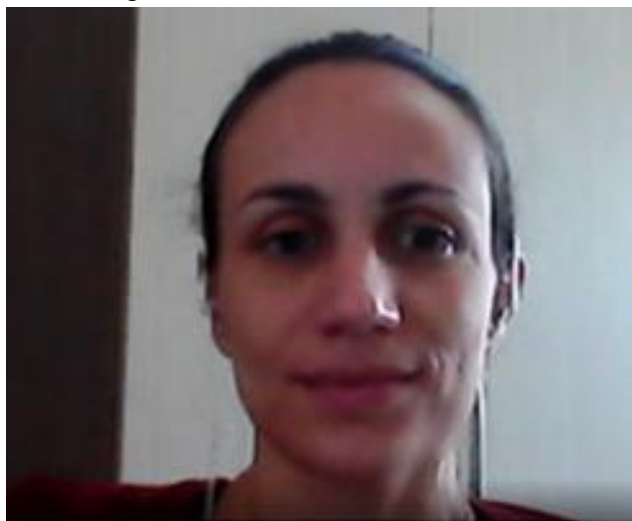


Fonte: acervo pessoal.

Valdete Boni (professora) - Campus Chapecó: atua como professora do curso de Ciências Sociais da UFFS - *Campus Chapecó*. É filha de agricultores e nasceu em Seara, filha de pai migrante de Soledade. Foi agricultora até os 19 anos, tempo em que participou da Pastoral da Juventude. Depois saiu para estudar. Fez a graduação e o mestrado na UFSC. Foi para o estado de Tocantins dar aulas na universidade. Retornou e fez doutorado e pós-doutorado na UFSC. Foi morar em Chapecó e dar aulas na UFFS. Desde a graduação participa de produções e projetos de pesquisa junto com sua orientadora. Afirma que pensar

as questões que afetam as mulheres passou a ser uma coisa automática, pois desde a graduação foi bolsista voluntária e entrevistava tias, vizinhas onde morava, no meio rural, uma realidade bem próxima à sua. Essa foi a motivação para seguir estudando a temática das mulheres e suas lutas. No doutorado queria estudar ecofeminismo. Pensou em estudar as mulheres quebradeiras de coco do Tocantins em relação às mulheres rurais. Mas a inviabilidade de estudar dois campos tão distantes fez com que ela optasse em fazer a pesquisa com as mulheres camponesas do sul, diminuindo o campo e tornando-o mais próximo. Durante a pesquisa vivenciou o campo, viajou com as mulheres, participou de suas atividades. A inspiração em estudar a temática surgiu em 2001 durante um encontro do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, em São Leopoldo, quando em uma mística, sentiu a forte relação das mulheres com a terra, com a geração da vida; a mística envolvia uma mulher grávida com sementes “brotando” de sua barriga. Essa simbologia se ligava muito ao ecofeminismo e ela ficou empolgada com o tema e decidiu estudá-lo. Também diz carregar a força que vem da terra. Cresceu em um ambiente rural onde o machismo era forte e naturalizado. Questões que perpassavam sua vida cotidiana. Na adolescência todos migraram para estudar e quando ela ficou sozinha começou a participar da Pastoral da Juventude. Tempos depois voltou para Seara, sua cidade Natal, levando alunos para conhecerem experiências e se engajou lá em algumas pesquisas. Atualmente estuda agricultura agroecológica. A primeira coisa que ela percebe no campo é a mulher, independente de qual for a temática. A pesquisa nos “treina”, e uma das coisas mais apaixonantes da pesquisa é ir a campo, perceber como vivem e se organizam, destaca Valdete.

Figura 15 – Renata Rocha Gadelha



Fonte: acervo pessoal.

Renata Rocha Gadelha (Estudante mestrado egressa) – *Campus Laranjeiras do Sul*: graduada em Filosofia, motivada pela preocupação ambiental. Entre os dilemas da juventude reconheceu que para cuidar da natureza é preciso pensar os seres humanos. Então, pensou que a Filosofia seria esse caminho, mas encontrou na academia uma Filosofia descolada da realidade e ficou frustrada. Passou, então, a se envolver com um coletivo de permacultura, que foi transformador para sua vida. Na permacultura passa a conhecer pessoas que se envolvem com isso e se organizam em trabalhos voluntários e projetos de extensão, abordando temas como alfabetização ecológica, fazer horta, trazendo o vínculo com a terra que ela tinha necessidade antes, mas também olhando para a questão social. O vínculo com a agroecologia começa aí. Na Unicamp, cursou disciplinas que tratavam das questões agroecológicas e participou de projetos de extensão para trabalhar com agrofloresta. Escolheu trabalhar como professora no município de Barra do Turvo, município referência nacional em agrofloresta. Foi uma experiência maravilhosa, afirma, que transformou sua vida para melhor, aproximando-a das camponesas e dos camponeses. Envolveu-se com a Associação de Agrofloresta de Barra do Turvo e Adrianópolis, atualmente denominada de Cooperafloresta, onde se ocupou com a comercialização dos produtos. Deixou as atividades na escola e passou a se envolver mais com a cooperativa, percebendo a importância da organização social de base para as demandas dos camponeses e das camponesas. Porém, a cooperativa ainda não tinha uma discussão política e ela começou a ver que se fazia necessário. Engravidou e saiu da Cooperafloresta, mudando-se

com o companheiro para Lajes, onde cuidou do filho e seguiu estudando. Ao revisar um texto sobre as questões de gênero, passou a interessar-se pelo tema, até pelas questões pessoais, passando a ver uma série de contradições e conflitos. Ao retomar os estudos, seu interesse seguiu na agroecologia. No mestrado em Laranjeiras do Sul dedica-se ao estudo da agroecologia e o MMC. Na época, a UFFS desenvolvia um projeto articulado com os movimentos sociais, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e UFFS para organização produtiva das mulheres do campo. Ela participou de vários encontros em Cascavel, onde falou com uma das mulheres. Começou a participar dos encontros do MMC e foi se apaixonando cada vez mais, pois para além da pesquisa, provocam a pensar nas crenças individuais e projetos de vida. Renata percebe o MMC como necessidade da luta e organização e desse espaço revolucionário das mulheres, de poderem falar do que vivem e sentem em suas casas, isso transforma a vida. Isso foi mudando a própria vida dela. Foi um processo de desenvolvimento acadêmico e pessoal. Quando terminou a pesquisa estava bem envolvida com elas. Continuou participando dos encontros. Quando terminou a dissertação surgiu a possibilidade de trabalhar como professora formadora do Projeto Escola da Terra. Destaca que os estudos de gênero são uma grande lacuna na academia. Na UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul, a professora Siomara e professora Josi ofertam disciplinas para discutir o tema, onde geralmente participam só mulheres. Não era um debate obrigatório. Na Escola da Terra já escrevia o projeto de doutorado e foi aprovada no processo seletivo da Unioeste, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. A pesquisa estuda mulheres camponesas, buscando saber se o movimento tem contribuído no resgate de estratégias coevolutivas ecológicas, se as mulheres estão conseguindo resgatar autonomia na produção do conhecimento ou dependem de um técnico para dizer o que é verdadeiro. Destaca que em Laranjeiras do Sul há um alto índice de violência contra as mulheres e que muitas professoras e estudantes se ocupam dessa temática e debatem as questões de gênero.

Figura 16 – Adriana Mezadri



Fonte: arquivo pessoal *apud* MARKO; REINHOLZ, 2021.

Adriana Mezadri (estudante egressa e liderança do MMC) - Campus Erechim:

Adriana Mezadri é agricultora, liderança do MMC/RS, mora em Charrua/RS, egressa da UFFS em 2020 como Licenciada em Educação do Campo Ciências da Natureza. Seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC teve como título “Da produção de alimentos saudáveis à geração de autonomia e conhecimento”. Adriana é mãe de três filhos. Iniciou a luta social ainda muito jovem, desde a década de 1990. Filha de pequenos agricultores, morava no município de Charrua, contribuía com os trabalhos da casa, na roça, o cuidado com o irmão mais novo e o avô. Estudou na escola da comunidade nos anos iniciais e na Fundação de Desenvolvimento Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP) fez os anos finais do ensino fundamental em ADR – Agente de Desenvolvimento Rural e na perspectiva da Agroecologia (de 1995 a 1998). Desde a escola passa a se engajar no movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais por volta de 1994 e nas diversas lutas. Na região de Erechim o movimento era forte (hoje é mais complexo qualquer movimento popular, diz Adriana). Depois que se formou passou a assumir mais tarefas para além do Estado. Na articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, junto com a companheira Loiva Rubenich (já falecida) fazem uma luta forte pela saúde pública, pelo direito à saúde das mulheres. Fizeram um processo de formação das Farmacinhas Populares, no projeto Plantando Saúde onde conseguiram cozinhas para o trabalho coletivo e de plantas medicinais. Conseguiram desenvolver diversos projetos do governo estadual e nacional. Ocuparam diversas vezes a delegacia do Ministério da Saúde em Porto Alegre, às vezes 1500

mulheres e outras vezes com 40, por volta de 1998/99. Foi uma luta dura pela defesa da seguridade social, pela documentação das trabalhadoras, em 1994 foi lançada a campanha na região Sul e 1997 a nível nacional de “Nenhuma trabalhadora rural sem documento”. Depois virou programa no estado, o primeiro programa de documentação que tivemos no Brasil. Participaram do processo do Orçamento Participativo e seguiram nas lutas pela seguridade e a previdência. Na questão da previdência, uma articulação das mulheres e outros movimentos do campo conseguiram avançar e manter direitos nos primeiros anos do século XXI. Lembra dos movimentos recentes para barrar a reforma da previdência, já na presidência de Bolsonaro. Conseguiram barrar alguns retrocessos, mas outros não, como a necessidade de comprovação no trabalho do campo, o que dificulta o processo pois nem todos os estados exigem bloco de notas. Quanto à motivação para entrar nas lutas, ela afirma que foi para a luta desde muito jovem. A presença do sindicato, muito parceiro do Movimento de Atingidos por Barragens e das Mulheres Agricultoras Rurais na região, eram bastante unidos (continuam até hoje de certa forma) e promoviam cursos de formação onde ela participava e começa a se envolver a conhecer as mulheres nas mobilizações. Saiu para estudar aos 17 anos, inicialmente pelo sindicato, depois é assumida pelo movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e assume a identidade do movimento. Em 1996 ocorrem diversas mobilizações, inclusive com greve de fome. Ela coordena o acampamento de Erechim, ainda bem jovem. Todos os movimentos estavam na luta (MAB, Fetraf, sindicato e outros). Em 2000, organizaram o acampamento nacional e nos anos seguintes organizaram dois acampamentos estaduais em 2001 e 2002. Na época ainda não havia movimento nacional organizado, apenas estaduais. Sentiram a necessidade de construir um movimento nacional. Em 2004, acontece o grande movimento nacional para ampliar direitos, uma luta pelo crédito especial para mulheres, mas que não avançou muito, tiveram o PRONAF mulher, que não resolveu muito. Em 2011, finaliza o ensino médio pela EJA. Antes, já buscava fazer, mas foi difícil pois estava envolvida com as lutas e o nascimento dos filhos. A possibilidade de fazer o curso superior mais perto, com a abertura do campus UFFS Erechim, facilitou a realização desse sonho. Registra que foi o primeiro caso da UFFS em licença maternidade. Afirma que não começaram nada (essa é a perspectiva do movimento), as lutas seguiram um processo histórico que vinha de muito antes, das indígenas, das negras, das camponesas. Há um acúmulo coletivo e há algumas escritas sobre as lutas, mas ainda há outras a serem escritas. Atualmente, Adriana participa, representando o MMC, da

Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC/Via Campesina), onde também participa uma mulher da CONAVIGUA (Coordenação Nacional de Viúvas da Guatemala). Ao longo da conversa Adriana lembra de episódios das lutas do movimento, entre eles uma viagem a Canguçu onde foram fazer a luta e teve que comprar roupas lá, contando com a solidariedade, pois não imaginava que seria tão frio daquele lugar.

Figura 17 – Francisca Izabel da Silva Bueno



Fonte: acervo pessoal.

Francisca Izabel da Silva Bueno (Integrante da comunidade) – *Campus Passo Fundo*: Francisca Bueno (Chica) é professora da rede pública de Passo Fundo e coordena a Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN). Atualmente é mestranda em Educação na Universidade de Passo Fundo (UPF) é integrante da comunidade externa na comissão que avalia as cotas raciais na UFFS. Nasceu no município de Júlio de Castilhos, onde morou por mais de 40 anos. O pai era “feminista nato” sem mesmo saber, diz Francisca; sempre incentivou as filhas a estudarem e serem livres. Ela e a irmã cursaram Magistério e são professoras. Cursou Ciências em Cruz Alta e, aprovada em concurso público, passa a ser professora estadual em tempo integral. Em sua trajetória na escola pública assumiu várias funções para além da docência; trabalhou no setor pedagógico, foi secretária, atuou no CPM, foi vice-diretora e diretora de escola pública. Retoma os estudos e faz Biologia em Ijuí. No final de 1999, muda-se para Passo Fundo, quando passa a trabalhar na Coordenadoria Regional de Educação. Em Erechim faz o curso de Supervisão e Orientação. Em 2009 se aposenta. Em 2011 volta a trabalhar na Coordenadoria Regional de Educação em Passo

Fundo como Assessora Pedagógica. Em 2013 volta a trabalhar em escola pública de periferia, como orientadora educacional. Sua trajetória de vida é muito ligada à militância negra. Relata a experiência de morar em cidade pequena (Júlio de Castilhos) e ter vivenciado desde criança a questão da raça, porque na cidade havia o “clube dos negros” e o “clube dos brancos”. Terminou a especialização já bastante envolvida com o Movimento Negro, participa da Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), que tem 27 anos de existência. Em Passo Fundo organiza a ACMUN, em 2001, grupo que tem organização em Porto Alegre com braços no interior. Em Passo Fundo, desde a ACMUN, fizeram vários projetos junto com o Ministério da Saúde, quando conhece a professora Vanderléia. Francisca foi a primeira mulher negra a participar do Conselho Municipal de Saúde de Passo Fundo, onde segue até hoje. Ajudou a construir o Instituto Regional do Negro. A ACMUN é uma organização bastante conhecida e respeitada, que discute muito feminismo, saúde, educação. Além da ACMUN, Francisca fez parte, por muito tempo, de uma Organização de Mulheres Educadoras da CNBB, participando de diversos encontros nacionais. Destaca que foi bem importante essa articulação com esse grupo de educadoras, inclusive foram ao Haiti, uma viagem de muito conhecimento. Com a ACMUN, também foi para Atlanta/EUA. Nas atividades relacionadas à igreja católica, também organizaram um grupo chamado Teologia e Educação, atualmente Teologia e Negritude, ligado ao Iterra. Nesse grupo promovem muitos debates e conseguiram bolsa de estudos para pessoas negras, antes mesmo de se falar em cotas raciais, uma grande conquista. Francisca destaca que a ACMUN tem uma forte relação com a Comissão de Direitos Humanos, inclusive organizaram uma especialização em “Direitos humanos e relações étnico-raciais”. Ela também participou do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene). Francisca participou de diversas "Marchas das Margaridas", em Brasília. Em 2015 organizaram as mulheres para participarem da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília. Francisca faz parte do grupo de heteroidentificação da UFFS, bem como da mesma comissão no Instituto Federal de Passo Fundo e no Instituto Federal de Sertão. Retrata que isso são conquistas. Atualmente faz mestrado na UPF e em sua pesquisa se propõe a estudar e debater a Lei nº 10.558 e como avançou no ensino fundamental. Francisca acredita que avançamos nos debates de enfrentamento ao racismo, mas é uma pena que atualmente estejamos perdendo essas conquistas, um momento político em que não se quer falar sobre negro, sobre feminismo, sobre excluídos. Destaca as dificuldades da luta feminista, do feminismo negro,

mas na escola encontra um respeito e apoio. Ela é a única professora negra, mas têm muitas crianças negras e elas gostam de ouvir suas falas sobre negritude. A perspectiva que lhe dá o feminismo negro permite que ela questione algumas coisas na academia. Francisca afirma a importância e necessidade de fortalecer a base, o ensino fundamental, para tanto é preciso qualificar os profissionais, mas quem entra na universidade precisa de assessoria, de apoio, pois na academia é forte o machismo e a segregação racial, por isso é importante a força do coletivo.

Figura 18 – Liria Ângela Andrioli



Fonte: acervo pessoal.

Liria Ângela Andrioli (professora) - Campus Laranjeiras do Sul: Liria é filha de pequenos agricultores, tem um irmão, nasceu e morou no interior de Campinas das Missões no RS até os cinco anos de idade, quando foram morar na cidade e montar um Armazém (Bolicho), mas mantendo o trabalho na agricultura. Liria acompanhava os pais nos trabalhos da roça e aprendeu a trabalhar na terra. Sempre teve muito incentivo dos pais para estudar. Na primeira série, na escola da cidade, sentiu preconceito por ser “filha de colono” e falar alemão, dominando apenas algumas palavras em português. Depois esse sentimento passou. Aos 13 anos começa a participar de um Grupo de Jovens e integrar a Pastoral da Juventude e seus espaços de formação, que a levou a ser assessora da Diocese e ministrar cursos. Destaca a importância da Pastoral da Juventude na formação enquanto sujeita crítica. Foi educadora do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA).

Influenciada pelo irmão cursou Filosofia na Unijuí, em Santa Rosa. Aos 19 anos sai de casa para morar em Santa Rosa, onde se torna assessora de uma vereadora do PT, Terezinha, com quem passa a trabalhar também com a temática das mulheres. Em seguida começa a assessorar, também, o deputado Federal Orlando Desconsi com quem trabalhava o tema da Juventude e das Mulheres. Liria também participou do Movimento Estudantil na Unijuí, onde foi coordenadora do DCE Paulo Freire, em Santa Rosa. Segue sua trajetória pensando especialmente nas temáticas da juventude e mulheres. Realizava muita formação com a comunidade, especialmente com as mulheres rurais. Participa do movimento pró-universidade federal na região, participando junto com a Via campesina, a Fetraf e outros movimentos. Também acompanhava de perto a implantação do *Campus* Cerro Largo. Na graduação em Filosofia, no tema do TCC estudou as mulheres na história da Filosofia. No mestrado em Filosofia na Unijuí estudou as relações de gênero na escola, buscando compreender a opressão da mulher, relações de gênero e aproximação com o currículo real. Trabalhou como colaboradora na revista Contexto e Educação e participa de um grupo de pesquisa na Unijuí. Nesse período participa de diversos eventos sobre gênero, feminismo e relações de gênero e educação. Então, faz o doutorado na Unijuí na linha de pesquisa “Educação popular em movimentos e organizações sociais”. O tema da pesquisa foi as mulheres rurais, resgatando sua relação forte com a terra e a religião na constituição das identidades femininas, estudando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santo Cristo. Nesse período era bolsista e faz um doutorado sanduíche na Alemanha, onde estuda um movimento de mulheres agricultoras católicas naquele país. Em 2015 faz o concurso na UFFS, seu primeiro concurso para professora, foi aprovada e chamada para assumir o cargo em 2017, no *campus* Laranjeiras do Sul, a maior região de conflito agrário da América Latina, de assentamentos e acampamentos. Ingressa na UFFS como professora no curso de Educação do Campo e como professora colaboradora no mestrado em “Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável”. Gosta muito do lugar pela forte relação com os movimentos sociais. Atualmente é professora permanente e coordenadora adjunta do mestrado em “Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável”, onde aproxima as pesquisas das mulheres com a agroecologia. Decide tomar como frente de pesquisa a educação popular e a relação das mulheres com a agroecologia e conceitos como cuidado, identidades, na perspectiva da educação popular. Coordena o grupo de estudos de gênero. Participa também de um grupo de pesquisa em educação do campo e agroecologia. Está em

um GT de criação do mestrado em Educação, onde propõe fazer associação da educação popular e as mulheres. Seu foco são as mulheres agricultoras, camponesas. Tem contato forte com o grupo de mulheres do Assentamento 8 de julho, onde se encontra o *campus* da UFFS. Como professora no programa de mestrado em Agroecologia oferece um componente optativo denominado “Gênero e agroecologia”, juntamente com a professora Siomara e Josimeire. Também no curso de Educação do Campo - Ciências da Natureza, oferece um componente optativo sobre o tema. Destaca um ambiente de colaboração, de diálogo com outras mulheres por dentro da universidade, sem disputas.

Figura 19 – Maria Alice Canzi Ames



Fonte: acervo pessoal.

Maria Alice Canzi Ames (professora) – *Campus Cerro Largo*: Maria Alice Canzi Ames inicia sua apresentação destacando suas origens. A família Canzi é natural de Marau e Casca, Rio Grande do Sul. Seus pais casaram-se muito jovens e foram morar no interior de Santa Catarina, município de Pinhal, Linha Tiradentes. Cresceram lá, em uma família de nove irmãos, sendo ela a única menina. Por ser a última filha, os pais já tinham uma certa estrutura, construído uma casa na Cidade de Pinhalzinho, onde ela foi morar e estudar. Os pais ainda mantinham o vínculo com a roça e ela participava com a família das atividades rurais. Uma das formas de se sentir motivada, empoderada e aceita na escola de Ensino Médio do centro foi através das poesias. Ganhou prêmio declamando poesias e foi a realização da mãe. Nesse período começou a militar na Pastoral da Juventude e construiu a Pastoral da Juventude estudantil criando o grêmio estudantil Paulo Freire na Escola Padre

José Marcolino Eckert, onde estudou no ensino médio. Casou bastante cedo, aos 19 anos. Em seguida engravida, quando já tinha iniciado o curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e então tranca a faculdade até o filho crescer e retorna, depois de um tempo. Imaginava um dia fazer a revolução, mudar o mundo a partir das leituras sobre comunismo e socialismo. No mestrado o tema da pesquisa foi sobre a escola de turno integral (Cieps), onde buscou compreender as questões de transferência, evasão e exclusão. O diferencial que ela entende ter conseguido no mestrado foi fazer a defesa da dissertação na escola. Faz seleção para o doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), PUCRS e UFRGS e foi aprovada nas três, mas escolheu a UFRGS por ser uma instituição gratuita. No entanto, relata ter tido muitos problemas desde o início por não ter se sentido acolhida. Foi um período muito desgastante e ela acabou adoecendo. Tempos depois, é aprovada como docente da UFFS, inicialmente em Chapecó, depois em Cerro Largo. Atualmente participa de projetos voltados para a construção de uma cultura de paz e empoderamento das mulheres. Em Santa Rosa constituíram um grupo informal de mulheres, mulheres de diferentes partidos que estavam interessadas em estudar as questões da mulher. Surgiu, então, a organização não governamental (ONG) “*Girl Up*”, formada de meninas do ensino médio que trabalham a questão dos tabus da menstruação. Ela acaba se direcionando para essas questões, estudando os feminismos para compreender melhor e se empoderar, porque essas questões começaram a aparecer forte e as questões de gênero começam a ser direcionadas para ela. Quando era professora em Chapecó participou do projeto Fazendo Gênero (UFSC). Nesse período ela conseguiu fazer um PIBIC do ensino médio onde promoveu essa discussão de gênero e identidade. Surgiram questões acerca do abuso sexual e outras questões importantes. Como docente, também estuda e trabalha questões contemporâneas como meio-ambiente e ecologia. Quanto ao doutorado na UFRGS ela disse que levou dez anos para concluir, pois trancou durante um tempo e depois retorna, incentivada pela nova coordenadora do programa. Afirma ter sido bastante acolhida também pelo novo professor orientador. Ao final defende a tese, portanto é doutora pela UFRGS.

Figura 20 – Justina Inês Cima



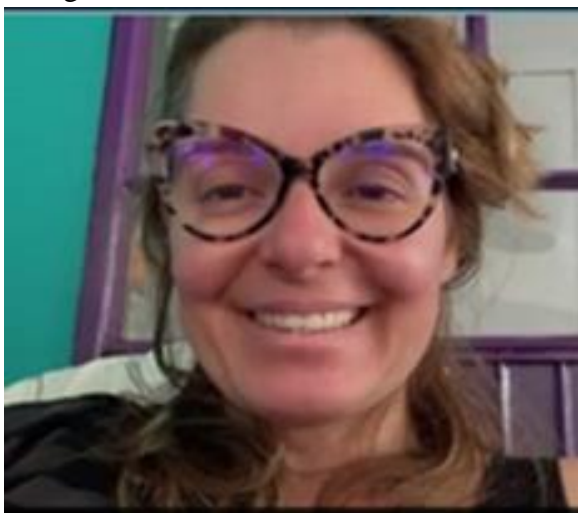
Fonte: acervo pessoal.

Justina Inês Cima (Liderança MMC e presidenta do Conselho Estratégico Social) – *Campus Chapecó*: Justina Cima é dirigente do MMC. É casada, tem um filho e uma filha. O filho é missionário da luta indígena e a filha é pedagoga. Se apresenta como mulher agricultora, dirigente do movimento e pedagoga. Nasceu em 1956, filha de imigrantes europeus, considera importante destacar que viveu de perto alguns sofrimentos que viviam as famílias mais pobres, como a falta de comida, de roupas e calçados. Essa experiência de vida, de menina pobre do campo, tornou-se base importante na sua formação humana. O pai era uma liderança na comunidade e tinha uma prática comunitária e a mãe trabalhava intensamente para garantir o alimento dos filhos. Mudou-se da região de Caxias do Sul para a região de Erechim, município de Aratiba e chegando lá encontrou uma comunidade analfabeta e com papel doado por um pequeno comércio passou a dar aulas todas as noites, alfabetizando as pessoas. Ela viveu um tempo como agricultora, quando a agricultura era praticamente toda agroecológica. Com a entrada da “revolução verde” as coisas mudam. Seu espaço de atuação forte foi nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Diocese de Erechim. Casa-se com 20 anos e vai morar em Santa Catarina, município de Quilombo, diocese de Chapecó comandada por Dom José Gomes, que tinha uma atuação com base na Teologia da Libertação e das CEBs. Justina teve uma participação muito forte na diocese e se torna rapidamente uma liderança. Em 1983 começam a surgir movimentos sociais resultantes dos debates das CEBs e da Teoria da Libertação, foi quando surge

também o movimento de mulheres camponesas e Justina passa a acompanhar esses movimentos. Destaca que desde o surgimento participa do movimento de mulheres, que começa como uma “Organização de Mulheres Agricultoras” e depois passa a ser “Movimento de Mulheres Agricultoras” e, em 2004, o movimento se consolida como “Movimento de Mulheres Camponesas”. É dentro desses espaços, no movimento de mulheres e na Teologia da Libertação nas comunidades eclesiais de base, onde se dá sua formação ideológico-política que passa a atuar também como oposição sindical, onde passam a fazer fortes debates e se vinculam à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1988, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, é eleita vereadora, por indicação do movimento de mulheres com apoio das pastorais sociais, sendo a candidata mais votada. Realiza um mandato muito popular e na eleição seguinte foi candidata a vice-prefeita pelo Partido dos Trabalhadores. Em 1992, passa a compor a direção Estadual do Movimento Mulheres Camponesas em Santa Catarina, um período intenso de lutas pela regulamentação da Previdência, por isso atua desde a coleta de assinaturas à construção de propostas para as mulheres e homens do campo. Nesse movimento participa de ações em Brasília, junto ao congresso e senado federal e participando de debates com outras entidades em todo o país. No Movimento de Mulheres Camponesas trabalham e fazem formação acerca dos pilares da Seguridade Social, da Saúde (SUS), assistência e Previdência. Após a eleição do presidente Lula, Justina passa a participar do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, onde leva a bagagem da vivência nas comunidades eclesiais de base e dos movimentos sociais do campo. Destaca que sua luta pela educação formal sempre foi muito forte no movimento, desde a questão da Educação do campo para o campo e no Movimento de Mulheres Camponesas trabalhavam muito voltada para uma formação não sexista e pela inclusão das mulheres camponesas na educação formal. Justina ingressa na universidade depois de se aposentar, frequenta o EJA e faz o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ao ser aprovada no Enem, a UFFS já estava em funcionamento, mas queria ir para a universidade e seguir como dirigente do movimento na direção Nacional, como coordenadora das mulheres da Via Campesina, como uma das coordenadoras nacionais e internacionais e por isso viajava muito. A dificuldade de conciliar a universidade com sua atuação militante fez com que ela optasse por fazer Pedagogia na Unopar, entrando pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), com bolsa integral, em regime semipresencial, por isso destaca que assim como ela, outras mulheres fizeram esse percurso, pois era a forma de seguir trabalhando e

militando. Ela destaca como é contraditório esse processo, já que se tivesse cursado na UFFS teria que se afastar das lutas do movimento. Sobre a luta da Universidade Federal da Fronteira Sul destaca duas mulheres do MMC que acompanharam mais esse processo. Ela participa em alguns momentos e assume, por um período, a coordenação do Conselho Estratégico Social da UFFS. Sobre a participação no Conselho destaca como fundamental a participação das mulheres camponesas/agricultoras naquele espaço para desmistificar algumas questões e afirmar a importância da profissão e debates importantes como da agroecologia. Quando perguntada Justina sempre se apresenta como mulher agricultora, com muito orgulho, e sempre trabalhou com as mulheres a importância e a potência da profissão e dos conhecimentos produzidos desde os cuidados com as sementes, a produção agroecológica, a industrialização artesanal e a venda dos produtos diretamente aos consumidores, de porta em porta ou em feiras. Destaca a luta pela implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul e reconhece a importância de ocupar seus espaços, seja como estudantes ou nos espaços de gestão.

Figura 21 – Ana Carolina Teixeira Pinto



Fonte: acervo pessoal.

Ana Carolina Teixeira Pinto (professora) – Campus Realeza: Ana Carolina nasceu em Curitiba, mas ainda jovem foi morar em Florianópolis. Seu gosto pela literatura e escrita começam desde cedo, queria muito ser escritora e, com 10 anos de idade, escreve seu primeiro poema. A origem da família é uma mescla, mas essencialmente libanês com português. Seu bisavô por parte de pai veio para o Brasil, era católico, teve quatro filhas e

afirmava que elas deveriam ser independentes, isso por volta de 1900. A avó nasceu em 1916 e foi uma das primeiras mulheres a cursar Direito em Curitiba. O pai de Ana Carolina foi professor da UFSC e a mãe era professora de História. Ana Carolina engravidou aos 18 anos, mesmo assim o pai a proibiu de se casar. Retornou à universidade aos 24 anos para cursar Letras na UFSC, onde posteriormente também fez seu mestrado e doutorado. A filha Maria Eduarda tem 26 anos, é psicóloga e artista, e seguem muito conectadas, inclusive quanto às referências teóricas feministas. Ana Carolina é professora da UFFS desde 2011 e desde que ingressou desenvolve projetos de extensão, estabelecendo um vínculo forte com a comunidade. Um dos projetos que surgiu, já em 2011, foi o grupo de teatro “La Broma” e foi nesse grupo que se moldou uma experiência muito forte, envolvendo pessoas com diferentes sensibilidades, um prazer estético criativo e reflexivo. Quando ela retornou do doutorado, em 2016, recomeça o grupo de teatro que, naquele momento, se compunha somente de integrantes femininas. Ana Carolina destaca que mesmo sem saber, sempre esteve envolvida com o feminismo de alguma forma. Como a proposta do grupo de teatro é uma construção coletiva e o grupo está composto somente por mulheres, os temas femininos ganham destaque, especialmente a questão da violência contra as mulheres e o machismo. No início de 2017 foi criado um Centro de Línguas que ela passa a coordenar, sendo professora de Espanhol de Literatura em Língua Espanhola. Em 2018, a morte de Marielle Franco gera uma forte comoção e indignação. Nesse momento já existia o grupo de meninas que se dedicava aos estudos feministas e, ao saber da notícia, a professora Ana Carolina mobiliza o grupo para um ato, também chama a professora Gisele, pois as duas eram coordenadoras de extensão e cultura do *campus*. Visivelmente o movimento iniciou nesse momento, mas já existia uma demanda de estudos feministas na literatura, apesar da resistência em trabalhar com crítica feminista. A necessidade foi aparecendo, pois a literatura tem muito de História e foram surgindo temas que pediam algum posicionamento; as meninas relatavam coisas e ela não tinha como fugir diante de casos de violência ou quando as meninas cobravam uma ação diante das situações. Diante da insistência das meninas, ela concorda em coordenar o grupo. Em 2017, uma de suas alunas realizou a defesa do TCC sobre literatura feminina Paraguaia. Inicialmente não era para ser literatura feminina, a intenção da aluna era buscar nas escolas paraguaias referências de literatura, mas percebe que só havia duas mulheres no referencial e fica incomodada com isso. Essa descoberta gera uma provocação a própria Ana Carolina, que passa a pensar que mesmo no seu repertório,

no seu próprio programa, não havia nenhuma literatura de mulher paraguaia e nada sobre mulheres nas narrativas. Então, a partir dessa pesquisa é que ela amplia o repertório feminino na própria disciplina. Desse modo, tanto as leituras, quanto os repertórios do grupo de teatro La Broma se voltam para a temática feminista e, desde 2018, praticamente tudo o que o teatro produziu foi relacionado às mulheres/feministas. Surgiram muitos relatos de violência doméstica, somados à morte de Fernanda Young e Marielle Franco. Ana Carolina acompanhava a obra de Fernanda Young e decide fazer um espetáculo em homenagem a ela com o título “Nós-F”, inspiradas no seu livro “Pós-F: para além do masculino e do feminino”. A peça satiriza um podcast sobre feminismo onde cada uma das meninas fazia o papel de uma mulher de destaque sendo um dos temas o pensamento dessas mulheres acerca do feminismo. Fizeram essa performance em dois momentos no YouTube: em outubro no evento “Diversas” da UFFS e em dezembro no Festival de Cultura. No último ano fizeram o espetáculo que é “Matemos las Barbies” no formato *online*, por conta da pandemia, baseado no poema de uma escritora argentina. Duas alunas de Ana Carolina realizaram suas pesquisas de TCC sobre essa autora. Ana Carolina desenvolve um trabalho voltado à temática feminista construindo uma conexão entre teatro e literatura. Outra aluna fez seu TCC com base nos poemas de Raiane Leão, uma poetisa negra contemporânea. Organizaram o evento “Empoderamento: o lar de todas as mulheres”. Ana Carolina destaca que minha pesquisa a motivou a produção de um portfólio para apresentar todas as ações desenvolvidas. A partir da leitura de autoras feministas passa a se identificar com o feminismo e entende que a luta das mulheres é muito atual e necessária. Ana Carolina destaca ainda que sua experiência no casamento está sendo bem diferente desde sua aproximação com o feminismo. Afirma que teve que romper com muitas coisas ao aproximar-se do feminismo e sente que esse movimento muitas vezes a surpreende.

Apresento a seguir, no Quadro 2, um resumo com informações básicas das sujeitas acerca de suas aproximações com os movimentos e organizações sociais, o feminismo e a agroecologia.

Quadro 2 – Aproximação com movimentos/organizações e feminismo

Nome	Aproximação com movimentos/organizações e feminismo
Adriana Mezdri	Agricultora; MMTR; Liderança MMC; Agroecologia; CLOC/Via Campesina.
Ana Carolina Teixeira Pinto	Universidade; Literatura; Teatro/ Grupo <i>La Broma</i> .
Daiane Bordulis	Filha de pequenos agricultores; Estuda mulheres e Agroecologia; GT de gênero da Rede Ecovida de Agroecologia; Grupos de pesquisa “Corpo, gênero e Diversidade” e “Geolutas” (Unioeste).
Francisca Izabel da Silva Bueno	Professora; Liderança da Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN); Movimento de Mulheres Negras; Sindicato de professores; Grupo Teologia e Educação/Teologia e Negritude (Iterra); Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene); Marchas das Margaridas; Marcha das Mulheres Negras.
Gisele Louro Peres	Universidade; Projetos de extensão na área da agroecologia; Coordenadora de Cultura e extensão do <i>campus</i> ; Coordenou o projeto <i>Química em arte</i> ; Coordena o projeto <i>Mulheres na ciência: que comece o matriarcado</i>
Grasiele Berticelli	Universidade; Filha de pequenos agricultores; Movimento estudantil UFFS; Coletivos feministas; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Liderança/Dirigente do MAB; Coletivo Nacional de Mulheres do MAB.
Justina Inês Cima	Agricultora; Agroecologia e feminismo; Liderança/Dirigente do MMC; Liderança das mulheres da Via Campesina.
Liria Ângela Andrioli	Pastoral da Juventude; Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA); Ação político-partidária; Movimento Estudantil; Movimento de Mulheres Agricultoras Rurais; Coordena o Grupo de estudos de gênero; Estuda mulheres e agroecologia feminismo, educação popular e movimentos sociais.
Maria Alice Canzi Ames	Filha de pequenos agricultores; Pastoral da Juventude; Grêmio Estudantil; Projeto Gênero e Educação; Temática feminismo e violência contra as mulheres; Bastante envolvida com a extensão; Participa do PIM (Programa de Monitoria Institucional) do movimento indígena na universidade.
Naira Estela Roesler Mohr	Aproximação com o feminismo camponês popular; Escola de Educação Básica Vinte e Cinco de Maio (Escola assentamento MST); Estudos de gênero;

	Forte atuação na extensão da UFFS com as mulheres em movimentos; Produções coletivas com as mulheres dos movimentos; Feminismo e agroecologia.
Renata Rocha Gadelha	Universidade; Permacultura; Agroecologia; Projeto extensão alfabetização ecológica; Associação de Agrofloresta de Barra do Turvo e Adrianópolis - atualmente Cooperafloresta; Projeto ligado à UFFS com os movimentos sociais, MMC, MST, a Fetraf e UFFS; Pesquisa o MMC. Professora formadora do Projeto Escola da Terra.
Sandra Vidal Nogueira	Teologia; Direitos humanos e questões de gênero; Pesquisa de pós-doc sobre feminicídios na região de Cerro Largo; Linha de pesquisa na UFFS: <i>Direitos humanos, movimentos sociais e instituições</i> (filiação a CLACSO); Militância político-partidária.
Siomara Aparecida Marques	Pastorais sociais da Igreja Católica; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Militância no PT; Movimento estudantil; Extensionista social rural trabalha com mulheres agricultoras; Estuda feminismo e gênero; Formadora na Escola de Mulheres do MST; Proximidade com os movimentos sociais e o feminismo popular camponês; Projetos de extensão temática mulheres e agroecologia com mulheres camponesas do MST; Grupo de Estudos de Gênero; Pesquisa mulheres/feminismo e agroecologia.
Solange Maria Alves	Filha de agricultores sem terra; Pastoral da Juventude; Teologia da Libertação; Comissão Pastoral da Terra; Movimento sindical; Militância partidária; MMC.
Valdete Boni	Filha de pequenos agricultores; Pastoral da Juventude; Estuda/pesquisa mulheres/feminismo e Agroecologia; Estuda o MMC.
Vanderléia Laodete Pulga	Filha de camponeses; Pastoral da Juventude Rural; Organização das Mulheres da Roça, depois Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), atualmente MMC; Marcha Mundial de Mulheres; Políticas nacionais de saúde e implantação do SUS; Educadora no MMC - formação de mulheres; Debate feminista: Promotoras Legais Populares; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas; Conselho de Direito das Mulheres; Militância feminista junto ao MMC Debate feminista pelo viés da educação popular em saúde.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

2.3 FORMA DE ANÁLISE: MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO DE SENTIDOS

O conteúdo dos textos das entrevistas foi analisado buscando significados e interpretações das mensagens postas considerando seu contexto. Assim,

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO *et al*, 2006 *apud* GOMES, 2012, p. 84).

A análise qualitativa do conteúdo dos dados coletados se baseou no método de interpretação de sentidos (GOMES, 2012). Gomes (2012) propõe uma leitura compreensiva do material selecionado; exploração do material e, ao final, a elaboração da síntese interpretativa. O método de interpretação de sentidos é proposto como

[...] uma tentativa de avançarmos mais na interpretação, caminhando além dos conteúdos de textos na direção de seus contextos e revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema. Nesse método, é de fundamental importância que estabeleçamos confrontos entre: dimensão subjetiva e posicionamentos de grupos; texto e subtexto; texto e contexto; falas e ações mais amplas; cognição e sentimento, dentre outros aspectos (GOMES, 2012, p. 105).

Dessa forma, os movimentos efetuados na análise dos dados são hermenêuticos e dialéticos, já que articulam a interpretação das mensagens aos processos sociais que condicionam a formação e o exercício das subjetividades políticas das interlocutoras. Assim como em exercícios anteriores, busquei “articular a interpretação textual do conteúdo das entrevistas a processos sociais estruturantes para captar movimentos da subjetividade política dos/as entrevistados/as” (GRUGINSKIE, SFREDO MIORANDO, GENRO, 2022, p. 39).

A análise das entrevistas se deu tomando as entrevistas como um todo e destacando trechos significativos conforme os eixos temáticos. Portanto, uma primeira rodada de classificação do conteúdo se deu associando trechos das falas aos temas Feminismo, Universidade Pública, Subjetividade Política e Bem Viver. Na sequência, esses trechos foram associados às categorias definidas previamente no projeto de pesquisa, porém com atenção para detectar categorias emergentes. A análise das entrevistas buscou contrastar/destacar experiências e perspectivas das sujeitas. Esse trabalho se deu articulado ao referencial teórico que serviu de base à pesquisa.

A associação entre excertos de entrevistas e categorias dependeu dos núcleos de sentido identificados em cada trecho das falas. Sentidos emergentes foram destacados como indicadores das lógicas mobilizadas pelas interlocutoras referentes aos tópicos da entrevista e permitindo uma aproximação entre as perspectivas relatadas pelas diferentes entrevistadas, uma vez que apresentavam características comuns. O que apresento aqui como sentidos emergentes se relaciona à singularidade da experiência de cada sujeita. Esses sentidos, por sua vez, remetem a um conjunto de associações possíveis entre os movimentos das subjetividades políticas das entrevistadas, permitindo reuni-los em núcleos de sentidos. Os núcleos de sentidos foram então associados às categorias previamente propostas. Porém, conforme novos sentidos emergentes iam sendo detectados ao longo da análise, algumas categorias foram modificadas em relação à proposta inicial. A função das categorias é agrupar os sentidos emergentes em sua conexão com os temas que fundamentam os eixos.

Quadro 3 – Categorias/sentidos emergentes

Eixos/Temas	Categorias / sentidos emergentes
<p>Subjetividade política</p>	<p>> Trajetórias de vida/experiências</p> <ul style="list-style-type: none"> ● família: impulso materno ● participação comunitária: pastorais sociais e partido político ● movimento social: lutas interseccionadas (campeãs e feministas) ● universidade: movimento estudantil e estudos feministas <p>> Participação social</p> <ul style="list-style-type: none"> ● consciência coletiva e solidariedade ● consciência crítica e mudança ● lutas interseccionadas por emancipação <p>> Subjetividade feminista</p> <ul style="list-style-type: none"> ● luta contra a violência ● promoção da agroecologia e reforma agrária ● disputa pelas políticas públicas ● diálogo como componente da subjetividade política ● mobilização pela educação pública <p>> Limites à ação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● padrões sociais de gênero ● isolamento

<p>Feminismo</p>	<p>> Feminismos da Fronteira Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> ● feminismo como emancipação e liberdade <p>> Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ● imposições do trabalho doméstico/reprodutivo ● agroecologia como protagonismo feminino no trabalho produtivo ● horizontes de trabalho a partir da universidade ● trabalho como empoderamento para vida digna <p>> Violências</p> <ul style="list-style-type: none"> ● silenciamentos ● violências como expressão do patriarcado ● enfrentamentos às estruturas de opressão ● universidade como espaço de enfrentamentos ● feminismo como compreensão das origens das violências <p>> Reconhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ● equiparação econômica ● visibilidade das mulheres ● reconhecimento entre mulheres/cumplicidade ● posicionamentos feministas/militância
<p>Universidade pública</p>	<p>> Interlocação com a comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● gênese nos movimentos sociais ● articulação com pequenos produtores ● universidade como ação política ● horizontes de possibilidades para mulheres ● problematização da sociedade <p>> Desafios aos movimentos de mulheres</p> <ul style="list-style-type: none"> ● contornos patriarcais na institucionalidade ● enfrentamentos de raça e classe ● visibilização das pautas feministas ● permanência estudantil e caráter popular ● articulação das lutas ● formação como impacto regional ● inovações curriculares ● parcerias entre mulheres <p>> Ecologias de saberes</p> <ul style="list-style-type: none"> ● mulheres e agroecologia ● ação feminista sobre o currículo ● pautas feministas no currículo ● movimento social dentro da universidade ● ações interinstitucionais ● epistemologias emergentes ● feminismo acadêmico como ação institucional

Bem Viver	<p>> Descolonização</p> <ul style="list-style-type: none"> ● comum <p>> Organização comunitária</p> <ul style="list-style-type: none"> ● laços e articulações ● redes de solidariedade ● dinâmicas de intercâmbio e transformação <p>> Alteridade e cuidado com a vida</p> <ul style="list-style-type: none"> ● diferenças culturais ● cuidado com a terra ● agroecologia e feminismo <p>> Dignidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● vida livre ● acesso a direitos ● equidade ● afirmação coletiva ● formação ético-política
------------------	--

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os excertos das falas das sujeitas que foram considerados significativos para expressar os núcleos de sentidos presentes nas categorias de cada eixo estão dispostos em seções específicas nos capítulos seguintes desta tese. De um lado, isso permite visibilizar a convergência entre os sentidos das experiências das sujeitas. De outro, no trabalho analítico, os núcleos de sentido postos em diálogo produziram uma composição de sentidos, dialogando com a teoria e os objetivos da tese numa síntese interpretativa.

Desse modo, a composição de sentidos construída aqui se fez desde minhas perspectivas e intenções de investigação. Expressa uma tentativa de avançar para além das experiências individuais no entendimento da situação coletiva das mulheres na Fronteira Sul e, a partir daí, das possibilidades da formação política feminista na universidade pública.

2.4 LÓCUS DA PESQUISA: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E AS MULHERES EM MOVIMENTO

Como indicado, escolhi a Universidade Federal da Fronteira Sul como lócus de minha pesquisa por considerá-la resultado de um projeto inovador que representa um momento histórico de avanços na educação superior brasileira. Como indicado em documentos como o *Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul*, o *Plano de*

Desenvolvimento Institucional (PDI) e o *website* da UFFS, o contexto de criação da Instituição foi fortemente marcado pela participação dos movimentos e organizações sociais da região, em especial, no tocante a esta pesquisa, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A UFFS foi criada num contexto de expansão das universidades brasileiras, com forte investimento na implantação de novas universidades, bem como na ampliação das já existentes. Naquele período, demandas regionais por educação superior pública, até então reprimidas, começam a ser atendidas com a criação de diversas universidades federais em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Conforme consta no PDI da UFFS,

O processo de criação da UFFS veio ao encontro do cenário político que buscava a democratização e expansão da educação superior no Brasil para o período de 2003 a 2014. Dentre as ações do governo estava a interiorização da educação superior, que visava fomentar o desenvolvimento regional integrado e reverter o processo de litoralização da força de trabalho qualificada (MEC 2012-2014) (UFFS, 2019, p. 19).

Conforme consta em seu *site*, a história da UFFS carrega consigo a luta de movimentos e organizações sociais que há décadas se mobilizavam para a implantação de uma universidade federal na região. Em 2005, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades públicas criaram o Movimento Pró-Universidade Federal e, em 2006, foi criado um grupo de trabalho para elaboração de um projeto para criação de uma universidade na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul que envolveu movimentos sociais como a Via Campesina, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ainda em 2006, o projeto chegou ao Congresso Nacional e já previa a implantação de uma instituição democrática, popular e com cinco *campi*.

O Ministério da Educação (MEC) cria, em 2007, uma Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e na região os movimentos organizam diversas ações e atos públicos em apoio à implantação da universidade. No final de 2007 o ministro da Educação faz o anúncio da criação de uma universidade na região, em uma solenidade que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma Comissão de Implantação da Universidade foi criada em 2008, tendo como presidente o professor Dilvo Ristoff, e a criação da UFFS foi oficializada com a aprovação da Lei nº 12.029/2009. O professor Dilvo Ristoff foi designado reitor *pro tempore*. No mesmo ano, iniciaram as inscrições do processo

seletivo para cursos de graduação (UFFS, 2023). Algumas imagens que constam na página da Universidade registram momentos significativos das mobilizações para implantação da UFFS.

Figura 22 – Quadro imagens implantação UFFS



Fonte: UFFS, 2023.

A UFFS se apresenta como “uma instituição de ensino superior pública, popular e de qualidade” (UFFS, 2019, p. 32). O caráter público implica acesso gratuito com autonomia relativa da universidade em relação à sua mantenedora. A educação popular destacada em seus princípios se constitui a partir dos postulados de Paulo Freire como aquela que “busca mudar a realidade opressora, de forma a permitir a emancipação dos diversos sujeitos individuais e coletivos, atuando como elementos de transformação” (UFFS, 2019, p. 18). A qualidade se presume a partir de sua missão e na forma de atuação na região, constituindo-se como uma universidade *multicampi*, que se coloca como democrática e “socialmente comprometida com a realidade sócio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção” (UFFS, 2019, p. 18).

Criada em 2009 no centro e oeste da região sul do Brasil, presente nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, em um contexto geográfico que abrange 396 municípios e aproximadamente 3.800.000 habitantes, a UFFS tem como missão:

Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno; Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2019, p. 32).

Em março de 2010 a comunidade acadêmica estava completamente constituída dando início às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Importante destacar que antes mesmo da implantação da lei de cotas, a UFFS inovou ao estabelecer um processo seletivo que favorecia o acesso de estudantes de escolas públicas, estabelecendo “índices de 10%, 20% ou 30% aplicados à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) contemplavam cada ano do ensino médio cursado nessa rede escolar” (UFFS, 2023). Em 2011 inicia o primeiro curso de especialização e em 2012 a universidade se expande, criando o *campus* Passo Fundo com a implantação do curso de Medicina. No mesmo ano iniciam as atividades do primeiro mestrado, assim como a implantação de uma nova política de ingresso na instituição com base na reserva de vagas para os cursos de graduação, conforme legislação federal. Com esta nova política de ingresso, a UFFS inova quanto ao acesso atendendo as demandas de estudantes de ensino médio ao reservar “em torno de 90% das vagas na graduação para estudantes que cursaram o Ensino Médio exclusivamente em escola pública”, colocando UFFS “em uma posição pioneira na educação superior brasileira” (UFFS, 2023).

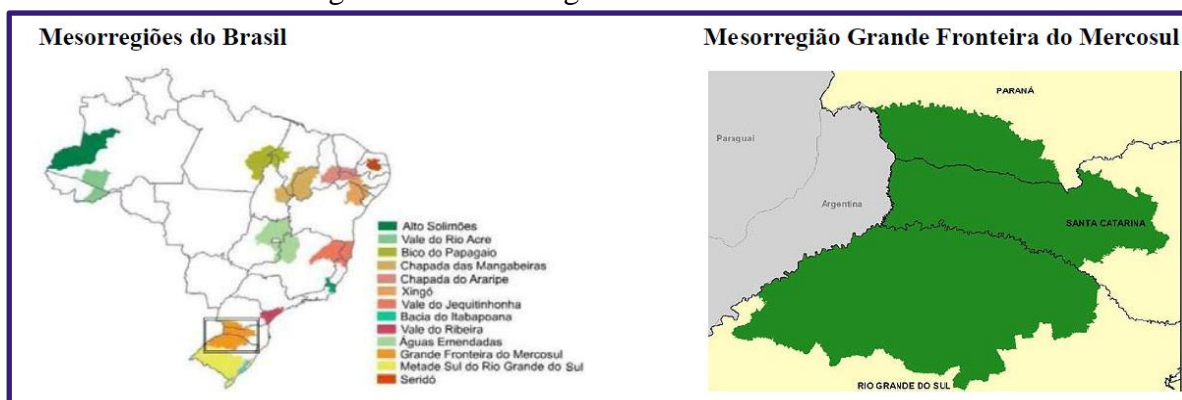
Em 2013, foi implantado o segundo mestrado acadêmico e, no mesmo ano, a Universidade aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A forte relação da universidade com os movimentos sociais é marcada pela realização do *Encontro Universidade e Movimentos Sociais: reflexões sobre os limites e as possibilidades dessa relação*, em 2014, com a participação de representantes da universidade e dos movimentos e organizações sociais: Movimento das Mulheres Camponesas, Via Campesina e Fetraf-Sul (UFFS, 2019, p. 26). Em 2015 é implantado o primeiro doutorado em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e, no mesmo ano ocorre a primeira consulta comunitária para

escolha do reitor, vice-reitor e diretores dos *campi*, ratificando a gestão *pro tempore* da instituição tendo como reitor o professor Jaime Giolo (UFFS, 2019).

O local para implantação da Universidade, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, foi escolhido por ser uma região em que a demanda por educação superior pública era histórica. A UFFS se constitui desde o início em uma instituição *multicampi*, tendo como sede o município de Chapecó (Santa Catarina) e *campi* nos municípios de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo (Rio Grande do Sul) e Realeza e Laranjeiras do Sul (Paraná), escolhidos por serem locais que, de acordo com suas características seriam os mais expressivos para o desenvolvimento da região da Fronteira Sul. Desse modo, a oferta de cursos foi pensada considerando as “atividades comuns na região, como agricultura familiar e pequenos negócios. Nesse sentido, também foi escolhido o nome Universidade Federal da Fronteira Sul como reiteração da finalidade para a qual a Instituição estava sendo implantada” (UFFS, 2023).

As imagens abaixo mostram a localização da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Figura 23 – Mesorregião Grande Fronteira Mercosul



Fonte: UFFS, 2017.

O *Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul*, aprovado no ano de 2015, destaca o compromisso social, assim como seu importante papel no desenvolvimento da região. Destacamos alguns objetivos institucionais propostos pela UFFS:

- I - oferecer **educação pública, gratuita e de qualidade**, em nível superior;
- II - assegurar o **acesso e a permanência** no Ensino Superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade;
- III - promover a **compreensão do homem** e do meio em que vive através da democratização do patrimônio histórico e cultural da humanidade;
- VI -

desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, articulados com as **demandas regionais e nacionais**; [...] X - promover e assegurar o caráter *multicampi* da Instituição através da **gestão democrática e colegiada** e da aplicação equitativa dos recursos humanos, materiais e orçamentários; [...] XII - fomentar iniciativas de **práticas sustentáveis de produção e de consumo** no âmbito da formação acadêmica, do planejamento e da funcionalidade institucional; XIII - trabalhar em regime de **cooperação com universidades e instituições científicas, culturais e educacionais** brasileiras, estrangeiras e internacionais, com os poderes públicos constituídos e com as instituições e organizações da sociedade civil constituída; [...] XV - promover **intercâmbio** prioritário com os países do **Mercosul**; XVI - **cultivar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas**, mediante cooperação internacional e intercâmbio científico, artístico e tecnológico; XVII - **promover a igualdade na sociedade, combatendo** todas as formas de **intolerância, preconceito, discriminação e violência**; XVIII - promover a constituição de uma **universidade pública e popular**, comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a **melhoria da qualidade de vida para todos** (UFFS, 2015, p. 7-8, grifos meus).

Observa-se, a partir da missão e dos objetivos propostos, a forte intenção da Universidade em se colocar como agente no processo de transformação social, com vistas a uma sociedade mais justa, igualitária, solidária, aproximando-se da perspectiva do Bem Viver.

A forma como a Universidade se constitui, *multicampi*, busca atender uma demanda histórica da região, assim como as características apontadas em seu PDI. O *Plano de Desenvolvimento Institucional* denota claramente uma perspectiva distinta das demais universidades que historicamente se constituíram nos moldes da modernidade, em uma perspectiva eurocêntrica e elitista, coadunada aos interesses do capital. Essas características representam fundamentos para a aproximação da Universidade com os princípios do Bem Viver apontados neste projeto, e pressupõem enfrentamentos e disputas com as formas capitalistas de ocupação do espaço público, produção e consumo, como, por exemplo, as práticas da agroecologia em disputa com as práticas do agronegócio. Como destaca Grasielle Berticelli

É nesse sentido que foi criado o curso de Bacharelado em Agronomia Ênfase Agroecologia, sendo esta uma demanda regional, reflexo dos impactos destrutivos do Agronegócio, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde da população, que vem sofrendo com índices crescentes de enfermidades causadas pelo alto consumo de agroquímicos, tendo reflexos também na produção da agropecuária, no êxodo rural, na sucessão familiar, na masculinização do campo e na economia. Assim, torna-se relevante o desenvolvimento de estudos mostrando a viabilidade e a necessidade de práticas agrícolas que respeitem a natureza e as relações entre seres humanos, com destaque para as questões de classe e de gênero (BERTICELLI, 2018, p. 10).

Nessa perspectiva, visualizamos as lutas do movimento de mulheres para a implantação deste modelo de universidade como fundamentais neste processo, assim como a necessidade de visibilizar os olhares e ações das mulheres no sentido de fortalecer suas pautas e lutas também por dentro da universidade, uma vez que ela se coloca, desde o princípio, como espaço de acolhimento de tais demandas.

Assim, em sua concepção, a UFFS busca aproximar a educação superior de movimentos e organizações sociais, constituindo-se em “um espaço importante de interlocução e de promoção do debate regional, envolvendo as diferentes organizações sociais, na busca de alternativas ao modelo tradicional de produção” (II COEPE, 2018 *apud* UFFS, 2019, p. 157). Entre os movimentos sociais que participaram ativamente do processo de conquista e implantação da UFFS, esta uma organização dedicada à luta das mulheres/feminista, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O PDI da Universidade destaca a participação do MMC no *Encontro Universidade e Movimentos Sociais* que ocorreu na cidade de Chapecó, em 2014. Além do MMC, mulheres atuantes em outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) também fizeram parte dessa luta.

A Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (Coepe), com o objetivo de “aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e regional sobre as políticas estruturantes da Universidade” (UFFS, 2019, p. 180), ocorreu em duas edições, a primeira em 2010 e a segunda em 2018. Entre as inúmeras ações propostas pelo Coepe, estão aquelas voltadas para as questões das mulheres: “desenvolver ações de pesquisa/extensão, formativas com mulheres camponesas de áreas de reforma agrária, considerando a realidade de negação e violação de direitos” (UFFS, 2019, p. 166); “discussão dos problemas relacionados aos conflitos de gênero e à violência contra as mulheres no campo” (UFFS, 2019, p. 156); e “formar grupo de trabalho propositivo tendo como tema o atendimento às mulheres vítimas de violências na região e apoiar a criação da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência da região” (UFFS, 2019, p. 174).

O quadro *Revisão de Trabalhos de Conclusão de Curso atinentes à temática Mulheres/Feminismo defendidos na UFFS 2015 - 2022 (junho)*, Apêndice C, mostra inúmeras pesquisas que abordam a temática mulheres/feminismo, no período de 2015 a 2022, desde as abordagens relativas à participação das mulheres na história da colonização

da região, a emancipação e luta das mulheres, participação política, empoderamento, o movimento de mulheres camponesas, mulheres quilombolas, participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como as questões de (in)visibilidade, as dores e violências, políticas públicas, violência obstétrica, prostituição feminina e outras.

Visualizamos essa área temática como um campo fecundo de pesquisa, na medida em que busca conhecer melhor os olhares, diálogos e ações que ocorreram e ocorrem entre a UFFS e os movimentos de mulheres/feministas e em que medida ele produz transformações nas sujeitas, na Universidade e nos movimentos, contribuindo, também, para que a Universidade cumpra sua missão e seus objetivos.

Acerca do universo que compõe a comunidade acadêmica UFFS, considere importante trazer alguns dados no sentido de contextualizar essa Universidade, considerando as condições objetivas dos públicos que a compõem. Os dados foram extraídos especialmente do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI), referente ao ano-base 2020.

O caráter público e popular da UFFS se revela desde a forma de ingresso de estudantes, já que a Universidade destina um percentual maior que o exigido pela Lei de Cotas para estudantes de escola pública. Tomando por base o censo escolar, considera-se o percentual de matrículas de estudantes no Ensino Médio público em cada um dos estados de abrangência da UFFS (UFFS, 2021, p. 76).

O quadro abaixo mostra o percentual de estudantes oriundos de escola pública, que ingressaram na Universidade em 2020 em cada um dos seis *campi*:

Tabela 1 – Estudantes de escola pública ingressantes em 2020

<i>Campus</i>	%
Cerro Largo	96
Chapecó	90
Erechim	92
Laranjeiras do Sul	95
Realeza	93
Passo Fundo	89

UFFS	92
------	----

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RAAI-2020, 2021.

A forma de ingresso principal na graduação da UFFS é através do Sistema de Seleção Unificada⁷ (Sisu), pelo qual ingressam 85% dos estudantes. Quanto ao sexo das/os estudantes ingressantes, nota-se que a maioria são mulheres, 58% (UFFS, 2021). Já no que corresponde à raça, a grande maioria de ingressantes se autodeclararam de raça branca (69%), seguidos pela parda (18%), preta (6%), indígena (4%) e amarela (3%) (UFFS, 2021, p. 80).

Segundo consta no Relatório de Autoavaliação Institucional publicado em 2021, a política de ingresso tem gerado resultados positivos, considerando que “quase 80% ingressaram na Universidade em vagas reservadas para escola pública e quase 30% em vagas reservadas para candidato de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salários-mínimos, conforme Lei nº 12.711/2012” (UFFS, 2021, p. 81).

O Relatório também aponta desafios para a UFFS “como o de garantir a efetiva inclusão dos estudantes no processo educacional: permanência com progresso no processo formativo” (UFFS, 2021, p. 81), considerando os índices de retenções e evasões apresentados em alguns cursos, ainda que a universidade adote políticas de assistência estudantil (UFFS, 2021). O panorama de matrículas apresentado abaixo mostra esses índices, com destaque para o crescente número de rematrículas de 2011 a 2019, com uma queda em 2020, mesmo ano em que ocorre uma queda no número de ingressantes e concluintes (UFFS, 2021, p. 82).

Os programas de pós-graduação e pesquisa também são destaque na UFFS, contando com 17 programas de pós-graduação, sendo 16 de mestrado e 1 de doutorado, e 130 grupos de pesquisa (UFFS, 2021).

As ações de extensão são uma marca forte da UFFS que, segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional, totalizam 277, sendo 77 programas, 118 projetos, 17 cursos, 62 eventos e 3 prestações de serviço. Além dessas, o relatório sinaliza mais 44 ações de

⁷ “O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) reúne em um sistema eletrônico gerido pelo MEC as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil, sendo a grande maioria delas ofertada por instituições federais (universidades e institutos). O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)” (BRASIL, 2023).

extensão e cultura.

Entre as razões que levam os estudantes a ingressarem na UFFS, destacam-se seu caráter público federal (82,1%), a gratuidade da oferta é indicada por 72,22% e a proximidade da residência por 54,32% e qualidade do ensino por 49,38%. Nota-se, portanto, que o caráter público e gratuito da Universidade, a proximidade de suas residências familiares e a qualidade da formação ofertada pela UFFS são determinantes na escolha dessa instituição pelos estudantes (UFFS, 2021, p.139).

Um dado importante destacado na pesquisa de Geomara é a motivação dos estudantes que buscaram a pós-graduação na UFFS, afirmando que “a gratuidade e o interesse na formação especializada foram as principais motivações para a escolha da instituição e do curso de PG” (BALSANELLO, 2021, p. 163).

De acordo com o estudo realizado por Balsanello (2021, p. 7), os egressos dos PPGs da UFFS são, em sua maioria,

[...] residentes nos estados do Sul do Brasil (98,8%); formados em instituições públicas de ensino médio (86,5%) e graduados em instituições privadas de educação superior (55,2%). A maior parte (74,8%) afirma ter trabalhado durante a realização do curso. Os egressos destacam que a gratuidade foi a principal motivação para a escolha dos PPG da UFFS. [...] A maior parte dos egressos considerou boa e ótima a qualidade dos PPG. [...] Os itens menos bem avaliados foram a “inserção” na sociedade, a “internacionalização” e a “inovação” dos PPG.

Segundo estudos de Geomara Balsanello (2021) acerca da pós-graduação da UFFS, as mulheres formam a maioria dos egressos nos programas de pós-graduação, correspondendo a 72,1%, o que aponta forte presença das mulheres, sendo que a “presença feminina é preponderante na maior parte dos 12 PPG pesquisados” (BALSANELLO, 2021, p. 90). Quanto à distribuição de servidores por gênero, nota-se uma presença equilibrada de homens e mulheres, com um percentual levemente maior de mulheres entre servidores técnicos, sendo 348 mulheres e 340 homens. Já entre o corpo docente, a instituição conta com 334 mulheres e 374 homens (UFFS, 2021, p. 205-206).

Alguns dados referentes à presença das mulheres na UFFS foram obtidos via e-mail. Vamos aos números:

Tabela 2 – Presença das mulheres na UFFS: gestão geral

Presença das mulheres na UFFS: gestão geral		
	Homens	Mulheres
Pró-reitora(e)s	6	1
Secretária(o)s	3	2
Assessor(a)s	1	0
Diretor(a)s	16	8
Diretores de <i>Campus</i>	6	0
Coordenador(a)s	35	34
Conselho Universitário (CONSUNI)	59	45
Conselho Estratégico Social (CES)	31	10
Conselho de Curador (CONCUR)	20	8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela UFFS, 2023.

Tabela 3 – Presença das mulheres na UFFS: Conselhos Comunitários

Presença das mulheres na UFFS: Conselhos Comunitários		
	Homens	Mulheres
Cerro Largo	17	17
Chapecó	24	16
Erechim	14	16
Laranjeiras do Sul	15	12
Passo Fundo	5	2
Realeza	33	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela UFFS, 2023.

Os dados obtidos foram importantes para compor o mapa de informações sobre a presença das mulheres na UFFS e afirmar algumas falas das sujeitas⁸. A partir desses dados, podemos perceber que o número mais próximo entre feminino e masculino é o de

⁸ Importante destacar que esses dados, recebidos em 01/11/2022, foram obtidos com a ajuda do professor Jaime Giolo, a quem agradeço muito.

coordenadores, uma posição mais operacional e menos decisória.

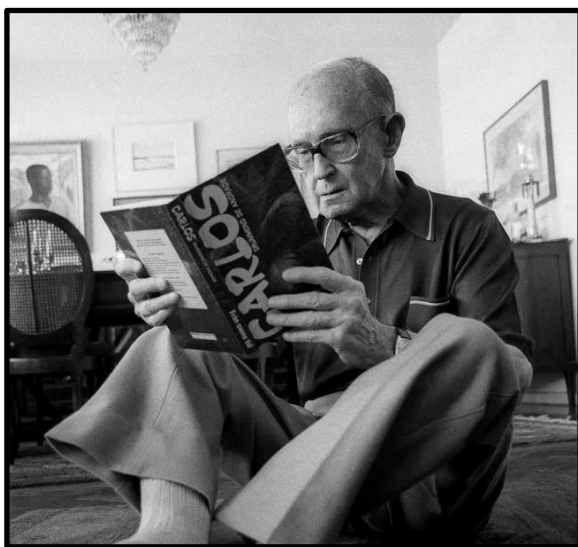
No órgão colegiado que deve representar a sociedade local (CES), bem como naquele de grande poder de fiscalização (CONCUR), há patente desequilíbrio de participação de gênero. Em relação aos diretores de unidades, os homens são o dobro de mulheres e na direção de *campus*, são todos homens. Ainda que entre docentes e equipe técnica, a presença de homens e mulheres seja bem equilibrada, com leve predominância masculina, a grande maioria dos cargos de gestão são ocupados por homens.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), os processos democráticos de escolha de gestões em diversas universidades não foram respeitados na nomeação de reitores pelo presidente. O poder Executivo nomeou candidatos e candidatas que não receberam a maior votação nos processos internos de eleição, indicando, muitas vezes, chapas que ficaram em último lugar, mas se alinhavam a suas concepções políticas. Esse tipo de intervenção também ocorreu na UFFS.

Esse tipo de interferência é percebido como retrocesso nos movimentos democráticos que até então estavam em curso, tanto para a universidade quanto para a sociedade. Ainda que do ponto de vista legal, essas manobras sejam possíveis, foram processos extremamente antidemocráticos, escancarando o caráter autoritário do governo, uma vez que desconsiderou a vontade legítima da comunidade universitária.

2.5 “NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA”: O PERCURSO ATRAVESSADO PELA PANDEMIA DE COVID-19

Figura 24 – Carlos Drummond de Andrade



Fonte: TEIXEIRA [s.d], *apud* PINTO, 2020.

*No meio do caminho tinha uma
pedra
Tinha uma pedra no meio do
caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma
pedra*

*Nunca me esquecerei desse
acontecimento
Na vida de minhas retinas tão
fatigadas
Nunca me esquecerei que no meio
do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do
caminho
No meio do caminho tinha uma
pedra*

Carlos Drummond de Andrade

Quando parte do mundo assume uma “quarentena”, aprisionando-se quase toda a população no espaço doméstico – espaço onde tradicionalmente as mulheres exercem um trabalho considerado improdutivo e desvalorizado. A sociedade foi desafiada a pensar a importância do cuidado com a vida para preservar a humanidade e a vida no planeta. O espaço doméstico passa a ser redimensionado, mas às mulheres cabe a maior parte da carga de trabalho na manutenção deste espaço. Ao mesmo tempo, registrou-se uma escalada nos índices de violência doméstica (MACEDO, 2020), em especial contra a mulher, que já vinha com altos índices indicando que estes espaços ainda estão fortemente marcados pelo patriarcado.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), o quantitativo de mulheres afetadas pela pandemia é maior em relação aos homens, onde globalmente os números referentes às perdas de emprego apontam 5% para as mulheres

contra 3,9% dos homens. Conforme os dados analisados, a probabilidade de abandonar o mercado de trabalho e fazer parte de uma situação de inatividade era muito maior entre as mulheres do que entre os homens (OIT, 2021). Diversas recomendações para a recuperação dessa situação são apresentadas, dentre elas a elaboração de medidas para grupos populacionais duramente atingidos como mulheres, jovens, trabalhadores (as) com pouca qualificação e baixa remuneração (OIT, 2021).

Por outro lado, o mundo pandêmico marcou também um tempo em que o capitalismo mostrou sua face mais cruel. A defesa da continuidade das atividades de economia “produtiva” em detrimento da proteção da saúde pública é especialmente visível nas atitudes das frações de classe que têm por matriz as elites coloniais e subordina a sobrevivência da vida local alinhada aos imperativos dos fluxos globais de capital. O fato de que esses grupos se dispõem a contradizer a racionalidade supostamente científica e moderna da qual abusaram para promover suas pautas mostra as contradições do colonialismo, capitalismo e do patriarcado. Vivemos um tempo em que seres humanos, em pânico, saíram de cena (pelo menos em parte) e a natureza agradeceu, registrando uma restauração de condições ambientais. Deu testemunho da existência de uma luta entre o princípio da vida e o princípio do capitalismo articulado às suas outras formas de opressão.

O isolamento necessário deixa evidente as desigualdades gritantes de nossa sociedade, onde nem todas e todos têm esse direito, delimitado especialmente pela classe, raça e também pelo gênero, considerando que profissionais da área da saúde são em sua grande maioria mulheres e que os trabalhos domésticos e de cuidado ainda são atribuídos especialmente às mulheres. Como destaca Federici (2020, documento não paginado).

Como sempre, as mulheres sofrem mais também agora. Hoje, podemos ver que elas estão na linha de frente como trabalhadores da assistência social e de sanitária, e mesmo nos trabalhos mais precarizados. Há ainda uma carga maior do trabalho em casa: cuidar dos filhos em tempo integral, não lhes transmitir medo, protegê-los dessa ameaça.

Às elites, preocupadas unicamente em garantir seus lucros, pouco importa a saúde das trabalhadoras e trabalhadores que garantem seu bem-estar. A pandemia escancara a luta de classes: o campo popular, onde se encontram as lutas das mulheres/feministas, se articula, se movimenta e se coloca como força na defesa da vida e de uma nova construção social para além da luta por direitos iguais entre homens e mulheres (FARIA, N., 2020), busca

fortalecer o debate no sentido de desconstruir o modelo capitalista, colonialista e patriarcal e as relações sociais antidemocráticas e de dominação e destruição do meio ambiente decorrentes deste modelo. Ao mesmo tempo busca pensar alternativas a este modelo, construir uma visão contra-hegemônica de sociedade que vislumbra uma relação mais harmônica entre os seres humanos e destes com a natureza, desafiando à solidariedade e à construção coletiva e democrática de outras agendas de lutas que busquem a proteção social, especialmente da população mais vulnerável, a garantia de saneamento e saúde, enfim que colocam os princípios do Bem Viver como centralidade.

Nas universidades públicas, plataformas de pensamento e ação são acionadas buscando contribuir no combate à pandemia disponibilizando recursos, redirecionando suas ações para a produção de informações e materiais de proteção, disponibilizando pesquisadores e profissionais para atuar na defesa da vida humana. Ao mesmo tempo reflexões teóricas acerca das possíveis mudanças e permanências na realidade social durante e após a pandemia, sinalizam a necessidade de repensar sentidos e perspectivas de desenvolvimento e buscar novas alternativas mais humanizadas de convivência entre seres humanos e outros elementos da natureza.

A pandemia torna evidente um quadro que não se desconstitui ao longo da história, apesar das conquistas obtidas a partir das muitas lutas feministas. As mulheres ainda se colocam na “linha de frente”, e o que buscamos aqui é equilibrar essa “linha” para que mulheres e homens se coloquem igualmente na distribuição das responsabilidades sociais e na geração da vida. É certo que precisamos nos posicionar atentas diante deste quadro de incertezas que se coloca atualmente, e que tende a colocar a mulher em uma situação de maior vulnerabilidade, seja pelas demandas aumentadas, seja pela violência doméstica ou pela responsabilidade com os cuidados na pandemia como profissionais na área da saúde. A produção teórica nestes tempos precisa ser feminista, visibilizando e problematizando essas questões.

A produção teórica também é afetada pela pandemia, na medida em que é preciso se adaptar ao distanciamento social, que torna o trabalho de campo da pesquisa um desafio, alterando-o consideravelmente, dificultando e/ou impossibilitando a aproximação com o lócus da pesquisa, assim como com as sujeitas que serão entrevistadas. É preciso considerar também o afetar dos ânimos, dos sentimentos diante das incertezas que ela traz e, especialmente, das mudanças nas possibilidades de ação. É preciso cogitar que as entrevistas

sejam feitas, em um primeiro momento, *online*, e que os dados acerca da UFFS sejam obtidos a partir de documentos, postergando a visita à Universidade para um segundo momento.

Este é, de fato, um tempo distinto que carrega incertezas, mas também esperanças quanto ao futuro, que nos desafia e também nos inspira a pensar realidades outras capazes de comportar pensamentos e sentimentos de vida, amores, afetos e liberdades, que carreguem *Sopros de vida e esperança*, poema que componho:

*Um turbilhão de pensamentos,
sentimentos, incertezas, temores,
emoções e até esperanças
nos afetam neste tempo surreal,
nesta realidade inimaginável...
Atravessamentos que mudam planos,
relacionamentos, projetos...
que mudam vidas...
Um tanto de alegria no aconchego...
Um tanto de saudade dos afetos distantes...
Um tanto de tristeza pelas vidas idas...
A esperança que algo mude,
mas nem tudo,
porque queremos vivas
as vidas que nos são caras...
Espero, sinceramente, que depois da tempestade
nem tudo volte ao normal;
que os pássaros sigam cantando na minha janela,
que sigamos olhando o mundo com olhos de quem quer ver,
retiradas algumas lentes que vinham ofuscando a realidade...
Espero, sinceramente, que o planeta desacelere,
mude sua engrenagem desenvolvimentista
e possa ouvir os gritos dos subalternos,
dos colonizados, das mulheres, das crianças,
da natureza, dos animais clamando por mais vida...
Espero, sinceramente, que sigamos sentindo
nosso próprio pulsar ofegante pela vida!
Que o que agora menos importa,
siga com sua insignificância,
pois agora nos reportamos à essência,
ao vital, ao significativo...
Sigamos resistentes
porque queremos vivo, o planeta lindo e livre
de nossos amores e afetos,
de nossas amigas e amigos
que lutam, que fazem arte, poesia,
música, conhecimentos,*

*que alimentam corpos e almas...
Ousemos sonhar e esperar
um futuro de Bem Viver!*

Convivemos dois anos com medo constante, por nós e pelas pessoas que amamos. Uma loucura lidar com isso, reconhecer a morte batendo à porta. Vivemos diariamente um funeral coletivo. Mudamos nossos planos, inclusive de pesquisa, por não podemos mais estar “*in loco*”, realizar entrevistas frente à frente socializando um café. Reconhecer e aceitar o momento pandêmico, com todas as suas restrições e sobreviver à ele se tornou nosso grande desafio.

Afetadas fomos todas pela experiência pandêmica, também minhas interlocutoras. Algumas sofreram mais intensamente, sentiram dores entranhadas. Como escreveu Maria Alice Canzi Ames (2020, p. 9), em tempos pandêmicos

*É preciso confiar e Renascer
Confiar em si e no outro
Tomar consciência de nosso destino comum
Seremos solidários, pois todas as vidas estão interligadas*

Solange nos lembra que “tem que dar esse tempo das pessoas elaborarem as experiências tão amargas”. Valdete destaca que a pandemia “afetou essas relações, esses encontros e essa troca de saberes”. Entre tantos sofrimentos, o que fica desse tempo pandêmico é nossa experiência coletiva de espanto, de indignação, de sofrimento e de solidariedades. Reconhecemos que estamos em conexão e que de nossas ações e cuidados depende a vida de tantas/os. Reconhecemos nossas fragilidades. A vulnerabilidade da vida é descrita no texto de Emma Gainsforth (2020), que nos alerta para a grande revelação desse momento pandêmico, que é o reconhecimento da fragilidade humana diante do vírus da morte, reafirmando a necessidade de vivermos com intensidade nossos afetos. Ao final do ano seguíamos em pandemia e o que mais poderíamos dizer, senão: que 2020 foi surreal. Vivemos nossas próprias angústias e também nos solidarizamos com tantas dores pelas vidas perdidas. Experimentamos uma alteridade exacerbada e nos indignamos com tanta indiferença, incompetência e violência de nossos (des)governos. Nos percebemos mais frágeis do que pensávamos ser. Mas também fomos capazes de manter viva nossa capacidade de amar, de estreitar vínculos. Aguçamos nossas sensibilidades, olhares e sentires.

Espraíamos afetos e corazonadas/os/es nos fortalecemos e reafirmamos nosso compromisso com a vida, com a humanidade e a natureza.

3 HÚMUS DA ESPERANÇA: MOVIMENTOS DA CONSCIÊNCIA PARA FORMAÇÃO HUMANA E SUBJETIVIDADE POLÍTICA FEMINISTA NOS CAMINHOS DO BEM VIVER

Figura 25 – Instantâneo do vídeo da canção “Latinoamérica” de Calle 13



Fonte: CALLE 13..., 2011.

*Tú no puedes comprar el viento
Tú no puedes comprar el Sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
(Vamos caminando)
Aquí se respira lucha
(Vamos caminando)
Yo canto porque se escucha
(Vamos dibujando el camino)
Vozes de um só coração
(Vamos caminando)
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!*

Calle 13 - Latinoamérica

Arada a terra, lançada a semente, o húmus é a matéria orgânica necessária para fazer germinar a vida. Nutriente que se impregna nas entranhas, gerando força e determinação na semente para desabrochar em broto astuto e potente, capaz de sobreviver às intempéries e pragas. Húmus que permanece na potência da planta, constituindo sua essência para que cresça, floresça e frutifique. O substrato que nos constitui enquanto humanidade é que nos permite afetar (ou não) por questões ardentes, que provocam rebuliços e nos colocam em movimento. Um dos grandes desafios que nos coloca a existência é nos constituirmos em subjetividades vivas, potentes e transformadoras, porque *aquí se respira lucha*. Daí a necessidade de conhecer a realidade e pensar a formação humana; quais os caminhos, os entraves, desafios e possibilidades para a construção de subjetividades políticas, críticas, humanistas e feministas que nos levem a um outro mundo possível, nos caminhos do Bem Viver.

A subjetividade política se constitui em força de ação social e política. É no espaço público que se forjam sujeitas políticas, pois é o espaço por excelência do diálogo e da ação política (ARENDDT, 2013). O movimento social é uma das formas potentes das mulheres ocuparem o espaço público. A ideia de “movimento” que trago aqui tem duplo significado:

de movimento como coletivo e de movimento enquanto ação. O movimento das mulheres de se colocar em movimentos, sejam feministas, sejam de mulheres e até mesmo outros movimentos de luta social, tenciona a estrutura social, provoca rupturas, brechas por onde novos modelos de sociedade podem germinar na perspectiva de um Bem Viver.

As mulheres encontraram e ainda encontram sua força na união, no coletivo, nas lutas comuns. O movimento Ele Não (ou #EleNão), iniciado em 2018, demonstrou união e organização das mulheres. Iniciado nas redes sociais, mobilizou a sociedade na tentativa de impedir a eleição de um candidato de extrema direita à presidência no Brasil.

A luta social perpassa o espaço público, caracterizado como de intervenção e de construção de políticas públicas, um espaço de interesses coletivos e de afirmação da cidadania (CHAUÍ, 2001). Considerando o espaço público, como espaço da liberdade e do coletivo, o “aprisionamento” dos corpos ao espaço privado se constitui, por si só, um ato de violência (exceto se de total escolha do sujeito/sujeita), uma vez que suprime a liberdade de participação e ação coletiva, ou seja, de exercício e potencialização da subjetividade política.

A ideia de público, afirma Genro (2000) vai além do espaço coletivo, de participação, mas é indicativo de um espaço de intervenção possível, definindo políticas e direcionamentos. O público em Chauí (2001) é definido como espaço social de interesse coletivo, constituindo a cidadania, base e fundamentos da democracia. O espaço público é, por sua essência, o espaço da liberdade e da pluralidade, portanto onde, pela ação política, constroem-se consensos, mesmo que provisórios (GENRO, 2011), espaços por onde a democracia plena (“ampliada”) precisa se constituir desde as bases, por isso há de ser reinventada, segundo Genro, Zitkoski e Arenhart (2021, p. 126),

A reinvenção da democracia na perspectiva da emancipação humana, diz respeito a formação do sujeito político tendo como valores fundamentais, numa dinâmica intersubjetiva, a liberdade, a igualdade e a conseqüente sensibilidade e generosidade para pensarmos e construirmos o mundo que queremos viver. Isto envolve a busca de superação das condições sociais em que as múltiplas desigualdades e exclusões afetam desconstituindo a dignidade humana.

A reinvenção da democracia e o impulso aos movimentos diversos que provoquem fissuras nas estruturas requerem corpos vivos e sentipensantes. Este capítulo trata de corpos em movimento e da disposição em construir as lutas sociais necessárias às transformações que buscamos. Afirmo aqui uma contemporaneidade marcada pelo “monstro das três cabeças”, essencialmente constituído pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado. Um

sistema que historicamente colonizou corpos e mentes, em processo de dominação de subjetividades. No contraponto a esse sistema, as lutas contra-hegemônicas protagonizadas pelos movimentos sociais, em especial os movimentos de mulheres/feministas, afirmam resistências e lutas por direitos, igualdade, reconhecimento, impulsionando subjetividades insurgentes. O movimento social se faz desde dinâmicas diversas, como destaca Gargallo (2017) e carrega uma fluidez, uma perspectiva dialógica e capacidade de transformação. Consciências rebeldes e corpos insurgentes fazem as lutas, individuais, coletivas, irmanadas nos mesmos sonhos e utopias. Caracteristicamente populares, os movimentos sociais são provocativos dessas subjetividades que buscam, nas fissuras desse sistema patriarcal-capitalista-colonial, provocar transformações.

Acerca dos movimentos de formação de consciência e subjetividades feministas como processo de formação humana, que se potencializa nas lutas sociais e seus movimentos. Afirmo o corpo como território/movimento vivo e político (CABNAL, 2010). Busco cartografar os espaços-tempos estruturais por onde essa subjetividade é gestada, uma perspectiva se coloca na medida em que “cada um destes tempos é simultaneamente a convocação de um espaço específico que confere uma materialidade própria às relações sociais que nele têm lugar” (SANTOS, 1988). As epistemologias do Sul se colocam como base epistêmica dos conhecimentos produzidos nas lutas sociais e a construção coletiva e partilhada como caminhos de transformação, que passam também pelo reconhecimento das diferenças e dos saberes ali produzidos, uma ecologia de saberes, como caminho para a justiça cognitiva (SANTOS, 2019).

O sistema capitalista neoliberal se mantém vivo e se fortalece na colonialidade do ser, do poder e do saber (CUSICANQUI, 2010; QUIJANO, 2014), que ergue seus pilares em bases patriarcais. O colonialismo, um modo moderno de subjugar e oprimir os povos, mantém vivos os processos de dominação a que historicamente foram submetidos muitos povos. Suas leis, normas, conhecimentos são diretrizes da estrutura social atual. Vemos surgir uma nova roupagem, definida por Rolnik (2019, p. 99) como um sistema capitalista neoliberal financeirizado, “que leva seu projeto colonial às últimas consequências, sua realização globalitária”, contribuindo para a ascensão de forças conservadoras e reacionárias que nos faz lembrar de outros tempos perversos como os anos 30 e as ditaduras das décadas de 1960/70. Parece que esses grupos apenas recuaram para ressurgir com força violenta nessa década (ROLNIK, 2019). Um “neoconservadorismo” de direita que chega com a

intensão de destruir os avanços democráticos produzidos nas últimas décadas. Rolnik (2019) define esse sistema como colonial-cafetinístico, tamanha exploração e submissão provoca, Como destaca Rolnik, as impressões que esse sistema de exploração e exclusão gera em nível macropolítico, produz em sujeitas/os uma sensação de existência sem valor, gerando um sentimento de humilhação e efeitos traumáticos a nível da micropolítica, ou seja

a tendência a machucar mais ainda a sua pulsão vital já debilitada pelo medo do colapso de si provocado pelo abuso. Os traumas de classe, de raça e de etnia estão entre os mais graves e difíceis de superar, porque não param de se reproduzir do começo ao fim da existência do indivíduo, de sua família e de sua comunidade (ROLNIK, 2019, p. 127).

O patriarcado, a terceira “cabeça” do monstro é onde se sustentam esses princípios e essa estrutura. Ele surge desde antes do capitalismo e seus tentáculos se espraiam por toda a estrutura social, gerando sofrimentos diversos, uma vez que se fundamenta na dominação de alguns corpos sobre outros, em especial coloca como superiores os corpos masculinos, cisgêneros e brancos. Se mantém, também, sobre um moralismo religioso que demarca lugares específicos e subalternos à determinados grupos sociais: mulheres, negros, indígenas, homossexuais. Um sistema que se sustenta e se fortalece nos processos de dominação: de um povo sobre outro, de homens sobre mulheres, de mulheres sobre crianças, de um país sobre o outro, sustentando hierarquias e dominações de toda ordem.

As opressões que se materializam em cada respiro do “monstro das três cabeças” (LIMA, 2016) são múltiplas, mas se concentram nas distinções de gênero, raça e classe que marcam, especialmente, o Sul global (SANTOS, 2019), espaços e nações periféricas que mais sofrem seus efeitos. Para bell hooks (2019b) o termo opressão está ligado a uma condição política e remete à opressão social e a todo e qualquer tipo de opressão seja ela social, política, de gênero, enfim, o feminismo também precisa dar conta disso. Para Freire, “a opressão, que é um controle esmagador, é necrófila. Nutre-se do amor à morte e não do amor à vida” (FREIRE, 1987, p. 65).

3.1 DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL

A ascensão da extrema direita e o fortalecimento do neoliberalismo se sustentam em uma subjetividade política reacionária, uma força que sorrateiramente se impregna nas

entranhas da sociedade e, quando percebemos, já toma a forma agigantada, sem que possamos identificar claramente ou justificar pontualmente sua constituição. Deste tecido social composto pela “razão neoliberal”, destaca Brown (2019), vemos surgir uma sociedade doente, capaz de promover reprimendas aos protestos antirracistas motivados pela violência policial que tem causado a morte de jovens negros e negras pelo mundo, mas mais especificamente nos EUA e no Brasil. A ascensão da extrema direita aponta para o surgimento de estados teocráticos e tirânicos, onde as instituições democráticas agonizam.

Democracia pressupõe participação, “significa os arranjos políticos por meio dos quais um povo governa a si mesmo” (BROWN, 2019, p. 33), e se coloca em oposição aos regimes autoritários, totalitários em suas diferentes manifestações. A democracia se sustenta, acima de tudo, na igualdade política, pois somente ela “assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam de responsabilidade do todo” (BROWN, 2019, p. 33).

Brown (2019) chama atenção para o caráter paradoxal da expressão “capitalismo democrático” (BROWN, 2019). Para que a democracia possa existir minimamente por dentro do capitalismo, se faz necessária uma ação forte do Estado para evitar que os donos das riquezas se apoderem de suas estruturas. Caso contrário, esses atores se mobilizarão para manter as populações mais pobres sempre à margem, desconsiderando suas reivindicações e seus direitos sociais e políticos (BROWN, 2019). Democracia, pelo contrário, exige pensar a sociedade em perspectiva do comum, onde os desiguais são pensados como conjunto. Essa perspectiva do social como um espaço de bem comum, de justiça e inclusão que o capitalismo neoliberal se empenhou em desconstruir (BROWN, 2019).

Ao buscar compreender as estruturas do neoliberalismo, Fraser (2020), percebe que este é profundamente adaptável às perspectivas do reconhecimento, ao articular o desmonte do Estado com as privatizações ao mesmo tempo em que discursa pela diversidade, empoderamento e multiculturalismo.

Segundo Fraser (2020) a hegemonia do capitalismo na segunda metade do século XX foi amparada pelas perspectivas da distribuição e do reconhecimento. A distribuição dando conta das formas de organizar as questões econômicas, ligadas às questões de classe. Por outro lado, o reconhecimento se refere a um “senso comum de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento enquanto membros da sociedade” (FRASER, 2020, p. 36). Fraser defende uma luta de resistência que articule raça

e classe no sentido de afastamento das tendências neoliberais que levariam a um retorno de grupos reacionários. O ideal seria que as vítimas se reconhecessem e buscassem em conjunto uma saída, viabilizando uma política inclusiva de reconhecimento, construindo uma aliança entre a classe trabalhadora. Uma perspectiva seria o campo progressista se colocar na hegemonia “combinando a redistribuição igualitária com o reconhecimento não hierárquico” (FRASER, 2020, p. 58), buscando agregar grupos diversos.

É importante que o bloco progressista se ocupe de questões importantes como o racismo, a homofobia, o sexismo, a transfobia, porém não abordá-los com a perspectiva moralizante do neoliberalismo progressista, mas buscando combater as forças estruturais que as sustentam e estão na raiz do modelo capitalista neoliberal. Reconhecer que essas forças estruturantes do capitalismo é que sustentam uma sociedade desigual e injusta, onde alguns grupos identitários sofrem ainda mais.

Retornando à Wendy Brown (2019) ao destacar como, nesse contexto, uma cidadania não democrática tende a autorizar e legitimar um Estado antidemocrático, parece-me que se aproxima muito do que temos vivido no Brasil nos últimos quatro anos, durante o governo de Jair Bolsonaro, marcado pelo autoritarismo, machismo, misoginia e redução das políticas sociais, além de legitimar uma moral reacionária. Reconhecemos a importância e necessidade de lutarmos pela garantia de processos sociais que promovam a cidadania democrática. Daí também nossa angústia e preocupação quando nos deparamos com essa realidade de desmantelamento da cidadania, de normalização de processos antidemocráticos como a indicação dos reitores menos votados nas universidades públicas, por exemplo.

É possível concluir que, em Fraser (2020), a perspectiva democrática só é possível com a vitória do bloco contra-hegemônico em que as forças populistas-progressistas constituirão uma nova subjetividade, inclusiva, igualitária, antirracista, antipatriarcal, anti-homofóbica, em uma nova realidade objetiva que garanta vida digna e respeito à natureza. Um movimento forte e articulado à esquerda, em uma perspectiva interseccional, reunindo trabalhadoras e trabalhadores, parte da classe média, sindicatos, movimentos sociais diversos em uma luta conjunta e potente. Diante desse cenário, necessitamos mudanças profundas, estruturais, que possam craquelar esse sistema e, em suas fissuras (WALSH, 2022), possibilitar novas dinâmicas na direção de um mundo de Bem Viver.

Construir formas alternativas de promover a economia, para além das relações capitalistas, tomar uma postura de enfrentamento ao patriarcado e reconhecer os aspectos

nefastos do colonialismo, como destruidor da vida e da cultura dos povos originários é condição necessária para compreender a realidade e pensar alternativas de novos mundos.

Rolnik (2019) destaca a possibilidade e necessidade de insurreição contra esses processos de dominação e opressão. Insurreição é caminho para a libertação; movimentos que precisam se dar tanto no nível macropolítico quanto no micropolítico. Macropolítica se trata de ocupar seu lugar enquanto sujeita/o; reconhecer-se com papel importante nesse movimento de resistência e transformação, pois

A intenção de insurgir-se macropoliticamente é o “empoderamento” do sujeito: libertar-se da opressão política, da exploração econômica e da exclusão social; sair do silenciamento e da invisibilização, para ocupar afirmativamente um “lugar de fala” dignamente ouvida e um “lugar de existência” dignamente reconhecida. Como a insurreição nessa esfera visa promover uma redistribuição mais igualitária das posições nas relações de poder, sua intenção de empoderar o sujeito tem como meta, em última instância, levar à instauração de um Estado mais democrático (ROLNIK, 2019, p. 132).

A insurreição na esfera micropolítica, percebida como “potencialização da vida” (ROLNIK, 2019, p. 132) se refere à potência de uma subjetividade inquieta, rebelde, resistente, impulsionada por uma afirmação de vida e movida pelo desejo de existir em plenitude. Como destaca Rolnik,

A intenção do insurgir-se micropoliticamente é a “potencialização da vida”: reaproximar-se da força vital em sua potência criadora. Nos humanos, a reaproximação da pulsão depende de reaproximar-se igualmente da linguagem (verbal, visual, gestual, existencial etc.), o que implica em habitar a linguagem nos dois planos que a compõem: a expressão do sujeito e a do fora-do-sujeito que lhe dá movimento e a transforma. (ROLNIK, 2019, p. 132).

Acerca dos movimentos possíveis nessas esferas, em entrevista a Kattalin Barber, Cusicanqui (2019, documento não paginado) afirma que,

A macropolítica busca sempre um interlocutor no Estado, seja com ou contra o Estado. Ao contrário, a micropolítica está por debaixo do radar da política e trabalha sobre coletivos pequenos e ações corporais que permitem que floresçam espaços de liberdade. O que buscamos é repolitizar a cotidianidade, seja desde a cozinha, do trabalho ou da horta. [...] Articular o trabalho manual com o trabalho intelectual, produzir pensamento a partir do cotidiano.

A proposta de Cusicanqui (2019) sobre a politização dos espaços e ações, desde a cozinha ao trabalho intelectual às demais atividades cotidianas, é importante para pensarmos esses espaços como formadores de subjetividades libertas. Desta forma, é possível acionar

linguagens que promovam a “potencialização da vida”, como mencionado anteriormente por Rolnik (2019), e impulsionar novos sentidos aos espaços muitas vezes esquecidos.

3.2 PROCESSOS FORMATIVOS DA SUBJETIVIDADE FEMINISTA: A EXPERIÊNCIA E O CORAZONAR NAS LUTAS SOCIAIS

Figura 26 – Coração flor-e-sendo



Fonte: FREEPIK.

*Corpos vivos, “sentipensantes”
em movimento visceral...
Disposição para as lutas,
sonhos, crenças e utopias...
Pulsam vida e esperança!*

Diante de uma realidade que nos convoca à reflexão e ação, o desafio aqui é pensar nas sementes que fazem germinar uma consciência crítica, capaz de florescer em ação para a transformação. Pensar em nossa constituição enquanto sujeitas é falar de experiências, é falar de vida; vivida nas entranhas ou próximo dela, na ação ou na observação atenta. Falar de experiências é revelar o que nos afeta; é falar de sentidos tomados na diversidade. É nessa diversidade de experiências que nos constituímos sujeitas e sujeitos políticos neste processo; nos constituímos humanas/os ou (des)humanas/os; nos faz quem somos e nos permite mover os sentidos. O que fica de nossas experiências vividas é o que significa.

Experiência, destaca Scott (1998), está “imbricada em nossas narrativas”, portanto dela não podemos prescindir, pois “serve como uma forma de se falar sobre o acontecido, de estabelecer diferença e similaridade, de postular conhecimento que é ‘inatacável’” (SCOTT, 1998, p. 324). De natureza discursiva e política, “experiência é sempre e imediatamente algo já interpretado e algo que precisa de interpretação. O que conta como experiência não é algo auto-evidente nem direto; é sempre contestado e, portanto, sempre

político” (SCOTT, 1998, p. 324). Experiência e teoria devem ser consideradas com a mesma importância, pois “todo conhecimento é corpóreo”. É o que destaca Santos (2019, p. 125),

A experiência é tanto a vida subjetiva da objetividade como a vida objetiva da subjetividade. Como gesto vivo a experiência reúne como um todo tudo aquilo que a ciência divide, seja o corpo e a alma, a razão e o sentimento, as ideias e as emoções. Assim conceitualizada, a experiência não é passível de ser transmitida de forma completa bem apreendida na sua totalidade. Quanto mais intensamente ela é vivida, mais difícil se torna percebê-la.

O exercício da tradução é o que nos possibilita a compreensão e a transmissibilidade de dada experiência, pois “permite-nos relatar uma dada experiência a outros, quer essa experiência nos seja próxima, quer seja relativamente estranha” (SANTOS, 2019, p. 125). Para as epistemologias do Sul, o conceito de experiência significativa se refere “a experiência como *experiência vivida*. No que se refere à experiência vivida, não é possível distinguir a experiência em si mesma do sujeito que a vive” (SANTOS, 2019, p. 126). Portanto, experiência tem a ver com os sentidos, com a percepção de quem a vive e/ou observa, com a subjetividade. Por isso toda experiência é política.

Quanto aos conhecimentos que surgem das lutas sociais, Santos (2019), destaca que precisamos considerar os conhecimentos que sustentam a luta; os que os grupos dominantes produzem; e os conhecimentos gerados por outros grupos ou movimentos com quem é possível construir alianças e diálogos com base na ecologia de saberes.

Em todo o sul global muitos grupos (povos indígenas, camponeses, mulheres, dalits, etc.) recorrem à narrativa dos direitos humanos no discurso público como forma de se fazerem entender pelos públicos que não pertencem ao mesmo universo cultural, como forma de construir pontes e alianças com outros movimentos e até mesmo como forma de lidar com as burocracias juristas ou administrativas do Estado (SANTOS, 2019, p. 123).

O autor destaca, em suas obras, a força do coletivo e a importância do movimento social, enfatizando a necessidade de diálogos e unificação das lutas e resistências entre os diferentes grupos sociais que defendem as causas, cujo “objetivo é promover partilhas e diálogos com outras experiências e outros conhecimentos, visando identificar afinidades e potencializar a solidariedade ativa. É aí que se situam as ecologias de saberes” (SANTOS, 2019, p. 123). Afirma ainda que “os conhecimentos-na-luta tanto são produtos como produtores de lutas em processo constante de reconstrução” (SANTOS, 2019, p. 123).

Para as epistemologias do Sul, o valor dos conhecimentos está nos resultados que

produzem (SANTOS, 2019). Para que e a quem servem esses conhecimentos são questões fundamentais. O conhecimento que nasce nas lutas possui a marca do coletivo e pressupõe ser fruto de diálogos e consensos, pois

As ecologias de saberes são construções cognitivas coletivas orientadas pelos princípios da horizontalidade (diferentes saberes reconhecem as diferenças entre si de um modo não hierárquico) e da reciprocidade (diferentes saberes incompletos reforçam-se através do estabelecimento de relações de complementaridade entre si). Apenas assim se atinge a justiça cognitiva dentro dos diferentes grupos sociais que resistem à opressão, bem como no âmbito das relações entre eles (SANTOS, 2019, p. 124).

Para Walsh (2017), as lutas sociais são percebidas como espaços de formação ou “escenários pedagógicos donde lxs participantes ejercen su aprendizaje, desaprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción” (WALSH, 2017, p. 20-21). Um processo que passa pelo reconhecimento de um problema social e pela vontade/necessidade de intervir para mudar as coisas, e

Este accionar, típicamente llevado de manera colectiva y no individual, suscita reflexiones y enseñanzas sobre la situación/condición colonial misma y el proyecto inacabado de la des- o de-colonización, a la vez que engendra atención a las prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados. Las pedagogías, en este sentido, son las prácticas, estrategias y metodologías que se entretienen con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización (WALSH, 2017, p. 20-21).

Se por um lado, as epistemologias do Norte não reconhecem o corpo afetivo e emocional, portanto político, as epistemologias do Sul afirmam a potência dos corpos, já que “o raciocínio e os argumentos se misturam com emoções, desgostos e alegrias, amores e ódios, festa e luto. As emoções são a porta que dá para o caminho da vida e são esse mesmo caminho na luta” (SANTOS, 2019, p. 138). Afirmar o corpo como espaço de conhecimento significa afirmar que pensamos e conhecemos com ele, que com ele construímos experiências e memórias e que ele está muito além da “tabula rasa” ou “suporte”, como tem sido normalmente percebido e “se acontecem lutas é porque há corpos que acontecem para as lutas” (SANTOS, 2019, p. 139).

As epistemologias do Sul se deparam com um grave problema de nosso tempo que é a banalização do sofrimento, assim como da morte que dele decorre. A indiferença diante

do sofrimento é banalizada e ocorre no cotidiano, não só no contexto de luta. Em seu reverso temos o corpo que evita o sofrimento a qualquer custo utilizando medicamentos. A indiferença diante da realidade e das lutas dos povos oprimidos é entendida pelas epistemologias do Sul como ignorância produzida pelas epistemologias do Norte (SANTOS, 2019). Por essas percepções nos identificamos com as epistemologias do Sul, como uma forma de pensar e construir conhecimento com sentido, onde “as ecologias de saberes” reconhecem os sofrimentos e fazem dele razão para as lutas partilhadas, buscando uma “solidariedade ativa” (SANTOS, 2019). As epistemologias do sul reconhecem o corpo vivo como produtor de conhecimento e percebê-lo como vivo e pulsante, sentipensante, nessa “artesanaria” que faz conhecimento com sentido é desafiador. Em tempos sombrios, em que os corpos cada vez mais são ignorados e usurpados, exercitar uma epistemologia corpórea é sem dúvida um ato de resistência; o corpo empírico se fazendo perceber ao corpo epistêmico; se comendo de sentidos.

Nosso desafio também é superar a indiferença com que nesses tempos a sociedade percebe (ou não percebe) o sofrimento do outro. A invisibilização do sofrimento provoca mais sofrimento, porque se não nos afeta não nos provoca a buscar a sua eliminação. E para além de nos sensibilizarmos pelos corpos humanos, também é preciso que nos sensibilizemos com a natureza como corpo vivo, um todo orgânico do qual somos parte.

O capitalismo, colonialismo e patriarcado colocados ao mesmo tempo como causa e consequência, em um processo já longo e sem perspectiva de uma resistência capaz de neutralizá-los em breve, indica uma “banalização do horror e a indiferença perante o sofrimento, ou seja, o desaparecimento de qualquer juízo político ou ético sobre ele” (SANTOS, 2019, p. 146). Às epistemologias do Sul importam os “corpos mortos”, assim como os “corpos em sofrimento”; partem das consequências deste sofrimento para propor a “imediatez da necessidade de cuidado, incluindo o cuidado das famílias e dos grupos sociais mais intensamente afetados pela violência contra os corpos” (SANTOS, 2019, p. 147).

Ao afirmar o “caráter corpóreo do conhecimento” como motivador e mobilizador para as lutas, Santos (2019) compreende o conhecimento para muito além da razão; reconhece que “o compromisso ativo ocorre sempre em contextos afetivos, emocionais. As lutas sociais são como apostas; coabitam mais ou menos a vontade com desconhecidos” (SANTOS, 2019, p. 149). Nesta perspectiva Santos (2019) coloca o “aquecimento da razão”

ou “corazonar” que ele define como “o processo através do qual as ideias e os conceitos continuam a despertar emoções motivadoras, emoções criativas e capacitadoras que reforçam a determinação de lutar e a disponibilidade para correr riscos” (SANTOS, 2019, p. 150), na centralidade das epistemologias do Sul. Superar a “frieza” sugerida pela racionalidade moderna com uma quentura efervescente, pois

Aquecer os conceitos significa transformar a latência em potência, a ausência sem emergência, o inatingível no 'ali-à-mão'. As emoções que aquecem a razão são emoções com um objeto e um objetivo. Implicam tanto a identificação de um estado de coisas como uma muito sentida avaliação deste. Investem os objetos de valor especial. Por isso o aquecer da razão está associado ao aquecer da ética, sendo ambas precondições da indignação ativa, o momento no qual o que vem sendo tolerado se torna intolerável, tem de ser superado e pode ser superado (SANTOS, 2019, p. 151).

É importante destacar que o “aquecimento” proposto pelas epistemologias do Sul não nega a importância de teorias e conceitos, mas “os transforma em problema e desafios vitais, experiências concretas de expectativas próximas, seja para se lutar contra elas seja para se lutar por elas” (SANTOS, 2019, p. 150). As epistemologias do Sul defendem uma “razão aquecida”, ou seja uma “razão com emoções, afetos e sentimentos” (SANTOS, 2019, p. 152). A este aquecimento necessário da razão, o autor chama de “corazonar”, conceito utilizado pelos indígenas que habitam a região dos andes na América Latina. *Corazonar* carrega também uma dimensão espiritual, que se coloca contra o eurocentrismo, o sofrimento e opressão a que são submetidos muitos povos. Portanto, “conceber o *corazonar* como uma emergência é vê-lo na expressão do híbrido alquímico emoções/afetos/razões, o sentir/ pensar inscrito nas lutas sociais” (SANTOS, 2019, p. 153). *Corazonar* é resgatar a humanidade esquecida pela racionalidade moderna, é construir conhecimento pulsante, carregado de sentimentos, emoções, afetos; conhecimento com vida e pelo Bem Viver.

O processo de formação de consciência é perpassado pela necessidade de reconhecimentos diversos: reconhecimento da outra/o/e, e reconhecimento dos preconceitos e racismos que nos constituem. A partir daí a busca de reparação e desconstrução subjetiva dos processos colonizantes que nos constituem (KILOMBA, 2016). Para Freire (1979), conscientização significa a apreensão crítica da realidade, afastando-se de uma visão “espontânea” e eu diria ingênua da realidade; significa assumirmos uma “posição epistemológica” e ético-política. Portanto, a conscientização é um processo que exige embrenhar-se em uma “práxis”, essa dinâmica de “ação-reflexão” que nos coloca em

movimento de (trans)formação, “esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo” (FREIRE, 1979, p. 15), caracteristicamente humanas. Essa perspectiva exige assumirmo-nos enquanto sujeitos e sujeitas “que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1979, p. 15).

Colonialismo e patriarcado compartilham processos semelhantes na opressão das consciências. Como destaca Paludo (2009, p. 12), historicamente as mulheres, ou parte delas, aprenderam e vivenciaram uma relação de submissão/inferioridade aos homens e à sociedade, que seu espaço de atuação era limitado, especialmente doméstico e sua função laboral era reprodutiva ou ocupando trabalhos subalternos. Portanto, sua subjetividade foi essencialmente moldada à submissão, adaptação, aceitação. Como destaca Paludo (2009, p. 12) “as mulheres são educadas para serem subservientes e submissas aos homens, para ocupar o espaço doméstico e para servir. A subjetividade foi educada para que fossem e sejam assim”.

É certo afirmar, no entanto, que os movimentos de resistência também se deram e se dão à medida que os processos de dominação tomam forma e corpo. Para Lerner (2019) considerando a forma brutal como a estrutura patriarcal “aprisionou” o pensamento das mulheres, “a transformação da consciência das mulheres sobre nós mesmas e nosso pensamento são uma pré-condição para a mudança” (LERNER, 2019, p. 271). Os caminhos de emancipação construídos pelas mulheres e seus movimentos atravessam a história e espaços distintos, desde as mulheres medievais e suas práticas e alquimias consideradas hereges pela igreja, às mulheres da América que resistiram à colonização, às mulheres da Revolução Francesa e as sufragistas, às feministas comunitárias, às mulheres dos movimentos camponeses da atualidade. Para o Movimento de Mulheres Camponesas, os caminhos da emancipação passam pelo reconhecimento de sua condição de exploração, uma tomada de consciência da realidade vivida, que passa também pela necessidade de

querer (vontade), apaixonar-se (emoção) e se sentir nos processos de forma efetiva (ação). É preciso, então, reeducar a subjetividade. A razão, a vontade, a emoção e a ação têm que estar integradas, buscar compor um todo coerente, enfrentando as contradições, num movimento de resistência, que forja e realimenta, permanentemente, um novo jeito de pensar, de ser e de agir” (PALUDO, 2009, p. 12).

O encontro com outras mulheres é provocativo, promove fissuras em concepções ideológicas e morais, fazendo avançar um movimento de consciência rebelde, coletiva,

ousada e proativa, uma “nova subjetividade” que, segundo Paludo (2009) “só emerge a partir das ações efetivas” e pode ocorrer em espaços diversos. Dessa forma,

O movimento da nova subjetividade só emerge a partir das ações efetivas. Essas ações acontecem também no cotidiano, nos mais diversos espaços: trabalho, família, comunidade, círculo de amizades, festas. Enfim, em todos os espaços nos quais se vive e convive. A vigilância tem que ser constante porque é nesse movimento concreto de fazer diferente, de respeitar e fazer-se respeitar, que a reeducação também vai acontecendo as mulheres camponesas vão ganhando confiança, tendo opiniões próprias, pensando, decidindo e optando, conquistando espaço, sendo sujeitas nas relações e percebendo a boniteza do processo da realização como gente, como ser humano (PALUDO, 2009, p. 12-13).

Ainda que a formação de uma nova subjetividade possa ocorrer em espaços diversos, podemos afirmar os movimentos sociais organizados como espaços onde ela se potencializa. A partir da compreensão profunda da dominação/exploração como centralidade do sistema capitalista, as mulheres em movimento buscam estratégias de ação, articuladas a outras lutas sociais (PALUDO, 2009). Quanto a isto, destaca-se que

As mulheres da Via Campesina e o Movimento de Mulheres Camponesas estão em uma direção promissora: a de se afirmar no interior da classe trabalhadora, como integrantes da mesma, dando um real sentido para a luta específica. Elas estão se tornando pela práxis que realizam, um componente fundamental da luta pela construção de um outro Desenvolvimento do Campo, no Brasil, e de um outro projeto de nação. [...] Participar dessa luta é o que faz estas mulheres estarem em processo de libertação/emancipação porque descentradas, abertas e construtoras das possibilidades de instituição de um projeto de futuro para o campo no Brasil, para o Brasil e para a humanidade (PALUDO, 2009, p. 14-15).

O movimento social é um corpo vivo que se articula e se move no tecido social, por vezes, provocando mudanças nas estruturas do sistema, como é o caso dos movimentos feministas discutidos aqui. Para Gargallo (2017) o movimento social carrega uma fluidez,

[...] que apela ao social de diversas formas – seja como coletivo que se agrupa para difundir uma doutrina, defender uma demanda ou manifestar um desconforto, seja como conjunto de pessoas que compartilham uma cultura e interagem em seu interior com a finalidade de mudar de lugar o que percebem como fora de foco, alheio, pesado ou incômodo –, não é fácil identificar seu papel (sobretudo definir apenas um) na atualidade. Não obstante, creio que hoje se está gerando um novo movimento feminista, plural, que incorpora experiências de mulheres de povos distintos, de correntes ideológicas e ações diferentes. É um feminismo de movimento social, um feminismo que se transformou – evoluindo, mudando de lugar, diversificando-se – a partir das ações e teses do movimento de libertação feminina da década de 1960 (GARGALLO, 2017, p. 120).

Podemos reconhecer os movimentos feministas que me aproximo como uma subjetividade política coletiva potente, que se forja desde a formação de consciência e práticas de luta. Para além das pautas de lutas, a dinâmica dos movimentos também carrega sentimentos de afetos e pertencimento, portanto carrega emoções (JASPER, 2013) como elemento aglutinador; mulheres “corazonadas” (SANTOS, 2019) em um movimento de “acorpamento” (CABNAL, 2010) e em articulação com diversas outras lutas, interseccionadas. Uma pedagogia dos afetos acionada e acionando as lutas.

Nosso corpo é político; o modo como nos alimentamos carrega uma postura política; nosso pensar é político; nossas decisões são políticas e essa subjetividade política, que é, individual e coletiva carrega uma perspectiva social que define os rumos que a sociedade toma. A subjetividade política é a mola propulsora de ações para transformação sociais nas mais diferentes áreas. A formação humana na sua permanente incompletude/inacabamento (FREIRE, 1996) pressupõe a formação de uma subjetividade ético-política que lhe permita se colocar diante dos mais diversos temas, com liberdade e argumentação:

Há um espaço político interior ao indivíduo onde a formação se processa, onde acontece o “movimento dos sujeitos”. O deslocamento entre espaços formativos provoca desequilíbrios que favorecem esse movimento, forçando-os a constantemente se reposicionarem diante da realidade e questionarem o lugar que ocupam. O sujeito que constrói sua identidade política entre espaços de formação distintas precisa organizar demandas à configuração de sua subjetividade - formas de apreender a realidade, julgar e agir - que são por vezes conflitantes. Mas a partir daí, pode também gerar alternativas, pluralistas e cidadãs, que emergem da consciência de sua própria incompletude e potencialidade (GRUGINSKIE; GENRO; SFREDO MIORANDO, 2018, p. 746).

A necessária consciência social e política requer a formação de uma subjetividade que seja capaz de se colocar no lugar do outro/outra e, nessa perspectiva de alteridade, construir novas relações sociais, como destaca Leite (1990, p. 168-169),

é um dar-se conta de si, dos outros, de ser um ser social em determinadas circunstâncias, de ser e sentir-se responsável como tal, se necessário, pela modificação destas circunstâncias não apenas no benefício próprio pessoal ou de classe, mas no benefício coletivo da comunidade universal.

Para alcançarmos essa consciência necessária é preciso formação, seja nos espaços formais ou informais, de uma subjetividade política capaz de “ampliar a consciência social

na busca de uma sociedade livre, uma sociedade também política cujos governos ajam tanto no interesse de todos quanto sejam por todos controlados” (LEITE, 1990, p. 168-169).

Ao reconhecermos nossa força coletiva, afirmamos o espaço público-político como espaço de (trans)formação. A participação nesses espaços requer uma autoconfiança e emancipação que permita se sentir parte, integrante, como sujeitas e sujeitos com capacidade de ação (ARENDRT, 2013). É nesse espaço onde se fortalece a perspectiva do comum (FEDERICI, 2021; GOERGEN, 2020) porque interagimos e acionamos nossa capacidade de ação coletiva.

A intervenção no espaço público-político é capaz de provocar transformações sociais que afetam os indivíduos e também a coletividade. hooks (2019c, p. 224) afirma que a politização se dá na combinação de experiências pessoais “com a compreensão crítica da realidade material concreta, que assenta a base para tal experiência pessoal”. Mas essa perspectiva ainda é vista com certo estranhamento/espanto.

Figura 27 – Mafalda e a política



Fonte: QUINO, 1999.

Assim como o movimento social, a universidade pública se coloca como espaço potente do pensar e agir político. Portanto, reconhecemos ainda mais a responsabilidade em pensar e promover uma educação humanizadora que reconhece as necessidades dos indivíduos, mas também da coletividade (GENRO, 2011). A tarefa da transformação social é um compromisso que precisa ser assumido conjuntamente pela universidade e sociedade em sua interação:

não é somente a afirmação do sujeito coletivo universidade, ensinando, produzindo e socializando seus conhecimentos e tecnologias, atendendo

demandas sociais, reduzindo as desigualdades e construindo a cidadania, mas também a sociedade intervindo nos rumos da universidade, colocando suas reflexões, suas críticas e suas perspectivas frente ao trabalho produzido na universidade (GENRO, 2000, p. 190).

Nesse caminho de luta por um espaço público democrático, articulam-se novas perspectivas, tanto no exercício da política e organização da sociedade quanto em novas formas de produção e consumo, economias outras fundadas na solidariedade e partilha. Perspectivas que acionam outras lógicas de (con)vivência e ação impregnadas por desejos, afetos e uma capacidade de imaginação. Assim se colocam as mulheres dos movimentos ou que nos movimentos sociais fazem este enfrentamento e com quem estabeleci o diálogo em minha pesquisa; um diálogo que se coloca na perspectiva de buscar alternativas a este modelo, no sentido de reconhecer experiências “compreender os contextos locais e nacionais, as suas potencialidades e limites, os seus tecidos produtivos e económicos e a sua visão de bem-estar e bem-viver” (CUNHA, 2017, p. 9).

3.3 SUBJETIVIDADE POLÍTICA COMO AFIRMAÇÃO DE PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM MOVIMENTO NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Figura 28 – Mulheres do MMC em luta



Fonte: BRASIL DE FATO, 2022.

As mulheres se organizam para dar conta de problemas reais de seu cotidiano, de sua comunidade ou por questões mais amplas de país e mundo. O olhar atento a seu entorno, às necessidades de mudanças nas estruturas sociais, de enfrentamento ao capitalismo, colonialismo e patriarcado, de pôr fim aos sofrimentos e violências sofridas pelas mulheres e as possibilidades que a articulação entre elas pode gerar, assim como o desejo de liberdade e vida em plenitude têm motivado as mulheres do mundo a se unirem, não apenas na forma de organizações feministas dentro dos padrões ocidentais, mas também encontrarem formas

próprias de organização e luta, como é o caso das feministas comunitárias da Bolívia e Guatemala, assim como dos movimentos de mulheres/feministas como a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Indígenas e os diversos movimentos que agregam mulheres negras e do feminismo popular camponês das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. Como destacam Lorenzoni, Seibert e Collet,

é, sobretudo, na ação concreta da militância, na organização das mulheres, na mobilização, na resistência, em sua identidade camponesa e no enfrentamento das relações patriarcais e capitalistas no campo, pensadas e elaboradas, que se forja uma consciência militante feminista de mulheres camponesas, fundamentando o pensamento político de um feminismo camponês popular (SEIBERT, 2019 *apud* LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 27).

No Brasil e na América Latina, muitas mulheres iniciam sua luta feminista a partir da participação em movimentos e organizações sociais diversas como pastorais sociais da igreja católica, movimento estudantil, partidos políticos, como é o caso de muitas das sujeitas entrevistadas. Interessante destacar que esse movimento ocorre também inversamente, ou seja, a participação nesses movimentos leva à luta feminista. A característica comuns desses espaços formativos é a educação/formação popular inspirada em Paulo Freire.

Apresento as falas das sujeitas descrevendo sua trajetória de vida, trazidas como um texto único para preservar a integralidade das suas experiências e os nexos (perspectiva narrativa descrita na metodologia) que elas mesmas estabelecem entre os diferentes eventos que consideram fundamentais para a composição de suas posições e subjetividades. Neste trabalho optei por apresentar as falas das sujeitas em itálico, para melhor representar as memórias mobilizadas:

Naira: [...] vem desde a infância essa preocupação, esse olhar, talvez pelo fato de morar numa família só de meninas [...]. A minha mãe teve muito presente essa necessidade da gente ocupar os espaços, inclusive por não ter tido a oportunidade, no seu tempo, do estudo. E meu pai também. Apesar de vir de uma família que eu julgava bastante tradicional, ele era muito aberto, muito reflexivo com as filhas, muito estudioso. [...] a gente problematizava quando percebia alguma situação de opressão em relação às famílias que a gente conhecia [...]. Na graduação, fui fazer um curso de Licenciatura em Educação Física na UFSC num momento ainda bem conservador. O nosso currículo tinha uma segregação entre homens e mulheres, carregava bem o cunho ainda tecnicista militarista que a Educação Física tem, e isso foi importante porque a partir dessa discussão, no final da década de 80, isso motivou a gente a buscar muitas análises em relação à essa questão da participação da mulher na ciência, no trabalho, questões mais do cotidiano, e então acabei ingressando no movimento estudantil. E aí tem toda aquela dinâmica dos movimentos sociais em ascensão. Estávamos discutindo uma constituição democrática. [...] uma questão mais intencional, de refletir sobre a questão do feminismo, foi a partir do meu ingresso no MST, no Movimento Sem Terra, quando a gente foi atuar numa escola de assentamento e lá eu comecei a me identificar mais com o debate de gênero [...] Que não era mais um grupo de mulheres, mas um grupo de gênero. Então, eu fui estudar o que era o termo gênero e, é claro, com muitas limitações, porque inclusive a própria organização, as próprias lideranças também não tinham

isso como uma coisa tão importante na época [...]. A gente acabou fazendo parte, dentro da esfera do Movimento, por estabelecer um **novo olhar sobre essa questão das mulheres**, então aliada à luta pela terra, fortemente. Eu diria que ali foi minha identificação com a questão do **movimento feminista**. No **mestrado** e no **doutorado**, que a minha pesquisa foi dentro das políticas educacionais, sempre tive muito presente isso. Quando ingressei na Universidade da Fronteira Sul, em Laranjeiras do Sul, nós tínhamos um **grupo informal de professoras** que me aproximou mais ainda dessa discussão [...]. Até hoje a gente tem **projetos em conjunto**. Então, eu fui aprender mais, me instrumentalizar melhor. Já no campus de Erechim, acabei por entrar mais para esse **debate teórico** com a questão de coordenar [...] um projeto de extensão na discussão da Organização Produtiva em **Agroecologia das Mulheres**. Aí, a **paixão** se deu por completo e venho tentando me dedicar a essa temática. [...] a gente começa a perceber também que essa questão de gênero precisa ser debatida em todos os espaços e tem **muita demanda**.

Adriana: [...] essa história de perceber que **não há um lugar determinado para as mulheres**, enfim, a gente vai construindo e o lugar é onde a gente quiser. Nesse aspecto, a gente vai construindo o processo de participação e de consciência, também, porque a gente nunca está pronto. **Não existe uma vacina feminista, mas é um processo de idas e vindas** na vida da gente. Então, nessa perspectiva, como quando era adolescente ainda, de **perceber que nada estava estabelecido**, que não precisava ser assim desse jeito, daquele... Enfim, que eu podia construir meu próprio caminho. [...] discutia também a questão dos **direitos e da sexualidade**; também, nessa época, **direito da seguridade social; direito ao auxílio maternidade pras agricultoras** (de quatro meses); **salário mínimo**, que até então **não eram consideradas trabalhadoras** porque **não tinham acesso a nenhum direito**; a questão da **aposentadoria para as mulheres** aos 55 anos e os homens aos 60, que também recebiam meio salário mínimo; a **saúde pública como um direito de todos e dever do Estado** e nesse sentido também a **assistência social**. Aí, essa questão e toda a **questão da documentação** para conseguir isso, a documentação importante e necessária para todas as mulheres, e aí também **se considerar agricultura, camponesa, trabalhadora rural**, pra ter acesso aos direitos e não do lar [...].

Daiane: [...] meu **primeiro contato** com essa temática das mulheres se deu na **graduação**, que foi em 2016, onde eu iniciei a minha **pesquisa de TCC**, e essa **questão das mulheres sempre esteve muito presente**, porque sou filha de agricultores e **tendo vivenciado isso lá no campo**, onde as mulheres tinham uma certa **desvalorização do trabalho** [...] o homem, o chefe da casa, e a **mulher** que, na maioria das vezes que eu observava, é quem fazia a maior parte das coisas dentro de casa, e até mesmo fora, **ela ficava como submissa, o homem que ficava com a parte do dinheiro**, era quem gerenciava a questão econômica. [...] busquei um **professor que me auxiliou** na minha pesquisa, e também a **melhor enxergar o que eu poderia pesquisar** com isso. Aí, eu pensei assim: “vou estudar o êxodo rural”, que era o que mais tinha lá na minha região, várias moças saindo do campo e, também, isso se dava por quê? Porque **o que elas iam fazer no campo** diante de tantas situações que não possibilitavam o **crescimento delas**? Porque assim, num município pequeno, onde não tinha possibilidade delas crescerem, e também garantir sua individualidade, o seu salário, enfim. [...] **um município** que não tinha indústria, não tinha possibilidade de ter um emprego. Então, a escolarização que tinha ali era até o ensino médio [...] **várias jovens lá do município de onde eu moro que migraram para a cidade** de Erechim, que eu morava. [...] a pesquisa se iniciou nesse sentido, em descobrir o que **motivava essas jovens a migrar do campo** [...]. Escolhi trabalhar com as jovens da licenciatura, que são 5 cursos de licenciatura [...] a temática da pesquisa era evidenciar **o que motivava as mulheres a migrar do campo**, e os fatores que apareceram foram: a evolução pessoal; a falta de parceiros, também, no campo, para elas poderem namorar; mas o que mais pesou foi a questão da paternidade, o **adultocentrismo**; [...] a mãe dessas moças não queriam ver nas filhas o que elas passaram, [...] da geração da minha mãe, tudo era muito mais difícil do que hoje é para nós [...] elas falavam assim: uma pequena área de terra com maquinários emprestados, alugados e em que situação que ia ter para elas? Continuar morando no campo diante dessa realidade que elas já tinham com os pais delas. Então, **não tinham outra escolha a não ser migrar**. [...] Então, **muito interessante**, uma pesquisa que **me motivou**, me fez **enxergar nelas**, e esse desejo por descobrir essas questões foi além, tanto que depois eu dei sequência a essa pesquisa no mestrado. Depois, eu **optei por estudar as jovens egressas do curso de Agronomia, da UFFS**, campus de Erechim, daqui e, também, as jovens egressas dos cursos de Pedagogia, [...] em específico aqui, **tem a ênfase em agroecologia, e a agroecologia insere mais as mulheres**, é um modelo de agricultura onde acolhe mais a problemática de gênero [...] Nessa inquietude de trabalhar com **as mulheres e o feminismo**, surgiu a ideia de trabalhar com a **agroecologia**, porque eu já há 3 anos, um pouco mais, estou inserida em um **grupo de agroecologia** aqui na região onde eu moro. Nesse grupo, tem vários debates e também conversas sobre essas **questões de gênero**. [...] eu estava à **frente de um negócio** que a gente abriu aqui na cidade de Erechim, foi um empreendimento, e esse

empreendimento era feminino. Eu e outra mulher estávamos à frente, então a gente vendia produtos orgânicos, ela era técnica de uma ONG, aqui de Erechim, que trabalha com agroecologia, e eu por estar inserida em grupos, e assim que a gente se uniu. Só que o empreendimento fechou na pandemia, atrapalhou nossos planos, e esse era também um dos elementos que me motivava a pesquisar isso, essa inserção, essa pesquisa ser participante. Eu estou inserida em um num GT de gênero, [...] depois surgiu a ideia de trabalhar com as mulheres do GT de gênero da Rede Ecovida de Agroecologia⁹, que é esse GT que eu estou presente [...] quero investigar isso, essa bandeira “sem feminismo não tem agroecologia” [...]. É uma rede em que participam homens e mulheres, mas dentro desse grupo só tem mulheres, nesse GT de gênero. [...] Esse grupo foi criado porque as mulheres passaram a se unir mais. Isso se deu também por um motivo: aconteceu um caso de violência [...], aí as mulheres uma foi apoiando a outra, não querendo permitir que isso viesse a acontecer novamente. [...] Em específico, na minha casa, a minha mãe que tinha um protagonismo maior, ela que dava a letra de tudo. Aí, também, isso já vai criando uma coisa, assim, da mulher não querer ficar, e ela incentivava: “não, tem que trabalhar”. E ela me dizia assim: “não tenha filho”, ela ficava falando que não era pra se envolver, que tinha que construir sua vida profissional e não ficar atrás de homem...

Sandra: Bem, o meu encontro com os movimentos ocorreu no Rio Grande do Sul, no momento em que eu adentrei a Universidade Federal da Fronteira Sul, [...] uma instituição que teve sua origem ligada aos movimentos sociais. Isso significa que os movimentos faziam e fazem parte desse cotidiano institucional. [...] A partir daí, eu fiz uma incursão por temáticas que eu já trabalhava anteriormente, ligadas a direitos humanos e questões de gênero, e eram temáticas e agendas muito importantes desses movimentos. Então, encontrei nesses movimentos uma certa materialidade daquilo que eu estudava e eu passei, então, a ter uma aproximação com esses movimentos, na questão temática, conceitual, em campos de atuação. Por exemplo, em instituições escolares, em espaços educativos, no qual tanto a presença da universidade quanto dos movimentos aconteciam. [...] De lá para cá eu tive uma atuação que foi conhecer muito a região [...]. Então, cada linha, cada vila, cada picada eu conheci pelas minhas atuações inerentes à universidade, do ensino, da pesquisa e da extensão, mas também pelo fato de eu ter me aproximado com essas lideranças, essas pessoas, que têm trabalhos ancestrais, ligados a toda essa organização das comunidades. Eu entendo que, para a minha atuação, isso foi fundamental. Porque, para reconhecer esse aluno que estava na universidade e as questões de gênero, propriamente ditas, eu precisava conhecer a casa das pessoas, a atuação militante que essas pessoas tinham. O que nós tentamos fazer, do ponto de vista institucional? Nós criamos uma linha de pesquisa em direitos humanos, movimentos sociais e instituições para que, de alguma forma, nós pudéssemos dar acento ainda maior a essa presença do movimento, já garantindo nos colegiados institucionais. Então, pela minha atuação, essa possibilidade de a gente criar um grupo que tivesse essa interface com a comunidade, nós conseguimos concretizar. Esse grupo, hoje, está filiado ao CLACSO, que é o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais; então nós fizemos o segundo passo que é a internacionalização. Hoje, todo e qualquer um que tenha algum trabalho, uma iniciativa relevante, pode encontrar o acolhimento, a parceria no nosso grupo. De igual maneira, a gente participa de ações da comunidade, quer sejam ações festivas, quer sejam ações de formação, quer sejam campanhas. Então, os sindicatos rurais, movimento de mulheres do campo, toda essa organização, a gente passou a ter uma relação mais presente, ora na comunidade, ora na instituição. Agendas não faltam e pautas de luta, igualmente.

Siomara: Com o movimento feminista eu acredito que foi quando eu trabalhei como extensionista rural nos anos 80, no Oeste de Santa Catarina. Nessa época, eu entrei numa formação para extensão rural (antiga ACARESC, atual EPAGRI) que trabalhava com a concepção de Paulo Freire em Santa Catarina. O Oeste, estava assim, extremamente politizado em torno de movimentos sociais voltado à questão da terra, principalmente a Pastoral da Terra e também o movimento pela barragens, [...] meu envolvimento com o trabalho de extensão rural, acabei me aproximando de colegas também politizados, especialmente colegas extensionistas e aí acabei, por meio da Pastoral da Terra, conversando com muitas mulheres agricultoras, não denominávamos camponesas naquela época, né, mas eram agricultoras e a gente acabou, na verdade, apoiando muitas lutas delas. Como extensionista, especialista rural, a gente acabou acompanhando muito as lutas no sindicatos de trabalhadores rurais [...] houve muita mobilização no sentido de retomar o papel no sindicato dos trabalhadores rurais no Oeste de Santa Catarina e aí, daquele trabalho com a Pastoral da Terra,

⁹ Conforme informações da página, a Rede Ecovida busca articular produção e consumo, fazendo a conexão entre produtores, cooperativas e associações com as organizações de consumidores. Mais informações sobre a Rede Ecovida de Agroecologia estão disponíveis em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 30 jan 2023

o sindicato dos trabalhadores rurais, começou a surgir, então, a **organização das mulheres agricultoras** e que elas foram fundando aí, o **movimento de mulheres agricultoras**, depois vem se tornar nos anos 2000 **Movimentos de Mulheres Camponesas**. Então foi por aí que começou, na verdade, a minha **trajetória política em relação ao feminismo**, mas depois, quando eu me dediquei mais à minha formação em Ciências Sociais, **foi na academia** mesmo, na universidade, que eu me deparei com **significado do movimento de mulheres** tanto o movimento de mulheres, no sentido dos **movimentos populares**, quanto **movimento feminista** e aí, com o estudo das teorias, depois os **estudos de gênero**, foram me encaminhando cada vez mais para o campo feminista. Então, durante bom tempo eu fiquei mais envolvida, na verdade, com o **movimento feminista acadêmico**, em função do período de formação [...] minha formação acabei levando para os **estudos dos movimentos sociais e também feministas e de gênero**. [...] em termos pessoais, eu acho que eu já tinha alguma coisa relacionada a uma **percepção de mundo diferente** em que as mulheres de fato tenham um **papel preponderante** nesse mundo, em função da minha **experiência de família** mesmo, minha mãe. **Minha mãe sempre nos dizia “não dependam nunca de ninguém, trabalhem, estudem e lutem por vocês mesmas”**. [...] as coisas foram acontecendo em função já de uma certa vivência familiar. E aí eu passei por **movimento de jovens católicos**, também, já me situou em algumas questões. [...] por um lado não me satisfazia mais, acabei entrando para o movimento mesmo político, **movimento estudantil**, depois fundação do **Partido dos Trabalhadores**. [...] a gente acabou atuando em diversas frentes [...] tanto no **trabalho**, quanto na **política** e na **academia**. [...] uma geração que foi intensa, apesar dos economistas liberais e neoliberais dizerem que a década de 80 foi uma **década perdida para o capitalismo**, [...] pra nós foi, foi uma **grande experiência**, sabe, de vida em todas as dimensões. Isso acabou, na verdade, me levando, de algum modo, para a **Universidade Federal da Fronteira Sul** [...] fui chamada em 2010 [...] eu já era professora há uns 15 anos em uma Fundação em Santa Catarina [...] **não se perdeu o vínculo** com a Universidade Federal de Santa Catarina, nem com o movimento feminista acadêmico, nem com o Instituto de Estudos de Gênero que tem na Universidade Federal de Santa Catarina, a **proposta da universidade** começou a me chamar atenção, possibilidade de fazer um trabalho mais consistente e relacionado muito, muito relacionado mesmo a minha área de formação que é Ciências Sociais. Aqui me deparei com **grandes comunidades indígenas**, grandes **assentamentos de reforma agrária**, **acampamentos de reforma agrária**, **quilombos**. [...] isso vai, na verdade, **estimulando** a gente ao trabalho e a não ficar parada nem mesmo academicamente parada. O que eu quero dizer com isso é que a gente **não se acomoda**. Então, aqui não tem como se acomodar. A proposta, o **projeto da universidade** é um projeto para **transformar** aqui numa **universidade popular** e faz sentido, então, essa região e toda a realidade no entorno da universidade dentro da própria universidade, porque nós temos **alunos que estão nos movimentos, que são assentados de reforma agrária ou que são acampados, que são indígenas**.

Solange: [...] que eu não chego a ser exatamente uma **militante do movimento feminista**, [...] **me associo às lutas** de modo geral, a partir do **lugar que tenho ocupado**, enfim, **nos movimentos** desde minha adolescência. [...] me junto me somo, em alguns momentos estou no movimento, como, por exemplo, no 8 de março, nas organizações, então o movimento conta, digamos, com a **minha contribuição**, [...] Com a relação, então, à essa aproximação, digamos assim, com aquilo que foi se consolidando como a luta feminista [...] para mim esse processo teve início ainda na minha **adolescência** pela **participação na Pastoral da Juventude**, com a influência da **Teologia da Libertação** que era, digamos, a **pedagogia da igreja** aqui daquele período, coordenada pelo Dom José Gomes, e que teve uma influência imensa na nossa **formação** e na época, então, como **liderança de grupo de jovens**, enfim, inicia aí a minha **compreensão**, digamos assim, do que seria a minha **presença como mulher no mundo**. [...] a partir daí eu vou **participar da Pastoral da Juventude**, depois vou participar de alguns momentos da criação da **Comissão Pastoral da Terra**, [...] vou me aproximando aí, então, do **Movimento de Mulheres Camponesas**, inicialmente, e vou com elas aprendendo. Nesse período eu já estava na universidade, no curso de Pedagogia. Eu lembro que uma das **pesquisas** que nós fizemos no curso de Pedagogia foi exatamente **sobre o Movimento de Mulheres Camponesas**, [...] me tornei professora universitária, primeiro professora da rede pública, educação básica, depois professora universitária. Eu também fui **sindicalista** do sindicato dos professores durante um tempo, então é um sindicato, é uma carreira, é uma **profissão fortemente feminina**, [...] sempre olhando, atuando em frentes nessa condição de **aproximação sempre com os movimentos**, e aí a ligação mais especificamente com o **Movimento de Mulheres Camponesas**, pela influência mesmo do **movimento aqui nessa região**, que é bastante forte. Então, hoje, vamos dizer assim, a gente tem andado bastante juntas, com as **mulheres**, que são **mulheres do movimentos**. [...] tem momentos em que estou muito próxima, por lutas, por exemplo, o que foi a luta pela **Universidade Federal da Fronteira Sul**? Essa luta foi dos **movimentos populares, dos movimentos sociais**. Fortemente o **Movimento de Mulheres Camponesas** se colocaram nesse processo. [...] **eu me fortaleço** [...] **nos movimentos, nas leituras**, sempre que posso estou vendo uma entrevista, uma live com alguém que possa,

digamos assim, **fazer crescer em mim essa crença mesmo, essa convicção do sentido da luta feminista [...].** Seguramente eu me considero uma **feminista no sentido da minha presença no mundo** e como eu coordeno as **minhas relações cotidianas**, próximas, do que eu sou no **meu entorno**, no meu núcleo mais próximo e, também, no **âmbito profissional**, das relações profissionais, esses **princípios**, digamos assim, **me orientam muito**. Eu sei muito bem o que significa ser mulher, por exemplo, e estar num **processo de gestão onde a maioria é masculina [...].** Então, seguramente eu me sinto, **me sinto uma feminista [...]** essa é a minha **postura de vida**, então digamos, de que lado da história eu estou? Eu estou deste lado da história! Do lado das **lutas sociais, dos movimentos sociais e das lutas que procuram superar as desigualdades sociais**, as desigualdades do ponto de vista inclusive simbólico, da **distribuição do poder [...]** é uma das coisas mais marcantes da minha vida, ter tido a **oportunidade de participar** desse processo [criação da UFFS]. Eu **participei desde os primeiros momentos**, nos primeiros momentos de discussão, e aí é interessante observar que nós vamos ter a presença das mulheres do **Movimento de Mulheres Camponesas**, mas também nós vamos ter a presença das **mulheres do MST**, nós vamos ter a presença de **deputadas**, então, de **mulheres ligadas mais a essa questão da política [...]** a gente tem uma **presença feminina** bastante marcante na **luta pela universidade**, [...] têm uma presença muito forte delas no movimento, e o que me chama atenção [...] foi sempre a **clareza, a clareza de rumo**, do que **deveria ser uma universidade pública e popular**, [...] eu ser também uma pessoa que historicamente esteve ali ao lado dos movimentos sociais, enfim, e **os movimentos sempre contaram muito comigo** e com outros colegas, evidentemente, **dentro da universidade**. Então, por conta disso eu fui indicada para compor essa comissão.[...] acabei assumindo o cargo de **pró-reitora de graduação [...]** a primeira pró-reitora de graduação da universidade.[...]fui **coordenadora de curso, diretora de centro [...]** no caso da pró-reitoria de graduação, no início da universidade, em que nós quase enlouquecemos de tanto trabalhar, eu **era uma mulher entre onze homens [...].**

Renata: [...] apesar de vir de um Instituto de Ciências Humanas, eu acabei **nunca adentrando sobre essas discussões durante a graduação**. Fui ter esse contato numa época que eu estava morando em Lages-SC, em que houve uma oportunidade de trabalho, de fazer a **revisão de uma cartilha [...]** acabei tendo que estudar, mergulhar um pouco nisso, fui **conhecendo coisas que eu nunca tinha estudado** e comecei a achar muito interessante [...]. Quando eu fui fazer o **mestrado na UFFS**, em Laranjeiras do Sul, meu orientador sugeriu que eu **pesquisasse o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**. [...] fiquei muito assustada, [...] meu foco era **agroecologia**,[...] eu sabia o tamanho da encrenca que eu estava me metendo, porque **estudar relações de gênero, estudar feminismo é um universo [...]** a agroecologia em si já era um universo [...] logo ele já me apresentou a sugestão da coorientação [...] Os dois primeiros livros que ela me trouxe foram, da Heleieth Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes*, e da Moema Viezzer, *O Problema Não Está na Mulher*,[...] marcaram essa primeira abertura onde eu fui começar a **estudar mesmo, me aprofundar [...]** comecei a entender um pouco o que é isso, e esse processo não tem como você não ir **vinculando com suas experiências pessoais**, começar a **refletir sobre elas**, e aos poucos... São como se fossem véus, que fossem caindo, e você começa a **enxergar a realidade a partir de outra perspectiva**, começa a analisar suas **experiências, suas vivências**, tanto do passado como do presente, e os **próprios preconceitos** que tem, que **reproduz**, e muitas vezes que **a gente se violenta nesses processos todos**, e então foi **se tornando uma coisa muito visceral [...]** a sugestão foi que eu pesquisasse qual era a **percepção das mulheres em relação a utilização de agrotóxicos**, [...] se as mulheres tem uma **percepção mais ecológica?** A partir disso, eu fui descobrir os **ecofeminismos**, que até então eu não tinha conhecimento e fui estudando na época, a Emma Siliprandi não era tão conhecida, [...] **não se falava de gênero dentro da universidade**, [...] então **foram abrindo essas portas** para descobrir outras **autoras** e mergulhar nisso [...] avançando também nessa discussão sobre agroecologia. Por que discutir **gênero e agroecologia?** [...] Eduardo Sevilla Guzmán, teve bastante influência na minha trajetória de pesquisa, ele trás a **participação** como um ponto fundamental na **construção dos saberes agroecológicos [...]** Se a gente está falando de **participação e as mulheres não participam**, como é que fica isso? [...] a pergunta foi **por que elas não participam?** A resposta óbvia foi **por causa do patriarcado**. Então meu problema maior era **o que é esse tal de patriarcado? Como ele surge? Como ele veio parar aqui?** E aí um livro que foi muito importante foi da Gerda Lerner [...] *A Criação do Patriarcado [...]* essas questões todas foram se tornando muito presentes na minha vida, **de entender o que é o patriarcado na nossa sociedade**. Comecei a fazer o **trabalho de campo** no final de 2015, a **participar dos encontros que estavam ocorrendo do MMC do Paraná em Cascavel**, [...] um **projeto em parceria com a UFFS** que tem até livros publicados [...] alguma coisa de organização produtiva e que **envolvia ainda o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**, a **Fetraf (Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar)**, nos estados da região sul. [...] **Entrar em contato com o Movimento** foi um outro **choque de realidade**, por

que é um outro processo de **experiências**, é você estar conversando com mulheres, elas colocarem as **vivências**, foi todo um processo de **formação e organização do Movimento**, e aquilo foi me **encantando muito**, eu senti na **prática** como isso é **efetivo**, via como isso refletia na **minha realidade** também, como me sentia **acolhida**, como me sentia à vontade de até estar falando das minhas coisas. Eu estava ali como **pesquisadora**, mas estava **também como participante** e tanto que, em alguns períodos, meu filho estava entre um e dois anos, em alguns momentos eu **tinha que levar ele comigo** e sempre fui **muito bem acolhida**, bem recebida, **com cuidados**. Nesse processo de **vivência com o Movimento** é muito interessante de se observar como **ele é efetivo**, como as **mulheres se sentem à vontade** para colocarem as histórias mais tristes e revoltantes, e ao mesmo tempo como isso é **fortalecedor** para elas, de se abrir, de **serem escutadas**, e com isso, **refletindo**, construindo **forças**, para tentar **transformar a sua realidade**. E eu vi isso, foi **refletido na minha própria história de vida**, por que eu também refletia sobre coisas que eu fazia, coisas que eu passava, e aí tentava **mudar as minhas atitudes**, para **ir também transformando**. [...] Foram essas **trocas de experiências** e ao mesmo tempo, dentro dos encontros do Movimento, sempre tem esses **espaços de escuta, de acolhimento** da vida pessoal de cada uma e que traz essa questão das relações de gênero mas também traz essa questão da **realidade camponesa**, o que é a vida da mulher camponesa e aí traz a **discussão dos plantios, dos cultivos, troca de receitas, troca de sementes**, a importância disso, da discussão sobre **conjuntura política, discussão sobre projeto camponês popular, da agroecologia** [...] tudo junto, com momentos, “ah, agora a gente vai fazer **conjuntura política relacionada com a luta das mulheres**”, “**como isso impacta a vida das mulheres**”, “**como impacta a agricultura camponesa**”, e por aí vai, porque as coisas são **discutidas conjuntamente**. E isso faz parte do que é **ser mulher camponesa**, mulher que está inserida nessas **opressões de gênero, mas também é camponesa**. Tem esse vínculo, essa **ligação forte com a terra**, onde a **reprodução de vida delas depende disso**. Essa questão da **valorização, da autoestima como camponesa, e a luta para que isso seja preservado**, porque começa-se a entender a importância disso **não só na vida pessoal delas, mas para a comunidade** como um todo e para a **humanidade**, entrando nessas questões **ecológicas mais amplas**. Então, essa questão da **participação** foi ficando bem clara, de quê dentro da minha pesquisa, **a gente precisa ter esses espaços, da participação, da discussão das relações de gênero** [...] Dentro das perspectivas que abordam as questões sociais não tem como você não discutir as questões de gênero, porque as **relações de gênero estruturam todas as relações da sociedade**, [...] Da mesma forma que a **agroecologia não pode fechar os olhos para o racismo, para homofobia**, porque daí você cala todas essas vozes **que são importantes nesse diálogo de saberes** de que se fala. Pensando especificamente no caso das mulheres, tem muita coisa que se **precisa avançar** [...] porque as **mulheres estão na agrobiodiversidade**, as mulheres estão **no cuidado do solo**, elas estão na **segurança alimentar**, elas estão ali, no campo. [...] agora na tese, sobre **Os Conhecimentos Agrícolas Tradicionais das Mulheres** a gente vai percebendo o quanto precisa avançar ainda, porque **elas ainda são invisibilizadas** nesse processo. Tem muitas pesquisas que vão falar da situação da mulher no campo, mas na hora de pesquisar sobre a questão de técnicas, sobre os **conhecimentos agrícolas tradicionais** mesmo, a gente **não encontra pesquisas onde se fale “oh, a mulher faz isso, esse é o saber e o trabalho da mulher”**, quando vai se falar de saberes tradicionais, a maioria dos trabalhos pega **a família como se fosse um todo homogêneo, e o portavoiz sempre é o homem**, como se o homem pudesse responder pela mulher, como se o homem pudesse falar sobre os saberes práticos das mulheres, ele não pode, é diferente, você **tem construções de visões sexuais dentro desse universo**, que é construído socialmente mas está dado ali, que cria essas diferenciações, e **visibilizar** isso é uma forma da gente estar entendendo o que está acontecendo, [...] a gente vê estudos, por exemplo, que falam assim: “**quintais produtivos, são lugares por excelência das mulheres**”, dentro desse universo já de divisão sexual do trabalho [...] não basta você citar que a mulher está ali presente, tem que ter toda uma **análise por detrás, desse processo**. E outro equívoco que a gente encontra, que eu vinha falando das mesas, dos trabalhos, é essa associação de **relações de gênero com mulheres**, não se está falando de mulher está se falando de relações, **relações que estruturam a sociedade**, que tem a ver com homens e mulheres, **mulheres e mulheres**, homens e homens, mas que **dizem respeito à todos**. E quando não se consegue visibilizar isso, não se consegue **perceber como se afeta os homens também** [...] porque **quem constrói os conhecimentos e as práticas é a comunidade**, e que isso não está afetando só a mulher e a relação dela com o homem, está afetando o homem também [...] são **essas estruturas, essas amarras sociais**, que vão dando possibilidades e não possibilidades para essas pessoas agirem, e como que isso interfere na vida? O quanto de **violência no campo** a gente não tem? O quanto isso não está vinculado pelo fato deles serem? O “**homem não pode chorar**”, homem não pode conversar sobre seus problemas com os amigos, as mulheres conversam sobre seus problemas com as amigas, isso é um processo de terapia. [...] enfim só para dizer como que isso ainda é, a gente percebe, muito desconhecido, invisibilizado e como **a gente precisa avançar bastante** nesse sentido dentro da sociedade e da academia, por que as pessoas não entendem que relações de gênero não é só a mulher, é a sociedade como um todo. [...] **feminismo se tornou um caminho sem volta para mim, como a**

agroecologia já era, porque não dá mais para enxergar as coisas de outra forma, e nesse sentido de pensar em construir uma sociedade, justa, igualitária, humana, para que todos possam viver de forma digna. [...] a partir do momento em que eu comecei a pesquisar o Movimento eu não larguei mais, desde quando parou a pesquisa eu continuei participando, elas me deram essa abertura para continuar participando porque é um movimento muito acolhedor. [...] Dentro do Movimento tem muitas mulheres que pesquisam, tem muitas mulheres que fizeram mestrado por conta desse avanço da universidade pública nos Governos do PT, a gente teve muitas mulheres que conseguiram fazer faculdade, fazer pós-graduação, mulheres que fizeram doutorado, dentro do MMC tem várias mulheres que já tem doutorado. [...] que é um Movimento que aglutina diversas pautas importantes, para fazer esse embate dessa questão da produção de alimentos, que eu acho que a questão da forma como a gente faz agricultura, ela está no cerne de diversos problemas estruturais do nosso país. [...] Essa questão do manejo, de uma forma ecológica, que você tinha antes, dos camponeses, indígenas, quilombolas, isso vai se tornando cada vez mais inviável com esse avanço. Então a agricultura é um ponto chave para a gente discutir projeto de país, porque ela está nas discussões macroeconômicas, nas discussões enfim, essa questão do agronegócio avançando cada vez mais como sendo um motor do país. As mulheres camponesas vão trazer isso com força, questionando essas grandes empresas, quem tem o acesso à semente, a autonomia de você ter o controle da sua própria semente que buscam retirar isso, a autonomia de você ter o controle de escolher qual o alimento que você quer comer e ter acesso a isso, e por aí vai. Então se tem essa discussão muito forte, ela é política, é ecológica, e junto dessa questão de economia, de ecologia, você tem acesso a pautas das mulheres, da violência contra as mulheres, então, são coisas que vão se casando e que não dá mais para separar, e é interessante, o movimento é muito potente, eu vejo muito a força, importância na voz, por que ele trás essas coisas juntas, e avança também, é um movimento de mulheres que se a gente for pensar, a maior parte da população no campo é negra, então tem essa discussão do racismo avançando, e depois o movimento também vai avançar para outras pautas, do LGBTQIA+, enfim, com essa consciência de que não é para cingir, a gente tem que acolher, entender as diferenças e buscar superar todas as formas de discriminação.

Valdete: Bem, eu trabalho na Universidade Federal da Fronteira Sul aqui em Chapecó e eu sou aqui da região, nasci no município de Seara, mas a minha família não é de participar de movimentos sociais, mas a gente se mudou para um outro município muito pequeno chamado Arvoredo e eu comecei a participar do Grupo de Jovens e aí conheci o Movimento de Mulheres Camponesas, mas não participava, participava do Grupo de Jovens. Então meu contato com, era ainda Movimento de Mulheres Agricultoras, isso lá na década de 90 (em 1996 / 1997), a gente até fez, eu lembro que a gente organizou um encontro regional do movimento na lá na comunidade, eu participei bastante, enquanto grupo de Jovens da Pastoral da Juventude. Depois eu fui pra Florianópolis, fiz o vestibular para Ciências Sociais e comecei o curso de Ciências Sociais em 1998 e quando eu comecei o curso eu conheci minha orientadora, logo depois, e comecei fazer trabalho voluntário com ela como bolsista, [...] eu fiz várias entrevistas com mulheres agricultoras da região: as vizinhas, as tias, a minha mãe, né, as mulheres do entorno [...] depois eu me incluí como bolsista efetiva com ela, com uma bolsa de iniciação científica e ela pesquisava os três movimentos, três organizações de mulheres: as mulheres do MST, as mulheres do Movimento de Mulheres Agricultoras ainda na época, e as mulheres do sindicato, mulheres do sindicalismo. Como eu tinha um contato com o sindicato já quando eu era agricultora aqui, filha de agricultores, a minha pesquisa de TCC foi relacionada às mulheres no sindicalismo, mas eu participava da pesquisa com ela sobre as mulheres do Movimento de Mulheres Agricultoras, na época, aqui na região. E a gente foi fazendo muito trabalho de campo, eu lembro que em 2001 a gente veio no Encontro Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de Concórdia, a gente foi também no Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, em Novo Hamburgo, no mesmo ano. Então, a gente foi fazendo, eu participava das atividades lá enquanto grupo de pesquisa. Aí, no mestrado [...] eu pesquisei mulheres de agroindústrias familiares [...] porque eu resolvi passar por três etapas: primeiro as mulheres ligadas ao sindicato, as mulheres ligadas às agroindústrias familiares, as cooperativas, as associações e aí fui para o movimento de mulheres e fiz o meu trabalho de doutorado pesquisando o Movimento de Mulheres Camponesas aqui em Santa Catarina, mais regionalizado, aqui, na região oeste [...] peguei todo esse período de transição de Movimento de Mulheres Agricultoras para Movimento de Mulheres Camponesas, que foi renomeado ou criado em 2004 [...] movimento que começa na década de 90, a partir de toda a história do Movimento, de lutas pela previdência, principalmente, pela luta pelos direitos previdenciários, que foi o que deu gás, deu uma abrangência nacional para a organização das mulheres rurais. Então, as mulheres do Sul, principalmente do sul do Brasil, se vincularam mais aos movimentos sociais e as mulheres mais do nordeste muito mais à CONTAG, ao sindicalismo rural, que também é um movimento bastante forte da Marcha das Margaridas, né. Então, há um pouco essa divisão,

aqui no sul é bem mais ligado aos movimentos sociais, ligado ao MST, ao Movimento de Mulheres Camponesas. [...] A luta feminista vai sempre estar presente eu acho, né. Acho que quem descobre a importância do feminismo...a gente não consegue jamais abandonar a luta feminista. [...] Na entrevista eu perguntei sobre justamente isso: “me fala um pouco sobre o feminismo”; a gente estava tentando entender que feminista é esse que as mulheres, agora, rurais estão falando em feminismo. E aí ela disse: “feminismo pra mim é uma coisa que... pra resumir, o feminismo me libertou”. Então, eu acho que é isso, o feminismo, ele pra mim também, como pra ela, é libertação. O feminismo que nos liberta é entender a luta feminista, o que é efetivamente o feminismo que nos dá liberdade sobre nosso corpo, sobre nossa vida, sobre nosso pensar, sobre nosso livre pensar. Então, o feminismo pra mim também é isso, também é uma libertação e a partir do momento que gente se descobre livre, a gente não aceita mais ficar presa a dogmas, a convenções e a uma série de coisas e à opressão, principalmente [...] depois que concluí o doutorado eu continuei a pesquisa no pós-doutorado durante dois anos e aí eu me vinculei à universidade federal, coordenei um grande projeto de extensão que era ligada às mulheres de três organizações sociais: o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, então as mulheres do MST e também as mulheres ligadas ao sindicalismo, mais especificamente às mulheres ligadas à FETRAF. Então, trabalhei nesse projeto de extensão enquanto atividade acadêmica e continuo minha pesquisa com as mulheres rurais, não necessariamente só ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas, mas a pesquisa sempre vai estar vinculada às mulheres trabalhadoras rurais. Agora mesmo a gente estava fazendo uma entrevista, que eu comentei contigo e a técnica da Epagri falou sobre as associações, os grupos de mulheres, os grupos, não de mulheres, as associações e eu logo já lembrei das mulheres, dos grupos de mulheres que formam associações e pequenas agroindústrias de mulheres sejam ligadas ao MST ou não, de como as mulheres se reúnem, também, buscando formas de empoderamento financeiro pra elas e o quanto isso é importante. [...] parece que quando a gente estuda o tema, a gente olha pra tudo e lembra das outras possibilidades.

Grasiele: Essa relação toda, na verdade esses temas mais políticos que hoje em dia faz parte da totalidade da minha vida começou lá em 2014, que foi quando eu entrei na universidade, porque eu sempre morei na zona rural, no interior, estudei a vida inteira num colégio de assentamento de reforma agrária e saí de casa lá do interior do Paraná, lá de Francisco Beltrão para continuar os estudos, né, então me formei no ensino médio já vim aqui pra Erechim pra cursar Agronomia. Eu passei na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus aqui em Erechim, pra Agronomia e logo que eu entrei na universidade tinha todo um contexto de efervescência dentro da própria Universidade, também por ser uma universidade nova, por cada ano estar chegando gente nova, [...] Logo que eu entrei na Agronomia, antes mesmo de conhecer o MAB, eu conheci a FEAB que é o movimento estudantil do curso, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, que tinha um núcleo aqui em Erechim, ainda tem, e foi através da FEAB que eu conheci todos esses temas, inclusive como eu conheci o MAB, porque vários, tinha companheiros e companheiras da FEAB que também eram da Agronomia, da executiva do curso, e já eram militantes do MAB e aqui em Erechim já tem uma secretaria do MAB que é histórica, desde a época da CRAB, desde lá da década de 80. Então, já tem esse enraizamento do movimento aqui na região e foi meio que eu conheci essas coisas meio juntas. Tanto o que era agroecologia, porque eu nunca tinha ouvido falar de agroecologia antes de entrar na universidade e debate feminista eu já tinha algumas concepções que eu trazia de vida, mas nunca nada aprofundado, sabe. Então, desde o tema da agroecologia, do feminismo, a minha própria criação da minha identidade enquanto atingida e enquanto militante do MAB, tudo se deu a partir da minha entrada na universidade que foi o que abriu toda essa porta e através da FEAB, [...] o movimento estudantil traz muito isso do feminismo, também. Então, eu comecei a me inserir nos coletivos feministas aqui de Erechim, que tinha o Marias de Luta na época, depois a gente criou o coletivo feminista dentro da universidade, e foi meio que nesse processo de ir avançando na graduação, de estar me inserindo enquanto militante da FEAB, de estar conhecendo o MAB, que todos esses temas foram se entrelaçando e foram seguindo juntos. A mesma coisa o tema da agroecologia e a própria relação entre agroecologia e feminismo, que é intrínseca, pelo menos na nossa concepção de Feminismo Popular não existe como desvincular uma coisa da outra, não existe uma coisa sem outra, então, é uma questão de projeto de sociedade [...] sou muito grata à FEAB, porque se não fosse a FEAB e o movimento estudantil da Agronomia eu nunca ia ter conhecido nem o que era agroecologia, porque o perfil dos cursos de Agronomia é muito conservador, então, pra gente saber que existe, apesar da Agronomia de Erechim, da UFFS de Erechim ter [...] uma ênfase em agroecologia, mas na prática o embate sempre foi gigantesco, sempre teve muita disputa dentro do curso e sempre foi difícil de pautar agroecologia. Então nós, enquanto estudantes organizados, a gente conseguia forçar pra que isso fosse pautado, e também incentivar os professores que eram da área da agroecologia, que às vezes se viam muito sozinho e tudo mais. E aí, ao longo da graduação fui me aprofundando muito nesses dois temas, que foi agroecologia e feminismo [...]

*feminismo camponês popular [...] que não é um feminismo Liberal, é um feminismo totalmente diferente. [...] enquanto eu estava na Agronomia o meu trabalho final foi **Emancipação de mulheres através da prática agroecológica**, então foi totalmente ligado a esse tema do feminismo e da agroecologia. [...] agora estou no mestrado, que é o **mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe**, da Unesp, que é uma parceria com o UNESCO com a Via Campesina, com a Escola Nacional Florestan Fernandes [...] o tema dele é sobre a usina hidrelétrica de Itá, eu vou estar debatendo as possibilidades e as vias possíveis de reestatização do setor elétrico brasileiro a partir do estudo de caso da barragem de Itá, que foi a primeira hidrelétrica no Brasil a ser privatizada em 1998 [...] olhar pro setor elétrico brasileiro e pra não ser o mundo todo, é a usina de Itá, que no caso a **minha família foi atingida pela usina de Itá**, tanto de pai quanto de mãe foi atingida, tanto que eu morava no Paraná porque minha família teve que sair de Santa Catarina pra ir pro Paraná após a barragem. Então, **tem esse pertencimento de minha família ser atingida pela barragem**, de eu estar atuando aqui na região e também de eu ser parte da coordenação do movimento.*

*Vanderléia: O meu encontro com a luta feminista, eu acho que foi quando eu tinha em torno de 17 ou 18 anos e me encontrei, **como filha de camponeses, nas mobilizações da Pastoral da Juventude Rural junto com, na época, a Organização das Mulheres da Roça**, aqui no Rio Grande do Sul, que lutavam no processo Constituinte e a gente discutia as propostas da **Constituinte da Roça**, propostas para a juventude, para o meio rural, para as mulheres e ali eu comecei a participar. É claro que naquela época eu nem sabia o que era o feminismo, muito menos que aquela Organização das Mulheres poderia vir a ser um movimento feminista, porque na época era uma **Organização das Mulheres da Roça na luta pelos direitos e pelo reconhecimento da mulher agricultora como trabalhadora rural**, que não tinham nem esse reconhecimento profissional. Ao longo dos anos dali em diante, eu acho que foi um espaço de construção da **minha identidade como filha de camponeses**. Nesse período então, participei dessa organização, **como jovem na época, depois me engajei como militante, como educadora, e fui ajudando na organização do movimento** que depois de Organização das Mulheres da Roça se transformou em **Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais** aqui do Rio Grande do Sul, que se articulava com a **Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais** e tinha movimentos em cada estado, e posteriormente, ele acabou se unificando num **movimento único, nacional, que é o Movimento de Mulheres Camponesas**, unificando todos os MMTRs, todos os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais que existiam nos 23 estados do Brasil. **Em alguns períodos eu contribuí mais como educadora, como militante, outros períodos na assessoria**, enfim. Eu nunca participei como dirigente do movimento, porque como eu já tinha saído da roça, a **minha identidade camponesa** de origem permaneceu muito forte, e acho que era por isso que **eu nunca quero sair desse movimento** porque é onde está onde estão **minhas raízes**. Quando movimento unificou nacionalmente ele **assume publicamente o caráter feminista** que ele já tinha, mas que ao longo da sua trajetória, as mulheres organizadas foram descobrindo que a luta por direitos era uma luta feminista, a luta pelo reconhecimento da profissão, pelo salário maternidade, pela previdência rural no campo, pela saúde pública, tudo isso estava envolvido numa perspectiva feminista. Quando unifica esse caráter, quando ele é assumido com mais força nos documentos do movimento, assim como, a construção de um **projeto de agricultura camponesa onde o feminismo é um dos elementos estruturantes**, tanto é que agora recentemente saiu o livro **Feminismo Camponês e Popular**, escrito por mulheres. Tenho uma alegria muito grande de ver esse livro, porque no ano anterior **eu ajudei a construir um livro de um projeto que a gente teve em parceria da Universidade Federal da Fronteira Sul com o Movimento de Mulheres Camponesas**, fizemos seminários internacionais e nacionais, e acabamos organizando um **livro de forma conjunta, coletiva**. Ali eu desafiei as mulheres do movimento e disse **“eu quero que os pesquisadores daqui a um século, consigam enxergar e colocar como referência do debate do feminismo, o Movimento de Mulheres Camponesas e não só o nome de pesquisadoras, professoras e de pessoas, mas que tenha ali a referência de uma organização coletiva”**, porque na verdade, ao longo dessa trajetória eu sinto que **o movimento mesmo produziu e vem produzindo, uma concepção e prática feminista que se diferencia de outras organizações feministas, ou de organizações de mulheres, não é uma coisa que é de uma pensadora ou outra, é do movimento, é uma construção conjunta, mesmo. [...] foi no Movimento de Mulheres Camponesas que eu encontrei essa força feminista, camponesa e popular**. Eu me encontrei muito na área da saúde e **não tem como separar a saúde do campo, da luta camponesa, da luta camponesa, da luta feminista**, porque só é possível ter mais vida e saúde se a gente tiver a **superação das desigualdades sociais, das desigualdades étnico-raciais, patriarcais**, enfim, desse conjunto de questões que limita a vida e que adocece, então eu me encontrei muito nesse **“encontro” entre a saúde, o feminismo e a luta popular, a luta por um projeto de sociedade onde a gente tem a vida em primeiro lugar** e não as formas mercadológicas de produzir o cotidiano e que está levando a morte. Então esse é um aspecto, o outro encontro que eu tive do ponto de vista da luta feminista, também foi com a **Marcha Mundial de Mulheres, com as mulheres, com as***

Margaridas, que também trazem outras perspectivas, com algumas pensadoras. Eu gosto muito da Rosa Luxemburgo, da Simone de Beauvoir, que como filósofa também que sou, me encontrei muito também nessas pensadoras. Mas eu acredito que na luta popular do Movimento de Mulheres Camponesas e das experiências de educação popular e saúde que eu tenho acompanhado aqui no Brasil e em outros países, há um encontro mais aberto com outras formas de produzir a vida, que também contribui para a gente repensar as relações entre os humanos, que é um pouco o grande debate né? Então eu acho que é mais ou menos isso, do ponto de vista político e social de engajamento. Do ponto de vista teórico, foi no feminismo que, como categoria de análise sociológica, me ajudou muito a compreender as desigualdades, analisar e construir caminhos de indignação e de construção crítica das relações sociais no campo mais sociológico e das dimensões. Então, o feminismo também é, um movimento político de luta pelos direitos de reconhecimento e de construção da identidade coletiva das mulheres, e também um movimento forte de luta pela libertação das mulheres, a libertação que se dá de forma individual em cada mulher mas só é possível quando tem uma força coletiva que impulsiona, que ajuda a mobilizar e compreender, ajuda a desnaturalizar esses processos. Por isso que eu acredito muito nos movimentos e na luta organizada das mulheres. Do ponto de vista de categoria sociológica analítica, o feminismo é fundamental e ele deveria fazer parte da construção teórica de todos os processos de análise das sociedades. No campo da saúde utilizo também essa categoria para compreender os processos de dominação, de preconceitos, do patriarcado, do quanto essas questões incidem sobre a violência, sobre o adoecimento, sofrimento que as mulheres enfrentam na área da saúde, e de como ele é naturalizado numa sociedade que naturaliza isso, ele não é enfrentado e os profissionais de saúde muitas vezes nem reconhecem isso como um determinante social da Saúde. Então esses dois aspectos que me trazem, nesse encontro com feminismo, e também poderia dizer um terceiro aspecto que eu até já trabalhei, mas a luta pela emancipação humana, ela requer que a gente se engaje enquanto protagonista, enquanto mulher, enquanto pessoa, enquanto cidadã, e quem consegue se engajar, fazer parte dessa construção coletiva, constrói mais ferramentas, tanto de um olhar crítico para desnaturalizar as situações que vive, ou que permite olhar com outro olhar, com outras lentes, para a realidade social, e também consegue construir ferramentas para enfrentar situações de opressão ou de violência, que muitas vezes se a pessoa não tem um espaço coletivo, tem essas dificuldades. Eu citei a Marcha Mundial de Mulheres, citei as Margaridas, e também posso citar o movimento importante que tem das Promotoras Legais Populares, a Themis, que tem contribuído muito também, tem outros coletivos de gênero, tem outros coletivos de mulheres feministas, tem grupos, tem coletivos dentro dos partidos políticos [...] esses espaços [...] são fundamentais para que a gente possa avançar na construção de uma sociedade com relações respeitosas e, não diria igualitária porque não é uma coisa de ser igual, mas solidárias, colaborativas, equitativas entre homens e mulheres. [...] De um lugarzinho muito pequenininho no final da Serra Gaúcha, na época era um distrito chamado Pulador, um distrito de Guaporé, que depois se emancipou, e hoje é o município de União da Serra, fica perto de Serafina Corrêa e Bento Gonçalves e na época eu era bem jovem, fazia magistério em Guaporé durante a semana e voltava nos finais de semana, ajudava a organizar a juventude rural na época, no município de Guaporé. Tinha sete áreas na época, era o Pulador, Vila Oeste, Serafina Corrêa, Guaporé, Dois Lajeados, São Valentim, Santa Bárbara. Quando a gente começou a organizar haviam muito jovens da roça, o nosso lema era “jovem da roça também tem valor” porque a maioria estava saindo da roça, no período do êxodo rural dos anos 80, sendo que isso foi em 1984 / 1985. E aí nesse período eu ajudei a organizar e coordenar um grupo de jovens [...] a gente se reunia passava a tarde e a noite em atividades coletivas do grupo, [...] era no salão da comunidade, depois a gente fazia e participava das celebrações da comunidade, e depois a gente saía fazer matiné, fazer festa na casa de alguém, [...] Na época eram 504 grupos de jovens rurais naquela área que eu era responsável para conduzir. Tínhamos coordenações municipais da área, a coordenação diocesana aqui em Passo Fundo e a coordenação da Pastoral da Juventude Rural do Estado inteiro [...] eu reconheço muito o valor daquele momento porque para mim foi uma grande escola. [...] depois eu me integrei na Organização das Mulheres da Roça, e fui sempre estudando dentro do ensino formal e ao mesmo tempo fazendo esse processo de formação junto com a vida. Depois da Pastoral da Juventude, eu continuei atuando e participando da Organização das Mulheres da Roça, fiz um curso de Teologia e Pastoral de férias, nesse período acabei casando, vindo morar em Passo Fundo, tendo os filhos, acabei fazendo Filosofia à noite e trabalhando de dia, num centro de educação popular. Depois fiz o Mestrado e Doutorado na área da Educação com o enfoque na área da Saúde. [...] os movimentos sociais tiveram até 1989 momentos de muita mobilização social que se viveu nesse período, da redemocratização e da participação, a gente era muito proativo [...]. Eu tive uma formação, enquanto jovem, [...] que eu tive ali junto com a Pastoral da Juventude, o Movimento de Mulheres Camponesas, o MST na época também se integrava, a CPT, as CEBs, eram espaços importantes, o Partido dos Trabalhadores fazia muita formação com lideranças das comunidades. [...] Participei de um processo de formação muito rico com Paulo Freire no Instituto Cajamar, [...] que me

levou muito nessa **articulação entre a luta das mulheres e a luta popular** e, nesse período que havia uma crise de mobilização social, eu trabalhava na época em um **Centro de Educação Popular**, e a gente foi de **bairro em bairro, discutindo com as comunidades, com sindicatos, com as entidades**, o que mobilizava as pessoas, qual eram as **demandas sociais que mais mobilizavam**, e a **Saúde foi o tema que mais apareceu**. E aí a gente fez cursos **“Como construir a luta popular?”** e a partir desse processo todo, veio a **luta pela Saúde como uma luta estratégica**. Isso logo no período que **estávamos na luta pela Reforma Sanitária** [...] início da **construção do SUS**, dali em diante eu não sei mais, eu acho que me encontrei muito na Saúde porque o debate pelo **direito à Saúde** ele na verdade é um debate pelo **direito à vida, pela emancipação humana** [...] fui fazer no meu mestrado, doutorado, e mais tarde as especializações com esse enfoque, sempre **articulado com a luta das mulheres do campo**, que eu acho que é o **embrião da minha identidade mesmo**, para não perder a **minha raiz**, e quando eu encontrei com os **povos indígenas**, os povos de Chiapas e os povos da **América Latina originários**, eu me encontrei muito nessa **identidade de vida camponesa, com essas raízes do campo, com essas raízes que preservam o planeta**. [...] Trabalhei por 10 anos no Centro de Educação Popular que tinha como centro da ação o trabalho com os movimentos, como assessora ou educadora. Depois fui convidada para **trabalhar no Governo Olívio Dutra, na Secretaria de Saúde do Estado** [...] fiz o mestrado com a **Experiência das Mulheres Camponesas na Saúde** e essa experiência na Secretaria Estadual da Saúde foi muito rica, porque até então, **eu ajudava a construir a luta pela saúde através dos Conselhos e da luta social por direitos, na luta popular, seja na mobilização, na participação dos conselhos**[...] Quando assumo o desafio de trabalhar numa assessoria que era justamente ao gabinete da Secretária e era para **fazer uma articulação entre as demandas dos movimentos sociais populares com a gestão estadual do SUS** [...] eu fazia as **relações com as Pastorais sociais, que eram muito fortes**. Tinha ainda Pastoral da Juventude, da Criança, da Mulher, da Saúde, um conjunto de Pastorais sociais que dialogam com a área da Saúde; os **movimentos todos, o MST, a Via Campesina, o Movimento de Atingidos por Barragens**, os movimentos como um todo. [...] Na época também **participava de um espaço intersecretarial que era de Gênero, na Secretaria de Saúde junto com a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres**, ali eu conheci diferentes coletivos e grupos que foram importantes para **ampliar o olhar sobre a questão do feminismo e das mulheres**, então esse **espaço de participação na gestão** foi muito rico,[...] a gente fez um trabalho muito importante com as **mulheres do MMTR, as agricultoras, com a Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde** que foi de **promoção da Saúde da Mulher do Campo e da Família Rural** que foi um embrião de todo o debate da **luta pela Saúde no Movimento das Mulheres Camponesas**. Fiz a pesquisa do Mestrado, depois **trabalhei na gestão do Ministério da Saúde**, na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no núcleo e na **coordenação da Educação Popular em Saúde**, e depois na **Secretaria de Gestão Participativa** [...] Fiz o concurso para vir para a **Federal da Fronteira Sul ajudar a estruturar o curso de Medicina**, então nesses últimos anos, desde o GHC até a Federal da Fronteira Sul, eu me **integrei também nesses movimentos científicos, a ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a Rede Unida** que é uma outra Associação Científica de Educação na Saúde, que era nacional hoje é internacional. Faço parte também da **Internacional da Esperança**, que é uma articulação de experiências latino-americanas, autogestionadas, e que traz conceitos novos, a gente traz o **Esperança de Paulo Freire**, as questões todas da **amorosidade como caminho e perspectiva de repensar as relações dos seres humanos entre si, das relações humanas e das relações com a natureza, a biodiversidade e o planeta**, com a presença de Paulo Freire e outras e outras pensadoras. [...] Então nesse momento eu estou caminhando nessas perspectivas, Com a **Marcha Mundial eu participei de algumas mobilizações**. Não tenho uma vinculação orgânica. [...] eu também **ajudei a construir o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas** por um período importante, eram mulheres que vinham das experiências da Pastoral e a gente fez várias atividades, depois com as dificuldades financeiras uma parte delas se **vincularam como experiências urbanas dentro do MMC** mesmo e outras acabaram se integrando junto com as **Promotoras Legais Populares**, e hoje está mais fortalecido nessas duas experiências. Aqui eu participo bastante também **ajudando com as PLPs [Promotoras Legais Populares]**, já **participei também do Conselho de Direito das Mulheres**, mas depois que eu entrei na **Universidade Federal** eu estou **priorizando mais essas questões relacionadas ao campo da Educação na Saúde** e esses caminhos, **a militância mais no campo feminista mesmo, é junto com o MMC, como militante ou educadora, nesse caminho**. Nunca fui dirigente, nunca me coloquei nesse lugar, e nem pretendo, porque eu sou muito mais camponesa, então a **minha contribuição é mais com a militância e esse processo mais pedagógico, mais educativo que eu tenho**.

Gisele: Então, com a **luta feminista na verdade foi muito tarde na minha vida**, [...] eu fui me dar conta, porque eu sou **negra, sou uma mulher negra**, sempre sofri muito **preconceito**, sempre me **senti muito discriminada**, pela sociedade, pelas pessoas que viviam ao meu redor. A **luta feminina** nunca foi presente na

minha vida, ela **começou a ser, basicamente, quando eu fui dar uma palestra e nessa palestra tinha que falar sobre a presença da mulher negra no meio acadêmico** [...] e comecei a me dar conta que **eu nasci numa família machista, que eu vivia com um homem machista e que eu não era nada desperta, nada livre como eu imaginava que eu fosse.** [...] a minha família, a minha mãe sempre – a minha família é uma **família de negros, é óbvio** – e ela sempre quis que eu tivesse um **padrão de branquitude**, então alisar cabelo, a roupa... Só que eu nunca percebi isso, eu só fui **perceber isso quando eu comecei a desenvolver**, quando eu comecei a ser **chamada pra algumas palestras**, embora a minha defesa sempre estivesse no meu vocabulário, mas **eu nunca tinha feito essa reflexão.** E também em relação a minha vivência pessoal, o meu marido sempre dizia assim: **“ah, tu tem que...”**, porque eu continuava na função de alisar cabelo, mas não é a questão do alisar cabelo, hoje eu consigo enxergar isso de uma outra forma, mas naquele momento e aí ele dizia assim: **“ah, tu tem que aceitar o teu cabelo como é, tu é negra”** e tal, só que quando eu ia me vestir, então, as negras e os negros eles têm uma coisa, diferente dos brancos, obviamente que não é padrão, **mas a gente gosta de usar cores, estampas, então, quando eu ia me vestir sempre era um problema pra ele**, porque ele dizia: **“ai, não tem uma roupa mais discreta? Ai, como tu chama atenção, pra que botar essas coisas coloridas?”** Só que eu nunca prestei atenção, eu achei que era uma questão do gosto pessoal dele, mas **quando eu comecei a fazer uma análise, eu me dei conta que eu era casado com homem branco e extremamente machista**, que colocava pra mim: **“ah, tens que fazer isso, fazer aquele outro, desenvolve projetos, vai lá”**, quando eu ia era o problema, né, mas aí já é uma questão homem e mulher, que eu acho que já está resolvido isso na minha vida. Mas foi nesse momento que eu comecei a **prestar atenção nas questões da mulher na sociedade**, como ela é vista como ela é colocada e também como eu estava me comportando, ao mesmo tempo que eu dizia para minhas alunas: **“ah, vocês têm que correr atrás do direito de vocês, vocês têm que se impor, vocês não podem ser submissas!”** e, no entanto, eu era, minha vida inteira eu **fui submissa e não tinha liberdade** [...] me dei conta que eu **precisava entender mais e estar mais à frente nessas questões da luta feminina.** [...] comecei a observar que no meio que eu vivia **não haviam discussões sobre a presença da mulher na sociedade, na comunidade, sempre ela é marginalizada.** Na universidade, se a gente pensar, na minha realidade, **cargos geralmente são homens que estão, a mulher sempre está em lugares burocráticos.** Eu comecei a **me dar conta** disso e isso começou a me **despertar.** Meu primeiro **despertar** foi eu me separar, porque eu me dei conta que **eu vivia numa relação extremamente sufocada e não era aquilo que eu queria pra mim; e a segunda, eu digo, “eu preciso me colocar enquanto mulher”.** Então, **como eu posso me colocar enquanto mulher?** E aí, tu começa a pensar, vem várias coisas e a pandemia veio ao encontro disso [...] **desenvolvi vários projetos**, mas um dos projetos que eu acho que, e eu carrego ele até hoje que é **“Mulheres na ciência: que comece o matriarcado”**; [...] desde o início até esse momento já foram realizadas **20 entrevistas**, ao ar já foram colocadas acho que 16 [...] essa é **minha luta hoje enquanto mulher dentro da Universidade** [...].

Francisca: [...] Então, a minha história começa, desde sempre, eu sou a primeira filha de uma família de quatro, duas mulheres e dois homens. Meus pais trabalhavam. Meu **pai era capataz de estância** no interior, aqui no Rio Grande do Sul. Minha **mãe trabalhava com ele** e também era costureira, uma pessoa muito simples, mas uma pessoa com uma visão de mundo incrível, que estudou até o terceiro ano, os dois estudaram. Eles sempre tiveram isso, “vocês” - as duas mulheres - **“vocês nasceram para serem donas do seu nariz”.** Eu morei muito mais com a minha avó do que com a minha mãe, então a **presença feminina era muito forte**, a minha avó e mais uma tia. Na brincadeira as vezes eu digo, eu não sei como é que eu prestei, porque a primeira filha, primeira neta, primeira aquilo, **eu fui sempre muito mimada, mas eu fui muito amada**, e os meus pais diziam isso tanto para mim quanto para minha irmã e isso foi muito forte nas nossas vidas: **“Vocês não nasceram para depender de ninguém, vocês têm que estudar e vocês têm que serem professoras...”** e já escolheu a nossa profissão! Mas naquela época, era profissão “top de linha”. Eu tenho 65 anos, então **ser professora não era para qualquer pessoa e realmente não era**, **“vocês vão estudar, porque vocês não precisam depender de pai, de tio, de irmão e muito menos de marido”**, e eu digo sempre e o meu pai ainda é vivo hoje, ele vai fazer 90 anos o mês que vem, e a gente sempre disse para ele isso **“pai, o senhor nem sabe [...] mas o senhor criou mulheres da luta”.** [...] **o feminismo nasceu quando eu nasci** eu acho, porque eu fui muito esperada, fui muito amada, mas eles na sua, eu não chamo de ignorância, eu chamo na sua sabedoria de pai e de mãe, dentro das suas limitações, eles nos ensinaram isto. E **isso continua forte ainda hoje**, a gente, fomos crescendo, **fomos aprendendo, a sobrevivência ao trabalho que nada você consegue se você não trabalhar.** Eu lembro muito isso, é forte, o estudo. Para eles o **estudo era coisa mais importante, além da responsabilidade, além da seriedade**, com o que você faz. Então isso foi forte e continua. Daí com o tempo o que acontece? Você vai sendo preparada para isso e você só se fortalece. Aí depois então vem escola, as dificuldades de estar na escola para conhecer as histórias de família, isso para mim foi forte também. Eu me alfabetizei com 5 anos porque eu **queria saber a história de família, a história da minha família**, porque a

minha avó dizia que eu ia aprender quando eu aprendesse a ler, e aí eu aprendi a ler e não encontrei nada da história dessa família. Ela dizia assim para mim, **“quando tu for para o colégio”**, e eu fui no colégio e estou até hoje no colégio. **O que eu descobri foi porque eu fui descobrir**, porque não tinha né. Meus filhos cresceram, estudaram, eu dei aula, trabalhei com séries iniciais e **nunca ouvi falar na história da minha família**. Mas eu construí um pouco disso no TCC que eu fiz. Então é isso, eu acho que é muito forte, às vezes você tenta desistir mas não tem como, é uma coisa que é **impregnada dentro da gente e você não consegue**. E aí depois tem a gente **aqui no interior, tem um Clube Social Negro que tem mais de 100 anos, que você aprende que lá é o seu lugar, que lá é o seu lugar de fala**, o que a Djamila traz, é o seu lugar de fala. Quando eu li Lugar de fala, da Djamila, é isso, é o nosso lugar de fala. Eu lembro exatamente a escola, o grupo escolar que eu estudei, eu fiz admissão ao ginásio, e **eu custei muito para entender por que os meus colegas de quinto ano na época, não foram para o ginásio junto comigo**. [...] Eu tinha uma amiga que morava aqui bem pertinho de casa, [...] eu estudava junto com ela [...] ela desistiu, e eu não me conformava com isso, eu queria que a minha amiga fosse comigo. Claro que depois de adulta eu entendi por que **ela desistiu, porque ela tinha que trabalhar**, ela não venceu aquela **barreira social que separava as meninas** de um bairro mais pobre. Era muito aberto, muito campo aberto, e ela não deu conta disso. Então é essa **força, essa vontade de lutar pelas mulheres, pelas meninas, ela começa muito cedo**. E aí depois vem, vem o **movimento negro, vem o movimento de mulheres, vem a ACMUN** que me fortalece muitíssimo, mas não só a ACMUN, outros... Porque assim ó, eu não me contento com pouco (risos). Então **essa força grandona é dali**, eu acho que não sei te dizer **“ah, foi aqui”**, por que as pessoas **“ah, eu me descobri”**, **eu a vida inteira fui assim, fui metida** mesmo sabe, era um toquinho de gente, mas eu não tinha problema, não tinha... Claro com respeito, mas **sempre fui da luta e o feminismo hoje é muito forte na minha vida**, tenho muito orgulho disso. Tem o **sindicato que eu também sou sindicalista**, é isso.[...] quando eu falei que eu gostava, que **eu queria muito saber** a história de vida da minha família, é a **história de uma mulher chamada Rita**, que eu ouvia minha avó, minha tia, as irmãs dela, minha mãe, falarem sobre essa mulher Rita, e quando eu perguntava mais sobre Rita, a minha avó me dava aquela resposta que eu já disse **“quando tu aprender a ler tu vai aprender”**, **“quando tu for para o colégio tu vai aprender”**, e eu achava aquilo muito bonito, a Rita. A Rita foi filha da primeira escrava, algumas coisas que eu vi, **a Rita foi uma lutadora**, Rita teve uma filha, a filha da Rita que era mãe da minha vó que não era minha vó, a minha Vó morreu muito cedo e essa sua irmã cuida, cria as filhas da irmã, e dentre elas a minha mãe. Minha avó contava muito [...] aquelas históricas bonitas da minha vó, e eu pensava meu Deus, será que quando eu crescer eu vou conseguir também ser **uma guerreira igual essas mulheres?** Essa vó [...] me contava [...] dificuldades que esta mulher passa sendo **mãe solteira, sozinha, discriminada, abandonada**, isso me dava uma vontade de **fazer minha vida diferente**. [...] Esse **ponto de referência, de luta, de vontade de fazer diferente eu aprendi também aqui**, mas depois, um tempo maior, **nas minhas professoras** tive muita referência [...] não todas, mas aquelas que eu gostava. Hoje eu definiria assim, eram **mulheres empoderadas**, isso para mim foi referência. Uma outra coisa que observava muito, **o clube que a gente frequentava era maravilhoso**, era o lugar de referência da gente, lá tinha festa, tinha alegria, tinha diversão, e aí tinha um grupo de mulheres que limpavam [...] eu observava aquelas mulheres e pensava, **“eu não quero fazer isso aqui dentro, eu não quero”** [...] Como que eu vou fazer? E aí me vinha aquele eco **“tu tem que estudar”**, elas não estudaram, elas eram empregadas domésticas, todo respeito e carinho às empregadas domésticas, entende? [...] queria ser diferente e aí eu conversava com uma tia [...] **ela dizia “estuda, estuda e estuda!”** [...] **A mãe era uma grande orientadora** [...] com o tempo eu fui entendendo que **nós precisamos estar presentes em espaços, dizendo e colocando as nossas ideias. O Movimento de Mulheres Negras para mim foi a sala de visita**, que retocou os móveis que já estavam na sala, porque eu já trouxe isso de casa, muito forte. **A minha profissão também como Professora, eu acho que foi muito importante eu saber que eu tinha um potencial**, [...] e que eu podia fazer a diferença. **Eu fui Diretora de Escola, fui Vice-Diretora de Escola, fui Professora de sala de aula, trabalhei na Escola particular que não é para qualquer um, principalmente no interior, para mulher negra, não é qualquer uma**. Trabalhei 10 anos na escola particular. **Aprendi também a me fortalecer, a criar formas de sobrevivência na sociedade que te diz “você é nada”, e você tem que dizer, “eu sou muito”, bom eu acho que é o movimento, depois o Sindicato**, [...] **Hoje eu sei muito bem o que eu quero: a defesa feminista. Quando eu leio as mulheres referências do feminismo**, eu consigo entender um monte de coisas que talvez 40 anos atrás eu fizesse tão automático que eu não entendia muito bem. Acho que, no fundo, eu sabia sim o que eu queria, viu? Mas se **fortalece na convivência com pessoas que tem um foco e, bem, hoje ninguém mais me segura**. [...] Eu acho que sou muito **respeitada** até por quem não gosta muito, não sou dinheiro para todo mundo gostar, mas eu sou **bem ouvida e isso me fortalece bastante**.

Liria: Então grande parte da minha formação mais crítica, mais preocupada com as temáticas societárias de mudança de uma sociedade capitalista, eu diria assim, se deu muito cedo. Imagino que pelos 14, 15 anos

na *Pastoral da Juventude*, que tem até hoje, mas atualmente não acompanho. **Ela foi fundamental na minha formação. Nós discutíamos temas a fundo do que é essa sociedade capitalista [...] nós queríamos a revolução, a revolução socialista, e a gente fazia muito debate** “o que é o capitalismo?”, “o que são os modos de produção?”, “o que são os meios de produção?”, “o que é luta de classe?” e o debate de gênero acabava entrando [...] ele perpassava na época da *Pastoral da Juventude* e era uma um debate do entender a sociedade. Eu lembro muito bem de **um curso que eu fiz que se chamava de TAPA, Treinamento de Ação Pastoral**, e eu uso até hoje esse exemplo, porque nos dias atuais, **eu trabalho muito com a pedagogia, com o método de Paulo Freire, e na época nós já discutíamos isso**, só que eu não tinha tanto a noção que tenho hoje, formação, tudo isso. Nós utilizávamos esse **método que era ver, julgar e agir. Então o ver, era o ver na palavra, ver como está essa sociedade, vamos julgar ela, vamos analisar e refletir como vamos agir.** E aí o sonho utópico estava muito presente. Na época o conceito **utopia era algo muito longe, muito distante.** Se eu olhar para hoje e olhar para o **conceito de utopia por exemplo, de Paulo Freire, que traz esse conceito como um sonho possível, ou Ernst Bloch, que aprofunda muito mais esse conceito, não como algo que é distante, que não chega, mas como um caminhar em esperar, de modificar as coisas, não necessariamente de fazer a revolução, mas de caminhar a passos lentos para modificar algumas estruturas.** Eu morava em uma cidade pequena, Campina das Missões, pertinho de Santa Rosa [...] mas antes disso, **eu passei pela primeira formação que eu acho que foi mais fundamental, a Pastoral da Juventude.** Claro que na época do ensino médio, eu lembro que pelos componentes, começava a entrar o de sociologia, a própria psicologia, então a gente acabava entrando em **alguma discussão societária e na temática das mulheres.** Mas assim, não tinha muita noção até pela idade, mas a *Pastoral da Juventude* ajudou muito no processo. **Depois eu fiz os cursos de formação, assessoriei encontros, enfim, mas nesse período, eu também entro no Partido dos Trabalhadores. Acabo fazendo muitas formações, começo uma questão por ali também e a luta feminista ela perpassa. Depois fui por um tempo educadora do MOVA, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos [...]** Em Santa Rosa, já nos meus 18, 19 anos eu ingresso no curso de graduação em Filosofia na Unijuí. No início eu ia todos os dias a Santa Rosa com o transporte de estudantes, depois eu vou morar e a **minha vida começa a se modificar bastante.** Em termos de **amadurecimento pessoal mas também no sentido de formação política, de formação humana, porque eu vou para Santa Rosa em busca de trabalho, a cidade pequena é difícil, o primeiro trabalho mais “de formação política”** porque antes eu tive outros, cuidei de criança, trabalhei em uma metalúrgica de secretária... **Foi no MOVA, depois fui trabalhar com uma vereadora do Partido dos Trabalhadores em Santa Rosa, esta vereadora recém eleita tem como pauta de sua atuação política, a temática central das mulheres.** Principalmente numa perspectiva de **direitos, no combate à violência contra as mulheres, e também de formação com mulheres,** porém mais as mulheres urbanas na época. E ela tinha o debate, enquanto pessoa, **uma formação muito grande, perpassada nesses debates de lutas feministas, e então comecei a entrar mais a fundo, entender um pouco o que é o feminismo, o que é o próprio conceito de gênero, e nós fizemos muita formação também.** Eu lembro de **um projeto [...]** que era de **linguagem inclusiva, era uma coisa nova para mim e também nos documentos oficiais na Câmara de Vereadores.** Na época nós tínhamos no governo do Estado do Rio Grande do Sul um **governo progressista, o de Olívio Dutra. [...]** A **Coordenadoria Estadual da Mulher** começa a organizar **conferências regionais das mulheres, preparatórias a primeira conferência estadual das mulheres.** Eu lembro que **eu ajudei a organizar [...]** discutia muito das **temáticas afins à luta feminista. [...]** incentivamos a criação do **Conselho Municipal da Mulher** e todos esses debates. Participávamos dessas atividades de **mobilização com os sindicatos e outras organizações, e a pauta das Mulheres sempre estava presente.** Durante o período da graduação, eu assumi a coordenação do [...] **Diretório Acadêmico Paulo Freire da Unijuí, que depois se transformou no DCE Paulo Freire.** E então assumo a **coordenação do DCE Unijuí do campus Santa Rosa [...]** nós aproveitamos muito o **movimento estudantil** para discutir [...] a **pauta das mulheres, a pauta das relações de gênero,** fazendo um vínculo maior com a educação [...] Sempre estive ativa, trazendo esse **debate para dentro da universidade e participando das lutas dos movimentos sociais** da região principalmente. [...] Orlando Desconsi, ele assume uma cadeira como deputado federal e me chama para trabalhar com ele, e eu [...] Com esse deputado federal eu tinha uma responsabilidade, eram duas temáticas a serem trabalhadas, a **da juventude e a das mulheres.** A temática das mulheres começa a ter mais profundidade ainda, acompanhava o **movimento de mulheres da região, na fronteira Noroeste, Grande Missões,** principalmente em torno de Santa Rosa. Nós temos como referência o **Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais,** elas continuam se denominando assim, são ligadas a nível estadual a **Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e também ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR),** mas eu sempre gosto de chamar elas de **mulheres agricultoras, e é um movimento de mulheres agricultoras de Santo Cristo. [...]** Lá entra o conceito de **camponesa, mas como não tem uma vinculação com a Via Campesina diretamente mas com o sindicato, elas não acabam se denominando camponesas mas agricultoras, o conceito tem o mesmo sentido, a luta é a mesma.** As lutas delas na época

eram pela **documentação da mulher trabalhadora rural, pela aposentadoria, pela licença-maternidade**, e acabam entrando outras pautas também que eram silenciadas até então, e que começam a aparecer. Uma dessas é a **violência contra mulher**, que no campo, muitas vezes, é mais silenciado ainda, porque a mulher constitui uma família e conceito de família acaba sendo forte, e ela está lá no interior, no campo, muitas vezes **não tem nenhum acesso para ir para cidade fazer uma denúncia** e também **falta coragem, falta incentivo, falta muita proteção** também. Porque se ela denuncia o marido, o que acontece da vida dela? O controle da **questão financeira** na maioria das vezes é feito **pelo marido**. É bem complexo ainda, eu não estudo esse **tema da violência mas era perceptível** na época também. **Em Santo Cristo e região, tínhamos uma formação política muito grande** para que isso acontecesse, essa formação desse movimento de mulheres. [...] essas mulheres lembram dessas **histórias passadas e das lutas, das dificuldades e a temática do feminismo**, principalmente de entender o que é e o que não é, tudo aquilo que o **feminismo não é** [...] o que ele é de fato: **luta originária contra a opressão, de qualquer discriminação, de qualquer forma de preconceito contra mulher e também contra o patriarcado**. O conceito de patriarcado já começa entrar ali [...] é a questão central que aprendi naquele período, **a luta de classes é contra o capital**. Então como eu já discuti, a questão de **entender a sociedade, a perspectiva do feminismo, a luta das mulheres** em primeiro lugar está presente nesse sentido, da **luta contra todas as formas de opressão na sociedade, algo estrutural**. [...] período foi bem marcante para entender que **não é natural** a mulher agir dessa forma ou daquela forma, mas sim que isso é **uma construção social e cultural**, desde aquele período sempre esteve muito presente, a partir dessas lutas... Como o **sindicato**, é importante dizer isso, que as mulheres estão vinculadas até hoje sempre foi **filiado à CUT, a Central Única dos Trabalhadores**, por ali tivemos muita **influência progressista**, eu diria assim. Então eu finalizo a graduação em filosofia com uma **inquietação** a partir dessas **influências dos movimentos de mulheres**. Chego ao período de TCC [...] eu queria estudar um pouquinho por que é tão **silenciada história das mulheres na filosofia?** [...] Percebo então a partir das leituras que sim, houveram muitas filósofas mulheres, e eu já citei antes e as cito de novo, Simone de Beauvoir, Rosa Luxemburgo, Simone Weil, eu poderia trazer também, Hannah Arendt. [...] são mulheres que estiveram presentes na história da filosofia que **pouco eram estudadas** [...] Sempre estive também muito **presente nas mobilizações sociais**, que era o que me dava muito ânimo, é até hoje o que me dá ânimo, porque a **academia nos abre portas mas ela nos fecha** também. Ela nos **fecha para o mundo de escrita e de leitura**. Ela muitas vezes **não abre para ir para mobilizações sociais na rua**. Com o advento da pandemia então isso aumentou, claro que nas redes sociais nos mobilizamos e também é um espaço de mobilização social, mas eu sinto muita **falta da mobilização social nas ruas**. O próprio **conceito de gênero** se eu olhar para o conceito de **mulher**, é uma relação com a **alteridade, com outro, com a outra**. E é nesse meio que nós nos **constituímos identitariamente** [...] comecei a participar de umas atividades da **Marcha Mundial das Mulheres** [...] 2005, e 2006 eu entro no mestrado. Antes disso eu finalizei a graduação em filosofia 2005 e continuei trabalhando com esse deputado que falei. [...] promovíamos **algumas ações** também, e eu lembro da **Marcha Mundial das Mulheres**. Nós fizemos uma ação muito grande na região [...] para a atividade **Mercosul da Marcha Mundial das Mulheres**, entendendo como um **espaço de educação popular** esse processo. [...] Então também faz toda essa **reflexão da sororidade** [...] **dificuldades das mulheres na África e a discussão de raça, de classe** também está presente [...] das **conferências regionais de mulheres**, preparatórias para as conferências estaduais, eram o que davam um fôlego para a luta. O **Grito dos Excluídos**, nós sempre participávamos. [...] Nesse período também começou o **Fórum Social Mundial** e eu participo desde o início, participei do **Acampamento da Juventude do Fórum Social Mundial** [...]. Eu era alguém que tinha passado pela graduação, mas o que mesmo me deu força e olhar para a **perspectiva da formação humana**, o conceito de formação humana, eu não tenho dúvida que **foram os movimentos sociais, os movimentos sociais ligados aos movimentos de mulheres, que me deram esse olhar** [...] só pela academia por mais que tenha estudado a temática das mulheres, isso não seria suficiente [...] **passo a estudar conceitos, porque nos movimentos sociais a gente fica muito no discurso**, lê algumas coisas mas não aprofunda tanto, **a academia foi importante por isso**. [...] fui fazer uma aproximação das relações de gênero na escola, investigar qual a **influência do currículo real** na escola na perspectiva das **relações de gênero**. [...] Outras questões que também me ajudaram na época foi ter participado de alguns seminários que se chamavam **Corpo, Gênero e Sexualidade**, alguns na UFRGS, outros na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Participei também dos encontros do **Fazendo Gênero na Federal de Santa Catarina**. Eu sempre tentava ir por essa linha das **relações de gênero e educação**. [...] No mestrado para entender a **origem da opressão da mulher**. [...] Nesse período eu acabo começando a escrever um pouco mais [...] eu permanecia muito nessa **perspectiva crítica**. Eu trago essa perspectiva da **opressão mesmo pelo patriarcado** [...] eu estava vinculada em uma linha de pesquisa, que chama **Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais**, [...] esse deputado que trabalhei vira prefeito em Santa Rosa e ele me convida para trabalhar com ele, e eu acabo assumindo uma função de assessoria de gabinete, [...]

implementamos a **Coordenadoria Municipal da Mulher** e o **Conselho da Mulher** [...] uma das pautas era a **temática das mulheres** e se fazia muitas atividades.[...] No **coletivo de mulheres** principalmente do PT, acabava sempre discutindo algumas temáticas, alguns movimentos também, [...] Uma coisa tinha presente era que eu queria **continuar estudando a temática das mulheres** [...] o professor Walter Frantz, que conhecia anteriormente, ele disse, “olha eu não trabalho a temática das mulheres, mas eu posso te orientar”[...] Ele dizia assim, “o tema da religião eu acho que é um tema forte para você, potente”, [...] eu tinha feito filosofia, mestrado em educação, mas eu nunca tinha estudado nada da teologia, e aí como entrar num debate agora de **gênero e religião?** [...] eu vou para o doutorado, para aprofundar essas inquietações pessoais mas também acadêmicas, **fazer a relação com a Educação Popular e os movimentos sociais**, e agora com a perspectiva de um estudo de aprofundamento de **gênero e religião**. [...] entro no patamar das discussões da **Teologia Feminista** e faço uma aproximação com os **movimentos sociais pela Teologia da Libertação**, que de certo modo já estava presente na minha história na **Pastoral da Juventude**. [...] Mística também entra com força. Por quê? Em todos os encontros elas **fazem a mística** e ela vai para além daquela simbologia, vai pela **reflexão**, mas também pelos **símbolos religiosos**. [...] Percebo que realmente há essa **dicotomia entre opressão e emancipação** [...], mas de dizer que a Igreja é uma estrutura da sociedade que oprime sim e elas tem consciência disso, só que por outro lado emancipa, e como que é emancipa? Pela influência da **Teologia da Libertação, pelas pastorais sociais**, que trazem uma visão diferenciada e muito mais **emancipatória**, traz a perspectiva também de olhar como elas **atuam nesses espaços**, e elas dizem isso para mim nas entrevistas. **Que ir para igreja muitas vezes é se libertar, é sair de casa** [...] e ir para igreja, fazer uma leitura, eucarística, de um salmo, de uma prece, alguma coisa, e isso faz com que ela se empodere também. Claro que daí eu trago os conceitos todos nessa mesma perspectiva, **emancipação, autonomia, empoderamento**, mas que só acontecem porque são **sujeitos coletivos em movimento**. [...] E também, como eu estou em um Programa de Pós-Graduação em Educação, eu faço a relação pela **educação popular**, então o **movimento de mulheres** é um espaço de **educação popular, que modifica saberes**. [...] Nesse período também faço um doutorado sanduíche na Alemanha com uma bolsa da Capes, e aí eu vou estudar lá o **movimento de mulheres rurais católicas**, [...] as mulheres lá elas estavam muito **mais avançadas na perspectiva do meio ambiente**. [...] Eu terminei o doutorado em março de 2016 mas em dezembro de 2015 eu faço um concurso para Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e ela está presente comigo mesmo antes do início da sua constituição enquanto estrutura de Universidade, porque na época que trabalhava com o deputado [federal do Rio Grande do Sul, Orlando Desconsi, do Partido dos Trabalhadores, com mandato entre 2003-2007], eu **me insiro nesse movimento pró-Universidade Federal da Fronteira Sul**, participo das reuniões, a maioria delas em Chapecó para aproximar as regiões, todo esse debate regional. Tinha uma **importância ter uma Universidade Federal na região ali das Missões**, não só olhando para as Missões, mas olhando como um todo, na perspectiva de **interiorizar**, eu tinha vivenciado isso da **dificuldade** que é você sair dali e só ter uma **universidade federal que era em Santa Maria** a mais próxima a uns 350 quilômetros imagino. A perspectiva de ter esse **acesso ao ensino público, de qualidade, gratuito, universitário**, eu acompanho e também no final de 2015, eu faço o concurso para a Universidade.[...] Fui **chamada para esse concurso** em fevereiro de 2017, e eu faço concurso então para a área de **Ciências Sociais e Humanas, do campus Laranjeiras do Sul**, e aí então eu começo de fato, a **atuar como professora da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Começo a atuar no curso interdisciplinar de **Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas** [...]. Também em 2017, eu já **atuo no mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. [...] Eu entro na universidade também com algumas **pesquisas na temática das mulheres**. O **debate de gênero perpassa**, mas eu faço uma **opção maior com as mulheres, e as mulheres camponesas agricultoras**, porque aqui o termo camponês ele faz mais sentido, nós estamos numa **região de acampamentos e assentamentos da reforma agrária** e como eu estou no Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, as **minhas pesquisas** também perpassam agora esta **relação, das mulheres com a agroecologia**. No momento eu tenho **quatro orientandas**, elas também estão fazendo alguma **pesquisa vinculada a esta temática**. Também tive e tenho algumas orientações na Educação e que também **perpassa a relação de gênero com educação**, ou então pela educação popular, a **educação popular, mulheres, agroecologia, movimentos sociais e diferentes epistemologias feministas**, tem sido o meu propósito de pesquisa. Faço parte de um grupo de trabalho do mestrado em Educação e também estamos aprofundando esse debate, a **temática das mulheres ela é forte, é a minha perspectiva de pesquisa e de ação**, [...]. **Coordeno um grupo de estudo de gênero**, ele surge muito em função de **não termos eventualmente algum componente que trate essas temáticas**, tem esse propósito de **aprofundar um pouco mais as questões de gênero, feminismo, mulheres** e outras teorias que se aproximam. Dos componentes, eu tenho um no mestrado que se chama **Gênero e Agroecologia**, nesse componente **nós trabalhamos muito desde a origem**, “o que é o conceito de gênero?”, essa relação é **uma construção social e cultural** e que não é natural, a mulher ser dessa ou daquela forma, então todo esse debate entre natureza e cultura a gente faz

também, como eu estudei a perspectiva da **mística dos movimentos sociais**, essa relação da **educação popular com as mulheres** também. Estou ministrando neste momento, no curso da **Educação do Campo Ciências da Natureza**, um componente que se chama **Gênero e Diversidade na Escola do Campo**. Acho que são esses **dois em formato de componente**, o **grupo de estudo de gênero e as minhas pesquisas**, que aí de forma específica estão basicamente pautadas, no que já falei aqui, **mulheres, agroecologia, epistemologias feministas, educação popular e movimentos sociais**, [...].

Maria Alice: Quando olhei esse roteiro e vi essa pergunta de como começou, me dei conta que **foi ainda na minha casa quando eu estava com minha mãe**, eu sou a única mulher de uma família de sete homens, e as vezes eu percebia a **minha mãe dizendo “ah, minha filha, eu não quero que tu tenha uma vida sofrida, eu quero que tu estude”**. [...] Minha mãe principalmente sempre me protegeu, **ela dizia “tu vai ser alguma coisa, porque eu sempre quis muito estudar e não pude, mas tu vai”**, [...] **Uma mulher que queria desbravar coisas e não pode**. Ela sempre me incentivou a **participar dos movimentos** que haviam na igreja, na catequese, a **Pastoral da Juventude, depois o grêmio estudantil**. [...] **meu pai às vezes dizia “o quê que tu vai fazer nisso aí? Tu vai perder tempo!”**, ele não incentivava tanto quanto a minha mãe. **A minha mãe sempre achava que sim, era bonito, ela tinha um prazer enorme** de ver quando eu vinha com as minhas amigas todas, que eu saía para fazer a reunião da pastoral e voltava para casa com um monte de amigas. [...] **“tu é uma líder, tu vai ser uma pessoa como eu sempre quis ser”** então parecia que **ela projetava em mim um desejo de ser uma mulher mais livre**, que fosse buscar outras fontes e tal. [...] **Porque o pai não entende, né?**, mas também **não queria brigar com o pai** porque era meu pai, eu gostava dele também. Então era meio **contraditório** isso mas enfim, eu ia indo e olhando essas contradições e essas pessoas, **ia buscando alguns movimentos**, hoje eu consigo fazer a **reflexão da importância da igreja católica inclusive, na minha formação**. [...] Eu comecei a **liderar realmente, movimentos, a Pastoral**. Começamos a ir para formação, em Minas Gerais, em vários lugares, e **meu pai não queria deixar eu ir** [...] veio Padre Jerônimo lá em casa e disse assim **“Seu Canzi, o senhor não confia na sua filha? A sua filha é a pessoa mais cabeça que eu conheço nessa cidade! Ela consegue dar palestras, lidera movimento, consegue organizar tanta coisa [...]”** **Eu nunca deixei de lutar, de buscar a minha autonomia**, mesmo com as minhas contradições, no início eu tinha uma ideia de que **casamento ia me aprisionar**, era uma gaiola. Depois eu conheci uma pessoa que me deu uma **outra concepção**, até mesmo de que no caminhar ele poderia **me ajudar a construir minha autonomia e minha liberdade, a partir inclusive desse companheirismo**. [...] **me encontrei na educação**, acabei focando. Fiz licenciatura em Sociologia para entender a sociedade, as bases, a estrutura e depois **foquei na educação**, porque eu pensei **“realmente eu acho que vou atingir muito mais pessoas a partir da educação**, construindo projetos de educação e tal” e fui mais por aí. Acho que é isso inicialmente. **A questão do gênero** propriamente, apesar de ter essa origem na minha infância, **vem depois que eu já terminei o doutorado, durante esse período eu trabalhei a violência nas escolas**, e então comecei a me aproximar de várias **meninas que também sofriam abuso, e vinham esses relatos todos**. [...] eu pensava **“como é que eu vou contribuir com as escolas, com a educação, para melhorar esse comportamento entre as pessoas a partir da própria educação”**, [...] Fiz o concurso para UFFS e passo. O primeiro projeto que eu tenho contato era o **papel da mulher na roça**, antes mesmo de ser um projeto de extensão das jovens agricultoras familiares, que eu nunca tinha pensado...Antes disso veio **um projeto coordenado pela professora Miriam Grossi da Universidade Federal de Santa Catarina** [...], ela precisava de alguém que assumisse esse projeto, **chamava-se Gênero e Educação em Santa Catarina**, [...] **Fui participar de uma formação na UFSC, em gênero** [...] Assumo fazendo essas reflexões sobre **Gênero e Educação em Santa Catarina, e a gente começou a refletir e empoderar**, a fazer, a tornar, as alunas, principalmente de ensino médio, **protagonistas de ações com suas colegas, nas escolas**. Trabalhar mesmo essa **questão da identidade de gênero, da sexualidade, das violências, acabou sendo bem interessante**. [...] Então, foi esse o **primeiro contato**, mais profissional e teórico com a **questão de gênero** e que achei bem interessante. Na UFFS o **projeto articulou** a questão que eu já vinha trabalhando que era a **escola**, e não deixava de ser a da **violência** também, só que era por um outro viés, um viés que eu tinha que realmente **ajudar a empoderar**. [...] O **projeto seguinte foi um sobre agricultura familiar** com o objetivo era de que os jovens do interior de Santa Catarina **não abandonassem o campo**. E aí a gente começa a refletir o **papel de gênero também**, por que tu fica pensando **“pô, mas o que as mulheres realmente? E se eu ficasse aqui?”**. Diziam **“eu saí de lá por que eu queria uma condição melhor, eu queria me empoderar, queria outras coisas”** e aquelas mulheres também querem isso. Não é à toa que há um **esvaziamento no campo**, nessas regiões, é por essas questões. Então tem que **ser trazido cada vez mais essa reflexão do empoderamento feminino, das condições de trabalho, dos papéis**. Eu acho que isso vai ajudando as pessoas a se **sentirem mais empoderadas, com mais autoestima**, inclusive para ficar e talvez conseguir continuar o seu trabalho. [...] Estamos

articulando um grupo que deverá ser cadastrado no CNPQ ou alguma coisa assim, estamos pensando. Temos feito várias ações sobre a **questão da sustentabilidade** porque eu tenho trabalhado na universidade algumas **matérias que falam sobre Meio Ambiente**. Quase todos os cursos aqui em Cerro Largo trabalham Meio Ambiente, Economia e Sociedade, então **a gente tem que fazer essa reflexão de qual é o nosso papel na sociedade**. A questão disso, das mudanças climáticas do meio ambiente, é um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, um deles é pensar a paz e a sustentabilidade. E eu vinha também que essa era uma outra questão da minha formação, **da minha construção de ser mulher e de ser pessoa, na defesa da paz e dos direitos humanos**. [...] Temos aqui uma **cooperativa de lixo reciclado** em Giruá, em que os **alunos da engenharia ambiental vão conhecer** como se produz, onde vai o lixo, pensar essas condições e **fazer as reflexões também humanitárias**, das pessoas que estão envolvidas nisso, de todas as **relações que tem com o ambiente, com a sociedade**. Pensar essas questões das **mulheres agricultoras** que estão também ao **redor de Cerro Largo, nesses isolamentos distantes**. Penso que a gente tem esse **compromisso, essa responsabilidade social**, “**mas e qual é a nossa responsabilidade de formar** essas pessoas para a atuação cada vez maior **na extensão?** E com as pessoas? Para que se sintam cada vez **melhores, mais empoderadas?**” e de novo a gente parte e cai numa questão que eu estou trabalhando também, que acho ser **central para se ampliar as ações, que é a formação dos professores**. [...] eu trabalho que se chama Temas Contemporâneos [...] eu perguntei qual era a temática que mais estava chamando atenção para eles e para fazermos um projeto, o que achavam que era urgente para gente **discutir no ano** que vem nas escolas e na sociedade, e olha, acho que foi unânime: **a identidade de gênero**. [...] de repente vários começaram a **relatar abusos que sofreram, que não tinha espaço na escola para falar disso, o quanto é difícil se assumir**, que gênero não é só ter um lado ou outro, então eu disse “daqui a pouco está na hora da gente recuperar aquela velha história da Filosofia, de **se realizar debates na praça, abrir para comunidade essas discussões para quebrar esses preconceitos**”. Talvez ampliar a discussão. Talvez realmente **a extensão seja nesses espaços**, porque as pessoas **não vão ir para universidade para isso**, não vão acessar as plataformas, etc. Mas **se a gente for para a praça, for para igreja, as pessoas vão ouvir, elas vêm ao redor**. Então eu estou “coçando as ideias” para projetos assim. Estou percebendo como está surgindo essa necessidade de **discutir mais isso, ir para além dessas ações**. [...] porque **o feminismo ultrapassa essa questão de discutir só a luta por igualdade, por empoderamento** do nosso ser social. É também essa discussão de **como a gente está, que papel ocupamos, como ajudar, a solidariedade com essas pessoas**. [...] eu trabalhei bastante com a questão da **violência contra as mulheres**, ano passado principalmente com a questão da **pandemia** fiquei pensando, para **além desses números estatísticos de morte nós temos que trabalhar a concepção dos conceitos**. O conceito de morte também ficou banalizado. [...] escrevi esse **artigo sobre como as mulheres morrem lentamente**. Não é o **feminicídio último degrau, ela já vão ... Não tem como tu não te sentir muito oprimida, chateada, sentida, essas angústias vão te murchando como mulher**, e já que comparam as vezes com uma flor, a gente vai murchando. Então são essas questões que às vezes as pessoas acham que **a gente precisa levar mais para a praça, para as pessoas se darem conta do que fazem** [...] me sinto agora um pouco mais **preparada para me desafiar, sair mais a campo** de novo, com essa **extensão, com esse tipo mais comunitário**, talvez fazer uma **parceria** ali com assistência social de Cerro Largo. [...] Agora eu estou vendo que eu posso trabalhar aquilo que eu **queria ver um pouco maior na roda**, que são as **várias temáticas** contemporâneas, a **violência** sendo uma delas, e que a gente pode **pôr em pauta** conforme suscitam esses assuntos, **fazer rodas de conversa com a comunidade**, talvez algum projeto assim, estou imaginando que vai ser legal encampar.

Justina: Iniciando eu queria dizer que, na verdade, eu **nasci e vivi um período muito intenso do nosso país**. Nasci em **1956 quando a agricultura era uma agricultura camponesa**, e que depois na minha adolescência foi chegando o processo da **revolução verde, a transição e o abandono**, eu falo isso, **dos saberes das camponesas, dos camponeses**, e a ilusão do moderno pacote dos químicos, dos **venenos, das sementes híbridas, dos animais melhorados e híbridos**. Foi esse o meu período, depois foi enfrentado a ditadura militar. No campo, onde eu vivia, a grande maioria dos camponeses não percebiam isso, porque havia poucos meios de comunicação. Já o **meu pai era uma liderança**, lia muito, se posicionava. Ele fazia uma leitura dessa questão da ditadura militar. Ele **temia pelo abandono dos saberes**. Foi muito resistente em **aceitar a chegada disso tudo** e então eu penso que isso me influenciou bastante. A **minha mãe** era uma mulher valorosa, que naquele tempo **viveu dentro da cultura patriarcal**, era aquela mulher que **cuidava e provia de tudo, cuidados dos filhos da casa, da alimentação**, e ela não era tão crítica e **não tinha tempo para pensar sobre isso**. O que **para ela tinha valor era o trabalho, o cuidado da família, ter sempre a alimentação o suficiente**, e buscar por isso. Como sempre tem os dois lados da moeda, eu tive a oportunidade de viver dentro dessa **disputa de surgimento das ferramentas, tanto do lado popular**, que começou a se organizar nas **Comunidades Eclesiais de Base, na organização da juventude, a fazer estudos**, e então eu fui **como meu pai, ele era comunitário**,

*participava muito e me inseri muito cedo nisso tudo, desde criança. E por outro lado, os mecanismos do Estado, os Clubes 4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), que vieram a serviço do capital, da estratégia de entrada da “revolução verde”, nós não fazíamos essa leitura. Eu fui dos **Clubes 4S**, me abriu horizontes no sentido de entender várias coisas; outro eram os **Clubes de Mães**, que foram surgindo no sentido de preparar as mulheres (sempre elas!) para a **maternidade**, para na juventude as mulheres se prepararem aos seus **dotes culinários, aos bordados, a costura e tal, e os homens com os insumos, os venenos**. Então foi assim, eu vivi essa **contradição**. **Gosto de trazer ela presente porque a vida da gente não é uma coisa só, é um misturado de coisas e estamos dentro disso tudo, com isso eu faço a leitura do quanto nós precisamos estudar e ter a paciência histórica de ir envolvendo as pessoas, para compreenderem os processos que estão em cursos, em todos os momentos da história. Foi nos espaços do Movimento de Mulheres Camponesas a minha participação na questão mais feminista, foi nos espaços da Teologia da Libertação. Eu me casei muito cedo, com 20 anos. Nos 11 meses de casamento, eu tive o Ivan, meu primeiro filho, e quando o Ivan tinha 20 meses, eu tive a Evandra. Tive meus filhos também muito jovem. Eu e o meu companheiro viemos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Eu residia no município de Aratiba e vim para o município de Quilombo. Em Aratiba, eu tinha uma participação na Pastoral da Juventude e nos primeiros Grupos de Reflexão que estavam surgindo. Na paróquia da Barra do Rio Azul o que chegou primeiro foi os Grupos da Comunidade. Vim para Santa Catarina encontrei um berço fértil com a presença da diocese de Chapecó, com Dom José Gomes, aonde havia um processo em construção, que se iniciava muito forte no sentido da Teologia da Libertação, do entender quem eram os opressores e os oprimidos, como enfrentar isso e então eu passo a participar na comunidade, já chegamos com um posicionamento, meu companheiro mais na retaguarda, que é característica dele sempre foi de muito companheirismo e parceria no projeto, mas de não ter uma atuação mais de liderança, então nós aprendemos a respeitar um ao outro. Em 1983 então, eu acho que é importante entender o momento, junto com a Teologia da Libertação foram surgindo as ferramentas da classe trabalhadora, vamos dizer assim. Nesse mesmo período surge a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores. Na ponta, no nosso caso enquanto agricultores, agricultoras, camponeses, camponesas, como é que foi se efetivando isso? Foi no sentido das oposições sindicais, era essa a linguagem do nosso povo, que se iniciou o debate de enfrentar aquele sindicalismo de correia de transmissão do Estado e transformá-lo numa ferramenta de luta. Então ali, as mulheres se encontraram nesse debate. Em 1983 surge a primeira célula do Movimento de Mulheres Agricultoras aqui no Estado de Santa Catarina [...] comunidade de Nova Itaberaba, que na época era no município de Chapecó [...] Ali nesse espaço, o debate tinha um incentivo por parte de liberados da Diocese, mas havia uma compreensão de “bom, nós estamos endividados no banco, nós estamos vivendo o êxodo rural, nós estamos fazendo luta, nós estamos fazendo oposições sindicais, no entanto as mulheres são vistas como dependentes! Nós não somos sócias, não podemos fazer parte da chapa de oposição, não podemos votar ou ser votadas”, esse perceber que as mulheres faziam muito e não havia o reconhecimento foi o que consegui fazer com que nós mulheres iniciássemos o debate e que precisávamos nos organizar enquanto mulheres e assim se fez. De minha parte, iniciou no Movimento de Mulheres Camponesas nesse período porque essa célula de Nova Itaberaba, a Diocese de Chapecó abraçou e esparramou dentro da Diocese. [...] Eu início a participação nesses espaços, bem na minha comunidade, desde 1983. Foi dentro do Movimento de Mulheres Camponesas que eu me encontrei. Primeiro chamado de Movimento de Mulheres Agricultoras, depois Mulheres Camponesas. Me encontrei e me entendi enquanto mulher, e passei a entender a discriminação, a opressão, enfim, a exploração, todo esse lado da cultura patriarcal, machista e tudo mais, foi nesse espaço. Houveram outros espaços que me proporcionaram isso, e foi com todo esse movimento, no Movimento de Mulheres Camponesas, nas Pastorais Sociais, nós fomos nos envolvendo também na construção das ferramentas da classe trabalhadora. Em 1989, então, eu fui candidata a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores. Na época, fui a primeira mulher eleita no município, primeira mulher trabalhadora, me elegi muito pelo debate das mulheres e das pastorais. Fiz de 1988 a 1989 o meu mandato, em 1992 eu entrei para a direção estadual do Movimento de Mulheres Camponesas. [...] Foi ali que eu me encontrei dentro de uma... No início nós não dizíamos que era uma luta feminista, porque havia uma pecha que feminista era tudo que não prestava, então já era forte estar no movimento, sair de casa, ir para outros espaços, e se assumir feminista era algo muito forte. No período, nós éramos feministas, mas nos identificávamos como mulheres que se organizavam pelos direitos.***

Ana Carolina: Bom, nos anos 1990 quando eu era adolescente e estudava no Colégio de Aplicação da UFSC, a Federal de Santa Catarina, em Florianópolis e eu era do movimento estudantil. Fiz parte do Centro Acadêmico [...] uma amiga minha, me convidou para fazer uma chapa. [...] eu achei um pouco estranho ter uma chapa só de mulheres. Eu pensei “ah, a gente não vai ter chance com uma chapa só de mulheres”, mas ela falou “não, a gente vai sim!”. [...] ela queria alguém que apoiasse, que era das Artes, e eu naquela época

já era envolvida com as questões das Artes; eu escrevia poesia e a gente tinha um movimento de poetas, fazíamos sarau, esse tipo de coisa de adolescente. E aí não sei, acho que foi por isso que ela me convidou. [...] foi bastante interessante, mas a gente não tinha uma veia feminista [...]. Na nossa cabeça isso já era superado. Bom, primeiro que a gente não percebia, tínhamos uma outra visão do que eram ações machistas e como que a gente tinha que se defender. Muita coisa a gente não via, não sentia que acontecia porque a gente achava que era normal. [...] a gente não era envolvida, mas tinha essa questão da força das mulheres. Então a gente tinha daí esse grupo do Diretório Acadêmico e o grupo de poetas, que também era composto de mulheres. E assim eu sempre tive um movimento de mulheres, sempre me senti movimentada com mulheres. Então talvez, tenha acontecido aí, esse primeiro passo. [...] tem um grupo bem grande lá na UFSC, em Santa Catarina, o Fazendo Gênero [...] quando eu fazia a graduação, eu tinha contato com essas professoras e via a movimentação, inclusive trabalhei num “Fazendo Gênero”, mas [...] eu não fazia parte do movimento. Colaborava pontualmente, e as minhas questões teóricas e de estudos não iam por aí. Contanto que eu posso te dizer é que eu li pouquíssimas mulheres durante a graduação de Letras, muito poucas. No ano de 2017 quando eu retornei do Doutorado, que eu fui quase que convocada por um grupo de alunas, a orientar um Grupo de Estudos Feministas, e aí foi assim. Em 2019, teve o boom de “Leia Mulheres” e elas me pegaram por aí. Nesse contexto, a partir de 2017, teve uma questão da descriminalização do aborto que ia passar na Câmara e então teve esse outro “boom”, nacional, e aí então eu comecei a me mobilizar [CLG7] mas por convite e quase que convocação de um grupo das minhas alunas. Na mesma época, criou-se também um Grupo de Diversidade. Então já desde o início tinha essa questão relacionada com essa pergunta, “ah, então não podemos ter homem no grupo”, [...] mesmo sem ler teoria ainda naquele momento, eu tentava direcionar sempre dizendo “não, não é disso que se trata, não é uma separação de gênero, não é uma discriminação”, apesar de que é sempre bem complicado a gente conseguir explicar e estar nos meios que as pessoas entendam isso. Mas, desde o início eu tinha essa percepção, mesmo porque eu tinha contato com um grupo de meninos também, que tinham esse interesse de repensar essas questões. Depois, muito tempo depois, que eu fui ler Márcia Tiburi e fui ter o primeiro contato com “O Feminismo em Comum [...] feminismo para todes, aí que ela começa com esse todes, que aí eu fui começar a entender o que significava, porque que ela falava isso, porque se usava, porque se reivindicava essa inclusão, digamos assim, na linguagem, e o que isso significava. Desde o início então, antes de ler Judith Butler e pensar no feminismo interseccional, que eu acho que é o onde eu me encontro, eu já lia aquilo e entendia, dessa forma. [...] Esse Grupo de Meninas acabou fazendo parte do Grupo de Teatro, então na verdade é um Grupo de Meninas do Teatro, que acabou sendo o mesmo grupo, e aí por isso, essa questão de um feminismo mais abrangente desde o início. Isso porque no Grupo de Teatro naquele momento não tinha nenhum menino, mas no grupo anterior tinha, então as pessoas eram amigas, tinha gente que queria participar dos movimentos, e aí então já gerou essa coisa “mas homem pode participar?”, “Não pode?”, “Não sei?” [...] Eles são muito mais atentos. Eles já estão por dentro das teorias sem saber que estão. Eles já estão naquele movimento que é essa quarta onda do feminismo que eu acabei entrando também, surfando sem saber e depois sabendo. Eles já sabiam, eles já tinham essa ideia de um feminismo mais aberto, de questões relacionadas à violência como um todo, a opressão de modo geral, mas claro, pensando nesse tratamento histórico que a mulher sempre teve sendo menor, menos, subalterna ao homem. Tudo isso aconteceu no ano de 2017 quando eu terminei o doutorado. E a partir disso e hoje em dia, eu me vejo, que na verdade meu movimento feminista ele já tinha começado no Doutorado, quando depois de estudar um autor uruguaio Juan Carlos Onetti por 10 anos, de repente eu me deparo – eu trabalhei com os manuscritos de um romance, desse escritor uruguaio, na Biblioteca Nacional de Montevideú, e analisando esses manuscritos – eu me dou conta, o quão forte era o trabalho da viúva dele, que era então a esposa dele, que era a Dorotea Muhr (Dolly Onetti). E ao ver isso, de repente me deu um “pá”, um impacto, e na minha tese eu defendo a coautoria dela nesse romance. [...] o nome da tese é, História Secreta de Dejemos hablar al viento, que é o nome do romance, escrito por mais de 20 anos. Nessa história secreta que eu escrevo sobre o processo de criação desse romance, eu defendo a tese de coautoria da Dore, sua esposa, e como eu disse, naquela época eu não tinha entendido, mas hoje em dia eu percebo, que esse já foi um movimento feminista meu. Dar crédito à esposa. [...] eu fiz um curta-metragem para minha tese, e no curta-metragem eu falo sobre isso um pouco [...].

3.3.1 Caminhos que se cruzam nas trajetórias de vida e potencializam a subjetividade política

Há convergências nas trajetórias das entrevistadas quanto à sequência dos

envolvimentos com a universidade e os movimentos sociais. Para a maioria, a aproximação com o movimento social se dá antes da formação universitária, ainda na adolescência, na vida comunitária e com a participação nos movimentos de jovens católicos. Em outros casos, a universidade provoca motivações para a participação nos movimentos.

É possível identificar quatro grandes espaços-tempo estruturais (SANTOS, 2019) que marcam a formação de uma subjetividade política e definem a aproximação das sujeitas com a perspectiva feminista: contexto familiar; movimentos sociais; formação universitária; atuação profissional. Eles podem ser considerados substratos, experiências fundantes de sensibilidades que compõem as subjetividades feministas.

3.3.2 Família: entre contradições, um despertar de consciência

As mudanças provocadas pelo processo de redemocratização do país nas décadas de 1980 e 1990 também propiciaram um fortalecimento dos movimentos sociais do campo. A maioria das sujeitas têm sua origem no campo, com uma identidade camponesa forte. Experimentaram uma vida comunitária bastante intensa, especialmente vinculadas à Pastoral da Juventude da igreja católica. Também no mundo urbano, onde os movimentos também se fortalecem, algumas sujeitas passam a atuar na perspectiva da educação popular e dos direitos humanos.

Esse movimento se dá em reação à forma de organização social vigente até então. A situação de vida no campo, ainda é fortemente marcada pelo patriarcado, onde os homens têm voz ativa, são historicamente os herdeiros das propriedades rurais e quem determina seus rumos. Além disso, as inúmeras dificuldades devido ao afastamento das propriedades rurais de centros urbanos, como a baixa escolarização em municípios pequenos e as poucas oportunidades de trabalho que possam garantir uma autonomia financeira, motivam as mulheres a migrar para centros urbanos maiores (Daiane). Há sinalização quanto ao caráter machista e racista da família que, mesmo sendo negra, adota um padrão de branquitude (Gisele) ou onde o pai não apoia a participação das mulheres da família em movimentos sociais (Maria Alice). As relações familiares aparecem como um elemento importante na vida das sujeitas, que, em muitos casos, buscavam evitar conflitos (Maria Alice) ou onde a mãe se colocava como cuidadora da casa e dos filhos, não era tão crítica (Justina), determinações de uma cultura patriarcal, ainda muito forte nas últimas décadas do século

XX.

Por outro lado, muitas das sujeitas identificaram disposições no ambiente familiar para a construção de um processo reflexivo e de formação de consciência, onde era possível problematizar a opressão e apoio às lutas das mulheres e pela independência feminina (Naira, Daiane, Francisca, Liria, Siomara). As mães motivavam para o estudo, empoderamento, participação social, formação profissional e a busca de uma vida melhor para as filhas, para que construíssem seus próprios caminhos em liberdade, oportunidade que elas mesmas não tiveram (Siomara, Naira, Daiane, Francisca, Maria Alice).

A necessidade de conhecer a própria história leva ao conhecimento das lutas das mulheres da família, quando reconhece seus sofrimento e discriminação sofrida pelas mulheres da família ancestral, descobertas que motivam ainda mais sua luta (Francisca). Em alguns casos, como o de Justina que, identificada com o pai, muito engajado e resistente à “revolução verde”, participa intensamente da vida comunitária, desde a organização da juventude católica às CEBs (Justina).

A participação em movimentos sociais pelos pais não foi sinalizada. No entanto, o apoio às lutas das mulheres e outros movimentos esteve presente, assim como a participação, especialmente do pai, nos espaços da comunidade e a motivação, especialmente da mãe, para ocupação do espaço público-político, para buscar melhores condições de vida e independência financeira.

3.3.3 Movimentos sociais: a vida comunitária como experiência de espaço público democrático

O encontro das mulheres com o movimento social, espaço potente de ação social e política, se deu nas décadas de 1980 e 1990, um tempo de efervescência com uma juventude que ansiava por mudanças sociais (Siomara, Justina), pois vivíamos um período de redemocratização do país com forte ação dos movimentos sociais. É desde esse lugar que muitas se reconhecem como sujeitas de direitos, desde um processo de formação de consciência passam a romper determinismos impostos por um sistema patriarcal e machista ao reconhecerem que elas têm o direito à livre escolha à ocupar todos os espaços, já que “*não há um lugar determinado para as mulheres*” (Adriana).

A aproximação das mulheres com o movimento social se dá desde os espaços coletivos da comunidade. A semente de uma consciência social e política, para a maioria das

sujeitas nasce da participação nos movimentos de uma igreja progressista, fundamentada na Teologia da Libertação. A juventude encontrava espaços de participação e resistência na Pastoral da Juventude (PJ) e também em outros grupos organizados como as CEBs. Desde esses espaços, movimentam-se para outros, de luta dos trabalhadores, como os sindicatos e um partido político de esquerda (o PT) onde há espaços para participação das mulheres, que passam a ocupá-los com força. A PJ se constituía em estrutura organizativa que integrava os jovens da região e respondia à necessidade dos jovens de manter vínculos comunitários em um processo formativo e social importante, onde se pensava “*Como construir a luta popular?*” (Vanderléia). Um espaço de discussão política e crítica acerca da estrutura social capitalista e necessidade de transformação, por onde também perpassava o debate de gênero (Liria). Além da formação de consciência crítica e manutenção de laços comunitários, os Movimentos de Jovens católicos, como a PJ, formaram lideranças e inspiram questionamentos e se constituíram em um caminho para conexão com outros movimentos sociais como a Pastoral da Terra, partido político (Siomara, Liria, Maria Alice), o MST (Naira), movimento estudantil (Siomara, Liria, Naira, Grasielle), coletivos feministas (Grasielle).

No caso de muitas sujeitas, a atuação se direcionou especialmente à participação na Organização das Mulheres da Roça, depois Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, depois Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), espaços onde atuaram ou atuam como educadoras e/ou militantes do movimento (Valdete, Vanderléia, Solange, Naira, Liria, Siomara, Justina), inclusive prestando assessoria ou construindo parcerias. O MMC se coloca como espaço de vivências e experiências de realidade, com uma mística feminista de acolhimento, afetos e encantamento, que pensa questões das mulheres associadas a outras questões estruturais como as econômicas, ecológicas, raciais (Renata, Vanderléia) e com uma pedagogia que busca trazer também os companheiros para o debate (Solange), buscando superar a segregação entre homens e mulheres (Naira).

É na participação social em lutas conectadas que se forja uma subjetividade política e a subjetividade política feminista se fortalece no movimento e no diálogo com outras mulheres e com outras lutas (Solange). Para além do MMC, nota-se a construção de um feminismo popular que se espraia para além da luta camponesa e conjuga diversas pautas e debates, buscando construir um novo projeto de sociedade (Grasielle). São mulheres que se articulam em outros coletivos ou movimentos e comungam com a mesma concepção de

feminismo. Em uma perspectiva similar ao MMC, as pautas de lutas das mulheres também passam pelo MMTR, que se constitui como espaço de formação e atuação enquanto assessoria (Liria).

A pesquisa revela que, além desses movimentos, espaços como clube social, movimento de mulheres negras (ACMUN), a docência, a academia, o sindicato (Francisca, Liria) e outras organizações onde a pauta das mulheres sempre se faziam presente (Liria) também se constituíram e constituem como espaços de resistência e potencialização de uma subjetividade política. Sindicatos progressistas e de luta (CUT) são espaços importantes (Liria); espaços coletivos que fortalecem as lutas e empoderam as mulheres (Francisca). Também a participação no Partido dos Trabalhadores (PT) se constitui em espaço de muita formação política onde perpassa a luta feminista (Liria, Siomara), especialmente, quando na institucionalidade, com a implantação de políticas voltadas para as questões das mulheres como a Coordenadoria Estadual da Mulher (Liria).

A perspectiva comunitária desperta para o cuidado com o coletivo e engajamento nas lutas sociais e populares, processo importante no caminho de emancipação humana (Vanderléia). No espaço coletivo, como movimentos sociais, organizações, partidos políticos, sindicatos e outros, ocorre a formação de consciência social e política, por onde são pensadas estratégias de organização e ação. É nesse espaço comum, que é público-político, que se afirmam as consciências rebeldes e comprometidas com a transformação (Vanderléia, Francisca). Por isso a necessidade de um olhar atento e de cuidado com o espaço comum, mobilizando lutas e diálogos possíveis (Vanderléia, Sandra). Portanto, é da aproximação com esses movimentos e organizações diversas que se dá o engajamento nas lutas feministas (Naira, Vanderléia, Siomara, Solange, Adriana, Maria Alice, Valdete, Justina, Francisca).

Para que esse processo formativo social ocorra de modo a construir transformação social, é preciso que as epistemologias que os movem sejam também libertadoras. Muitas sujeitas destacam a influência da Teologia da Libertação, de Paulo Freire e da educação popular nos processos formativos, em uma “*articulação entre a luta das mulheres e a luta popular*” (Vanderléia). Portanto, a pedagogia freireana perpassa os movimentos e organizações sociais por onde circularam/circulam essas mulheres. Paulo Freire como inspiração em um movimento de esperança e transformação social (Liria). É importante reconhecer a participação e a formação de consciência como processo em aberto, na

perspectiva de inacabamento apresentada por Paulo Freire, motivando para a formação permanente (Adriana, Liria).

Os movimentos de consciência vividos pelas sujeitas levaram-nas à percepção da profunda desigualdade social (Francisca), reconhecendo que o patriarcado gera sofrimento a mulheres e homens e considerando as relações de gênero como estruturantes na sociedade, assim como a visão das mulheres nos processos produtivos e nas relações do campo (Renata). Reconhecem também uma sociedade profundamente marcada pelo racismo onde ainda persistem estruturas que alimentam preconceitos e geram sofrimentos pela discriminação por raça (Gisele). Esse exercício afirma a necessidade de avançar a luta feminista (Renata, Francisca), que precisa se articular em ações diversas e se afirmar como anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal e antirracista.

As organizações e movimentos sociais se constituem como espaços de lutas para as mulheres (Daiane), onde se dá a materialidade das temáticas e conceitos (Sandra). A construção identitária também se faz nas mobilizações sociais, nos debates e ações na perspectiva da sororidade, por onde perpassam também discussões de raça e classe (Liria). A participação social nas lutas, nos movimentos sociais especialmente nos movimentos de mulheres são a base forte de sua formação “*me deram esse olhar e constituíram o que eu sou hoje em dia*” (Liria). É na participação social que se dá ou se fortalece a formação de consciência crítica social e política, um caminho de liberdade e emancipação para as mulheres (Siomara). Um processo que aciona uma subjetividade política feminista, alargando as fissuras (WALSH, 2019) na construção de processos democráticos para um mundo de Bem Viver.

3.3.4 Universidade pública: a perspectiva feminista como organizador de conhecimento

A formação humana é processo importante tanto nos espaços formais quanto nos grupos sociais organizados (Vanderléia). A Universidade se constitui também em espaço de formação humana e ético-política. Para muitas das entrevistadas, é na universidade que se dá um despertar mais forte de consciência crítica e uma subjetividade política feminista. Como espaço público-político efervescente, a participação em movimento estudantil (Naira, Gisele, Liria) é bastante provocativa. Em alguns casos, é ali onde se dá o encontro com as

lutas dos movimentos sociais e/ou com o movimento feminista (Ana Carolina, Grasielle, Daiane, Gisele). Os relatos sinalizam que a universidade/pesquisa se constitui como espaço importante de interlocução com os movimentos sociais e/ou as temáticas feministas, espaço de conexão com a comunidade e os movimentos sociais e se coloca como possibilidade de realização de grandes sonhos, especialmente para quem tem o foco na formação/educação como autoconhecimento e processo de mudança social.

As sujeitas percebem, na UFFS, uma aproximação institucional com os movimentos sociais, que são parte do cotidiano da instituição. Uma universidade onde ocorrem ações por dentro, desempenhando-se como espaço de ação política em constantes interfaces e diálogos com outros espaços de formação (Sandra). Percebe-se também a constituição de um feminismo acadêmico, que se constitui desde os vínculos com os movimentos sociais (Siomara). Em alguns casos as temáticas políticas e o envolvimento com as lutas feministas ocorrem especialmente quando ingressam na UFFS, como estudante ou como docente (Grasielle, Gisele, Ana Carolina). Trata-se de um contexto de efervescência, levando à inserção no movimento estudantil e outros movimentos sociais e grupos feministas da universidade e do município (Grasielle). Um contexto em que os movimentos sociais têm presença forte. A pauta agroecológica acionada especialmente pelos estudantes dos movimentos e alguns docentes, se articula à vivências de movimentos sociais (Grasielle, Naira, Renata). Nesse espaço ocorrem embates fortes para garantir a pauta da agroecologia (Grasielle). É também onde a temática agroecologia e feminismo popular camponês se revela em forte conexão e ganha conotação (Grasielle, Renata, Naira).

Raízes camponesas e suas lutas perpassam a formação acadêmica de muitas sujeitas enquanto estudantes e docentes, por isso a necessidade de ecologizar saberes (Vanderléia). O espaço acadêmico também revela a potência da temática feminista no processo de tomada de consciência que leva a mudanças na vida pessoal e ao engajamento na luta contra o patriarcado (Renata, Vanderléia, Siomara). A luta feminista e articulação com os movimentos sociais leva à luta pela criação da UFFS, quando diversos atores, atrizes e organizações sociais se envolveram no processo, articulados e em diálogo com o governo criaram a UFFS (Solange), uma universidade pública e popular que se constitui na perspectiva de transformação social, com forte presença de estudantes de assentamentos e quilombolas, indígenas (Siomara).

Considerando a forte relação entre a UFFS e os movimentos sociais, é comum o

MMC como temática de pesquisa e sua parceria com universidade em projetos diversos de pesquisa e extensão (Renata, Valdete, Vanderléia, Naira). A universidade/pesquisa pode se colocar como espaço de diálogo com os movimentos sociais e/ou as temáticas feministas, em uma conexão universidade/comunidade/MS, mas para isso, ela precisa se colocar com olhar atento sobre as lutas e movimentos de mulheres (Valdete, Renata). A academia é um espaço onde agroecologia, relações de gênero, racismo e homofobia se colocam como lutas conectadas – saberes em diálogo (Gisele, Renata, Daiane, Grasielle, Naira). No entanto, percebe-se que a temática feminista/mulheres ainda é subalternizada e invisibilizada na academia, por isso a necessidade de se avançar nas pesquisas sobre o tema (Renata) em uma perspectiva de interseccionalidade.

A formação acadêmica permite compreender as estruturas sociais (Liria), contribuindo para o empoderamento das mulheres (Daiane). O debate teórico na universidade se constitui como forte aliado na luta feminista e na formação de uma subjetividade política e pode se dar de diversas formas sinalizadas pelas sujeitas e que passam especialmente: pela constituição de grupo de estudos de gênero, pesquisas sobre a temática, pelos projetos de extensão e inúmeros debates desenvolvidos em conjunto com os movimentos e organizações sociais (Naira, Maria Alice). Assim, é possível construir novos olhares sobre a temática (Naira), bem como refletir sobre a própria trajetória (Maria Alice).

A participação social nas lutas leva a temática para a universidade (Solange) e as ações por dentro da universidade fortalecem o debate (Sandra), já que ela se coloca como espaço de ação política. Universidade como espaço de transformação da vida, mas também como espaço de disputas, onde o capitalismo busca se afirmar e o patriarcado ainda tem força (Solange). A academia abre algumas portas, mas fecha outras, “nos fecha para o mundo de escrita e de leitura” e “muitas vezes, não abre para ir para mobilizações sociais na rua” (Liria), mas se constitui como espaço de formação para estudar e compreender os conceitos (Liria) e professoras se constituem em referência (Francisca). Por isso, a formação de professores é fundamental, pois a formação e experiências preparam para a ação (Maria Alice). A pesquisa acadêmica permite debater a temática, como é o caso do projeto de Daiane que trata das questões do êxodo das mulheres do campo e demonstra como machismo ainda está presente na vida profissional. Espaços educativos podem contribuir para mudanças de comportamento que levem ao fim das violências e os debates sobre a temática contribuem para empoderar as mulheres, podendo contribuir, inclusive, com sua permanência no campo

(Maria Alice). Nessa perspectiva, percebe-se que a atuação acadêmica das mulheres que têm uma vivência na luta ou que se colocam em uma perspectiva feminista é perpassada por conexões com os movimentos e organizações, promovendo ações diversas por dentro, como escritas coletivas em parceria com as mulheres do movimento, mas tendo a preocupação com o protagonismo das mulheres do MMC (Vanderléia).

A gênese da UFFS, com intenção declarada de considerar o movimento social como um sujeito político, diálogos e ações são de alguma forma normalizadas, naturalizadas no percurso acadêmico. Daí a incorporação dos princípios na estrutura institucional (Conselho Estratégico Social e Conselhos Comunitários), que se estabelecem como códigos de proceder nas instâncias de gestão e na questão pedagógica e didática.

Na universidade, o feminismo e a luta das mulheres com todas as suas conexões (gênero, agroecologia, agricultura familiar) perpassa, de algum modo, o currículo: como temáticas de pesquisa e motivação para organização de grupo pesquisa; oferta de disciplinas; projetos e ações de extensão articulados com os MS, potencializando e perpassando esse debate por dentro da universidade e se espraiando para fora dela, nas escolas e comunidade (Daiane, Naira, Adriane, Gisele, Liria, Siomara, Maria Alice).

Podemos tomar o espaço familiar como dispositivo inicial para a construção de uma subjetividade política feminista, na medida em que se coloca como espaço de escuta, acolhimento e ação. As mães, por viverem as opressões típicas de um sistema patriarcal e machista, podem tensionar a lógica e encontrar nas filhas um caminho de libertação. Elas se projetam nas filhas, que esperam sejam fortes, livres, independentes, empoderadas e conscientes da necessidade da luta social. Esse incentivo inicial é o pontapé para a inserção em outros movimentos, ainda próximos à família, como a Pastoral da Juventude ou outras organizações e movimentos sociais da comunidade. As restrições vividas no ambiente familiar, podem, ainda que tardiamente, se converter em razão para a luta, depois de uma tomada de consciência quanto à necessidade de mudar padrões familiares.

A universidade federal se coloca como espaço de aproximação com a teoria e as lutas das mulheres/feministas e como possibilidade de trazer à tona esses debates e promover diálogos com outras mulheres. A UFFS é uma instituição que nasce da força dos movimentos, por isso fortemente articulada com a comunidade. Na UFFS, as sujeitas encontraram a possibilidade de fazer um trabalho engajado com a comunidade, onde há forte presença de estudantes de assentamentos, quilombolas e indígenas. A proposta da UFFS,

voltada para a educação popular, vai ao encontro da realidade da região de dialogar com a diversidade cultural que compõe a universidade, como é o caso das/os indígenas e suas linguagens. A universidade se coloca como um espaço de possibilidade de conhecer mais sobre o que se passa com essas mulheres, por meio de debates e pesquisas sobre o tema, como é o caso de Daiane, que se dedica ao estudo das razões do êxodo rural das mulheres como temática de pesquisa. Pesquisas que ajudam as comunidades a entenderem as razões do êxodo das mulheres do campo e a perceberem que entre elas está a falta de perspectivas para as mulheres do campo: a busca de melhores condições de vida. Por outro lado, debates sobre a temática feminista contribuem para empoderar as mulheres e podem motivar sua permanência no campo. Possibilidades de pesquisas que pensem a universidade por dentro, como a de Daiane, são importantes, pois desnudam opressões vividas pelas mulheres em alguns cursos e mostram que o machismo ainda está presente na academia e na vida profissional das estudantes. A formação universitária também se coloca como possibilidade de empoderamento para a conquista de espaços para as mulheres.

Por força de um patriarcado estrutural, as sujeitas vivenciam o machismo como fenômeno forte também na academia e nos espaços profissionais. Ao mesmo tempo, evidenciam que a formação universitária se coloca como possibilidade de empoderamento para as mulheres e que a agroecologia é um debate preponderantemente feminino.

3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA: CAMINHOS PARA A MOBILIZAÇÃO FEMINISTA

Figura 29 – Conceição Paludo



Fonte: BRASIL DE FATO, 2023.

Para caminhar rumo à emancipação, um dos aprendizados propiciados pela luta das camponesas evidencia que não adianta só compreender com a razão (inteligência) que se é dominada, discriminada e explorada, é preciso querer (vontade), apaixonar-se (emoção) e se inserir nos processos de forma efetiva (ação). É preciso, então, reeducar a subjetividade. A razão, a vontade, a emoção e a ação têm que estar integradas, buscar compor um todo coerente, enfrentando as contradições, num movimento de resistência, que forja e realimenta, permanentemente, um novo jeito de pensar, de ser e de agir (PALUDO, 2009, p. 12).

As palavras desta grande mulher, pensadora e militante das lutas sociais populares nos impulsiona ao movimento de consciência que nos conduz à uma subjetividade de rebeldia e emoção, resistência e ação. Ela também dialoga com perspectiva freireana de que

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências (FREIRE, 1996, p. 16-17).

Como seres que se constituem no inacabamento (FREIRE, 1996) e com essa consciência se fazem, ao se afastar do condicionamento, as “gentes” se colocam em resistência e, na determinação de construir outras realidades, Como subjetividades curiosas (FREIRE, 1996) e em movimento, vislumbram fissuras (WALSH, 2019), ou mesmo as provocam. Nesses caminhos, a participação e formação de consciência é processo que exige uma dinâmica de liberdade e autonomia.

Ao dialogar com minhas interlocutoras, reconheço que as mulheres **estão em movimento por direito à justiça, liberdade e vida digna**. Como destaca Zitkotski (2022, p. 113, grifos do original):

a afirmação histórica do ser humano enquanto ser em busca de liberdade e vida digna é o horizonte para construirmos, no atual contexto mundial, uma visão ética e política indispensável ao processo de transformação social e cultural na perspectiva da reinvenção do *paradigma emancipatório* de sociedade.

Essas mulheres sentiram a **necessidade de se mover por elas e por todas**. Um caminho difícil, pois o reconhecimento das demandas das mulheres nem sempre acontecia, até mesmo por dentro do movimento social; as questões das mulheres eram “escamoteadas” (Adriana) nos processos ou consideradas de menor importância. Daí a necessidade de **movimentos específicos de mulheres, para visibilizar suas lutas**, seus sonhos e necessidades.

A formação de consciência social e política permite às mulheres **reconhecerem a articulação perversa entre capitalismo e patriarcado**, promovendo uma sociedade desigual, injusta e racista. Os **caminhos da participação e da luta também permitem reconhecer a necessidade de juntar forças e construir solidariedade**, ainda que sejam caminhos reconhecidamente difíceis. A consciência social das mulheres vai se gestando desde os movimentos de inserção nos espaços comunitários e espaços público-político diversos e florescendo em **uma subjetividade crítica e consciente**, que pode se dar:

Olhar atento à realidade formando consciência coletiva e produzindo solidariedade: um olhar atento sobre a realidade desperta consciência e ação move subjetividades conscientes, provocativas e ativas (Sandra) e a subjetividade política feminista é provocativa na construção de uma **consciência coletiva** (Renata, Solange). A consciência da condição de mulher possibilita **determinados posicionamentos e solidariedades com outras mulheres** (Valdete, Grasielle). Nossas decisões e **vivências revelam opções políticas** (Renata, Solange) e, ao compreender que “Lugar de mulher é onde ela quiser”, **assumimos nosso direito à livre escolha**.

Solange: [...] eu procuro colocar a minha condição feminista, digamos assim, de me reconhecer como uma mulher, como sujeito. Então, eu me coloco fortemente, por exemplo, assim, eu tenho uma presença muito forte no meu entorno familiar. Eu acho que um exemplo bem concreto é a minha relação com a minha neta, entende? A consciência do que eu quero ser como avó dela, que imagem eu quero que ela construa da avó dela, né...Então, a coisa da mulher independente, da mulher que mora sozinha, da mulher que cuida do pai e da mãe, da mulher que tem uma profissão, que é respeitada na sua profissão, mas que também é amorosa, que também curte fazer um chazinho, que também, né, e que tem firmeza nesses aspectos...[...] é onde eu consigo ver, assim, esse movimento feminista acontecendo em mim, assim, sabe, nas minhas ações, mesmo na minha relação com meu entorno mais próximo [...] Eu não admito que eles tenham qualquer atitude, assim, de... digamos, de olhar a mulher como uma coisa que precisa ser colocado em uma redoma, que não pode viver ou decidir pelas próprias emoções.

Sandra: O que eu vi aqui, e aí isso realmente alterou muito a minha visão de mundo, eu me deparei com uma violência silenciosa muito grande. [...] aquilo que começou a me instigar um pouco, as pesquisas e o caminho que eu fiz pelo pós-doutorado, que foi analisar um pouco a violência letal em relação às mulheres. [...] talvez elas nem se deem conta [...] que elas podem fazer uma outra escolha, que elas podem escolher aquilo que elas desejarem fazer.

Renata: [...] nossas vivências, as nossas atitudes diárias, elas são constantes manifestos políticos. A forma como eu me posiciono [...] eu moro numa área urbana e é muito costume fazer capina química. A partir do momento que eu vou lá e converso com meu vizinho, explico pra ele que isso que ele está fazendo é errado, que ele está colocando a saúde da população em risco, que ele está contaminando o meio ambiente, eu estou tendo uma atitude política, mas é uma atitude que é diária, quase espontânea, porque eu tenho esse conhecimento, [...] tem a ver também com escutar uma piada machista e você dizer “não, isso não é engraçado”, “isso não é correto”, isso vem desde o relacionamento pessoal com seu companheiro, num relacionamento de trabalho [...] vai começando a tocar na consciência das pessoas, pra perceber que as atitudes delas não estão corretas; pra que num momento de uma coisa considerada maior, como por exemplo

da escolha de um dirigente político, seja vereador, prefeito, deputado, presidente, você tenha essa noção de que quando um presidente fala que “eu não te estupro porque você não merece”, isso está muito longe de ser aceito por uma representação política, que isso deveria levar à prisão, cassação, e por aí vai.

Grasiele: E como a gente debatia agroecologia dentro de um curso de Agronomia, então as coisas vinham muito juntas, né, de fato a gente não conseguia separar uma coisa da outra, porque era o mesmo projeto de sociedade, que é totalmente oposto ao projeto do agronegócio, então falar de agroecologia e feminino dentro de um curso de Agronomia conservador, machista, já polarizou. Então, todas as nossas falas, nossos posicionamentos eram bem marcados tanto em defesa da agroecologia quanto da nossa posição de feminista.

Valdete: [...] eu sempre me posiciono politicamente em virtude também da minha condição de mulher, e não só da minha condição de mulher, de olhar para as outras mulheres que também não têm esse espaço de fala, esse espaço de diálogo, mesmo olhando para mulheres que exploram outras mulheres.

A partir da fala das sujeitas é possível destacar o papel dos espaços educativos formando consciência crítica. A formação e ação na universidade não é neutra, ela está **vinculada às nossas subjetividades e revela nossas opções políticas** (Renata). Para além de uma boa formação técnica, a afirmação da liberdade e formação da consciência são tarefas da universidade pública (Naira), que podem se dar desde os movimentos internos aos debates com a comunidade, **ecologizando saberes e democratizando decisões**, construindo espaços para debate sobre as temáticas das mulheres, seja na pesquisa, ensino ou extensão (Sandra, Gisele). Nesses movimentos, professoras se constituem como referência (Gisele), assim como estudantes que chegam com experiências em movimentos e organizações sociais.

Sandra: Hoje eu entendo que só a escola sozinha, só a educação, não vai alterar essa realidade, as cidades precisam ser cidades educadoras, e retirar um pouco da ideia da universidade, ou da escola, o papel que hoje elas não conseguiriam fazer sozinhas. Esta foi, acho que talvez, a grande mudança de mentalidade, eu era mais esperançosa com a educação, hoje eu entendo que a educação sozinha não vai dar conta do tamanho da estrutura que nós enfrentamos.

Renata: Dentro da universidade, a gente sabe que as escolhas dos temas não são neutros, a gente tem vinculado com os nossos valores, a metodologia vai ser séria, os procedimentos, etc. e tal, mas quando a gente vai escolher um tema de pesquisa, isso vai estar vinculado com as nossas subjetividades.

Naira: Por que é aquela velha história, tu podes, às vezes, não conseguir resolver os teus problemas, principalmente econômicos, e às vezes não tem acesso, mas pelo menos se você se conscientizar de que papel você está e do que tu pode fazer a partir daí, pelo menos saber, por mais cruel que seja a realidade, ir desvelando, é muitas coisas que são transpassadas de uma forma tão mecânica que, às vezes, a gente naturaliza.

Gisele: [...] fazer com que algumas mulheres se despertem para a vida, para as questões sociais, econômicas, políticas, e isso só vai acontecer quando a gente começar a fazer o debate, conversar, trocar ideias [...] estou tendo o privilégio de orientar uma menina, ela me chamou, “professora, eu gostaria que você me orientasse no meu TCC”, “ah qual é o tema?”, “Mulheres”, “nossa! É o que tu queres falar sobre mulheres?”, “empoderamento”, eu digo “nossa! Vou botar no papel muita coisa que...”, e aí eu comecei a trabalhar com ela alguns conceitos, [...] comecei a fazer uma reflexão com ela, [...] o que trouxe esse empoderamento para ti?” E aí ela respondeu para mim, “a Universidade”, e aí ela complementa dizendo “e principalmente a senhora”. [...] eu bato isso direto aqui dentro com as minhas alunas, “gente, é muito importante que vocês venham para universidade, que vocês tenham esse conhecimento, mas que vocês apliquem também,

*melhorem as condições de vida lá da família [...] Porque a realidade delas é essa, elas são criadas para serem submissas. [...] se dão conta eu acho assim, que o conhecimento, foi o que essa **aluna falou, que o “conhecimento me mostrou, que eu não posso ser submissa ao homem, que eu não tenho que fazer o que ele quer, que eu não tenho que estar lá, apanhando do meu pai para tirar leite da vaca...”***

Outro elemento importante que destaca-se nas falas das sujeitas se refere a **subjetividade política feminista impulsiona as lutas interseccionadas das mulheres em movimentos de emancipação**. O objetivo posto nesses movimentos é de **libertação e emancipação das mulheres e de todes como ação conjunta**, em um processo de luta pela transformação social (Adriana) e na afirmação da formação de **consciências como possibilidade de mudança** (Daiane). Pensar em **vida digna para todas e todos** requer uma **subjetividade que se coloque em movimento em perspectiva solidária** e seja capaz de reconhecer as dominações e opressões e conjugar resistências e formas de luta emancipatórias (Renata), o que requer um **olhar atento e um pensamento crítico** (Francisca) que nos permite compreender que as **lutas estão interligadas** e que o local, regional e global precisamos estar conectados (Renata); um processo que envolve tanto **mulheres quanto homens** (Gisele), para que sejam reconhecidas sem ter que, todo o tempo, “provar” que são capazes:

*Adriana: [...] no sentido da luta por direitos, sempre se **posicionando aí pelo direito da maioria** ou de todos, ou dos trabalhadores, dos mais necessitados, é, tem uma mistura dessa questão, porque normalmente as **riquezas estão concentradas** nas mão de poucos, e aí também para existir uma **libertação completa**, que a gente trabalha que a **missão nossa é o movimento de libertação das mulheres**, mas também de **todos os trabalhadores** e isso tem que **andar junto!** Não pode ser a **transformação social primeiro e depois a das mulheres**, isso tem que **andar junto**.*

*Daiane: [...] muito lenta a **conscientização**, e na **agroecologia** a gente tem tentado também **chamar os homens**. Então, nesse grupo que eu participo a gente tem pensado, assim, de trazer esse debate e não ficar, as visitas assim, ficar só **resumidas a figura do homem**, como, por exemplo, “se eu for eu vou com meu marido, e eu também falo, eu tenho opinião e me insiro da mesma forma”[...] também as **mulheres precisam querer**, isso é necessário também, ela ir **adquirindo consciência** sobre elas mesmas e quererem isso [...] os **homens não vão ir lá fazer por elas**. [...] o principal ali, eu acho que é a **igualdade** [...] agora, **não tem mais nenhuma mulher trabalhando, é só homem**, nessas ONGs[...] porque já deu muito problema com essa entrevistada minha, problema no sentido de que os **agricultores** ligavam e falavam que **a menina tinha que ficar na parte da escrita das atas (?)**”.*

*Renata: [...] o primeiro passo é você **se dar conta dos problemas**, você identificar os problemas, você iniciar esse **processo de conscientização** pra estar identificando o que está acontecendo pra saber onde você **tem que intervir e como**, de várias coisas já foi colocada aqui, como tudo isso **está interligado**, [...] a mulher **não basta ela ter a consciência**, ela precisa também ter essa **independência econômica**. Então, a gente precisa de **estratégias** pra que ela consiga ter essa **autonomia financeira**. Por outro lado, não adianta a gente só pensar na autonomia financeira, se a gente não tem esse **processo formativo de que** ela comece a **se dar conta das opressões** que ela sofre, **questionar e buscar transformar** isso, a gente tem a questão cultural. Por outro lado, também, a gente não está vivendo só numa sociedade patriarcal, a gente está vivendo numa **sociedade patriarcal capitalista**, onde essas coisas se **retroalimentam**. Então, quando eu tenho uma **invasão da***

modernização capitalista do campo eu vou ter efeitos diferenciados pra homens e mulheres e a gente percebe que as mulheres sofrem de forma mais intensa esses processos [...].

Gisele: Tu tem um espaço, tu tens que ocupar esse espaço mas para tu ocupar esse espaço tu tem que te colocar, e infelizmente tu sabe, a gente sabe, que a gente tem que provar do que a gente é capaz, mas eu acredito que vai chegar o momento que a gente não vai precisar mais provar, [...] mas isso só vai acontecer quando as mulheres se unirem a favor delas mesmas, e pararem de ter esse olhar machista, pararem de trabalhar para homens, sendo submissas ao homem, achando que o homem é melhor.

Francisca: É o olhar, o olhar maduro sobre as coisas, o olhar crítico sobre as coisas. É claro que quando você tem 20 anos você tem um olhar, quando tem 30 tem outro, quando tem 40 tem outro, e quando tem 55 obrigação de ter outro!

A **subjetividade política feminista** se dá com a **formação de consciência**, um **processo em movimento** que se constitui desde as experiências iniciais que podem ser vividas em espaços familiares e **se potencializa com a participação nos espaços público-políticos** como movimentos sociais, organizações, sindicatos, escolas e universidades; espaços formadores de consciência coletiva (Renata). A coragem de se colocar nesses espaços e o reconhecimento percebido se coloca como caminho de liberdade e emancipação para as mulheres (Sandra, Grasielle). É desde esse lugar, diverso e dialógico, que é possível **exercitar a solidariedade, empatia e sororidade**; o espaço comum é um laboratório de **ações coletivas para as mudanças sociais estruturais** (Sandra).

A perspectiva de ação percebida desde o movimento e na relação movimento e universidade se aproxima da teoria dialógica da ação de Freire (1987, p. 165), considerando que as sujeitas “se encontram para a transformação do mundo em co-laboração”. É o reconhecimento de si e das outras pessoas como sujeitas, sem uma relação de poder ou dominação, já que “se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação” (FREIRE, 1987, p. 166).

Partindo de uma condição familiar de apoio para ocupar o espaço público, especialmente por parte das mães, inicialmente em espaços próximos e "permitidos" como a PJ, e depois, um movimento de consciência impulsionando à participação em partidos e movimentos sociais. **O que leva as mulheres à luta, ao movimento, à ação é o desejo profundo de mudança da própria vida e de transformação social.** Esse movimento se dá em sentidos diversos, um deles é a **luta contra todas as formas de violência**. Este tópico foi um ponto de destaque nas falas das sujeitas entrevistadas.

A luta contra todas as formas de violência sofridas pelas mulheres tem aparecido como uma das **motivações fortes para a mobilização das mulheres**, ainda que em muitos

casos se apresente tímida, acuada, **expressão dos medos e das culpas** que ainda pairam sobre as mulheres, diante de sucessivas mortes (Sandra). Culpabilizar as vítimas é uma narrativa patriarcal e machista que faz com que elas sofram mortes sucessivas (Sandra). As mulheres organizadas em movimentos, ONGs, sindicatos ou que têm uma consciência, **assumem a luta feminista e se mobilizam** para debater a violência contra as mulheres (Valdete, Ana Carolina). As questões sobre **violência contra as mulheres mobilizam** bastante as mulheres da região, especialmente naquelas onde há um alto índice de violência, articulando UFFS e poder público (Renata):

Sandra: [...] mulheres já se mobilizam, sim, mas há muito medo, há muito medo e essa narrativa que acaba matando a mulher que já morreu, ela tem mortes sucessivas, porque ela é sempre culpada, isso ainda está na voz das mulheres.

Valdete: tem mobilizado as mulheres, bastante, é um pouco a questão da violência contra a mulher [...] inclusive as mulheres rurais.

Renata: Laranjeiras do Sul é uma cidade que tem um alto índice de violência doméstica, de violência contra as mulheres, então a questão da violência é algo que mobiliza bastante. Tanto que temos professoras da UFFS que fazem parte do Conselho Municipal da Mulher.

Ana Carolina: tem muito caso de violência doméstica. [...] nessa época da pandemia, parece que eu nunca tinha visto antes. Isso é outra coisa, tu começa parece que tu vê tudo. Parece que nunca tinha visto só para ter uma ideia, de professores da Universidade, durante a pandemia, duas sofreram violência doméstica com maridos professores e uma chegou a ter traumatismo craniano e está com medida protetiva [...] os casos começam a chegar para mim. [...] isso mobiliza as mulheres. E relatos de alunas. Várias, não é uma, nem duas, nem três, aquilo vai chegando. Parece que não existe.

A **questão agroecológica e a luta pela Reforma Agrária** também tem mobilizado muito as mulheres e foi enfatizado por parte das sujeitas desta pesquisa (Renata, Liria), especialmente as ligadas aos movimentos populares camponeses. **Questões ambientais, agricultura familiar e agroecologia** emergem como temáticas mobilizadoras das mulheres (Grasiele, Naira, Justina, Liria), sinalizando uma preocupação com a **saúde alternativa**, os **processos coletivos** e a **formação** (Naira):

Renata: Mas aqui a gente está numa região de muita luta pela questão da reforma agrária. Tanto que o campus da UFFS está dentro de um assentamento, a gente tem um dos maiores complexos, se não o maior complexo de reforma agrária da América Latina, então essa questão da luta pela terra mobiliza bastante as mulheres [...] Aqui por exemplo, tem toda uma luta na região pela agroecologia, tem algumas coisas já estruturadas de produção dos camponeses da reforma agrária. Então, muitas pessoas acabam comprando diretamente das agricultoras e dos agricultores; “ah, o arroz subiu lá no mercado”, bem o do agricultor, não. Aqui a gente manteve o mesmo preço, por que vai subir? [...] falando das lutas mesmo de mobilizações que acontecem, das mulheres, tem muita essa questão da violência, dessa discussão que é bem forte no município e a questão da reforma agrária. Aqui tem o coletivo de mulheres na região, do MST, que aí fazem essas discussões e aí vai trazer a questão da agroecologia, da violência [...].

Grasiele: [...] a região é muito rural é muito de **pequenas propriedades, de agricultura Familiar**, [...] tem uma **presença muito forte das mulheres da SUTRAF**, que são as mulheres da **agricultura familiar, do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar** [...] a gente fez uma carreata aqui em Erechim, [...] uma data dessa de **luta nacional** em que foram puxados atos nacionais, [...] as companheiras da SUTRAF vieram também com o lema **“Mulheres em luta”**. [...] acaba movimentando muito em torno dessa **pauta da Agricultura Familiar mesmo, a agroecologia também tem sua incidência mas a agricultura familiar engloba muito mais; a agroecologia não atinge todo mundo, mas a Agricultura Familiar atinge**. E agora, como o **Brasil está uma loucura**, assim, então nessas datas de luta, nesses chamados nacionais como foi o 29, como vai ser agora o 19. Então, as mulheres também se colocam nos **temas conjunturais: no momento é a vacina, é comida no prato é fora Bolsonaro**, [...] enquanto MAB é a questão das mulheres atingidas, então tem esse recorte, também, de ser uma **mulher atingida por barragem, num sistema patriarcal, machista, num país onde 16 direitos humanos são sistematicamente violados na construção de grandes obras e as principais afetados são sempre as mulheres** [...].

Naira: [...] vejo que essa questão da **Agroecologia, por conta da saúde e da alimentação**, é um dos temas que é bastante importante, porque **mobiliza** [...] questão da **saúde alternativa**, a questão de debates mais ampliados em **relação aos processos coletivos** mesmo, isso em **algumas formações** que a gente tem atuado, há um interesse das mulheres [...] eu vejo que há uma **sede das mulheres** da região, em termos dos **cursos de formação**, [...] muitas delas também voltando para **estudar**. Nós temos no caso da **Pedagogia** muitas estudantes já com uma idade não regular do Ensino Superior, mulheres de 40, 50 anos **retomando os estudos**, eu acho que isso é uma **grande oportunidade** [...] a **Universidade** [...] traz essa **possibilidade** e as pessoas interessadas em construir, em fazer parte do **processo político** [...] é expressiva a **participação feminina** no nosso Campus, em termos de matrícula. Nós temos, de 1.654 graduandos, pessoas matriculadas na graduação, nós **temos 948 mulheres**. [...] o **curso de Agronomia ainda é hegemonicamente masculino**, [...] temos entre especialização e mestrado atualmente **180 mulheres frequentando**, numa matrícula que não sei se chega a 250, então é um número bem expressivo. Esses que são da **Licenciatura em Educação do Campo** que eu até falava contigo, nós temos **145 alunos** matriculados desses, **86 são mulheres**, e dessas 86, **73 mulheres indígenas**.

Liria: Aqui na região o **movimento mais forte é o MST** (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), nós estamos numa área de maior **conflito agrário** da América Latina então é muito **forte essa organização de acampamentos e assentamentos do MST**, e sem dúvida **as mulheres estão nesses espaços e que bom que elas estão neles**. [...] mas essas datas específicas como o **Dia Internacional da Mulher elas vão para as ruas, nas suas mobilizações a pauta da agroecologia é muito forte e a questão agrária**, o debate da questão agrária, do campesinato, é **central para essas mulheres também**.

Justina: Centralmente neste momento, o grande debate que gira nessa **questão do Movimento de Mulheres Camponesas**, e eu poderia dizer em nosso país, é fortemente essa **questão ambiental e da produção de alimentos saudáveis e diversificados**. [...] A **agroecologia**, sendo que o **movimento de mulheres trabalha algo que a gente não sente tão forte nas outras organizações que é a agroecologia como modo de vida e um projeto de sociedade**. Então uma agroecologia que **discute a produção de alimentos, o pacote do veneno e o não uso do veneno**, mas as mulheres discutem agroecologia como a **construção de novas relações entre os humanos e a natureza, com a terra, com o ambiente**. Para as mulheres a agroecologia vem neste sentido, que é a **construção de um outro projeto de sociedade**, que tenha no centro essa questão do **respeito aos humanos e a natureza como um todo, a biodiversidade**. [...] é muito forte essa questão das **plantas medicinais, das sementes crioulas, das mudas, dos quintais**, dessa questão da industrialização artesanal dos alimentos das plantas medicinais, e por aí. Então é preciso pegar essas grandes bandeiras de luta planetária, em **defesa da nossa casa comum, do planeta Terra, contra o latifúndio, contra os venenos** e tudo mais e traduzir ela nas ações mais concretas, de modo que as mulheres se sintam dentro delas. Os **quintais produtivos** [...] com a pandemia [...] mulheres que participavam do movimento, foram **pôr em prática** [...] plantio, das sementes, das **plantas medicinais**, da industrialização, da solidariedade, **plantar para poder prestar solidariedade** aos que tinham menos do que nós [...].

A centralidade sobre as questões básicas de sobrevivência e contra o desmonte das políticas públicas apresentaram-se como elemento importante para as entrevistadas. A

luta das mulheres se faz forte **por questões básicas de sobrevivência e contra o desmonte das políticas públicas** que impactam diretamente suas vidas. O *impeachment* foi um **golpe machista e misógino**, provocando a mobilização das mulheres em defesa da presidenta Dilma e pela luta por políticas públicas que beneficiam a todas e todos, especialmente as mulheres. As mulheres se ocupam mais com os **cuidados com a vida**, não em uma visão essencialista, mas uma perspectiva histórica, portanto, os efeitos do desmonte das políticas públicas são sentidos mais fortemente pelas mulheres (Valdete). Também a mobilização das mulheres por **diferentes pautas de lutas** como: **trabalho, relações de poder, luta sindical, condições melhores de vida, questões de gênero** são bem marcadas (Solange). Quanto às questões básicas que mobilizam para a organização e luta está o **acesso ao estudo para elas e seus filhos e filhas**, também as questões de mobilidade, que apontam para a necessidade de transporte público, já que a falta de transporte público, por dentro das cidades e em seu entorno, dificulta a vida das mulheres; mobilidade pública como qualidade de vida e possibilidade de ocupação de espaços (Sandra). A luta pela **saúde, educação e moradia** são temáticas que mobilizam as mulheres (Francisca). A luta pelo projeto da *agricultura camponesa e o feminismo popular*, pelo **acesso à terra** e aos direitos sociais, na **defesa do SUS**, a defesa da **vacina** e do **Auxílio Emergencial** para as famílias necessitadas; na resistência aos ataques promovidos pelo governo Bolsonaro e pela remoção desse presidente; no **enfrentamento ao projeto Escola Sem Partido** e na defesa de uma **educação libertadora** que respeite as diversidades (Vanderléia). A **luta por políticas públicas** e um “projeto de vida e sociedade que garanta os direitos à vida e dignidade” (Justina):

Valdete: outra são os desmontes das políticas públicas para o meio rural, que começa, principalmente, a partir de 2016 com o golpe contra a presidenta Dilma; ali já é um golpe, extremamente, que tem uma questão de gênero muito forte [...] foi uma golpe machista, de gênero, sexista. Então, a violência que a presidenta sofreu durante todo o período foi imensa. Isso também mobiliza o apoio à presidenta Dilma, foi uma movimentação muito forte, também, aqui, dos movimento sociais, mas principalmente do Movimento de Mulheres Camponesas; e o desmonte das outras políticas [...] que venham a beneficiar a família como um todo, mas também as mulheres trabalhadoras rurais, [...] quando há destruição da natureza [...] as primeiras a sofrerem são as mulheres, e aí eu não digo que é pela ligação com a natureza, não é nada essa coisa essencialista, mas é porque são as mulheres que estão mais se dedicando, ainda, ao trabalho doméstico, ao trabalho do cuidado dos filhos, ao cuidado das pessoas idosas. [...] É claro que as mulheres sentem muito mais forte o desmonte de políticas públicas. [...] são as mulheres que preparam a alimentação. [...] principalmente as mulheres pobres, então a fome que está assolando o país novamente está atingindo mulheres e crianças, também, e idosos [...] isso impacta muito as mulheres.

Solange: [...] a gente vê uma luta muito grande das mulheres em vários aspectos do ponto de vista, por exemplo, das relações de poder, das relações de trabalho por direito ao trabalho e à segurança das crianças no âmbito da Educação Infantil [...] temos mulheres muito fortes na luta sindical, especialmente na luta dos professores, do Sindicato dos Professores, [...] trazendo para dentro do próprio sindicato, dos movimentos essa discussão de gênero [...] A gente tem também uma presença forte de mulheres em partidos políticos [...]

campo da **esquerda mulheres** muito fortes que trazem muito essa luta, então, de modo geral, a **luta da classe trabalhadora**. Então, do ponto de vista das **relações de trabalho**, do ponto de vista das questões mais específicas, das **questões de gênero** [...] mulheres ocupadas com o **movimento LGBTQIA+** [...] o **Grupo 8M**, que é o grupo 8 de Março, e são mulheres de **diferentes partidos** políticos de esquerda, de **diferentes movimentos** que se juntam aí para organizar o 8 de Março [...] mulheres que estão **na universidade**, que são **professores da Universidade** muito fazendo **força nessas temáticas**, digamos assim, da **educação para todos**, da **saúde pública para todos**, sabe, da **reforma agrária**, enfim, **essas lutas que são amplas** mas também [...] esta discussão sobre as **questões de gênero** [...].

Francisca: [...] **um que é potente, é a questão da Saúde**. A saúde dentro dos movimentos é mais forte, talvez porque tenhamos muitas mulheres ligadas à saúde, e a **Educação vem em segundo lugar**, e daí você vai me dizer “pois é, mas a Educação... E a maioria são mulheres”, talvez as educadoras não tenham esse grande envolvimento com o **movimento social**, com **essas temáticas Feminismo, Religiosidade, Negritude** [...] nós temos muita mulher fortíssima, potente, à frente da **luta por Moradia**. E bom, aí depois vem **emprego e renda**, [...] Quando a gente começou a se organizar, veio o **golpe na Presidenta Dilma**, e junto com ele veio isso que a gente está vivendo hoje, e além de tudo a **pandemia**. Então eu acho que esses espaços, que são de **luta das mulheres**, são um pouco o **reflexo do momento social que a gente está vivendo**. [...] um momento de **bastante dificuldade para nós movimentos de luta**.

Sandra: As mulheres são mobilizadas para que elas **tenham acesso ao estudo, para elas, seus filhos, melhores condições de mobilidade**, porque nós estamos a mais de 500 km da capital, então a questão da mobilidade é uma questão importante [...] as mulheres pleiteiam, **acesso, mobilidade, e melhores condições de vida, acho que ainda está no nível da sobrevivência**.

Justina: Quero destacar que dentro do trabalho de **formação e luta do Movimento de Mulheres Camponesas** foi muito forte essa questão do **direito à educação formal**. Quero deixar registrado porque tudo é fruto, é consequência de **um trabalho coletivo do movimento**. Fizemos pesquisas sobre quanto as mulheres, principalmente das nossas gerações e um pouco menos, foram lesadas desse direito. Havia **ações do movimento de incentivo para as mulheres irem para esses espaços, mesmo que não fosse na idade ideal** [...] O MMC participou do **surgimento de escolas dos movimentos** que passaram a trabalhar com a ideia da **educação no campo e para o campo**. Fizemos as **lutas por políticas públicas também nesse caso da educação, incentivamos as mulheres para o provão (Enceja¹⁰) e o Enem**, tendo as mulheres se incluindo. Um **número bastante expressivo de mulheres foram fazer o ensino fundamental e o ensino médio** através dos Enceja, eu me incluo neste grupo, o Provão foi contribuindo para eliminar matérias. Muitas mulheres tinham um **acúmulo importante na escrita, na leitura, na análise da sociedade, na sua compreensão**. Tem também importância o Enem, no sentido da participação. No meu caso eu quero dizer que vivi esse processo muito pelo **incentivo coletivo do MMC**. [...] consegui o **diploma do ensino médio** e fui realizar o meu sonho de infância que era **ser professora**. Fui ser uma **Educadora Popular, nos movimentos, nas pastorais sociais**. [...] Eu sempre digo que **as mulheres camponesas, agricultoras, elas acabam tendo o direito pela metade** [...] no Enem pontuar uma nota muito boa, tiro 8 ou 9 na redação, me coloco bem [...] estava com 55 anos, só conseguia me colocar para fazer faculdade porque tinha adquirido o **direito da aposentadoria**, com um salário mínimo que me trazia autonomia, também tinha um companheiro. [...] eu era **dirigente na direção nacional do MMC**. [...] fui chamada na federal, para ser estudante na federal. [...] mas qual a condição objetiva que eu tinha de frequentar um curso na Fronteira Sul? Eu precisava pensar na **saúde do meu companheiro, na direção do movimento de mulheres, na continuidade do meu trabalho, a opção que eu tive foi fazer em outra Universidade, à distância, na Unopar**, fiz Pedagogia aos 60 anos [...] consegui meu **diploma de pedagoga, continuei como educadora popular**. [...] Centralmente, elas se mobilizam em torno da **luta por políticas públicas**. No último período veio muito forte essa questão da luta pelo **enfrentamento da fome** que aumenta, o enfrentamento às posições negacionistas, a **luta pela vacina para todos e todas**, para uso de máscara, de álcool gel, mobilizou o debate que centralmente a **vida está acima de tudo** e que a economia a gente precisa organizar com as pessoas com saúde e com vida, e essa **questão da agroecologia**. [...] o direito de ter **um auxílio emergencial**, que no início foi aprovado com toda a luta feita, e que **foi vetado para**

¹⁰ Conhecido por muitas pessoas como “provão”, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) tem como função aferir as competências e habilidades correspondentes ao Ensino Fundamental e Médio na idade indicada pela LDB (BRASIL, 2023).

agricultura familiar e camponesa, então com o veto se construiu um projeto de lei Assis Carvalho, [...] vetado pelo Bolsonaro duas vezes, foram derrubado os vetos e ele segue, ele é lei, mas mais uma vez, o governo não está nem respeitando as leis. Então agora estamos em luta para tentar junto ao Ministério da Economia a implementação desse projeto de lei e que potencializaria também os quintais produtivos e a produção das mulheres. As políticas públicas continuam mobilizando. Veio a questão da reforma trabalhista, a lei de contenção de gastos, que destróçou os direitos da vida camponesa, da vida da agricultura familiar, e nós na ponta nesse momento estamos enfrentando a dificuldade de aposentar e os direitos previdenciários, que enfim já está se sentindo uma dificuldade muito grande, e está se exigindo muita mobilização, muita articulação. Outra questão que é uma luta que move, que aproxima, é o sucateamento do SUS. [...] nesse momento, se retoma luta na defesa do SUS e pelo seu fortalecimento e que vai desde a derrubada desta lei maldita que cortou todo o dinheiro, vamos dizer assim, das políticas públicas e sociais, e desde a solidariedade aqui na ponta de poder contribuir com as pessoas que têm menos condições a buscar os direitos. [...] isso mobiliza as mulheres em torno de questões que eu acho que é importante dizer, questões concretas, mas com uma ligação com o projeto de vida e sociedade que garanta os direitos à vida e dignidade.

Vanderléia: [...] o que mobiliza as mulheres [...] que se organizam [...] é a luta por direitos, é no caso da das camponesas [...] é a luta pelo SUS, a luta pelo Sistema Único de Saúde, pela vacina para todos. Mais relacionada ao Movimento de Mulheres Camponesas é a luta pelo Projeto da Agricultura Camponesa e o Feminismo Popular, que é um eixo estruturante da luta das mulheres. Nesse momento, a defesa do SUS que está sendo sucateado [...] a quebra de patentes das vacinas é uma outra luta estratégica [...] A defesa também do Auxílio Emergencial às famílias para poder garantir o isolamento, alimentação e sustento das famílias de baixa renda, e também o auxílio para situações como a seca e outras questões do meio rural. Aquelas lutas mais estratégicas que sempre teve, do acesso à terra, aos direitos [...] O Fora Bolsonaro é como um grande grupo de movimentos e de mulheres que têm gritado ao longo desses últimos anos, o enfrentamento às fake news e toda essa situação. No caso das mulheres urbanas, está muito presente além dessas questões, o enfrentamento à fome e a miséria e as condições para poder garantir condições de vida e de sobrevivência das famílias. O debate sobre o enfrentamento a violência contra as mulheres, eu acho que isso é uma pauta que une também. Junto com o enfrentamento a violência, a discussão do aborto como um problema de saúde pública, porque isso tem gerado muitas mortes em mulheres [...] o enfrentamento ao Escola Sem Partido e por uma Educação libertadora, plural, que garanta o reconhecimento da diversidade étnico-racial, sexual, que perpassa o debate de gênero com certeza. E também o repensar o projeto de sociedade. Acho que tem as questões micro das lutas das mulheres, do dia a dia, que tem a ver com a sobrevivência, a geração de trabalho e renda das mulheres que vivem na cidade, e também a luta pelos direitos e essa luta maior, por uma outra sociedade, por um projeto que seja de inclusão social, que seja de enfrentamento ao preconceito, ao patriarcado, ao machismo, ao racismo, a todos os preconceitos que tem aos homossexuais [...].

A subjetividade política que se fortalece no diálogo com outras mulheres e com outras lutas apareceu entre as entrevistadas como elemento de destaque. Conforme entrevista, uma subjetividade política feminista se fortalece no movimento e no diálogo com outras mulheres e com outras lutas (Solange). Percebe-se a **ação forte das mulheres dos movimentos provocando rebuliços** no local/regional e adentrando a universidade, fazendo notar a força do MS no processo de formação de consciência (Grasiele) e construção de uma **subjetividade política feminista**, que possibilita **identificar machismos, invisibilidades e exclusões das mulheres**. Também possibilita tomar atitudes, **colocar-se em ação, denunciar, reivindicar** (Valdete). O MMC aparece como movimento forte e de referência na região (Solange):

Solange: [...] eu me fortaleço, inclusive, no movimento, nos movimentos, nas leituras, sempre que posso estou vendo uma entrevista, uma live com alguém que possa fazer crescer em mim essa crença mesmo, essa convicção do sentido da luta feminista. [...] me sinto uma feminista, embora não tenha uma militância no movimento, especificamente...[...] Tem presença muito forte, muito forte... *o MMC [...] é o carro-chefe do movimento feminista aqui, a presença das mulheres camponesas é muito forte!* [...] as mulheres da *Agricultura Familiar*, as mulheres que cultivam *hortas orgânicas*, as mulheres que atuam na agricultura como *profissionais da agricultura*, entende. [...]

Valdete: Então, eu já ouvi de um colega, de esquerda, na universidade, que na universidade um professor homem e uma professora mulher que são casados não podem fazer parte do mesmo colegiado, porque senão a mulher vai concordar com tudo que o marido faz. [...] eu sempre entrei nesses debates, argumentei [...].

Outro elemento central que se apresentou de forma significativa nas falas das sujeitas corresponde a **mobilização e luta pela educação pública**. A organização coletiva de movimentos diversos, inclusive o MMC faz surgir uma universidade emergente na região da Fronteira Sul (Justina, Gisele). As **ações por dentro da universidade**, construídas desde **diálogos com outros grupos e movimentos**, têm despertado interesse pela temática feminista e a necessidade de **debates e ações** em torno do tema; ações e reflexões despertam para mais ações (Gisele, Ana Carolina). As mulheres em movimento entendem que a **função social da universidade é formar consciência**, e na relação com ela se colocam como agentes (Gisele, Justina, Maria Alice):

Justina: [...] minha relação direta com a Universidade Federal da Fronteira Sul, foi desde o processo de debate da construção dela e depois que foi viabilizada, nos cursos de extensão [...] cursos de extensão foram construídos em conjunto com os profissionais da universidade. E foram vários deles.

Gisele: Eu me sinto [...] na obrigação de trazer isso para as mulheres, de trazer as mulheres, abrir o olhar delas, não só da Universidade, mas da sociedade, seja do campo, seja daqui da cidade, seja de qualquer lugar. [...] Acho que a sociedade de Realeza, o campus de Realeza necessita disso [...] Tem coisas que quando a gente faz, a gente perturba o sistema, e aí parece que a gente quer aparecer, parece que a gente quer ocupar o lugar que não é nosso, mas não tem nada a ver.[...] a nossa Universidade nasceu da base, [...] dos movimentos sociais [...] é o movimento que eu acredito[...] nessas entrevistas que eu tenho feito das **Mulheres na Ciência têm despertado**, porque elas falam [...] **“bah, nós nunca pensamos nisso”**. Isso tem surgido muito: **“nós temos que nos unir, que é o que falta”**.

Ana Carolina: [...] Uma agenda do movimento feminista é o Dia da Mulher, [...] considero que o mês de março é o mês de ação política feminista, está na nossa agenda isso. Esse mês das mulheres, de sempre tentar fazer alguma. Esse evento virou o evento Mulheres e já está no terceiro ano, então já é uma agenda. [...] eu decidi fazer pegar para agenda política feminista o Outubro Rosa também, e falar não só de questões relacionadas com o câncer de mama, mas o câncer do útero e os cuidados da mulher, também no geral com relação às questões relacionadas ao movimento feminista. E depois tem em novembro o Dia da Consciência Negra [...] a ideia também é sempre ter uma mobilização de mulheres negras no novembro, do feminismo negro.[...] participar dos movimentos do Leia Mulheres, já que eu sou da literatura. A minha ideia era criar aqui em Realeza mas não foi possível ainda. Eu participo de alguns que me chamam porque nas cidades vizinhas tem. [...] Eu ajudo a mobilizar, divulgar, e participo eventualmente, elas têm encontros mensais, essas mulheres, para ler mulheres, e cada mês é a leitura de um livro escrito por mulheres, elas também pedem indicação, etc. A minha ideia era ter um aqui, mas ainda não rolou. [...] a gente vai fazer juntas, um portfólio do Grupo de Teatro e do Grupo de Estudos Feministas, então é isso que está aqui no documento vai se transformar numa coisa bem bonita, visualmente legal para ser apresentado.

Liria: E como nós temos a universidade aqui, acabamos fazendo uma relação com outras questões também, então eu entro pela aproximação com a educação popular, tem colegas que trabalham mais diretamente que eu a temática da agroecologia, eu sempre faço a relação com educação, mas tem a temática da agroecologia em si, de produção, [...] estamos o tempo inteiro envolvidas em ações da universidade e as mulheres acabam sendo muitas vezes protagonistas nesses espaços.

Maria Alice: [...] nos mobilizamos para o Natal, juntamos um valor para comprarmos cestas para doação para as pessoas que precisam. [...] essas pessoas não estão organizadas, não tem como pensar em empoderamento e outras questões mais. [...] questão do lixo que está sendo muito trabalhada, da separação, da conscientização, das embalagens. Tem muita embalagem que chega na cooperativa das recicladoras, que são basicamente mulheres que trabalham, que chega suja. Não podem aproveitar. Então como melhorar esse trânsito das embalagens desde o consumidor até chegar à cooperativa. Na formação das pessoas, ter Temas Contemporâneos como parte do currículo de todos os cursos é interessante. [...] O desafio deles no semestre que vem é fazer um projeto de ação, então a matéria tem isso, ela conscientiza, provoca, o que vamos fazer de projeto de ação? Vamos falar para quem? Para uma outra turma? Para uma escola? Ela já faz esse movimento de provocação, eu acho bem interessante. Acho que a partir dela inclusive, a gente pode transformar em extensão.

Nesses processos formativos e transformadores ainda se percebem **limites e desafios**: as questões que afetam as mulheres ainda são escamoteadas ou consideradas de menor importância (Adriana); **amarras e padrões sociais** geram sofrimento e violência para mulheres e homens (Renata). Portanto, os caminhos da liberdade e emancipação humana, que passam pela formação de uma subjetividade crítica, constituem-se na dureza de uma realidade colonial-capitalista, nas fissuras desse sistema. A formação de consciência se forja desde as experiências que mudam a visão de mundo, que afirmam a necessidade de **ações individuais e coletivas e diálogo com outras lutas para as mudanças sociais estruturais** (Sandra, Renata):

Adriana: E isso a gente enfrenta muito debate, muita... mesmo nas lutas por direito de melhorar a vida no campo, crédito e tudo mais, da terra, da titularização da terra, das heranças e tudo mais, a questão das mulheres, normalmente, é sempre escamoteada ou vista como algo menor. [...] essa questão da produção de alimentos, dos cuidados e tudo mais é bastante importante [...] agora, na pandemia, a gente percebe ainda melhor que fica isso como sobrecarga para as mulheres.

Renata: [...] a gente vê tantas atitudes irracionais, tantas atitudes atroz que os homens fazem, de perda total de controle, porque lhes é proibido refletir sobre tudo isso que passa dentro deles. [...] são essas estruturas, essas amarras sociais, que vão dando possibilidades e não possibilidades para essas pessoas agirem, e como que isso interfere na vida, quanto de violência no campo a gente não tem? O quanto isso não está vinculado pelo fato deles serem, o homem não pode chorar, homem não pode conversar sobre seus problemas com os amigos, as mulheres conversam sobre seus problemas com as amigas, isso é um processo de terapia. [...] está tudo interligado, eu posso tentar me ilhar aqui no meu sítio e fazer a coisa mais linda e maravilhosa, mas e o aquecimento global? A deriva, do agrotóxico? E a diminuição das águas? Meu vizinho está plantando pinus, eucalipto, está secando aqui as nascentes. Então por isso que essa estratégia, de você entender que no local você tem que fazer sua parte, mas se você não tiver essa luta global, política, de que as outras pessoas, de que você tenha políticas públicas, legislações que coíbam essas ações depredatórias, não vai ter muito efeito, não vai adiantar, porque a gente não é uma ilha.

Sandra: [...] não acredito que pesquisadores ou equipes de pesquisa, apenas de coração aberto, possam fazer isso, envolve muito mais do que uma **intencionalidade individual ou de uma equipe**, envolve **políticas de Estado**, [...] essa **questão estrutural** está em todos os grupos e em todas as tendências políticas.

Os limites à mobilização, também podem ser identificados pelo **isolamento no campo e avanço do agronegócio** (Renata). A **pandemia** tem dificultado (Valdete), mas há sinalização de movimentos virtuais (Solange). Os movimentos do entorno ou **ausência** deles se faz sentir na universidade (Gisele), ações isoladas e em intensidade distinta entres os *campi* (Gisele):

Valdete: a gente **não tem como reunir mulheres rurais virtualmente** para fazer uma mobilização, é muito mais complicado. [...] essa mobilização [...] que com a **pandemia ela deu uma arrefecida**, uma mobilização mais política.

Renata: Tem uma companheira minha que **faz parte do MMC**, ela mora aqui na região e por exemplo, nesse município que ela mora, tem essa questão do isolamento, porque você tem esse **avanço do agronegócio**, que ele pode ser através de grilagem ou não, e por essa questão de que a **vida no campo está se tornando cada vez mais difícil e as pessoas preferem migrar**. No caso dela hoje, **ela está ilhada** ali, então o quanto que isso não prejudica a vida no campo, porque **você não tem mais os laços de sociabilidade**, se você tem essa questão da própria forma camponesa de fazer agricultura, da forma de construção do conhecimento, isso é totalmente quebrado. Porque, com quem você **troca conhecimento**? Com que você **troca semente**? Com que você **troca as experiências** para ir construindo junto **soluções na prática**? Que era a forma que se tinha, que se tem no universo camponês de ir **construindo os conhecimentos e as práticas**, **ela vive numa ilha**, porque o resto é tomado de **grandes proprietários**, e **não tem mais esses laços comunitários**, e isso vai avançando cada vez mais.

Solange: [...] neste período de pandemia, **incontáveis lives de mulheres falando sobre mulheres e falando sobre as lutas sociais** como um todo.

Gisele: [...] **Aqui em Realeza, não tem**. Que eu conheço, não tem. [...] o que é feito é **feito por mim**, [...] eu que **faço movimentos**, só eu que vou e trago essa **problematização para dentro da universidade**, que **leva para os alunos**, principalmente para as meninas que vivem, que saem do campo para a universidade [...] a nossa **Universidade nasceu da base**, [...] **dos movimentos sociais**, mas o que é que se faz em prol disso? O que a gente consegue **dar de retorno para os movimentos sociais**? Então como um todo, de forma isolada, o campus a, b, c e d, faz, mas **o nosso aqui, que defende muito a bandeira dos movimentos sociais, quase não se faz nada**. E quando se faz é muito isolado ou não é divulgado também, também tem isso, **talvez tenha algumas colegas que façam um movimento e não chegou até mim, não tive esse conhecimento**.

Percebe-se que a participação social das mulheres está diretamente ligada à uma subjetividade crítica, consciente e feminista, decorrente dos processos formativos e experiências de lutas coletivas vivenciados em seus percursos. Desde a consciência do inacabamento (FREIRE, 1996), uma subjetividade que impulsiona (ROLNIK, 2019) à organização e ação coletiva em sindicatos e movimentos, bem como em espaços institucionais como escolas e universidades. Nessa perspectiva, as mulheres em movimento e em coletivos se colocam em luta e ação pelas questões de gênero em conjunção com as demais lutas sociais, em uma perspectiva interseccionada (RIBEIRO, 2019), pelas questões

básicas de sobrevivência como educação, saúde e segurança, transporte público. Elas também participam de lutas mais amplas, pela reforma agrária, contra o uso de agrotóxicos, por políticas públicas de acesso e direitos para as mulheres, mas também para todos e todas. Elas se mobilizam por trabalho, por justiça social e política. As ações que decorrem desses movimentos ocorrem por dentro da universidade e fora dela e, muitas delas articulam movimento e universidade. Outras acontecem em diálogo com outras organizações e movimentos. A criação da UFFS é um exemplo forte de luta coletiva que efetivou em uma ação concreta, a implantação de uma universidade pública em uma região até então desassistida.

Portanto, os desafios à mobilização e ação feminista vão no sentido de desconstruir amarras e padrões sociais que marcam a estrutura patriarcal, capitalista e colonial em que vivemos. O que requer um processo articulado de formação de consciência para um olhar atento à realidade, papel importante dos movimentos e organizações sociais e espaços educativos formais como escolas e universidades. Desde a participação e construção de ações articuladas por dentro da universidade e fora dela é possível vislumbrar um processo de mudança de mentes e de realidades.

3.5 SUBJETIVIDADE POLÍTICA FEMINISTA EM MOVIMENTOS DE (TRANS)FORMAÇÃO

Nos primeiros anos do século XXI, vivemos um período de crescimento econômico¹¹ e investimentos em políticas sociais com destaque à educação superior pública com a criação de novas universidades e institutos federais. Um processo que possibilitou maior participação social por conta dos inúmeros Conselhos em diferentes áreas, ampliando assim os caminhos que levam a uma cidadania democrática. Nesse contexto, tendo por base as referências aqui postas e ao dialogar com minhas interlocutoras, afirmo que mesmo tempo em que devemos desacelerar o consumo, criar consciência da necessidade de um consumo

¹¹Segundo Faria de Araujo e Furla Antigo (2016, p. 311) “A economia brasileira, desde 2002, tem evoluído de maneira significativa, o que gerou consequências muito positivas para o mercado de trabalho. Esse período foi marcado não só pelo aumento do crescimento do Produto Interno Bruto, mas também por inflação controlada a baixos níveis (se comparada ao histórico brasileiro), melhora na condição da balança comercial, crescimento do salário mínimo e geração de emprego muito acima do que tinha acontecido nos períodos anteriores, acompanhado de maior formalização da mão de obra. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação das pessoas de dez ou mais anos de idade saiu de 12,9% em março de 2002 e chegou a 4,7% em dezembro de 2011”.

sustentável e formas de vida simples e que preservem o meio ambiente, precisamos reconhecer que suprir as necessidades básicas é questão vital.

Considerando a perspectiva de Brown (2019), acreditamos que, no contexto do capitalismo, a democracia requer apoio total do Estado-nação, um Estado que produza “cidadania democrática”, uma perspectiva acionada pelos movimentos sociais populares e/ou feministas. Democracia tem sentido com justiça social, com equidade, com participação efetiva, com gestão democrática, com liberdade plena, com direitos fundamentais garantidos, com igualdade de gênero. Precisamos nos perguntar até que ponto nós, humanistas, conscientes, politizados, de algum modo também nos colocamos nessa perspectiva de competitividade acadêmica de disputas, de produção. Sabemos que a universidade, em certa medida, ainda se coloca como espaço de reprodução do sistema capitalista e sua lógica de mercantilização, individualização, competitividade e produtivismo, ocupando-se menos do que deveria com as questões sociais, de igualdade e equidade, inclusão, cidadania; práticas que nada contribuem para o fim das opressões, ao contrário, às potencializa. Precisamos refletir sobre as melhores estratégias para afirmar a cultura democrática “desde baixo” (BROWN, 2019), uma perspectiva fortemente presente nas falas das minhas interlocutoras.

Quando se pensa no fim das opressões, é necessário pensá-las também de forma interseccionada, como destaca hooks (2019b) e conectar nossa luta contra as opressões de gênero às lutas contra opressões de raça e classe, como fator determinante para as mudanças estruturais. Para tanto, se faz necessário uma consciência política. Ao fazer esse debate mais amplo, o feminismo pretende conectar vivências de todas as mulheres em qualquer parte do mundo, com seus sofrimentos e lutas. Para dar conta dessas questões, é preciso reflexão e ação, uma práxis (FREIRE, 1979; PALUDO, 2009) potente e transformadora que envolve diálogos entre movimentos sociais e espaços institucionais, em especial as universidades, espaços importantes de formação humana. O caminho para a insurreição é pulsão (ROLNIK, 2019) para o movimento, que se dá na esfera subjetiva, impulso de lançar-se, e na esfera social (macropolítica), desde os encontros e arranjos coletivos que se constituem na luta social. Os processos de participação e (trans)formação de consciência das mulheres em movimento gestam uma subjetividade crítica que leva a essa práxis transformadora. Na relação com a universidade, essa práxis está presente ao construir espaços de gestão para participação dos movimentos sociais, nos projetos de extensão em parceria com os

movimentos sociais, nas produções coletivas. Também na presença da universidade desenvolvendo projetos e ações nas comunidades quilombolas e indígenas, por exemplo. Quando a universidade acolhe os movimentos em um processo formativo de escuta, acionando novas epistemologias e pedagogias.

Considerando os argumentos de Brown (2019) e Fraser (2020), impedir o avanço das forças reacionárias é também fazer frente à razão neoliberal que as empoderam; é afirmar os princípios de uma democracia popular, de uma liberdade de existir com dignidade, de uma sociedade que coloca em seu centro a vida, não apenas a vida humana, mas a vida do planeta em todas as suas formas.

Uma subjetividade política feminista germina desde os movimentos da consciência na dureza de uma realidade marcada pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, e todas as mazelas desse sistema evidenciada no machismo, no racismo, homofobia e misoginia. Nas fissuras desse sistema (WALSH, 2022), brotam sementes que geram vida e provocam movimentos de (re)existência individuais e coletivos. Uma subjetividade que se faz em corpos vivos, sentipensantes, carregados de afetos e amores, que se colocam em reflexão, diálogo e ação. Subjetividades que se colocam em movimentos de resistência e luta, se espraiando e provocando rebuliços em todos os espaços, insurgindo em novas compreensões e posicionamentos, assim como na disposição para a ação, perturbando a ordem patriarcal.

As interlocutoras sinalizam que a experiência de participação na vida comunitária, que em geral se inicia próxima à família, serve de inspiração e motivação para o engajamento em outras lutas, organizações, partidos políticos, movimento estudantil e movimentos sociais populares e/ou feministas, que conjugam pautas e lutas ao buscar um novo projeto de sociedade. Nessa dinâmica, ocorre a construção de uma consciência que nasce da dialética inerente aos movimentos e no processo de autorreflexão.

A universidade se coloca como espaço possível de formação contribuindo com debate teóricos e ações articuladas às lutas sociais. A militância social, de algum modo, reverbera na academia, onde o debate teórico e conceitual passa a contribuir como força motora na luta e mobilização social. É na diversidade desses movimentos e processos formativos que se constitui uma subjetividade política feminista potente. A luta feminista se coloca para as sujeitas como opção de vida; pensar o feminismo com e desde as mulheres em seus diferentes espaços, como afirmação da liberdade de escolher os próprios caminhos.

É possível perceber que os movimentos da consciência que se dão desde a Fronteira

Sul, produzem dinâmicas de transformação, na medida em que fazem provocações e produzem ações. As mulheres que trago aqui se constituíram sujeitas políticas desde suas experiências potentes de vida comunitária e/ou universitária. Nesses cenários se colocaram em movimento, participando do movimento social, dos sindicatos e organizações diversas, dos conselhos comunitários e universitários. Com essa consciência se colocam em ação pelas questões básicas de sobrevivência, assim como pela luta contra todas as formas de violência sofridas pelas mulheres, mas não só. Elas também se colocam em lutas mais amplas; pela reforma agrária, por políticas públicas que tragam melhores condições de vida e garanta direitos às mulheres e a todos e todes, contra o uso de agrotóxicos; por trabalho, justiça social e pela democracia.

Os desafios postos às mulheres e suas lutas vão no sentido de que as questões que afetam as mulheres são muitas vezes invisibilizadas. As amarras e padrões sociais ainda produzem sofrimentos e violências. O isolamento se coloca como limite à organização e ação, assim como a ausência de movimento no entorno se faz sentir na universidade. Daí a necessidade de uma consciência social e política, que constitua subjetividades potentes e dispostas à ação para transformação. Essa possibilidade se dá desde as experiências de participação social, nos diálogos e conexões com outras mulheres e grupos. Esses movimentos requerem também possibilidades concretas, condições de vida digna e espaços de participação e mobilização.

Desde os diálogos com minhas interlocutoras e minhas referências, afirmo que a luta social exige força e determinação, pois se faz em espaços de exposição e disputas, por isso a necessária força do coletivo. A participação social é húmus que nutre e faz crescer essa subjetividade rebelde, pulsante e ativa, porque consciente de seu papel enquanto sujeita social e política que, articulada ao coletivo nas lutas, promove transformação na realidade. É quando a participação se transforma em ação mais potente, porque articulada ao coletivo e a outros coletivos e, no cotidiano da vida da comunidade, da universidade, da escola, da fábrica, das ruas, promove ações potentes. Assim como Arendt (2013), creio na capacidade humana de sempre produzir o novo, mais humano, justo, solidário, enfim mais belo, uma esperança que teima em se reinventar sempre.

4 CUIDANDO O BROTO: AS LUTAS FEMINISTAS CONTRA O “MONSTRO DAS TRÊS CABEÇAS”

Figura 30 – Brotando lutas



Fonte: MMC, 2023.

*Tempo que nos provoca e desafia,
de paciência, cuidados e afetos;
tudo precisa estar bem,
abrir caminhos para que um broto astuto
se multiplique em flores,
a embelezar os campos
anunciando as frutas que virão.*

Arada a terra, é preciso adubá-la com elementos orgânicos que garantam uma colheita saudável; lançar as sementes que guardam a essência de bons frutos, aquelas que nascem das boas matrizes e trocas fecundas. Feito isso invocar a paciência e o cuidado, as místicas que compõem nosso universo metafísico, em uma espera aflita para que a germinação ocorra e o broto forte se multiplique em flores. Essa plantação dá vida à história das lutas das mulheres por reconhecimento e igualdade de direitos.

Destaco aqui um necessário feminismo potente, diverso, interseccional que necessariamente seja anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, que represente as mulheres em suas diferentes lutas; que seja também ecofeminista e antirracista e se coloque

na luta nos diferentes espaços. Para tanto é preciso reconhecer a importância de uma subjetividade que desperte consciência social e política para a construção de novas e potentes relações sociais, que transformem as relações de poder tanto nos espaços privados quanto nos espaços públicos. O movimento de mulheres/feminista e a universidade pública se colocam como espaços de potencialização da subjetividade política necessária para impulsionar as transformações sociais que buscamos na perspectiva de uma sociedade mais humana, justa, solidária, democrática e do Bem Viver.

Busco neste capítulo apresentar uma breve contextualização acerca do patriarcado desde suas origens e características, assim como os efeitos nefastos do colonialismo. Neste contexto evidenciar a importância e o papel do feminismo e das lutas das mulheres nas transformações sociais ao longo da história, especialmente para a vida das mulheres, no combate às violências diversas, na luta por direitos e na afirmação de autonomia, assim como suas contribuições para o enfrentamento e desconstrução do "monstro das três cabeças (capitalismo, colonialismo e patriarcado). Por fim, apresento as resistências e construções das mulheres na Fronteira Sul, destacando o feminismo comunitário e o feminismo camponês popular. Dialogando com minhas interlocutoras, busco trazer reflexões acerca do trabalho e suas interfaces, as violências diversas sofridas pelas mulheres, assim como as lutas das mulheres e seus movimentos como resistência e busca de reconhecimento em múltiplos sentidos.

Nessa perspectiva, destaco minha aproximação com o feminismo comunitário e com o feminismo popular camponês, que se colocam nessa lógica mobilizadora de ação para transformação. Nesse percurso, inspirada na fala de Francesca Gargallo (2012) também me deparei com a necessidade de decidir com quem estabelecer um diálogo mais profundo. Após leituras iniciais diversas, ainda que sempre identificadas com uma concepção anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, decidi dialogar especialmente e mais profundamente com mulheres feministas comunitárias latino-americanas, especialmente da Bolívia (Julieta Paredes e Adriana Gúzman) e da Guatemala (Lorena Cabnal). Mais que lê-las passei a ouvi-las. Conhecer seus diálogos intensos e presença marcante. Também dialogo com as mulheres do feminismo popular camponês, muitas delas minhas interlocutoras e também referências como Justina Cima, Adriana Mezadri, Vanderléia Pulga, Valdete Boni, Conceição Paludo, Catiane Cinelli.

4.1 MULHERES: DA DOMINAÇÃO PATRIARCAL ÀS RESISTÊNCIAS INTERSECCIONADAS

Figura 31 – Marielle Franco



Fonte: PITASSE, 2018.

*O que é ser mulher?
O que cada uma de nós já deixou de fazer
ou fez com algum nível de dificuldade
pela identidade de gênero,
pelo fato de ser mulher?
A pergunta não é retórica,
ela é objetiva,
é para refletirmos no dia a dia,
no passo a passo de todas as mulheres,
no conjunto da maioria da população,
como se costuma falar,
que infelizmente é sub-representada.*

Marielle Franco (2018)

As palavras de Marielle Franco, ao falar pela primeira vez como vereadora no plenário da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, em 2017, em homenagem ao Dia da Mulher, mostram a força e a potência desta mulher, assim como a importância de suas pautas de lutas. Um discurso potente na defesa da democracia; dos direitos das mulheres e que busca garantir seu lugar de fala como mulher. Por sua luta e por seu posicionamento político ela foi brutalmente assassinada, mas segue viva, assim como sua memória. Mais uma mulher cai, por sua luta; por direitos, por igualdade, por reconhecimento.

Nesse contexto, eu me relaciono com o que Tiburi (2018, p. 53) afirma sobre a palavra “luta”:

O termo ‘luta’ nos diz de um bom afeto, de algo que nos anima, inspira e instiga. Luta é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo o termo luta está no mundo da vida.

A luta por uma sociedade mais humana, justa, solidária, de relações democráticas e que transpire liberdade é o que me anima e instiga desde a adolescência, à docência e às diferentes organizações que participei. As lutas em suas diferentes formas: sindicatos,

partidos, movimentos e coletivos, assim como as lutas cotidianas são a materialização da ação política e parte da poética da vida. A luta das mulheres/feminista está neste universo, uma luta histórica, mas ainda muito necessária.

Nessa perspectiva se faz necessário o reconhecimento dessas organizações e movimentos de mulheres/feministas e suas lutas enquanto ação política importante para as transformações sociais. O reconhecimento, segundo Fraser (2012), é uma forma de reparação às injustiças “culturais e simbólicas” sofridas por grupos invisibilizados e/ou discriminados como mulheres, negros, indígenas. A solução, destaca a autora, está na mudança de pensamento, mudanças culturais que valorizem “identidades desprezadas” e que se proponham ao “reconhecimento e valorização da diversidade cultural ou, mais globalmente, alteração geral dos modelos sociais de representação, o que modificaria a percepção que cada um tem de si mesmo e do grupo ao qual pertence” (FRASER, 2012, p. 2). O sentido do reconhecimento está em desconstruir a invisibilização, desprezo e sofrimentos a que foram submetidos grupos sociais ao longo da história: mulheres, indígenas, negros, imigrantes, pessoas em situação de refúgio e tantos outros, buscando construir outros olhares, perspectivas e liberdade de ser e estar no mundo.

Figura 32 – Mafalda “Sim à vida!”



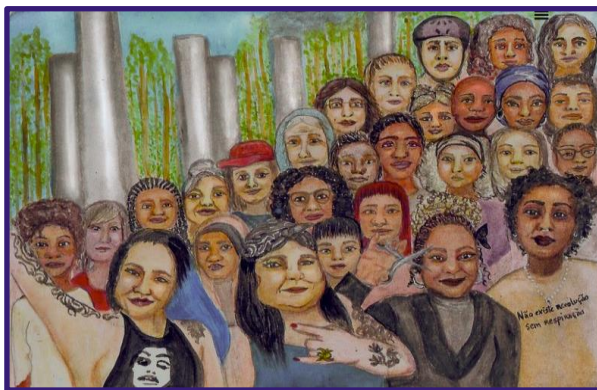
Fonte: QUINO, 2016.

Como historiadora, não aceito o pouco caso e omissão em relação à história das mulheres, que apenas começam a ser revistos nos currículos da educação superior. Um

estudo enviesado da história reforça o sistema patriarcal. A urgência em desafiar a institucionalidade a uma formação feminista, que reconheça os movimentos das mulheres e suas lutas, é perceptível quando se compreende a importância do conhecimento da história das mulheres em processos de consciência e luta. Guajajara (FEMINISMO..., 2021) afirma um reconhecimento necessário, que nos possibilite não mais naturalizar violências sob pretexto da cultura, reconhecendo a autonomia dos povos e estabelecer as diferenças entre a tradição patriarcal e a cultura de um povo.

Historicamente, as mulheres são colocadas em lugar de subalternidade, como o “Outro” (BEAUVOIR, 2016) ou o “Outro do Outro”, uma referência construída por Cunha (2017), para caracterizar o horror da colonização na perspectiva das mulheres. Salvo algumas exceções em que as mulheres se destacaram e tiveram voz de comando, a história política foi privilégio dos homens. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, v. II, p. 11). Essa é uma das falas mais ditas e escritas nas últimas décadas quando se trata de feminismo. Ela foi escrita por Simone de Beauvoir, e revela algo que rompe com paradigmas até então arraigados, afirmando que o sexo não define o gênero, portanto uma revolução nos processos das relações sociais e de compreensão do feminino enquanto gênero. Para Gargallo Celentani (2014, p. 10), “ser el otro equivale a ser una minoría, no numérica sino ideológica. Ser alguien minorizado, disminuido, definido. Alguien borroso, siempre igual a sí mismo, desprovisto de presente porque excluido de la historia activa y reconocible”.

Figura 33 – Mulheres diversas/feminismo plural



Fonte: COSTA, K., 2023.

O alargamento dessa perspectiva de pensar a mulher como o “outro”, Francesca

Gargallo Celentani (2014, p. 10) destaca que “alguien que tiene uma identidade negada a partir de que se le negan la lengua, la historia, los intereses construídos, las diferencias esencializadas”, consideranda o “outro”, por isso limitada, dependente, incapaz. É esse “outro”, “outra” e “outré” que me interessa, como destaca Gargallo, porque é esse feminismo que faz sentido para mim, interseccionado nas lutas. O patriarcado tem se encarregado de produzir e normalizar a existência do “outro”, para garantir a perfeita ordem androcêntrica, machista e misógina.

O patriarcado tem suas origens nos primórdios da civilização, quando o masculino marca sua posição de superioridade sobre o feminino. Identificada como responsável pelos trabalhos domésticos, o cuidado com a casa, a maternidade e a família, a mulher foi privada e silenciada da vida pública e mais ainda da vida política, subsumida e deslegitimada em seu pensar e seu fazer. A justificativa para a não participação da mulher nestes espaços se construiu com base na formação biológica, na pouca força física e na vocação para a maternidade, conforme Beauvoir (2016), as mulheres, voltadas aos trabalhos domésticos, conciliáveis com a maternidade, apenas reproduzem o trabalho cotidiano, sem produzir nada novo. Enquanto as mulheres se ocupavam da vida privada e sem produzir “nada de novo”, o homem, liberado dos afazeres domésticos, “não trabalhou somente para conservar o mundo dado: dilatou-lhe as fronteiras, lançou bases de um novo futuro” (BEAUVOIR, 2016, v. I, p. 98).

A tática para manter a dominação sobre as mulheres assim como aos povos colonizados era a prática do terror, sufocando sua resistência com práticas de extermínio. Na Europa pré-capitalista, “foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social” (FEDERICI, 2017, p. 203), ao destruir o universo de práticas femininas que se assentavam em relações coletivas e davam às mulheres um lugar de destaque e poder, pois podiam construir alianças “em virtude de sua experiência comum e de seus interesses em compartilhar conhecimentos e práticas tradicionais que estavam ao seu alcance para controlar sua reprodução e combater a discriminação sexual” (FEDERICI, 2017, p. 219).

Uma das formas do patriarcado subjugar as mulheres foi acusando-as de bruxaria. As bruxas, segundo Federici (2017), foram construídas no estereótipo cristão patriarcal como símbolos do mal, da imperfeição, da feiura e do incômodo social. No entanto, esses estereótipos serviram ao capitalismo, pois, na verdade, encobriam as mulheres fortes,

guerreiras, que praticavam a cura com ervas e lutavam por suas terras, resistindo ao cerceamento dos campos no período de transição do feudalismo para o capitalismo, do século XV ao século XVIII. Esse contexto de transição exacerba os processos de exclusão das mulheres, que já viviam, de algum modo, sob o jugo patriarcal, reduzindo seu acesso à propriedade, seu direito à herança e forçando-as a migrar para as cidades, constituindo lá uma massa de pobreza e eram muito mal pagas. Por outro lado, permitia a elas uma autonomia social e maior liberdade em relação à tutela masculina e, aos poucos foram ocupando trabalhos como ferreiras, marceneiras, atividades que, mais tarde, seriam consideradas essencialmente masculinas (FEDERICI, 2017), tornando-se de certo modo um incômodo. Por isso, eliminar as “bruxas” foi uma tarefa imprescindível para a construção de uma sociedade desigual e machista que se perpetua até hoje.

Milhares de mulheres foram queimadas nas fogueiras da inquisição; uma tentativa de controle absoluto sobre os corpos das mulheres que se fortaleceu e tomou matizes diversas, fazendo com que no século XXI a figura da mulher “recatada e do lar” seja símbolo da perfeição e ainda seja vista como o exemplo a ser seguido. Compreender esses processos é fundamental para o entendimento da história de luta das mulheres e o surgimento dos movimentos feministas. De algum modo a caça às bruxas ainda perdura até hoje, de forma subliminar ou abertamente, como ocorre em algumas regiões.

O processo de colonização levou essa estrutura patriarcal capitalista nascente para outras regiões do mundo, como a América e África, exacerbando um patriarcado originário de baixa intensidade (SEGATO, 2012) já existente. Em muitos casos a colonialidade limitou as liberdades das mulheres indígenas tornando-as “propriedades dos homens” impossibilitando as separações e obrigando as mulheres a seguirem seus maridos, garantindo, assim, também a reprodução de mão-de-obra necessária ao trabalho. A construção de uma supremacia masculina se torna fundamental para a consolidação da propriedade privada, em integração à economia capitalista em desenvolvimento. Esse processo não se deu sem resistências, já que o intercâmbio entre mulheres é evidente; trocas e solidariedade são marca na história da resistência feminina. Federici (2017) destaca que nas colônias sul-americanas as conexões das mulheres em torno do espaço comum eram evidentes, onde as mulheres africanas, *mestizas*, assim como as europeias de baixa renda que foram degradadas, compartilhavam sofrimentos que as tornavam “vulneráveis ao abuso masculino” (FEDERICI, 2017, p. 218).

O patriarcado é a afirmação de uma relação de poder e dominação de um ser humano sobre outro, um poder atribuído historicamente aos homens sobre as mulheres, mas que, como consequência, torna lícita as relações de poder diversas como: pais e mães sobre filhos e filhas, por exemplo, normalizando hierarquias e relações de poder diversas na família, no trabalho, nos relacionamentos, nos espaços públicos. As feministas comunitárias compreendem o patriarcado como fonte de todas as opressões, pois é sobre as mulheres que se experimenta primeiro as relações de poder e se normaliza em outras formas de relação (PAREDES; GUZMÁN, 2014).

Nessa mesma perspectiva, Heleieth Saffioti (2015) define o patriarcado como uma relação civil (e não privada) que permite aos homens direitos sexuais sobre as mulheres, também por caracterizar uma dominação hierárquica que perpassa diversos espaços e relações sociais, que tem uma base material e se mantém como estrutura de poder com base na ideologia e na violência.

A consolidação do patriarcado, enquanto sistema de dominação, deu-se ao longo de séculos, tendo iniciado por volta de 3100 a.C., afirma Saffioti (2015), quando começa a divisão sexual do trabalho nas comunidades primitivas, e as mulheres passam a se ocupar das tarefas domésticas e de cuidados com as crianças, tarefa que poderiam realizar com os filhos à tiracolo, já que amamentavam, enquanto os homens se dedicam à caça, considerando que as mulheres com seus bebês poderiam espantar a caça, caso o bebê chorasse. Por conta dessa divisão sexual do trabalho, destaca a autora, os homens passam a dispor de um tempo de “sombra e água fresca” para desenvolver sua criatividade e habilidades, já que a caça não demandava tanto tempo, construindo um sistema simbólico de dominação, que por força da resistência das mulheres foi implementado muito lentamente. Os homens também passam a se ocupar das guerras, uma forma de exercício patriarcal de um povo sobre outro.

A transição das sociedades comunais coletoras para a sociedades desigual e hierárquica que vivemos hoje se dá segundo Saffioti (2015) pela produção de excedentes, e pela descoberta da participação dos homens na geração da vida. O sistema patriarcal foi se fortalecendo ao longo do tempo, especialmente com o advento do capitalismo, que reafirmou a divisão sexual do trabalho como estruturante dessa sociedade, estabelecendo um lugar específico para a mulher, sob o domínio masculino. O casamento monogâmico, como instituição social, muito serviu para afirmar o sistema e garantir o poder dominador dos homens sobre as mulheres, como suas servas, inclusive sexuais. O patriarcado, tem gerado

índices altíssimos de violência contra as mulheres ao longo da história.

A desigualdade entre os gêneros não é natural, foi construída ao longo do tempo e sustentada por estruturas de poder, que podem em certa medida se colocar na relação do mesmo gênero (SAFFIOTI, 2015). É disso que se trata o patriarcado, de estruturas de poder de um gênero sobre outro, especialmente, mas também de grupos sobre outros, ainda que conforme afirmam Paredes e Guzmán (2014) é sobre as mulheres que se aprende a exercer e se naturalizam as relações de dominação. É o que Saffioti (2015, p. 78) denomina de "síndrome do pequeno poder", muito percebidas nas relações familiares, onde, por vezes, são produzidas relações de competição, dominação e violências de toda ordem: física, psicológica, emocional.

Segundo Lerner (2015, p. 262) “a escravidão de mulheres, combinando tanto racismo quanto machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes”. A força da “ordem patriarcal de gênero” é evidente, uma estrutura que, para além do espaço doméstico familiar, atravessa todo o tecido social, embrenhando-se nas instituições e grupos, marcando/impondo um ordenamento sexista e machista (SAFFIOTI, 2015), percebido desde os espaços domésticos aos institucionais. O patriarcado se coloca como “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres”, buscando garantir “uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e a reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2015, p. 111), sustentada por uma economia doméstica. Para Saffioti (2015), as categorias homens e mulheres foram construídas historicamente de modo desigual, ou seja, não apenas como categorias distintas, mas construídas no sentido de desigualdade.

As estruturas, capitalista e patriarcal, se fortalecem nos processos de colonização promovidos na modernidade. A colonialidade reforçou hierarquias já existentes e produziu novos processos de opressão, submissão e invisibilidades, onde as mulheres foram as principais vítimas. Nessa perspectiva, Segato (2012, p. 116) propõe um debate de gênero no sentido de “conferir-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna”. Nesse sentido, a autora apresenta os limites do feminismo eurocêntrico, quando este sugere o universalismo da dominação patriarcal de gênero “sem maiores diferenças, justificando, sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos

continentes colonizados os avanços da modernidade no campo dos direitos” (SEGATO, 2012, p. 116). Um posicionamento que excluiu do debate e das ações mulheres que não se identificavam com essa perspectiva feminista, mulheres não brancas e pobres. Concordo com a autora quando afirma que essa posição do pensamento feminista eurocêntrico é “a-histórica e anti-histórica”, pois desconsidera outras realidades vividas pelas mulheres, em outros espaços e tempos. Segato (2012) destaca ainda uma posição que se aproxima das feministas comunitárias e com a qual me identifico no debate acerca do pensamento feminista, pois

identifica nas sociedades indígenas e afro-americanas uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um patriarcado de baixa intensidade, e não considera nem eficaz nem oportuna a liderança do feminismo eurocêntrico. Neste grupo podemos mencionar a já mencionada Julieta Paredes, com seu “feminismo comunitário” [...] (SEGATO, 2012, p. 116-117).

Por isso, quando falamos da perversidade do patriarcado, precisamos afirmar sua intensificação desde os processos de colonização. Precisamos também afirmar o tanto de sofrimentos que a junção patriarcado/colonialidade produziu sobre corpos das mulheres colonizadas. Um processo “violentogênico”, como afirma Segato (2012) em que também homens são sujeitos às violências de uma “hiperinflação” da masculinidade na aldeia e, ao mesmo tempo, uma “emasculação” frente aos brancos. Portanto, uma masculinidade sujeitada ao colonizador.

As consequências desses processos colonizadores da modernidade recaíram com um peso maior e implacável sobre as mulheres, que passaram sofrer duplamente, como também afirma Gargallo Celentani (2013) desde a subalternização ou patriarcado originário de baixa intensidade até sua maximização provocada pelas práticas coloniais/modernas e seu *modus operandi* que culmina em violências diversas e o feminicídio como forma de extermínio das mulheres (SEGATO, 2012). A impunidade diante dessas violências, destaca a autora, está na desconsideração do espaço doméstico como espaço de interesse público, ou seja, na sua privatização. Desse modo, as estruturas que compõem a modernidade e sua universalidade de onde sobressaem “o Estado, a política, os direitos e a ciência, tanto a esfera doméstica como a mulher que a habita transformam-se em meros restos, na margem dos assuntos considerados de relevância universal e perspectiva neutra” (SEGATO, 2012, p. 121).

Dentro dessa estrutura binária e hierárquica característica da sociedade ocidental/moderna, destaca Segato (2012), a plenitude ontológica só será alcançada dentro da equiparação a uma referência universal. Nessa perspectiva, “o ‘outro indígena’, o ‘outro não branco’, a mulher [...] não se adaptam com precisão a este ambiente neutro, asséptico, do equivalente universal” (SEGATO, 2012, p. 122). Portanto, no ambiente da colonial/modernidade o único sujeito capaz de habitar com naturalidade o espaço político “é homem, é branco, é *pater familia* e – portanto, é funcionalmente heterossexual –, é proprietário, e é letrado” (SEGATO, 2012, p. 123)

4.1.1 Feminismo: a luta que faz tremer o patriarcado

Figura 34 – “Onde você está que não me vê?”



Fonte: ONU..., 2020 *apud* GARCIA, 2020.

*Se lhe negaram a palavra,
violaram o corpo,
desconsideraram o pensamento,
se lhe atribuíram um “não ser”
e uma vida à sombra do homem,
como não poderia a mulher
buscar romper essas amarras?*

Ainda que as mulheres, ao longo da história, tenham resistido à dominação e, de algum modo, rebelaram-se contra o patriarcado, a luta feminista ganha força e reconhecimento no final do século XIX, quando as mulheres passam a se organizar na luta por direitos e equidade de gênero, considerando que “nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (SAFFIOTI, 2015, p. 75). Elas desbravam um caminho espinhoso e tempestuoso rumo à libertação das amarras, um caminho de organização e luta.

Estudar o feminismo e as lutas e movimentos das mulheres e visibilizá-los é tarefa constante enquanto existir machismo, feminicídio, violências e subordinação das mulheres, características do patriarcado. Destaco aqui, algumas definições acerca do feminismo e seus objetivos, em especial de mulheres feministas, autoras referências nesta pesquisa.

Djamila Ribeiro (2015, p. 14) define como objetivo do feminismo “uma sociedade sem hierarquia de gênero: o gênero não sendo utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão”. Ela ainda destaca a existência de múltiplos enfoques feministas, pois “há diversidade quanto às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas” (RIBEIRO, 2015, p. 14). Talíria Petrone, ao prefaciar a edição brasileira do livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, destaca que:

o feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (PETRONE, 2019, p. 12).

Para bell hooks (2019a, p. 13), “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Ela nos desafia a pensar um mundo sem dominação, onde a relação de reciprocidade caracterize as relações homem/mulher, “um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo” (HOOKS, 2019a, p. 15). Para isso é preciso movimentos diversos, diálogos e lutas interseccionadas. Precisamos ser “capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todos e todas “iguais na criação” (HOOKS, 2019a, p. 15).

Tiburi (2018, p. 12) vai no mesmo sentido ao definir o feminismo como “o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado”. Tais formulações acerca do feminismo nos permitem compreendê-lo como uma luta para além da equidade de gênero, uma luta política para a transformação social. Para Dora Barrancos (2020, p. 20),

El feminismo es una corriente de pensamiento y de acción política cuyo objetivo central se sintetiza en la conquista de la igualdad de derechos para las mujeres y en consecuencia su propósito es extinguir toda y cualquier tutela masculina subordinante. [...] es conveniente referirnos en plural a “los feminismos” para dar a conocer las agencias que han contendido para hacer posibles cambios de la condición subalterna forjada por el sistema patriarcal.

Como destaca Ana Alice Costa (2005), o feminismo, como movimento social, constitui-se na modernidade a partir das ideias iluministas e das mudanças na sociedade capitalista. A luta “mobilizou mulheres de muitos países, inicialmente da Europa e Estados

Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista” (COSTA, A., 2005, p. 10).

O feminismo no mundo ocidental pode ser classificado em quatro grandes momentos históricos, que representam alguma distinção nas lutas; são as chamadas ondas do feminismo. Gohn (2007, p. 46) apresenta as três ondas iniciais da seguinte maneira:

A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade estendeu-se das leis aos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc.

A terceira onda, segundo Gohn (2007) começa em 1990 com a crítica aos meios de comunicação pela imagem construída da mulher. Também a afirmação da liberdade sexual pelas mulheres, sustentando as transformações que se seguem.

Para além dessas três ondas, Jacilene Maria Silva (2019) destaca ainda uma quarta e recente onda que possibilita uma nova forma de organização e luta das mulheres conectadas em redes. Para a autora, os avanços tecnológicos e as conexões em rede propiciadas pela internet possibilitaram uma nova forma de organização das lutas feministas com a utilização das redes sociais. O feminismo da quarta onda, caracteriza o novo século, uma nova geração de mulheres que se conectam a lutas de diferentes formas. Acerca da quarta onda, Hollanda (2018, p. 237) destaca que é possível que as acadêmicas que se identificam com ela “tomem para si a tarefa de assumir um merecido protagonismo acadêmico e contrapor novas e necessárias epistemologias e formas de expressão e produção de conhecimento”.

Os movimentos, organizações e as mais diversas lutas das mulheres trouxeram a público opressões, discriminações, preconceitos que até então se escondiam nos espaços privados. Visibilizaram os sofrimentos de muitas mulheres que eram obrigadas a viverem vidas não escolhidas por elas, a viverem relacionamentos abusivos, a sofriam todo tipo de violência física e psicológica. Para Costa (2005, p. 10-11),

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao

utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal.

Ao tornar públicas questões privadas, o feminismo denuncia a violência e opressão sofridas no espaço doméstico e, ao mesmo tempo, anuncia uma nova realidade possível para as mulheres seja no espaço público, espaço da liberdade e da ação política (ARENDR, 2013), seja no espaço doméstico, mais democratizado e livre.

Figura 35 – Bertha Lutz



Fonte: CÂMARA..., 2023.

O feminismo no Brasil, segundo Saffioti (2013), teve início com Bertha Lutz que, por volta de 1918, após contato com o feminismo na Inglaterra, retorna ao Brasil e movimenta as bases para os debates feministas no país. Bertha Lutz assume, em 1919, a liderança do movimento feminista no Brasil e, juntamente com Olga de Paiva Meira, representa o país no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, passando a propagar as ideias feministas em diversos espaços como a imprensa e a tribuna. Lutz fundou a “primeira sociedade feminista brasileira” após contato com a feminista Carrie Chapman Catt, ao participar de uma conferência nos EUA. Esse contato motivou a implantação em 1922 da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que surge a partir da sociedade fundada antes (SAFFIOTI, 2013).

Saffioti (2013) fazia a crítica ao feminismo brasileiro que, ao inspirar-se nos Estados Unidos e Europa não se ocupou em provocar rupturas no modelo capitalista. Ao

contrário, buscou ajustar a mulher dentro deste sistema, ou seja, “as feministas brasileiras não parecem ter se detido nem na análise da realidade econômico-social nacional, nem em um exame aprofundado da ordem social capitalista” (SAFFIOTI, 2013, p. 372).

Essas críticas seguem presentes, e têm sido incorporadas em diferentes âmbitos da ação feminista nacional. A luta feminista no Brasil se fortalece nas últimas décadas do século XX trazendo ao debate questões diversas, como raça, classe e uma multiplicidade de especificidades que caracterizam o feminismo interseccional. Assim, a luta das mulheres segue viva, reconhecendo-se em seus limites e se reinventando. Ela precisa se fortalecer cada vez mais, especialmente em tempos de retrocessos conservadores e reacionários, já que “el feminismo sigue siendo un barco a contracorriente que es difícil de remar y es eso lo mejor que tiene” (GALINDO, 2013, p. 23), uma luta para mantê-lo vivo e não permitir que seja cooptado pelo sistema hegemônico que busca destruir sua “subversividade e inquietude”, por isso precisamos mantê-lo “vivo, pulsante e rebelde”, destaca Galindo.

Diante das múltiplas formas de pensar e ser do feminismo, minha identificação se dá mais com o feminismo comunitário e o feminismo popular camponês, por pensarem o movimento desde as lutas interseccionadas de gênero, raça e classe em uma perspectiva de Bem Viver. As feministas comunitárias definem o feminismo como uma luta universal, um pensamento combativo

um posicionamento diante das lutas e a autonomia de nossos corpos de mulheres. É dizer: basta! da colonização de nosso pensamento e corpo. Basta! de estruturas sociais, culturais e político econômicas, em que vivemos e vivem as mulheres do planeta. Basta de medo, basta de perseguição, basta de violência e discriminação. basta! (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 12, tradução nossa).

Elas afirmam ainda que o feminismo é “a luta de qualquer mulher, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história que luta contra um patriarcado que a oprime ou pretende oprimir” (PAREDES, 2020, documento não paginado).

O feminismo camponês popular é definido como,

[...] experiência concreta de luta, resistência aos ataques imperialistas contra nossos povos, é proposta de mudança estrutural da sociedade. Se constrói tanto nas bases como nas instâncias nacionais e internacionais, tem a força da diversidade do campesinato latino-americano e caribenho que vive, resiste a partir da construção da agroecologia, da luta por soberania alimentar, por uma seguridade social, que inclua saúde, previdência, assistência pública, universal e solidária, na defesa dos territórios, dos nossos corpos e no enfrentamento a todas as formas de violência sofrida pelas mulheres. É um feminismo que tem suas energias geradas nas propostas dessas mulheres construídas na luta por uma

sociedade sem desigualdades. [...] se apresenta como sistematização de muitos processos vivenciados pelas mulheres camponesas, indígenas e negras de todo o mundo, é fruto do encontro das histórias de muitas mulheres das várias organizações que compõem a Via Campesina (MMC Brasil, 2023, documento não paginado).

As definições de feminismo afirmadas por minhas interlocutoras comungam com as concepções postas aqui, de um feminismo interseccional e de luta.

Para Justina Cima,

A luta feminista se coloca a partir do cotidiano das mulheres camponesas, por isso eu acho que o debate do feminismo camponês e popular é fundamental, se fazendo presente. Por que, como mobilizamos as mulheres? Como as tornamos conscientes de serem feministas? É a organização de base, formação, as lutas [...].

Segundo Vanderléia Pulga,

O feminismo também é um movimento político de luta pelos direitos de reconhecimento e de construção da identidade coletiva das mulheres, e também um movimento forte de luta pela libertação das mulheres, a libertação que se dá de forma individual em cada mulher mas só é possível quando tem uma força coletiva que impulsiona, que ajuda a mobilizar e compreender, ajuda a desnaturalizar esses processos. Por isso que eu acredito muito nos movimentos e na luta organizada das mulheres.

Para Valdete Boni,

O Feminismo é isso “é a libertação”[...] O feminismo não é a versão feminina do machismo, mas é sim o contrário do machismo, porque enquanto o machismo quer colocar a mulher numa situação abaixo, inferiorizar a mulher, o feminismo, não. O feminismo quer empoderar a mulher, mas para empoderar a mulher ele não diminui o homem, ele coloca na igualdade, na equidade. [...] Eu nunca tive problema em me assumir como feminista em dizer “eu sou feminista” em qualquer espaço, eu sou feminista e aí, se alguém me contesta, eu explico. [...] a gente também tem o compromisso de [...] provocar esse diálogo, fazer refletir, provocar reflexão.

4.1.2 América Latina como laboratório do colonialismo e patriarcado

Figura 36 – Mercedes Sosa ecoando voz e tambores



Fonte: GIOVANAZ, 2021.

*América Latina
Tiene que ir de la mano
Por un sendero distinto
Por un camino mas claro
Sus hijos ya no podremos
Olvidar nuestro pasado
Tenemos muchas heridas
Los latinoamericanos. [...]
Somos de sangre caliente
Y de sueños postergados
Yo quiero que estemos juntos
Porque debemos cuidarnos
Quien nos lastima no sabe
Que somos todos hermanos. [...]
Nada nos regalaron
Hemos pagado muy caro [...]
Tenemos venas abiertas
Corazones castigados
Somos fervientemente
Latinoamericanos.
Y cuando vengan los días
Que nosotros esperamos
Con todas las melodias
Haremos un solo canto.
El cielo sera celeste
Los vientos habran cambiado
Y nacerá un nuevo tiempo
Latinoamericano.
Y nadie va a quedarse a un lado
Nadie mirara al costado
Nada de morir
Vamos a buscar lo que deseamos
Pronto ha de llegar
Tiempo de vivir
Tiempo de vivir*

Mercedes Sosa (1985)

América Latina que pulsa forte e revela seu grito por liberdade na música, na arte, na poesia e nas mais diversas escritas, ainda acredita, espera e necessita ser reconhecida em seu processo histórico e cultural. Ainda que a luta para descolonizar e despatriarcalizar a

sociedade seja global, é importante fazer referência à América Latina, uma experiência histórica de violência, dominação, e subjugação das mulheres. Dentre as tantas desigualdades aqui postas, a desigualdade conjugada de gênero e raça é marca forte, “pois trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as americanas e as ameríndias” (GONZALEZ, 2020, p. 145).

Figura 37 – América Latina do Bem Viver



Fonte: ALER, 2019.

Na América Latina, os colonizadores europeus espalharam um rastro de violência e dor, um genocídio a todos os povos e culturas, mas bem maior foi o sofrimento das mulheres e meninas, que foram violentadas e violadas das mais diferentes formas, como destaca Francesca Gargallo Celentani (2013). Elas enfrentaram as dores do processo de invasão e seguiram suportando, e muitas vezes resistindo e lutando, contra as dominações e violências posteriores características de uma cultura eurocêntrica, adicionada às subalternizações já vivenciadas na cultura nativa. Portanto, sofreram duplamente por ser o “Outro” (colonizada) e por ser o “Outro do Outro” (mulheres colonizadas). Para Gargallo Celentani (2013, p. 3)

El anonimato de las mujeres y el anonimato de los pueblos originarios, contruidos sobre la base de la universalidad de las ideas, las necesidades y las construcciones de los colectivos de hombres blancos, permiten la apropiación de los territorios y de la mano de obra indígena por unas clases dominantes que, a lo largo de la historia, manifestaron de varios modos su miedo y su repulsión hacia los cuerpos, las prácticas religiosas y las formas de vida comunitaria típicas de las comunidades indígenas.

O europeu assume a colonização como missão civilizatória, subjugando memórias e subjetividades, como destaca María Lugones (2014, p. 938), à medida que o cristianismo se fortalece e se coloca como instrumento de transformação “a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais”.

O processo de colonização é marcado pela violência, expropriação do território e dos corpos. A violência já experimentada contra os corpos das mulheres na Europa medieval foi traduzida para os povos conquistados e, mais ainda, sobre as mulheres. Como destaca Federici (2017, p. 203),

Não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos ‘índios selvagens’ na literatura produzida depois da Conquista. O Paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação. Como veremos, a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque de seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio. Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror.

A perversidade da colonialidade se materializa na configuração social que implanta o sistema capitalista como modelo econômico, coloca o masculino em superioridade, impondo um “sistema moderno colonial de gênero” que inevitavelmente provoca uma “desumanização constitutiva da colonialidade do ser” (LUGONES, 2014, p. 938). Um sistema que sustenta uma distinção profunda de classes e exacerba desigualdades, por isso, destaca Gonzalez (2020), as mulheres amefricanas e ameríndias sofrem mais essa distinção, tornando-se parte do imenso proletariado afro-latino-americano” (GONZALEZ, 2020, p. 146). Esta afirmação não exclui um machismo e patriarcado já presentes nas sociedades originárias, porém foi fortemente afetado pelo processo de colonização, seja sob o domínio direto das metrópoles, seja pelo domínio das elites crioulas republicanas, como afirma Rita Laura Segato (2016, p. 214):

Es en este proceso y transición que la asimetría explícita y de baja intensidad de las comunidades pre-coloniales se transforma en un *patriarcado de alta intensidad*, en el que la vulnerabilidad de las mujeres es máxima. La expresión patriarcal-colonial-modernidad describe adecuadamente la prioridad del

patriarcado como apropriador del cuerpo de las mujeres y de éste como primera colonia.

O mandato da masculinidade colocou os homens das colônias em uma situação de alienação: para garantir a manutenção da superioridade masculina, precisaram se submeter a outra masculinidade, a metropolitana. Nesse sentido, María Galindo (2016), como as feministas comunitárias, destacam que o patriarcado já existia na colônia, mesmo antes da chegada dos colonizadores e que os acordos velados entre esses homens (colonizadores e colonizados) reproduziram e escalaram o patriarcado nas colônias, tornando o machismo um elemento organizador da vida social.

O advento da colonização exacerbou formas de relações humanas que impunham a dependência feminina. Nesse contexto, o homem comunitário dá lugar ao “Homem” que se transforma em “paradigma de humanidade”, destaca Segato (2016). Esse “Homem” se torna modelo e paradigma no espaço público, comandando a política. Seus interesses e objetivos se tornam universais, enquanto as mulheres, circunscritas em espaços domésticos, têm suas ações limitadas aos âmbitos de privacidade e intimidade. Desconectadas de relações político-comunitárias, são marginalizadas em relação ao espaço público e “y es a partir de esa mutación que la vida de las mujeres asume la fragilidad que le conocemos, su vulnerabilidad y letalidad se establecen y pasan a incrementarse hasta el presente” (SEGATO, 2016, p. 215).

O processo de colonização também produziu uma sociedade racista, que ainda se perpetua, onde os corpos brancos europeus se sobrepuseram sobre os demais (indígenas e negros), especialmente corpos masculinos europeus sobre corpos femininos latino-americanos. Por isso, feminismo e branquitude são debates que se articulam. Para Burigo (2022, p. 23-24) “a capacidade de não ser marcado negativamente pelo corpo que se tem é uma das maiores evidências do privilégio, e no patriarcado cis-heteronormativo supremacista branco esse privilégio é de homens cis brancos”.

Para reconhecer os males provocados por essa segregação racial, María Teresa Garzón Martínez (2018) nos provoca a refletir acerca dos privilégios da branquitude a partir de uma visão feminista descolonial, questionando e reposicionando o lugar das feministas brancas no projeto de descolonização de Abya Yala. Pensar a branquitude, afirma Garzón Martínez (2018) implica pensar nossa própria existência e nossas experiências, reconhecer a colonialidade a partir desse lugar e postular a descolonização de nossos próprios corpos e

mentos amalgamados nesses privilégios da branquitude, assumirmos a necessária desconstrução de um feminismo universal, pensar o feminismo de Abya Yala, visibilizando mulheres como Domitila Barrios. Para resgatar as histórias e lutas de mulheres como Domitila que precisamos acolher outros feminismos. Significa fazer opções ao nos colocarmos na luta. Fazer a opção por um feminismo latino-americano, negro, indígena, comunitário, camponês e popular; conhecer e visibilizar sua história para fortalecer suas lutas.

Para Garzón Martínez (2018) o feminismo descolonial, se coloca como um movimento de “sobreviventes”, um movimento “com futuro”, como caminho e o primeiro passo seja reconhecer os privilégios da branquitude e questioná-la, reconhecer a necessidade dos estudos da branquitude. Ela destaca alguns pontos importantes nesse processo como: que a branquitude não se refere a uma questão biológica, ela sempre está atrelada a outros dispositivos de dominação; ela habita um mundo simbólico, da linguagem, da cultura e que os estudos da branquitude propõem uma mudança de postura, e que as pessoas brancas tomem consciência de seus privilégios e dos processos históricos. Para compreender a branquitude, destaca a autora, precisamos de uma lente descolonial que se atenta à construção de poderes, hegemonias, privilégios e dominações que fundamentam a sociedade que temos (GARZÓN MARTÍNEZ, 2018). Precisamos visibilizar esses processos para que possamos compreendê-los e nos colocar criticamente como sujeitas de transformação.

Na história oficial da colonização, as mulheres brancas são consideradas “madres biológicas y simbólicas de la colonia y, posteriormente, de la nación, siempre sostenidas por mujeres indígenas y negras” (GARZÓN MARTÍNEZ, 2018, documento não paginado). Seus corpos brancos sobrevalorizados, símbolo da pureza e da ordem passam a delinear o sistema de gênero colonial, representando a pureza da raça e herdeiras daqueles que chegaram à colônia para governá-la (GARZÓN MARTÍNEZ, 2018). Portanto, nesse contexto “casarse con una mujer blanca y usufructuar de su estatus simbólico, de la red de alianzas y contactos de su familia y de la posibilidadde garantizar una “prole” blanca resultaba muy tentador” (GARZÓN MARTÍNEZ, 2018, documento não paginado). No entanto, afirma a autora, o sistema de “castas” seguiu rígido nas colônias, pois a legislação dificultava a mobilidade entre as castas por meio do casamento.

Percebe-se que o processo de colonização da América fortaleceu o sistema de classes, ao mesmo tempo a segregação das raças, sempre garantindo os privilégios às

populações brancas, em especial aos homens, e colocando os negros, indígenas e ainda mais as mulheres em situação de inferioridade. As mulheres indígenas eram usadas como amantes e concubinas, gerando uma mestiçagem frustrada, que deseja mais negar sua origem do que enaltece-la, como destaca também Milagros Palma (1993). Garzón Martínez (2018) destaca que também as mulheres brancas eram cobiçadas e raptadas pelos caciques indígenas, a quem deveriam servir sexualmente. Uma vez nessa condição, a mulher branca não poderia voltar ao convívio com os “brancos” sendo expulsa da cidade “violada por un ‘bárbaro’ pierde su estatus ontológico, deja de ser humana y, de ninguna forma, puede volverlo a ser” (GARZÓN MARTÍNEZ, 2018, documento não paginado). O que era mais recorrente, no entanto, destaca a autora, eram os abusos e violações dos europeus sobre as mulheres negras e indígenas.

Ainda que se tenha esses registros, é certo que a situação ontológica entre as mulheres da colônia era muito distinta; enquanto para as mulheres brancas era possível uma mobilidade de classe, para as negras e indígenas essa possibilidade não existia, e que, como destaca Garzón Martínez (2018), sua “capacidade reproductiva no sólo las condenaba a “parir mestizillos”, despreciados por la sociedad española, como por la indígena, sino a habitar un limbo de no humanidad en medio de esas dos sociedades” (CUSICANQUI, 2010 *apud* GARZÓN MARTÍNEZ, 2018, documento não paginado).

A história de colonização não pode ser negada, uma Europa que se sustenta e enriquece às custas da América e África, então, indaga Garzón Martínez (2018, documento não paginado), “qué podemos hacer con estos sedimentos de colonialidad que están en nosotras, construyen nuestro Yo, nuestros relatos”. Conhecer nossa história colonial, de violência, submissão, invisibilidades, nos desafia a colocar-nos com mais força como feministas em uma perspectiva descolonizante.

A descolonização supõe superar um colonialismo interno que se constitui desde a colonialidade externa. Para Cusicanqui (2014, tradução nossa), olhar sobre as mudanças que tivemos se coloca como exigência do sistema neoliberal e nada muda nas estruturas sociais desiguais. As mudanças não alteram as estruturas excludentes. As reformas impostas pelo sistema busca “incluir excluindo”, busca “justificar a desigualdade ao mesmo tempo que proclama a igualdade”, não são mudanças “endógenas”, não se supera o racismo, por exemplo.

Para Cusicanqui (2014), o presente revela o passado e fundamenta a luta social.

Passado e presente em disputa, conflito, e contradição, um passado não superado. Vivemos a dialética das lutas sociais que revela um passado colonial não superado. A “colonialidade é um estado, é um ente abstrato. Colonialismo é uma espécie de ativo que se incrusta na subjetividade. O colonialismo interno é internalizado em cada subjetividade” (CONVERSA..., 2014, documento não paginado). Por isso, conforme a autora, é importante reconhecer, a força da linguagem e das teorias que se fundamentam nos princípios das comunidades originárias e a necessidade de reconhecê-las, como a perspectiva do Bem Viver.

É contra a estrutura colonial, capitalista e patriarcal que lutam as mulheres organizadas em diferentes e diversos movimentos, organizações e coletivos de mulheres/feministas em toda a América Latina. “No se puede descolonizar sin despatriarcalizar”, afirma Maria Galindo (2013, p. 15) e acredito que, além de despatriarcalizar, também é preciso desconstruir o racismo enquanto modelo de segregação social e o capitalismo como sistema hegemônico político-econômico-social de desenvolvimento.

Descolonizar nossa memória, um desafio proposto pelo feminismo comunitário, significa tomar consciência de nossos privilégios da branquitude para denunciar o racismo; significa reconhecer o golpe militar de 1964 e o golpe civil-midiático de 2016 no Brasil e denunciá-los. Retomar nossas memórias e nossa própria história e seus contextos; afastar-nos da história oficial, buscando saberes desconsiderados e histórias não contadas; reconhecer a contribuição de homens e especialmente mulheres de luta na construção de uma América Latina liberta. Assumir uma atitude antirracista significa se propor a ações “constantes e contínuas”, denunciando esse lugar de privilégio branco no sentido de provocar mudanças de pensamentos, de atitudes de realidades. Maria Teresa destaca que, para compreender a branquitude, precisamos de uma lente descolonial que se atente à construção de poderes, hegemonias, privilégios e dominações que fundamentam a sociedade que temos (GARZÓN MARTÍNEZ, 2018). Precisamos visibilizar esses processos para que possamos compreendê-los e nos colocar criticamente como sujeitas de transformação.

Situar a luta feminista nas universidades brasileiras como parte de um conjunto de movimentos das mulheres latino-americanas significa evidenciar uma luta que pode ser articulada em diversos sentidos. Nossas experiências com o “monstro das três cabeças” evidenciam lutas que se congregam no sentido de denunciar e propor ações para superar a

colonialidade, lutando contra o patriarcado que emergiu do contato entre formas originárias de subordinação e a experiência colonial, construindo perspectivas para um novo modelo de sociedade que se coloque como alternativa ao capitalismo. Mobilizar as relações de gênero como fundamentos da vida em sociedade é uma necessidade para construir formas de viver bem, produzindo e partilhando em uma perspectiva mais humana, solidária, democrática.

4.1.3 Interseccionalidade: expressão de um feminismo plural e necessário

Figura 38 – Carolina Maria de Jesus



Fonte: MENEZES, 2014.

*Não digam que fui rebotinho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.*

Carolina Maria de Jesus (1960)

Muitos caminhos foram percorridos até que o feminismo se reconhecesse como diverso, plural. Ainda que o feminismo tenha tido importância ímpar para a conquista de direitos para as mulheres, muitas críticas se fazem. A mais forte é que, inicialmente, o movimento se ateu às questões e problemas das mulheres brancas e de uma classe social mais abastada que buscavam o direito à educação formal igual a dos meninos e a igualdade de direitos em relação aos homens. Questões como racismo e a situação e necessidades das mulheres negras e indígenas não foram consideradas no primeiro momento. Considerando as diferentes abordagens, necessidades e perspectivas das mulheres, Ribeiro (2015) defende que o feminismo deva ser interseccional, ou seja, considerar essas diferenças e lutar as lutas específicas como se fossem de todas.

As mulheres negras denunciavam, desde a primeira onda do feminismo, o predomínio de abordagens preocupadas tão-somente com as questões das mulheres brancas (RIBEIRO, 2019). As mulheres têm demandas e lutas diferentes conforme sua raça, conforme sua classe

social (e as mulheres pobres e trabalhadoras demandam muito mais), conforme sua orientação sexual (trans, cis, lésbica) ou conforme os territórios que ocupam.

Por isso também se fala em feminismos. A interseccionalidade é elemento fundamental no fazer e pensar feminista. Ribeiro (2019, p. 69) aponta que “ao promover uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal”. Nesse sentido, também Sueli Carneiro (2019, p. 138) destaca que “a afirmação da diferença constitui-se em pressuposto para conquistar a igualdade”, ou seja a importante e necessária presença política de diferentes grupos como o Movimentos de Mulheres, gays e lésbicas, negros e indígenas, com suas lutas específicas, mas também una na busca de um mundo mais igualitário, com equidade e justiça social. As lutas das mulheres desde seu lugar de fala precisam ser consideradas ou correremos o risco de reproduzir um pensamento e epistemologia eurocêntrica e branca. A interseccionalidade, segundo Akotirene (2019, p. 24) “permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem”.

Ribeiro (2019), referindo-se a Lélia Gonzalez, afirma que historicamente o feminismo branco, detentor de um privilégio social, passa também a ter um privilégio epistêmico contribuindo assim para a perpetuação do pensamento ocidental eurocêntrico como dominante. Ao evidenciar as trajetórias de lutas e resistências das mulheres, Gonzalez “defendeu um feminismo afrolatinoamericano, colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento do racismo e sexismo já percorridos” (RIBEIRO, 2019, p. 25). As autoras desnudam a necessidade urgente de articular as lutas feministas à construção de conhecimento, pois estas é que serão a base para a formação de gerações do presente e do futuro; portanto, uma necessária descolonização do conhecimento. Federici (2019) também critica o fato de que o movimento feminista se ocupou muito em garantir espaços para as mulheres na institucionalidade sem fazer o mesmo esforço em empoderar e visibilizar “as mulheres que suportaram a maior parte do impacto da globalização econômica na prática, principalmente as mulheres rurais” (FEDERICI, 2019, p. 135).

As lutas feministas precisam estar interseccionadas, já que a necessidade de transformação social passa muito além das questões de gênero, é uma de gênero, classe e raça no sentido de desconstruir o “monstro das três cabeças”, como afirma o feminismo

camponês popular

Essa sociedade que queremos transformar é capitalista, pois vive da exploração do trabalho, dos bens naturais e assim tenta transformar tudo em mercadoria: nossas sementes, territórios, e em especial nossa vida e nossos corpos. É patriarcal, porque organiza a vida social pelo princípio da divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza os trabalhos de homens e de mulheres, é um sistema que busca manter o poder do homem sobre a mulher, como se ela fosse sua propriedade. E é racista, pois ainda prevalece a atribuição de superioridade aos brancos em detrimento de outros povos [...] (ALMEIDA; PEREIRA DE JESUS, 2020, p. 75).

Um olhar espreado sobre as diferentes realidades da mulher e a busca de alternativas para a superação de todas as demandas deve ser um dos “*suis*” do pensamento feminista. Mulher branca, negra, indígena, classe média ou baixa, mulher do campo ou mulher urbana, de diferentes religiões e culturas; todas elas precisam ser ouvidas e apoiadas em suas lutas específicas. Se as mulheres ocidentais não sofrem com mutilação do clitóris, esta é uma grande pauta de luta para as mulheres africanas e todas as mulheres do mundo precisam apoiar esta luta. Importante também é a construção de uma grande rede de solidariedade para com as diferentes pautas de lutas das mulheres. Assim obteremos um movimento feminista plural, unindo as mulheres na diversidade. Sem esta capacidade de alteridade o feminismo tem reduzido seu sentido e força. Nesta perspectiva também se faz necessária uma percepção holística, de olhar o todo com afeto, amorosidade e espírito de solidariedade.

O feminismo interseccional que queremos, também precisa ter um olhar atento à vida humana, da natureza e do planeta, vai no sentido afirmado por Petrone (2019, p. 14): “nosso feminismo não pode prescindir de lutar pelo Bem Viver, pela justiça ecológica e pela superação da separação, que remete aos tempos coloniais no Sul global, entre homens, mulheres e natureza”. Por isso, articulamos a temática feminismo, universidade pública e Bem Viver, reconhecendo na ação, enquanto sujeitas e sujeitos políticos, a possibilidade de transformação social. Por isso, articulo a temática feminismo, universidade pública e Bem Viver, reconhecendo a potência destes eixos para a formação de sujeitas e sujeitos políticos potentes a movimentar o mundo no sentido de transformação social.

Diante das diferentes formas de construção e apresentação do feminismo, é importante destacar que acreditamos que a luta feminista precisa ser ecofeminista, anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, precisa se ocupar das invisibilidades e das violências diversas e lutar articuladamente com outras forças sociais e políticas para a

construção de uma sociedade do Bem Viver. Nos modos de ver e fazer o feminismo aqui destacados, encontro aproximações com as quais me identifico, pois acredito na potência da luta feminista anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, mas também ecofeminista na perspectiva do Bem Viver.

As manifestações do feminismo são diversas e plurais, no entanto, são lutas entrelaçadas, tendo como fio principal a resistência e luta contra a opressão das mulheres. As mulheres, mesmo que não se identifiquem como feministas, devem perceber que podem agir como feministas, e o fazem de fato, toda vez que resistem e denunciam uma agressão ou tentativa de subjugação a si mesma ou a outra mulher; que se colocam com indignação toda vez que uma mulher sofre uma injustiça ou violência misógina; que se decidem a assumir os rumos de suas vidas, reconhecendo ter o direito de fazê-lo; que se permitem ser felizes, sentir, ousar, viver plenamente e amar sem temor. O feminismo precisa se ocupar das invisibilidades e das violências diversas e lutar articuladamente com outras forças sociais e políticas para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

4.1.4 Feminismo comunitário e feminismo popular camponês: movimentos em convergência

No encontro com as interlocutoras do feminismo comunitário e feminismo camponês popular, encontrei a teoria social que dialoga com a perspectiva contra-hegemônica de interseccionalidade e bem viver que eu propunha desde o início da minha pesquisa. Percebi a forte presença do feminismo camponês popular e uma aproximação com princípios do feminismo comunitário nas mulheres em movimento que integram meu campo de pesquisa, especialmente nas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Feminismos cujos princípios dialogam com uma universidade emergente, situada em uma região onde a força da organização comunitária se coloca como transformadora da realidade.

O MMC se identifica com o feminismo camponês popular, um feminismo que fala **“a partir do campo, das águas e das florestas”**, fortemente vinculado às lutas do campo, como destaca em sua página:

O Feminismo Camponês Popular é experiência concreta de luta, resistência aos ataques imperialistas contra nossos povos, é proposta de mudança estrutural da sociedade. Se constrói tanto nas bases como nas instâncias nacionais e internacionais, tem a força da diversidade do campesinato latino americano e caribenho que vive, resiste a partir da construção da agroecologia, da luta por

soberania alimentar, por uma seguridade social, que inclua saúde, previdência, assistência pública, universal e solidária, na defesa dos territórios, dos nossos corpos e no enfrentamento a todas as formas de violência sofrida pelas mulheres. É um feminismo que tem suas energias geradas nas propostas dessas mulheres construídas na luta por uma sociedade sem desigualdades (MMC..., 2023, documento não paginado, grifos do original).

Um feminismo que, por sua essência constrói lutas interseccionadas, já que “se apresenta como sistematização de muitos processos vivenciados pelas mulheres camponesas, indígenas e negras de todo o mundo, é fruto do encontro das histórias de muitas mulheres das várias organizações que compõem a Via Campesina” (MMC..., 2023, documento não paginado).

A maioria das sujeitas entrevistadas têm aproximação com o feminismo popular camponês, em especial com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por isso minha atenção especial a ele, como um movimento que se colocou na luta pela implantação da UFFS e que segue presente de diversas formas. Importante destacar que Justina Cima, uma grande liderança do MMC, integrou o Conselho Comunitário da Universidade.

Figura 38 – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)



Fonte: MMC-AL, 2022.

A luta das mulheres do campo vem se fortalecendo no Brasil e no mundo. No Brasil, segundo diversas autoras e autores, desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, momento em que vivíamos um período efervescente, de enfrentamento ao regime militar e luta pela restituição da democracia em nosso país. É nesse contexto de repressão, mas também de resistência, que surgem inúmeros movimentos e organizações sociais no campo

e na cidade, uma “ampla mobilização social é aglutinada em diversas ferramentas de luta, que se constituem em movimentos populares, sindicatos combativos e partidos políticos de bases populares” (MMC..., 2018), que nesse processo de enfrentamento ao regime também se fortalecem, contribuindo significativamente para a posterior abertura democrática.

Nesse período, parte da igreja católica, sensibilizada com os sofrimentos dos povos e comprometida com os princípios cristãos, volta seu olhar e ações para a realidade social e constrói uma igreja popular. Essa nova perspectiva, identificada como Teologia da Libertação, que tem Leonardo Boff e Frei Betto como principais pensadores, engaja-se na luta contra a ditadura e organiza as comunidades cristãs em um movimento chamado Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa igreja popular também impulsiona o surgimento de movimentos sociais, a partir das pastorais como Pastoral da Juventude, Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude Rural e tantas outras, como também impulsionou a organização de comissões como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Um debate que também se dá por dentro dos sindicatos, fazendo surgir um novo sindicalismo combativo e de resistência e motiva a organização de partidos políticos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores. Esses movimentos e organizações motivaram o surgimento de movimentos sociais diversos, entre eles o movimento das mulheres do campo¹² (PORTO AGUIAR, 2016). Lutas que dialogam e convergem para um processo de transformação social na perspectiva democrática e liberta. Neste contexto as mulheres se organizam em movimentos de luta.

O MMC, considerado como o primeiro movimento de mulheres camponesas do país surge, então, a partir das lutas contra a ditadura militar e o processo de redemocratização do país na década de 1980, na esteira dos movimentos de resistência dos anos de 1970 (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 13). Segundo as autoras, as mulheres camponesas, há muito tempo presentes nas lutas sociais e organizações diversas como sindicatos e comunidades cristãs, passaram a reconhecer a necessidade de um movimento que reunisse pautas específicas das mulheres e pudessem visibilizar suas lutas contra o

¹² Porto Aguiar (2016) menciona como exemplos as: “Margaridas” e “Mulheres da Roça” (1986) que em 1989 se organizam como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR); o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em Santa Catarina (1989). Em 1988, há a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. Essa movimentação não é exclusiva da região Sul, e ocorria alguns anos antes no Nordeste com o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano, na Paraíba e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), em Pernambuco (1982), também com articulação regional em 1986 no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).

patriarcado e buscar reconhecimento. Passaram, então a se reunir em todo o Brasil e construir uma organização específica das mulheres, lançando um olhar atento sobre suas vivências nas comunidades e onde se sentiam fortalecidas para denunciar relações patriarcais no interior das próprias comunidades cristãs (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020). Destacam ainda que, em geral, os processos de formação eram coordenados pelas lideranças cristãs ligadas à Teologia da Libertação (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Em 1986 ocorre o *I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, em Barueri (SP), onde assumiram a luta das mulheres como uma luta de “gênero e classe” e coloca as comunidades rurais como “alicerce” do Movimento (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020). Passam, então, a constituir uma estrutura organizativa a nível nacional com coordenações nas regiões, estados, municípios e comunidades em uma rede de articulação, que passa a fortalecer a luta das mulheres. A perspectiva interseccional está presente nas lutas dessas mulheres, afinal,

Para as camponesas, as lutas de gênero, de classe e de etnia/raça são inseparáveis. Elas se entrelaçam e têm sido assumidas por nós mulheres camponesas em todos os momentos e espaços, tendo em vista a construção do projeto democrático e popular para o Brasil. Entendemos que é preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam, que não reconhecem o trabalho produtivo das mulheres no campo e nem o valor do trabalho reprodutivo, fundamental para a manutenção do modo de vida camponês (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 17).

A partir de um congresso realizado em Brasília em 2004, consolida-se o Movimento Autônomo de Mulheres Camponesas (MMC do Brasil), que busca “a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação” (MMC..., 2023). Lorenzoni, Seibert e Collet destacam que

O feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce das experiências das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora. [...] Mas é, sobretudo, na ação concreta da militância, na organização das mulheres, na mobilização, na resistência, em sua identidade camponesa e no enfrentamento das relações patriarcais e capitalistas no campo, pensadas e elaboradas, que se forja uma consciência militante feminista de mulheres camponesas, fundamentando o pensamento político de um feminismo camponês popular (SEIBERT, 2019 *apud* LORENZONI, SEIBERT, COLLET, 2020, p. 27).

O movimento, ainda que muito próximo das lutas feministas, demora algum tempo para assumir-se como tal. Conforme Boni (2013, p. 80) “com pouco menos de 30 anos de

história, o MMC se assume enquanto um movimento feminista, sendo que na prática sempre o foi. Sua história é marcada por posturas feministas”. A perspectiva do MMC se agrega às demais lutas do feminismo camponês popular que compõem os movimentos integrantes da Via Campesina.

Para nós do MMC, a nossa história é parte do feminismo camponês popular, não apenas porque estamos na Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC)/ La Via Campesina e lá temos um papel forte no debate do feminismo, mas porque esse é o termo que juntas construímos para mostrar que a luta das camponesas, muitas vezes entendida como luta geral do campesinato, tem, sim, uma perspectiva FEMINISTA, pois é necessariamente anti-patriarcal, anti-rascista e anti-capitalista (MMC..., 2023, documento não paginado).

Constituído sob bases populares, o MMC afirma uma práxis libertadora, que se fundamenta essencialmente nos seguintes valores:

A responsabilidade individual e coletiva de continuar na luta; Respeitar as diferenças; Ética; Disciplina; Construir novas relações; Assumir as decisões coletivas; Solidariedade; Amor à luta; Companheirismo; Valorização da mulher e de todos os seres humanos; Capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando nossa indignação em ação concreta de superação de nossos limites; Espírito de sacrifício; Mística revolucionária e feminista; Resgatar a cultura camponesa do trabalho individual e coletivo, como forma de valorização do ser humano; Preservação, conservação e proteção da natureza (MMC..., 2023, documento não paginado).

Movimento que se organiza inicialmente em torno de pautas pela busca de direitos para as mulheres como direito à educação, extensão da seguridade social às mulheres e pelo direito à documentação, articulando aos poucas outras lutas como a agroecologia, feminismo, não violência, a luta antirracista e antihomofóbica. Essas mulheres reconhecem que “além da luta de classes, é necessário visibilizar as lutas das mulheres como parte da classe que luta por saúde, educação, vida digna” (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 33).

Adriana Mezdari (2021) cita conquistas alcançadas pelo MMC nas últimas décadas: o salário maternidade para as camponesas, a aposentadoria, o acesso ao SUS, a integração da agricultura familiar nas políticas públicas, a exemplo da presença no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisadora sintetiza que

A importância do movimento é poder transformar em coletivo as pautas que às vezes são individuais, ele tem um caráter político, organizativo, a luta pelos

direitos da mulher do campo e também de certa forma das mulheres trabalhadoras. [...] E também a questão da saúde integral que a gente sempre trabalhou, as plantas medicinais, a questão das sementes crioulas - a recuperação e a importância de ter o domínio disso e não ficar com as empresas e não termos que pagar o preço que eles colocam (MEZADRI, 2021, documento não paginado).

O feminismo camponês popular, segundo Itamara Almeida e Cleidinei Pereira de Jesus (2020, p. 76), representa

[...] o respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir as bases para uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e feminista. A luta por autonomia econômica e o reconhecimento do nosso trabalho, nesse sistema, são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação. Portanto, embora tenhamos clareza de nosso horizonte socialista, também afirmamos fundamental a luta por direitos, reconhecimento e políticas públicas que possam melhorar as nossas vidas no campo via Estado.

Também Boni destaca o caráter de luta em uma perspectiva interseccional que caracteriza o MMC:

[...] um modelo de feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas (BONI, 2013, p. 86).

As autoras afirmam um feminismo que está ligado a um projeto de agricultura também camponesa e agroecológica e a luta pelo reconhecimento dessas mulheres e pelos direitos das mulheres, mas também dos homens, um feminismo que se coloca em outras lutas anticapitalistas, antirracistas e descoloniais, enfim uma luta que percebe um sistema de exploração do trabalho e da natureza onde os homens se colocam historicamente como os são responsáveis pelos trabalhos de produção, enquanto as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e, portanto, de menor valor. Um feminismo que também se coloca como antirracista, reconhecendo o racismo estrutural que existe na sociedade brasileira, que privilegia uma raça em detrimento de outra e onde as mulheres negras e indígenas, especialmente, assim como as mulheres pobres, sofrem mais, porque o racismo coloca os brancos os homens brancos e as mulheres brancas em situação de prioridade e de maior reconhecimento. Portanto, é um feminismo que se coloca contra esse "monstro" que sustenta uma sociedade tão desigual.

Essa composição assumida pelo movimento é identificada como uma mística, que

resulta da experiência vivida como prática libertadora, que se coloca como impulso para as lutas, já que comunga a dureza da realidade vivida e suas lutas com a dimensão dos afetos e da beleza da vida; a afirmação de nossa dimensão espiritual, fruto da aproximação com a Teologia da Libertação. Afirmam: “para nós do MMC, a mística se alimenta de muitas fontes. A política, a religião a estética / ética da vida, a pedagogia libertadora, a economia camponesa e feminista, entre outras” (MEZADRI; CIMA; GASPARETO; PULGA, 2020, p. 173). As lutas do feminismo camponês popular encontram correspondência com aquelas do feminismo comunitário latino-americano (CABNAL, 2010; 2018; 2019; GUZMÁN; PAREDES, 2014; 2015) e ambas comungam a perspectiva do Bem Viver.

As sementes do feminismo comunitário brotaram desde as lutas do feminismo autônomo boliviano; nas lutas do povo e dos movimentos sociais no processo de transformação da Bolívia, movimentos fortes no início do século que impediram o avanço das políticas privatistas neoliberais (Guerra da água em 2000 e guerra do Gás em 2003, por exemplo). Movimentos que levaram Evo Morales ao poder em 2006, produzindo uma nova constituição em (2009) que estabeleceu um Estado plurinacional, reconhecendo a autonomia dos povos indígenas (e seu direito à terra), inserção de expressões como Pachamama, *sumak kawsay* (Bem Viver). Um feminismo que se espraia e se fortalece no feminismo comunitário territorial da Guatemala, que luta pela defesa dos territórios corpo e terra, luta contra a ação das mineradoras (CABNAL, 2010). Germina nas lutas das mulheres rebeldes da América Latina que desde sempre aconteceram e, se descolonizarmos nossa memória, poderemos reconhecê-las (PAREDES; GÚZMAN, 2014).

Figura 39 – Feminismo comunitário



Fonte: GALEANA, 2020.

Segundo Paredes Carvajal (2018, p. 146),

O Feminismo Comunitário tem a característica de alcançar e mover os povos,

especialmente as mulheres das cidades de Abya Yala (América). Porque ele nasceu do povo da Bolívia, que luta por sua libertação e pela construção do Bem-Viver; da humanidade, da natureza e do planeta. Esse movimento, também nascido da necessidade, das mulheres dos povos originários e da classe trabalhadora que quer dar nome às suas práticas políticas e sonhos de vida.

O feminismo comunitário afirma a existência de um patriarcado originário ancestral na América latina, que se fortalece com a invasão colonial quando ocorre um encontro/fusão (“*entronque*”) dos diferentes patriarcados (PAREDES; GÚZMAN, 2014). Entende que a colonização trouxe um patriarcado mais perverso e a junção do patriarcado ancestral com o patriarcado colonial europeu e o patriarcado africano constituiu um conjunto de opressões que até hoje as mulheres vivem e sofrem, que é sentida em seus corpos.

Entre os fundamentos desta epistemologia feminista comunitária está a compreensão da Abya Ayala, entendida como a América, colonizada em múltiplos sentidos. Associada a ela está a ideia de corpo território, uma afirmação de que não basta defender a terra, o corpo vivo da natureza, é preciso defender e cuidar dos corpos das mulheres, porque assim como a terra é violentada, os corpos das mulheres também foram e são (CABNAL, 2018). Portanto, se faz necessário um processo profundo de descolonização dos territórios corpo e terra.

Figura 40 – Um grito pela defesa do “corpo-território”



Fonte: GUERRILLA..., 2014.

Para Cabnal (2010, p. 24), o feminismo comunitário “es una epistemología que se está configurando como un nuevo paradigma de pensamiento político ideológico feminista, para contribuir a las propuestas de lucha contra sistémica que el feminismo y los movimientos de lucha social e indígenas ya han iniciado”.

Guzmán (2014) destaca que, em 2003, a partir da nova assembleia constituinte passaram a pensar o país (Bolívia) e as formas de organização em todos os aspectos. As

mulheres necessitavam de uma ferramenta que as colocassem com força nesse processo, já que percebiam que o patriarcado sempre esteve presente, e que os homens se colocavam como donos do saber e com poder para definir as políticas e os rumos do país. Pensaram o feminismo comunitário como ferramenta de transformação social que possibilitaria se compreenderem a si mesmas e os processos de luta e revolução dos povos. Por isso, construíram o feminismo comunitário como teoria social que possibilitasse compreender e explicar os problemas da humanidade, as grandes questões que afetam a sociedade e buscar caminhos de solução. As teorias que conheciam não davam conta dos problemas e opressões que viviam as mulheres, não consideravam seus problemas, discriminações, opressões, dores e, tampouco, serviam para pensar um país que queriam transformado (GUZMÁN; PAREDES, 2014). colocarem como sujeitas nesse processo de intervenção social, mas também para

Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Se você se indigna contra agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida (CABNAL, 2018, p. 27).

Da mesma forma, viam o feminismo ocidental afirmando uma perspectiva universalizante característica da colonialidade, e passaram a questionar as classificações e ondas do feminismo, centradas na “modernidade eurocêntrica y egocêntrica” ao mesmo tempo em que afirmam não haver uma história linear e universal, menos ainda acerca do feminismo (PAREDES; GUZMÁN, 2014). Quando pensamos no movimento sufragista, por exemplo, nos referimos sempre à Europa (Inglaterra) ou Estados Unidos, mas existiu movimento sufragista na América Latina, assim como os movimentos das mulheres operárias e de luta contra as ditaduras, mas são invisibilizados, mais ainda as lutas anticoloniais das mulheres indígenas, lutas feitas desde as comunidades. As feministas comunitárias retomam essas lutas, afirmando que não há uma história universal e linear, mas que existem diferentes histórias e diferentes formas de pensar o tempo, o feminismo comunitário quer recuperá-las.

A atitude de olhar para si mesmas para suas realidades distintas, reconhecendo criticamente o processo de aculturação vivido, possibilitou reflexões e ações libertas. Nessa perspectiva, tomam a categoria “patriarcado” ressignificando seu sentido e buscando, para

além das relações de dominação dos homens sobre as mulheres, nomeá-lo como um sistema onde todas as opressões estão interconectadas (PAREDES; GUZMÁN, 2014; CABNAL, 2010). Partindo dessa compreensão, construir uma epistemologia feminista comunitária significa

afirmar que existe patriarcado originario ancestral, que es un sistema milenario estructural de opresión contra las mujeres originarias o indígenas. Este sistema establece su base de opresión desde su filosofía que norma la heterorealidad cosmogónica como mandato, tanto para la vida de las mujeres y hombres y de estos en su relación con el cosmos (CABNAL, 2010, p. 14).

Segundo Cabnal (2010) é possível identificar essa presença no exercício de poder de um povo sobre outro, especialmente nas guerras de conquista empreendidas pelos povos originários, onde era evidente o exercício de poder sobre os povos dominados. Essa perspectiva da guerra de conquista fez com que Lorena refletisse acerca desse processo e dos papéis cabidos a homens e mulheres e pensasse em questões como “¿dónde quedaban las mujeres, cuál era su rol?”, uma questão que levava a outras indagações e entendimentos, já que essa “división sexual de la guerra, también me lleva a pensar en cómo se configuraba la estratificación de castas de guerreros, de gobernantes, reinados, guías espirituales, sabios y pueblo” (CABNAL, 2010, p. 15).

O resultado dessas guerras evidencia uma questão fundante do patriarcado que é “el poder sobre”. Desse modo “la guerra, la violencia que genera, y la división de castas, los pueblos vencidos” são manifestações desse poder e sua raiz é “eminente patriarcal ancestral, no vinculada al hecho histórico de colonización posterior”, destaca Cabnal (2010, p. 15). É nesse contexto que se dá a colonização europeia com sua carga de patriarcado muito mais forte e destrutiva, uma carga brutal de opressão e sofrimentos aos povos colonizados e a “las mujeres indígenas en particular, que tiene que ver con todo el embate de penetración colonial como una condición para la perpetuidad de las desventajas múltiples de las mujeres indígenas” (CABRAL, 2010, p. 15).

Significa reconhecer a existência de um patriarcado originário ou de “baixa intensidade”, como diz Rita Segato (2012), que de algum modo facilitou a penetração do patriarcado colonial, ou seja

el patriarcado originario ancestral se refuncionaliza con toda la penetración del patriarcado occidental, y en esa coyuntura histórica se contextualizan, y van configurando manifestaciones y expresiones propias que son cuna para que se

manifieste el nacimiento de la perversidad del racismo, luego el capitalismo, neoliberalismo, globalización y más (CABNAL, 2010, p. 15).

Desde essas reflexões, afirmando coerência e imparcialidade, destacando suas múltiplas expressões, as feministas comunitárias definem o patriarcado como

El patriarcado es el sistema de todas las opresiones, de todas las explotaciones, de todas las violencias y discriminaciones que vive toda la humanidad (mujeres, hombres y personas intersexuales) y la naturaleza, históricamente construidas, sobre el cuerpo sexuado de las mujeres (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 76).

A “recuperación y defensa de nuestro territorio cuerpo-tierra” é postulada por Lorena Cabnal como “un acto político emancipatorio” (CABNAL, 2010, p. 22). Significa dizer ao mundo que nossos corpos importam, que “lo personal es político” (CABNAL, 2010, p. 22), é reconhecermo-nos como corpo vivo, sentipensante “fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo” (CABNAL, 2010, p. 22). Ao mesmo tempo em tomar consciência de sua existência histórica e política, desperta sua autoconsciência e vê todas as opressões sofridas pela imposição do patriarcado e suas derivações. A recuperação de nosso corpo território é uma luta permanente, pois nossos corpos são territórios em disputa pelos patriarcados, por isso a necessidade de desmontar os pactos masculinos para alcançarmos a liberdade (CABNAL, 2010). Para a autora,

Precisamos mudar nossa forma de pensar, de ler o mundo. A luta pela transformação da realidade não é só uma luta feminista, ou de ecologia política: é também uma luta espiritual. Nós, mulheres indígenas, defendemos que temos que fazer a transformação de todo o corpo – com o que pensa, com o que sente, com o que se espiritualiza. Há muitas razões que nos deixam doentes, porque também temos muitas formas de violência sobre os corpos e os territórios. Todas essas opressões dão muita desesperança ao território-corpo. Os nossos corpos carregam as dores da história (CABNAL, 2018, p. 37).

Precisamos reconhecer nosso corpo-território, como um corpo que “siente, piensa, decide y acciona a partir de internalizar nuevas prácticas como el autoerotismo, el disfrute de la dimensionalidad sexual en libertad, el placer, el arte, la palabra, el ocio y descanso, la sanación interior, la rebeldía, la alegría” (CABNAL, 2010, p. 22). É afirmar o corpo como um território de sentidos, que carrega histórias, memórias, espiritualidades, desejos e sonhos; um corpo que precisa e merece viver em liberdade. Para isso é fundamental descolonizar a memória em suas diversas acepções, desde a “recuperación de la memoria cósmica corporal de las ancestras, para ir tejiendo su propia historia desde su memoria corporal particular, y

como decide relacionarse con las otras y otros” (CABNAL, 2010, p. 22). O feminismo comunitário

Es una propuesta feminista que integra la lucha histórica y cotidiana de nuestros pueblos para la recuperación y defensa del territorio tierra, como una garantía de espacio concreto territorial, donde se manifiesta la vida de los cuerpos. Es esta una de las razones porque las feministas comunitarias en la montaña de Xalapán hemos levantado la lucha contra la minería de metales, porque la expropiación que se ha hecho sobre la tierra, por la hegemonía del modelo de desarrollo capitalista patriarcal, está poniendo en grave amenaza la relación de la tierra que tenemos mujeres y hombres, con la vida. Ha establecido la propiedad privada como garantía y legalidad de su tenencia, para asegurar que en un espacio en concreto pueda reinar (CABNAL, 2010, p. 22-23).

O feminismo comunitário se constitui tecendo fios, diz Cabnal (2010, p. 25), construindo uma trama entrelaçada em diferentes realidades, por isso a importância e necessidade de se conectar com outras mulheres, indígenas ou ocidentais, construindo espaços coletivos potentes de diálogos, transgressões, ações “y propuestas para una nueva vida”. Para isso é fundamental o diálogo entre os feminismos diversos e um profundo “ejercicio de comprensión de la complejidad del(los) sujeto(s) del feminismo para ser más fuertes en la lucha feminista global contra el sistema neoliberal patriarcal heteronormativo y racista, entendiendo la diversidad como riqueza y apuesta” (CABNAL, 2010, p. 27).

O feminismo comunitário se coloca em diálogo com demais teorias e por pensar a totalidade da vida, uma perspectiva interseccionada das lutas, pensa e busca alternativas para outro mundo possível. As feministas comunitárias nos levam a crer em seu profundo caráter transformador, tanto do pensamento e da luta feminista, quanto das estruturas sociais. Elas afirmam que a luta feminista não é contra os homens, mas contra o machismo estrutural, contra a misoginia que afeta as mulheres, mas também os homens, especialmente os mais frágeis, como velhos, crianças, homossexuais e trans, como destacam Paredes e Guzmán (2014).

Neste processo é fundamental compreender o papel da educação na formação de consciência crítica e de quem buscou pensar “la Educación para el desarrollo como un ámbito propio dentro de la cooperación” que se coloca como uma brecha na provocação de discursos e práticas anticolonialistas, ou seja, “entender que hay que cambiar las conciencias en los denominados países ricos significa un acercamiento mucho menos etnocéntrico a las organizaciones de mujeres y feministas de otros países” (CABNAL, 2010, p. 28), buscando em diversos países aliança estratégicas para a desconstrução de um sistema de exploração,

que passa inclusive pela busca da solidariedade do Norte global. Assim vem se fortalecendo os grupos feministas anticoloniais.

O feminismo comunitário comunga da perspectiva do Bem Viver como alternativa ao sistema colonial, capitalista e patriarcal. Para Paredes e Guzmán (2014), o feminismo comunitário, por se tratar de uma proposta de pensar o presente e suas dinâmicas reais, que falam do cotidiano da vida e buscam construir alternativas, afirmam que uma “proposta de sociedade é uma proposta de Viver Bem, desfrutando da vida e construindo o prazer distante da violência” (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 61, tradução nossa).

Para Cabnal, “buen vivir” se faz no cotidiano ao distanciar-se de todas as formas de opressão:

Por exemplo, muitas mulheres indígenas estão lutando para serem dirigentes em suas comunidades, porque as comunidades são majoritariamente masculinas. O buen vivir se faz na vida cotidiana; não é teoria. Falamos aqui de todas as opressões, tristezas e violências. Para conquistarmos o buen vivir e nos livrarmos do capitalismo, precisamos de harmonias, precisamos nos livrar de nossas dores (CABNAL, 2018, p. 38).

Ao pôr em diálogo o feminismo popular camponês e o feminismo comunitário, percebo seis convergências que de algum modo, perpassam a reflexões aqui propostas:

Interseccionalidade das lutas: por compreender que as lutas sociais estão interseccionadas, esses feminismos se propõem a tecer diálogos e promover ações articuladas com as mulheres do mundo, com movimentos sociais, instituições e outros grupos que comungam dos mesmos sonhos e promovem lutas irmanadas. São propostas que chamam mulheres, homens e pessoas intersexo para a ação solidária e para a reflexão, considerando a possibilidade de estabelecer vínculos em um diálogo planetário que nos una desde nossas convergências, que passam pela escuta e diálogos com os feminismos contra-hegemônico.

Entrelaçamento das lutas pelos “territórios” corpo e terra: a relação tecida entre seres humanos e natureza faz com que as lutas desses movimentos só possam ocorrer entrelaçadas, ou seja, a luta pela liberdade dos corpos das mulheres e de todos os corpos humanos, assim como a luta pelo acesso à terra e pela vida do planeta em todos seus espaços, já que esses dois “territórios” corpo e terra sofrem com a brutalidade do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado.

Luta contra as violências do capitalismo, colonialismo e patriarcado: o processo

de colonização se fez com toda a brutalidade e perversidade sob comando do homem branco europeu. A expressão e preservação dessa violência bélica compõe o pacote de dominação e exploração colonial. A colonização também afirma o sistema capitalista e suas formas de dominação e exploração do trabalho. Uma memória colonizada carrega o peso das múltiplas opressões; olha o mundo com preconceitos e discriminação. Vive nas armaduras dos padrões construídos historicamente e que limitam e oprimem os corpos e mentes. Para construir espaços e relações de Bem Viver para todas, todos e todes, especialmente para as mulheres, é preciso descolonizar a memória, o que não significa apenas falar de descolonização, mas de descolonizar nossa mente e nossas ações na prática. Descolonizar as abordagens teóricas do feminismo que só consideram uma parte das lutas das mulheres. Recuperar a memória, descolonizando-a, reconhecendo as memórias de nossa América Latina e das lutas das mulheres e descolonizar a memória passa pela denúncia das violências e reconhecimento das nossas lutas e resistências (PAREDES; GUZMAN, 2014).

Feminismo como afirmação de emancipação e liberdade: os feminismos comunitário e popular camponês se colocam como novas epistemologias que carregam desafios imensos, que buscam romper com estruturas, desconstruindo conceitos e preconceitos, descolonizando a memória e modos de ser gente. Feminismos que afirmam a necessária emancipação e liberdade das mulheres; novos paradigmas, desafiadores e instigantes, carregados de esperança e utopia e que nos remetem a um outro mundo possível, um mundo de Bem Viver, de vida em harmonia, com liberdade, respeito e solidariedade.

A mística da experiência sentida; corpos para além da matéria: feminismos que reconhecem vida nas experiências de lutas e afetos, que carregam simbologias e espiritualidade. Afirmam o mundo das emoções como parte fundante de nossos corpos.

Bem Viver e agroecologia, construindo novas relações entre seres humanos e natureza: a forte relação das mulheres desses movimentos com a terra, com seus territórios e o meio ambiente, faz com que se reconheçam enquanto natureza. Daí todas as reflexões e ações no sentido de manter a vida do planeta em todas as suas dimensões. Daí a luta contra as mineradoras, que ocupam territórios, destroem a natureza, as águas, também as lutas contra a utilização de agrotóxicos e pela agroecologia.

A percepção do MMC de construir uma luta para além das relações de gênero se identifica muito com a perspectiva do feminismo comunitário. A perspectiva desses dois movimentos que conjuga o que destaca Paludo (2009) como centralidade na caminhada do

MMC, em que “a dimensão da luta para além da mudança nas relações de gênero, para que as relações de gênero possam ser mudadas” (PALUDO, 2009, p. 13). Por essa percepção construída desde uma subjetividade liberta das amarras e padrões patriarcais permite às mulheres reconhecerem que, para além da exploração de gênero, também vivem explorações múltiplas de raça e classe. Por outro lado, afirmamos que reconhecer a luta de classe, sem considerar as questões de gênero e raça, é uma visão limitada. Nessa perspectiva, tanto as mulheres do MMC quanto as feministas comunitárias, reconhecem a necessidade de dialogar com homens para que essa luta de fato se efetive. Como afirma Paludo (2009, p. 14), as mulheres do MMC “colocam também os homens e processo de libertação”, assim como as feministas comunitárias e outras feministas como bell hooks.

4.2 RESISTÊNCIAS E CONSTRUÇÕES DAS MULHERES EM MOVIMENTO NA FRONTEIRA SUL

Nesta seção, introduzo o diálogo com minhas interlocutoras e suas percepções acerca do feminismo e suas lutas destacando os sentidos emergentes, que se colocam especialmente no sentido de romper a estrutura patriarcal e garantir o direito sobre seus corpos livres, destacando especialmente: liberdade, autonomia, emancipação e reconhecimento; identificar as violências produzidas pelo sistema patriarcal, capitalista e colonial e sinalizar formas de enfrentamento; afirmar a luta pelo reconhecimento em seus múltiplos sentidos como marcador de uma vida digna. As reflexões resultantes sinalizam as aproximações entre os princípios do feminismo comunitário e as experiências de feminismo popular camponês, caracterizando as construções das mulheres em movimento na Fronteira Sul como práxis feminista.

4.2.1 “Lugar de mulher é onde ela quiser”: feminismo como emancipação e liberdade

*Mulheres de luta, de sonhos, de desejos, de corpos vivos e ardentes...
Mulheres que acolhem sofrimentos, dores, caem e se levantam...
Mulheres que não desistem, insistem em uma teimosia de viver...
Mulheres que ousam ser presença, voz, escrita e poesia...
Mulheres que cantam, encantam, riem, bailam...
Mulheres que são casa, rua, política e movimentos...
Mulheres de olhar atento e ganas de transformar o mundo...
De mãos dadas, entrelaçadas em afetos, estamos vivas e vamos à luta!!
(Claudete, 8M, 2021)*

O que move as mulheres senão a luta por uma vida com mais liberdade e pelo direito de decidir sobre os caminhos a seguir? Luta pelo reconhecimento que “lugar de mulher é onde ela quiser” e que é dela o direito à livre escolha. Reconhecer que a participação social é caminho de libertação e formação de consciência é processo. Os sentidos que emergem das falas das minhas interlocutoras acerca do feminismo e suas lutas buscam romper a estrutura patriarcal e garantir o direito sobre seus corpos livres, destacando especialmente: liberdade, autonomia, emancipação e reconhecimento.

Lugar de mulher é onde ela quiser, significa reconhecer o **direito de ocupar todos os espaços**, especialmente os espaços públicos, historicamente a elas restritos. Reconhecermos-nos enquanto seres inacabadas, que se fazem no constante processo de busca (FREIRE, 1996), um processo que é movimento de “idas e vindas”, de avanços e recuos, como afirma Adriana, reconhecer sobretudo a necessidade de persistência na luta justa, para chegar às conquistas de direitos (Adriana). As **mulheres lutam por autonomia** (Maria Alice), para se libertar dos essencialismo (Siomara), para se sentir livre em sua sexualidade (Solange), para ter **liberdade sobre seus corpos e seu pensamentos** (Valdete, Liria, Gisele), pelo **reconhecimento e pela identidade coletiva** (Vanderléia, Justina), pela liberdade de ocupar cargos de direção, livre de machismos (Grasiele), pelo direito de viver um trabalho sem opressões em casa ou fora dela (Naira), por serem **livres para construir seus projetos de vida com autonomia** (Sandra). A expressão de **liberdade é também percebida na conquista de direitos fundamentais** para as mulheres, na possibilidade de ocupar todos os espaços, postos de gestão, em seres respeitadas nesses lugares, historicamente ocupados por homens (Grasiele, Vanderléia, Naira). A emancipação se dá na luta coletiva (Justina):

Adriana: perceber que não há um lugar determinado para as mulheres, enfim, a gente vai construindo e o lugar é onde a gente quiser, nesse aspecto e a gente vai construindo o processo de participação e de consciência, também, porque a gente nunca está pronto. Não existe uma vacina feminista, mas é um processo de idas e vindas, na vida da gente, então, [...] como quando era adolescente, ainda, de perceber que [...] eu podia construir meu próprio caminho.

Siomara: Por meio de minha experiência acadêmica no ensino e na pesquisa, é perceptível uma sensibilidade maior das mulheres com a natureza, do que os homens. Mas aí, eu tenho um certo receio em fazer uma afirmação tão categórica como pesquisadora e feminista, porque nós feministas lutamos desde sempre para não sermos associadas diretamente à natureza, pois historicamente natureza e mulher foram colocadas numa condição de submissão. Lutamos durante todo esse tempo para nos libertarmos dessa condição e que agora torna-se perigoso fazermos determinadas afirmações para não cairmos novamente num essencialismo.

Solange: Então, a própria questão da sexualidade, por exemplo, a minha neta está iniciando a puberdade, né, então, eu tenho conversado muito nesse sentido, de que ela precisa se sentir livre e segura, né, porque... e vou trabalhando muito nesse movimento.

Valdete: *O feminismo que nos liberta é entender a luta feminista, o que é efetivamente o feminismo que nos dá liberdade sobre nosso corpo, sobre nossa vida, sobre nosso pensar, sobre nosso livre pensar. [...] a partir do momento que gente se descobre livre, a gente não aceita mais ficar presa a dogmas, a convenções e a uma série de coisas e à opressão, principalmente [...] liberdade para pensar, para as diferentes vivência que as mulheres têm, para as diferentes escolhas, de sua vida sexual, afetiva [...] liberdade é poder ser feminista, é poder ser livre! [...] ser livre quer dizer você poder ser livre sem sofrer violência, é você poder fazer suas escolhas. [...] tem que ter condições de vida, tem ter um trabalho adequado que não nos humilhe, que não nos oprima. [...] não é você estar preso numa relação, [...] tem muitas mulheres que são oprimidas no trabalho, que são violentadas no trabalho, não digo a violência física, mas a violência psicológica, moral. [...] a liberdade dá conta de tudo. A gente não consegue ser totalmente livres enquanto a gente tem essas amarras, algumas amarras.*

Vanderléia: *o feminismo também é um movimento político de luta pelos direitos de reconhecimento e de construção da identidade coletiva das mulheres, e também um movimento forte de luta pela libertação das mulheres, a libertação que se dá de forma individual em cada mulher mas só é possível quando tem uma força coletiva que impulsiona, que ajuda a mobilizar e compreender, ajuda a desnaturalizar esses processos. Por isso que eu acredito muito nos movimentos e na luta organizada das mulheres.*

Justina: *O movimento tem, como deliberação central, essa articulação, entendendo por exemplo, que não haverá libertação das mulheres, emancipação das mulheres, se a gente não tiver essa luta coletiva. É preciso respeitar e entender o específico de cada realidade, mas é importante que essas realidades se conheçam, então nós tentamos muito nas nossas atividades, dos momentos de feiras, nos momentos de debates, nas lutas.*

Liria: *ter dignidade é também ter liberdade, liberdade de pensamento, liberdade de manifestação, liberdade de ação, seja individual, seja coletiva. [...] a Igreja é uma estrutura da sociedade que oprime sim e elas tem consciência disso, só que por outro lado emancipa, e como que é emancipa? Pela influência da Teologia da Libertação, pelas pastorais sociais, que trazem uma visão diferenciada e muito mais emancipatória, traz a perspectiva também de olhar como elas atuam nesses espaços, e elas dizem isso para mim nas entrevistas, que ir para igreja muitas vezes é se libertar, é sair de casa [...].*

Grasiele: *Outro ponto pra viver com dignidade, além de permanecer vivas, é a questão do respeito, também, a gente ser respeitada nos diversos espaços onde a gente queira ocupar, seja no mercado de trabalho, seja no ensino, de conseguir uma vaga, de ser respeitada em sala de aula, tanto por estudantes quanto por professores, porque os professores também se passam muito, assim, é uma realidade da academia, também, essa questão do machismo bem, o machismo acadêmico, que é uma coisa terrível, assim, e acho que é de ter o nosso espaço, de ter a nossa voz respeitada, tanto nesses espaços quanto nas direções dos movimentos, a gente pensando assim, nas mulheres que se organizam em algum movimento, em algum coletivo, da gente também ser levada a sério, das mulheres também poderem ocupar esses espaços de direção, de coordenação, espaços de decisão, não só pra ficar tocando tarefa, fazendo o que os outros mandam, mas também de poder estar decidindo ativamente, e a gente não ter vergonha, não ter medo de se mostrar, a gente ter essa liberdade para ser quem a gente é de fato.*

Gisele: *Mas foi nesse momento que eu comecei a prestar atenção nas questões da mulher na sociedade, como ela é vista como ela é colocada e também como eu estava me comportando, ao mesmo tempo que eu dizia para minhas alunas: “ah, vocês têm que correr atrás do direito de vocês, vocês têm que se impor, vocês não podem ser submissas!” e, no entanto, eu era, minha vida inteira eu fui submissa e não tinha liberdade pra nada, essa é a verdade, eu achava que eu tinha, mas eu não tinha. Então, foi esse momento que eu me dei conta que eu precisava entender mais e estar mais à frente nessas questões da luta feminina.*

Naira: *E daí as outras questões que muitas vezes são provenientes de políticas públicas, como ter acesso à educação, à saúde boa, atendimento médico no caso, horas de descanso, lazer, que é outra questão que quase não se discute como uma coisa social, parece que é um luxo, ter liberdade de escolhas. [...] Muitas delas com esse duplo desafio que é o do modelo do agronegócio, enfim, mas também com esse modelo do patriarcado, que se coloca em casa, então são sempre duas questões que estão juntas, desde como se libertar de um trabalho mais opressor em termos do modelo capitalista em si, mas também de como pautar isso dentro da sua própria casa.*

Maria Alice: Eu nunca deixei de lutar, de buscar a minha autonomia [...] conheci uma pessoa que me deu uma outra concepção, até mesmo de que no caminhar ele poderia me ajudar a construir minha autonomia e minha liberdade, a partir inclusive desse companheirismo.[...]A minha mãe [...] projetava em mim um desejo de ser uma mulher mais livre [...].

*Sandra: Acho que uma vida digna é elas **poderem fazer escolhas** [...] fazendo aquilo que elas **desejarem fazer** [...] a **questão primeira destas mulheres é a liberdade**, elas entenderem que podem **ser livres** e não precisam fazer parte de projetos de homens ou de suas famílias, **elas podem ter seus próprios projetos**.*

No feminismo as mulheres se reconhecem enquanto sujeitas de direitos e liberdades, **direito sobre seus corpos e suas escolhas**. Uma consciência social e política que vai se constituindo desde os espaços de formação, na luta social, no encontro e na afirmação do coletivo, buscando romper **com a estrutura patriarcal colonizante**. O encontro com outras mulheres é caminho para construção **das lutas pela emancipação**. A liberdade se coloca como expressão de vida digna para as mulheres e passa por múltiplos aspectos: pela independência econômica; pelo direito de decidir sobre seus corpos, seu modo de ser e pensar; liberdade de ação e pensamento e possibilidade de fazer escolhas. Também passa pela vivência de um trabalho digno, livre de opressões, o que implica mudança do sistema por onde se constituem essas estruturas (capitalistas) e das relações de trabalho. Por isso liberdade está fortemente ligada à emancipação.

4.2.2 Trabalho em interfaces: a impossibilidade de robotizar os afetos

Figura 41 – Maravilhosa Elis



Fonte: BASAGLIA¹³, 1979 *apud* ELIS..., 2023.

*De manhã cedo, essa senhora se
conforma
Bota a mesa, tira o pó
Lava a louça, seca os olhos
Ah, como essa santa não se esquece
De pedir pelas mulheres
Pelos filhos, pelo pão
Depois, sorri meio sem graça
E abraça aquele homem, aquele
mundo
Que a faz assim feliz
De tardezinha, essa menina se
enamora
Se enfeita se decora
Sabe tudo, não faz mal [...]
De madrugada, essa mulher faz
tanto estrago
Tira a roupa, faz a cama
Vira a mesa, seca o bar
Ah, como essa louca se esquece
Quanto os homens enlouquecem
Nessa boca, nesse chão
Depois, parece que acha graça
E agradece ao destino aquilo tudo
Que a faz tão infeliz
Essa menina, essa mulher, essa
senhora
Em que esbarro a toda hora
Nos espelhos casuais
É feita de sombra e tanta luz
De tanta lama e tanta cruz
Que acha tudo, natural.*

Composição: Joyce e Ana Terra;
Interpretação: Elis Regina

As mulheres carregam o mundo, mas “é leve”, dizem, é o mundo do cuidado, dos afetos e, se muito quiser e ainda tiver tempo, pode até ganhar “uns trocos” por aí. Elas é que vivem e sentem “na carne”, como destaca Elis Regina. Cabe-nos questionar e resistir a essa

¹³ Fotografia de Marcos Basaglia do show *Essa Mulher* de 1979.

racionalidade que nos impõe o sistema capitalista e patriarcal que há muito toma de assalto o trabalho e a vida das mulheres. O modelo de desenvolvimento capitalista a que estamos submetidos coloca o lucro acima de qualquer outra expectativa para a vida humana. Propõe uma vida acelerada e totalmente “devota” à produção limitando a liberdade, especialmente das mulheres. Desde sua origem, o capitalismo usou do trabalho doméstico não remunerado, exercido pelas mulheres como parte fundamental na geração de lucros. A divisão sexual do trabalho (TIBURI, 2018), que tem início nas sociedades caçadoras e coletoras, culminou em nosso tempo com a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres.

Figura 42 – Mafalda: Porque choram as mulheres?



Fonte: QUINO, 2011.

Sem a democratização do trabalho doméstico não haverá emancipação feminina. “A libertação das mulheres começa em casa”, essa é a fala que sempre fiz a minha filha para que ela compreendesse, desde cedo, a raiz do patriarcado, e, por consequência, a raiz da exploração e violência contra as mulheres. Essa gratuidade do trabalho doméstico, destaca Birolli (2018, p. 29) só é conseguida através do casamento, pois caracteriza o trabalho da mulher como “não produtivo”.

A grande maioria das mulheres vive um dia como se tivesse 48 horas, pois é capaz de multiplicar tarefas que para muitos seria impossível dar conta. Ela que tanto lutou pelo direito a sair de casa, mal sabia que carregaria consigo a casa para onde fosse, ou seja, a mulher saiu da casa, mas a casa não “saiu” da mulher. Ainda que consiga desligar a casa do trabalho, ela sabe que em algum momento a casa volta pra ela. Importante destacar que ao longo da história as mulheres pobres e negras, especialmente no Brasil, sempre tiveram uma jornada tripla de trabalho, pois sempre participaram do mercado de trabalho de alguma forma, ao mesmo tempo em que davam conta de todas as responsabilidades do espaço

doméstico. É uma equação que as mulheres precisam resolver. Mesmo com tantas lutas, a casa ainda é, prioritariamente, responsabilidade delas.

O capitalismo sempre se utilizou do trabalho doméstico não remunerado das mulheres para garantir seus lucros. Obviamente, um trabalho revestido de “cuidar por amor”, um não trabalho. É na exploração do trabalho que se fundamenta a sociedade capitalista e essa é uma premissa sinalizada desde Marx, por tantos pensadores contemporâneos e destacada por Federici (2019). E essa premissa por si só já anuncia a perversidade do sistema. Nada que se sustente a partir da exploração pode ser bom, positivo ou altruísta. A exploração carrega algo de perverso, de desumano e cruel, a ideia de uma vida tomada de assalto. Como destaca Federici (2019, p. 68) “produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho”.

Para garantir o lucro e a riqueza de poucos, o capitalismo buscou justificar a exclusão de grande parte da sociedade do gozo da produção do sistema. No sistema onde poucos compartilham os lucros, é preciso que determinados grupos sejam colocados à margem na sua distribuição, ocupando o posto de mão-de-obra barata e/ou não remunerada, como é o caso das mulheres, que se ocupam dos trabalhos domésticos.

Como destaca Heleieth Saffioti (2013, p. 66) “assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo, para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais”. Portanto, as mulheres garantiram que a mão de obra barata necessária ao capitalismo estivesse sempre a postos para gerar riquezas, jamais distribuídas.

Figura 43 – Obra de Louise Bourgeois - Femme Maison



Fonte: SBARDELOTTO, 2020.

Por outro lado, o capitalismo, marginalizando as mulheres da burguesia ascendente, no entanto, não prescinde do trabalho das mulheres mais pobres que são aproveitadas no trabalho industrial (SAFFIOTI, 2013). Estas, portanto, passam a viver a tripla jornada de trabalho, mantendo como suas as funções reprodutivas. É certo, portanto, que as mulheres muito têm contribuído, com o trabalho remunerado e com o trabalho reprodutivo, para a manutenção do sistema capitalista, pois conforme destaca Saffioti (2013, p. 67),

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então.

Além de sustentar o sistema capitalista, a economia doméstica tem sustentado também a ordem patriarcal, afirmando um sistema de dominação/exploração/opressão em que o papel atribuído às mulheres é de satisfação sexual, força de trabalho e reprodução, como destacam Saffioti (2015) e Lerner (2019). Para garantir seu funcionamento e reprodução, o patriarcado necessita da cooperação das próprias mulheres de formas diversas, destaca Lerner (2019, p. 267):

doutrinação de gênero, carência educacional, negação as mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de ‘respeitabilidade’ e ‘desvio’ de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coersão total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem.

Portanto, destaca a autora, se constitui em uma “dominação paternalista”, onde um grupo considerado superior domina um grupo inferior, permeada por mitigações e obrigações, “o dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por manutenção”. (LERNER, 2019, P. 267). Daí a necessidade de falar com as mulheres, de pensar sobre, construir estratégias e alternativas de resistência para sair dessa situação.

Até hoje, as mulheres seguem contribuindo com a manutenção deste sistema capitalista, com seu trabalho não remunerado, como destaca Yekwana Martínez (2020), desde os anos 70 as mulheres chilenas já denunciavam algo que ainda hoje está muito presente:

Democracia en la calle, en la casa y en la cama” y es que necesitamos democratizar el trabajo del hogar: en primer lugar reconocer que sin este trabajo invisible para

el capitalismo, no es posible el funcionamiento de la sociedad, en segundo lugar internalizar que No es un trabajo inherente a las mujeres o que estamos obligadas por el hecho de ser mujeres (MARTÍNEZ, 2020, documento não paginado).

A relação de submissão, invisibilidade e exploração a que foram submetidas as mulheres também gerou sua resistência e rebeldia manifesta de diferentes formas na música, na poesia, nas artes plásticas e tantas outras expressões. Como ressalta Sbardelotto (2020), é em cenários como este que se destacam as obras da artista Louise Bourgeois, que transformou em arte sua admiração pela mãe e sua indignação e trauma diante dos abusos do pai, contribuindo com o debate feminista e a crítica à cultura patriarcal e machista. A potência da arte de Louise impressiona, desacomoda e provoca rebuliços; desnudadas pelo olhar da artista e pesquisadora Diane Sbardelotto (2020, documento não paginado) revelando que

a casa brota das cabeças e ventres de corpos femininos, ou os devora, numa fusão muitas vezes perturbadora e sufocante. Em outras, o corpo aparece como sustentação, carregando o peso da casa. As obras trazem sentimentos pessoais de Louise sobre as dificuldades de ser artista, num momento em que ela criava três filhos.

A luta das mulheres é dura, mas muito necessária: democratizar o trabalho doméstico e dos cuidados e reconhecê-los como importantes.

Figura 44 – Obra de Louise Bourgeois - Femme Maison (2)



Fonte: SBARDELLOTTO, 2020.

Com a proposição de uma *Reengenharia do Tempo* Rosiska de Oliveira (2003), nos apresenta um desafio e um convite à transformação da vida. Ela destaca as mudanças que

ocorreram na vida das mulheres nos últimos tempos, tidas como conquistadas, e o são, ou seja, elas saíram de seus espaços domésticos, ocuparam lugares até então exclusivos dos homens, ocuparam os espaços públicos com força e determinação de que este também era um espaço delas. A autora destaca que esta mudança se deu como conquista para as mulheres e como concessão pelos homens. O que, na realidade, fez com que as mulheres tivessem que se desdobrar entre o público, espaço novo e desafiador, e o espaço doméstico, privado, que seguiu historicamente como responsabilidade das mulheres: cuidado com a casa, com os filhos, os idosos e marido, ou seja, “no Brasil, a casa e a família são um problema das mulheres” (OLIVEIRA, 2003, p. 11). Elis Regina fez uma fala precisa sobre a situação da mulher trabalhadora, proletária:

[...] eu vejo uma coisa esquisita. A mulher realmente ganhou o direito de trabalhar, mas não ganhou mais nenhum. As mulheres continuam acordando às 4 horas da manhã pra deixar o almoço pronto. Aí trabalham feito umas loucas, às vezes ganham menos que o homem (80 % dos casos ganham bastante menos que os homens), são profissões as quais os homens já não querem mais pertencer, por isso são colocadas ali. Aí voltam para casa e continuam fazendo todo o serviço que normalmente elas faziam. Eu acho que a mulher proletária, a mulher trabalhadora, a mulher operária está muito mais sacrificada hoje em dia, porque afora todo o serviço braçal que ela faz dentro da sua casa, ela também tá dividindo com o homem hoje em dia o ganha pão da família, o dinheiro, o ganha pão, o dinheiro objetivamente, o ganhar dinheiro (ELIS REGINA¹⁴, 1979, documento não paginado).

Utilizando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006, Taís Viudes de Freitas (2008, p. 31) destaca que

é responsabilidade das mulheres encontrar mecanismos que possibilitem conciliar o tempo destinado ao mercado de trabalho e aquele destinado às atividades de cuidado do lar. Essa diferença no uso do tempo entre homens e mulheres evidencia as disparidades e as desigualdades existentes nas práticas realizadas por cada sexo.

Este acúmulo foi pouco percebido ou denunciado. As consequências foram nefastas para a vida das mulheres e, também, para a própria vida privada ou espaço doméstico, que inevitavelmente acaba ficando à deriva. Ninguém assume esta responsabilidade, que, por consequência, segue como sendo da mulher. Tanto as empresas quanto o estado ignoram esta nova realidade e tampouco se responsabilizam por ela. Oliveira (2003), nos esclarece

¹⁴ Entrevista de Elis Regina, no ano de 1979, quando fala “sobre a situação da mulher enquanto ser humano trabalhador e multi-tarefas. Aponta com clareza que “o sistema” atrapalha a vida de machos e fêmeas, mostrando-se lúcida e visionária”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=77NNAnUCc-A>. Acesso em: 01 maio 2020.

que uma pesquisa feita em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, “mostrou que 96% das mulheres inseridas no mercado de trabalho eram as principais responsáveis pela orientação e/ou execução dos afazeres domésticos” (p. 10). Outro dado importante é apontado pela Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2016) indicando o quantitativo de 26,1% de mulheres jovens que deixaram a escola e passaram a desempenhar afazeres domésticos ou se dedicar a atividades de cuidado, enquanto para os homens jovens, a razão para o abandono escolar apresenta-se como 50,5% dos casos como o fato de estarem trabalhando (IBGE, 2017).

Oliveira (2003) destaca a necessidade de uma reengenharia do tempo no sentido de que tanto homens quanto mulheres possam repensar o cotidiano da vida na busca de uma maior qualidade e, por consequência, mais felicidade, o que exige mudanças de comportamentos e a implantação de medidas que na prática possam garantir isso como

a alteração dos horários da administração pública, dos serviços públicos e das escolas; a diminuição ou a remodelagem dos tempos de trabalho, flexibilizados dentro das empresas; mudanças nos espaços de trabalho para permitir maior investimento em casa; transformação das mentalidades nas relações de gênero (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Esta é uma perspectiva que desafia o próprio sistema capitalista, vai de encontro aos seus preceitos e que busca dar sentido à própria existência humana. Dada a importância do tempo como um valor não material, este teria que ser “negociado” coletivamente, destaca Oliveira (2003), e não apenas as mulheres se beneficiariam, mas toda a sociedade, incluindo os homens. Portanto, na reengenharia do tempo

está em jogo o reconhecimento da diversidade de homens e mulheres, de sua incontornável igualdade de direitos. Não fosse um exercício cujo objetivo último é reabrir a discussão sobre o sentido da vida, lembrar a importância dos atos gratuitos, dos laços de afeto e solidariedade. É a condição de eficiência na produção de si, e de uma sociedade revitalizada (OLIVEIRA, 2003, p. 14).

A autora coloca uma reengenharia do tempo como condição necessária para uma existência com mais vida, com mais sentido, com mais prazer, pois o tempo também seria direcionado para essas questões e para os afetos, tão necessários. A necessidade da reengenharia do tempo fica evidente quando se constata que, com o desenvolvimento do capitalismo, a dominação feminina se dá tanto a nível privado “patriarcado privado” quanto no espaço público da política e do trabalho “patriarcado público” (BIROLI, 2018). A

pesquisa aqui proposta busca, também, perceber como essa estrutura de opressão afeta o pensamento do espaço-tempo universidade e como a universidade pública está implicada na reprodução ou na interrupção do patriarcado nos espaços públicos e privados.

Ao defendermos uma maior participação política das mulheres, precisamos considerar as razões que até há pouco tempo a mantiveram afastada da vida política. A abordagem feminista marxista dá importância a esta temática considerando que “a posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a exploração de gênero (ou o patriarcado)” (BIROLI, 2018, p. 27). A autora destaca, ainda, que o trabalho produtivo e sem remuneração fundamenta o sistema patriarcal capitalista e “O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens” (BIROLI, 2018, p. 28).

A reprodução, segundo Federici (2020, documento não paginado.) revela diferentes e múltiplas realidades conectadas; “reprodução é cuidado, educação, culinária, acompanhamento de doentes. E também o cuidado da natureza”. Portanto, o trabalho não remunerado das mulheres (considerado “reprodutivo”) que se caracteriza como os cuidados com a casa e com os filhos permite ao homem exercer um trabalho remunerado (considerado “produtivo”) e, mais que isso, permite ao homem o livre exercício da vida político/pública. Como destaca Saffioti (2013), a divisão sexual do trabalho possibilita e preserva o sistema capitalista, ao minimizar suas contradições, especialmente aquelas ligada à incapacidade do capitalismo de oferecer respostas às demandas vinculadas à dignidade da vida no planeta.

A libertação da mulher, que tanto buscamos, passa necessariamente pela desconstrução do patriarcado, que requer, além de outras ações, uma reorganização social do trabalho e a participação ativa das mulheres na vida pública/política. Para que a libertação das mulheres ocorra de fato, é preciso que a máxima “cuida da casa quem mora nela” seja considerada não só pelos indivíduos, mas pelas instituições. O poder público precisa reconhecer o espaço privado/doméstico como um espaço importante para a dinâmica de desenvolvimento social, que demanda tempo e cuidado. É preciso considerar o trabalho “reprodutivo” como importante, necessário e garantidor de vida, pois

A reprodução é o terreno estratégico fundamental para a construção de um futuro, de uma sociedade. Reprodução significa vida, futuro. Vivemos em um sistema capitalista cujo problema fundamental, que o torna insustentável, é que ele se baseia sistematicamente na subordinação da reprodução da vida, do futuro, uma

vez que se pauta pelo lucro individual e no das corporações, a partir da exploração do trabalho humano (FEDERICI, 2020, documento não paginado).

Quando pensamos ou debatemos a temática das mulheres, necessariamente os diversos sentidos do trabalho aparecem como fundamentais, seja porque lhes foi negada historicamente essa categoria, já que o trabalho reprodutivo sempre foi desconsiderado e invisibilizado, seja porque os trabalhos de cuidado a que se permitiu que ocupassem fora de casa sempre foram associados ao trabalho reprodutivo e não valorizado, ocupando lugar menor na escala de importância ou porque, essencialmente, determinada função não lhe cabia.

A questão é que ao tratarmos de olhares e ações das mulheres em movimentos na universidade pública percebemos o tanto que a categoria “trabalho” se insere, em seus diversos sentidos: ora como possibilidade, ora como limitação e ora como perspectiva. Portanto, não há luta, diálogos, movimentos possíveis sem levar em conta as estruturas e relações de trabalho que afetam as mulheres.

Considerando que “a maior parte do trabalho executado no mundo é de natureza muito relacional e poucas vezes sujeita à mecanização” (FEDERICI, 2021, p. 112), podemos afirmar a importância do trabalho reprodutivo, já que, como questiona a autora

como podemos mecanizar as tarefas de banhar, acariciar, consolar, vestir e alimentar uma criança, prestar serviços sexuais ou ajudar aquelas pessoas enfermas ou idosas que não são autossuficientes? Qual máquina poderia incorporar as habilidades e os afetos necessários para essas tarefas? (FEDERICI, 2021, p. 112)

Então, há uma força humana e de afetos colocada aí, que só pode se reproduzir e se fortalecer em uma sociedade “corazonada”, usando a expressão de Santos (2019), uma sociedade que não permita maquinizar sua essência e robotizar seus afetos.

O trabalho de reprodução da vida precisa ser considerado na perspectiva da dignidade e partilhado, pois se não for assim, tornar-se-á uma carga a mais para quem o realiza (geralmente as mulheres). Partilhado é uma necessidade muito evidente, mas também pode-se pensar em coletivização, como sugere Federici (2020) ao citar iniciativas que carregam a força das mulheres, que também se organizam para mudar as estruturas do trabalho reprodutivo, no sentido de “colectivizar el trabajo reproductivo como herramienta para economizar los costos reproductivos y par protegerse mutuamente de la pobreza, de la violencia estatal y de la ejercida de manera individual por los hombres” (FEDERICI, 2020,

p. 163).

As questões relativas ao trabalho emergiram com força nas falas das sujeitas com quem dialoguei. Considerando os sentidos emergentes desde suas perspectivas, destaco especialmente: **trabalho como expressão de dignidade e autonomia; divisão sexual do trabalho/trabalho reprodutivo/invisibilidades no campo; as lutas sociais em torno da categoria trabalho; o reconhecimento e respeito esperado nos espaços de trabalho.**

Acerca da relação **trabalho e vida digna** destaca-se o **trabalho carregando em si a expressão de dignidade e autonomia** pela possibilidade de geração de renda e, portanto, de autossustento, afirmando também a liberdade (Adriana, Valdete). Para que o trabalho condiga com dignidade, ele não pode tomar todo nosso tempo de vida, colocando-se como **“um complemento de qualidade de vida”** (Francisca), para que seja possível viver plenamente todas as dimensões da vida para além do trabalho. Como destaca Francisca, é preciso *“desconstruir para construir essa nova sociedade, com equilíbrio, com respeito”*.

Quanto à **divisão sexual do trabalho/trabalho reprodutivo/invisibilidades no campo**, nota-se que a divisão sexual do trabalho que ainda sustenta o sistema capitalista patriarcal tem colocado as mulheres em posição de invisibilidade e inferioridade. A **desvalorização das mulheres em determinadas profissões**, historicamente mais masculinas, também ficou evidente (Daiane). Espaços de trabalho é onde também se afirma o patriarcado e as mulheres sofrem com manifestações machistas e relações de poder (Renata). O **trabalho reprodutivo ainda se coloca como tarefa essencialmente das mulheres**, por isso invisibilizado e não valorizado. Elas trazem especialmente essa questão em relação às mulheres do campo, onde o **patriarcado e suas marcas como a divisão sexual do trabalho e a submissão econômica das mulheres** aos homens, é bem forte pois as mulheres, ainda que trabalhem muito, dando conta do trabalho reprodutivo e também da produção para comercialização, são os homens que comandam o dinheiro (Daiane, Naira, Valdete, Grasielle). Portanto, as mulheres sofrem mais os efeitos negativos da divisão sexual do trabalho (Francisca) em um processo de modernização do campo (Renata), assim como na pandemia ela se acentua, quando as **mulheres assumem muito mais as tarefas domésticas**, mesmo os homens também estando em casa, o trabalho reprodutivo ainda é essencialmente atribuição das mulheres (Valdete). Ao nos referirmos ao trabalho doméstico das mulheres em determinado período, precisamos levar em conta que o trabalho fora de casa sempre foi realidade das mulheres negras e pobres (Francisca), ainda que para

exercerem funções similares às reprodutivas. Portanto elas foram mais afetadas, pois além da divisão sexual do trabalho também sofreram os efeitos de uma sociedade racista. Por outro lado, Francisca ressalta a necessidade de lutar para que o trabalho **doméstico/reprodutivo seja visto como tarefa de quem habita a casa** e não apenas das mulheres. Ela percebe com entusiasmo as novas gerações que, segundo ela, começam a desconstruir essa lógica. Por outro lado, o trabalho excessivo das mulheres também é sinalizado: a **dupla ou tripla jornada e o trabalho reprodutivo** como sendo sua tarefa; em situações de desemprego na família são elas que mais se disponibilizam para o trabalho braçais (Francisca).

O trabalho como subsistência pode agregar formação de consciência social e política, constituindo-se em espaços de contato e/ou aprofundamento do estudo e ações sobre a temática (Liria, Renata, Sandra, Siomara, Solange). Portanto, subjetividades políticas feministas podem também se constituir nesses espaços.

As sujeitas também sinalizaram as **lutas sociais em torno da categoria trabalho** (Adriana, Valdete); a geração de trabalho e renda como uma das demandas das lutas por uma sociedade mais inclusiva e de enfrentamento ao patriarcado e a todos os preconceitos (Vanderléia). Também afirmaram a **luta pela valorização da agroecologia**, uma perspectiva de produção protagonizada por mulheres, onde elas buscam garantir seu sustento com dignidade e proteger a vida humana e do planeta, por isso necessitam de apoio e incentivos públicos (Grasiele, Siomara). O **protagonismo da produção agroecológica tem motivado as mulheres a lutarem por seus espaços no campo** (Siomara), um espaço em que o processo de sucessão tem afastado as mulheres, já que as terras passam geralmente para o filho homem (Daiane). O trabalho individual e não formal também é preocupação das mulheres, em como construir alternativas para essas pessoas, pensando em diálogos possíveis entre campo e cidade (Naira) em uma perspectiva de ecologizar saberes e construir possibilidades. Sinalizam um modo de produzir conforme a possibilidade e necessidade (Valdete), por onde perpassa a agroecologia, percebida como um ideal predominantemente defendido pelas mulheres (Grasiele).

O **reconhecimento e respeito no trabalho** são entendidos como **expressão de liberdade para as mulheres** (Valdete, Naira, Francisca, Siomara). Elas se reconhecem e se afirmam enquanto trabalhadoras. Por isso a luta pela valorização e reconhecimento enquanto mulheres trabalhadoras em todos os espaços. O espaço profissional foi sinalizado como

sendo de realização pessoal e empoderamento para as mulheres (Francisca), no entanto, em muitos desses espaços elas ainda são desqualificadas e nos espaços domésticos são invisibilizadas, sofrendo discriminações e violências diversas (Valdete, Daiane, Gisele). **A universidade pública se coloca como possibilidade de abrir horizontes de trabalho para as mulheres**, caminhos alternativos e potentes (Sandra, Siomara), mas também se coloca como espaço onde o machismo ainda está presente com força (Daiane, Solange):

Siomara: [...] quando elas associam isto à prática agroecológica de produção de alimentos, de preservação do meio ambiente, elas se veem mais na agricultura, elas se sentem presente no trabalho da agricultura e elas, de fato, acabam brigando na família, mesmo, pelo reconhecimento delas[...] as mulheres estão tomando a frente das pequenas propriedades e revolucionando, sim, a forma de viver. [...] vida digna é elas serem reconhecidas como trabalhadoras, como mulheres. Mas geralmente primeiro destacam o reconhecimento como trabalhadoras, isso me chama atenção, sabe, porque elas colocam isso: “eu quero ser reconhecida como agricultura, como camponesa, como profissional, como professora”.

Adriana: Acho que é ter trabalho, ter renda e ser respeitada, mas para isso precisa de muito, muitas coisas: políticas agrícolas, políticas de educação, e muita conscientização, organização, e não vai se resolver num lugar, num município...

Francisca: [...] fomos crescendo, fomos aprendendo, a sobrevivência ao trabalho, que nada você consegue se você não trabalhar. [...] aprendi que a luta das mulheres é importante, que o trabalho das mulheres é extremamente importante. [...] A minha profissão também como Professora, eu acho que foi muito importante eu saber que eu tinha um potencial, mas isso porque eu já trazia, que eu tinha potencial e que eu podia fazer a diferença. [...] a gente precisa sim construir esses diálogos com as mulheres para que a gente possa vencer essas dificuldades, mas ainda vai bem longe ainda, algumas gerações para gente desconstruir para construir essa nova sociedade, com equilíbrio, com respeito. Por que eu não posso chegar em casa e sentar e assistir uma novela depois de um dia de trabalho? Por que quem chega primeiro não pode fazer o almoço? Eu aposto muito na juventude, [...] eles estão desconstruindo isso, [...] nos dá luz no fundo do túnel, que é possível essa mudança, essa transformação social. [...] A dupla jornada de trabalho que as mulheres fazem é cruel. Nós ainda não aprendemos a dizer assim [...] não me ajuda no trabalho doméstico, você faz o trabalho doméstico, porque nós moramos nesta casa. E isso não é uma coisa muito simples viu, não é muito simples isso, as nossas mulheres de Periferia, os seus companheiros agora perdem um emprego, e quem que vai trabalhar? Porque arruma a faxina, porque...Por que o homem não pode fazer faxina?

Sandra: Quando eu ingressei em um trabalho [...] eu comecei a ter uma visão mais clara, mais precisa do que era esta questão da teoria feminista. [...] A UFFS, aqui no campus Cerro Largo representa muita coisa. Muitas mulheres que estão estudando são as primeiras das suas famílias a frequentarem ensino superior. Representa elas poderem ter uma inserção no mercado de trabalho para além daquilo que era um horizonte muito curto.

Siomara: [...] no meu envolvimento com o trabalho de extensão rural, acabei me aproximando de colegas também politizados, especialmente colegas extensionistas e aí acabei, por meio da Pastoral da Terra, conversando com muitas mulheres agricultoras [...] Outras oportunidades aparecem com um curso superior, certo. Se não é possível ficar lá no lote do pai e da mãe no assentamento porque é pequeno, estarem se formando em Agronomia, Engenharia de Alimentos, Educação do Campo, se tornando professoras, elas estão, na verdade com uma saída, com mais perspectiva de trabalho.

Valdete: A gente está em numa condição de trabalho durante pandemia, que pra mim ela é segura, pode não ser melhor, mas é uma condição de trabalho confortável, de dentro da nossa casa, mas nem todas as pessoas estão nessas condições e também nem todas as pessoas, nem todos os casais têm essa percepção da divisão igualitária de tarefas [...] também as condições de violência que essas pessoas estão vivenciando dentro de suas casas, essas mulheres. [...] as mulheres que estão mais se dedicando, ainda, ao trabalho doméstico, ao

trabalho do cuidado dos filhos, ao cuidado das pessoas idosas. Essa é uma tarefa que **excepcionalmente das mulheres, no meio rural**, principalmente, porque **lá não há uma creche** para crianças até dois anos de idade, por exemplo, **não há um local de cuidado para os idosos**, além da cultura de que os idosos são parte da família e é um encargo da família [...] é aposentada, e ela só tem essa capacidade de produzir **“eu só consigo com a minha força de trabalho produzir uma horta urbana**, eu consigo fazer uma produção de morangos ou de determinadas hortaliças e vender na feira”, mas **“nós somos um casal mais jovem, a gente consegue produzir muito mais”**, está na **força vital da sua capacidade**. Então, esse balanço entre o poder de produzir, da **capacidade de produzir** e a necessidade do retorno, isso também faz a gente se reproduzir enquanto camponês. [...] as condições de **vida digna é condições de trabalho adequada** [...] Para a gente poder ter liberdade a gente tem que ter condições de vida, tem **ter um trabalho adequado que não nos humilhe, que não nos oprima**. [...] porque tem muitas mulheres que são **oprimidas no trabalho, que são violentadas no trabalho**, não digo a violência física, mas a violência psicológica, moral.

Daiane: [...] sou filha de agricultores e **tendo vivenciado isso lá no campo, onde as mulheres tinham uma certa desvalorização do trabalho delas**, [...] o homem, o chefe da casa, e a mulher [...] quem fazia a maior parte das coisas dentro de casa, e até mesmo fora, ela ficava como submissa, o homem [...] **gerenciava a questão econômica**. [...] as mulheres da **Agronomia querem disputar** e que devem também fazer isso porque elas estudam, se formam pra isso, mas que elas **não eram bem aceitas no mercado de trabalho** [...] porque sempre tem a **preferência pelos homens**. Então o **machismo está na graduação**, está presente e está presente depois da **vida profissional dessas mulheres da Agronomia**, então, isso que eu fui identificando. Essa **temática da sucessão**, que fica muito forte: que campo nós teremos pela frente, sem mulheres, sem família e, logo, sem agricultura familiar? [...] ela ia para a propriedade **fazer o trabalho dela enquanto técnica**, prestar assessoria, e aí os donos da casa, que **normalmente era o marido que recebia ela**, ele falava assim: **“Espera um pouco que eu vou chamar minha esposa”** tipo assim, porque veio a **mulher não tem nenhum valor**, e ela ficou dizendo assim, que eu fiquei chocada, depois eu disse, bem interessante e **eu vou trazer isso no meu trabalho**, que quando esses agricultores ligavam, eles falavam assim que **“ah Eu quero falar com o rapaz tal lá porque você não vai saber isso que eu quero perguntar”**[...].

Gisele: [...] **quando eu estava no privado, então eu ganhava sempre menos do que os homens**, as mulheres geralmente ganham menos do que os homens. E a questão social mesmo de **reconhecimento**. [...] **vida digna é tu ser reconhecida profissionalmente, reconhecida enquanto mulher, respeitada enquanto mulher**, e que tu tenha os **mesmos direitos que os homens**.

Grasiele: Aqui na região como tem essa questão da **Agricultura Familiar**, então de, essa produção que é feita pelas mulheres, que é o **tema da agroecologia ele é totalmente puxado pelas mulheres**, então de ter essa valorização da agroecologia, **de ter linha de incentivo para agricultura familiar desenvolvida pelas mulheres** [...] pra que elas **possam ser valorizadas no serviço que elas fazem**. [...] uma coisa que eu discuti no meu tema do TCC é que **o trabalho desempenhado pelas mulheres é invisibilizado**, no campo também, porque as mulheres elas produzem o que a gente chama de **“miudeza”**, no interior a gente chama de **miudeza**, que é a hortinha, é a comida, é a comida que **mantém a família viva e alimentada no dia-a-dia** e isso é **totalmente desconsiderado**. O **único trabalho considerado é o da lavoura, mecanizada, com uso de agrotóxicos**, com uso de todo um pacote de insumos, e essa produção feita pelas mulheres é muito invisibilizada.

Maria Alice: Não é à toa que há um **esvaziamento no campo, nessas regiões, é por essas questões**. Então tem que ser **trazido cada vez mais essa reflexão do empoderamento feminino, das condições de trabalho, dos papéis**. Eu acho que isso vai ajudando as pessoas a se **sentirem mais empoderadas, com mais autoestima**, inclusive para ficar e talvez **conseguir continuar o seu trabalho** [...].

Naira: É, elas têm uma leitura bem crítica em relação ao contexto, porque elas estão lá, no cotidiano. Muitas delas com esse duplo desafio que é o do modelo do agronegócio, enfim, mas também com esse **modelo do patriarcado, que se coloca em casa**, então são sempre duas questões que estão juntas, desde **como se libertar de um trabalho mais opressor em termos do modelo capitalista em si**, mas também de **como pautar isso dentro da sua própria casa**. [...] **aquele formato estaque de campo e cidade, urbano e rural**, não é mais assim, nós temos que nos dar conta que claro que há espaço ainda para o campo, que são sujeitos que estão ali, mas **o que fazer com todas essas outras pessoas que não estão articuladas com os grandes sindicatos**, que também já ruíram em muitas formas, aquele pessoal que **não está nem no trabalho formal**. [...] **essa questão de um trabalho reconhecido, porque o trabalho é fundante. Não tem mulher que não trabalhe. Então ser**

reconhecida em todas as dimensões do trabalho.

Renata: *E isso tem a ver também com escutar uma piada machista e você dizer “não, isso não é engraçado”, “isso não é correto”, isso vem desde o relacionamento pessoal com seu companheiro, num relacionamento de trabalho, [...] vai começando a tocar na consciência das pessoas [...] Então, quando eu tenho uma invasão da modernização capitalista do campo, eu vou ter efeitos diferenciados pra homens e mulheres e a gente percebe que as mulheres sofrem de forma mais intensa esses processos, porque os homens, devido a essa divisão sexual do trabalho, eles já vão sendo mais encaminhado pra lidar com o público, pra lidar com essas inovações que chegam. [...] você tem uma comunidade articulada no campo, você vai ter a troca de ajuda, você vai ter os mutirões, esses laços de solidariedade que você não vai precisar contratar empreitada pra algum trabalho, você vai ter essas trocas de ajuda e por aí vai.*

Vanderléia: *[...] que tem as questões micro das lutas das mulheres, do dia a dia, que tem a ver com a sobrevivência, a geração de trabalho e renda das mulheres que vivem na cidade, e também a luta pelos direitos e essa luta maior, por uma outra sociedade, por um projeto que seja de inclusão social, que seja de enfrentamento ao preconceito, ao patriarcado, ao machismo, ao racismo, a todos os preconceitos que tem aos homossexuais, toda essa questão que precisa também ser enfrentada.*

Ao sistematizar a relação do **trabalho com vida digna**, podemos aferir a partir das falas das sujeitas, que a dignidade passa pela liberdade de escolha em relação ao trabalho a realizar, que ele se coloque como complemento em nossas vidas. Também passa por boas condições de trabalho e salários justos e equiparados aos homens. **O trabalho pode se colocar como resistência e luta**, quando se pensa em alternativas de vida agroecológicas, perspectiva protagonizada por muitas mulheres camponesas. **Um trabalho que empodera, na medida em que cria renda e leva à participação em organizações coletivas de luta e formação**, como o MMC, por exemplo, ou é transformado a partir dessa perspectiva.

A luta das mulheres e seus movimentos passam pelo necessário reconhecimento de si mesmas enquanto trabalhadoras e o reconhecimento social necessário. Nota-se as **condições de trabalho e emancipação como debates interligados e importantes** para evitar o esvaziamento do campo (Maria Alice). A **perspectiva de trabalho coletivo** (mutirões) se coloca como alternativa potente (Renata), na medida em que gera renda e possibilita a formação de diálogos, frutificando solidariedade.

Ao trazer a importância do trabalho em suas relações complexas, as sujeitas afirmam, junto comigo o que Federici (2021) destaca, trabalho não se resume a salário, trabalho é muito mais, envolve a vida, o ser e estar no mundo, relações sociais. Não é possível pensar em transformação da sociedade sem que sejamos capazes de lançar um olhar atento sobre essa questão e encontrar fissuras (WALSH, 2019) por onde germine uma possibilidade de transformação desses espaços, com relações mais justas seja no espaço doméstico ou nos espaços públicos, que garantam reconhecimento e dignidade às mulheres. A perspectiva do comum (FEDERICI, 2020; 2021) se apresenta como alternativa, tanto para

o trabalho reprodutivo, quanto para o trabalho de subsistência/existência; organizações coletivas para dar conta de parte do trabalho reprodutivo.

4.2.3 A violência cotidiana contra as mulheres: “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim¹⁵”

O exercício da violência como forma de subordinação tem mantido/sustentado o “monstro das três cabeças”. Ela se mostra nas relações de dominação que geram crueldade e sofrimento e constitui uma das formas em que o colonialismo e o patriarcado e suas “derivações” se sustentam e se fortalecem (SEGATO, 2012).

Sobre os corpos das mulheres, a violência é exercida de formas diversas, seja física ou psicológica. Os dados da violência contra as mulheres são alarmantes. A violência também se coloca como pilar na sustentação do capitalismo, que mantém uma estrutura desigual e injusta de classes, usa o estado como forma de controle e exercício de poder em que as populações mais pobres são as principais vítimas. Um estado que mantém o *apartheid* social, assim como requer o sistema. A colonialidade por sua vez se fez e se faz sob a égide da violência física ou simbólica. O domínio dos povos, as guerras ou a destruição de culturas locais com imposição de uma forma globalizante de pensamento e consumo.

A violência cotidiana sofrida pelas mulheres precisa nos afetar, precisa nos incomodar e nos indignar. Só assim nossa voz ganhará força. Quando tratamos de violências precisamos pensá-la no plural, pois ela é exercida de diferentes formas afetando as mulheres fisicamente ou psico-moralmente. Ela não é exercida apenas por homens contra mulheres, ela é uma manifestação de poder e é exercida sobre pessoas mais vulneráveis, sejam mulheres, crianças, homossexuais, negros e negras, indígenas, pobres. Quando tratamos do “monstro das três cabeças” e suas variantes, tratamos também de violências, de exercício de poder e de submissão e sofrimentos. Por isso, em muitas sessões desta tese essa temática volta à tona. Na definição de Marcela Lagarde (2005) a violência contra as mulheres se manifesta de diferentes maneiras, considerando a circunstâncias, quem a exerce e sobre quais mulheres;

Hay la violencia del sojuzgamiento económico, de la imposición de decisiones, del engaño, de la infidelidad, del abandono. La violencia afectiva y corporal -

¹⁵ GERMANO, Douglas. Maria da Vila Matilde. In: **A Mulher do Fim do Mundo**. Intérprete: Elza Soares. Circus, 3. out. 2015.

reconocida como crueldad mental y como violencia física o “sexual” –, implica gritos, maltratos, humillación, distintos grados de ultraje erótico, el secuestro, los golpes, la tortura y la muerte (LAGARDE, 2005, p. 259).

Conforme Alemany (2009, p. 271),

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade.

A vida e a segurança das mulheres ainda são consideradas questões secundárias ou menores, daí a necessidade de políticas públicas para dar conta dessa questão (SAFFIOTI, 2015). O papel dos movimentos feministas também é fundamental nesse processo, denunciando e cobrando ações do poder público que possam inibir e oxalá findar a violência contra as mulheres.

O Brasil, infelizmente, segue contribuindo com os números que revelam um alto índice de violência contra as mulheres. Com base em dados de pesquisa da Fundação Perseu Abramo, Saffioti (2015, p. 69) nos revela dados alarmantes acerca da violência contra as mulheres no Brasil, já que “20% das mulheres sofrem lesão corporal dolosa (LCD)” e que

[...] 11 % das investigadas relataram vivências de espancamento (LCD) no universo de 61,5 milhões, estima-se que, entre as brasileiras vivas, pelo menos 6,8 milhões delas tiveram, ainda que uma só vez, esta experiência. Já que as casadas com espancadores contumazes relataram que a última violência deste tipo havia ocorrido no período dos 12 meses anteriores ao trabalho de campo, projetou-se, por baixo, cerca de 2,1 milhões de vítimas de LCD ao ano, 175 mil ao mês, 5,8 mil ao dia, 243 a cada hora, o que significa quatro vítimas por minuto ou uma a cada 15 segundos (SAFFIOTI, 2015, p. 69).

Outros dados mostram que a violência doméstica ainda é predominante, já que

[...] o marido agressor comparece com 53 % nos casos de ameaça à integridade física da companheira com armas, subindo sua presença para 70% quando se tomam todas as modalidades de violência investigadas, ex-companheiros, esse grupo constitui a imensa maioria dos agressores (SAFFIOTI, 2015, p. 69).

Segundo matéria elaborada por Cubas, Zarembo e Amâncio (2019) para o jornal Folha de São Paulo, no Brasil “a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por um homem e sobrevive”. Conforme os dados utilizados, em 2018 tivemos “mais de 145 mil casos de violência – física, sexual, psicológica e de outros tipos – em que as vítimas sobreviveram” (CUBAS; ZAREMBA; AMÂNCIO, 2019). Nestes casos destaca-se que as agressões

ocorrem em casa, portanto com um agressor familiar ou conhecido. Esses dados foram obtidos pelo jornal em consulta ao Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). A matéria destaca ainda que, em 2017, 4.396 mulheres foram assassinadas e que a violência cresce a cada ano.

Importante destacar que as mulheres sofrem violências diversas, desde a física à psicológica. O Instituto Patrícia Galvão registra que 76% das mulheres que foram entrevistadas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, que perpassam por algum tipo de assédio ou constrangimento no ambiente profissional (SUPRANI, 2020), enquanto apenas 15% dos homens afirmaram sofrer desses mesmos abusos.

No período de isolamento social devido à Covid 19, ocorreu um aumento nos índices de violência doméstica contra as mulheres, como destaca a reportagem de Leda Antunes (2020), que nos traz dados alarmantes de crescimento de feminicídios em 16%, assim como o aumento da violência doméstica refletida no aumento de 36% no número de chamadas ao Disque 180, no período de março a junho de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Os altos índices de violência têm motivado um endurecimento da legislação de proteção às mulheres como a aprovação em 10 de dezembro de 2020, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei que torna crime o *stalking*, ou seja perseguir alguém de forma obsessiva: Câmara aprova projeto que torna crime a perseguição obsessiva (CALGARO, 2020). O projeto aguarda reanálise do senado. A relatora do projeto, com base nos dados do Stalking Resource Center, destaca que 76% das mulheres que foram vítimas de feminicídio sofreram algum tipo de perseguição e 54% denunciaram à polícia antes de serem assassinadas.

A violência de gênero aumenta quando se trata de mulheres negras. Bergamo (2020) destaca dados da pesquisa feita pelo Instituto Marielle Franco, que apontam que a cada 10 mulheres negras, 8 sofreram violência virtual nas eleições em 2020, diz estudo”. As ofensas e ataques foram de toda ordem, desde ataques misóginos a agressões físicas. Ocupar o espaço da política, ainda predominantemente masculino tem gerado uma série de manifestações violentas, exacerbadas quando se refere a mulheres negras.

As mulheres negras também são as maiores vítimas de homicídios e feminicídios, ou seja, representam 3 a cada 4 mulheres assassinadas e 3 a cada 5 mulheres vítimas de feminicídio. As mulheres negras correspondem a 75 % das vítimas de homicídio, no

primeiro semestre de 2020. Velasco, Grandin e Reis (2020) destacam os dados do *Monitor da violência*, um levantamento realizado em parceria pelo G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que aponta também que essas mulheres negras têm mais dificuldade em denunciar, assim como de acessar serviços de proteção.

Em relação às mulheres indígenas, a situação também é preocupante, pois, conforme Guajajara,

Para combater essa situação de violência doméstica contra a mulher, que é uma realidade, mas que também é uma realidade oculta, oculta porque se há dados da violência contra as mulheres negras, contra mulheres urbanas, para nós, as mulheres indígenas sofrem essa violência totalmente silenciada porque não aparece nem índice, nem estudo, nem pesquisa tem para poder mostrar esse número de mulheres que são violentadas de todas as formas dentro das aldeias indígenas (FEMINISMO..., 2021, documento não paginado).

As violências se dão de formas diversas, desde o dito ao não dito, na palavra de comando, na exploração da sensibilidade, na exploração da dependência econômica. Os índices de violência física/psicológica contra as mulheres são chocantes. Dados recentes indicam que a cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil (GORTÁZAR, 2019).

Segundo dados da *Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2021, p. 3) “o percentual de mulheres que percebem aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino no último ano segue em linha ascendente e chega a 86%”. Esses dados indicam aumento de 4 pontos em relação à pesquisa de 2019. A pesquisa revela ainda, que a violência contra as mulheres é percebida de formas diversas sendo o maior índice percebido como violência “física (79%), seguida por psicológica (58%), moral (48%), patrimonial (25%) e sexual (22%)” (p. 4). Em relação ao vínculo dos agressores com as vítimas de violência doméstica ou familiar, a pesquisa revela, com muita tristeza, que em 52% dos casos, o agressor era “marido ou companheiro, 17%, que ele era ex-marido ou ex-companheiro, 4%, que ele era namorado e 3%, que ele ex-namorado” (DATASENADO, 2021, p. 13). Diversas fontes revelam aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia da covid-19. É também o que a revela a pesquisa DataSenado ao destacar que nos últimos 12 meses, considerando as situações pesquisadas, “quase metade (49%) afirma que durante a pandemia

a agressão sofrida se tornou mais frequente e 44%, que se tornou mais grave” (DATASENADO, 2021, p. 21). Mesmo diante desse quadro, a maioria das mulheres ainda desconhece as leis que as protegem, como é o caso da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em vigência há mais de 15 anos e, segundo a pesquisa, “81% das brasileiras afirmam conhecer pouco ou nada sobre esse instrumento legal que é referência no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres no país” (DATASENADO, 2021, p. 8).

É preciso considerar as violências diversas sofridas pelas mulheres e que, geralmente, não entram nas estatísticas. Como destaca Maria Alice Canzi Ames (2021, p. 218),

Há diversas formas de morte que vão consumindo a alma feminina, ameaças, humilhações, agressões, estupros, prenunciado tragédias maiores como o feminicídio. Parte dessas agressões, por vezes diárias, são abafadas pela educação cultural, em que a mulher é orientada a simplesmente obedecer ou aceitar, enquanto é ensinado a normalizar seus comportamentos de desrespeito.

A luta pelo fim da violência contra a mulher é pauta forte tanto para as mulheres do MMC, quanto para as feministas comunitárias. Como destacam Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p. 26), “enfrentar a violência é para as mulheres camponesas uma luta árdua e permanente como grande desafio que exige de todas identificar as manifestações vivenciadas cotidianamente e buscar caminhos de superação”.

O feminismo comunitário se coloca com firmeza na luta pelo fim da violência contra as mulheres, uma luta que agrega a defesa dos territórios e de seus corpos, de mulheres e meninas, para despertar a consciência da população. Na Guatemala, elas gritam: “porque a las niñas no se tocan, no se violan, no se queman y no se matan” (CABNAL, 2019). Como forma de resistência, elas se mobilizam, ocupam as ruas e as redes e realizam um processo subjetivo de “sanação”, identificado como “acorpamento”, que segundo Cabnal,

O acorpamento é um ato pessoal, político onde neste tempo a indignação que vivem em outros corpos pelas injustiças, também eu as vivo e as sofro. Mas também a sanação que eu disfruto, que celebro, que reivindico também outros corpos vão reivindicar. Porque acreditamos em uma relação sanadora de algo que em maia se diz “*la in son la at e la at son la in*”, porque tu sou eu e eu sou tu, o que sofre essa história, esse corpo dói e “*acuerpo*” e lutamos contra a injustiça, denunciamos a violência. Mas, nessa reciprocidade, também nos juntamos para sanarnos para sermos mais fortes, para sermos mais felizes (CABNAL, 2019, documento não paginado)

Elas se fortalecem na aproximação solidária e afetiva com outras mulheres, onde

realizam um movimento de “sanação” que é pessoal e político, buscando “curas”, já que “na rede da vida não nos foi dada uma vida para que as mulheres vivamos violência. Viemos ao mundo para viver corpos felizes e aportar a rede da vida!” (CABNAL, 2019, documento não paginado).

Figura 45 – “Pão e paz”: a luta das mulheres



Fonte: LATUFF, [s. d.] *apud* SANTIAGO, 2019.

Não mexe comigo, que eu não ando só, Eu não ando só, que eu não ando só.

Maria Bethânia (2012)

Ainda que a violência não seja a centralidade dessa pesquisa, ela surge como sentido emergente nas falas das sujeitas, e o fim dela é uma das razões da luta feminista. Por isso não poderia deixar de tratar aqui essa temática. Também porque ela perpassa com força minha pesquisa, quando se pensa na motivação das mulheres para a luta. A pesquisa aconteceu em meio à pandemia de covid-19 e o consequente agravamento das questões de violência contra as mulheres e a sobrecarga de trabalho acabaram permeando muitas conversas. Considerando os sentidos emergentes nas falas das sujeitas, destaco especialmente:

Altos índices de violência contra as mulheres e o silenciamento: a temática tem mobilizado as mulheres em diferentes espaços. Elas reconhecem os altos índices de feminicídio, situação que se agrava com a pandemia, é uma evidente banalização da violência (Adriana, Vanderléia, Sandra). No *campus* Cerro Largo, esse tema é muito premente, considerando os altos índices de feminicídios da região, como destaca Sandra ao afirmar que estudar esse tema se fez necessário, uma vez que suas alunas estavam sendo

vítimas de feminicídio e os frequentes enterros a fez pensar na necessidade urgente de discutir a temática, uma **“violência silenciosa muito grande”** (Sandra). Ela ainda destacou que não poderia deixar de debater a temática, considerando que os feminicídios da região correspondem a 47 % dos feminicídios do Rio Grande do Sul, ainda que, em termos geográficos, corresponda a apenas 7 % dos municípios do estado (Sandra). As questões sobre violência contra as mulheres **mobilizam também as mulheres de outras regiões**, Laranjeiras do Sul, por exemplo, onde há um alto índice de violência (Renata). A denúncia contra a violência às mulheres é mais difícil em relação às comunidades indígenas, considerando sua organização interna, e na área rural devido ao isolamento, poucos recursos de controle e denúncia. Também se percebe uma **normalização da violência** (Siomara):

Adriana: os feminicídios têm aumentado muito, com a nossa lógica da sociedade, não só no Brasil, inclusive, porque a violência está muito mais perto do que a gente imagina, e por motivos muito banais, por alguém que comemorou um jogo, que seu time e o do outro...Por coisas muito fúteis e muito...dessa questão da propriedade do outro. Então, nesse aspecto, “se não me quer, então não vai querer mais ninguém”.

Vanderléia: Com a Covid a gente sabe que na questão da mulher aumentou a violência, aumentou o índice de mortalidade materna no Brasil. [...] Certamente, os problemas relacionados à saúde da mulher, a gente ainda não tem os indicadores, não analisou ainda os indicadores, mas eles são fortes.

Sandra: eu me deparei com uma violência silenciosa muito grande [...] eu passei a viver, eu passei a ver gente morrendo, tanto é que as taxas de feminicídios são muito altas nessa região [...] Eu passei a ir muito a velórios e a enterros de estudantes, de conhecidas, de pessoas, que na minha trajetória profissional eu nunca fui, nesta quantidade. Então, isso me fez me aproximar, com essa violência letal em relação às mulheres da região

Renata: Laranjeiras do Sul é uma cidade que tem um alto índice de violência doméstica, de violência contra as mulheres, então a questão da violência é algo que mobiliza bastante. Tanto que temos professoras da UFFS que fazem parte do Conselho Municipal da Mulher.[...] tem muita essa questão da violência, dessa discussão que é bem forte no município e a questão da reforma agrária. Aqui tem o coletivo de mulheres na região, do MST, que aí fazem essas discussões e aí vai trazer a questão da agroecologia, da violência, etc. e tal [...].

Valdete: o quanto as mulheres são as que estão cuidando das casas sozinhas [...]“ah, o aborto”, é a mulher, o homem não está aí, ninguém fala do companheiro ou do não companheiro ou do marido ou de quem foi que participou do processo e abandonou, ou que mesmo quisesse o filho, mas que a mulher não queira, porque fruto de uma violência muitas vezes dentro da própria casa, dentro dos estupros maritais, das relações opressoras sexuais, também, que as mulheres têm dentro de suas casas.

Siomara: Na área urbana e no entorno da área urbana, as mulheres têm mais recursos para, de fato, denunciarem a violência, mas a área rural é o grande problema. Não apenas denunciarem a violência, mas entenderem o que é violência contra a mulher, que tipo de violência ela está sofrendo, psicológica, moral..., pois, de repente, acredita que é assim mesmo, que isto é da relação entre casal, que é “normal”, entre aspas. [...] Não é normal, exatamente, até entender que não é normal. Um grande problema que nós temos é, na verdade aqui, de tratar a questão da violência nas comunidades indígenas. Porque aí existe uma organização social e política que não é bem assim para algumas instituições do Estado entrarem na Terra Indígena e socorrerem as mulheres indígenas.

Sociedade patriarcal gera e reproduz violências: uma sociedade construída sobre

padrões patriarcais só pode gerar violências e sofrimentos, especialmente para as mulheres, mas também para os homens e pessoas intergênero (não-binárias). A manifestação dessas violências é diversa, sendo **de ordem física, emocional, afetiva, psicológica, social**. Amarras e **padrões sociais que limitam a vida e produzem sofrimentos** (Renata, Siomara):

Renata: Então, eles não precisam refletir, sobre essas coisas que passam por eles, porque eles não passam, é como se não passassem [...] é por isso que a gente vê tantas atitudes irracionais, tantas atitudes atroz que os homens fazem, de perda total de controle, porque lhes é proibido refletir sobre tudo isso que passa dentro deles. Então, são essas estruturas, essas amarras sociais, que vão dando possibilidades e não possibilidades para essas pessoas agirem, e como que isso interfere na vida, quanto de violência no campo a gente não tem?

Siomara: E o que a gente percebe, para as meninas, é que elas aceitam nossas discussões feministas e de gênero, mas boa parte dos meninos, não. Os rapazes ainda são mais “fechados” à certas discussões, principalmente quando a gente trata da questão da sexualidade, da violência contra a mulher, da homossexualidade.

Dinâmicas de enfrentamento e resistências: quando as situações de violência ocorrem por dentro de instituições, movimentos ou organizações sociais, o processo de consciência coletivo produz dinâmicas de enfrentamento e resistências, motivando para **ações coletivas em redes de apoio** (Daiane, Naira). Ainda que a temática pareça visível nesses espaços, universidade e movimento social, onde a violência contra a mulher é combatida, enquanto temática social a **violência contra as mulheres ainda é um tabu** (Adriana), por isso, com as pautas diversas do movimento, as mulheres camponesas trazem a questão da violência contra a mulher (Adriana):

Adriana: [...] se tu disser que vai trabalhar a violência, ninguém aparece ou muito poucas. Então sempre tem que começar por alguma coisa mais prática, de receita ou de remédio [...].

Daiane: aconteceu esse caso de violência, aí as mulheres uma foi apoiando a outra, não querendo permitir que isso viesse a acontecer novamente, só que o agressor que cometeu esse ato de violência não foi expulso [...] Isso motivou as mulheres a se unir, também, e querer fortalecer.

Naira: o pessoal se mobilizava bastante por essas questões [...] entre as alunas há muito essa perspectiva da solidariedade, de discutirem mais no coletivo quando há uma situação mais complicada, desde o caso de violência, assédio, coisas assim, há um grupo. [...] elas têm algumas articulações só de meninas, inclusive assim, com apontamento, quando sofriam algum tipo de assédio... Elas tinham uma lista lá dos elementos não muito bem vistos.

Renata: Laranjeiras do Sul é uma cidade que tem um alto índice de violência doméstica, de violência contra as mulheres, então a questão da violência é algo que mobiliza bastante. Tanto que temos professoras da UFFS que fazem parte do Conselho Municipal da Mulher. [...] tem essa discussão muito forte, que ela é política, é também ecológica, e junto dessa questão de economia, de ecologia, você tem as pautas das mulheres, da violência contra as mulheres. Então, assim, são coisas que vão se casando e que não dá mais para separar, e é interessante, o movimento é muito potente, eu vejo muito a força, importância na voz, porque ele traz essas coisas juntas, e avança também.

Universidade como espaço de resistência e ações de enfrentamento às violências. Na Universidade, sendo uma instituição pública, o debate é mais aberto, podendo **mobilizar a comunidade para debater a temática**, como espaço de mobilização, denúncia e debate (Ana Carolina, Grasielle, Siomara). A Universidade se coloca também como espaço de resistência e ação política no enfrentamento às violências contra as mulheres e na **luta para “desnaturalizar” a violência** (Vanderléia, Maria Alice, Siomara, Renata). A **formação superior, vista como possibilidade de autonomia financeira e emancipação**, também pode contribuir para **a libertação das mulheres da condição de violência** (Renata).

Grasielle: Todo ano, dos anos que eu estava na UFFS, todo ano nessas principais datas tinha alguma movimentação, seja por dentro dos cursos, por exemplo: Ciências Sociais vai fazer uma mesa para debater violência contra a mulher ou a própria Universidade, já aconteceu algumas vezes, vai chamar a delegada da Delegacia da Mulher do município para falar sobre dados da violência [...].

Siomara: [...] a gente vai às escolas, oferta oficinas nas escolas para adolescentes [...] sobre violência contra a mulher nas escolas [...] Têm os cursos de especialização também que a gente trabalha gênero, orienta trabalhos de conclusão de curso de especialização na área de estudo de gênero e feminista. [...] na universidade nós não temos uma atuação muito organizada..., de organicidade mesmo, de ações feministas conjuntas, mas já fizemos várias mesas de debate. Temos projetos de extensão que incluem gênero, feminismo, violência contra a mulher. Tem as pesquisas, também. [...] atividades de formação, realizando mesas redondas, apresentação fotográfica, artística, performance teatral para de fato discutir essa questão. Outros temas trabalhados são mulher e agroecologia e gênero diversidade na escola.

Vanderléia: E eu tenho trabalhado isso para que os alunos e estudantes de medicina compreendam isso, e façam esse diálogo e essa parceria, no cuidado da saúde das pessoas que estão em situação de sofrimento que não é uma doença, mas que é um sofrimento que vem da violência contra mulher, que é um sofrimento que vem da fome, de não ter emprego, de não ter um trabalho digno, não ter uma moradia digna, e que não adianta medicalizar. E você e o médico ou profissional de saúde que seja, não consegue lidar com isso, quem sabe lidar com esse sofrimento é a luta social, popular, porque constrói ferramentas de análise para compreender e ajuda a encontrar ferramentas coletivas para enfrentar essas situações. [...] O que a Universidade pode fazer? A Universidade pode contribuir através dos projetos de extensão, um deles é esse que, na verdade, nossa Universidade faz parte, junto com a UFRGS e outras, em serviço de cuidado, de atenção a essas mulheres. [...] fizemos algumas ações de enfrentamento a violência, ao assédio moral e sexual dentro da Universidade, com algumas estratégias tipo caixinhas de denúncias no banheiro, [...] É muito difícil de fazer esse enfrentamento. [...] Tem coisas que são mais ampliadas e que envolvem a população LGBTQIA+ que não é só da Universidade em si. [...] teve alunas que sofreram violência, ameaças de morte, e que eu acabei acompanhando na Delegacia de Polícia porque as mães moram longe daqui [...] são coisas que não são escritas em lugar nenhum. Tem as ações que a gente fez junto com as PLPs, feiras de saúde e conscientização do enfrentamento a violência, [...] a gente participou daquele movimento da máscara roxa que também é identificação das mulheres vítimas de violência. Tem as ações que a gente faz junto com o Conselho de Direitos da Mulher e da Saúde, e essas outras ações que são mais de Educação em Saúde, de educação e de conscientização, mais do que uma agenda de enfrentamento, ou uma agenda política aberta. [...] Então a gente acaba atuando mais dentro do SUS, dentro da formação, dentro dos espaços que a gente tem para ajudar desnaturalizar a violência, a presença desse tipo de situação. [...]

Maria Alice: Então eu me sinto agora um pouco mais preparada para me desafiar, sair mais a campo de novo, com essa extensão, com esse tipo mais comunitário, talvez fazer uma parceria ali com assistência social de Cerro Largo. No início quando eu cheguei em Cerro Largo, logo que fui transferida, fui procurá-las para a gente fazer uma parceria para pensar essa questão dos menores, dos adolescentes infratores porque ainda

estava ligada a essa questão da violência. Agora eu estou vendo que eu posso trabalhar aquilo que eu queria ver um pouco maior na roda, que são as várias temáticas contemporâneas, a violência sendo uma delas, e que a gente pode pôr em pauta conforme suscitam esses assuntos, fazer rodas de conversa com a comunidade, talvez algum projeto assim, estou imaginando que vai ser legal encampar.

Ana Carolina: [...]antes da pandemia, em 2020. No dia da mulher, a gente fez um evento que o nome era “Mulhere-se”, já teve três anos. [...] Foi uma parceria com a Secretaria que cuida das questões das mulheres aqui do município. Foi uma juíza e uma advogada falar sobre questões legislativas, etc. da violência contra mulher.[...] foi o maior público que eu já promovi na Universidade.[...] porque o tema era violência doméstica. Eram muitas perguntas, muitos depoimentos [...] Sabe aquela fala que ninguém sai do auditório? Não tem explicação, quer dizer tem explicação, tem explicação; explicação é essa, que é óbvio, o que mobiliza as mulheres aqui é violência doméstica. [...] que elas se interessaram também, por conta que não era um estudo teórico, acadêmico, eram questões de leis e do que poderia ser feito na prática.

Renata: Teve um caso até que uma professora de lá comenta, de ter ocorrido uma violência de um menino contra a namorada dentro da universidade, aí entrou todo um processo, enfim, teve toda uma mobilização, porque essas professoras se mobilizaram com a situação, foram atrás, no fim aconteceu que esse menino foi afastado da universidade, porque não vai se admitir esse tipo de violência, a princípio, que deve estar ali dentro da questão da universidade como um todo, mas se não tem alguém que luta para evidenciar que isso não está correto, passaria batido, “ah, é briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, mas é preciso estar escancarando essas situações para se refletir sobre elas. Então, essa questão também das mulheres poderem estar se formando, se capacitando para conseguir ter uma autonomia financeira. Então, assim, estar numa universidade é a possibilidade de eu ter emprego e autonomia financeira, embora autonomia financeira não signifique empoderamento, muitas vezes o empoderamento necessita da autonomia financeira, porque, às vezes, a mulher tem toda a consciência de que ela está vivendo em uma relação opressora e de violência mas não tem condições de se manter financeiramente, e “os filhos vão morrer de fome”, “vai passar necessidade”, etc. e tal. Então ela se mantém nessa relação para poder sobreviver.

Feminismo como caminho para a compreensão crítica dos processos de opressão e violência. A formação de uma subjetividade política feminista, dada nos movimentos e/ou na universidade sensibiliza o olhar para as agressões ligadas à condição de gênero, dando especial atenção à luta pelo fim da violência contra as mulheres. Feminismo como categoria importante para compreender as violências e sofrimentos das mulheres (Sandra, Vanderléia):

Sandra: essa aproximação me fez, também, ter uma visão, logicamente de mundo e de política, diferenciada, entender o que é a violência de gênero estrutural e sistêmica.

Vanderléia: No campo da saúde utilizo também essa categoria (feminismo) para compreender os processos de dominação, de preconceitos, do patriarcado, do quanto essas questões incidem sobre a violência, sobre o adoecimento, sofrimento que as mulheres enfrentam na área da saúde, e de como ele é naturalizado numa sociedade que naturaliza isso, ele não é enfrentado [...]. A gente vai construindo pequenos mundos, ou como diz uma médica amiga minha, pequenas ondas, no nosso cotidiano, que vão ressignificando nosso agir e devagarinho a gente também vai se somando a uma onda maior, que vai transformando a humanidade. Não essa onda de violência, de ódio que permeia a sociedade brasileira e que ela ganha eco em pessoas que se movem pelo ódio, pela competição, nos mostra que a gente precisa fazer essas pequenas ondas acontecerem no cotidiano.

Percebe-se que a intensidade da situação vivida, no caso a violência contra as mulheres, convoca à ação, especialmente àquelas constituídas de uma subjetividade política

feminista e movidas por uma consciência social e articulada às lutas. Um olhar atento sobre a realidade requer uma análise geopolítica reconhecendo as características específicas da região de fronteira e seus problemas, daí o papel da universidade em promover esses debates. Também uma região essencialmente rural, por onde a violência contra as mulheres é ainda mais invisibilizada e naturalizada. Quem olha para essas violências e se sensibiliza, senão as próprias mulheres? Uma sororidade necessária e revolucionária, que busca com as ações mudar a realidade de sofrimentos para as mulheres.

A pesquisa revela uma grande preocupação das sujeitas e seus movimentos em erradicar a violência contra as mulheres; uma das bandeiras fortes do feminismo popular camponês. Elas revelam o quanto o tema mobiliza o movimento e também a universidade. Os espaços públicos distintos requerem diferentes estratégias de ação. Daiane destaca um caso de violência contra uma mulher como motivação para que elas se organizassem e se unissem mais para lutar. Percebe-se nas falas a afirmação de que as violências contra as mulheres geram sofrimento e indignação. Por outro lado, a consciência dessa violência, “violência de gênero estrutural e sistêmica” (Sandra), leva à participação e ação no espaço público-político. Essas aproximações e o envolvimento mais direto e profundo com as afetações das mulheres provoca uma mudança na visão de mundo e da política. Ações conjuntas e articuladas entre diferentes atores sociais potencializam a luta.

4.2.4 Mulheres em movimento na luta por reconhecimento

As mulheres em movimento se conectam e se articulam entre si, considerando suas diversas organizações, assim como dialogam com outras organizações sindicais, produtivas. Essas mulheres em movimento lutam por reconhecimento e buscam formas de se fazerem presentes no mundo, formas de vida mais digna não só para as mulheres, mas para toda a humanidade e buscam o envolvimento de grupos e movimentos no sentido de transformar a sociedade para muito além das relações de gênero, já que “além luta de classes, é necessário visualizar a luta das mulheres como parte da classe que luta por saúde, educação, vida digna” (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 34).

As mulheres camponesas se constituem como sujeito coletivo por volta da década de 1980 e se organizam no âmbito da luta por uma série de demandas que envolvem suas próprias vidas. Impulsionadas pelo reconhecimento de si mesmas enquanto trabalhadoras

rurais, que até então não eram reconhecidas. Segundo as autoras, além da luta por direitos, essas mulheres buscavam

sua emancipação, pois até aquele momento elas tinham que apresentar o documento de um homem (pai, marido), mas queriam ter sua própria documentação, o que vai além de ter acesso aos direitos. Significa muito mais, significa terem uma identidade, serem donas de sua própria história, não serem “sombra de alguém” (MUNARINI, CINELLI, CORDEIRO, 2020, p. 36).

Buscavam, portanto, reconhecimento e visibilização. Nessa luta por direitos coletivos, também impunham bandeiras mais amplas, como destacam as autoras, ao afirmar que “a luta pela garantia da seguridade social foi de enfrentamento ao capital e ao patriarcado, que se utilizam do Estado para manter a exclusão das mulheres do alcance da cidadania” (MUNARINI, CINELLI, CORDEIRO, 2020, p. 39).

O reconhecimento tem se colocado como forma de reparação (Fraser, 2012) no sentido de desconstruir preconceitos e invisibilidades a que foram submetidas muitas mulheres e grupos, possibilitando uma nova percepção de si mesmas enquanto sujeitas individuais, e uma nova autopercepção de grupos sociais invisibilizados e marginalizados. Ao tomar essa consciência, passam a questionar a base do sistema capitalista/patriarcal e sua estrutura de classes: a divisão sexual do trabalho (TIBURI, 2018; BIROLI, 2018; SAFFIOTI, 2013; FEMINISMO..., 2021), colocando-se como protagonistas, sujeitas de ação e transformação.

Desde seus movimentos locais, as mulheres tecem fios que se conectam às lutas mais amplas e globais na busca do reconhecimento necessário para construção de um mundo de Bem Viver, sem discriminações e opressões de qualquer natureza. Sinalizo como essas lutas mobilizam as mulheres, a partir do diálogo com minhas interlocutoras, mulheres em movimento na fronteira sul.

Ao buscar as percepções acerca do reconhecimento, percebi que as sujeitas sinalizam múltiplos sentidos: discutem situações em que ele é **tematizado como presença**, mas também tratam da sua **ausência**; os espaços em que essa presença ou ausência pode ocorrer são múltiplos e incluem o movimento social, a universidade, bem como a família e o trabalho. Assim, o reconhecimento é entendido **como condição para vida digna**, portanto, ligado ao Bem Viver.

O reconhecimento se compõe de diferentes sentidos, conforme sua **presença ou**

ausência nos distintos espaços-tempos estruturais e os movimentos que o feminismo enseja neles. As **mulheres sempre recebem salários menores que os homens**, mesmo exercendo a mesma função “**ganham menos do que os homens**” (Gisele). Essa percepção é colocada com indignação e repúdio, pois a dependência das mulheres aos homens, na qualidade de pai, marido ou companheiro, carregando também uma determinação nas mulheres ao casamento. A formação da subjetividade política feminista invoca a necessidade de serem independentes economicamente, pois “**a independência econômica faz uma grande diferença**” (Siomara). As sujeitas sinalizam algumas situações em que esse movimento é feito pelas mulheres; por estarem mais ligadas às questões agroecológicas, as “**mulheres estão tomando a frente das pequenas propriedades e revolucionando**” (Siomara). A **independência econômica** também passa por “**ser reconhecida em todas as dimensões do trabalho**” (Naira), como condição fundamental para uma vida digna para as mulheres.

Ainda que a educação seja considerada essencialmente tarefa das mulheres e sendo por elas exercida nos espaços formais de formação básica, na educação superior o cenário muda, e percebemos uma forte presença masculina, por ser um espaço de maior prestígio e remuneração. Na academia, os espaços de gestão ainda são predominantemente masculinos, e elas sinalizam limitações também na pesquisa (Gisele), lugares onde ainda “**não têm visibilidade e não são reconhecidas no que fazem**” (Gisele). O não reconhecimento é perturbador e desestimulante para as mulheres (Gisele), além de ser cansativo por ter que “**provar que somos capazes**” (Gisele). O espaço acadêmico ainda tem muito de “**não-lugar**” para determinados grupos sociais, como as mulheres negras (Francisca).

A luta por reconhecimento das mulheres e equidade de gênero perpassa a universidade, sendo indicativo de uma necessária democracia acadêmica (Gisele). A formação universitária pode transformar a vida das pessoas, provocar questionamentos, formar consciência (Renata), suprimindo ausências históricas. Nessa perspectiva o movimento social vem tencionando a universidade para questionamentos urgentes e necessários (Renata) que buscam reconhecimento das mulheres.

Ocupar espaços, seja na universidade ou fora dela, ainda que são seja “uma coisa fácil” (Francisca), afirma e **reconhece as mulheres e suas lutas “nos fortalece enquanto mulher negra, enquanto feminismo”** (Francisca). Construir e reconhecer **espaços possíveis de resistência e luta na academia e na sociedade** se coloca como possibilidade e desafio para as mulheres “**nós somos uma em duas, respeitadas**” (Francisca),

especialmente para as mulheres negras, pois **“temos que nos auto afirmar e dizer que este espaço é meu também”** (Francisca), o que requer articulação **“tu tem que estar muito organizada”** (Francisca).

A universidade se coloca como espaço possível de formação do pensamento feminista *“nós estudamos a participação das mulheres na ciência”* (Adriana) e de reconhecimento para as mulheres enquanto presença nesse espaço **“ela tem todo um reconhecimento sabe, de ter tido a oportunidade tardiamente”** (Naira). Em seus diálogos com a comunidade a universidade também reconhece a importância e o papel social das mulheres **“um grupo muito expressivo de mulheres”** (Sandra), que são **lideranças históricas e atuam em suas comunidades** e ou se organizam em grupos sociais de luta (Sandra). Quando se apropriam do debate feminista, percebe-se um despertar de consciência diante da realidade vivida, que carrega as marcas de um sistema desigual e patriarcal, deparando-se com um conflito distributivo (FRASER, 2012) que, em muitos casos leva a rupturas e proposição de formas alternativas de produção.

Especialmente no caso das sujeitas, essas formas estão associadas à agroecologia, revolucionando a vida das mulheres, que passam a exigir reconhecimento de suas famílias e da sociedade e **“acabam brigando na família, mesmo, pelo reconhecimento”** (Siomara) de suas formas de produção nada convencionais, como os quintais produtivos. Essa perspectiva feminista e agroecológica é revolucionária para as mulheres (Siomara) e para a sociedade, pois provoca mudanças nas relações de gênero e uma nova posição no status familiar, assumindo, de algum modo, papel de liderança na condução de novos processos produtivos. Nessa perspectiva, as mulheres afirmam uma lógica contra-hegemônica de vida, produção e consumo, que se aproxima do Bem Viver:

Gisele: [...] eu ganhava sempre menos do que os homens, as mulheres geralmente ganham menos do que os homens. E a questão social mesmo de reconhecimento. [...] é tu ser reconhecida profissionalmente, reconhecida enquanto mulher, respeitada enquanto mulher, e que tu tenha os mesmos direitos que os homens. [...] elas não tem espaço para fazer pesquisa, porque geralmente esses espaços são dominados por homens. [...] elas não têm visibilidade e não são reconhecidas no que fazem, então elas acabam se desestimulando [...] eu tive que provar, [...] nós temos que provar que somos capazes de desenvolver [...].

Renata: [...] de você entrar na universidade e você poder avançar em seus processos de conscientização, quando você se depara com o que as vezes eu vejo dentro do próprio MMC, [...] se perguntam por que os homens têm aposentadoria e nós não? Cai o mundo. Por que os homens são reconhecidos como trabalhadores rurais e nós não? Sendo que a gente trabalha tanto quanto ou mais que eles? São essas perguntas simples que fazem surgir todo o movimento social.

Siomara: É revolucionário porque, por exemplo, quando elas associam isto à prática agroecológica de

produção de alimentos, de preservação do meio ambiente, **elas se veem mais na agricultura, elas se sentem presente no trabalho da agricultura** e elas, de fato, acabam **brigando na família, mesmo, pelo reconhecimento delas [...]** as mulheres estão **tomando a frente** das pequenas propriedades e **revolucionando, sim, a forma de viver, de se relacionar em casa.** A relação com o marido muda. Elas precisam, de fato, **serem reconhecidas economicamente. A independência econômica faz uma grande diferença;** e quando o marido, quando os filhos homens começam a perceber que aquilo que elas estão produzindo lá no quintal está dando certo, **eles também vão junto, vão modificando o modo de produzir.**[...]Mas geralmente primeiro destacam o **reconhecimento como trabalhadoras**, isso me chama atenção, sabe, porque elas colocam isso: **“eu quero ser reconhecida como agricultura, como camponesa, como profissional, como professora”.** [...] É porque, olha só, quando elas respondem que é **“o trabalho”, “serem reconhecidas de onde elas vêm”, “onde elas estão” e “se sentirem empoderadas”**, acredito ser essa a definição de dignidade que estão se autodescrevendo.

Adriana: nós estudamos a **participação das mulheres na ciência** [...] nós, enquanto **mulheres estudantes** trouxemos isso **ajudadas por alguma professora**, Cinara, no caso nosso, enfim, e a Solange. [...] **de mostrar que têm mulheres cientistas, também, que desenvolveram várias questões e que muitas não são reconhecidas.**

Francisca: [...] dentro do programa nós não somos mais uma, **nós somos uma em duas, respeitadas,** [...] Não é uma coisa muito simples não, não é uma coisa facinha, **tu tem que estar muito organizada.** [...] as instituições de nível superior, as academias, muitas, muitíssimas vezes, a gente percebe que **ali é o não-lugar nosso.** [...] **nós somos mulheres e somos mulheres negras.**[...] espaços da sociedade que dizem que não é nosso, **nós temos que nos autoafirmar e dizer que este espaço é meu também, não é uma coisa fácil,** temos que matar um leão por dia, mas precisamos estar lá.[...] **“ah, a senhora que fez aquela fala assim, assim e assim”,** então isso é muito bom, **isso é muito potente, nos fortalece** enquanto mulher negra, enquanto feminismo.

Naira: Eu vejo muitas mulheres que ingressaram [...] que já têm mais idade, elas colocam [...] foi uma revelação a **possibilidade de estudar na Universidade.** Nós temos uma [mulher estudante] que está se formando com 70 anos. Ela tem todo um **reconhecimento** de ter tido a **oportunidade tardiamente.** Se **não fosse numa universidade pública não seria possível.** [...] Acho que é essa **questão de um trabalho reconhecido,** porque o **trabalho é fundante.** Não tem mulher que não trabalhe. Então, **ser reconhecida em todas as dimensões do trabalho.**

Sandra: [...] tudo é muito próximo e **as pessoas se conhecem** [...] você sabe onde a pessoa mora, **se reconhece muito a identidade** [...] **lideranças que a gente reconhecia** no início, são as de hoje, **acrescidas de algumas que se solidarizaram** [...] esse é um grupo muito **expressivo de mulheres.**

Valdete: [...] porque o **Movimento de Mulheres ele tem um papel** [...] as mulheres ali, que estão na linha de frente do movimento que eu admiro, que eu respeito, que eu **reconheço o trabalho imenso que fizeram, a militância,** as coisas que as mulheres abriram mão pra fazer com que esse movimento existisse, e não só o movimento, quando eu digo importância do movimento eu falo das **conquistas de direitos políticos e de direitos trabalhistas,** de direitos que essas mulheres conseguiram, então, **desde a aposentadoria até o empoderamento, até políticas públicas para as mulheres.** Então, é uma luta muito importante, extremamente importante!

Grasiele: Normalmente, quando **a gente reúne** [...] mulheres vindas de realidades diferentes normalmente são em **pautas unificadoras** [...] as **indígenas têm a sua luta** aqui na região, de demarcação das terras [...] **as mulheres da Agricultura Familiar** [...] de incentivo à agricultura, enfim; **nós, atingidas por barragens, de reconhecimento enquanto populações atingidas,** porque também a gente não tem nenhuma lei nacional que garanta qualquer direito pra população atingida por barragem.

Justina: Para nós mulheres o esforço foi dobrado. **Não havia reconhecimento da maternidade das Mulheres do campo, e não havia reconhecimento do trabalho.** Nós éramos dependentes. Ali também foi um momento muito forte da compreensão feminista no sentido de **mostrar o valor do trabalho e o reconhecimento desse trabalho.** [...] esse perceber que **as mulheres faziam muito e não havia o reconhecimento** foi o que conseguiu fazer com que **nós mulheres iniciássemos o debate e que precisávamos nos organizar enquanto mulheres e assim se fez.** De minha parte, início no Movimento de Mulheres Camponesas nesse período [...].

Vanderléia: [...] ao longo da sua trajetória, as mulheres organizadas foram descobrindo que **a luta por**

direitos era uma luta feminista, a luta pelo reconhecimento da profissão, pelo salário maternidade, pela previdência rural [...] o feminismo também é, um movimento político de luta pelos direitos de reconhecimento e de construção da identidade coletiva das mulheres, e também um movimento forte de luta pela libertação das mulheres, a libertação que se dá de forma individual em cada mulher mas só é possível quando tem uma força coletiva que impulsiona, que ajuda a mobilizar e compreender, ajuda a desnaturalizar esses processos.

Em relação aos direitos fundamentais, esses sempre foram reconhecidos primeiro aos homens, um questionamento que tem mobilizado as mulheres “por que homens são reconhecidos como trabalhadores rurais e nós não? [...] homens têm aposentadoria e nós não?” (Renata). A luta pelo reconhecimento tem marcado o protagonismo das mulheres nos espaços público-políticos. Uma subjetividade consciente, incomodada com um “não-lugar” (Francisca), em movimento coletivo encontram horizontes de possibilidades (Naira), espaços de formação formais (universidade e informais (movimentos), de exercício de participação, fala e escuta. Nesse exercício, são identificadas presenças fortes, reconhecidas em suas comunidades (Sandra, Francisca), um capital social significativo no processo de formação de consciências e transformação social. A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais como o reconhecimento da maternidade e do trabalho das mulheres no campo (Justina) são bandeiras fortes. A busca pelo reconhecimento do trabalho (Naira) leva as mulheres à formação acadêmica e profissional. Portanto, para compor a justiça social é preciso que as mulheres sejam reconhecidas em sua autonomia econômica; uma forma de redistribuição com base na equidade de gênero.

A percepção de vida digna para as mulheres também passa pelo seu reconhecimento em todos os espaços. A motivação para a organização social em movimento ocorre também pela necessidade de reconhecimento em espaços público-políticos, pois como destaca Justina, as mulheres estavam participando fortemente, mas eram vistas à margem, não podiam compor chapas nem votar ou ser votadas no sindicato, por isso passam a se unir e se organizar no movimento. Ainda nessa perspectiva, as mulheres em movimento constroem redes para formação de consciência, solidariedades e ocupação de espaços público-políticos em torno de pautas unificadoras (Grasiele). O movimento social carrega a perspectiva e a força da luta coletiva como “**movimento político de luta pelos direitos de reconhecimento e de construção da identidade coletiva das mulheres**” (Vanderléia), colocando-se como ferramenta de “*luta pelo reconhecimento da profissão, pelo salário maternidade, pela previdência rural*” (Vanderléia), e razão de muitas conquistas sociais para as mulheres nos

últimos anos. Uma luta que é reconhecida, especialmente pelas mulheres com consciência social e política “*reconheço o trabalho imenso que fizeram, a militância*” (Valdete).

4.3 FEMINISMO EM PROCESSOS DE (RE)EXISTÊNCIA

O feminismo se constitui em um movimento social que nasce da necessidade vital, de sofrimentos reais e lutas necessárias das mulheres contra o patriarcado e por direitos e dignidade. Neste contexto, em que feminismo se faz tão importante e necessário e que, ainda que algumas mulheres não se afirmem feministas, “a necessidade do feminismo não diminui em nada. No máximo, isso nos mostra a extensão do problema, o alcance real do patriarcado. Mostra-nos também que nem todas as mulheres são feministas e nem todos os homens são misóginos” (ADICHIE, 2017, p. 76). O feminismo é capaz de transformar o mundo, na medida em que desafia a uma relação de equidade e respeito entre homens, mulheres e pessoas transgênero. Também transforma na medida em que questiona as estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais que marcam a sociedade.

Assim como nossa vida é dinâmica, é movimento, também a teoria precisa “permanecer fluida, aberta, permeável ao novo” (hooks, 2019b, p.19), afirmando “a esperança feminista de que podemos encontrar uma linguagem comum e diversa a ser disseminada mundo afora” (hooks, 2019b, p. 20). Ainda que reconheçamos a diversidade de motivações que impulsionam as mulheres pelo mundo, dores, sofrimentos e lutas distintas, a esperança parece ser una, por isso, afirma hooks (2019b, p. 20) “precisamos de escritos feministas que falem para qualquer um, pois, do contrário, a educação feminista para uma consciência crítica não poderá vigorar”. A busca de uma linguagem comum que respeita as diversidades, mas que fortaleça a luta é o nosso objetivo e nossa busca.

Como movimento plural, o feminismo floresce em inúmeras formas distintas e conectadas de pensar e fazer a luta social. Identificados com a perspectiva do Bem Viver estão o feminismo popular camponês e o feminismo comunitário, que nascem desde a organização das mulheres nas lutas sociais, das mulheres camponesas no Brasil e das mulheres da Guatemala e Bolívia.

O Movimento de Mulheres Camponesas é referência no Brasil e no mundo. As mulheres camponesas se colocam com força e presença na luta contra o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo. A conjugação de sentimentos e ânimo para a transformação

social, construiu um movimento de resistência e protagonismo. Suas lutas passam pela busca de direitos às mulheres, ao mesmo tempo em que aprofundam reflexões acerca da divisão sexual do trabalho, violência contra as mulheres, afirmando autonomia para as mulheres.

A perspectiva do feminismo comunitário que nos chega de Lorena Cabnal (mulher indígena da Guatemala), também de Julieta Paredes Carvajal e Adriana Guzmán (indígenas aymaras da Bolívia), entre outras, provoca rebuliços em nossa existência profunda, bate forte no corpo, sacode a alma, nos coloca em alerta e nos provoca a pensar para muito além da busca de uma equidade de gênero. Nos convoca a uma existência em conexão conosco, com a natureza e com todos os elementos que nos compõem de alguma forma. Um feminismo que se estrutura desde outros feminismos e que convida as mulheres a olharem para dentro de si mesmas e para suas vidas na comunidade de forma crítica, rebelde e transgressora; que desafia as mulheres a se assumirem como sujeitas epistêmicas, com direito de reivindicar, questionar, criticar, denunciar e propor ações para a desconstrução das opressões vividas por dentro das comunidades (CABNAL, 2010).

São feminismos que acolhem muitas lutas em busca da transformação social. Esses movimentos se constituem em uma rede de afetos, irmanadas pela utopia coletiva e se fazem a ocupação das ruas, das estradas, dos espaços públicos. Mulheres que se conectam nos diálogos e na mística, se permitem afetar por emoções diversas e que ousam enfrentar dominações, opressões e injustiças diversas com firmeza. Luta e poética fazem esses movimentos onde as mulheres se afirmam sujeitas. Movimentos marcantes na luta feminista, cujos princípios se fazem presentes na Fronteira Sul.

As reflexões e ações que a presença dessas lutas sociais provocam identificam o trabalho e suas interfaces, as violências diversas e o reconhecimento em múltiplos sentidos como temáticas emergentes. As mulheres com quem dialogo, seja na teoria ou nas entrevistas, denunciam um sistema capitalista que se sustenta na divisão sexual do trabalho que gera sofrimento para as mulheres e coloca o espaço doméstico, como lugar “natural” da mulher, e todos os preconceitos vividos a partir dessa premissa por mulheres que ousam não seguir a “cartilha”. Sinalizam na relação com o trabalho, seja no espaço doméstico ou fora dele, a necessidade de romper as estruturas para que as mulheres possam, emancipadas, viver sua liberdade sem preconceitos ou discriminação. Para tanto é preciso romper com a lógica de lugares predefinidos, conforme a identidade de gênero, denunciar abusos e lutar pela equidade.

As mulheres com quem dialoguei sinalizam muitas lutas existentes e necessárias na relação das mulheres com o trabalho, que podem ser e são tomadas pelos movimentos sociais, como: a luta pelo reconhecimento, respeito das mulheres nos diferentes espaços de trabalho; a possibilidade de formação profissional para exercerem as diferentes profissões que desejarem; viver relações de trabalho com respeito e livres de violências de qualquer natureza; a possibilidade de ocupar a terra realizar uma produção agroecológica com a devida valorização; a superação de um sistema que fundamenta sua força produtiva na divisão sexual do trabalho; o trabalho coletivo como alternativa e possibilidade. A socialização e/ou coletivização do trabalho doméstico como alternativa. É possível ler a afirmação de uma necessária transformação social, inclusive nas relações de trabalho, que toma força na luta coletiva, no movimento das mulheres.

O tema da violência contra as mulheres é algo que as aproxima e leva ao movimento, às lutas. A violência incomoda, provoca indignação e move as mulheres para a ação. A temática também é tratada na universidade, especialmente movida pelas mulheres organizadas nas lutas sociais/feministas, impulsionando-a a colocar em pauta e dar visibilidade a essa temática tão sensível às mulheres e que necessita de uma luta dura para que se acabe. Portanto, um tema que dialoga tanto com o movimento quanto com a universidade. Aí eles se encontram e provocam debates e promovem ações e fortalecem a luta contra toda forma de violência. A não banalização da violência e o fim das violências diversas sobre os corpos e mentes, especialmente das mulheres, tem mobilizado ações de movimentos e organizações diversas. As mulheres organizadas, especialmente, têm essa como uma bandeira forte de luta.

Segundo Saffioti (2015, p. 64) as mulheres seguem sendo “espancadas, humilhadas, estupradas e, muitas vezes, assassinadas” por companheiros ou ex-companheiros, não sendo a elas permitida a liberdade de decidir sobre seus relacionamentos. Um ciclo de violência que não cessa, mesmo com as denúncias, lutas e resistências das mulheres. Essa realidade prova o quanto o sistema patriarcal ainda está arraigado e fortalecido em nossa sociedade. Portanto, é preciso olhar para essa “morte lenta” (AMES, 2021) que é a vida de muitas mulheres. Uma morte que ninguém quer ver, ninguém fala, é invisibilizada. Uma violência velada, mas não menos cruel ou mortal. Sempre digo que quero estar viva ao morrer, por isso não podemos permitir que nos matem prematuramente, de nenhuma forma. Para isso, precisamos romper com a arquitetura do silêncio que tem sustentado um sistema de

violências e opressões.

Por estar inserida em um contexto onde a violência contra as mulheres é recorrente, percebe-se na UFFS uma atenção a essas questões; um currículo que considera a temática relevante e necessária, acionando debates e ações por dentro em projetos sobre a temática da violência contra a mulher, como também com a comunidade (palestras, seminários) e na comunidade (diálogos com as escolas, instituições públicas) e articulando ações conjuntas. É o que sinalizam as sujeitas acerca do que de fato ocorre, ou do que há disposição que aconteça em termos de ações articuladas pela universidade com movimentos, organizações e poder público. Uma disposição da universidade em ecologizar saberes e ações, construindo parcerias na luta contra a violência.

A organização coletiva em redes de apoio que envolve universidade e movimentos se coloca como caminho de superação, espaços de erguer a voz, denunciar silenciamentos e de fortalecimento da luta pelo fim das violências contra as mulheres. Essas aproximações e o envolvimento mais direto e profundo com as afetações das mulheres provoca uma mudança na visão de mundo e da política, desencadeando ações que se dão por dentro das instituições (universidade), organizações e movimentos e também nas articulações destas com a comunidade.

A violência contra as mulheres tem sido usada historicamente como exercício de poder e fortalecimento do patriarcado. Os espaços me parecem atrofiados para as mulheres, também para travestis, trans e homossexuais, lésbicas, por isso afirmo a possibilidade de ocupar todos os espaços em liberdade, de estabelecer diálogos democráticos como direito de todas, todos e todes. O direito à ocupação dos espaços e o direito a seus corpos livres, são alguns dos muitos desafios para a construção de uma sociedade do Bem Viver. Não haverá Bem viver enquanto corpos estiverem amordaçados, com espaços limitados, com gritos contidos.

“Não se nasce feminista, da mesma maneira que não está embutida na espécie a ordem patriarcal” é o que afirma Dora Barrancos (2020, p. 14, tradução livre). Por isso, a importância e necessidade de um processo formativo que nos constitua enquanto seres humanos, subjetividades conscientes e dispostas a pensar e fazer acontecer, desde espaços diversos, os conceitos basilares do feminismo. Nesses movimentos se destacam as organizações, coletivos e mobilizações das mulheres, buscando visibilizar as lutas, pois “As mobilizações feministas têm sido fundamentais para outros coletivos em busca de

reconhecimento e dignidade, embora não tenha sido fácil conceber alianças e reconhecimentos mútuos” (BARRANCOS, 2020, p. 15, tradução livre). Uma subjetividade política feminista está sempre alerta e se permite afetar com os sofrimentos das mulheres, com os sofrimentos humanos e se coloca em reflexão e ação.

O reconhecimento ou a busca dele tem levado a movimentos diversos, ainda que tímidos, na academia e na sociedade. As mulheres em movimento com quem dialoguei buscam um reconhecimento pleno enquanto mulheres, trabalhadoras, estudantes, pesquisadoras e lutadoras sociais, para que possam viver em uma sociedade com equidade e vida em todos os sentidos. Também um reconhecimento para além da luta de gênero, o reconhecimento de grupos sociais invisibilizados e da vida necessária ao planeta enquanto premissas para um mundo de Bem Viver.

A luta das mulheres contra o "monstro das três cabeças" e todas as opressões e violências que ele gera se faz desde movimentos diversos. O feminismo é a expressão mais forte dessa luta e quando se coloca em perspectiva interseccional revela uma potência de transformação, porque articulado com outras lutas sociais. Uma vida com autonomia (financeira, social e emocional), liberdade e respeito para as mulheres só vai chegar quando tivermos uma estrutura social de mais igualdade e justiça, com direitos básicos garantidos, democracia e formação de uma consciência social e política.

Portanto, o feminismo que defendo desde minhas referências e que é assumido pelas interlocutoras ao exporem suas experiências de vida, de luta e intervenção social, vai muito além da busca por igualdade em relação aos homens, busca equidade, reconhecimento e o fim de todas as opressões e violências em seu conjunto, ou seja, de gênero, classe a raça. Os movimentos individuais e coletivos afirmando vida que emergem da mulheres da Fronteira Sul acionam uma práxis potente e transformadora, que envolve diálogos entre movimentos sociais e espaços institucionais, em especial as universidades, espaços importantes de formação humana.

5 ABRINDO FLORES: DESAFIOS DE UMA FORMAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA FEMINISTA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Figura 46 – Flor-e-ser universidade: UFFS Campus Passo Fundo



Fonte: acervo pessoal.

*Universidade pública,
Te quero espaço
da humana docência,
formação que transborda,
que transforma.
Espaço de diversidade
de criatividade,
de liberdades.
Te quero atenta e alerta,
denúncia e anúncio.
Espaço de fala, de escuta,
de conflitos e consensos.
Te quero humana,
te quero viva!*

Quando se abrem flores, nasce a esperança do fruto! Flores anunciam a primavera e com ela florescem desejos e esperanças, o bem que queremos, o melhor dos mundos. Aparece a vida que transborda e se transforma em lutas diversas pela liberdade, diversidade, anúncio de uma humanidade e de um outro mundo possível. Neste florescer, a universidade pública tem um importante papel social diante dos desafios contemporâneos, no sentido de construir uma sociedade mais justa e democrática em uma perspectiva do Bem Viver com princípios humanistas e feministas. Uma universidade que, ao se fundamentar em práticas de equidade e respeito, aporte epistemologias que busquem desconstruir o patriarcado e o machismo. Uma universidade que cumpra sua função social e para além da formação de bons profissionais, cuide das humanidades, pense a formação crítica, ética, social e política. Para tanto, ela tem o desafio de desconstruir conceitos, verdades e estruturas arraigadas no modelo capitalista hegemônico, enfrentando resistências e buscando alternativas na construção de novos paradigmas para uma sociedade do Bem Viver, que se coloque como alternativa a este modelo e propulsora de transformações sociais.

A educação deve ser entendida como direito fundamental das pessoas, sem qualquer discriminação. Essa concepção já está firmada, em certa medida, na legislação atual: Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação. Pensar as políticas educacionais, situando problemas e sinalizando possibilidades de superação, é um desafio permanente quando se toma a educação como direito social consagrado para viabilizar uma vida digna:

É fundamental que o conhecimento seja concebido e praticado como bem público e social, ou seja, produzido e transmitido com a finalidade principal de contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas e beneficiar o conjunto da sociedade, e não meramente se instrumentalize como artífice do empoderamento individual. Todos têm o direito de aprender, nos tempos adequados e segundo as respectivas potencialidades, os conteúdos formativos que dão substância a uma vida digna, socialmente justa e que conferem legitimidade à democracia (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 14).

A formação para uma consciência social e política é a chave para as mudanças de comportamento que queremos. Por isso, uma nova pedagogia é necessária, construída com epistemologias feministas que evidenciem essas questões e busquem construir alternativas mais justas para as mulheres e um mundo com mais vida. Pensar em novas epistemologias é, inevitavelmente, pensar sobre as consequências práticas que os processos de produção e reprodução do conhecimento têm na vida de mulheres e homens. Ainda que esse debate ocorra há décadas na universidade, ele ainda é pouco aplicado à vida social da academia.

Esse debate é fundamental, considerando que o atual modelo de educação superior, como destaca Didrikson (2014), ainda está focado na profissionalização e caracteristicamente linear e disciplinar “limitados al aula, verticales, enciclopédicos y memorísticos; concentrado en algunas carreras saturadas y con perfiles de egreso de escasa relación con los mercados laborales más dinâmicos” (DIDRIKSON, 2014, p. 550). Currículos essencialmente técnicos, com pouca preocupação com a formação humana (GOERGEN, 2010). Um modelo que, ao mesmo tempo, reflète e é reflexo de uma sociedade de classes, desigual, com um currículo que “sirve como medio de dominación, de aculturación mercantil y consumismo individualizado” (DIDRIKSON, 2014, p. 550), afirmando “o capitalismo cognitivo, ou seja, a monetarização do conhecimento em geral e da educação, em especial, representam o privilégio dado à produção de conhecimentos e de habilidades economicamente rentáveis” (GOERGEN, 2020, p. 13).

Neste capítulo faço uma reflexão acerca da universidade pública e sua função social. Inicialmente uma breve contextualização para depois seguir pensando o lugar da universidade e os desafios da descolonização e humanização ao se colocar como espaço de emergências e insurgência na luta contra o monstro das três cabeças (capitalismo, colonialismo e patriarcado) e afirmando epistemologias ao Sul e um pensamento de Fronteira, dialógico, humanista e a ecologizar saberes. Com essas premissas, penso a formação humana em seus diálogos em um espaço de emergências. A UFFS é tomada como essa universidade emergente, e desde as pesquisas e produções ali produzidas e as falas das minhas interlocutoras, busco sinalizar como esses processos se constituem desde os diálogos e ações integradas e conectadas com os movimentos e organizações sociais.

A teoria que se acerca destas reflexões é revisada para dar base a este estudo; são obras e artigos de intelectuais comprometidas/os com a universidade enquanto bem público, em especial Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire, Denise Leite, Maria Elly Genro, Marilena Chauí, Maria Luisa Eschenhagen, Axel Didriksson, Pedro Goergen, Antônio Joaquim Severino, José Dias Sobrinho, Catherine Walsh, bell hooks, Ramón Grosfoguel. Reflexões acerca da função social da universidade pública e dos diálogos e conexões entre universidade e movimento social, no sentido de potencializar uma formação crítica, humanista e dialógica capaz de (tras)formar e potencializar uma subjetividade política feminista que, traduzida em ações, é capaz de construir um mundo de Bem Viver.

5.1 DA EDUCAÇÃO NA COLONIALIDADE ÀS UNIVERSIDADES EMERGENTES NO BRASIL

A universidade pública é um espaço essencial de construção de conhecimento. Ela pode propor novos paradigmas, contra-hegemônicos, que dialoguem com as epistemologias do Sul, fundamentados na democratização, humanização, e justiça social. O Estado, enquanto mantenedor, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral precisam unir esforços no fortalecimento das instituições públicas de educação superior, única possibilidade de acesso para muitas pessoas a este nível de ensino. As universidades públicas, como instituições de formação técnica qualificada, mas também de desenvolvimento da cultura, precisam manter e fortalecer sua autonomia, garantida pela Constituição Federal de 1988. Para dar conta de sua função social, enquanto espaço

democrático de formação para a cidadania, as universidades precisam estar atentas, pois “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (FREIRE, 1996, p. 33).

Porque queremos muito mais do que treinamento técnico é que pensamos a educação como processo pedagógico, como experiência de vida, algo em constante fazer-se, pois “mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso nos fizemos seres éticos” (FREIRE, 1996, p. 33). Pensar a formação universitária em uma perspectiva feminista, desde os diálogos com minhas interlocutoras, aponta limites, possibilidades e grandes desafios. Mesmo considerando o contexto de uma universidade emergente, é possível considerar as questões postas para todas as universidades públicas, inclusive para além delas. Conforme destaca Severino,

A decolonialidade da universidade e da educação superior é um projeto insurgente e resistente face às investidas da sociedade de mercado e às exigências das agências internacionais reguladoras (BM, FMI, OCDE, OMC, UNESCO). Não é suficiente que uma universidade inclua os grupos sociais mais desfavorecidos do ponto de vista social e econômico para que seja decolonial; não basta, também, que incorpore outras culturas, diferentes da cultura hegemônica, para que seja intercultural. É necessário, isso sim, que seja decolonial em todas as suas dimensões (poder, conhecimento, estruturas de dominação) e que assuma princípios emancipatórios promotores de uma justiça social e cognitiva (SEVERINO, 2020, p. 113).

Para que se coloque como caminho de possibilidades de transformação da vida no sentido do Bem Viver, a universidade precisa considerar a perspectiva feminista, que também é anticapitalista, anticolonial, antipatriarcal, antirracista, antifascista e anti-homofóbica. Esse processo não se dá e nem se dará sem resistências, daí a necessidade de unir forças, articulando universidade e movimentos sociais, em um processo dialógico de ecologia de saberes.

5.1.1 Educação superior no Brasil

A educação superior no Brasil se constitui tardiamente, atendendo aos interesses de uma elite capitalista local e estruturada para manter o sistema e o status quo. Uma formação elitista, branca e masculina, por muito tempo destinada exclusivamente aos homens. No

período colonial, essa formação era buscada na Europa, pois Portugal impediu a criação de instituições de educação superior no Brasil até a chegada da corte portuguesa em 1808. Criaram-se faculdades de Medicina, Direito e Engenharia para atender as necessidades imediatas de um território que era alçado da condição de colônia à parte constituinte de um Reino Unido. Durante o Brasil Império, o acesso a essas faculdades isoladas permaneceu restrito às camadas sociais abastadas. O modelo de educação superior, conforme afirma Paim (1981), era de orientação positivista, promovendo uma formação eminentemente técnica. Este modelo, caracterizado como modelo napoleônico, buscava preparar profissionais segundo os interesses da administração imperial. Essa configuração pouco se alterou até as primeiras tentativas de criação de universidades na década de 1920, já no período republicano.

A caracterização de um ensino propriamente universitário ocorre a partir do estabelecimento de um Estatuto das Universidades, em 1931. O Manifesto dos Pioneiros, de 1932, registra as primeiras formas avançadas de organização da sociedade civil para o desenvolvimento de educação superior pública no Brasil. Este documento mostra a intenção de construir uma universidade pública, gratuita, com uma formação voltada para o ensino, pesquisa e extensão e que se ocupe para além da formação técnica profissional de uma formação humana mais integral. O manifesto aponta para a necessidade de uma formação social, política, moral e estética na universitária, questionando uma formação que privilegia os economicamente abastados, e defende o acesso das massas populares à educação (GRUGINSKIE, 2015).

A expansão da educação superior só ocorreu na segunda metade do século XX, com a reforma Universitária de 1968. Essa expansão se deu especialmente no setor privado e não garantiu a massificação do acesso à educação superior, conforme Martins (2009). Não houve políticas específicas visando a reorganização da educação superior no Brasil, ainda que algumas inovações tenham sido implementadas. De modo geral, preservou-se um quadro de baixa autonomia universitária, elevado controle estatal, currículos rígidos e formalistas, sem uma perspectiva de formação cidadã.

Nos anos 1990, com a reorganização da educação nacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases, as flexibilizações que ocorreram em relação à educação superior foram no sentido de favorecer o crescimento do setor privado com diversificação de formatos institucionais, com a possibilidade de oferta de serviços educacionais com fins lucrativos.

Iniciamos o século XXI com baixíssima taxa de matrículas da educação superior. Em 2003, quando assume um governo federal de orientação popular, novas medidas são tomadas no sentido de ampliar os investimentos em educação superior, dando enfoque, também, às universidades públicas. Foram criadas 14 novas universidades federais no Brasil entre o ano de 2003 e 2010 e as instituições já existentes receberam maior aporte de recursos humanos e financeiros, possibilitando a ampliação da oferta de cursos. Outras mudanças também marcaram este período, como a oferta de cursos noturno e a democratização do acesso às camadas populares com a política de cotas.

Didriksson (2012) destaca as inúmeras reformas que ocorreram no âmbito da educação superior no Brasil e América Latina na primeira década do século, marcando uma nova agenda de discussão que abrange, entre outros aspectos: a democratização do acesso; estímulo à criação de novas carreiras e de formação docente; inclusão de novas tecnologias de aprendizagem com criação de ambientes virtuais de aprendizagens; criação de novos organismos e instrumentos de avaliação; surgimentos de novos atores, em especial, estudantes que resistem a agenda de privatização e mercantilização da educação superior (DIDRIKSSON, 2012). Essas Reformas foram, em grande parte, motivadas pelas discussões da Conferência Regional da Unesco para a Educação Superior, que ocorreu em 2008, na Colômbia. Para Didriksson (2012) em países da América Latina, ocorreram uma série de novas experiências no sentido de qualificar e inovar os sistemas de produção de conhecimento e inovação científica e tecnológica. Para o autor, estas experiências e reformas têm sido bastante significativas e representam avanços para a educação superior em termos de inovação, políticas e programas que têm provocado mudanças e representam o início de uma nova fase que tem como centralidade o debate acerca de “una nueva agenda de transformación, en la perspectiva de la participación de las universidades en el contexto de los cambios que están ocurriendo en el carácter y orientación de sus gobiernos” (DIDRIKSSON, 2012, p. 186).

No Brasil, como marcos destas mudanças podemos citar o aumento do aporte financeiro para as universidades públicas, a implantação de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), a aprovação de uma política de reserva de vagas nas universidades para estudantes de baixa renda provenientes de escolas públicas, bem como para os autodeclarados negros e indígenas. Além destas medidas, representam

avanços, a criação de novas universidades, com projetos inovadores de formação, em regiões cuja demanda por educação superior era histórica e a criação do Plano Nacional de Educação.

Ainda que as políticas da última década tenham representado um avanço para a educação superior pública, permanece o desafio da democratização plena, que passa pelo acesso, práticas de gestão e organização curricular, ainda fortemente marcada pela colonialidade. Em 2014, é aprovado o Plano Nacional de Educação, com o objetivo de indicar os caminhos para a educação no Brasil para a próxima década. Em relação à educação superior, a meta 12 do PNE propõe

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Essa meta do PNE consolida um movimento marcado pela criação de novas universidades, consideradas emergentes, em regiões desassistidas historicamente, que apresentam características inovadoras na sua constituição, organização, políticas para ensino, pesquisa e extensão. Essas universidades buscam maior interação com a sociedade, a democratização dos espaços e a formação de um sujeito histórico-político para além dos interesses do mercado, possibilitando uma perspectiva contra-hegemônica. É nesse grupo de universidades que se insere a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Em relação às metas do PNE voltadas à educação superior, os dados do Relatório 2022 destacam que

A Meta 12 almeja a expansão do acesso aos cursos de graduação, com a elevação da taxa bruta de matrículas (TBM) para 50% e da taxa líquida de escolarização (TLE) para 33% da população de 18 a 24 anos. Prevê, ainda, a garantia da qualidade da oferta, com no mínimo 40% da expansão de matrículas no segmento público. Na série histórica do monitoramento do PNE, entre 2012 e 2021, nota-se a tendência de avanço das taxas de cobertura populacional dos cursos de graduação, porém em ritmo aquém do necessário para atingir os alvos do Plano (BRASIL, 2022, p. 16).

Em relação à Meta 14 do PNE que busca elevar o número de mestres e doutores, segundo o Relatório, ainda que desde 2017 o Brasil já atinja a meta estabelecida em relação aos títulos (60 mil títulos de mestres e 25 mil doutores), percebe-se um recuo ou uma queda em relação a esses títulos desde 2020.

Segundo o Relatório PNE/2022 ainda é grande a desigualdade em relação ao acesso à educação superior no Brasil:

A desigualdade no acesso à educação superior entre a população residente em domicílios rurais e urbanos é grande no Brasil e em todas as regiões. Essa desigualdade foi pouco alterada ao longo da série histórica, a despeito do crescimento do indicador para as populações rurais e urbanas. No País, a TBM da população urbana em 2021 (41,3%) era 3,3 vezes maior do que a da população rural (12,5%). (BRASIL, 2022, p. 267).

Ainda que os avanços tenham sido tímidos na implantação do PNE, é importante destacar que no Brasil, passamos de uma taxa líquida de escolarização na graduação de 19,5% em 2012 para 25,5% em 2021. Passamos de 5,7% para 9,5% no meio rural e de 21,8% para 28,1% no território urbano (BRASIL, 2022, p. 271). Entre a população não branca (negros e indígenas) no Brasil passamos de uma taxa líquida de escolarização na graduação de 11,7% em 2012 para 18,7% em 2021. Passamos de 3,5% para 7,3% no meio rural e de 13,4% para 20,8% no território urbano (BRASIL, 2022, p. 271). Entre as mulheres, passamos de uma taxa líquida de escolarização na graduação de 22,3% em 2012 para 29,6% em 2021. Dessas passamos de 7,3% para 11,1% no meio rural e de 24,7% para 32,4% no território urbano (BRASIL, 2022, p. 271). Em relação às categorias sexo e cor/raça em relação à taxa líquida de escolaridade na educação superior, é destaque a diferença entre mulheres brancas 38,3% e não brancas 22,2% (BRASIL, 2022, p. 273).

Esses movimentos políticos representam a tentativa de superar uma história marcada pela exclusão que emerge de uma estrutura colonial. Para nos distanciarmos desse passado colonial, precisamos muito mais do que garantir a presença das mulheres na universidade, ainda que seja importante, é preciso que esta se articule com a formação de uma subjetividade crítica e potente que se dá desde a articulação com as questões práticas da vida, marca das lutas dos movimentos sociais.

5.1.2 Universidade pública e os desafios da descolonização e humanização

É preciso compreender as marcas do colonialismo que caracterizam a universidade pública no Brasil, assim como sinalizar os desafios da descolonização. Os avanços em termos de direitos e equidade são inegáveis ao longo das últimas décadas, mas é preciso reconhecer que as mulheres ainda vivem opressões e desigualdades. Como destaca

Barrancos (2020) na América Latina as mulheres começam a frequentar a universidade de forma mais massiva na década de 60, o que não lhes garante o fim das opressões. Por certo, inicia-se um processo de mudança, que adensado pelas lutas e organizações dos movimentos feministas produzem efeitos positivos e “gran parte de esos cambios tuvo que ver con la saga de los feminismos y con las luchas que sostuvieron, con la persistencia con que actuaron sorteando coyunturas aciagas, recuperándose tras sangrientas dictaduras” (BARRANCOS, 2020, p. 18).

Césaire (2006) indica que a colonização desciviliza o colonizador, torna-o bruto, violento, promovendo uma regressão na civilização. Os processos colonizadores se distendem, se transmutam, se amalgamam, se revestem, mas permanecem vivos até hoje, ocupando corpos e mentes, ditando verdades, regras, conceitos e desconsiderando tantos saberes e culturas. Uma das formas pelas quais esse processo se mantém vivo é a subalternização das mulheres na sociedade, à qual a universidade não é uma exceção.

A educação brasileira, como destaca Severino (2021), desde o processo de colonização tem seguido os modelos epistemológicos europeus, inicialmente com a participação dos jesuítas e mais tarde pelos paradigmas iluministas/positivistas, modelos também reproduzidos em outras partes do mundo que também sofreram o processo de colonização. Na América Latina, assim como na África, o impacto foi forte, considerando a pouca resistência à implantação desses modelos. Para além das questões econômicas e administrativas, totalmente alinhadas ao sistema capitalista (à época monopolista), o processo de colonização foi brutal para as culturas locais, que viveram a imposição do modelo cultural europeu sendo imposto à ferro e fogo, custando a vida de milhares.

Ao longo dos séculos que se seguiram à colonização, esses modelos foram se consolidando e se fortalecendo e com o advento do capitalismo neoliberal e globalizante das últimas décadas, que se coloca como a melhor e única alternativa possível de organização social e econômica, só tem fortalecido essa perspectiva monocultural (da colonialidade) não mais apenas europeia, mas também norte-americana e “o que se tem, de fato, é a expansão e a consolidação deste capitalismo, envolto agora na aura ideológica do neoliberalismo com a tecnicização da capacidade produtiva dos homens, viabilizada pela revolução informacional e reforçada pelo individualismo egoísta e consumista” (SEVERINO, 2021, p. 109).

Na universidade, tem se consolidado uma visão moderna de sociedade, fundamentada em uma visão individualista e de fragmentação do conhecimento. É importante que ela se proponha a buscar formas alternativas a este modelo, como afirma Eschenhagen (2013, p. 95),

[...] si la universidad es el lugar en el cual se construye y reproduce el conocimiento que justifica y legitima el conocimiento de la cosmovisión moderna que se basa en el individuo y en la fragmentación del conocimiento, resulta necesario en un contexto de búsqueda de alternativas como el Buen Vivir, y en un contexto de querer comprender una cosmovisión como el sumak kawsay y suma qamaña, explicitar y revisar el papel que cumplen las universidades como semejantes lugares.

Esses processos, no entanto, produziram forças de resistência e luta, construídas nas fissuras (WALSH, 2022) desse sistema, no sentido de transformação social. Assim como as epistemologias do Sul, apontadas por Santos (2019), o “pensamento de fronteira” se coloca na contramão dos fundamentalismos colonizantes, que supõem “uma única tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade” (GROSGOUEL, 2008, p. 117).

Paulo Freire (1985) nos desafia a compreender os processos formativos colonizantes, para que possamos buscar formas de libertação, que passam por novas pedagogias, questionadoras, instigantes e estimulem nossa consciência crítica e novas subjetividades. Para o autor, precisamos compreender o poder da ideologia colonizadora que, mesmo com a expulsão do colonizador do “contexto geográfico do colonizado, permanece no contexto cultural e ideológico, permanece como “sombra” introjetada no colonizado” (FREIRE, 1985, p. 58). Os caminhos da descolonização das mentes são longos e árduos, já que ao expulsar o colonizador é preciso “encher o ‘espaço’ ocupado antes pela ‘sombra’ do colonizador com a sua liberdade mesma, quer dizer, com a sua decisão, com a sua participação na reinvenção da sua sociedade” (FREIRE, 1985, p. 58). A libertação dos processos colonizantes é um desafio ainda presente em nossa cultura e, como destaca Freire (1985), um ato “profundamente pedagógico”. Alpízar (2015) defende a importância de que os indivíduos em descolonização se assumam como sujeitos históricos e possam se desvencilhar das amarras neocoloniais.

Federici (2019, p. 136) nos coloca a necessária “construção de um mundo diferente”, para que cesse definitivamente a “caça às bruxas”, em que a “vida das pessoas

não seja ‘consumida’ em prol da acumulação de riquezas”. Assim como a autora, entendemos que a luta das mulheres, com suas experiências de organização do local ao global, constitui um fundamento da construção de sociedades em que o Bem Viver seja colocado como princípio de vida, uma vez que não há Bem Viver possível sem equidade entre mulheres e homens. A partir desta identificação podemos nos sentir provocados à desconstrução desta racionalidade na busca de uma racionalidade alternativa que nos livre da dominação e da exploração, com base na “autoproducción e reproducción democráticas de la existencia social” (QUIJANO, 2014, p. 856).

5.1.3 Universidade pública e espaços de emergência

A importância da universidade pública para o desenvolvimento de qualquer sociedade, especialmente em países e regiões subalternizadas, como é o caso da América Latina, em todos os seus aspectos é inegável. Espera-se, que para além de conhecimentos técnicos, ela contribua para formação de subjetividades humanizadas, críticas e ético-políticas, com uma forte consciência social.

Figura 47 – Mafalda indignada



Fonte: QUINO, 2016.

Para que essa consciência social e política se produza há que se fazer opções quanto ao conhecimento que construímos. Como afirma Didriksson (2012), o desenvolvimento da América Latina na perspectiva da igualdade, equidade, sustentabilidade, depende muito das políticas que serão adotadas para a educação superior, ciência e tecnologia, bem como da sua contribuição na construção de novos conhecimentos. A América Latina que precisa

tomar posições políticas progressistas para assegurar uma produção de conhecimentos coerente com princípios democráticos é um continente cujas universidades ainda guardam características que foram descritas por Ribeiro (1969) como tendendo ao conservadorismo. Entretanto algumas conjunturas sociais provocam a emergência de uma consciência crítica ao desafiar “a universidade a repensar-se e a propor-se mudanças profundas que permitam romper a estrutura cristalizada, eliminar seus conteúdos mais anacrônicos e alcançar uma forma nova e viável” (RIBEIRO, 1969, p. 35).

As demandas para a terceira década do século XXI envolvem fortalecer a função social da universidade pública com uma atuação que vá além do seu papel tradicional de atender aos interesses corporativos e de desenvolvimento do sistema capitalista. Se o conhecimento construído na universidade até aqui foi caracteristicamente disciplinar, homogêneo e hierarquizado, com pouca ou nenhuma valorização dos saberes não científicos, agora reivindica-se o reconhecimento de saberes populares. Colocam-se os desafios da democratização, da inclusão e da diversidade. Por isso a necessidade de, ao mesmo tempo em que defendemos a universidade pública enquanto patrimônio histórico social imprescindível para o desenvolvimento da humanidade, lutarmos para que ela seja cada vez mais democrática, inclusiva e diversa, onde se pratique a ecologia de saberes. Esses desafios se conectam à característica fundamental da universidade como comunidade. A exemplo do entendimento de Ernani Maria Fiori (2014), universidade é produto da cultura e, entre suas funções, está a de dinamizar o processo cultural. Portanto, sua função social envolve promover a consciência histórico-política da comunidade, constituindo-se um sistema vivo de ideias que alimentam uma época e uma cultura.

Considerando que “toda prática educativa implica numa concepção dos seres humanos e do mundo” (FREIRE, 1981, p. 35), é possível afirmar que a partir da consciência que promove, a universidade pode agir tanto para a manutenção da ordem estabelecida quanto para a transformação das estruturas sociais (RIBEIRO, 1969). Ao fazê-lo reafirma seu papel de instituição pública, que fortalece ou fragiliza o princípio do conhecimento como direito social e bem público (DIAS SOBRINHO, 2014). O espaço público é sustentado por instituições, bens sociais a serem construídos, ocupados, usufruídos e preservados pela coletividade. Portanto, dependem da formação de subjetividades políticas coletivas e dialógicas para existirem de forma democrática. Uma capacidade definidora desse tipo de subjetividade é a de:

[...] reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade - a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão (FREIRE, 1987, p. 30).

Considerando que “o ato de estudar, no fundo, é uma atitude em frente ao mundo” (FREIRE, 1981, p. 9), ao ocupar-se da educação, direito social que pode produzir mais direitos cidadãos, a universidade tem como tarefa tanto a formação técnica de profissionais competentes em todas as áreas, como a formação de consciência social e política para exercício da cidadania, como destaca Denise Leite (1990). Para a autora, a segunda dimensão envolve compreensão e participação política, fortalecendo o processo democrático. Nesse sentido, também Maria Elly Herz Genro (201, p. 144) destaca o papel da educação superior na formação de sujeitas e sujeitos políticos “que tenham propriedade, certa consistência no jogo argumentativo, na disputa política de diferentes significados e projetos sociais e políticos”.

Para dar conta de suas funções formativas, o currículo da universidade deve considerar dois eixos: o universal, respondendo a questões científicas, éticas e culturais compartilhadas por instituições acadêmicas de todo o mundo; e um eixo local, na medida em que se insere regionalmente em “uma comunidade, com seus conhecimentos, seus valores e suas tradições culturais próprias” (GOERGEN, 2010, p. 27). Nesta perspectiva, se faz necessária, também, uma visão de totalidade, como sendo mais do que a soma de partes, e definida especialmente pelas relações entre elas. Os estudantes precisam compreender os mecanismos que movem a sociedade ao relacionar o local ao global em disputas pela instituição de referências comuns. Para tanto, são necessárias “competências como a capacidade de inovar, cooperar, dialogar, comunicar-se, pensar intercultural e interdisciplinarmente. [...] Recoloca-se, então, sob novas dimensões a relação entre a formação e o trabalho e entre o trabalho e a vida” (GOERGEN, 2010, p. 29), preparando estudantes para bem atuar no mercado de trabalho, mas que sejam capazes de se colocar diante do mundo como “subjetivamente conscientes e socialmente responsáveis” (GOERGEN, 2020, p. 2), capazes de fazer frente às desigualdades sociais, e discriminações de toda ordem, sejam de raça, classe ou gênero.

Nesse sentido, universidades emergentes, em especial, foram criadas para ter um olhar atento sobre o local/regional, no intuito de dialogar com as forças sociais contra-hegemônicas (movimentos, organizações, coletivos) de modo a construir diálogos para dar conta de suas demandas que envolvem a organização local das forças produtivas com recurso às mais avançadas formas disponíveis nos circuitos globais de conhecimentos. O desafio também é reconhecer e fazer circular conhecimentos historicamente invisibilizados, porque não cabiam nos padrões eurocêntricos dominantes porque eram fruto das experiências vividas nas lutas dos movimentos sociais. Reconhecer a existência e a importância destes conhecimentos, trazê-los para dentro da universidade em um diálogo, provocando uma troca entre o saber científico e o saber popular, faz acontecer a ecologia de saberes (SANTOS, 2019).

A UFFS, identificada como universidade emergente em sua origem e constituição, afirma uma nova perspectiva de universidade, ainda que a custos de resistências e enfrentamentos. Ela abriga movimentos internos que se colocam na perspectiva de formação humana indicativo de um novo sistema social de desenvolvimento, com justiça social, equidade e uma “cidadania ativa” que se mova no sentido da democracia e participação social (DIDRIKSON, 2014, p. 550), coerente com a perspectiva contra-hegemônica de sociedade (SANTOS, 2019). Essa concepção está evidente na forma como professores/pesquisadores da UFFS se colocam em relação à função da Universidade, quando afirmam que

a UFFS por declarar-se como pública e popular precisa que seus educadores/pesquisadores estejam cada vez mais submersos na realidade concreta, na situação real vivida pelas pessoas. Essa convicção que faz com que nos aproximamos da concepção freireana, que nega a ideia de que a produção do conhecimento seja esforço intelectual que alguns façam e transmitam para outros. Ela é uma construção coletiva, feita com a multiplicidade das visões implicando na participação ativa dos sujeitos (AMES; DAMBROS; MOHR, 2016, p. 20).

Se por um lado o conhecimento tem contribuído, de algum modo, para a sustentação do sistema capitalista, gerando cada vez mais desigualdades sociais, hierarquias, estruturas de dominação, com base em reformas de Estado, que garantam uma massa de “sem direitos” a seu serviço (DIDRIKSON, 2014, p. 552), por outro lado, o conhecimento também tem se colocado como “el contenido, método, lenguaje y técnica de una enorme multiplicidad de procesos y productos cada vez más accesibles y cotidianos [...]” (DIDRIKSON, 2014, p.

551). O conhecimento como possibilidade de alternativas mais viáveis de vida, processos complexos de reflexão e conexão capazes de gerar novas tecnologias e relações sociais. Nesse processo de transformação, como destaca Didrikson (2014), também estão as universidades, com seus atores e interlocutores em suas convergências e divergências.

Nesse contexto, uma nova perspectiva de universidade toma forma, apontando para novos paradigmas. Universidades novas, fundamentadas em paradigmas “suleados” ou “sul-sul”, assim como rearranjos nas universidades “tradicionais” que se colocaram em abertura democrática e inclusiva, instituindo programas como ações Afirmativas (DIDRIKSON, 2014). As mudanças experimentadas nesse cenário, são identificadas por Didrikson (2014) como

de tipo alternativo, porque pone el acento en la atención a las demandas contemporáneas de una sociedad desigual e inequitativa, en lugar de abstraerlas o hacer caso omiso de ellas, y porque pone el acento de la formación universitaria en la calidad entendida como el valor social de los conocimientos y aprendizajes que se producen y se transfieren desde una gestión institucional distinta, horizontal y cooperante (DIDRIKSON, 2014, p. 555).

As mudanças de dentro também supõem um movimento de fora, uma articulação social e comunitária que demande novos paradigmas à universidade. Daí o papel fundamental dos movimentos e organizações sociais em provocar tensionamentos, apontar fissuras e sustentar as mudanças. Um movimento que me parece bem evidente na UFFS.

As novas estruturas, de “tipo horizontal” propostas por Didrikson (2014) supõem uma ampla participação da comunidade, bem como das sujeitas e sujeitos que transitam no espaço universitário, para garantir as mudanças necessárias, como “reformas en la legislación y en las instancias de gobierno colegiadas que hagan posible la generalización de mecanismos de transparencia y comunicación de los programas en marcha, de sus costos y del ejercicio del gasto como un bien público” (DIDRIKSON, 2014, p. 556). Nessa perspectiva, novos paradigmas definem tanto a estrutura organizativa quanto a organização acadêmica da universidade que, segundo o autor, pressupõe “unidades inter y transdisciplinarias”, organização em rede, maior autonomia, que marcam o surgimento de ambientes institucionais vivos, orgânicos, capazes de fazer germinar “cuerpos académicos híbridos” (DIDRIKSON, 2014, p. 556, 157), para além das estruturas e hierarquias tradicionais.

O desafio de uma educação emancipadora e transformadora, função social da universidade pública, pressupõe “adaptar el conocimiento producido y transmitido para su uso social y económico” (DIDRIKSON, 2014, p. 157). Um conhecimento vivo, conectado com o mundo e suas necessidades práticas, mas também com a essência humana e os cuidados com o meio ambiente, afirmando o caráter e a função social da universidade pública.

Em tempos de pensar novas dinâmicas, considerando um contexto altamente tecnológico, de modo a socializar as inovações e ganhos com vistas a uma sociedade mais justa, igualitária, na perspectiva do Bem Viver, é fundamental que a universidade pública contribua com esses movimentos, reafirmando sua função social. Só assim, destaca Didriksson (2014, p. 158), com mudanças institucionais e outras dinâmicas de organização é possível chegar a outras formas de produzir conhecimento, mais horizontais, dialógicas e na perspectiva da ecologia de saberes (SANTOS, 2019).

Os movimentos e dinâmicas que marcam a estruturação de novas universidades (como a UFFS) e os movimentos pela reestruturação das universidades tradicionais no início do século, em especial no Brasil, são marcas desse processo, possibilitando assim o surgimento de

[...] una nueva política universitaria que opera desde estructuras y procesos horizontales en red, con agendas basadas en desarrollos estratégicos, en prioridades que se dinamizan de manera frecuente, que hace posible una constante articulación de procesos y resultados académicos con los intereses nacionales y los actores involucrados en el mundo del trabajo y de la producción, en breve bajo redes académico-culturales convergentes e interinstitucionales, así como en vínculo estrecho a políticas de desarrollo científico-tecnológicas (DIDRIKSON, 2014, p. 158).

A proposta se faz consistente e necessária, quando se pensa uma educação contra-hegemônica com vistas a uma sociedade distinta desta moldada pelo sistema capitalista neoliberal em que nos encontramos. Nesse cenário o novo modelo de universidade faz emergir novas formas de ser e estar, plenamente conectadas com sua realidade local/regional, capaz de promover diálogos e integração e “la producción y transferencia de nuevos conocimientos y aprendizajes, y con ello hacer probable una relación con los avances y fronteras del conocimiento que ocurren de manera extraordinaria y simultánea, dinámica y constante en todo el mundo” (DIDRIKSON, 2014, p. 158).

A concepção de educação e princípios apresentados pelas universidades emergentes, entre elas a UFFS, se colocam como desafios para uma nova educação superior pública, indicando forte inserção na realidade local e regional e apresentando currículos inovadores, como pode ser observado na política de ensino proposta pela UFFS, disposta em seu PDI, ao destacar que

o currículo dos cursos de Graduação deve privilegiar a flexibilização, de modo a ampliar o protagonismo do estudante na definição do seu percurso e perfil formativo, bem como para atender às demandas locais e regionais de aprofundamento de estudos e pesquisas, claro, sem perder de vista sua articulação com a realidade global. Nesse sentido, adquire ainda maior importância a postura de permanente discussão e autocrítica da Instituição, fomentadora de instâncias e movimentos coletivos de debate sobre os resultados das ações realizadas e sobre a necessidade e as possibilidades de sua reformulação e qualificação (UFFS, 2019, p. 61).

Para além desta perspectiva, a UFFS propõe uma formação humana que desperte a consciência social e política, promova solidariedade, respeito às diversidades em todas as suas manifestações, inclusive de gênero, com vistas à uma sociedade mais justa e democrática, conforme consta em seu PDI, uma concepção de universidade que

[...] pretende oferecer uma educação que faça jus ao conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador. Traduz-se pela capacidade de se indignar e de se posicionar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida e de crença, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros. Uma educação, enfim, entendida como processo socializante e democratizante do conhecimento, agente impulsionador do desenvolvimento humano e social e, portanto, direito de todo ser humano (UFFS, 2019, p. 54).

Neste sentido, estas formas de pensar a universidade também indicam uma articulação com a ecologia de saberes, proposta por Santos (2019), na medida em que reconhecem a importância dos saberes locais e diversos, buscando com estes uma interlocução. Para Santos a ecologia de saberes

[...] refere-se à combinação e ao enriquecimento mútuo de conhecimentos acadêmicos solidários e conhecimentos nascidos na luta social. Assenta-se no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e articulação horizontal entre eles (UPMS, 2020, documento não paginado).

Santos (2010) define a ecologia de saberes como uma forma de extensão ao contrário, na medida em que provoca a inclusão de conhecimentos de fora para dentro da universidade. Portanto, saberes acadêmicos e populares em pleno diálogo, buscando alternativas para as transformações sociais: Em publicação recente, o autor destaca que “a ecologia de saberes que têm origem nas lutas inclui muitas vezes conhecimentos orais e escritos, que podem ser histórias, documentos, canções ou manifestos” (SANTOS, 2019, p. 97).

Os compromissos assumidos pelas universidades emergentes brasileiras na década de 2000 são indicativos da busca de um novo paradigma para a construção do conhecimento e intervenção social, que pode ser aproximado da perspectiva do Bem Viver. Isso significa promover a democratização do conhecimento, a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o humanismo e a integração com a realidade socioeconômica regional como princípios institucionais. A visibilização desses projetos e a resistência a qualquer iniciativa de desconstrução dos mesmos são importantes e necessárias.

5.1.4 Pensamento/pedagogia de fronteira

As universidades emergentes se aproximam mais dessa perspectiva, considerando sua origem e constituição. Os processos formativos marcados por práticas dialógicas e humanistas são indicativos de uma nova forma de fazer educação superior, representado por movimentos existentes na academia. Os desafios que essas novas propostas de fazer educação superior nos apontam vão no sentido de buscar formas para compreender, codificar e socializar os conhecimentos dos movimentos emergentes, que compõem/sinalizam também uma pedagogia característica. Desafios que nos instigam a inúmeras perguntas, entre as quais “¿cómo mirar, analizar, pensar-hacer-actuar? ¿Cómo aprender a desaprender para reaprender desde las luchas de y por la vida, y no desde el afán e interés del poder institucional (UNI-versitario o estatal)?” (WALSH, 2019, p. 103-104).

Ao trazer aqui um olhar atento a uma universidade emergente e da Fronteira Sul, faz sentido a perspectiva do “pensamento de fronteira”, pois comunga com os princípios que constituem missão e objetivos desta universidade. O pensamento de fronteira se fundamenta na descolonialidade, como afirma Grosfoguel (2008) ao destacar aspectos importantes dessa perspectiva:

1) uma perspectiva epistémica descolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda); 2) uma perspectiva descolonial verdadeiramente universal não pode basear-se num universal abstracto (um particular que ascende a desenho – ou desígnio – universal global), antes teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projectos críticos políticos/éticos/epistémicos, apontados a um mundo pluriversal e não a um mundo universal; 3) a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados (GROSFUGUEL, 2008, p. 117).

A perspectiva decolonial que afirmo aqui, considera a diversidade epistemológica, rechaçando uma visão única e cartesiana/moderna de construção do conhecimento, decorrente da colonialidade eurocentrada. Para Saffioti (2015, p. 109) a separação cartesiana entre razão e emoção tem gerado inconveniências, portanto objeto de reflexão,

[...] o pensamento cartesiano separou radicalmente o corpo da psique, a emoção da razão, gerando verdadeiro impasse. Efetivamente, se a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições. Como, entretanto, restabelecer a unidade do ser humano sem recorrer a uma abordagem ontológica?

A perspectiva do Bem Viver posta na universidade, busca também resgatar a “abordagem ontológica” enquanto afirma a necessidade de buscar outras perspectivas de (des)envolvimento, afirmando processos democráticos, ecologizando saberes, promovendo diálogos e intercâmbios, como destaca Eschenhagen (2013),

Se plantea aquí claramente el reto del diálogo de saberes, que exige un intercambio horizontal, para posibilitar nuevas bases epistemológicas para comprender nuestra realidad. Y definitivamente se requiere de una descolonización del pensamiento que requiere una revisión sistemática de los conceptos de análisis así como de una refundamentación epistemológica, donde las ciencias modernas tendrán un reto doble: por un lado superar sus propias fronteras disciplinarias y, por el otro, abrirse, a otras cosmovisiones epistemológicas (ESCHENHAGEN, 2013, p. 102).

Essa concepção dialoga com um “pensamento de fronteira” (GROSFUGUEL, 2008), que reconhece perspectivas epistémicas diversas e afirma as múltiplas formas de construção de conhecimentos, desconstruindo o mito de um pensamento único e universal até então hegemônico, afirmando um mundo “pluriversal” que se fundamenta em um “diálogo crítico entre diversos projectos críticos políticos/éticos/epistémicos”. Finalmente, a formação desde um “pensamento de fronteira”, implica reconhecer que “a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores

críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (GROSFOGUEL, 2008, p. 117).

Essas perspectivas comungam com os fundamentos das epistemologias do Sul (SANTOS, 2019), onde reconhecemos a ecologia de saberes (SANTOS, 2019) como um caminho de escuta e afirmação de novas epistemologias, que se desnudam e reconhecem o pensamento do Sul Global, construído na diversidade de raça, classe e gênero. Uma consciência crítica que afirma a liberdade, a democracia e a emancipação humana como fundamentais para o (des)envolvimento social na perspectiva do Bem Viver.

A universidade pode ser um espaço libertador ou pode se constituir em espaço de dominação. hooks (2017) afirma, desde sua própria trajetória educacional, que a universidade pode se aproximar de uma “prisão”. Com base em sua experiência de educação emancipatória anterior, a autora passa a buscar formas diferentes, alternativas e libertadoras de fazer educação e as encontra em Paulo Freire “eu usava seus paradigmas pedagógicos para criticar as limitações das salas de aula feministas” (HOOKS, 2017, p. 15). As salas de aula feministas eram o único espaço de desenvolver o pensamento crítico, onde as práticas pedagógicas eram questionadas. Uma perspectiva acadêmica que considera estudantes como sujeitas e sujeitos capazes de interferir de forma crítica nos processos pedagógicos. hooks (2017, p. 16) relata que o primeiro paradigma a moldar sua prática pedagógica “é que a sala de aula deve ser um lugar de entusiasmo, nunca de tédio”. Princípio básico de uma pedagogia feminista, o entusiasmo carrega também uma disposição para a luta, um desejo de construir novas relações de aprendizados e afetos, de maneira horizontal e dialógica, uma pedagogia que reconheça e valorize a presença de todas e todos, assim como de cada uma e de cada um, em que professores reconheçam suas contribuições no processo formativo, pois “o entusiasmo é gerado pelo esforço coletivo” (HOOKS, 2017, p. 18).

No entender de hooks (2017, p. 20), uma educação que se coloca na perspectiva feminista precisa “incluir um verdadeiro reconhecimento das diferenças - determinadas pela classe social, pela raça, pela prática sexual, pela nacionalidade e por aí afora”. hooks (2019a, p. 46) desafia os movimentos feministas a criar “escolas fundamentadas em princípios feministas para meninas e meninos, para mulheres e homens” e “buscar outras formas, como os meios de comunicação, a arte, a música, a poesia, para compartilhar conhecimentos, saberes, lutas, conquistas feministas” (hooks, 2019a, p. 47).

Mais que respostas precisamos nos mover pelas perguntas (WALSH, 2019; FREIRE, 1985). Como destaca Freire (1985), precisamos insistir na “pedagogia da pergunta”, para criar o hábito e desenvolver a capacidade do “espanto”. Essas perguntas que nos impulsionam e nos colocam em ação, nos fazem pensar sobre a realidade. Essa prática é a essência dos processos formativos, já que, como destaca Chauí (2021), a formação olha para o passado e o que se fez, o que se disse e se pensou, mas “interroga o nosso presente; o que há para ser pensado, dito e feito agora? Mas ela abre também o futuro como um porvir. O que a nossa interrogação deixa para os que virão depois de nós, quando eles se puserem a pensar, a falar e a agir” (CHAUÍ, 2021, 1:31-33min).

Uma educação humanista, afirma Goergen (2020) tem um “potencial de perturbação, de rebeldia, de subjetividade e de emancipação” (GOERGEN, 2020, p. 7). Um humanismo que vai perturbar o patriarcado em seus processos de dominação e hegemonia. Nessa perspectiva de formação humana, a universidade pública se coloca como sujeita indispensável nos processos de (trans)formação social. Dela se espera reflexões, pensamentos e ações contra-hegemônicas que possam fazer frente à realidade injusta e excludente. Nossa busca, em uma perspectiva libertária e contra-hegemônica de educação superior (SANTOS, 2019) é no sentido de construir outras formas de educação, onde se produza uma “multiplicación de medios de aprendizaje hace posible la indagación, el aprendizaje que construye soluciones centrado en la producción de conocimientos” (DIDRIKSON, 2014, p. 550). Uma pedagogia que provoque a perguntas (FREIRE, 1985), que reconheça a diversidade de saberes e se proponha a ecologizá-los (SANTOS, 2019) e assim chegarmos a um sistema de organização social mais justo e igualitário que, mais que desenvolver, se ocupe em “envolver” (GUAJAJARA, 2021) a humanidade em uma nova percepção de mundo ou uma cidadania ativa, participativa, crítica, que considere os processo democráticos (DIDRIKSON, 2014), fundamentando uma sociedade de Bem Viver.

5.2 PESQUISA COMO CAMINHO DE CONHECIMENTOS: PRODUÇÃO DE SABERES FEMINISTAS NA UFFS

Uma das formas possíveis de caracterizar a relação da UFFS com a condição social das mulheres de sua região de abrangência é visualizar a produção de conhecimento que tem dedicado a seus temas em seus processos formativos. Dessa forma, busquei trabalhos

presentes no Repositório Digital da UFFS que contivessem as palavras “mulheres” e “feminismo” em seus dados de identificação, considerando aqueles publicados entre 2015 e junho de 2022. As produções voltadas às temáticas das mulheres evidenciam atenção a questões que afetam e mobilizam as mulheres, constituindo uma espécie de ação por dentro da Universidade que as coloca em debate. Pesquisas desse tipo contribuem para motivar o debate público em sentido feminista ao constatar, visibilizar e interpretar ou explicar aspectos de fenômenos sociais relacionados à condição de vida das mulheres na região.

Entre os resultados da busca, excluí aqueles que se referiam exclusivamente a aspectos biomédicos da saúde da mulher. Por mais que reconheça a importância desse tipo de produção como uma contribuição para a sociedade e, mais especificamente, as mulheres da região, entendi que fugiam ao escopo da discussão proposta nesta tese, que enfoca fenômenos sociais. Também encontrei trabalhos versando sobre temas femininos e feministas nos quais não pude observar uma conexão mais direta com o contexto geográfico e social da UFFS. Focalizei, portanto, as produções que tematizavam mulheres na região da Fronteira Sul.

Dessa maneira, entre aqueles trabalhos recuperados que guardavam maior relação com o objeto desta pesquisa, foi possível observar cinco agrupamentos temáticos. O primeiro, com dez registros, diz respeito a trabalhos memorialísticos e históricos que abordam como viviam e foram representadas as mulheres da região em outros contextos históricos, destacando temas como: a dinâmica dos casamentos e a relação com a manutenção da língua de imigrantes, prostituição feminina; as mulheres na Guerra do Contestado; moda, comportamento feminino e representação de beleza, feminilidade e na fotografia. Em seguida, também com dez registros estão as pesquisas relacionadas a questões econômicas e de trabalho, discutindo os reflexos do gênero em condições de profissionalidade, empreendedorismo e emprego. Com nove registros estão os trabalhos que versam sobre a relação das mulheres locais com diversas políticas públicas em setores como segurança, saúde e educação, destacando-se questões relacionadas à maternidade e à violência e, finalmente, com nove registros estão os que abordam aspectos de participação política das mulheres na região, que se dá por meio dos movimentos, dos partidos políticos, em cooperativas, sindicatos. Evidenciam, portanto, uma subjetividade consciente, participativa das mulheres e seu poder de ação social, ainda que incipiente e limitada, uma vez que os espaços de gestão e de decisão ainda são prioritariamente masculinos. Destacam

as questões que mobilizam as mulheres para a ação e as opressões que estruturam a condição feminina.

O grupo que aparece mais relacionado ao problema da tese, e que explorei em maior detalhe, é composto por trabalhos que versam sobre o envolvimento das mulheres da região com agroecologia e movimentos sociais, tematizando a ação da mulher camponesa. Entre as dezoito produções identificadas, encontrei três de autoria de interlocutoras desta pesquisa: *Recampesinização e ressignificação do campesinato histórias de vida no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR)*, de Renata Rocha Gadelha; *Da produção de alimentos saudáveis à geração de autonomia e conhecimentos*, de Adriana Maria Mezadri; e *Emancipação de mulheres por meio de práticas agroecológicas*, de Grasielle Berticelli.

Outros trabalhos versam sobre estratégias de luta política em movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento de Mulheres Camponesas, e em partidos políticos; questões de gênero e violência no meio camponês; a participação da mulher na agroecologia, abordando alternativas de negócio, produção, comércio e consumo. Importante destacar que três mulheres interlocutoras desta pesquisa têm produções voltadas à temática neste grupo: *Recampesinização e ressignificação do campesinato histórias de vida no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR)*, de Renata Rocha Gadelha; *Da produção de alimentos saudáveis à geração de autonomia e conhecimentos*, de Adriana Maria Mezadri; *Emancipação de mulheres por meio de práticas agroecológicas*, de Grasielle Berticelli.

As pesquisas evidenciam uma forte relação entre o MMC e outras organizações de mulheres com as questões voltadas à agroecologia e ao movimento camponês, uma vez que nestes espaços se faz um debate intenso acerca da vida no planeta e das condições que a afetam. São, portanto, temáticas que se conectam fortemente e ambas se aproximam muito da perspectiva do Bem Viver. As pesquisas retratam a história do campesinato e das lutas camponesas, do surgimento dos movimentos de luta no campo, em especial o MMC e a aproximação com a agroecologia. Também evidenciam a capacidade produtiva das mulheres, suas lutas e resistências. As formas alternativas de produção e geração de renda, que também promovem autonomia às mulheres. Revelam, por outro lado, os grandes desafios diante de um sistema que oprime, segrega e discrimina, onde as mulheres são invisibilizadas e violentadas cotidianamente, mas em grupo buscam se fortalecer e adensar

uma luta coletiva pela vida. Destacam o papel fundamental dos movimentos sociais do campo, como espaço político e provocativo das políticas públicas que buscam dar conta das questões fundamentais da existência, como saúde, educação, trabalho, ao mesmo tempo em formar uma consciência crítica e uma subjetividade sensível e comprometida com as lutas coletivas e com a transformação social em um horizonte mais humano e democrático.

As produções ligadas ao eixo Mulheres Camponesas destacam a organização e luta das mulheres no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); também destacam forte relação entre gênero, luta das mulheres e agroecologia, tratando esta como possibilidade de emancipação para as mulheres; o campesinato e histórias de vida das mulheres camponesas;

Os cursos onde as pesquisas foram desenvolvidas são majoritariamente das Ciências Humanas - Agronomia (5); Programa de Pós-Graduação em História (5) Geografia (2); Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (2) (Mestrado); Ciências Sociais (2); Interdisciplinar em Educação do Campo (2); História; (1); Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (1); Administração (1).

As pesquisas estão distribuídas pelos três estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), abordando questões transversais no eixo da mesorregião. Os trabalhos convergem para uma perspectiva decolonial, de enfrentamento ao capitalismo e o patriarcado. Destaca as formas diversas de luta e resistência das mulheres do campo e os modos como produzem, se organizam e articulam forças, destacando o protagonismo das mulheres em diferentes frentes/espços, tomando a frente nos debates e na produção agroecológica, especialmente no MMC. Também apresentam as limitações marcadas pela opressões e violências diversas e forte desigualdade de gênero no campo e pela divisão sexual do trabalho. Movimentos e coletivos como espaços de emancipação para as mulheres, ao assumirem pautas gerais de transformação também se colocam em lutas para além das questões de gênero, afirmando como essas estão conectadas. Destacam a necessária e importante participação das mulheres nos espaços públicos: movimentos, cooperativas, sindicatos, feiras, agroindústrias. Algumas pesquisas também destacam uma limitação ainda presente em relação à participação das mulheres, pois esta se faz mais forte na produção (agricultura familiar, quintais produtivos, agroindústrias) e comercialização (feiras), do que na participação nas decisões políticas e ou nos espaços de gestão. Em geral as pesquisas revelam a potência da agricultura familiar, evidenciando o protagonismo das mulheres rurais nas organizações e movimentos, buscando novas formas de produção, novas relações de

trabalho, aproximando suas concepções e lutas com a perspectiva do bem viver, que sinaliza um modelo alternativo de produção que visa uma melhor qualidade de vida das famílias que vivem no campo e trabalham na agricultura, modelo este que se contrapõe a um sistema capitalista enraizado na sociedade que visa a produção de excedentes, deixando em segundo plano o cuidado com a vida humana e os recursos naturais.

A maior parte das pesquisas tem abordagem qualitativa, sendo a entrevista semiestruturada a técnica mais comum, com aportes de análise documental. Entre as estratégias utilizadas, encontram-se procedimentos de história de vida, história oral e etnografia. As mulheres são as principais interlocutoras das pesquisas: mulheres participantes de movimentos sociais, como MMC, MST e MAB, e de redes, como a Rede Ecovida de Agroecologia; mulheres agricultoras, assentadas, acampadas e sem terra; lideranças de cooperativas; agricultoras e feirantes; pesquisadoras, extensionistas rurais e engenheiras agrônomas.

As principais categorias analíticas que fundamentam as pesquisas e trazem referenciais teóricos são ligadas aos sistemas sociais estruturantes: o capitalismo e o patriarcado e suas consequências: desigualdade social, pobreza, divisão sexual do trabalho, opressões e violências, carência de políticas básicas como saúde educação. Por outro lado, as pesquisas também revelam as diversas manifestações de luta e resistência, destacando o protagonismo das mulheres: o feminismo e os movimentos sociais, especialmente o MMC; a forte relação entre as mulheres camponesas organizadas e em movimento com a agroecologia, a participação política das mulheres e a busca por emancipação; a agricultura familiar como potência na produção de alimentos agroecológicos.

Ao analisar as produções voltadas à temática “mulheres” e “feminismo” no Repositório Digital da UFFS, percebi que os temas são de interesse de estudantes e encontram apoio entre docentes que se propõem à orientação. Esse fato converge com o relato das entrevistadas de que há, no currículo, espaços por onde passam questões sensíveis às mulheres. Uma análise geral das produções permitiu reconhecer a atenção dada à temática das mulheres e feminismo e por onde essas questões sensibilizam e movem as mulheres da região e perpassam os estudos acadêmicos na UFFS. Aportam para uma certa identidade regional, que foi mobilizada na criação da UFFS.

A pesquisa universitária se coloca como espaço de visibilidade para as mulheres e seus movimentos, também como espaço de ação, uma vez que move tanto estudantes como

docentes e comunidade no pensar coletivo acerca das temáticas que afetam as mulheres. Percebe-se aqui um movimento que articula a construção do conhecimento às questões que afetam as mulheres da região, provocando debates, um pensar sobre as estruturas de opressão e a construção de caminhos de resistência.

5.3 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E AS MULHERES EM MOVIMENTO: OS CAMINHOS DE UMA UNIVERSIDADE EMERGENTE

Partindo das reflexões iniciais acerca dos aspectos que marcam a universidade pública no Brasil e América Latina e das perspectivas que afirmo nesta pesquisa, sigo minha reflexão ancorada nas falas das minhas interlocutoras, mulheres em/de movimentos, em sua relação com uma universidade pública emergente, a UFFS, destacando a universidade como lugar/espaço e sua relação com a comunidade em especial os movimentos sociais; a política da universidade, destacando aspectos de governança e a pedagogia da universidade que sinaliza os caminhos da formação.

Nesta seção, tematizo o lugar da universidade desde os diálogos com minhas interlocutoras. A UFFS é tomada como exemplo de universidade emergente, espaço de integração e mobilização local/regional. Que se coloca como resistência e sinaliza uma identificação com as lutas dos movimentos sociais ao propor cursos abertos aos debates do movimento social e projetos de extensão como caminhos de intercâmbio entre universidade e MS. Uma Universidade que se coloca em perspectiva contra-hegemônica ao tematizar agroecologia e saúde, promovendo diálogos e intercâmbios, construindo produções coletivas e se constituindo como espaço de trocas e produção de pedagogias e epistemologias de restauração da vida.

5.3.1 Universidade como espaço de interlocução da comunidade local/regional

As desigualdades sociais são processos estruturantes de um sistema constituído pelo “monstro das três cabeças”, mas a universidade e os grupos organizados se colocam como possibilidade de debates provocativos de mudanças. A **Universidade** é percebida como **espaço de conscientização e mobilização** (Sandra e Daiane). Se coloca, também como **espaço de intercâmbio entre as mulheres** e outros grupos (Daiane); nela se

encontram **múltiplas vozes em lutas diversas**. Nesse espaço, **essencialmente dialógico**, se **produzem confluências e articulações**.

A UFFS é uma universidade concebida desde a luta dos movimentos sociais da região. Portanto, a **presença desses movimentos se fez forte** desde a organização de sua estrutura. As sujeitas destacam os diversos **espaços abertos ao debate com os movimentos**; em alguns cursos onde os movimentos marcam presença e têm espaços de fala, mas mais fortemente nas atividades de extensão, muito articuladas aos movimentos de mulheres, especialmente quanto aos **temas agroecológicos e da saúde** (Sandra, Adriana e Daiane). Os **projetos de extensão** constituem-se, portanto, como **caminhos de intercâmbios entre universidade e MS** (Adriana). Na UFFS esses intercâmbios resultaram em **produções conjuntas**, na perspectiva da Educação Popular, como o livro recentemente publicado *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*, uma parceria entre a UFFS e as mulheres camponesas, resultado de um projeto de Extensão da UFFS *Promoção da Autonomia e Saúde das Mulheres Rurais e a Prática Agroecológica*.

Sandra: A universidade é um mobilizador, cria espaços, ele possibilita o debate, ele amplia os horizontes, né, e ele traz, de alguma forma, modernidades e ele exige que a cidade se atualize.

Daiane: [...] já vai trazendo mais conscientização [...] por esse âmbito da agroecologia [...] isso se dá mais nos eventos que eu tenho presenciado por exemplo, tem um evento de Geografia que é o SINGA - Simpósio Internacional de Geografia, o último correu lá em Recife [...] ele reúne diversas populações, tem bastante espaço de fala para os indígenas, para outras populações [...] abre espaço para esses diversos atores do Campo [...] No evento do SIFEDOC [Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo] também é possível verificar essas mulheres das diferentes... indígenas, quilombolas, agricultoras também... nesses eventos é o espaço onde ocorre esse encontro, a troca e aí as mulheres expõem ali as suas questões.

Adriana: [...] a gente teve espaço para muitos momentos, trabalhos sobre o movimento, enfim, e também teve e tem ainda, agora menos, depois da intervenção e com a pandemia, de projetos de extensão com a universidade, enfim, de formação em agroecologia com os movimentos.[...] tivemos na questão da agricultura, na agroecologia e também na questão, que daí seria campus Erechim e Campus de Passo Fundo, da saúde e também tivemos oficinas nacionais, inclusive, aí junto com a Vanderléia, onde a gente discutiu e também tem um livro, aliás, tem mais que um livro produzido pela UFFS sobre isso [...] Um que foi com os diversos movimentos da região sul, que daí esse com a Naira e outro com a Vanderléia que foi com nós, as mulheres camponesas, e outro o processo da educação popular em saúde que a gente, de certa forma, faz parte também.

A Universidade se coloca como **espaço de trocas e produção de pedagogias e epistemologias de restauração da vida**. Nela a comunidade acadêmica pode conhecer as experiências que estão acontecendo na temática da agroecologia, que se colocam contra a estrutura capitalista que dissemina o agrotóxico. Nos espaços universitários também se produzem trocas de experiências e busca de alternativas em **apoio aos pequenos**

agricultores em sua **produção orgânica** (Daiane). Diante da gigantesca tarefa de mudança de paradigma, a ideia de que “**Estamos fazendo alguma coisa**” (Daiane) é um alento. Na UFFS se fomentam projetos e ações **da universidade na comunidade**, como é o caso do curso de Medicina e sua importante **integração com a comunidade local** na promoção de ações coletivas e **integradas e articulação com o poder público** (Vanderléia):

*Daiane: [...] a Universidade tem apoiado bastante a questão da agroecologia [...] a comunidade acadêmica tem que conhecer essas experiências cada vez mais para poder incentivar e valorizar[...] está **crescendo o número de produtores orgânicos no Brasil** [...] é uma **coisa muito bonita** [...] eles vão fazer diferente, eles vão **buscar assessoria, instrução**, e isso é muito bacana [...] acho que a gente vai indo aos poucos se diferenciando, buscando essas outras **alternativas para poder viver melhor** e ficar um pouco mais **distante do que é esse agronegócio** [...].*

*Vanderléia: Na **periferia urbana** mudou muito, porque se nós não tivéssemos a nossa **Universidade** não se teria atuação de estudantes em três grandes áreas da cidade que hoje tem **atendimento multiprofissional pela Estratégia de Saúde da Família** que, claro, é obrigação do município, mas a construção da estratégia de **ampliação da rede** e hoje do atendimento com os nossos estudantes lá, **se deve muito a universidade** [...] ampliou a forma de **olhar para o contexto de saúde de vida das mulheres e das famílias** [...] o reitor chamou uma reunião com o **Secretário de Saúde e os Prefeitos**, eles viriam buscar os estudantes **toda a semana**, então, dá para ver a força que é a **presença da Universidade dentro do Sistema Único de Saúde dos municípios aqui da região**. [...] a gente tem **convênio com mais de 20 municípios**, tem **convênio com hospitais aqui da região toda**, [...] **nossa universidade é responsável por mais de 400 residentes médicos** que atendem nos hospitais, no Hospital de Clínicas, no Hospital São Vicente, no Hospital de Carazinho, em todas as áreas. São **mais de 40 programas**. Se não tivesse Universidade Federal parte dessas residências existiriam pelos hospitais mas eles não teriam ampliado os serviços, **não teriam ampliado os ambulatórios**, [...] **O Programa Mais Médicos** é coordenado, em Santa Catarina e na metade do Rio Grande do Sul, é **coordenado pela nossa Universidade** [...] como é **uma Universidade pública**, essa **integração e articulação, na implementação das políticas públicas** do atendimento e da formação inserida no SUS, é muito presente, muito forte, e esse **vínculo integrado com o sistema público, com Sistema Único de Saúde e os municípios**, nessa articulação a gente amplia esse olhar, essa **articulação com os Conselhos com os outros atores** que estão nos territórios.*

A universidade enquanto espaço público é também **sujeita de ação social e política**. Sua intencionalidade se revela a partir de suas políticas. É característica das universidades emergentes, como a UFFS, afirmar **políticas de inclusão e estabelecer práticas democráticas e dialógicas** em seus processos internos, bem como na sua relação com a comunidade externa. A presença de uma instituição de **educação superior pública muda o cenário da cidade/região**, com sua dinâmica, a presença efervescente de estudantes de todo o país e fora dele.

Como destacado acima, a UFFS, em seu Estatuto, propõe uma “gestão democrática e colegiada”, afirmando a participação e democracia como princípios fundantes, também se coloca em uma perspectiva dialógica ao se colocar em “cooperação com universidades e instituições científicas, culturais e educacionais”. Além disso, a disposição em “promover a igualdade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância, preconceito,

discriminação e violência” caracteriza um compromisso com a educação popular e com uma sociedade mais justa com vistas ao Bem Viver (UFFS, 2015, p. 7; 8).

As evidências dessas políticas podem ser observadas, entre outros aspectos, na **identificação da Universidade com as lutas dos movimentos sociais** e nos **diálogos interinstitucionais** promovidos por docentes e estudantes oriundos de movimentos diversos, com destaque aqui aos movimentos de mulheres/feministas (Solange); nos **currículos e grupos de estudo** que abordam a **temática feminista e de gênero** (Solange). A Universidade se coloca como **espaço de acolhimento à diversidade** e representa, para muitas mulheres da região, a **única possibilidade de formação acadêmica** e atualmente se coloca como **espaço de resistência** (Justina). Ela também é percebida como espaço para desconstruir preconceitos e tabus (Naira):

*Solange: [...] pelos canais, digamos, normais da Universidade nós temos **professores e professoras** bastante ligados a **movimentos sociais** e, portanto a **movimentos feministas**, que também são professores, que estão atuando na universidade, pesquisando e digamos fazendo avançar o **conhecimento acadêmico nesta área** [...] que **trazem os movimentos sociais para dentro** do pós Stricto Sensu que é uma conquista bastante importante, né, e que fazem suas **pesquisas voltadas sempre para os movimentos sociais**, então MST o MMC voltadas para a **agricultura familiar**, enfim, para essas **lutas**. [...] Tem uma presença, ainda pequena, muito pequena mas de **mulheres indígenas** por essas vias normais. Penso que ainda dá para avançar mais nesse aspecto. [...] No caso específico da Pedagogia nós temos, então, criamos **eventos** por onde essas **questões de gênero** **perpassam**. Isso é bastante discutido também **no âmbito das teorias do currículo**, por aí perpassam, mas nós temos na universidade **grupos de pesquisa e grupos de estudo** que se articulam em torno dessas temáticas.*

*Naira: entre as alunas há muito essa **perspectiva da solidariedade**, de discutirem mais no coletivo quando há uma situação mais complicada, desde o caso de violência, assédio, coisas assim, há um grupo. [...] elas sabem que o **feminismo não é uma coisa que pode ser discutida isoladamente**, tu tem que estar articulada, tem que estar em grupos, tu tem que moderar na força. E aí quando eu falava disso **da vivência na Universidade**, voltando aquele ponto... Eu acho que isso tem tudo a ver, **a diminuição dos tabus, dos preconceitos**, porque quando a partir do momento que tu **vai para uma Universidade e tu começa a se deparar**, como quando eu falei das pessoas que diziam “ah não, mas a Universidade, acho que não foi feita para mim”, “porque eu não tenho uma roupa legal para usar”. a gente tinha muitos depoimentos, do tipo assim, as pessoas diziam, “**ai, quando a gente estudava na [universidade privada da região] tinha que ir maquiada**” e isso exercia muita pressão sobre as meninas [...] quando elas vem para o ambiente universitário e elas começam a perceber essa **lógica da diversidade, é muito enriquecedor** para as pessoas irem refletindo sobre isso [...].*

*Justina: Nossa Universidade Federal da Fronteira Sul é mais um instrumento que se coloca como **resistência nesse momento**. Se você me fizesse essa pergunta alguns anos atrás eu te traria um cenário, neste momento, eu acho que **precisamos reconhecer que há um esforço bastante grande**, tanto de uma parte de quem atua na Universidade da Fronteira Sul, dos **profissionais, que tem esse projeto de vida, de sociedade** que nós **defendemos também enquanto movimentos**. Já com quem está no **comando da universidade**, **dificultou e tem dificultado, imensamente, para gente avançar com uma contribuição da universidade com esse setor da agricultura familiar camponesa e das mulheres**. Eu queria deixar registrado isso, que é um **momento de refluxo, de baixa bastante grande. Mas como continuamos nos articulando ali? É na tentativa de forçar a participação**. Uma das questões que mesmo com os problemas que vem tendo, é essa questão da nossa juventude encontrando o **espaço para poder fazer o ensino superior. Para as mulheres é algo muito importante**. Eu tenho uma comadre, aqui próximo, que tem uma filha [...], **primeira aluna com síndrome de Down** na Universidade Federal da Fronteira Sul, e é impressionante a **importância que isso está tendo para essa mulher, que sempre foi do Movimento de Mulheres Camponesas, e para essa jovem, no sentido de***

haver essa possibilidade, de ter essa possibilidade. Só trouxe um caso aqui para reafirmar a importância para as nossas famílias, para nossas filhas e netas, essa possibilidade dos estudos na Fronteira Sul.

A educação superior, por sua **dinâmica dialógica**, pode mudar a visão de mundo das pessoas, promovendo leituras e debates críticos. Os **processos formativos afirmam as opções políticas da instituição** marcada pela **inclusão, pela dialogicidade e pela articulação com instituições em movimentos**, entendendo essas dinâmicas como articuladas na produção de conhecimentos e **formação de subjetividades conscientes e críticas**.

A Universidade se coloca como um lugar de formação profissional que amplia o universo de possibilidades de trabalho para geração de renda para as mulheres, especialmente. A **formação acadêmica possibilita um empoderamento para a conquista de espaços para as mulheres** na medida em que garante também autonomia financeira. Um espaço potente de **formação de subjetividades feministas**. Pude constatar essa afirmativa ao visitar o campus Passo Fundo da UFFS, onde encontrei em seus murais frases e **ações feministas/em defesa das mulheres** e um evento para demarcar o dia mundial de luta pela eliminação da violência contra as mulheres promovido pelas Promotoras Legais Populares, no auditório da UFFS, onde participaram representantes da comunidade como: vereadoras, agricultoras, líderes comunitárias, advogadas, representantes da delegacia da mulher, professoras e militantes feministas; ações que podem ser observadas no “Relatório de campo” (em anexo). Em suas falas, minhas interlocutoras afirmaram a universidade como **terreno fértil para germinar ações que comungam com as lutas feministas**.

O ensino superior público e gratuito como direito é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. A UFFS, como universidade pública, apresenta-se para as interlocutoras como a melhor possibilidade, em alguns casos a única, de **educação superior para as mulheres agricultoras/camponesas**, ainda que destaquem seus limites (Adriana). O que significa a possibilidade de **permanência das mulheres na região**, sem necessidade de migrar, já que a elas não cabia/cabe a herança na terra. A universidade pública ou o Prouni são, em muitos casos, as únicas possibilidades de **educação superior para as classes populares**. É o que destacam as sujeitas:

Adriana: [...] poder ter uma perspectiva de estudar e não precisar pagar por isso, já é uma grande coisa, porque sei de jovens filhas de agricultores e camponeses pequenos e que se fosse para pagar não teriam condições; ou nela ou no Prouni, mas a gente sabe que o desafio e a exigência das federais são bem maiores, do que um curso pago. [...] a UFFS tem, não sei se agora mudou, mas tinha toda uma perspectiva de entrar

peças de escola pública, não ser aquela carreirista que quem fez muitos cursinhos pra conseguir entrar, porque antigamente era isso, o sonho de estudar numa federal era isso.

Sandra: *A UFFS, aqui no campus Cerro Largo representa muita coisa. Muitas mulheres que estão estudando são as primeiras das suas famílias a frequentarem ensino superior. Representa elas poderem ter uma inserção no mercado de trabalho para além daquilo que era um horizonte muito curto [...] alterou muito a vida das pessoas; alterou a vida das cidades, a ampliação de visão de mundo, de comércio, o mercado imobiliário. Enfim, se alterou a paisagem da cidade, mas alterou, principalmente, a possibilidade das mulheres estudarem.*

Valdete: *Propicia para as mulheres da região, também, que não necessitem migrar, que era uma coisa muito comum essa migração, e olhando principalmente para as mulheres rurais que eram as que migravam mais, iam trabalhar principalmente para cuidar de outras crianças, na cidade, para trabalhar de empregada nas casas, com um salário que nem era salário, era uma renda mínima, mínima, mínima, que era a única forma de poder sair de casa, porque a herança da terra ficava com os filhos homens, as mulheres não herdavam. Então, a única saída das mulheres era o casamento ou sair para estudar nessas condições. Então, a universidade propicia que a gente não precise fazer longas migrações e que tenha acesso [...] uma educação de qualidade mais próxima. [...] várias coisas que eu acho que a universidade propicia enquanto empoderamento para as mulheres, enquanto acesso à educação e tudo mais.*

Grasiele: *[...] eu não tinha nenhum aprofundamento sobre teoria, né, e prática muito pouco, também, porque de onde eu vim era muito isolado, era uma vivência muito restrita.*

Renata: *[...] dessa questão de você entrar na universidade e você poder avançar em seus processos de conscientização, quando você se depara [...] dentro do próprio MMC [...] por que os homens têm aposentadoria e nós não? Cai o mundo né. Por que os homens são reconhecidos como trabalhadores rurais e nós não? Sendo que a gente trabalha tanto quanto ou mais que eles? São essas perguntas simples que fazem surgir todo o movimento social. Então, às vezes, essas perguntas, dependendo de como são conduzidos os processos formativos dentro da universidade, podem transformar radicalmente a vida das pessoas. Então, o fato de ter o meu orientador que me sugeriu pra fazer essa pesquisa do tema, de ter a minha coorientadora que já tinha esse histórico de estudos e está me auxiliando, “olha, leia isso, leia aquilo”, isso transformou a minha vida, isso fez com que eu estudasse, pesquisasse pra aprofundar o conhecimento sobre isso, possibilitar que outras pessoas também tenham acesso, mas transformou a minha história de vida pessoal. Então, entendo que as jovens e os jovens que entram na universidade e você tem essa discussão colocada ali, eles vão refletir sobre isto e vão inserir ou não em seus projetos de vida, em suas pesquisas, mas isso é transformador. [...] mulheres podem estar se formando, se capacitando pra conseguir ter uma autonomia financeira. [...] embora autonomia financeira não signifique empoderamento, [...] às vezes, a mulher tem toda a consciência de que ela está vivendo em uma relação opressora e de violência mas não tem condições de se manter financeiramente, e “os filhos vão morrer de fome”, “vai passar necessidade”, etc. e tal. [...] são várias possibilidades que a universidade representa para as mulheres quebrarem esse papel [...] mostrando, que sim, as mulheres podem, devem, e fazem muito bem esse trabalho, que podem avançar nisso. [...] elas estão adentrando em profissões que são tradicionalmente masculinas, então, isso é interessante.*

Maria Alice: *Nem todos eu acho tem essa veia, essa linha mais extensionista, eu tenho bastante isso. [...] nós estamos ainda na gênese. Esse processo de formação acho é uma boa, dá uma visibilidade para a universidade, está provocando esses professores externamente, e daqui a pouco a gente consegue fazer um projeto mais multidisciplinar.*

Liria: *[...] “eu estou podendo realizar o sonho que eu não conseguiria se não tivesse essa universidade em Laranjeiras do Sul, porque aí eu teria que me deslocar para outra cidade, aí implica em manutenção e assim eu estou com minha família”. [...] percebemos muito público externo [...] o quê isso significa para uma estudante que vem lá do Pará, [...] a UFFS tem uma forma de acesso também diferenciada, pela questão de ter estudado em escola pública no ensino médio, também pela questão de renda, dependendo da situação. Vou te dar o exemplo do curso de Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas [...] tem um processo seletivo especial [...] Trazer as mulheres indígenas, as mulheres camponesas [...] elas têm essa opção também por esse curso, que proporciona por meio da alternância, ficar um tempo na universidade e também voltar para ter as experiências práticas na comunidade, no seu lote como eles falam por aqui, o lote do assentamento [...] Inclusive, uma orientanda minha é do MST, [...] agora está num mestrado em Agroecologia, e ela diz*

“eu estou aqui porque eu acredito na luta das mulheres e acredito que esse é um processo em que eu vou me fortalecer enquanto sujeita, mas também vou fortalecer o grupo que eu pertencço, que é o coletivo de mulheres do MST”, [...] é um sonho que se tornou possível.

***Daiane:** Eu avalio de extrema valia, [...] penso que todas as pessoas poderiam chegar a fazer graduação e traz um diferencial enorme na vida das pessoas. Ter tido essa oportunidade de ter a universidade aqui numa região com as suas características de pequenos agricultores, então, veio muito a somar e dar oportunidade pra esses filhos de agricultores terem acesso à universidade [...] o pessoal tem aproveitado essa oportunidade de ter uma universidade próxima ali e acessar. Uma universidade pública, gratuita [...] foi ótimo a presença da UFFS aqui.*

***Solange:** Sim, vale muito a pena, então hoje quando a gente olha e vê um pátio da UFFS, a presença da UFFS na região, por isso que dá um orgulho muito grande, sabe, ter participado deste momento.[...] nós precisávamos pensar num mestrado em educação porque a demanda reprimida era muito grande. Iniciamos isso em 2012 trabalhamos arduamente, daí fui coordenar a comissão de criação do mestrado [...] entregamos o projeto de Medicina [...] estava sempre fazendo esse movimento de gestão. [...] Agora que talvez comece a falar em consolidação de alguns processos, mas ainda muita coisa que a gente precisa ir inventando, criando, organizando dentro da própria Universidade, [...] porque é sempre esse movimento. Mas quando você olha e vê o impacto, por exemplo o Mestrado em Educação, o primeiro processo seletivo do mestrado a gente teve 516 inscrições para 20 vagas, [...] ainda hoje [...] a expectativa é que a gente passe de 180 inscritos, 200 inscritos para 20 vagas. Para você ver a demanda reprimida que a gente tem na região. Então, o impacto da universidade aqui é imenso, é imenso...*

O conhecimento acadêmico pode/deve ser construído a favor da vida em todas as suas formas. Por exemplo, colocando-se na luta contra os agrotóxicos e na promoção da agroecologia, por isso lugar de resistências e desafios. As mulheres em movimento têm se colocado nessa luta com força. A Universidade é percebida como **espaço de problematização, debates, reflexões e escutas**; uma formação que se aproxima dos **caminhos da interdisciplinaridade**, ainda que haja resistências. Nesses debates são percebidas epistemologias emergentes, restauradoras de vida humana e da natureza, destacadas nos debates de temáticas como **êxodo rural, agricultura camponesa e dos agrotóxicos**; docentes promovem debates e abrem **espaços para experiências de agricultores que utilizam práticas agroecológicas** (Daiane). Ao se referir aos estudos de Larissa Bombardi, uma grande pesquisadora do tema, Daiane destaca que “é sensacional e muito alarmante o que ela vai trazer sobre o uso dos agrotóxicos. Ela foi perseguida [...] teve que sair do Brasil por estar estudando essa temática”.

***Daiane:** [...] essa problemática do êxodo, dos agrotóxicos, que envolvia muitas mulheres...ali na UFFS [...] o curso de Agronomia, daqui da UFFS, aqueles professores que levam a sério a questão da ênfase da agroecologia, convidavam agricultores, acontecia esse evento junto com o Sutraf, agricultores que faziam práticas diferenciadas e que estavam voltados com a agroecologia. Por exemplo, teve a experiência de um rapaz que estava produzindo no sistema agroflorestal, então ele veio trazer sua experiência [...] Esse evento uniu bastante professores, alunos até mesmo técnicos, [...] teve um dia que fez uma participação uma gastrônoma, uma mulher que tinha um restaurante, lá em um Município próximo aqui, ela veio para falar sobre alimentação, sobre as PANCs.*

Ana Carolina: [...] faz toda a diferença ter esse **lugar de apoio para problematizar** [...] a gente **proporciona o debate**. O espaço para debate, para **reflexão**, e em termos individuais de cada mulher, a gente está, esse é outro **depoimento que a gente escuta: “Professora, antes de entrar na universidade eu não via nada disso”,** então a minha **perspectiva**, individualmente, faz com que aquilo depois vire essa **massa de mulheres conscientes**; consciente da sua situa[...] a **Universidade faz toda a diferença** [...] as mulheres multiplicam nas suas casas, para suas filhas [...].

Renata: Então, você tem o **grupo de estudos** que [...] vai **juntar as mulheres** que estão interessadas em **avançar nesses temas** e nesse sentido é interessante, porque imagino que nas **disciplinas as discussões** nos diferentes cursos ali dentro, essas pessoas vão **levantar esses questionamentos**, quando aparecer alguma coisa muito absurda [em sala de aula e **contestado** até, felizmente. [...] na **UFFS**, então, vai ter esse **projeto** que foi **bem interessante** e demonstra de algumas pessoas ali dentro essa **consciência** e esta atitude da **importância do trabalho das mulheres**, porque foi um projeto grande [...] esse livrinho aqui que foi resultado [...] o projeto se chama **“Organização produtiva das mulheres e promoção de autonomia por meio de estímulo à prática agroecológica”**.

Gisele: A **minha luta hoje é dar visibilidade às mulheres**. [...] Estou fazendo o que eu consigo. Hoje, **entrevistando as mulheres, contando a historicidade delas, a trajetória delas de vida, acadêmica e profissional**, para mostrar onde elas chegaram. E o que é muito legal, um dos vários retornos que eu tenho, algumas mulheres **dizem assim** [...] **“eu nunca tinha me visto dessa forma”,** “nunca ninguém me valorizou como tu está me valorizando”, “mostrando meus valores”, e isso para mim, **enquanto mulher, e hoje levantando essa bandeira**, me deixa muito feliz. Se a gente conseguir tocar uma menina, uma mulher, que veja nossa entrevista que **mude a sua perspectiva**, eu acho que já está de bom tamanho, como eu **mudei a minha também**, que para isso **tem que ter coragem também**, não é tão simples

5.3.2 Desafios aos movimentos das mulheres em uma universidade emergente

Figura 48 – Mulheres em movimento por uma educação feminista



Fonte: MARTÍNEZ [s.d] apud SUL 21, 2018.

Ainda que se reconheça a potência dos processos formativos em uma universidade emergente como a UFFS, especialmente para as mulheres, é preciso destacar os limites, resistências, enfrentamentos e desafios postos nesses espaços e destacados pelas interlocutoras:

Dos limites: percebe-se por dentro da Universidade **manifestações do machismo, racismo e misoginia**, reflexos do patriarcado e do colonialismo que marcam nossa sociedade. Cursos que se colocam como masculinos onde as mulheres manifestam sentimentos de invisibilização/opressão e cargos de gestão majoritariamente masculinos em que ocorrem **manifestações machistas por dentro da universidade** (Daiane, Valdete). Essa afirmativa é perceptível na **pouca presença feminina nos altos cargos de gestão** (Valdete). Também é possível identificar essa estrutura em **situações pontuais que se caracterizam como machistas e misóginas**, que ainda acontecem por dentro da universidade em que ocorre discriminação e desqualificação das mulheres (Gisele). Em algumas áreas (saúde, por exemplo) ainda há uma **força hegemônica masculina** (Vanderléia). O **movimento estudantil ainda carece construir “pautas comuns”** (Grasiele). Ainda que universidade tematize questões que afetam as mulheres, são ações pontuais, **não há política institucional com olhar para as questões feministas e das mulheres**; parece não haver uma **agenda de ação política feminista** por dentro da universidade (Valdete, Naira). Em alguns espaços (campus) os movimentos são bem restritos e focam sempre nas mesmas pessoas (Gisele). Os limites da universidade são percebidos, também, na **carência de debates e de uma presença mais forte da temática feminista no currículo**; a necessidade de afirmar a temática como **pauta obrigatória no currículo**; falta de **formação de professores** sobre o tema (Renata). Indicativos da necessidade de reconhecimento, visibilização, espaços de apoio e **maior articulação interna em torno das questões que afetam as mulheres** (Naira, Ana Carolina, Valdete):

Daiane: [...] pelos relatos das mulheres da agronomia, elas se sentiram bastante oprimidas no curso, claro elas vinham falando isso nas entrevistas, ali, então essa **ênfase um pouco em agroecologia** também não se dava numa forma muito correta [...].

Ana Carolina: [...] faz toda a diferença **ter esse lugar de apoio para problematizar**. A gente não tem um Centro de Acolhimento, mas como tu falou **a gente proporciona o debate**.

Valdete: [...] são várias coisas de, eu acho que também muito relacionadas **ao machismo**, não foi só em relação a mim, foi em relação a outras mulheres que eram candidatas aqui. [...]na universidade...não sei o que hoje nós temos em termos de agenda mesmo mais de luta, eu não tenho acompanhado. Eu acho que até **falta bastante essa organização**, assim, ou alguém **puxar a frente de algumas agendas** mais importantes, de **discutir questões mais feministas dentro da universidade**, não só feministas, **de direitos nossos das mulheres**; [...] **questões que nos afetam** sobremaneira. [...] a gente tem muito **poucas mulheres na gestão da universidade**. **Diretoras tinha várias**, porque é quem **carrega o piano**, é o onde está o grosso do trabalho, quem aparece é o pró-reitor, mas nós não tínhamos [...] Agora, a gente **tem uma mulher pró-reitora** [...].

Grasiele: a gente foi constituindo uma **Frente Feminista na UFFS**, que foi meio difícil porque o movimento estudantil é muito fluido, né, às vezes não é uma coisa muito estável, é **difícil a gente tentar juntar as pessoas**

em torno de uma **pauta comum**. Então, tinha várias **divergências sobre as correntes do feminismo**, enfim, **mas a gente ia construindo** as coisas, ia fazendo as coisas. E dentro do curso de **Agronomia**, quando eu entrei, eu estava **muito acuada**, muito acuada quando eu entrei, **é um curso muito masculinizado, muito conservador**.

Renata: [...] que parece que continua essa **lacuna**, que é a necessidade de você ter a **discussão de gênero como transversal** em todas as disciplinas ou pelo menos em alguma **disciplina obrigatória**, você discutir isso, porque o que teve na minha época, foi uma **disciplina optativa** pra se discutir as relações de gênero[...] é um tema que **deveria entrar como uma pauta obrigatória**, de algum momento, em alguma disciplina obrigatória, estar discutindo isso, pela importância. [...] professores, em geral, eles **não têm essa formação**, porque na graduação deles eles não tiveram esse tipo de formação, então, eles também não estão preparados pra isso, mas vai ter uma pessoa ou outra que vai estar[...] então tem que ter toda essa questão do **convencimento, do diálogo** pra ir colocando, da importância disso, e essas pessoas que já têm esse conhecimento estarem fazendo essas discussões. [...] quando eu entrei na UFFS, em 2015, dentro das **disciplinas obrigatórias** você **não tinha** essa **discussão**, aí teve essa **iniciativa dessa professora** com uma outra também, de **lançar essa disciplina**, então, a gente vê que era **muito marginalizada** na época. Não posso falar hoje como é que está, acho que outras pessoas vão te informar melhor, **parece que avançou** um pouco, mas do que eu sei ainda não tem essa questão de estar **discutindo ativamente as questões das mulheres** como algo, assim, central e importante [...].

Gisele: [...] a **Universidade** deveria representar uma **porta, um caminho**, para mostrar os direitos, a posição que ela deve ocupar, as **possibilidades que ela tem**. Só que [...] **aqui em Realeza é uma pobreza**, sempre **quem faz são as mesmas pessoas**, o movimento que é geralmente em eventos que acontece. Os alunos sempre vem procurar, **três ou quatro professores que fazem esse movimento**, que se unem para fazer esse movimento [...] quando é só uma pessoa que faz, é **uma única mulher, que levanta essa bandeira e sendo negra, é muito difícil**. Porque, assim, tu **tem que primeiro mostrar que tu é capaz**, primeiro por ser mulher, e segundo porque a tua cor não interfere na qualidade do meu trabalho ou não, e tem vários colegas que são realmente, **extremamente, preconceituosos, racistas e machistas**. Então é bem complicado.

Naira: Eu vejo que **perpassa bastante dentro dos componentes curriculares** [...] essa discussão. Talvez não como deveria, não na intensidade que julgo ser pertinente, porque quando eu falo muito do meu contexto, um **curso hegemonicamente feminino**, mesmo assim a gente provoca e debate. [...] mas há cursos por exemplo, o caso da **Agronomia** em que há muito **pouco espaço para o debate de gênero**, então as meninas que estão ali, **elas sofrem** e as professoras também, por uma dinâmica estabelecida que não permite uma série de questões, tu acaba não tendo condições de **disputar alguns espaços**. Ela deu exemplo claro, nas áreas experimentais do Campus, onde eles estabeleceram que fosse o último lugar... “Ah, você professora que faz **pesquisa em Agroecologia** mas tua área está lá, por que tu não vai até lá?” - “Porque hoje está chovendo e o carro não vai”, “**ah mas se tu pegar uma caminhonete traçada como eu pego**”, “**se tu tiver braço masculino como o meu para dirigir lá, tu vai**”. [...] São coisas que vão provocando uma série de **limitações** e aí acaba **não provocando as mudanças** que precisam ser feitas. Então uma coisa é tu debater, no caso que eu faço, a disciplina historicamente, a vida da professora, do professor, das condições, mas e agora, como que está? E na atualidade, existem **diferenciações de oportunidades dentro do espaço universitário**? Se existe, é **possível a gente mexer nisso? Como que faz?** Então acho que ainda, por mais que a gente reflita, ainda **faltam ações mais efetivas** para ir superando esses problemas que são detectados. Eles não são detectados numa forma geral, ou talvez **não vieram à tona dentro da universidade** como algo mais relevante, eles são **sentidos nos ambientes** mas ficam muito nessa forma, só de tu sentir e **não conseguir avançar**. [...] a gente tá ainda muito **pontual e isolado**. [...] mas nós **não conseguimos nos organizar coletivamente** ainda para colocar isso em debate. [...] **falta ainda muita coisa** para se fazer.[...] nós **não temos uma grande articulação**. Nós estamos sentindo, quando a gente levanta essa questão de que, em geral, para as **mulheres é mais difícil participar** dos editais, de todas políticas instituídas, mas nós **não conseguimos nos organizar coletivamente** ainda para colocar isso em debate. Então vejo que a minha **participação** tem sido mais em **atividades pontuais** assim, de ter algum debate. Faltaria muita coisa que ser feita. Tem essa **articulação com algumas técnicas**, que a gente fez um debate [...] as **técnicas debateram a condição de trabalho** delas, e acho que é isso [...].

Vanderléia: É muito difícil de fazer uma coisa mais aberta porque a **área da saúde** é uma área **predominantemente mulheres** que atuam, mas tem uma força, uma **presença masculina** muito grande enquanto **força hegemônica**, então não é uma coisa simples para **fazer enfrentamentos** abertos, é mais um processo de **construção de possibilidades, de reflexão, de diálogo e de integração com movimentos** que já

existem e que já estão mais estruturados. Enquanto Universidade mesmo a gente **não está puxando muito a frente** isso sabe. Eu particularmente **me sinto frágil** de fazer isso, tem eu e mais essa outra médica e talvez alguns outros professores. **Poucos**. Então a gente acaba atuando mais **dentro do SUS, dentro da formação, dentro dos espaços que a gente tem para ajudar desnaturalizar a violência**, a presença desse tipo de situação.

Das resistências e enfrentamentos: a academia é percebida como o “não lugar” para algumas mulheres, como as mulheres negras, por exemplo; por isso, também se constitui em **espaço de resistências e lutas pelo reconhecimento** (Francisca). Muitas mulheres são obrigadas a se afastarem da academia para dar conta da vida. Especialmente as mulheres negras vivem isso. **Feminismo precisa pensar nas mulheres negras**, afirma Francisca. Importante destacar que Francisca não se refere à UFFS, mas à academia em geral. Mesmo assim, considero importante destacar. É evidente a afirmação do debate intercultural e ecologia de saberes no espaço da UFFS, para acolhimento das mulheres indígenas, já que se percebe em alguns momentos uma certa marginalização (Gisele). Considerando seu caráter público e popular, é natural que, por dentro da Universidade, perpassam debates e **enfrentamentos especialmente em algumas áreas** como Agronomia, onde disputam espaço a **agroecologia x agronegócio** (Naira):

Francisca: [...] as instituições de nível superior, as academias, muitas, muitíssimas vezes, a gente percebe que ali é o não-lugar nosso. A maioria são mulheres, mas nós somos mulheres e somos mulheres negras. Então esse não-lugar que são esses espaços da sociedade que dizem que não é nosso, nós temos que nos autoafirmar e dizer que este espaço é meu também [...] precisamos construir muito para que isso vá acontecer, porque as nossas meninas, nossas mulheres, elas desistem cedo e não é porque elas não querem é porque a sociedade as leva a isso. Tem que trabalhar, enfim, tem uma série de agravantes que o feminismo tem que trazer para suas discussões [...].

Gisele: Isso eu posso falar porque assim, eu estive na Coordenação de Curso e tinha contato com outras Coordenadoras, então elas falavam sempre dessa dificuldade, das alunas indígenas, principalmente, delas se colocarem, porque elas são sempre colocados à margem, elas são sempre... “Ah, vamos fazer trabalho em grupo”, ninguém quer fazer com elas. É preciso interagir, imagina, elas estão chegando numa outra sociedade. Entender a cultura delas, respeitar a cultura delas, isso é muito difícil. [...] hoje, eu estou tendo uma oportunidade que é trabalhar com a cultura, e é uma das coisas que eu estou já fazendo esse “levante”, a gente precisa trabalhar com a cultura, porque cultura, quando fala em cultura e arte, não é só a música, a dança e a poesia não, é cultura, cultura é conhecimento. Então assim a gente já está fazendo esse movimento, [...] estamos preparando algumas palestras sobre a cultura indígena, cultura quilombola, a cultura haitiana, a cultura islâmica, todos os tipos de cultura, para as pessoas poderem entender e ter esse conhecimento. [...] trazer a mulher para discutir as questões das causas sociais, independente que seja do campo, indígena, quilombola, a gente precisa estar unidas, nos unirmos nesse sentido. [...] a gente está na Universidade e a gente tem que devolver isso para a sociedade de alguma forma [...].

Naira: Eu citei esse caso da Agronomia, por que é uma área essencialmente masculina, por que é uma área que nos interessa, já que a gente tá falando de uma área da produção de alimentos, de produção saudável. Então ela representa hegemonicamente, a Agronomia representa bem o estado atual das coisas, da produção em grande escala, da pesquisa vinculada mais ao olhar empresarial do Agronegócio, da monocultura, das grandes extensões de terra, para levar o pessoal a diminuir a presença das famílias no campo, tem todos esses aspectos. E aí a Agroecologia entra em contraponto, assim como de repente o debate feminista ele está

dentro da Agroecologia, e talvez isso incomode um pouco, mas precisa ser pautado né. Eu acho que assusta um pouco inclusive eles muitas vezes, porque te tira da zona de conforto em muitas situações, inclusive de muitos companheiros nossos que são companheiros progressistas, colegas, que muitas vezes não se dão conta, que a gente tem que estar ali né, é cotidiano, esse estado de atenção é cotidiano, é necessário.

Dos desafios: portanto, diante dos limites postos, **vislumbram-se grandes desafios.** Dentre eles destaco a necessidade de **pautar com mais força as questões que afetam as mulheres**, bem como as **lutas feministas por dentro do currículo**; a necessidade de **construir pautas comuns** entre as mulheres e **entre os diferentes movimentos** que circulam por dentro da Universidade para discutir “ativamente as questões das mulheres” (Renata) e “ser o espaço de se potencializar as mulheres” (Francisca), **visibilizar todas as mulheres** em seus diferentes espaços na universidade, **mantendo um olhar atento e crítico** até mesmo sobre as **ações das próprias mulheres** (Valdete). **Diálogos são necessários** por dentro da academia como forma de convencimento da importância da temática que afeta as mulheres; **mulheres com uma subjetividade política forjada no movimento protagonizam esses debates.** Iniciativas como as que são percebidas na UFFS agregam e tematizam as questões de gênero na universidade, espraiam a perspectiva feminista pela universidade. Percebe-se a **força do movimento de mulheres/feminista guiando a trajetória por dentro da universidade.** Se há um certo desconhecimento sobre o tema, daí a importância do debate (Renata):

Francisca: Eu vejo assim [...] na minha vida é um valor a educação eu estudo, então essas instituições deveriam "ser o espaço de se potencializar as mulheres". Deveria, mas não é. Ainda não. Eu vejo que a maioria absoluta dos estudantes são mulheres, nós somos a maioria, jovens, mas ainda, o espaço acadêmico não está preparado para potencializar essas mulheres, ainda é um espaço machista, classista, racista e homofóbico. Então acho que a gente ainda precisa trabalhar muito. Claro que dentro dessas instituições tem pessoas, individualmente, que fazem a diferença, melhor com elas do que se não tivessem nem elas, são pessoas que lutam em uma luta solitária, não é uma luta solidária que deveria ser. Então, é claro que o saber, o conhecimento, ele te traz possibilidades mil, mas nós sabemos que a nossa meninada ainda vai para Universidade muito verde, muito verdinha, com conceitos e com preconceitos ainda muito fortes, discriminatórios, machistas, classistas, racistas, e aí dentro da Universidade ainda, as pessoas não conseguem soltar essas amarras. E aí saem de lá com as formações ainda muito arcaicas. Eu acho que é uma possibilidade, deve ser, eu acho que tem que apostar, agora ainda precisamos construir muito para chegar em ações de superação. É uma trajetória ainda dolorida, tem alguns cursos ainda que as mulheres... Não é dito, mas as mulheres sentem que não é seu lugar; esse lugar não te pertence, você é invisível, e nós sabemos que tem cursos que são assim, ainda são muito para homens, e que podem ser para nós também, pode ser para aquela menina jovem também, só que daí, como isso se processa assim no cotidiano dessas meninas [...].

Valdete: [...] enquanto as técnicas, as servidoras concursadas e as professoras estavam lá na homenagem às mulheres, as outras estavam fazendo faxina no bloco?! [...] essas coisas que não tem como não ver. Então, acho que a minha postura política sempre vai estar pautada pelo feminismo [...] muitas pessoas não querem enxergar, olhar para todas as questões em relação ao espaço das mulheres.

Renata: Mas aí o que essa professora que me co-orientou e que deu essa disciplina também iniciou foi um grupo de estudos, em estudos feministas, e a gente tinha esses encontros[...] a gente teve alguns encontros, então, foram muito interessantes, foram ricos, juntava pessoas da universidade como um todo, não só estudantes da graduação, da pós-graduação, como até técnicos, administradores, técnicos, enfim, ali da universidade, então foi interessante. [...] acho muito interessante por estar fazendo essas pessoas refletirem, porque às vezes, no meu curso, não vai ter nenhuma discussão sobre isso, mas eu tenho esse grupo de estudos aqui, e a partir desse grupo de estudos eu posso levantar essas questões lá em tal e tal disciplina, e por aí vai. [...] tem a questão do Movimento de Mulheres Camponesas, que guiou minha trajetória na UFFS como um todo, porque daí eu estava debatendo aquilo, eu estava tendo as experiências, tendo os conhecimentos, porque a gente tem que ficar levando pra universidade também esses debates, aí lembro que eu estava apresentando o meu projeto e o colega perguntou “mas por que falar da mulher? Vamos falar do homem também...”, “por que tem que focar na mulher?”. Então, assim, é um desconhecimento muito grande, por isso dessa importância, né, aí vai lá explica, dialoga, mas não é tão simples, exige todo um processo, uma continuidade. [...] eu vi que era um tema que as pessoas abriam os olhos, sabe ficam “nossa, não tinha pensado nisso!” [...] continuo morando aqui em Laranjeiras do Sul, daí me envolvendo com essas questões, mas é interessante, quando forma esse coletivo você junta essas pessoas que de alguma forma, já estavam tentando se mobilizar para alguma coisa [...] Essa professora que deu ideia de formar o coletivo, foi uma professora que veio pra cá, ela chegou e já quis organizar e outras pessoas já estavam articuladas no grupo de estudos, então você vai aglutinando [...] foi bem interessante, assim, de fazer as manifestações, as mobilizações na cidade, de a gente poder discutir algumas questões, mas infelizmente ele acabou se desfazendo, mas foi uma iniciativa bem interessante, deu uma mexida na cidade.

Ao se tratar dos problemas de evasão que afetam, em especial, muitas mulheres mães, é importante destacar que nesse processo, **não basta garantir acesso, é preciso possibilitar a permanência com políticas que garantam**, pelo menos, alimentação, alojamento e ajuda de custos “**tem o problema da evasão, mas o acesso para entrada não é difícil**” (Adriana). Sujeitas destacam como preocupante o alto índice de evasão na UFFS e a dificuldade das mulheres-mães de permanecerem, assim como destacam a **luta por espaços na universidade para dar conta das crianças** (trocadores, brinquedotecas). Na UFFS, Adriana destaca a presença de **brinquedoteca**, ainda que incipiente e em alguns cursos “**hoje tem uma brinquedoteca que é ligada a alguns cursos**, só que na maioria do tempo ela está fechada, porque depende de bolsista e com a escassez de recursos que andam as universidades” (Adriana) Sem brinquedoteca ou outra alternativa, Adriana levava a filha para a sala de aula. Ela também destaca a família como importante apoio (filhos maiores cuidam dos menores).

Esses exemplos de dificuldades vivenciadas por estudantes-mães evidenciam a **necessidade de um olhar atento sobre a questão do cuidado**, seja com crianças ou idosos. No caso especialmente das crianças, a presença de **brinquedotecas é destacada como uma necessária política da universidade**, para possibilitar que pais e mães estudantes possam estar na universidade “**teria que construir alguma perspectiva como uma política da universidade**” (Adriana). No caso da UFFS ela ainda **não é política da Universidade**,

apenas está presente em alguns cursos. Uma presença bastante valorizada pelas mulheres que dela necessitaram e puderam usufruir, como foi o caso da Adriana.

A questão do cuidado é estudo de autoras como Federici e Flávia Birolli. O cuidado como responsabilidade social e que têm recaído sobre as mulheres, mas não pode ser assim. Mães e pais são responsáveis pelo cuidado, mas geralmente são as mães que assumem essa tarefa, como destaca Adriana “porque podem ter pais que estão na mesma situação. Claro que a maioria, **normalmente são as mães**” (Adriana).

Há a necessidade de **avançar em ações para a afirmação de seu caráter de Universidade pública e popular**, possibilitando **mais que acesso, permanência de estudantes de baixa renda e trabalhadores/as** e também nos aspectos de aspectos de governança ou gestão. garantir aos estudantes um **suporte emocional** sempre que necessário é fundamental para garantir a permanência e não sucumbir ao colonialismo (Francisca). Nessa perspectiva a universidade precisa se colocar como mais que **pública, popular, garantindo a inclusão da classe mais empobrecida** (Justina). Importante destacar que a permanência de estudantes na educação superior requer uma série de dinâmicas. Com o agravamento da crise econômica, por conta, também, da pandemia, aumentam as dificuldades para estudantes trabalhadores e trabalhadoras de **frequentarem ou permanecerem na universidade, aumentando a evasão** (Justina, Adriana). Para que a presença seja efetivamente democrática **são necessárias políticas públicas e a percepção de educação como investimento público** e não como gasto (Justina): necessidade de ampliar práticas interculturais e ações de acolhimento (Gisele):

*Francisca: [...] as instituições de ensino superior deveriam ter um espaço que fosse de suporte emocional [...] pessoas com cabeça feminista, pessoa com cabeça antidiscriminatória, pessoas negras, pessoas indígenas, [...] porque se tu não tiver esse suporte, tu tem dois caminhos: ou tu entra na ideia do colonialismo ainda, ou você desiste. Você tem dois caminhos e aí estou enxergando **muitas mulheres, as meninas e as jovens, independente de raça, ou ela entra nessa ideia machista do colonizador ou ela desiste, e nós temos n experiências, que você deve ter, que a gente ouve, que a gente vê, de pessoas muito próximas a nós, e que assim, elas têm verdadeira luta dentro das Universidades para poder vencer esse mundo, que é uma possibilidade, eu acho que não tem outra, [...] temos muita a construir, precisa muita gente com tese igual a sua para publicar, para divulgar, mas que esse **eco chegue nos nossos gestores**, e que neste momento no Brasil não está muito favorável [...] mas a gente tem que usar a inteligência. [...] vamos **unir forças**, vamos estar presentes, **vamos à luta**, não podemos desanimar. Até porque a gente não pode esquecer que os **governos passam**, e a gente **continua na luta**.***

*Justina: [...] enquanto **classe trabalhadora** eu queria te dizer o seguinte: eu tenho uma neta se formando engenheira ambiental nesse momento, e ela **não pode ir para Universidade da Fronteira Sul, ela não podia deixar de trabalhar** porque precisava **ter uma renda** para continuar vivendo, e o curso na UFFS era integral. E aí ela dizia “eu não posso, como é que eu vou fazer nessa Universidade?”, e aí ela trouxe a **contradição**, porque **o que é uma universidade pública?** Ela ser somente pública não é o suficiente, ela **precisa ser popular***

e ela precisa **pensar na inclusão dos mais pobres**. [...] Então, às vezes, a gente não finca o pé no chão para também fazer essa leitura. O cotidiano da vida da gente, enquanto classe trabalhadora, vida camponesa, ele nos **mostra essas brechas, que nem sempre são discutidas**. [...] ela foi para uma universidade em que estuda somente à noite, podendo ter um emprego para sustentar as roupas, a comida, o transporte, e **na federal ela não teria essas condições**. Então existia o curso, mas **era tempo integral** e era de dia [...] A reflexão de como nós precisamos **avançar no debate da universidade pública e popular**, nesse sentido e nessas condições. Também pensar que, para nossa **juventude ter acesso**, nós precisamos de outras **políticas públicas no âmbito local**, nas prefeituras, que garanta transporte e entre outras iniciativas. É um debate bem profundo, e para as **mulheres e jovens mulheres**, elas carregam consigo até hoje, de modo geral, **uma cultura patriarcal** muito forte, apesar de toda a luta feminista, que é a questão do **cuidar da casa**, enfim, sobra muito ainda para as mulheres! O jovem **homem acaba se liberando** com muito mais facilidade pela cultura, e **uma jovem mulher** continua tendo dificuldade de **não se liberar para os estudos**.

Adriana: [...] **tem o acesso**, mas não tem a ...e quem **tem que trabalhar** o dia inteiro tem **muita dificuldade**. Eu vejo pelo meu filho, que mora lá em Erechim hoje, tem muita dificuldade, porque às vezes tu consegue um trabalho bem na hora que tu teria o teu curso. [...] **a questão da evasão** é um problema sério, agora, por conta da vida do povo; **quanto pior a vida, enfim, mais difícil** as pessoas têm como **estudar**.

Gisele: O NAP, é voltado principalmente para as questões para as **causas sociais, indígenas, negros**, enfim, porque nós temos uma **evasão muito grande, principalmente, dos indígenas, dos negros, das pessoas que não se sentem bem na Universidade**, porque a **Universidade não trabalha com isso** [...] A Universidade ela é muito **fechada nesse sentido**, ela começou a se **despertar agora** eu acho, com **alguns movimentos**, de forma lenta, mas está indo. E é aquilo, quem faz, **as poucas pessoas que fazem, incomodam, porque a gente perturba sistema**, mas são coisas que a gente precisa fazer, se a gente não fizer, se alguém não botar a cara para fazer [...] em **termos de agendas políticas** hoje eu estou entrando, **tentando me inserir** em algumas agendas, mas **não dentro da Universidade porque elas não existem**. O meu objetivo é trazer essas agendas para cá.

A Universidade era vista como um “não lugar” para muitas mulheres trabalhadoras (Naira). A UFFS representou a possibilidade de estudar, ou **retornar aos estudos para muitas mulheres**, e assim a possibilidade de mudança de vida. A **universidade pública muda a vida das pessoas, abre caminhos e possibilidades** para aquela região (Naira). O currículo da UFFS inclui um Núcleo Comum de formação geral, **construindo consciência crítica** em uma perspectiva humanista. O resultado é perceptível ao final dos cursos, quando se percebe uma **consciência crítica** e um olhar mais apurado da realidade e outros posicionamentos políticos resultado das múltiplas reflexões feitas durante o curso universitário (Naira):

Naira: [...] **não havia uma cultura**, das pessoas buscarem tanto a **Universidade**, como se deu depois [...] As pessoas tinham muito aquela noção de que um curso de **graduação era para quem?** Era para **filho da classe média**, né, no caso estudante que concluiu o Ensino Médio e ia buscar uma profissão, muitas vezes da classe trabalhadora com mais dificuldade, acabava indo, no máximo, para as **Licenciaturas**, que era a condição que permitia **trabalhar durante o dia e cursar a noite**. [...] as pessoas **não tinham muita noção** de que a **Universidade Federal da Fronteira Sul** existia. [...] foi feito um trabalho de **divulgação nas Escolas**, se começa uma participação maior dos municípios do entorno [...] Eu lembro de um exemplo específico, de uma vizinha cabeleireira [...] a gente conversava, e daí “**ah professora**” e ela “- pois é, eu terminei o Ensino Médio, mas **ai, estudar não é para mim**”. [...] Nesse diálogo, eu **fui estimulando que ela fizesse o ENEM**. E ela foi. É para ver a mudança que houve no posicionamento dela, porque ela estava bem desmotivada, tinha um problema com o companheiro, enfim, no casamento [...] Hoje ela mora em Florianópolis, separou [...] Ela sempre diz: “**Nossa acho que foi graças a tua insistência** e ao fato de eu **entrar num curso...**”. [...] A gente

percebia que era uma pessoa que tinha um potencial, mas que **não tinha tido as oportunidades** [...] Eu vejo muitas mulheres que ingressaram [...] elas colocam como **foi uma revelação a possibilidade de estudar na Universidade**. Nós temos uma que está se formando com 70 anos né. Ela tem todo um **reconhecimento, sabe, de ter tido a oportunidade tardiamente, mas que se não fosse numa Universidade Pública não seria possível**. [...] um **sentimento de gratidão**, [...] nós temos no **currículo, em todos os cursos, um dos componentes é Direito e Cidadania: Introdução ao Pensamento Social**. Embora alguns cursos tenham conseguido extrair isso do currículo, o ideal era que todos os cursos tivessem essa **formação básica cidadã inicial**, e isso traz muita reflexão [...] muitas vezes eu que acompanho estudantes da Pedagogia no primeiro semestre, eu recebo elas lá, 50 alunos na turma. Se fazem as primeiras intervenções, o que você acha da Educação? Aí vem muitos, **muitos elementos do senso comum, “ah, indígena não trabalha”, “ah, não tem racismo no Brasil”, e aí você vai vendo e não é só no meu componente, é óbvio, com todas as outras discussões no campo da filosofia, da sociologia, quando eu chego lá no final, no nono semestre, em que eu trabalho com educação não formal, é uma dádiva, tu ver assim aquelas mesmas pessoas, como foram modificando a sua postura diante da vida, seu posicionamento político**. [...] tu vê em grande medida, as pessoas **com outro senso**, e a gente fica feliz de ver né, **se posicionarem, criticamente, frente às políticas públicas, sobre a questão da educação**, que a princípio elas tinham muito aquele ideário né da meritocracia, no sentido do “ah, que vale é o esforço individual”, e depois de longo tempo **discutindo, problematizando**, de forma mais aprofundada, sobre as questões sociais, vão percebendo que o buraco é mais embaixo. E aí é gratificante perceber como **vão modificando o perfil** [...] **conhecendo de forma bem mais apropriada a realidade** [...].

A universidade precisa pensar formas de possibilitar a participação do movimento e **construção de diálogos que sejam viáveis para o movimento, em termos financeiros** (Justina). Há a tendência de pensarmos a ação no movimento como atitude altruísta e “amor” à causa, mas essas mulheres (pessoas) precisam sobreviver (Justina). Portanto, reconhecer a necessidade de remunerar participações viabiliza uma participação ainda maior dos movimentos nos processos de formação da universidade. Sinalizam a **necessidade de agendas públicas municipais e articuladas**, já que o que se percebe são ações pontuais sobre temáticas específicas (Sandra). Por outro lado, também se **percebe algumas articulações em âmbito estadual, nacional e internacional** (Sandra):

*Justina: Aqui outra **contradição da universidade**; para uma **camponesa, uma dirigente do movimento**, que milita no movimento de forma voluntária, somente **convidá-la para dar aula, contribuir nas aulas, não é suficiente se ela não tiver condições de transporte, de um dia receber uma pequena diária para suprir ausência na sua produção, e isso a universidade não tem**. Às vezes a leitura feita por parte dos profissionais da universidade, é uma **leitura equivocada**. Trata como se **os movimentos** tivessem pelo interesse e pela necessidade, prontos, **sempre respondendo a essa demanda**. Para nós do movimento, não é fácil também, construir essas questões. As nossas companheiras dos movimentos já dedicam boa **parte de suas vidas na organização de base, na articulação das lutas, na participação das lutas, na participação da formação**. Oferecer mais esta **formação para a universidade**... A universidade precisaria pensar isso. E a mesma questão, quando se trata da **participação nos conselhos, nas atividades**... Há um pensar de que os movimentos têm recursos para isso, e os **movimentos não tem** [...] eu sinto a necessidade de **trazer esses elementos**, porque é um ponto em que **a universidade precisa se repensar** e os próprios profissionais teriam que repensar isso.*

*Sandra: **Agendas públicas**, no município, ainda nós não temos uma mais consistente, mas existem **ações, hoje, pontuais** [...] **Em nível estadual**, com todas aquelas questões que estão ligadas ao um universo que é desencadeado, **por exemplo na Assembleia Legislativa**, com os grupos que fazem esse trabalho de, das comissões, né, **Comissão de Direitos Humanos, por exemplo, a ONU Mulheres eu também participei, né, representei a UFFS na ONU Mulheres, no trabalho que faz no Rio Grande** [...] **com a CLACSO, né, nas agendas que nos colocam no cenário latino-americano**.*

Das possibilidades e mudanças possíveis: a Universidade se coloca como possibilidade de **inserção no mercado de trabalho** a partir de uma formação profissional qualificada. A partir das reflexões críticas e debates que por dentro possam se dar, ela pode provocar uma mudança na visão de mundo levando a uma **percepção mais crítica, humanista e solidária**. Com sua presença e **intervenção na realidade**, pode provocar mudanças no cenário da cidade e região. A universidade aproxima estudantes e **comunidade do universo da ciência e da pesquisa**. A formação universitária pode **provocar reflexões acerca de opressões**, dificuldades, carência de políticas públicas. A universidade representa **novas possibilidades e concretização do desejo dos pais** na realização dos sonhos dos filhos, ainda que em muitos casos representa o afastamento do campo:

*Sandra: realmente alterou muito a vida das pessoas; alterou a vida das cidades, a **ampliação de visão de mundo**, de comércio, o mercado imobiliário. Enfim, se **alterou a paisagem da cidade**, mas alterou, principalmente, **a possibilidade das mulheres estudarem**. Em sua maioria são a **primeira geração** da família a estudar, a **fazer ensino superior**. Muitas delas, hoje, já ingressam na pós-graduação. Há uma década o campus, né, então nós já temos aquelas que já estão ingressando em mestrado, e já temos até gente que está começando o doutorado. Então, desse pessoal que fez toda a caminhada, eles **têm a possibilidade, também, de fazerem exercícios maiores nos universos de pesquisas**, né, PIBID, esses universos que aproximam mais eles do mundo da pesquisa. Então, acho que **é bastante avançado o que o campus faz contribui para a região**, neste sentido.*

*Gisele: E aí vem uma reflexão que eu tenho feito, a gente que está na academia, algumas **mulheres vivem de aparência**, e isso é um problema, [...] elas **não se despertaram** ainda para essas questões. Na questão da agricultura o que eu observei, vou falar da experiência que eu tive nesse projeto das entrevistas, como as mulheres se colocam? São **raras as mulheres que se colocam**, as que se colocam são aquelas são viúvas, e que estão sozinhas, porque aquelas que **tem um marido ou um companheiro**, por exemplo, elas continuam na **mesma posição** delas, de **dona de casa**, de dona do lar, cuidar da casa, fazer comida, tirar o leite da vaca para fazer o queijo, esse tipo de coisa. Mas, se eu não me engano, eu até tenho isso anotado, foram três mulheres que me chamaram atenção porque eram **mulheres viúvas, sozinhas**. Então elas tinham que **dar conta da casa e do campo**. E o que elas colocavam, como elas se colocaram? **Que não existe apoio da Prefeitura, não existe apoio da sociedade, para ajudar** elas naquela situação. [...] Eu me lembro de uma senhora “ah, eu tenho três filhos, que se formaram, e me deixaram sozinha aqui, não me deixaram sozinha mas eles não estão aqui me ajudando, porque **a gente deu oportunidade para eles estudarem** e eles foram atrás dos seus sonhos”, enfim, porque o **conhecimento tu sabe, o conhecimento muda**. Então **muitos não voltaram** na perspectiva de voltar para sua comunidade, tentar fazer com que aumente, cresça, produza, enfim.*

*Justina: Aqui valeria aquela frase “**você ama aquilo que você conhece**”, então, assim, não é diferente da questão UFFS. Por isso eu citei o processo anterior, de todo o **debate do movimento**, em continuar sendo uma bandeira de luta, essa **questão das mulheres terem direito e acesso à educação formal**. Essa **bandeira de luta, continua sendo construída, e a UFFS continua sendo uma possibilidade para a gente incluir, centralmente, as nossas jovens mulheres**. Mas também muitas das nossas mulheres foram se incluindo nos cursos de pós-graduação e em outros cursos, e nesse sentido. As mulheres vão tomando conhecimento muito a partir de quando elas vão tendo essa necessidade de avançar nos estudos. Eu queria reforçar aqui, de que nessa construção está a UFFS, mas também de outras **escolas que foram sendo construídas pelos movimentos**. Para dizer, bom, **a UFFS é uma possibilidade que se colocou**. Mas o que foi também a constituição da **Escola Nacional Florestan Fernandes** que muitas das nossas **companheiras da Via Campesina** tem tido cursos naqueles espaços? Hoje está tendo o curso de mestrado também, outros cursos*

que estão dentro da educação formal. A outra questão dessa luta, eu acho que rever esses processos é bem importante. Por exemplo, o que foi a **construção da Escola Latino-Americana na Venezuela**? Agora eu estava muito feliz de ver mais três **jovens do Movimento de Mulheres Camponesas fazendo a formatura de médicas**. Acho que **nessa luta é importante destacar, a Fronteira Sul é uma possibilidade**. Não sei se nós do movimento conseguimos responder isso, mas eu acho que na própria universidade, precisaríamos ver, quantas mulheres estão conseguindo ingressar? E se isso é uma resposta, eu tenho mais perguntas do que respostas. **Se a universidade está respondendo a expectativa e o que foi colocado para essas mulheres?** Talvez fosse importante ver isso.

É possível perceber desde as falas um esforço da Universidade em construir **currículos inovadores ou que mesclam o inovador e o tradicional**, como é o caso da “Educação do Campo” e “Medicina”. No caso da Medicina foi uma construção de um currículo possível, destaca Vanderléia, a partir dos **consensos construídos com os grupos** que participaram de sua criação. A existência de um conjunto de disciplinas que compõem um “Domínio Comum”, cursadas por estudantes de todos os cursos e visam uma **formação mais geral** com disciplinas como “Filosofia” e “**História da Fronteira Sul**” (Vanderléia), pode ser identificada como uma inovação e avanço na concretização de **currículos em uma perspectiva contra-hegemônica**. A **Extensão** é percebida como um espaço importante de **diálogo com as comunidades** (Gisele, Adriana):

Vanderléia: O currículo do curso de Medicina aqui, não é um currículo inovador,[...] Ele também não é o tradicional, só tradicional [...] ele é aquilo que foi a construção possível aqui em Passo Fundo, porque é uma região muito conservadora, tinha aqui na nossa região poucas práticas inovadoras dentro do SUS. Mas a Universidade veio e juntou esse conjunto de atores porque a construção da UFFS como um todo foi um movimento forte dos movimentos sociais [...] aqui o diferencial foi que integrou além dos movimentos populares, integrou [...] hospitais e os gestores públicos. [...] a gente fez abaixo-assinado em todas as casas para poder... Fizemos o debate da proposta curricular no Conselho de Saúde, no Conselho dos Direitos da Mulher, a gente teve a participação ativa no Conselho Comunitário, então ele foi o resultado dessa composição das forças de atores sociais. [...] Não consigo caracterizar o que é o nosso currículo, mas eles traz elementos inovadores em vários aspectos, um deles é esse que eu fui falando, eu falei mais daquilo que eu estou envolvida, mas a gente tem os Seminários Integradores que envolvem a cada semestre todos os professores daquele semestre, os alunos estudam e trazem um caso clínico e precisam integrar todos os componentes curriculares, é muito legal e eu acho que também traz o diferencial. Nesse processo, os professores, os alunos, todos nós nos transformamos, todos nós estamos aprendendo juntos, porque a gente tem também uma parte das disciplinas, que no início uma parte dos alunos eram contra, que eram as de Domínio Comum que a gente chama, que seriam “que é Filosofia”, “História da Fronteira Sul”, no currículo geral da UFFS são 11 dessas, aqui na Medicina foi cortada eu acho que nós temos umas 5 ou 6 dessas. No início os alunos eram contra, uma parte dos que vinham com aquele modelo tradicional. E isso também faz o diferencial. A Saúde Coletiva é do domínio conexo, se nós tivéssemos outros cursos da Saúde na sala de aula não seriam só estudantes de medicina, teria outras áreas, mas a gente ainda não tem, aqui nós só temos Medicina. Mas a gente interage com outras áreas [...] A gente tem aluno nosso fazendo residência na USP, a gente tem estudantes, porque muitos deles que vêm de municípios pequenos, do interior do Brasil, voltaram para suas cidades de origem e são médicos lá, mais de 90% deles são de baixa renda e de escola pública. Se não tivesse essa Universidade, com essa política de cotas, eles certamente não teriam entrado na Medicina.

Gisele: Eu sempre estive muito envolvida com projeto de pesquisa de bancada, e hoje eu estou me enxergando diferente. Eu quero continuar fazendo pesquisa e quero fazer minha pesquisa de bancada, fazer a minhas

descobertas lá, mas eu curto muito mais **fazer extensão**, hoje, eu acho que a pandemia me trouxe isso, porque eu acho que a gente consegue trazer um significado não só para nossa vida, mas para a vida das pessoas com quem a gente está envolvida, então eu confesso que estou louca para que a gente consiga voltar no presencial, para que a gente **possa fazer esse movimento, ir até a comunidade** [...].

Adriana: [...] os cursos de extensão com os movimentos [...] Alguns professores que tinham cabeça um pouco mais, que até se identificavam como anarquistas um pouco, no campus de Erechim, que **tinham um pouco de discussão nesse aspecto, mais da Linha Social**.

As parcerias como experiência de Bem Viver na universidade: “uma sobe e puxa a outra” (Francisca). As **parcerias afetos e lutas por dentro da Universidade** são percebidas como elemento importante, uma conexão necessária, que empodera e torna a caminhada mais leve, mas não menos frutífera (Francisca); grupo de estudos como espaço de “**juntar mulheres**” (Renata) que reverbera em discussões por dentro dos espaços curriculares. Há uma determinação na construção de **ações futuras para dar conta da temática** em conjunto com os **movimentos sociais e a comunidade**, desde a ação do Conselho Estratégico, assim como a participação da Universidade em Conselhos diversos propostos na sociedade (Ana Carolina, Vanderléia):

Francisca: *E eu e a Ana, a Ana e eu, a gente está sempre junto, [...] Inflamos! E por aí rola, essas coisas de que nós estamos lá, agora, dentro da Universidade, tanto uma quanto a outra, uma mais falante, uma mais intrometida, enfim. Mas a gente é “uma sobe e puxa a outra”. Muitos trabalhos a gente faz juntas, mas quando a gente não faz juntas uma está dando suporte para outra. Lê para mim, me ajuda aqui, me ajuda ali, a Ana é boa de escrita, e eu sou boa de fala. Então esse bem viver dentro da universidade, é porque nós somos um coletivo, um coletivo de dois, e é melhor do que um.*

Renata: *Então, você tem o grupo de estudos que [...] vai juntar as mulheres que estão interessadas em avançar nesses temas e nesse sentido é interessante, porque imagino que nas disciplinas as discussões nos diferentes cursos ali dentro, essas pessoas vão levantar esses questionamentos, quando aparecer alguma coisa muito absurda que nem aquele texto do Left que eu sei que já foi utilizado em sala de aula e contestado até, felizmente.*

Ana Carolina: *“a gente vai fazer juntas, um portfólio do Grupo de Teatro e do Grupo de Estudos Feministas, então é isso que está aqui no documento vai se transformar numa coisa bem bonita, visualmente legal para ser apresentado. [...] nossa ideia é colher relatos de mulheres com histórias que queiram relatar alguma história relacionada com violência doméstica ou em questões machistas, histórias delas com essas questões [...] a gente tem uma ideia de fazer um livro [...] isso é para ser o TCC dela. [...] participar dos movimentos do “Leia Mulheres”, já que eu sou da literatura. A minha ideia era criar aqui em Realeza mas não foi possível ainda”.*

Vanderléia: *Acho que a gente ainda está fazendo pouco, o desafio é construir ações ou algum espaço, por exemplo o Conselho Estratégico da Universidade deveria fomentar a produção de ações conjuntas no sentido de atuar na defesa dos Direitos das Mulheres pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, [...] a participação no Conselho dos Direitos da Mulher talvez a gente pudesse ter uma expressão maior, esse ano a gente optou por não participar. Não sei eu acho que teríamos que ouvir até melhor as mulheres para saber mais, saber o que elas gostariam que a gente fizesse.*

Ainda que institucionalmente haja a intencionalidade ao diálogo, a pesquisa revela a necessidade de **luta das mulheres pela ocupação de espaços** por dentro da academia.

Organização coletiva para ocupar os espaços de formação institucionais, “*aquela feminista lá fora, que está lá dentro*” (Francisca):

Francisca: O quê que eu vejo. Na academia ninguém vai chegar para nós feministas, nós negras, para as mulheres indígenas, enfim, não vão chegar e dizer “olha, tem um lugar aqui, tem um palco aqui para vocês”, isso não vai acontecer em lugar nenhum, mesmo nas Federais que são mantidas com dinheiro público, não tem. Agora, se você se organizar, se você aceitar os desafios que não são poucos, esses espaços acontecem, com dificuldades, com uma janelinha bem estreitinha, bem estreitinha, mas existem possibilidades sim. Essas pequenas janelinhas estão sendo ocupadas, pelo menos aqui na minha região de Passo Fundo, por meninas jovens muito potentes. Eu fico muito feliz quando escuto aquela meninada, jovens, pegando o microfone, abrindo a boca, se organizando, fazendo movimento, fazendo isso, fazendo aquilo, agora com a questão da política do absorvente, a meninada se... Tem escola pública fazendo aqui em Passo Fundo, mas por quê? Tem aquela professora, aquela feminista lá fora, que está lá dentro, que o Diretor é também um cidadão com uma visão ampla de mundo. Porque, às vezes, tu pegas umas tabuinhas que não te dão espaços.

5.3.3 Universidade como espaço de ação política feminista: ecologizando saberes

A universidade tem se constituído um espaço de fomento do debate feminista e das questões que afetam as mulheres. Isso se revela na inserção da temática feminista/mulheres nas pesquisas da graduação e pós-graduação. Ao analisar as ações voltadas para as temáticas das mulheres, percebe-se movimentos distintos: ações desde dentro e para dentro; ações desde dentro para fora; ações articuladas entre o fora e o dentro e finalmente ações de fora para dentro. Buscamos encontrar nesse processo um movimento de ecologia de saberes (SANTOS, 2019), nascente a partir desses diálogos. **Ações desde dentro e para dentro** são identificadas como aquelas que surgem desde os debates por dentro da universidade e que produzem ações, escritas e movimentos por dentro. **Ações articuladas entre o fora e o dentro:** são ações articuladas entre a universidade e os movimentos sociais e/ou instituições municipais de diversas áreas como assistência social e associações de moradores de bairro. Ensino, pesquisa e extensão são espaços possíveis de diálogo com os movimentos sociais e/ou as temáticas feministas. **Ações desde dentro para fora** deslocam o olhar da universidade para comunidade/sociedade, em um envolvimento profundo. A participação em um movimento social/organização/sindicato torna a sujeita referência tanto na academia quanto na comunidade. A **formação de uma subjetividade política feminista** se dá desde a participação nesses espaços públicos-políticos, de onde se potencializam para a ação feminista em espaços diversos, inclusive na academia. O movimento social enquanto sujeito político pode contribuir com os processos educacionais. Uma subjetividade política feminista nos permite questionar as referências utilizadas na universidade. Importância do

MS nesse processo de formação. Ecologizar saberes como fundamento para a universidade pública e popular.

Figura 49 – Evento *O trabalho das mulheres na agroecologia*



Fonte: UFFS, 2020.

Pensamos a **universidade como um espaço pluriverso e colorido**, onde se encontram diversidades múltiplas que carecem ser reconhecidas e escutadas. A **Universidade como “lugar de fala”, onde múltiplas vozes em movimento/espço, ecologizam saberes**. Lugar de fala pressupõe espaços de escuta. Anunciar a universidade como espaço democrático e diverso requer garantir institucionalmente espaços de participação, de escuta e reconhecimento das demandas diversas. Pressupõe a construção de canais, de **vias de diálogo e participação comunitária**. É possível perceber na UFFS esforços nesse sentido. A constituição do Conselho Estratégico Social e Conselhos Comunitários, a realização dos COEPs e as intensas atividades de extensão sinalizam o movimento da universidade na construção de diálogos com a comunidade e sensibilidade para a escuta. Essa perspectiva revela uma conexão com a função social da universidade como bem público (DIAS SOBRINHO, 2014) em uma perspectiva de ecologia de saberes (SANTOS, 2019).

As Universidades públicas, em especial as universidades emergentes, considerando sua natureza pública e popular, investindo em pesquisa e extensão se constituíram em espaços de diálogos com os movimentos sociais por onde também perpassam temáticas feministas. A academia é um espaço potente de encontros, onde é possível estabelecer conexões entre universidade e comunidade e os movimentos e organizações sociais. Na

UFFS, em especial, é possível perceber um olhar atento sobre as lutas e movimentos de mulheres. Desde sua origem ela tem se **conectado com os movimentos sociais**, aqui especialmente retratado no MMC. Diálogos que ocorrem desde sujeitas e/ou sujeitas e movimentos (Renata). Considerando a proposta de formação na perspectiva da **educação popular freireana**, suas práticas pedagógicas são afeitas aos diálogos e ações com os movimentos sociais. Ela é, portanto, uma presença forte na comunidade, dinamizando **diálogos formativos com a comunidade e construção de parcerias** com outras instituições e movimentos sociais. Ainda que se coloque como desafio, a universidade já está se colocando em diálogo com a comunidade e seus movimentos e organizações, ecologizando saberes ao “aliar o conhecimento popular ao conhecimento científico, essa aproximação entre os dois” (Liria):

Renata: Acho que a UFFS tem esse diferencial [...] eu venho de uma universidade que eu saí muito frustrada por [...] não ter esse intercâmbio com a comunidade, você não sentir como que você consegue ser útil, fazer uma diferença [...] aqui na UFFS é muito diferente [...] é uma universidade que nasce do povo, nasce dentro de um assentamento de reforma agrária, então, você tem professores que já estão muito engajadas com a luta e os projetos de extensão estão muito vinculados com a comunidade [...] eu trabalhei no Necop, aquele projeto, naquele meio tempo que eu fiquei entre o mestrado e o doutorado, que eu participei do projeto Escola da Terra, eu também estava vinculada ao núcleo de cooperação e a gente ajudava a escrever projeto pra conseguir recursos e no fim a gente teve dois projetos aprovados [...] pra construção de agroindústria, pra processamento e comercialização. Então, a universidade tendo um papel muito ativo no desenvolvimento local, territorial e uma das agroindústrias que foi aprovada no projeto é justamente daquele Quilombo que eu mencionei, que eram as mulheres que tocavam [...] Eu estava focada no projeto mais aqui da Copaira [...] desde o começo é uma coisa que me motivou muito aqui dentro da UFFS, sabe, que eu me sentia... me identificava [...] você podia ter uma ação, sabe, de professoras da escola do campo, da Educação do Campo que trazia a molecadinha dos assentamentos pra participar das coisas, que fazia os eventos, trazia os agricultores, as agricultoras. Então, dava pra sentir isso, assim, pulsando dentro da Universidade e essa vinculação [...] desse diálogo com os movimentos sociais da região, não só o MST, como o MPA também, com o MMC e isso foi bem interessante. A UFFS tem isso muito forte, ela tinha, não sei como está hoje, mas era muito forte no período que eu estive participando ali do mestrado.

Liria: A universidade tem muita a contribuir nesse diálogo, nesse rompimento, de uma ruptura epistemológica de aliar o conhecimento popular ao conhecimento científico, essa aproximação entre os dois, porque se a gente foca na universidade, fica muito na perspectiva científica, [...] o grande desafio me parece, é fazer essa aproximação com os movimentos sociais de forma mais direta, trazendo as mulheres para universidade e a universidade indo até as mulheres, envolvendo em pesquisas, em espaços de formação, em manifestações também, eventualmente exposições, enfim, poderíamos pensar em várias questões, mas a universidade ir até as mulheres e conhecer um pouco como é a vida delas, de não só dizer como elas devem agir ou não, ou só tentar implementar conceitos com elas, mas de aprender com elas também conceitualmente. Nós temos que inverter muito esse processo, de que a gente acha que só aprende nos livros, nós aprendemos muito nos livros, eu acho fundamental, mas nós também aprendemos com as pessoas, e as mulheres têm muito a nos ensinar, a sabedoria ancestral, a sabedoria, de se olhar pelo lado da agroecologia, a relação delas com a terra, com a vida, que relação é essa. Então a universidade, é difícil definir um conceito, mas eu sempre vejo a universidade pensando numa aproximação da ciência para a vida, para além daquilo que está apenas fechado no ambiente da academia, ter também esse olhar para fora, e como nós podemos melhorar, nos constituirmos enquanto uma perspectiva de sujeito, de sujeito ativo em sociedade, dessa forma também.

Ampliando essa discussão, podemos destacar a perspectiva de educação popular que fundamenta a UFFS como um aspecto provocativo de diálogos com a comunidade. Mais além da discussão podemos nos provocar com um questionamento: É possível que a universidade seja provocativa e demande **diálogos e parcerias**? A presença da universidade pode alterar a conjuntura do território quando é presença na comunidade, se envolve, dialoga. As subjetividades conscientes e críticas que compõem o universo acadêmico da UFFS se colocam mais a esses diálogos, podendo construir parcerias com outras instituições e movimentos sociais (Sandra).

Essas ações podem se dar em diversas perspectivas e temáticas pontuadas aqui:

Mulheres e agroecologia: as questões que mobilizam as mulheres na relação com a universidade são notadamente diversas, **especialmente as PANCs** [Plantas Alimentícias Não Convencionais], a preocupação com a soberania energética, formação em homeopatia e agronomia:

Adriana: “tem a questão das **plantas medicinais** que teve todo um trabalho ali, das **PANCs** [Plantas Alimentícias Não Convencionais][...] nessa questão da **soberania energética o MAB** fez uns **trabalhos nesse sentido**, que eu tenho conhecimento e tem outros, agora, **cursos de extensão** que eu estou fazendo, por exemplo, o de **homeopatia** e não sei quantos mais tem, porque a gente acaba conhecendo o que a gente participa, né, mas deve ter alguns outros, **tem agronomia**.”

Naira: Eu, particularmente, tenho esse viés com a discussão do **feminismo e agroecologia**, que eu tenho me dedicado agora, então esse **projeto de pesquisa**. Estou participando do **grupo de estudos de gênero, do campus de Laranjeiras**, que a gente já fez três encontros no ano passado e vamos seguir com o planejamento agora. Tenho buscado sempre quando são temáticas ligadas à essa área da **participação feminina**, principalmente, **no campo**.

Valdete: [...] além da **pesquisa**, que eu sempre estou na área de **pesquisa de gênero e com mulheres trabalhadoras rurais**, há também a experiência do **projeto de extensão** que eu coordenei [...] e o **próprio ensino**, [...] quando eu trabalho as **disciplinas optativas** eu sempre coloco as **questões de gênero**. [...] a única que trabalha questões rurais, mas sempre nas **questões rurais a perspectiva de gênero** está presente. Existe ali um bloco que eu discuto as questões geracionais, de gênero, porque a gente **não pode olhar para o rural sem olhar para as mulheres** [...] e **outras atividades**, né, de bancas e algumas palestras, algumas participações, sempre ligadas, **sempre trago as questões feministas, as questões de gênero**.

Siomara: [...] **ações feministas**, de fato tem sido, na medida do possível, o envolvimento com **trabalhos de extensão rural** envolvendo **mulheres e agroecologia com as mulheres camponesas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra** na região onde a UFFS está situada. Outro formato de trabalho é a **oferta de disciplinas de estudos de gênero e feminista incluindo a agroecologia**, porque essa universidade tem como uma das áreas prioritárias de formação e pesquisa é na agroecologia, né, tanto que os cursos de Agronomia devem ser voltados a essa forma de formação.[...] também pelo **Grupo de Estudos de Gênero** [...] que eu criei em 2016 junto com algumas colegas, com alunas de pós-graduação, com alunas de graduação, com algumas lideranças aqui da região, mulheres.

Feminismo e movimento de mulheres por dentro do currículo: a militância no movimento em algum momento da vida, **possibilita um maior reconhecimento do papel**

importante do movimento social na conquista de direitos para as mulheres (Valdete, Francisca). Na universidade, as **mulheres dos movimentos provocam o diálogo e inserem essas pautas no currículo**, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, onde se dá uma relação com os movimentos e/ou estudo de sua história e suas práticas (Solange, Francisca). também provocam diálogos interinstitucionais entre universidades e movimentos diversos (Solange, Francisca). Esses **diálogos entre universidade e movimentos** levam a ações conjuntas, especialmente em datas específicas (Solange) e provocam, também, movimentos por dentro da universidade (Grasiele). A **origem da universidade desde a luta dos movimentos se reflete nas ações por dentro e nos diálogos e intercâmbios** existentes. A história e lutas dos movimentos, assim como as pedagogias do MMC, são temas de interesse da universidade. Em muitos momentos os **movimentos são chamados para dentro da universidade para dialogar**, para trabalhar formação:

Valdete: Diálogo (com o movimento, estuda pesquisa)... Eu deixei um pouco de lado uma própria militância pessoal que eu tinha no movimento. Eu não tenho [mais] uma militância no movimento, e agora eu tenho um contato acadêmico, só, com o movimento, e de muito respeito, de muita admiração. [...] Porque o movimento de mulheres tem um papel. [...] as mulheres ali, que estão na linha de frente do movimento, que eu admiro, que eu respeito, que eu reconheço o trabalho imenso que fizeram, a militância, as coisas que as mulheres abrem mão pra fazer com que esse movimento existisse. E não só o movimento. Quando eu digo importância do movimento, eu falo das conquistas de direitos políticos e de direitos trabalhistas que essas mulheres conseguiram, [...] desde a aposentadoria até o empoderamento, até políticas públicas para as mulheres. Então, é uma luta muito importante, extremamente importante!

Solange: Nesse período eu já estava na universidade, no curso de Pedagogia. Eu lembro que uma das pesquisas que nós fizemos no curso de Pedagogia foi exatamente sobre o Movimento de Mulheres Camponesas [...] sempre aproximando em alguns momentos com os movimentos [...] pelos canais digamos normais da Universidade nós temos professores e professoras bastante ligados a movimentos sociais e, portanto a movimentos feministas, que também são professores, que estão atuando na universidade, pesquisando e digamos fazendo avançar o conhecimento acadêmico nesta área, né, eu acho que é bastante importante, né. É muito interessante ver, nós temos pessoas no âmbito da pós-graduação Stricto Sensu a presença de vários membros de movimento sociais, que trazem os movimentos sociais para dentro do pós Stricto Sensu que é uma conquista bastante importante, e que fazem suas pesquisas voltadas sempre para os movimentos sociais, então MST o MMC voltadas para a agricultura familiar, enfim, para essas lutas. [...] Tem uma presença, ainda pequena, muito pequena mas de mulheres indígenas por essas vias normais. Penso que ainda dá para avançar mais [...] vamos pensar assim na abertura de espaços, na organização de espaços de participação [...] temos muitos estudantes oriundos, estudantes mulheres oriundas dos movimentos, do movimento sindical, ligadas aos movimentos feministas. Então, temos muitas meninas, e eu digo meninas porque elas são jovens, sim, cheias de vida e que trazem a presença feminista na universidade em diferentes cursos [...] na Universidade nós tínhamos um movimento importante no 8 de Março sempre tivemos [...] seminários de mulheres, de movimentos organizados da Universidade com os movimentos. [...] também a presença de professoras universitárias nos movimentos de rua em que em prol do 8 de Março [...] sempre vários eventos aconteciam [...] aconteceram na universidade e ao mesmo tempo também a Universidade participou de vários movimentos. Então, sempre que a gente ia pra rua, nós da universidade, com um grupo grande de professoras e professores, estávamos na rua também. [...] Muitos, muitas estudantes...a universidade sempre teve uma presença forte, forte, forte mesmo nesses momentos de lutas, digamos assim, de datas, né, marcantes pra luta das mulheres.

Figura 50 – Evento UFFS *Mulheres que lutam: Construindo a resistência*

Fonte: CEAGRO, 2020.

Grasiele: *eu não saía do interior e ia pra cidade uma vez por mês, assim, coisa muito rara, então acabava que muita coisa não chegava até lá. Mas a partir do momento que eu entrei na universidade [...] logo que eu entrei teve um coletivo feminista de Erechim que é o “Marias de Luta” que era ativo na época, que hoje em dia não existe mais, mas na época era bem ativo e tinha várias gurias que eram da Universidade, também. Então, fui vendo os cartazes, assim, eu via os cartazes colados pelo seminário chamando pra ato, chamando pra roda de conversa, que era uma coisa que a gente fazia muito na época era roda de conversa e eu acho que foi o primeiro contato mais próximo, né, que eu vi. Como não conhecia ninguém na cidade, tinha que ir me enfiando, né, me enturmando e tal. Aí, acho que um momento que eu me recordo foi de um ato que a gente fez na rua com esse coletivo. Eu acho que foi no dia, foi em novembro, foi em 25 de novembro de 2014, que é o “Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher”.*

Naira: *Mas na Universidade tenho apoiado, tenho apoiado toda vez que existe alguma iniciativa. O que eu percebo é que a gente tá ainda muito pontual e isolado. Citando algumas iniciativas: as meninas estudantes tentaram se mobilizar em busca de ações mais concretas na estrutura da Universidade, então a gente tem apoiado, por exemplo, a criação da Ciranda Infantil, estão pautando a questão da equidade. Ações próprias do movimento estudantil, da participação das mulheres. Em termos de projetos, a gente sabe que tem outros pesquisadores, no caso da Paula [...] o que eu participei até hoje foram algumas ações pontuais: debater quando teve alguma exposição, quando eu fui por exemplo, numa fala de uma Professora da Geografia, trazida pela Paula, a gente foi lá participar.*

Justina: *Eu acho que a proposta do Movimento de Mulheres Camponesas, a história, a conquista de direitos, mas também a pedagogia, vamos dizer assim, utilizada no movimento para organizar as mulheres, para fazer a formação política, ideológica, técnica também, sempre foi de muito interesse por parte das turmas e de professoras e professores ligados ao movimento. Então eu acho que sim, que é importante destacar, que em muitos momentos nós fomos chamadas para trabalhar com as turmas, e trabalhando um pouco nesse sentido, da história, da trajetória, da metodologia, da pedagogia que o movimento utiliza. Essa é uma das relações que vale muito destacar. Nem sempre nós conseguimos responder o suficientemente.*

Figura 51 – Evento *Mulhere-se*

Fonte: UFFS, 2021b.

Pautas feministas no currículo: a universidade é um espaço importante de construção de conhecimento e formação de **sujeitas e sujeitos com consciência social e política**. Para que ela cumpra, de fato, com sua função social é imprescindível que as **pautas feministas e das mulheres tenham presença** na universidade, nas diferentes áreas. Para além das mulheres dos movimentos, as que se envolvem nos debates feministas e de gênero movem **ações por dentro da universidade**, eventos que tratam da temática como o combate à violência contra as mulheres. As **ações das interlocutoras** por dentro da universidade revelam uma perspectiva feminista forte, manifesta em atividades diversas que vão desde a **promoção de debates acerca da temática feminista**, bem como **coordenação de grupo de estudos, grupo de teatro, ações pontuais** em datas específicas, **projetos de extensão envolvendo os movimentos sociais**, em especial o MMC, **orientações de pesquisas** que abordam as **temáticas das mulheres/feministas**. Além de **intervenção na comunidade**, muitas delas **articuladas com movimentos** e organizações sociais para promoção de **ações por dentro e por fora da universidade**. A **pauta das mulheres está presente na universidade** de algum modo, na COEPE foi presença forte. Na UFFS essas pautas se fazem presente no **currículo** desde as **disciplinas, grupos de pesquisa, ações de extensão, eventos**:

Sandra: [...] se for da área, por exemplo, no campo das ciências, né, das ciências da natureza, então, o papel da mulher na ciência, se for na questão da agricultura, essa aproximação das mulheres do campo com esse saber agroecológico. Então, eu acho que em cada área essa interface; se é na questão das políticas e do desenvolvimento, o papel das mulheres é em traçar políticas nessas áreas [...] toda e qualquer ação da

universidade nos seus campos de atuação privilegiam isso na **agenda: a presença, a participação e a pauta das mulheres.**

Francisca: A Vanderléia trabalha uma **disciplina** que ela traz a discussão do **feminismo e a questão racial**, então, todos os anos a Vanderléia me chama para que eu possa ir **conversar com os alunos novos**,[...] **chamam para falar sobre Saúde da População Negra, sobre Saúde das Mulheres**, então eu acho que isso é uma coisa muito legal, e hoje com a questão dos negros, na Federal né, estarem lá dentro, isso também traz, sabe, um plus. E eu sempre levo, quando me chamam, **eu sempre levo uma outra mulher**, normalmente eu pego das meninas da ACMUN, as jovens, porque daí não é só a voz de quem chegou primeiro, é a voz também de gente jovem igual a eles falando sobre essa **potência, sobre a importância, ao respeito com esse corpo feminino mas esse corpo negro**, é bem tranquilo esses debates que a gente faz. E na **Fronteira Sul, no curso de Medicina**, eles fizeram, acho que antes da pandemia, foi em 2018, eles fizeram um Seminário, era um **Seminário Internacional**, eles me convidaram para fazer uma **Oficina**... Não era sobre Saúde da População Negra mas eu trabalhei também com Saúde da População Negra [...] a Vanderléia **sempre faz, ela traz indígenas, ela traz os movimentos que fortalecem, e é com quem eles vão trabalhar**. E o legal de tudo isso, é que daqui a pouco a gente passa na rua por eles, e ele dizem **“ah, olha lá a mulher negra que fez a fala”**. [...] então isso é muito bom, isso é **muito potente, nos fortalece enquanto mulher negra, enquanto feminismo**.

Ana Carolina: **“Empoderamento: O lar de todas as mulheres”** quatro dias em que a discussão era sobre **mulher e arte**. [...] coordeno o **“Grupo de Teatro”**, então as pessoas pedem apresentação. [...] A partir daí, tudo que a gente apresentou dizia a respeito às **questões relacionadas à mulher**.[...] **“Empodere-se”** [...] algumas **alunas indígenas** [...] a partir desse diálogo [...] Elas começaram um **trabalho lá na comunidade indígena delas**, a partir desse evento. [...] Uma agenda do movimento feminista é o **“Dia da Mulher”** [...] ter chamado para o Dia da Mulher, uma **fala sobre violência doméstica é a agenda feminista**. Eu considero que o mês de **março é o mês de ação política feminista, está na nossa agenda** isso. [...] Esse evento virou o evento **“Mulhere-se”** e já está no terceiro ano, então já é uma agenda. [...] **pesquisa sobre as questões feministas** [...]. Em 2019 que a gente criou o **“Grupo de Estudos Feministas”** [...]. Em 2022, cinco meninas do grupo vão se formar e defender o seu **TCC em temas de estudos feministas**. [...] **“Outubro Rosa”** começou no ano passado. Eu decidi trazer para **agenda política feminista o Outubro Rosa** também, e falar não só de questões relacionadas com o câncer de mama, mas o câncer do útero e os cuidados da mulher, também com relação às questões relacionadas ao **movimento feminista**. [...] Em novembro, com o **“Dia da Consciência Negra”** [...], a ideia também é sempre ter uma **mobilização de mulheres negras no novembro, do feminismo negro**.

Naira: Então vejo que a minha participação tem sido mais em **atividades pontuais** assim, de ter algum debate. **Faltaria muita coisa que ser feita. Tem essa articulação com algumas técnicas**, que a gente fez um debate, um dia, num encontro. Acho que na semana de.. Não sei precisar que dia que foi, se foi na **Semana da Mulher**, que foi feita uma **ação pontual também, que as técnicas debateram a condição de trabalho delas**, e acho que é isso. **Que falta ainda muita coisa para se fazer. É que também acho que quando começou a ver maior afinidade se iniciou a pandemia e aí... Nos isolamos novamente.**

Vanderléia: Da **agenda feminista interna na Universidade**, eu até teria que ver se a gente tem, porque fizemos algumas **ações de enfrentamento a violência, ao assédio moral e sexual dentro da Universidade**, com algumas estratégias tipo **“caixinhas de denúncias no banheiro”**. A gente tem algumas coisas assim. Eu participo como colaboradora, mas a gente tem uma médica psiquiatra que coordena esse processo com um grupo de estudantes. Eu não sei se a gente tem memória disso que seja escrita, não sei, porque é uma coisa que é muito sutil e a gente está fazendo assim... É muito difícil de fazer esse enfrentamento.

Valdete: [...] além da pesquisa, que eu sempre estou na área de **pesquisa de gênero e com mulheres trabalhadoras rurais**, há também a **experiência do projeto de extensão que eu coordenei** [...] e o **próprio ensino**, [...] eu trabalho as disciplinas oficiais do curso, mas eu também trabalho optativas, então, quando eu trabalho as **disciplinas optativas** eu sempre coloco as **questões de gênero**. [...] Sou a única que trabalha questões rurais, mas sempre **nas questões rurais a perspectiva de gênero está presente**. Existe ali um bloco que eu discuto as **questões geracionais, de gênero**, porque a gente **não pode olhar para o rural sem olhar para as mulheres**, para as pessoas que compõem esse rural e **quem olha para as mulheres que compõem o rural? A extensão rural olha? A universidade olha? Então, é esse olhar que a gente sempre tenta colocar**. [...] outras atividades, **de bancas e algumas palestras, algumas participações, sempre ligadas, sempre trago as questões feministas, as questões de gênero**.

***Daiane:** [...] enquanto eu estava lá, foi de 2013 a 2017, não tinha muito debates sobre gênero, em disciplinas sim, alguma coisa [...] Depois que eu saí, sim, eu fui em um evento que teve sobre feminismo em que egressos do curso de Geografia que fizeram a explanação nesse evento, e também teve uma professora de Sociais [...] depois foi essa questão do grupo de gênero, né, que eu fiquei sabendo que o pessoal criou.*

***Líria:** A primeira ação que me marcou muito e eu vou falar mais especificamente aqui do campus de Laranjeiras do Sul, foi quando eu cheguei na universidade em 2017, uma exposição que eu tenho algumas fotos que eu fiz inclusive, que fazia a denúncia da violência contra mulher. [...] uma exposição no saguão da universidade, bem impactante [...] algumas palestras foram marcantes com essa temática da violência contra mulher, tem vários índices junto com o Ministério Público, foi feita algumas reuniões [...] aqui no campus nós temos esse “Grupo de Estudo de Gênero” que está movimentando um pouco. Para além disso tem os componentes, tem as pesquisas de cada professor e tem algumas colegas que trabalham mais a temática, outras menos, tem alguns projetos de extensão, outras pesquisas, mas de modo geral está bem enfraquecido viu, é muito mais numa perspectiva individual”. [...] nos documentos e nas ações da universidade como todo, a pauta das mulheres ela sempre está presente [...] Mas ela se dá muito por ações individuais. Quando foi criada a universidade [...] sempre a questão das mulheres vai estar presente, seja em questão de gênero e tal, mas assim, nós já realizamos também na universidade, a gente chama de COEPE, as Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão, lá esteve muito presente as mulheres, ativas, mas também como algumas temáticas pertinentes às mulheres. Nesse momento atual, eu vejo muito como ações individuais. [...]*

***Maria Alice:** Tem uma garota da UFFS [...] ela foi a primeira transexual a estudar na UFFS. E aí ela é grandona e tal, chamava a atenção, todo mundo fica de olho nela. E ela só conseguiu ir para UFFS porque ela veio sendo construída nesses projetos aqui, com um projeto que ela chamava de Papo Sério. E por isso cada vez estou me conscientizando mais da importância dos “papos sérios” com a comunidade, de uma forma informal, porque senão a escola vai dizer “ah mas eles não dão a aula e ficam falando essas coisas”, “olha se isso é conteúdo”, então se a gente faz um projeto de extensão e torna um Papo Sério, acho que vai surgir muito mais efeito*

Presença dos movimentos impulsiona ações por dentro: alguns campi têm feito diálogos e movimentos fortes com as mulheres camponesas, por exemplo tem chamado para dentro da universidade e feito formação com elas, já em outros campi isso não acontece ou é muito tímido. Percebe-se que onde os movimentos sociais estão presentes, esses diálogos são fortes e há muita presença de mulheres feministas e dos movimentos de mulheres. Por consequência, também se percebe essa presença e essas ações por dentro da universidade, com debates, grupos de estudos, ações de extensão e produções coletivas (universidade e movimento). Há a necessidade de luta pela ocupação de espaços por dentro da academia; organização coletiva para ocupar o “lugar de fala”. “A experiência mais bonita que eu vejo é quando o povo toma conta da universidade” (Líria), quando as mulheres dos movimentos ocupam a universidade:

***Gisele:** [...] no nosso campus não existe esse movimento dentro, o que existe são situações isoladas que são pouco divulgadas. Agora existe, por exemplo, outros campus da nossa universidade que fazem um trabalho belíssimo com as mulheres camponesas [...] Elas fazem um trabalho belíssimo com elas [...] tem outros campus que fazem, por exemplo, o plantio, como fazer, o que deve ser colocado, dos projetos que eu conheço, e também alguns debates que dão voz a essas mulheres.*

Francisca: Na academia, ninguém vai chegar para nós, feministas, nós, negras, para as mulheres indígenas, enfim, não vão chegar e dizer “olha, tem um lugar aqui, tem um palco aqui para vocês”. [...] Se você se organizar, se você **aceitar os desafios**, que não são poucos, esses **espaços acontecem**, com dificuldades, com uma janelinha bem estreitinha, bem estreitinha, mas **existem possibilidades**, sim. Essas pequenas janelinhas **estão sendo ocupadas**, pelo menos aqui na minha região de Passo Fundo, por meninas jovens muito potentes. Eu fico muito feliz quando escuto **aquela meninada, jovens, pegando o microfone, abrindo a boca, se organizando, fazendo movimento**, fazendo isso, fazendo aquilo, agora com a questão da política do absorvente, a meninada se... Tem escola pública fazendo aqui em Passo Fundo, mas por quê? **Tem aquela professora, aquela feminista lá fora, que está lá dentro, que o diretor é também um cidadão com uma visão ampla de mundo**. Porque, às vezes, tu pegas umas tabuinhas que não te dão espaços. Então **não é fácil, mas é um espaço possível de ser conquistado**.

Renata: E esses textos entram dentro da universidade porque eles são referências, **se não tem ninguém que discute e reflete sobre isso vai passar batido**. Beleza! Mulher é um prato suculento. Agora, uma mulher que já tenha essa reflexão, **que vem do movimento social fala “opa, espera aí, gente precisa discutir um pouco melhor isso...”**, é algo que tem acontecido, que a gente vê que acontece, felizmente, por isso a importância dessa abertura para os diferentes olhares. Quando a gente fala que a universidade precisa **pintar-se de povo**, é nesse sentido, porque você vai **levar as demandas, os conflitos, as realidades da concretude que as pessoas vivem e sofrem essas opressões** que antes dentro da universidade não era visibilizado, estudado, nem existia.

Liria: Mas o que mais marca mesmo, na universidade, o que mais me motiva, **é quando vem as mulheres do Movimento Sem Terra, quando a universidade está tomada por povo, quando ela está pintada de povo [...]** Nós fizemos todos os anos uma **Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária [...]** A experiência mais bonita que eu vejo é quando **o povo toma conta da universidade**, apesar da universidade ter sido cunhada pelos movimentos sociais, e aqui na região principalmente pelo MST, muitos, mas muitos mesmo, daí eu falo de modo geral, seja colega, seja a sociedade, de modo geral, **nega o tempo inteiro isso, que a nossa universidade está dentro de um assentamento. E ficam o tempo inteiro dizendo que não queremos o MST dentro da universidade, e as mulheres também estão aí então. Nós estamos em luta o tempo todo, porque a gente quer trazer, o que mais emociona é isso. Outra coisa que emocionou, que foi muito significativa era quando aconteciam algumas feiras agroecológicas e aí você via as mulheres trazendo seus produtos para comercializar no espaço da Universidade [...]** A **exposição da violência contra as mulheres me marcou bastante [...]** escolas que **vem com projetos também, nós temos as escolas itinerantes que vem para a universidade com aquela formação política, vem para cá, fazem uma mística que sensibiliza, as falas, música, arte, isso que me parece que é a vida na universidade, e isso não tem tido mais [...]**.

Diálogos e ações conjuntas e interinstitucionais: UFFS, movimentos e instituições públicas. Inúmeras ações são indicativas de integração e diálogo entre universidade e sociedade, seus movimentos e organizações sociais. Um movimento de diálogo e troca de saberes, aprendizado e atuação por dentro da comunidade: **ações na área da saúde em comunidades indígenas e quilombolas e com movimentos e organizações sociais** (Vanderléia); também ações na área de assistência social junto aos sindicatos e à comunidade e **linha de pesquisa com a presença de movimentos**, já garantida nos conselhos (Sandra); participação em **atividades diversas em parceria com sindicatos, igrejas, judiciário** (Sandra, Maria Alice); participação do movimento na luta pela implantação da Universidade e **integração em comissões internas** (Francisca); **diálogo permanente com as mulheres dos movimentos e parcerias em projetos** (Siomara,

Adriana, Vanderléia, Renata); **Universidade e movimentos na luta pela educação do campo** (Justina);

Vanderléia: Então a gente tem isso que são as imersões dentro da Saúde Coletiva, onde no primeiro semestre os alunos têm uma aproximação com o SUS para compreender toda a rede e o Sistema de Saúde, com as comunidades Quilombolas, de Indígenas, de assentamentos de reforma agrária, de agricultores de periferia urbana, e grupos específicos, como mulheres do campo, da cidade, deficientes físicos, surdos-mudos, deficientes em geral, a luta das mulheres, a luta das mulheres negras, da população LGBT, então a gente acaba trabalhando a vivência e as políticas específicas que tem dentro da Saúde, fazendo essa integração e o desafio e o que essas experiências trazem para a formação médica, de compreender esses grupos, essas comunidades, as suas culturas, como se constroem os processos de Saúde e Doença nesses territórios, como eles se organizam para enfrentar os problemas de Saúde, como o profissional médico deve respeitar e interagir nesses processos, então a gente trabalha nessa perspectiva. No segundo semestre eles conhecem territórios e aprendem a desenvolver Projetos de Interação por Território, já no primeiro a gente faz atividades conjuntas, quando não tinha pandemia a gente fazia atividade lá junto com a comunidade quilombola, com o MST, com o movimento de luta pela moradia, com as mulheres promotoras legais, com o MMC. Agora na pandemia os alunos estão fazendo materiais educativos junto com essas comunidades, vídeos, porque não dá para ir né. No segundo semestre então é território, no terceiro semestre eles começam a aprender a trabalhar com as famílias, e daí eles vão aqui em Passo Fundo, nas periferias das cidades, trabalhar com famílias. No quarto semestre eles interagem com essas mesmas famílias e com as Unidades de Saúde, trabalhando as políticas de saúde da criança, do idoso, do trabalhador, da mulher, por ciclo vital, eles aprendem as Políticas de Atenção à Saúde por Ciclo Vital. No quinto e sexto semestre, eles fazem encontros clínicos na Atenção Básica, e já acompanham consultas médicas nos municípios do interior, divididos em grupos, então eles vão lá no município onde tem comunidade quilombola, onde tem assentamento da reforma agrária, ou no município onde tem pessoas da periferia urbana, enfim, essa diversidade cultural, e num período eles focam mais geral, no outro período eles trabalham Saúde Mental e da Mulher, enfim tem um pouco essas diferenças ali. Na sétima fase, eles trabalham com a gestão dos Sistemas de Saúde. Na oitava com idosos em instituições de longa permanência e com famílias dos idosos, e depois eles entram em internato na atenção básica e nos lugares que eles passam. Então esse é um ponto que não é uma coisa só minha, é uma construção conjunta de muita gente que passou, e nós temos 12 professores de Saúde Coletiva que estão juntos, né, nesse processo, tem ainda os preceptores das unidades, das equipes de saúde junto. Uma outra perspectiva são os Projetos e Programas de Extensão, então tem o programa de extensão “Formação de Atores sociais a partir da Educação Popular em Saúde”, que eu já venho fazendo desde 2013, mais o programa de cultura “Arte Promovendo Saúde, Saúde Fazendo Arte” que tem uma articulação também com um Grupo de Teatro com essas outras práticas, as outras linguagens, a partir do uso de outras linguagens da arte no cuidado em saúde, e também, um outro projeto grande que a gente fez com o Ministério da Saúde, que integra um pouco tudo isso que é a “Educação Popular e Cuidado em Saúde”. Então nesse a gente produziu o filme, fizemos uma série de atividades em escolas, em unidades de saúde, podcasts, pequenos vídeos, a gente escreveu três livros e estamos escrevendo um quarto livro agora, a gente produziu um livro entre professores, estudantes e lideranças quilombolas, a gente enfim, são várias experiências. A gente fez cursos, Oficinas de Promoção da Equidade, a gente produziu Cartilha para População LGBT, se quiser depois, nós estamos finalizando a estruturação de um site e a gente vai postar tudo ali [...] É uma integração entre os diferentes movimentos e práticas que tem nos territórios aqui da nossa região do Brasil e da América Latina. Fizemos I Colóquio Internacional de Educação Popular em Saúde ano passado, se você quiser depois posso te mandar os relatórios. Estamos em outro projeto que o Círculos de Cultura, com município de Pontão, nessa perspectiva de Paulo Freire, também fazendo diálogo com as escolas do município, com professores, estudantes e trabalhadores da educação, envolvendo a secretaria da Saúde, da Assistência Social e da Educação, [...] E aquele projeto que a gente fez junto com as mulheres camponesas que eu te falei, foi um projeto muito bonito, foram dois anos de atuação com as Oficinas “Prática Agroecológica a partir das Mulheres Camponesas”, “Autonomia das Mulheres e a Prática Agroecológica”, fizemos dois Seminários Internacionais, várias Oficinas Nacionais que deram origem ao livro, ao material, e a gente seguiu no outro projeto com as Oficinas nacionais de “Promoção da Equidade das Mulheres do Campo e da Floresta” [...] na pesquisa esse ano a gente está desenvolvendo um trabalho, um projeto de pesquisa multicêntrico, sobre “Os Impactos da Covid-19 na Saúde do Trabalhador”, pesquisando com as mulheres do campo, as mulheres camponesas, com os agricultores, com os coveiros,

com os trabalhadores da Saúde... Então cada professor acho que está com uns 20 pesquisadores de diferentes universidades do Brasil, que a gente vai trazendo esses elementos né. Com a Covid a gente sabe que na questão da mulher aumentou a violência, aumentou o índice de mortalidade materna no Brasil [...].

Sandra: eu participei de ações ligadas a área da assistência social, que traz isso como agenda no trabalho com moradores, associações de moradores de bairros. [...] a gente participa de ações da comunidade, que sejam ações festivas, que sejam ações de formação, que sejam campanhas. Então, os sindicatos rurais, movimento de mulheres do campo [...] uma relação mais presente, ora na comunidade, ora na instituição. Agendas não faltam e pautas de luta, igualmente. [...] O que nós tentamos fazer, do ponto de vista institucional nós criamos uma linha de pesquisa em “Direitos humanos, movimentos sociais e instituições”, para que, de alguma forma, nós pudéssemos dar acento ainda maior a essa presença do movimento, já garantindo nos colegiados institucionais. Então, assim, pela minha atuação, essa possibilidade de a gente criar um grupo que tivesse essa interface com a comunidade nós conseguimos concretizar. Esse grupo, hoje, está filiado à CLACSO, que é o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais; então nós fizemos o segundo passo que é a internacionalização. Hoje, todo e qualquer um que tenha algum trabalho, uma iniciativa relevante, pode encontrar o acolhimento, a parceria no nosso grupo [...] em todas as rodas de diálogo, para as quais eu fui convidada, e para as quais havia disponibilidade de conversa, eu estive, seja eles institucionais (instituições de ensino), sejam eles promotores de saúde, por exemplo, unidades de saúde, sejam eles sindicatos, associações de moradores. [...] Nem sempre sozinha, muitas vezes com outras parcerias, sejam parcerias que, as instituições chamavam, né, sejam parcerias com o judiciário, parcerias com igrejas, questões teológicas. Enfim, a participação foi a partir deste universo, né, da docência e da pesquisa”.

Francisca: [...] a ACMUN me fortalece, eu trabalhei muito tempo na Coordenadoria Regional de Educação[...] fui a primeira mulher negra coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Passo Fundo, [...] Aí vem os IF's, vem o IF de Sertão, o IF de Instituto Federal de Fronteira Sul que é ali dentro de Passo Fundo [...] aí começa a me chamar para ir lá, fazer algumas falas, fazer algumas coisas, porque a Chica das Mulheres Negras, ah a Chica, qual a Chica? A Chica das Mulheres Negras, a Chica da ACMUN. [...] Na Federal de Medicina que tem ali em Passo Fundo também, quando foi para trazer a Faculdade para dentro de Passo Fundo, de Medicina, que é uma extensão de Chapecó, enquanto movimento social, eu fui das pessoas que estive na discussão para trazer um debate, e naquela época foi uma disputa, e aí com isto, e tem umas pessoas lá dentro que são hoje professores concursados que estão lá dentro e que me conhecem da militância, então também faço parte da comissão [...] uma relação muito de parceria, uma relação muito de respeito.

Siomara: seja nas minhas aulas para meus alunos de mestrado, seja nas minhas aulas para os alunos da graduação, seja em palestras, seja em palestras para as mulheres agricultoras, mulheres camponesas aqui da região. A gente consegue se comunicar, certo, a gente consegue se entender, apesar da realidade diversa que nós, né, das nossas origens. A gente consegue e o trabalho fica não assim, não em uma perspectiva de uma metodologia rigorosa, acadêmica, não. O trabalho aqui tem, na verdade, se colocado no nível mesmo de uma educação popular. [...] eu trabalhei em um grande projeto que envolveu os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sobre, na verdade, a capacitação de mulheres camponesas e a agroecologia e uma delas, que foi uma das nossas monitores, lá nos anos 2015, agora é minha orientanda de mestrado e procurou para eu orientá-la, né, e ela é uma das lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Então, essa aproximação é muito grande, é muito grande mesmo, e não fica apenas no nível da teoria acadêmica, né, das elucubrações que de repente a gente possa fazer, né. Não, a gente consegue, de fato, desenvolver uma pedagogia eu acho que mais popular [...] isso se deve um pouco à minha experiência no passado, minha formação também acadêmica[...].

Maria Alice: Quando eu estava em Chapecó, o que tinha era o NEAB [...] discutia mais essas questões antirracistas, trazia as feministas, desses aprendizados negros. Em Erechim, num dos cursos de formação que eu fiz, ele se articularam com o Conselho Nacional de Justiça. A Professora Miriam e o professor Tiago lá de Erechim, se articularam, estudam e também tem um grupo forte de estudos sobre as questões de gênero e dos feminismos, no plural.

Justina: [...] cursos de extensão foram construídos em conjunto com os profissionais da universidade. E foram vários deles. Tivemos um muito importante que vale a pena resgatar como exemplo, nós popularmente o chamamos de “as mulheres e a agroecologia”, com turmas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

*Haviam turmas específicas de cada movimento, mas também turmas onde juntavam-se todos os movimentos. Esse curso contribuiu na **integração das mulheres dos diferentes movimentos** e dessa integração promoveu um fortalecimento da **articulação das mulheres do campo**, não somente da Via Campesina, mas também do movimento sindical que até aquele momento havia um certo distanciamento. Quero destacar isso porque foi um **momento muito rico**, acho que valeria a pena resgatar nos registros da Universidade da Fronteira Sul. Esse curso de **extensão resultou na elaboração de cadernos e livros, publicações**. [...] Quem coordenou esse curso pela Universidade foi a professora Valdete Boni e a Naira do campus de Erechim, e mais uma professora do Paraná que não me vem a memória agora, e tínhamos **uma coordenação dos movimentos**. [...] eu **quero destacar** nesse processo, os **curtos de extensão**. E quero dizer do **corte violento com a questão da eleição do Presidente Bolsonaro e do golpe dado aqui na nossa UFFS** com a eleição do reitor que está agora aí. Tivemos um **corte drástico** e praticamente **não se viu mais possibilidades de avançar** com essa questão da extensão. [...] **Mobilizam-se em torno das lutas na defesa da Universidade da Fronteira Sul** e acho que isso é fundamental. Em todos os momentos que **foram acontecendo lutas na defesa da universidade pública e popular**, sempre **o movimento e as mulheres se envolvem**, e também nos **curtos de extensão** [...] outra questão, por exemplo, são os **espaços em que os profissionais da Fronteira Sul participam**, por exemplo na **educação do campo**, que **a gente tem as atividades em conjunto**. É também no debate que é no mesmo sentido, mas por exemplo, aqui em Santa Catarina, estão sendo fechadas muitas escolas, então **a luta é para manter as escolas do campo**, e para termos o conteúdo para o campo no campo. E, a universidade, **profissionais da universidade**, estão **integrados nesse movimento, contribuindo no debate, nos encaminhamentos e por aí**. São **espaços que se constroem**, são muito importantes nesse sentido.*

*Liria: O movimento de maior incidência então é esse, há muitas mobilizações, claro que agora no período da pandemia não muito, mas essas datas específicas como o **Dia Internacional da Mulher** elas vão para as ruas, nas suas **mobilizações a pauta da agroecologia** é muito forte e a **questão agrária** [...] do **campesinato**, é **central para essas mulheres** [...] nós temos a **universidade** aqui, acabamos fazendo uma **relação com outras questões também**, então eu entro pela **aproximação com a educação popular**, tem colegas que trabalham mais diretamente que eu a **temática da agroecologia** [...] de produção, por exemplo tem um colega que trabalha muito com as frutas nativas, com as **agrofloresta**, estamos o tempo inteiro **envolvidas em ações da universidade** e as **mulheres acabam sendo muitas vezes protagonistas nesses espaços**.*

*Adriana: [...] os cursos de extensão com os movimentos [...] Alguns professores que tinham cabeça um pouco mais, que até se identificavam como anarquistas um pouco, no campus de Erechim, que **tinham um pouco de discussão nesse aspecto, mais da Linha Social**.*

*Renata: [...] na UFFS, então, vai ter esse **projeto** que foi **bem interessante** e demonstra de algumas pessoas ali dentro têm essa **consciência** e esta atitude da **importância do trabalho das mulheres**, porque foi um projeto grande [...] esse livrinho aqui que foi resultado [...] o projeto se chama **Organização produtiva das mulheres e promoção de autonomia por meio de estímulo à prática agroecológica**.*

O livro *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas* é uma grande obra produzida em 2020 e traz a experiência de luta das mulheres camponesas e a história deste grande movimento. Uma construção das mulheres do movimento, que também são presença na academia, sendo que muitas delas têm ou tiveram alguma relação/ação no movimento, dividindo-se entre a luta social e a pesquisa acadêmica. Nessa obra, escrita há muitas mãos, elas nos mostram quais os caminhos deste feminismo camponês popular, destacando a grandeza desta perspectiva feminista e a necessidade de pensar um feminismo a partir dessas premissas. Essa produção nos possibilita compreender a importância dos diálogos entre o mundo acadêmico e o mundo social, ecologizando saberes. A obra nos permite uma compreensão do feminismo popular

camponês afirmando a importância desse feminismo no contexto atual. Ao ler essas mulheres, percebo como se comunga uma escrita acadêmica e uma escrita da prática, como se efetiva a práxis, uma escrita poética e uma escrita política que nos interpela e nos desafia a assumirmos o compromisso nessas lutas. Uma obra que é síntese do **diálogo potente entre a academia e movimento social**, sinalizando **articulações e ações** possíveis.

Epistemologias emergentes: a Universidade é percebida como espaço potente aos debates sobre as questões que afetam as mulheres. Estudos e participação em movimentos provocam **mudanças de pensamento por dentro da universidade**, no currículo, na docência, na pesquisa e extensão, “**abrindo o olhar de pessoas que antes não tinham conhecimento**” (Renata), reflexões, escritas e **ações das mulheres provocam rupturas**, estremecem as estruturas. Ações por dentro se dão em uma perspectiva de **ecologizar saberes; debates por dentro dos currículos, integração de saberes e práticas dos MS** (Vanderléia); aproximam **educação popular e/ou agroecologia** e são também articulados com os movimentos (Liria). A **pauta das mulheres está presente** na universidade de algum modo, no COEPE tem presença forte, no entanto percebe-se a ausência de uma agenda institucional (Liria), pois as ações ocorrem mais a nível individual e as mulheres, especialmente às que têm ou tiveram vínculo com os movimentos são as protagonistas dentro da universidade. Também há a sinalização de que as ações já foram mais perceptíveis, havia maior afinidade com o tema e atualmente está essa pauta está invisibilizada (Liria). Percebem a necessidade de uma **proposta de ação institucional**. Educação popular e agroecologia são pautas que se agregam às das mulheres/feministas:

*Renata: [...] era mais atividades acadêmicas [...] você vai **publicar artigos, você vai apresentar em eventos, e você vai estar levando sua temática pra outros lugares.** [...] esse Seminário Internacional foi feito lá nesse campus, onde eu estava fazendo o processo [...] na hora do almoço e a gente sentou perto de **um professor** [...] e a gente começou a conversar essas **questões das mulheres**, e daí ele começou “mas não é em todo o lugar que é assim, tem lugares em que não é bem assim”, como se fosse muito pontual [...] ele é um professor muito querido, tem uma história muito longa dentro da luta pela agroecologia, [...] ele até participou da minha banca de qualificação, aí, **agora ele tem uma outra visão**, assim, sabe, porque eu **faço todo um referencial teórico**, [...] não é um assunto muito localizado, um problema menor, é um **problema que está generalizado**. [...] ele também orientou uma outra moça que quis estudar isso e ele também já **tinha essa abertura**, “não, vamos aprofundar”, essa questão desses **temas estarem chegando, vai abrindo o olhar de pessoas que antes não tinham conhecimento**, não é por má vontade, mas é porque desconhecia, e aí tinha essa visão de que não era uma coisa importante.*

*Vanderléia: [...] a gente conseguiu **incluir no currículo** [...] **Saúde Coletiva de imersão**, que são vivências no cotidiano dos serviços de saúde do SUS, nos serviços, nas equipes, nos territórios, nas **comunidades e nos grupos**. Então essa vivência [...] **atravessa o curso**, dentro do componente curricular de **Saúde Coletiva**, ele*

tem uma construção nova da experiência que integra as **experiências do Movimento de Mulheres Camponesas e dos movimentos do campo**, de tempo escola e tempo comunidade, que eles têm, seja do MST, com a Pedagogia da Alternância e da Terra, seja do MMC, com a Escola da Mulher e essas outras experiências, que integra as **experiências do VER-SUS**, que foram iniciativas que surgiram do **movimento estudantil** das áreas da Saúde, **Estágios de Vivências no SUS**, experiências desses outros movimentos de Educação Popular em Saúde, e que integra também a experiência das Residências em Saúde [...] tem um **Projeto Integrado** que a gente participa junto com a UFRGS, da **Rede Colaborativa de Cuidado aos Profissionais da Saúde** [...] para os trabalhadores da saúde, para as mulheres que estão na saúde, é um **enfrentamento ao assédio moral**, o enfrentamento a sobrecarga de trabalho, o **enfrentamento a violência**, e também, a luta pelo por um **reconhecimento**, um aumento do salário, [...] **O que a Universidade pode fazer?** A Universidade pode contribuir através dos **projetos de extensão**, um deles é esse que na verdade nossa Universidade faz parte, junto com a UFRGS e outras, em serviço de cuidado, de **atenção a essas mulheres**. A gente pode também **qualificar os processos de pesquisa**, tem algumas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, sobre o **Centro de Referência em Saúde da Mulher e da População LGBT**, esse **serviço que a universidade faz e atua junto ao Centro de Referência com professores** nossos, com estágios que a gente tem. Tem também um projeto [...] que é o **atendimento aos imigrantes senegaleses e haitianos**, e tem **mulheres ali também**. Então a **Universidade pode atuar no campo da pesquisa junto a essas mulheres** e a esses grupos para ter mais elementos e para poderem atuar de forma científica, com embasamento científico nas **suas ações e lutas**. Pode **atuar na extensão**, tanto em **prestação de serviços de cuidados da saúde** [...] também **ações de interação com as comunidades** como a gente já vem fazendo nos **projetos**. No ensino é o **aprendizado conjunto com os estudantes**, talvez no ensino os alunos aprendam mais do que as comunidades, mas a **interação transforma ambos**. Eu vou contar só um exemplo com a comunidade quilombola que a gente chegou a 6 anos atrás e eles não sabiam nem a sua história para contar para nós. No sexto ano, antes da pandemia, dois anos atrás, participamos de um Encontro das Comunidades Quilombolas, fomos fazer a **Feira de Saúde que foi o que pediram para a gente fazer junto com eles**, e estava lá um grupo de mulheres e de jovens fazendo um teatro com a história das suas comunidades, então eles se ressignificaram, aprenderam nessa interação a se ressignificar, e a gente soube também encontrar outras formas de aprender e de construir o conhecimento junto com eles. Então também o ensino é uma área que contribui. [...] **Projetos em parceria como a gente tem com o MMC** são questões importantes, de um projeto que a gente fez junto **elas sozinhas produziram um livro depois**. Enfim eu acho que são coisas que a gente pode fazer em **parceria com os grupos e os movimentos**. [...] Tivemos a caixinha e um mural de frases ou de coisas marcantes. Temos ações que são feitas todo ano no **Dia Internacional da Mulher e no Enfrentamento ao Racismo**, que entra muita presença das mulheres também, que são **ações que se vinculam diretamente a essa agenda feminista**. Tem coisas que são mais ampliadas e que envolvem a **população LGBT** que não é só da Universidade em si. Tem o **espaço das denúncias**, tem também coisas que não dá para explicar, teve alunas que sofreram violência, ameaças de morte, e que eu acabei acompanhando na **Delegacia de Polícia** porque as mães moram longe daqui, os familiares moram longe, também teve isso né, são coisas que não são escritas em lugar nenhum. Tem as **ações que a gente fez junto com as PLPs, feiras de saúde e conscientização do enfrentamento a violência**, [...] a gente participou daquele **movimento da máscara roxa que também é identificação das mulheres vítimas de violência**. Tem as ações que a gente faz junto com o **Conselho de Direitos da Mulher e da Saúde**, e essas outras ações que são mais de Educação em Saúde né, de educação e de conscientização, mais o que **uma agenda de enfrentamento**, ou uma agenda política aberta. [...] as ações que a gente tem feito **com o movimento de mulheres, com as PLPs, com esses projetos de extensão**. Porque daí também nas escolas a gente trabalha **saúde e sexualidade, com os estudantes de medicina a gente trabalha gênero, saúde, sexualidade, enfrentamento da violência, são ações educativas de promoção e de cuidado da saúde junto com as escolas e comunidades**. E também na **formação de agentes comunitários, na formação dos profissionais**. Acho que é uma **agenda feminista mais de produção de reflexão** nesse sentido de mudança que depois acontece pelo **sujeito que se transforma**.

Liria: [...] essas datas específicas como o **Dia Internacional da Mulher elas vão para as ruas, nas suas mobilizações a pauta da agroecologia é muito forte e a questão agrária**, o debate da questão agrária, do campesinato, é central para essas mulheres também. E como nós temos a **universidade aqui, acabamos fazendo uma relação com outras questões também**, então eu entro pela **aproximação com a educação popular**, tem colegas que trabalham mais diretamente que eu a temática da **agroecologia**, [...] estamos o tempo inteiro envolvidas em **ações da universidade e as mulheres acabam sendo muitas vezes protagonistas nesses espaços**. [...] nos documentos e nas **ações da universidade como todo, a pauta das mulheres ela sempre está presente**, de um modo ou de outro. Às vezes de um modo mais crítico, às vezes de um modo nem tão crítico.

Mas ela se dá muito por ações individuais. Quando foi criada a universidade você vai ver, tem vários documentos e sempre a questão das mulheres vai estar presente, seja em questão de gênero e tal, mas assim, nós já realizamos também na universidade, a gente chama de COEPE, as Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão, lá esteve muito presente as mulheres, ativas, mas também como algumas temáticas pertinentes às mulheres. Nesse momento atual, eu vejo muito como ações individuais. Se a professora Liria faz alguma coisa, ela tem lá o seu grupo de estudos de gênero, ela faz ali um debate. Se a professora Liria e outras professoras não fazem, isso dificilmente acontece, entende? [...] no início eu sei que teve mais, um pouco mais disso, muito mais. Nós também tivemos uma mudança de reitoria. A anterior tinha muito mais afinidade, trabalhava muito essas questões, de modos transversais inclusive pelas pró-reitorias e chegava nas direções de campus. Mas agora isso está muito invisibilizado, eu diria, eu não sei se é porque a universidade está com 12 anos agora, se cada um vai se fechando mais, eu não sei, mas eu acho que falta muito isso enquanto proposta da universidade no momento atual, [...] aqui no campus nós temos esse grupo de estudo de gênero que está movimentando um pouco. Para além disso tem os componentes, tem as pesquisas de cada professor e tem algumas colegas que trabalham mais a temática, outras menos, tem alguns projetos de extensão, outras pesquisas, mas de modo geral está bem enfraquecido viu, é muito mais numa perspectiva individual, e esse como resolver, eu fiquei pensando [...].

A universidade não é neutra, suas referências, políticas e ações sempre estão vinculadas a uma opção política. Sujeitas e sujeitos em um espaço universitário democrático podem provocar debates, levar temáticas para dentro, **propor novas referências teóricas e novas práticas e epistemologias**, fazer movimentos de denúncia e resistência (Renata). Uma **subjetividade política feminista nos permite questionar as referências** utilizadas na universidade, daí a importância do MS nesse processo de formação (Renata). Ecologizar saberes é o caminho como fundamento para uma universidade pública e popular:

Renata: Dentro da universidade, a gente sabe que as escolhas dos temas não são neutros, a gente tem vinculado com os nossos valores, [...] vai estar vinculado com as nossas subjetividades. [...] a partir do momento em que você traz essas questões que muitas vezes não estão lá dentro da universidade, elas passam a estar lá dentro, porque você está levando lá né, então você vai fazer outras pessoas refletir. Dependendo dos profissionais que estão lá dentro, eles podem abraçar isso ou não, eles podem por exemplo, “ah eu quero estudar o Movimento de Mulheres Camponesas”, por exemplo se eu chegasse com essa proposição e não tivesse ninguém que quisesse me orientar nisso, seria complicado [...] a partir do momento em que eu me formo e me torno uma professora e vou dar aulas, eu já tenho esse poder pra poder auxiliar que pesquisas nesse sentido avancem. Então, por isso que eu penso que essa abertura da universidade pública com a entrada de mais pessoas, com diferentes realidades, com a entrada mais da população negra, com as camponesas... Imagina essas camponesas do movimento entrando na universidade, que bagunça elas não fizeram na cabeça das pessoas! Assim, a gente tem por exemplo referências na área da agroecologia [...] fazendo a comparação da mulher com um prato, a ser degustado [...] como se fosse um elogio às mulheres [...] quando a gente tem o mínimo de reflexão sobre gênero e lê uma coisa daquelas assim, é de... Como pode? [...] E esses textos entram dentro da universidade porque eles são referências. Se não tem ninguém que discute e reflete sobre isso, vai passar batido. Beleza! “Mulher é um prato suculento”. Agora, uma mulher que já tenha essa reflexão, que vem do movimento social fala “opa, espera aí, gente precisa discutir um pouco melhor isso...”, é algo que tem acontecido, que a gente vê que acontece, felizmente, por isso a importância dessa abertura para os diferentes olhares. Quando a gente fala que a universidade precisa pintar-se de povo, é nesse sentido, porque você vai levar as demandas, os conflitos, as realidades da concretude que as pessoas vivem e sofrem essas opressões que antes dentro da universidade não era visibilizado, estudado [...].

Feminismo acadêmico: ação em espaços de disputas: a universidade se coloca como espaço de disputas, marcado pela força do patriarcado, “onde está o espaço da

mulher?” (Valdete). O patriarcado, como força que molda a sociedade, também se manifesta nos espaços universitários, ainda que se pensem democráticos. É, portanto, uma luta duríssima **desconstruir essas estruturas** tão arraigadas, onde a presença **masculina** ainda se coloca como **“força hegemônica”** (Vanderléia), ocupando especialmente os **espaços de gestão**, também vistos como **espaços de poder**. Os números já sinalizados aqui, indicam a forte presença masculina ocupando os mais altos cargos de gestão da universidade, por exemplo na gestão das pró-reitorias temos 6 homens (H) e 1 mulher (M) e as direções de campus são todas masculinas; números que causam estranhamento, já que há maior número de mulheres entre a equipe técnica (340H e 348M) e um número bem próximo entre docentes (374H e 334M). Elas sinalizam uma **invisibilidade da mulher nos espaços de gestão**, ainda que se perceba manifestações e relações de parceria (Solange). A presença das **mulheres em movimento com sua pedagogia provoca o debate** (Solange), afirmando a perspectiva do feminismo camponês popular. Nem todos apoiam os debates e ações feministas e/ou de gênero, consideram “ideologia de gênero” (Liria), por isso as **ações propostas também se colocam em resistência**, como é o caso do Grupo de Estudos de Gênero. A universidade é espaço de resistências e disputas por dentro, negação do movimento. Disputas de projetos de sociedade muito fortes por dentro da universidade: hegemônico x contra-hegemônico. Percebe-se a **necessidade de reafirmar todo o tempo a origem da universidade e seus fundamentos (Liria):**

Solange: [...] eu sou gestora em educação já há bastante tempo [...] fui coordenadora de curso, diretora de centro [...] quando cheguei no cargo de pró-reitora eu já tinha uma caminhada em gestão, [...] eu era uma mulher entre onze homens; eram os diretores de campi, eram os outros pró-reitores, reitor, vice-reitor [...] naqueles momentos em que essa equipe gestora se encontrava para discutir, vários sinais, assim, dessa, como a gente vai dizer, invisibilidade da mulher, sabe, aconteceram [...] eu estava em uma reunião e nós estávamos fazendo uma discussão severa sobre algum tema e eu levantei a mão várias vezes pedindo a palavra, várias vezes pedindo a palavra e a minha vez nunca chegava para falar. Talvez não por maldade, mas é uma invisibilidade mesmo, sabe? Como se a voz, ela fosse menor, ela não se impusesse. [...] também um processo em que eu tive também a condição de construir os primeiros passos com uma relativa autonomia, enquanto pró-reitora de graduação e, também, nesses aspectos mais cotidianos poder contar com o apoio de muitos colegas, homens, ocupando outros cargos. Então, também tenho o contrário, a parceria, o lugar onde eu era procurada pra fazer o debate, pra discutir, pra pensar [...] para boa parte dos homens a sensação é que eles não se dão conta, não é uma coisa deliberada, entende, por isso eu gosto da ideia que a gente precisa educar eles também. Isso eu gosto no movimento, especialmente no Movimento de Mulheres Camponesas, eu acho que elas têm uma pedagogia [...] que é não jogar fora o companheiro, mas trazer o companheiro [...] As disputas também internas que começavam a acontecer [...] essa cultura, esse comportamento ele se manifesta, essa coisa do comando, do mando e domínio do poder ele aflora, mesmo que a gente não queira que ele venha, ele vem.

Vanderléia: É muito difícil de fazer uma coisa mais aberta porque a área da saúde é uma área predominantemente mulheres que atuam, mas tem uma força, uma presença masculina muito grande enquanto força hegemônica, então não é uma coisa simples para fazer enfrentamentos abertos, é mais um

processo de construção de possibilidades, de reflexão, de diálogo e de integração com movimentos que já existem e que já estão mais estruturados. Enquanto Universidade mesmo a gente não está puxando muito a frente isso, sabe. Eu particularmente **me sinto frágil de fazer isso**. Tem eu e mais essa outra médica e talvez alguns outros professores. Poucos. Então a gente acaba **atuando mais dentro do SUS, dentro da formação, dentro dos espaços que a gente tem para ajudar a desnaturalizar a violência**, a presença desse tipo de situação.

Liria: [...] nós temos tido enfrentamentos, eu diria assim, para reafirmar a origem da universidade. Parece contraditório se você olhar a universidade, ela surge debaixo dos movimentos sociais e o tempo inteiro a gente tem que dizer isso, os colegas muitas vezes dizem assim “parem com esse discurso, já estou cansada de ouvir isso, nós estamos numa universidade e a gente quer fazer pesquisa” só que a pesquisa muitas vezes é só pesquisa fechada, aquele discurso de ciência que é o cientificismo, fechado numa caixinha, por isso que eu reforço a importância da ciência para vida, que vai além disso e que vai na perspectiva da formação humana. [...] Não é todo mundo que é a favor desse debate, muitos colegas professores caem nessa coisa da ideologia de gênero.

A universidade ainda reflete uma estrutura patriarcal “é bem mais favorável ao público masculino” (Naira), se faz importante a questão “onde está o espaço da mulher?” (Valdete). Tomando consciência dessa realidade as mulheres em movimento tencionam pela necessidade de **ampliar os espaços de presença das mulheres dentro da universidade, visibilizando suas presenças, respeito e escuta**, motivando-as a **ocupar espaços de gestão e colegiados**, historicamente ocupados majoritariamente por homens. Consciência que movimenta a academia e promove ações em termos de **articulação interna entre as mulheres, em projetos de pesquisa e extensão**, movendo a estrutura curricular, que passa a considerar as questões de gênero e que afetam as mulheres. Uma linguagem de acolhimento, que possibilita se perceberem e se afirmarem como mulheres nesse espaço. Há uma preocupação em relação ao acolhimento das mulheres indígenas e a sinalização de resultados positivos (Naira). Por outro lado, é visível a **necessidade de uma articulação mais efetiva** por dentro da universidade, especialmente entre professoras. Alguns cursos se abrem mais para o debate feminista e de gênero.

A pauta feminista também vem desde as estudantes que ingressam, indicando uma consciência prévia. Nesse caso, como a universidade acolhe as mulheres que chegam e coloca em pauta suas questões? A **ausência ou limitação de movimentos por dentro da universidade é reflexo da ausência de movimentos de mulheres/feministas fora da universidade**, realidades diversas em cada um dos seis campi, sendo que, em alguns como Laranjeiras do Sul, Chapecó, Erechim há uma presença forte de movimentos sociais organizados na região, enquanto em Cerro Largo e Realeza a presença é menor. **Ações por dentro da universidade, no caso a UFFS, geram consciência e se espraiam** para além dela, movimentam a universidade e provocam reflexões; ações que **buscam dialogar e**

integrar grupos historicamente excluídos. Percebe-se o **feminismo acadêmico em ação**, pensando estratégias, ocupando espaços inclusive na gestão, produzindo pesquisas (Naira). Ações por dentro da universidade, no caso a UFFS, geram consciência e se espraiam para além dela, movimentam a universidade e provocam reflexões:

Naira: A minha grande inserção é com o público das mulheres camponesas, isso tem aparecido bastante nos meus projetos e nas ações de projetos de extensão... E mais a própria discussão em torno da participação feminina nos espaços da Universidade. [...] tenho conseguido efetivar mais com as trabalhadoras técnicas do que com as docentes. A gente sabe que tem umas professoras se articulando, [...] Está muito a nível pessoal, cada um discutindo no seu colegiado, nos seus grupos de pesquisa, muito prematuro eu diria. [...] fiz uma articulação com as técnicas, com as acadêmicas acaba se refletindo também, porque atuo no curso de pedagogia que é predominantemente feminino, a gente tem colocado muito o debate de gênero, inclusive nos componentes curriculares, por exemplo, em História da Educação a gente acaba sempre fazendo esse olhar também do ponto de vista de gênero do que aconteceu na História [...] também no curso de Licenciatura em Educação do Campo, [...] 90% dos estudantes hoje são indígenas, e a gente têm feito essa discussão em algum componente, em algum evento, [...] No início do curso havia um silenciamento geral das mulheres indígenas. Claro que a gente sabe que tem toda uma questão da apropriação da linguagem, que se tem dificuldades em relação ao português, enfim, mas eu percebia que as mulheres tinham mais limitações, e hoje ao contrário, quem permanece mais no curso, [...] são as mulheres, inclusive com a produção textual bem mais elaborada, me parece que há um resultado efetivo, como se... “Estamos agarrando uma oportunidade possível” [...] o posicionamento das estudantes, das jovens, que ingressaram e que tem pautado muito a questão do feminismo, [...] outras estudantes mesmo que de outros cursos vão trazendo esse aspecto também [...] elas vão vivenciar esses outros tipos de posicionamentos [...] estão se colocando mais, enquanto sujeitos. [...] o Ensino Superior ele também, ele é bem mais favorável ao público masculino. Os cargos de gestão se a gente percebe, eles são mais exercidos por homens. Os espaços de Conselho, eles precisam ser ocupados, os próprios espaços Colegiados [...] devem ser pensados e pautados esses temas, para que a gente possa avançar. [...] essas mudanças vão ocorrer, [...] nos ambientes profissionais comecem a aparecer mais mulheres preparadas, qualificadas, ocupando espaços... Eu digo isso também dentro da Universidade, vão ter mais estudantes, mais pós-graduadas, mais pesquisas feitas por mulheres.

As mulheres em movimento são, por vezes, aquela **presença que incomoda**, que **chama para o ato, para a ação** de formação de consciência (Gisele). São presença reconhecida **“normalmente eu sou convidada”** (Francisca), **uma subjetividade potente que impulsiona à participação** e quer ser vista **“tem que estar lá para dizer: olha, eu estou aqui”** (Francisca):

Gisele: [...] são raras as mulheres, que fazem movimentos feministas, [...] uma colega me convidou para o Dia Internacional da Mulher [...]aquele movimento que a gente fez ali causou um transtorno, causou um desconforto para todo mundo. [...] As meninas recitaram uma poesia, uma coisa bem tranquila. Fizeram uma questão teatral ali [...]são poucas, mas existem algumas ações. [...] esse movimento começou agora recentemente, com o meu projeto. Isso começou a abalar, e eu tenho observado as minhas colegas [...] agora elas estão desenvolvendo o projeto “Mulheres na Ciência”, “na Escola” com suas alunas, tentando instigar isso, [...] minha colega montou um Grupo de Estudos sobre a Língua Espanhola, mas sobre a questão do empoderamento e feminismo relacionado com a Língua Espanhola [...] precisava alguém vir perturbar o sistema, e nesse momento eu acho que sou eu, para que as pessoas comessem a refletir e fazer mais coisas [...].

Francisca: Eu em função de ser, da ACMUN, a Associação Cultural de Mulheres Negras, isso me põe na vitrine, que não é uma vitrine muito fácil, mas me põe nesses espaços. Porque como eu vou te dizer, eu não espero que me convidem, nunca esperei sabe. Tem um evento assim, assim, assim. Quando menos esperam a

Chica está lá. Se me convidam é óbvio. Mas normalmente eu sou convidada. mas onde não me convidam [...] enquanto militância, feminismo, educação, eu chego e sento. [...] E sento na primeira fila porque se eu não tiver o meu espaço de fala, eu vou ter o meu espaço de silenciamento, mas eu vou ser vista. Então isso para mim é um valor bem interessante, porque você não pode ficar esperando, porque mulher, negra, quem vai te chamar? Então, tu tem que estar lá para dizer: olha, eu estou aqui.

As mulheres em movimento são **presença coletiva**, chamam e são chamadas, **agregam e impulsionam** “a gente vai fazer juntas” (Ana Carolina). Elas reconhecem a força do coletivo “**a gente precisa de um coletivo**” (Francisca), se colocam em diálogo e **buscam parcerias**:

Ana Carolina: Estou achando que a queima de sutiãs foi em 2017. O Marielle foi no início de 2018. E aí depois disso, todas as performances a gente era convidada. [...] no Campus Realeza [...] o Grupo de Teatro é conhecido, porque está desde 2011, desde que eu entrei na Universidade que eu coordeno o Grupo de Teatro, então as pessoas pedem apresentação. [...] A partir daí, tudo que a gente apresentou dizia a respeito às questões relacionadas à mulher. Desde o jeito que a mulher tinha que se portar, como que é para ela sair com certos tipos de roupa, até uma que o número foi “Dona da Minha Vida” [...] Em 2018 [...] duas alunas do teatro, que queriam estudar para fazer pesquisa sobre as questões feministas [...]. Em 2019 que a gente criou o Grupo de Estudos Feministas, mas isso já estava, como eu te disse, desde 2017 acontecendo, em paralelo [...] agora em 2022, cinco meninas do grupo vão se formar e defender o seu TCC em temas de estudos feministas. [...] a gente vai fazer juntas, um portfólio do Grupo de Teatro e do Grupo de Estudos Feministas [...] participar dos movimentos do “Leia Mulheres”, já que eu sou da literatura. A minha ideia era criar aqui em Realeza mas não foi possível, ainda.

Francisca: Eu tenho muito forte na minha militância, que nós, para esse bem viver, para viver a plenitude, a gente não pode estar só, a gente precisa de um coletivo, e quando eu fui instigada, quando eu fui motivada, quando fui assim “vamos fazer?”, “vamos fazer!”. [...] Quando a Doutora Elisa Mainardi, me chama, lá da Universidade [...] vamos fazer o Mestrado, [...] Ela foi uma pessoa extremamente importante, e é uma mulher branca, que são os nossos grandes parceiros, que eu sempre defendendo nas minhas falas, nós não estamos nesses lugares ainda porque o racismo estrutural não permite, mas nós temos que ter aliados e aliadas que façam que a nossa voz chegue até lá. E esse exemplo da Professora Elisa para mim é muito potente. [...] eu tenho uma grande amiga, que é a Ana Maria, que é militante da ACMUN, a gente está sempre nas lutas, sempre juntas, [...] ocupar esses espaços para mim é muito importante, mas ocupar com responsabilidade, a gente se vira, olha não é muito simples, muito fácil [...] a gente é uma sobe e puxa a outra. [...] esse bem viver dentro da universidade, é porque nós somos um coletivo [...] nós somos uma em duas, respeitadas [...]

5.4 UNIVERSIDADE PÚBLICA E FORMAÇÃO FEMINISTA

A dimensão da ética está imbricada na formação social e política e, enquanto seres em formação permanente, precisamos nos reconhecer como tal e nos permitir metamorfosear, se preciso for, para que nossa presença no mundo seja marca de um desejo e ação no caminho da humanização e do Bem Viver. Nesse sentido, a universidade pública precisa superar a visão disciplinar e eurocêntrica, voltada aos interesses dos mercados globalizados, e empreender uma formação de caráter humanista, fortemente imbricada com a realidade social, buscando transformá-la, e, dessa forma, dar conta de sua função social.

Para tanto, ela deve democratizar seus currículos e espaços de gestão, seja ouvindo vozes silenciadas e dialogando com movimentos, coletivos e organizações que fazem a luta social. Essa é a perspectiva que indica um caminho de descolonização do conhecimento, ao tomar como referência as realidades sociais e seus elementos que sinalizam para a busca de um Bem Viver.

A universidade muda a vida das pessoas, afirmam muitas interlocutoras. Ela representa uma oportunidade, quiçá a única, para que as filhas e filhos de agricultores possam ter formação superior. É surpreendente quando olhamos para a UFFS e vemos no que se constituiu em pouco mais de 10 anos, é algo que marca muito, tantas vidas transformadas nesse processo. Em tempos de ataques constantes às universidades públicas, durante o Bolsonaro, é de extrema importância ouvir as vozes de quem a vê como esperança. A formação universitária pode transformar a vida das pessoas, provocar questionamentos, formar consciência, subjetividade política feminista que provoca ações por dentro da universidade e transforma a sociedade.

Trago aqui a perspectiva de uma universidade pública emergente, que se coloca como inclusiva, já que a imensa maioria de estudantes é oriunda de escolas públicas, considerando também as questões de raça e classe. Ao se propor ao diálogo com a comunidade e movimentos sociais, a universidade se coloca em uma perspectiva de ecologia de saberes (SANTOS, 2019) e se aproxima de uma formação humanista e crítica.

A formação universitária, de acordo com minhas referências e minhas interlocutoras, pode se dar em distintas percepções: como formação profissional; como empoderamento e construção de subjetividades; como possibilidade de mudança de vida; como possibilidade de “craquelar” as estruturas quando, ao buscar suas fissuras, questiona e rompe velhos paradigmas, buscando formas contra-hegemônicas para “ser/estar” no mundo. O processo de formação pensado em suas formas democráticas dialoga com saberes diversos e, ao ecologizar saberes produz uma alquimia potente e transformadora, esses processos formativos são reconhecidos pelas sujeitas que deles participam ou participaram de algum modo. Ao dialogar com outras instituições, a universidade também se coloca em ação, promove dinâmicas e toma uma posição política democrática e dialógica.

Compreendendo a universidade como espaço de formação de consciências, entendendo esse processo como diverso e múltiplo. A formação pode se dar na relação da universidade com a comunidade local/regional, especialmente com os movimentos sociais;

na constituição da universidade, sua missão e objetivos e formulação de políticas e gestão; nos espaços de decisão e na formação acadêmico-pedagógica que se dá desde o ensino, pesquisa e extensão. É evidente, desde as falas das sujeitas, que os processos formativos na UFFS se dão em uma perspectiva freireana, pública e popular, marcada pelos diálogos internos e externos, articulações com movimentos e organizações sociais que se traduzem em ações potentes por dentro e também na comunidade local e regional. Essas conexões são possíveis desde o ensino e projetos de pesquisa e extensão (Apêndice E). Para além dessas, outras ações, sinalizam a potência dessa formação, como exposições e performances sobre violência contra as mulheres; ações com a comunidade.

É possível destacar espaços por onde a conexão entre universidade e movimentos se potencializam, especialmente na oferta de disciplinas, na pesquisa e organização de grupos de estudos e nas atividades de extensão, muitas vezes em parceria com movimentos e organizações sociais. A conexão entre Universidade e MS também se dá desde as feiras ecológicas – mulheres comercializando seus produtos. Por dentro da universidade com debates, intervenções, exposições sobre violência contra as mulheres. O que parece ser um pensamento comum é a alegria de ver **“a universidade com o povo”**, especialmente do MST; escolas itinerantes do MST com sua mística **“fazem uma mística que sensibiliza, as falas, música, arte, isso que me parece que é a vida na universidade”** (Liria).

Essas práticas sinalizam uma aproximação com uma estrutura do “tipo horizontal”, apontada por Didrikson (2014), já que internamente se abrem espaços institucionais de diálogos com a comunidade, seja pelos conselhos ou conferências. Nota-se também uma aproximação com a perspectiva de ecologia de saberes de Santos (2019), já que se propõe ao diálogo com os movimentos sociais e tem uma inserção forte nas comunidades, colocando-se, também, em escuta. É a afirmação de um “pensamento de fronteira” (GROSGUÉL, 2008), ao se colocar em diálogos, intercâmbios e saberes dos movimentos e das comunidades tradicionais. A presença dos movimentos é notada afirmando a função social da universidade, seu caráter público e popular, disputando por dentro mantendo presente a memória da criação e missão potencializadora. Essas concepções e práticas indicam fissuras (WALSH, 2022), *“uma janelinha bem estreitinha”* (Francisca), por onde brotam novas epistemologias e práticas de ensino, pesquisa e extensão, epistemologias ao “Sul”, dialógicas e imbricadas com a transformação social. As mulheres em movimento são uma presença coletiva e que, por vezes, incomoda, desacomoda, questiona, faz rebuliços.

Percebe-se uma consciência crítica, atenta e rebelde a provocar debates e ações por dentro da Universidade ou articuladas com movimentos, organizações e espaços públicos diversos na comunidade e região.

A democracia acadêmica pode ser indicada como princípio fundamental no espaço universitário. As sujeitas buscam espaços, marcam presença, questionam “*onde está o espaço da mulher?*” (Valdete). Muitas demonstraram um desconforto, até indignação com o desrespeito ao processo democrático de eleição de dirigente da Universidade. Isso sinaliza a valorização da democracia como princípio, apontada nas falas das sujeitas.

Percebe-se desde as falas aos trabalhos acadêmicos produzidos na Universidade, uma participação e envolvimento forte das mulheres nos espaços público-políticos da região e a atenção às políticas públicas especialmente voltadas às questões relativas à violência, maternidade, agroecologia e todas as que envolvem questões básicas de sobrevivência, como saúde, por exemplo. A grande participação das mulheres em movimentos, organizações, sindicatos, cooperativas e partidos políticos destacam a essência social e participativa das mulheres, uma subjetividade crítica e potente que se revela em um grande poder de ação na realidade local/regional, especialmente quando organizadas coletivamente. Também afirmam um pensamento de fronteira (GROSGOUEL, 2008), marcado pelo caráter público e popular da Universidade, pelos diálogos e intercâmbios e a perspectiva de ecologia de saberes (SANTOS, 2019) experimentada em seu currículo. Como espaço de diálogo e escuta, desde sua inserção na comunidade à presença delas por dentro em conselhos diversos da universidade, afirma práticas horizontais (DIDRIKSON, 2014) em perspectiva democrática.

Como limites e desafios, percebe-se a universidade ainda como espaço machista e patriarcal, mesmo quando sua essência se propõe ao contrário, porque essas estruturas estão fortemente marcadas na sociedade e por se constituir, também, um espaço de disputas. Evidente fica a necessidade de constituir rede de apoios sobre a temática das mulheres/feminista “*eu não tenho pernas para tudo, por isso eu acho legal, contar, ter uma rede*” (Ana Carolina). O coletivo empodera e anima, uma força pulsante que transforma, daí o poder dos movimentos ou das mulheres em movimento. Também a constituição de políticas institucionais, de agendas que fortaleçam os debates e visibilizem as pautas. Assim como construir uma rede de proteção contra a violência por dentro da universidade e que essa temática seja debatida também nos Conselhos. Campanhas sistemáticas e um currículo

onde as temáticas feministas estejam em evidência. As intenções colocadas indicam uma proposição e determinação em visibilizar e impulsionar a temática.

É evidente que esses movimentos são conectados; um debate, uma ação, uma disciplina, uma atividade de extensão, uma pesquisa provocam para outras articulações, ações e movimentos. Portanto, ecologizar saberes (SANTOS, 2019) e também a expertise dos movimentos para ações concretas, pode impulsionar uma cultura de formação de consciência e subjetividade política feminista na universidade, fazendo brotar novas epistemologias, base para uma formação humana e ético-política em uma sociedade de bem viver. Reconheço a necessária conexão entre razão e emoção como afirmação de uma formação humanista, feminista e transformadora.

Essas mulheres em movimento precisam encontrar na universidade espaços de escuta e ação, e a universidade precisa reconhecer a potência dessas mulheres e abrir esses espaços. É dessa ecologia de saberes que se forjam novas epistemologias, ao “Sul”, que se traduzem em ações concretas por dentro e por fora. Observando as ações protagonizadas por essas mulheres em movimento por dentro da UFFS, percebo que elas estão assumindo, na perspectiva de Holanda (2018), um “protagonismo acadêmico” e, por entre as fissuras de um sistema e na emergência dessa universidade estão em movimento, sinalizando “novas e necessárias epistemologias e formas de expressão e produção de conhecimento” (HOLLANDA, 2018, p. 237), estão apontando limites e propondo desafios, fazendo acontecer uma práxis transformadora, porque crítica, dialógica, imbricada na realidade social e interconectada com outros grupos e movimentos.

O espaço universitário aberto ao diálogo e às temáticas que afetam as mulheres, acolhedor dos movimentos, faz o debate feminista acontecer por dentro. Os movimentos sociais presentes na universidade, são motivação para o engajamento, provocam debates, instigam. A perspectiva feminista conscientiza e motiva as mulheres para a necessidade de uma formação constante e a Universidade se coloca como espaço coletivo e luta social e de motivação para o envolvimento. Nesse processo, as parcerias se tornam fundamentais e se colocam como experiência de bem viver na universidade.

Por outro lado, a academia também é percebida como o “não lugar”, por isso os movimentos por dentro e por fora, de resistências e luta pelo reconhecimento. Nesse contexto, muitas mulheres são obrigadas a se afastarem da academia para dar conta da vida. Especialmente as mulheres negras vivem isso e o feminismo precisa pensar nessas questões,

pensar nas mulheres negras, como destaca Francisca, e também nas mulheres indígenas como bem sinalizam as interlocutoras, nas mulheres pobres, das mulheres mães e todas as dificuldades que afetam a vida das mulheres ao ocuparem esse espaço. As falas indicam ações feminista por dentro da universidade sinalizam uma “agenda” feminista, ainda que não oficializada e/ou articulada, que também se relaciona com o enfrentamento ao racismo, à homofobia e as violências contra as mulheres. Algumas ações ocorrem articuladas com outras instituições, como escolas e outros órgãos públicos. É possível perceber uma presença forte dos movimentos por dentro e no entorno potencializado as ações. No entanto, a ausência deles não impede que movimentos por dentro aconteçam, de algum modo, como é o caso de Realeza. É o feminismo acadêmico provocando rebuliços por dentro.

Afirmar a necessidade e o compromisso com a descolonização, assim como a despatriarcalização é o início de um caminho de visibilização das culturas, histórias, memórias e saberes que correspondem à multiplicidade da existência humana. Esta é tarefa e compromisso dos espaços educativos com compromisso social público. Portanto, tarefa intrínseca à universidade pública nos termos entendidos por autoras e autores aqui referidos, bem como pelas interlocutoras. Como destaca Alpízar (2015), descolonizar a educação é uma tarefa importante e necessária e passa pelo questionamento constante das “verdades” que sustentam a colonialidade, o patriarcado e as desigualdades sociais.

As falas das sujeitas instigam o questionamento: quem determina as agendas de ação política na universidade? Superar a colonialidade que nos impõe formas, padrões e comportamentos que modelam nossos corpos e mentes; que determinam os saberes válidos ou não válidos, requer consciência e ousadia para questionar as estruturas desse modelo hegemônico e implementar novas epistemologias e pedagogias. Estabelecendo diálogos horizontais e afirmando uma ecologia de saberes, a universidade pode se afirmar em práticas democráticas e dialógicas e fazer-se novas perguntas, afastadas da perspectiva mercantilizada e colonizada que tem marcado suas concepções. E assim encontrar as respostas necessárias para o nosso tempo, e, em uma perspectiva contra-hegemônica (SANTOS, 2019), aproximar-se da concepção de Bem Viver.

Enquanto pesquisadora/es e professoras/es, precisamos questionar nossas epistemologias; quanto oprimem e quanto libertam? E nesta esteira refletir acerca do papel de professoras/es e estudantes neste processo de formação. Quais as motivações e desafios que nos movem? Como vemos as sujeitas/sujeitos/sujeites com quem interagimos

(interagimos?) no espaço acadêmico? Que conhecimentos nos desafiamos a construir? Quais as interlocuções estão presentes e quais são possíveis? Portanto, é preciso que se abalem suas estruturas de poder e que elas se abram a novos diálogos e a novas epistemologias, por mais desafiadoras que sejam estas atitudes. Para tanto precisam mudar suas concepções, se necessário, e reconhecer as possibilidades reais deste novo paradigma, o Bem Viver (ESCHENHAGEN, 2013).

Os principais desafios postos à universidade, conforme minhas interlocutoras estão em: pautar as questões que afetam as mulheres por dentro do currículo e construir pautas comuns. Garantir mais que acesso, é preciso possibilitar a permanência com políticas que garantam, pelo menos, alimentação, alojamento e ajuda de custos aos estudantes que necessitem. Mais que pública, ela precisa afirmar sempre seu caráter popular, garantindo a inclusão da classe mais empobrecida. Ela também precisa construir espaços de “*suporte emocional*” às mulheres (Francisca) e dialogar com as diferentes culturas, aprofundando em todos os seus espaços a perspectiva de ecologia de saberes.

A universidade pública muda a vida das pessoas. Assim é a UFFS, abrindo caminhos e possibilidades para aquela região. A UFFS se apresenta como uma universidade emergente, onde o currículo sinaliza uma formação de consciência crítica. Ela também enfrenta disputas e uma das mais fortes parece ser entre agroecologia x agronegócio. Por outro lado, também se coloca como espaço de resistência.

A função social da universidade, em especial a pública, passa pela construção de diálogos com os movimentos e organizações sociais de seu entorno. Pensar a formação para além de uma perspectiva profissionalizante (GOERGEN, 2010), significa ecologizar saberes (SANTOS, 2019) e se conectar com as lutas sociais que buscam promover rupturas com o modelo capitalista, colonialista e patriarcal hegemônico. Uma formação que se coloque como educação contra-hegemônica (SANTOS, 2019). É certo, desde as falas das minhas interlocutoras e a teoria aqui posta que a “**universidade precisa pintar-se de povo [...] levar as demandas, os conflitos, as realidades da concretude que as pessoas vivem e sofrem essas opressões**” (Renata). Imbricar-se fortemente na estrutura social local/regional e manter um olhar atento ao global. É evidente que a presença de mulheres dos/em movimento provoca rebuliços por dentro da universidade. Uma presença que a torna mais bela, colorida, diversa “**quando vem as mulheres do Movimento Sem Terra, quando a universidade está tomada por povo, quando ela está pintada de povo**” (Liria).

Considerando as epistemologias e práticas pedagógicas observadas por dentro da UFFS, é possível afirmar que elas se aproximam de uma educação popular, humanista (GOERGEN, 2020) e feminista onde as pautas e lutas das mulheres e outras lutas sociais têm eco e lugar.

Portanto, o feminismo e a história de luta das mulheres articuladas em diferentes movimentos, assim como as temáticas que afetam as mulheres, precisam fazer parte do currículo da universidade, nas mais diferentes formas, seja como disciplina, atividades complementares ou projetos de pesquisa e extensão. Estas lutas precisam ser reconhecidas com a importância que têm para o enfrentamento e desconstrução do capitalismo, colonialismo e patriarcado e se potencializam quando articuladas à perspectiva do Bem Viver.

6 COLHENDO VIDA: O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA DE NOVOS MUNDOS

Figura 52 – *Abre tus Alitas - Ikkaruna* (Cantos del Buen Vivir)



Fonte: IKKARUNA, 2020.

*Verde que da paz;
Pararte a contemplar
Entidades que respiran
Presentes dando vida
Presentes dando paz
Presentes dando amor
Presentes dando vida
Dar y recibir
Encontrar nuestras raiz.
Dejarnos sentir
Abrir el corazón
Oír
Conectarnos a la tierra
Plantados firmemente
Restablecer la ligación
Escuchar el corazón
Liberar la mente
Árboles cantando sus
hojas
Arboles presentes
Semilla que brota
Tierra fértil
Conectarnos a la tierra
Plantados firmemente
Restablecer la ligación
Escuchar el corazón
Liberar la mente
Un mar verde
Un mar de árboles
Un mar de bosques
Extensión verde*

Eletá (2019)¹⁶

¹⁶ Eletá - Mar Verde (Clípe Oficial). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DktS8PSK4as>. Acesso em: 23 mai. 2023.

A intenção da semente é a colheita, é ver o fruto vingar em força e beleza. Colheita é tempo de alegria e esperança, de saciar as fomes, de nutrir os corpos e afagar a alma. Significa superação de intempéries, ventanias, ervas daninhas, secas. A colheita firma a força da semente, que se fez broto astuto, floresceu e frutificou. A colheita carrega a esperança de novas sementes, já frutos são também sementes. Nosso florescer traz a esperança de novos mundos, de alteridade, de alegrias, solidariedades, diálogos, intercâmbios; mundos de Bem Viver.

Em diálogo com minhas referências teóricas e com minhas interlocutoras, apresento os caminhos por onde a perspectiva do Bem Viver se fez viva em minha pesquisa, provocando uma reflexão acerca da necessária descolonização e o espaço comum como alternativa de Bem Viver: fissuras por onde brotam o esperar. A **interculturalidade** e a **ecologia de saberes**, onde destaco diálogos e intercâmbios, desde os diversos coletivos e seus movimentos, a solidariedade e redes e suas dinâmicas coletivas em sororidade. Por fim, a percepção holística e de cuidado com a vida, manifestas desde a forte conexão entre os feminismos aqui afirmados e a agroecologia. Finalizo com diálogos acerca de uma vida digna para as mulheres e para todes, fundamento das lutas diversas e coletivas.

O debate acerca do Bem Viver, como modo alternativo de ser e viver perpassa espaços diversos de formação, de gestão, de mobilização como é o caso dos movimentos sociais. Um debate que promove na universidade pública um olhar atento, articulando o local/regional e global em uma perspectiva contra-hegemônica de desenvolvimento humano, mais democrática e inclusiva. A expectativa é que esse “novo” se fortaleça cada vez mais nas universidades públicas, especialmente nas emergentes, como a UFFS. Entendo o Bem Viver como uma epistemologia que inspira a construção de uma sociedade democrática e inclusiva alinhada às propostas do feminismo que discuto nesta tese.

Na perspectiva em que trabalho, tanto o Bem Viver como as epistemologias feministas que investigo, envolvendo o feminismo popular camponês e comunitário, são epistemologias do Sul (SANTOS, 2019). Tratam-se, portanto, de formas de conhecer e organizar o saber que questionam os aspectos da ciência ocidental moderna relacionados à dominação colonial. Opõem-se, portanto, à constituição de zonas de não-ser cujos saberes são desvalorizados e negados. No que tange diretamente ao Bem Viver e ao feminismo,

contestam a organização da vida através da exploração do trabalho e da natureza e “a desvalorização dos corpos, das vidas e do trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social” (SANTOS, 2019, p. 161).

A perspectiva do Bem Viver indica um caminho de descolonização do conhecimento e das realidades sociais, apresentado por Quijano (2014) como alternativo ao modelo colonial/capitalista/hegemônico. É uma perspectiva contra-hegemônica de pensar a sociedade em sua relação com a natureza, de modo a “construir ‘alternativas ao desenvolvimento’” (GUDYNAS, 2011, p. 3). Quijano (2014) nos apresenta o Bem viver como práticas democráticas para uma sociedade democrática, mais ainda, um outro modo de existência social que se apresente como alternativa a colonialidade global eurocêntrica, historicamente hegemônica, em especial na América Latina. Uma das características da colonialidade moderna eurocentrada, fundamentada no sistema capitalista produtivista, é a exploração da natureza e com ela a justificação da dominação dos povos, considerados como “raças inferiores” (QUIJANO, 2014, p. 847). O capitalismo pratica uma conduta predadora sobre os corpos e sobre a natureza. Por isso, um dos fundamentos do Bem Viver está na descolonialidade.

Em meio ao caos, respira a vida, desde a potência dos movimentos e coletivos e nos diversos espaços de resistência, onde a busca de alternativas é prática incessante. Alternativas que se constituem em espaços e de formas diversas. As inspirações para essas alternativas se estendem das cosmologias dos povos originários de Abya Yala, como o *sumak kawsay* quíchua, o *sumaq qamaña* aimará e o *ñandereko* e o *teko porã* guarani, ao ecofeminismos e movimentos sociais diversos, novas epistemologias que buscam apontar caminhos (SOLON, 2016). Segundo Cabnal (2010, p. 16)

Sumak es una palabra enunciada en idioma quichua ecuatoriano y expresa el pensamiento de una vida no mejor, ni mejor que la de otros, ni en continuo desvivir por mejorarla, sino simplemente buena en integralidad. Es la plenitud, lo sublime, excelente, magnífico, hermoso(a), superior. La segunda palabra Kawsay proviene del idioma aymara boliviano y en su interpretación introduce el elemento comunitario, por lo que se podría traducir como “buen convivir”: buena para todos en suficiente armonía interna.

Portanto, temos aí dois elementos fortes: uma vida em plenitude, nem melhor e nem pior e uma perspectiva comunitária que se supõe em harmonia. Nessa perspectiva, a grande “rede da vida” se compõe de “todos os elementos do cosmos necessários para prover a

energia vital de existência” (CABNAL, 2018, p. 36). Portanto, uma perspectiva alargada, plural, diversa, onde também cabem “as espiritualidades, os saberes, os corpos – não corpos de mulheres ou homens, mas corpos plurais” (CABNAL, 2018, p. 36). Todos esses princípios remetem à promoção do equilíbrio na vida comunitária. Uma rede que foi rompida, segundo Cabnal pelas inúmeras opressões ao território corpo e terra, e

É nessa rede da vida “rompida” que nossos corpos vão nascer. É olhando para essa maravilhosa rede da vida, sobre a qual estamos refletindo, que faço uma provocação sobre questões do cotidiano. As formas de vida dos povos ancestrais podem ser conceituadas em diferentes idiomas, tais como: bem viver (em português), buen vivir (em castelhano), Suma Qamaña (em aymara), Sumak Kawsay (em quéchua) etc. O nome buen vivir ficou insuficiente para falar de algo que é muito mais amplo. Não existe uma forma de vida que seja idêntica – há pluralidades, por isso, falamos buens vivires – no plural (CABNAL, 2018, p. 38).

No século XXI, foram encontradas formas de incorporação dessas ideias dentro das estruturas formais de Estado, com sua expressão nas constituições de Bolívia e Equador.ue Como cosmovisão, o Bem Viver estabelece sentidos para a relação entre seres humanos e natureza a partir dos seguintes princípios: “1) su visión del todo o la Pacha, 2) convivir en la multipolaridad, 3) la búsqueda del equilibrio, 4) la complementariedad de diversos y 5) la descolonización” (SOLON, 2016, p. 18).

Pacha: a Pacha é uma visão do mundo que abarca, para além do espaço concreto e próximo, o cosmo em constante devir. Uma perspectiva em que todos os corpos são vivos, em que “todos somos parte de la naturaleza y la Pacha como un todo tiene vida” (SOLON, 2016, p. 19). Pacha significa vida em plenitude para a totalidade dos corpos e em harmonia com o cosmos, sem a pretensão de controle ou dominação de uns sobre os outro ou dos seres humanos sobre a natureza. Tudo está em permanente transformação, “el suma qamaña y el sumak kawsay son pachacéntricos no antropocéntricos” (SOLON, 2016, p. 21). O Bem Viver implica comer e beber bem, dançar, dormir bem, viver suas crenças em liberdade, estar em harmonia com a natureza em um sentido de cuidado, conviver e trabalhar em comunidade, respeitar os mais velhos e perceber a morte como um ciclo da vida (SÓLON, 2016). Portanto, há uma forte dimensão espiritual que fundamenta esta epistemologia em que “vivir abarcando al todo implica vivir con el afecto, el cuidado, la auto-comprensión y la empatía hacia los demás” (SOLON, 2016, p. 21).

Multipolaridade: a segunda característica do Bem Viver é “convivir en la multipolaridad”, que significa a presença de uma polaridade bem/mal, “el individuo y la

comunidad son dos polos de una misma unidad” (SOLON, 2016, p. 22). *O Bem Viver* busca a vida em harmonia também com o contraditório. Nas comunidades, destaca Solon (2016), há alguma disparidade em termos de propriedade entre seus integrantes, por isso uma política redistributiva busca amenizar essas diferenças, quando os que mais podem arcam com despesas da coletividade em certos momentos. Uma característica forte das comunidades também é o trabalho coletivo, a “Mink’a”, pois “en el Ay ni unos miembros de la comunidad apoyan a otros miembros” (SOLON, 2016, p. 23). Uma conexão forte e plena de toda a comunidade, com cuidados coletivos. O sentido de comunidade, de pertencimento acompanha cada pessoa e todos os povos originários. A solidariedade entre os diferentes grupos também é forte e as cosmovisões são semelhantes. Busca-se conviver com as diferenças e evitar desigualdades que provoquem um desequilíbrio, pois “en el marco de esta visión lo fundamental es aprender o reaprender a vivir en comunidad respetando la multipolaridad del todo” (SOLON, 2016, p. 24).

Busca do equilíbrio: a terceira característica do Buen Vivir, segundo Solon (2016), é “la búsqueda del equilibrio”, que passa pela harmonia entre os seres humanos e entre humanidade e natureza, assim como entre as culturas diversas. Mas um equilíbrio que também é dinâmico, assim como tudo é movimento.

Complementaridade: na busca da “complementariedad de diversos”, a perspectiva do *Buen Vivir* reconhece os diferentes como parte do todo, que formam a natureza e a vida. Valoriza e articula experiências diversas, combina forças e estabelece regras distintas respeitando as diversidades.

Descolonização: a descolonização passa pela descolonização de nossa memória, nossa história, é “desmantelar esos sistemas políticos, económicos, sociales, culturales y mentales” (SOLON, 2016, p. 29) que mantém viva a colonialidade.

Por fim, Solon (2016), afirma que sem uma democracia real e efetiva não é possível avançar nas organizações sociais que são essenciais para o Bem Viver, como a autodeterminação, autogestão e o fortalecimento das comunidades. Para o autor a democracia é uma forma de detectar e corrigir erros nos processos de governo dos povos, permitindo reimaginar seus caminhos com a participação de todos os seus integrantes.

A democracia se constitui, portanto, como um dos princípios fundantes do Bem Viver, na medida em que rejeita toda forma de dominação e exploração. Democracia tem

sentido com justiça social, com equidade, com participação efetiva, com gestão democrática, com liberdade plena, com direitos fundamentais garantidos, com igualdade de gênero. Esta perspectiva levaria, segundo Acosta (2014, p. 179) “ao fortalecimento de instituições e ao desenvolvimento de uma cultura democrática de participação. Trata-se de fortalecer os processos assembleístas próprios dos espaços comunitários”. Nessa perspectiva, promover uma educação democrática, com espaços de gestão e organização de currículos verdadeiramente democráticos e participativos se constitui em um direito. Em relação aos postulados feministas, Acosta (2015) compreende a importância de uma epistemologia feminista para a construção de uma sociedade do Bem Viver, afirmando que:

En esta línea de reflexión, hay que valorar los postulados feministas de una eco-nomía orientada al cuidado de la vida, basada en la cooperación, complementariedad, reciprocidad y solidaridad. Estas concepciones son relevantes para las mujeres y para la sociedad en su conjunto, como parte de un proceso de construcción colectiva de una nueva forma de organizar la vida. Exigen nuevos acercamientos feministas en donde se diluciden y se cristalicen los conceptos de autonomía, soberanía, dependencia, reci-procidad y equidad (ACOSTA, 2015, p. 325).

Ainda, de acordo com o Solon (2016), a experiência desta década demonstra que o *Buen Vivir* não pode ser pensado a nível de um só país dentro de uma economia mundial que é capitalista, produtivista, patriarcal e antropocêntrica, é necessário para o avanço a articulação e complementaridade com outros processos semelhantes em outros países, uma união em busca do *Buen Vivir*. Dessa maneira, o *Buen Vivir* só é possível com a complementaridade e a retroalimentação com outras alternativas sistêmicas.

Acerca da perspectiva intercultural do Bem Viver, Gudynas (2011, p. 8) destaca que o Bem Viver é um “conceito plural” e está em construção, por isso precisa ser ajustado conforme contextos distintos. Nessa perspectiva, o Bem Viver tem uma dimensão intercultural anti-hierárquica, pela qual as diferentes perspectivas “mostram algumas equivalências, sensibilidades convergentes e é justamente esta complementação que permite delimitar o espaço de construção do *Bem-Viver*” (GUDYNAS, 2011, p. 11).

Ao fazer a crítica à modernidade, “o *Bem-Viver* questiona o dualismo da Modernidade que separa sociedade e Natureza e converte a esta última num conjunto de objetos que podem ser dominados, manipulados e apropriados. Ademais, o *Bem-Viver* procura evidenciar outras formas de relacionamento com o meio” (GUDYNAS, 2011, p. 11). É possível, portanto, encontrar pontos comuns nessa pluralidade que compõe o universo

do Bem Viver, de acordo com Gudynas (2011, p. 13), como “Outra ética para reconhecer e atribuir valores”, atribuindo valor também à Natureza; “Descolonização de saberes”, reconhecendo a diversidade de conhecimentos que compõem o universo humano; “Abandona-se a racionalidade manipuladora e instrumentalizadora” típica da modernidade que se afirma desde a manipulação e dominação; “Uma vocação orientada ao encontro, diálogo e interações entre os diferentes saberes”, afastando-se de uma postura reducionista que se coloque como hegemônica; “Concepções alternativas da Natureza”, que buscam rever a perspectiva ocidental de uma natureza externa aos seres humanos e que pode ser apropriada; “Comunidades ampliadas”, reconhecendo esses espaços de abrigo, também, do “não-humano”; “Um lugar para as vivências e os afetos”, pois o Bem Viver supõe necessidades para além da dimensão material e “em suas expressões há papéis protagônicos para os afetos, as vivências de alegria ou tristeza, rebeldia ou compaixão” (GUDYNAS, 2011, p. 13).

Ao reconhecer a diversidade de saberes, e as diferentes culturas, o Bem Viver não descarta saberes e princípios técnicos e científicos, sempre sujeito ao princípio da cautela. (GUDYNAS, 2011). É possível algumas aproximações com a perspectiva do Bem Viver em políticas de Estado que atendem às demandas populares, combatem a pobreza e iniciativas “como da economia ecológica, da agroecologia e outras, poderiam reclamar ser a melhor expressão prática do *Bem-Viver*” (GUDYNAS, 2011. p.15).

uma postura comprometida com o *Bem-Viver* implica romper com o extrativismo.[...] Também se deve indicar que as metas imediatas de um programa para o *Bem-Viver* deveriam estar centradas em dois objetivos que guardam a mesma relevância: pobreza zero e zero de extinções de espécies nativas. A erradicação da pobreza e a detenção do desastre ambiental aparecem como medidas urgentes, andam juntas e são igualmente necessárias (GUDYNAS, 2011. p.15).

Finalmente, o Bem Viver, enquanto fundamento de uma sociedade nova e alternativa ao capitalismo neoliberal implica necessariamente romper com a ordem atual ao promover transformações significativas (GUDYNAS, 2011). Esses caminhos de mudança pressupõem um processo de transição, onde os pequenos movimentos plurais e diversos contribuem para a grande transformação que se espera. Uma mudança de mentalidades e de posturas diante da realidade. O Bem Viver, como conceito plural e abstrato, abriga múltiplas formas de concretização. Ele pode ser percebido, compreendido e aplicado através de

formulações que estão relacionadas aos diferentes contextos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2011). Ele envolve, portanto, dois movimentos de rigor. Em primeiro lugar, só faz sentido de maneira contextualizada, respeitando as condições de vida e equilíbrio de uma determinada realidade. Em segundo lugar, essas diferentes formas são traduzíveis entre si pois estão referenciadas em um mesmo primado ético, que envolve um “Bem Ser”, já que “a defesa da pluralidade cultural do *Bem-Viver*, faz que tenha uma vocação orientada ao encontro, diálogo e outras formas de interações entre diferentes saberes” (GUDYNAS, 2011, p. 17).

Também para Walsh (2014) o conceito de Bem Viver (*Sumak Kawsay*) pressupõe uma relação de comunicação entre seres humanos e natureza, portanto toma por base

[...] una relación y visión holística, es decir en la totalidad espacio-temporal de la existencia; la vida con respecto a la totalidad. Así parte de una lógica, visión y práctica de vida disimiles a las que orientan la vida capitalista-consumista (“el tener”) moderno-occidental, y construye valores no sólo materiales sino aun espirituales, que unen fuerzas y energías en vez de ponerlas en competición, y que apuntan a la con-vivencia, la vivencia *con* el resto en armonía, respeto, dignidad y continua relación y articulación (WALSH, 2014, p. 59).

Uma perspectiva holística de ver, ser e estar no mundo, que compreende e se compreende enquanto totalidade. Uma lógica inversa ao modelo capitalista hegemônico, fundamentado em valores materiais e competitivos, o bem viver toma como valor principal a convivência em harmonia, dignidade e respeito entre seres humanos e entre humanidade e natureza (WALSH, 2014).

Para além da perspectiva de sustentabilidade, muito propagada nos últimos tempos pela sociedade ocidental, Ailton Krenak (2021) destaca que o “Bem Viver não é definitivamente ter uma vida folgada. O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver” (KRENAK, 2021, p. 8, 9). É a busca de um equilíbrio que requer da humanidade uma sensibilidade aguçada. Portanto, a sustentabilidade está muito mais ligada ao ambiente em que vivemos, como destaca o autor, ela “diz respeito à ecologia do lugar em que a gente vive, ao ecossistema que a gente vive” (p. 9); uma perspectiva forte em todos os povos originários do Brasil, assim como de toda Abya Yala. Por isso minha conexão forte com essas cosmovisões, pois com elas vamos compreender e aprender a experimentar o Bem Viver em nossas vidas. Perceber a Terra como “um organismo vivo” é fundamental para

distinguir o bem-estar do Bem Viver. A perspectiva de Bem Viver, como afirma Krenak (2021) não comunga com a de bem-estar, que embala a sociedade capitalista hegemônica, pois esta se apoia na ideia de que a natureza está para ser consumida pelos seres humanos, no entanto,

O Buen Vivir, o *Sumak Kausai*, esse ser humano, subordinado a uma ecologia planetária, nós também, nosso corpo, assim como todos os outros seres, ele está dentro dessa ecologia ou dessa vasta biosfera do Planeta como um elemento de equilíbrio e regulador. Nós não somos alguém que age de fora. Nós somos corpos que estão dentro dessa biosfera do Planeta Terra. É maravilhoso, porque, ao mesmo tempo em que somos dentro desse organismo, nós podemos pensar junto com ele, ouvir dele, aprender com ele. Então é uma troca mesmo, de verdade. Não é você incidir sobre o corpo da Terra, mas é você estar equalizado com o corpo da Terra, viver, com inteligência, nesse organismo que também é inteligente, fazendo essa dança, que já me referi a ela como uma dança cósmica (KRENAK, 2021, p. 13-14).

Com María Luisa Eschenhagen (2013) dialogamos acerca da necessária inserção dos paradigmas do Bem Viver nas universidades, que pressupõe essencialmente uma ecologia de saberes (SANTOS, 2019), diálogos e intercâmbios horizontais e novas epistemologias,

Se plantea aquí claramente el reto del diálogo de saberes, que exige un intercambio horizontal, para posibilitar nuevas bases epistemológicas para comprender nuestra realidad. Y definitivamente se requiere de una descolonización del pensamiento que requiere una revisión sistemática de los conceptos de análisis así como de una refundamentación epistemológica, donde las ciencias modernas tendrán un reto doble: por un lado superar sus propias fronteras disciplinarias y, por el otro, abrirse, a otras cosmovisiones y epistemologías. Sin embargo, no se puede obviar ni olvidar el mayor reto: la superación de la colonialidad del saber (ESCHENHAGEN, 2013, p. 102).

A inclusão de princípios do *Buen Vivir* nas constituições do Equador e da Bolívia significou uma proposta de mudança. O encontro do mundo moderno com a cosmovisão do Buen Vivir requer uma revisão de ambos, afirma Eschenhagen (2013). Segundo a autora, a centralidade da cosmovisão do Bem Viver está no paradigma comunitário que se concretiza no equilíbrio e harmonia com a comunidade e com a natureza. Significa pensar outras formas de desenvolvimento, não como é concebido na percepção ocidental, como acumulação, consumo e crescimento, mas como uma filosofia de vida, assentada em uma estrutura social milenar, a *ayllu*, que pressupõe crescimento material, biológico e espiritual (ESCHENHAGEN, 2013). Percebe-se que esta concepção está ancorada em uma relação intrapessoal, com a família, com o entorno (comunidade) e com a natureza. Para Cabnal

(2018, p. 39), “o bem viver se come, se chupa, se abraça. Ele não ocorre somente na racionalidade; não podemos encontrá-lo em oficinas, seminários, congressos, livros etc. Ele está na vida cotidiana, como o mel, o bicarbonato e o limão”.

Leonardo Boff (2009) também se ocupa das reflexões acerca do Bem Viver e nos alerta que esta não está vinculada a ideia de “viver melhor”, própria da sociedade capitalista, competitiva, pois “para que alguns pudessem ‘viver melhor’ milhões e milhões têm e tiveram que ‘viver mal’. É a contradição capitalista” (BOFF, 2009, documento online). Ao contrário, a perspectiva do Bem Viver se constitui em uma perspectiva holística e

visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo. O “bem viver” supõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com a *Pacha Mama* (Terra), com as energias do universo e com Deus (BOFF, 2009, documento online).

Entre os conceitos fundamentais do pensamento feminista comunitário, que orientam as reflexões e ações, um dos mais potentes é “*Sumak Kawsay*” compreendido como “*buen convivir*”.

Sumak es una palabra enunciada en idioma quichua ecuatoriano y expresa el pensamiento de una vida no mejor, ni mejor que la de otros, ni en continuo desvivir por mejorarla, sino simplemente buena en integralidad. Es la plenitud, lo sublime, excelente, magnífico, hermoso(a), superior. La segunda palabra Kawsay proviene del idioma aymara boliviano y en su interpretación introduce el elemento comunitario, por lo que se podría traducir como “buen convivir”: buena para todos en suficiente armonía interna (CABNAL, 2010, p. 16).

Esse conceito implica o princípio da justiça, igualdade e equidade, ou seja, não queremos uma vida melhor, pois isso significaria que alguém tem uma vida pior; buscamos uma vida em plenitude, enfim o “*buen convivir*” ou Bem Viver. Para Paredes Carvajal e Guzmán (2014), o feminismo comunitário, por se tratar de uma proposta de pensar o presente e suas dinâmicas reais, fala do cotidiano da vida e busca construir alternativas, afirmando que uma “proposta de sociedade é uma proposta de viver bem, desfrutando da vida e construindo o prazer distante da violência” (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 61, tradução nossa).

A ideia do “melhor que” impulsiona toda a lógica capitalista e está imbricada em um contexto necessariamente de disputa, “melhor que” e geralmente as condições que garantem a possibilidade de ser melhor que outro/outra são ignoradas. *Sumak Kawsay* é uma

perspectiva que rompe com a lógica capitalista neoliberal, pois não se coloca em competição, em disputa, em meritocracia; é uma lógica de diálogo, de vida em harmonia, onde todas, todos e todes possam viver bem, nem melhor, nem pior que, ou seja “Es la vida, es el ser estando. Es dinámico, cambiante. No es pasivo” (CABNAL, 2010, p. 16). Supõe um equilíbrio material e espiritual tanto individual, quanto na vida em comunidade e suas relações com o espiritual. O feminismo comunitário afirma uma cosmovisão libertadora que “promueve la creación, el arte, la recreación, el ocio, el descanso y la sabiduría del pensamiento. Evoca voces y silencios que intencionalizan la acción de libertad para las conexiones energéticas con el cosmos” (CABNAL, 2010, p. 24).

Segundo Cabnal (2010), o Ayni significa reciprocidade entre as pessoas que vivem em uma comunidade buscando o bem comum “practicado entre familias, comunidades, pueblos, para luego pasar a niveles regionales o Suyos (región). Todo en el mundo andino es Ayni este es igual a reciprocidad”, um modelo presente em algumas comunidades indígenas. Essa perspectiva sinaliza categorias de sustentação do paradigma ancestral:

integralidad, armonía interna y externa, convivir, el ser estando, vida en plenitud, comunidad en armonía, respeto a la Pachamama, madre tierra como generadora de vida, auto sostenimiento económico, el Ayllu (donde los hombres y mujeres están en una manifestación de igualdad de condiciones), el Ayni (reciprocidad, por lo tanto, bien común) (CABNAL, 2010, p. 17).

Portanto, o Bem Viver representa a consciência de (con)viver, como seres sociais que somos, e nos desafia a perceber-nos parte de um universo muito mais amplo, com tantas outras formas de vida que merecem ser respeitadas para que o equilíbrio se processe, em uma relação de reciprocidade. O Bem Viver se contrapõe à lógica de desenvolvimento capitalista neoliberal, fundamentada no lucro, na desigualdade, na meritocracia e em disputas pelo “melhor que”, onde o individual se sobrepõe sobremaneira ao coletivo. O Bem Viver supõe complementaridade, vida em harmonia com seres humanos e natureza; é nos identificarmos como natureza, é a radicalidade da democracia, é o comum como princípio, é nos sentirmos comunidade, aconchegadas/os e responsabilizadas/os por ela.

Na tentativa de transpor os princípios do Bem Viver para as sociedades não originárias encontramos indicativos como: a prática do cuidado como princípio, cuidado com a vida humana em todas as suas dimensões e cuidado com o planeta onde habitam todas as formas de vida; prática de novas relações sociais, mais humanizadas, solidárias e

democráticas; um novo modo de produzir, ecologicamente viável e economicamente sustentável. A perspectiva do Bem Viver também supõe uma nova economia que tem como princípios

a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementariedade, a responsabilidade, a integralidade (todos os seres vivos somos necessários ao planeta), a suficiência (e, de alguma maneira, também a eficiência), a diversidade cultural e a identidade, as equidades e, claro, a democracia (ACOSTA, 2016, p. 171-172).

As falas das interlocutoras, destacadas a seguir, permitem compreender como esses princípios estão presentes ou podem se aplicar à vida das mulheres no contexto de abrangência da UFFS. Destaco as redes de apoio e solidariedade protagonizadas por mulheres; a reciprocidade nas lutas; para além da sustentabilidade, uma relação orgânica com a agroecologia como alternativa de vida; a interseccionalidade das lutas, o respeito à diversidade e o coletivo como força propulsora; a necessária descolonização e amplificação dos processos democráticos; a afirmação da perspectiva comunitária; a sensibilidade holística e o cuidado com a vida.

6.1 DESCOLONIZAÇÃO E ESPAÇO COMUM: FISSURAS POR ONDE BROTA O ESPERANÇAR

Como princípio do Bem Viver, a descolonização é um desafio para pessoas e grupos que pretendem uma mudança estrutural. Pensar o espaço comum e nos colocar como parte desse espaço pode mudar a percepção acerca do modo de ser e estar no mundo. Já tratamos muito aqui sobre a perspectiva de descolonização, como fundamento para pensar novos mundos. Nos afastar de uma visão eurocêntrica como a única possível é fundamental, ao mesmo tempo em que nos aproximamos de outros pensares, desde os povos originários e suas cosmologias (Bem Viver) às cosmologias africanas (Ubuntu).

Para Cusicanqui (2010), há que se pensar em uma prática intercultural, um desenvolvimento (envolvimento) que suponha formas de construção de conhecimento mais dialógicas, e que se supõe também mais democráticas e inclusivas. Para a autora, as práticas feministas se conectam com a interculturalidade, já que se colocam

Lejos de establecer la propiedad y la jurisdicción de la autoridad de la nación –o pueblo, o autonomía indígena – la práctica femenina teje la trama de la

interculturalidad a través de sus prácticas: como productora, comerciante, tejedora, ritualista, creadora de lenguajes y de símbolos capaces de seducir al “otro” y establecer pactos de reciprocidad y convivencia entre diferentes (CUSICANQUI, 2010, p. 72).

Para Walsh (2022) a colonialidade é um movimento que produz fissuras e é das fissuras que nasce o novo, a esperança. As fissuras são a

[...] possibilidade de criar, de semear, de ‘sembrar’, de fazer algo diferente, porque se penso no sistema, inclusive dentro da universidade e com todas suas políticas e práticas institucionais e, particularmente, estatais, federais, com os governos me desmobiliza, nos desmobiliza. Então, para mim, as fissuras são espaços de atuar, é algo que sim podemos fazer, que sim estamos fazendo e de como abrir as fissuras mais. As fissuras nunca são individuais; se habitamos se nos metemos na fissura, nunca estamos sozinhas e sozinhos, e isso para mim é um ponto central, porque a luta é coletiva, não é de indivíduos (WALSH, 2022, 2:00-02min, tradução nossa).

Considerando que o sistema patriarcal/capitalista/colonial busca nos embrutecer, como diz Mbembe (2019, p. 18), vemos surgir “pequenas insurreições. Essas microinsurreições ganham forma visceral como resposta à brutalização do sistema nervoso típica do capitalismo contemporâneo”. Daí a forte resistência, uma “resistência visceral” que faz brotar “novas formas de resistência ligadas à reabilitação dos afetos, emoções, paixões, que convergem nisso tudo que eu chamo de ‘políticas da visceralidade’” (MBEMBE, 2019, p. 18).

A descolonização de corpos e mentes (CABNAL, 2019; PAREDES; GUZMÁN, 2014; CUZICANQUI, 2014) nos permite outros olhares, novas posturas e ações. No processo mesmo de descolonização passamos a nos atentar para novas perspectivas, como a dos comuns (GOERGEN, 2020; FEDERICI, 2020). Essas perspectivas supõem uma ampliação dos processos democráticos, que garantam a participação efetiva de indivíduos e grupos na constituição de um corpo social robusto. Nesse sentido me parece adequado trazer o conceito do “comum” ou “comuns” afirmados por Dardot e Laval (2017), Goergen (2020) e Federici (2020). Dardot e Laval (2017) o conceito de comuns afirma a conexão entre o coletivo e os elementos que são parte de sua vida, que podem ser de tipos diversos como sementes comuns, e conhecimentos comuns. Sobre esses elementos se aplicam decisões e deliberações coletivas.

A perspectiva do comum também se aproxima dos princípios do Bem Viver, já que pressupõe uma conexão estreita entre seres humanos e com a natureza, afirmando nossa co-

responsabilidade com esse espaço que habitamos e com os seres com quem o compartilhamos.

Os movimentos de agregação, sejam movimentos sociais ou organizações diversas que se identificam com a perspectiva do Bem Viver, se colocam como energia propulsora na luta contra-hegemônica, já que tem como princípio o coletivo e suas demandas, o comum e suas demandas. Portanto, a constituição de espaços democráticos, dialógicos e participativos são sua matéria, já que também está ligado aos processos de decisão, gestão e produção coletiva de normas.

O conceito de “comuns”, segundo Federici (2020) tem ganhado força desde 1993 quando os Zapatistas do México ocuparam a praça para protestar contra a lei de dissolução dos “ejidos” (terras para cultivo e de uso público). Desde então um conceito debatido por diversos segmentos de esquerda, assim como ecologistas e ecofeministas; um conceito que, segundo a autora, tem ganhado força entre os movimentos sociais contemporâneos. De algum modo substituem o modelo estatal defendido por muito tempo pelas esquerdas como alternativa ao capitalismo e, por outro lado, nos alerta quanto aos malefícios do sistema capitalista que coloca em risco a vida do planeta ao buscar subordiná-la à lógica do mercado. Também os “novos cercamentos” representados pelos processos de privatização (FEDERICI, 2020).

A perspectiva dos “comuns” cumpre, segundo Federici (2020) uma função histórica e também ideológica. Histórica na medida em que nos apresenta uma alternativa ao binômio “Estado e propriedade privada, Estado e mercado” (p. 155), superando a ideia de exclusão e de que só podemos optar por um deles. Por outro lado a função ideológica da perspectiva dos comuns o coloca como um “concepto unificador” indicativo de uma “sociedad cooperativa que la izquierda radical lucha por construir” (p. 155). A autora defende o debate profundo acerca do tema para que o “comum” possa se constituir em projeto político.

A autora propõe a análise do “comum” sob a perspectiva feminista, entendida como “la lucha contra la discriminación sexual y por las luchas sobre el trabajo reproductivo” (FEDERICI, 2020, p. 155), considerando esses pontos fundamentais da estrutura social e que precisam ser analisados para compreender sua organização. Para a autora é fundamental considerar esses elementos para pensar uma nova perspectiva de sociedade. Por outro lado, segue como desafio construir os pressupostos do “comum” como alternativa ao capitalismo, mas como destaca Federici (2020) “la lucha por lo común es una realidade cotidiana em

nuestro mundo” (p. 159). Ela cita diversas experiências de produções comunais, inclusive os “comunes virtuales” e formas distintas de organização produtiva fora das amarras da economia de mercado. Ela destaca a experiência comunal das hortas urbanas na África, Caribe e Estados Unidos.

Historicamente, destaca Federici (2020), as mulheres, por darem conta do trabalho reprodutivo, dependeram mais dos recursos comuns, assim como sempre se colocaram mais na luta por sua defesa. Ela mostra que desde a transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres se colocaram na defesa dos espaços comuns e contra o cercamento dos campos, tanto na Europa quanto nas Américas. A autora destaca que no Peru as mulheres fugiram da colonização subindo as montanhas onde puderam recriar modos de vida coletivos que até hoje perduram. Por essas e outras iniciativas, as mulheres sofreram duramente perseguições, torturas e mortes na fogueira acusadas de bruxas. Atualmente, destaca Federici (2020), as mulheres ainda representam a força de luta contra os processos de mercantilização e destruição da natureza, contrariando a insistência do Banco Mundial para que foquem em produção comercial. As mulheres também têm ocupado terrenos urbanos para produção de alimentos e na Índia elas se organizaram para lutar contra as empresas mineradoras (FEDERICI, 2020).

Poderíamos, ainda, citar iniciativas como as feministas comunitárias bolivianas na luta contra a privatização da água, e as mulheres da Guatemala na luta contra as empresas mineradoras, assim como as mulheres brasileiras do MST e do MMC que lutam pela terra, que impulsionam a produção agroecológica, solidária e cooperativa em ações coletivas. Essas e tantas outras iniciativas carregam a força das mulheres, que também se organizam para mudar as estruturas do trabalho reprodutivo, tornando-o mais coletivo, pois, segundo Federici (2020) elas lideram os esforços nos sentido de coletivizar o trabalho reprodutivo “como herramienta para economizar los costos reproductivos y par protegerse mutuamente de la pobreza, de la violencia estatal y de la ejercida de manera individual por los hombres” (FEDERICI, 2020, p. 163), como é o caso das cozinhas comunitárias organizadas pelas mulheres do Chile e Peru nos anos oitenta, destaca a autora.

As mulheres, em diferentes espaços, colocam-se como protagonistas na busca de economias alternativas, que estabelecem uma nova relação com a produção e com o consumo, diferente da proposta pelo capitalismo; uma produção ecológica, sustentável e solidária, como destaca Federici (2020), “as mulheres já estão lutando. Os movimentos das

mulheres são estrategicamente importantes hoje. A luta é recuperar a medida mais básica de nossa reprodução: a riqueza social que produzimos, a terra, a água, as florestas” (n.p.). Pensar em novas economias, significa se propor a romper com as atuais formas de exploração do trabalhador e trabalhadora; significa, também, pensar em relações sociais outras e novas, centradas no coletivo e na solidariedade. Estas novas relações são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na perspectiva do Bem Viver.

O que aprendemos com essas lutas é que o “*bien común*” significa coletivizar os meios de produção que garantem a manutenção da vida, por onde se criam laços de apoio que fortalecem os grupos onde se busca atender interesses coletivos (FEDERICI, 2020). Enfim, o “comum” supõe novas formas de vivência, de produção e consumo que vai de encontro aos modo de produção capitalista fundamentado na exploração do trabalho e concentração dos lucros. Coletivizar o trabalho reprodutivo, como destaca Federici (2020), significa romper com um sistema de interesses capitalistas que explora até mesmo a reprodução da vida. A perspectiva do “comum” também representa novas formas de produção e consumo, a ver as organizações das mulheres camponesas no Brasil que se articulam, organizam e mobilizam buscando transformar as estruturas sociais e construir caminhos de Bem Viver.

Para que possamos reconhecer a perspectiva do comum como alternativa possível e necessária, conectada com os princípios do Bem Viver aqui propostos, precisamos nos permitir um processo de mudança de paradigmas, transformar nosso modo de vida e como destaca Federici (2020), superar

[...] el estado de negación constante y de irresponsabilidad en relación a las consecuencias de nuestras acciones, resultado de las estructuras destructivas sobre las que se organiza la división social del trabajo dentro del capitalismo; sin eso, la producción de nuestra vida se transforma, inevitablemente, en la producción de muerte para otros (FEDERICI, 2020, p. 165).

Não mais aceitar a manutenção da vida e desenvolvimento de alguns a partir da morte, morte de pessoas, da natureza, das águas, do ar. Precisamos olhar e ver, não mais nos colocar em estado de cegueira, como destaca Federici (2020), em estado anestésico como se não passasse nada, se não nos afetasse nada. Uma perspectiva ferminista e de Bem Viver está nos indicando caminhos. O sentido do “*bien común*”, segundo Federici (2020, p. 166)

deve ser “la reproducción de nosotros mismos como sujeto común. Este es el significado que debemos obtener del slogan ‘no hay comunes sin comunidad’”.

A comunidade é centralidade na perspectiva dos feminismos que aqui me aproximo, assim como é fundamento para um mundo de Bem Viver. No entanto, como destaca Federici (2020), não como uma grupo fechado que busca apenas seus interesses específicos que as separa de outras lutas, mas “comunidad entendida como um tipo de relación, basada en los principios de cooperación y de responsabilidad: entre unas personas y otras, respecto a la tierra, los bosques, los mares y los animales” (FEDERICI, 2020, p. 166).

A luta social desvenda novos caminhos de diálogo e interação, fissuras (WALSH, 2022) por onde a perspectiva do comum e do Bem Viver aportam. O MMC tem demonstrado em suas ações a perspectiva dos “comuns” como alternativa ao modelo capitalista (quintais produtivos, feiras agroecológicas, cooperativas, organizações sindicais). Iniciativas que as colocam em diálogo e ação coletiva na perspectiva de um outro modo de produção e consumo. Essas lutas podem ser consideradas no âmbito das lutas feministas, na medida em que promovem ações coletivas que visam melhorar a vida de todos e todas, mas especialmente das mulheres na superação de seus sofrimentos cotidianos por conta da exploração de um sistema capitalista e patriarcal.

Goergen sugere fortalecermos os caminhos do comum para nos afastarmos da perspectiva neoliberal. Afirmamos a “ideia do Comum como um novo sujeito histórico” (GOERGEN, 2020, p. 2), capaz de ação para transformação. Uma perspectiva que nos desafia a um ponto de encontro entre o individual e o coletivo (GOERGEN, 2020). Nessa perspectiva, destaca o autor, os caminhos do comum colocam o desafio de, nos espaços formativos, pensar formação humanista e preparação para o trabalho como complementares e não opostas.

Embora ainda não seja uma solução, a ideia do comum pode tornar-se a pedra de toque, o ponto de referência para a luta contra os efeitos invasivos e destrutivos da política neoliberal (concorrência, lucro, exploração, privatização, mercantilização) que vêm se desenvolvendo desde a década de 1980 e afetam hoje os diferentes campos das ciências humanas e, em particular, a educação (GOERGEN, 2020, p. 13).

A **perspectiva do comum** é percebida fortemente nas falas das interlocutoras. Elas afirmam a força do **coletivo articulado** em um espaço percebido como **comunidade**, o individual sendo parte de um **todo orgânico e vivo, por onde perpassam relações de**

solidariedade e afetos, assim como a articulação para as lutas diversas. Destacam, especialmente, a motivação para articulação entre as mulheres (Naira), que se movem por pautas diversas como a luta pelo acesso à terra (Justina) e a preocupação com o avanço da política os venenos e a falta de políticas públicas que subsidiem as mulheres (Justina). **A perspectiva do comum, supõe um forte sentimento de alteridade, uma sensibilidade aguçada, importante no processo de formação de consciências (Valdete), sentir as dores e alegrias da/o outra/o para fortalecer as lutas coletivas em torno de pautas comuns.** A pandemia covid-19 tem agravado os sofrimentos das mulheres (Adriana), mas também tem aflorado sentidos de solidariedade.

*Naira: Acho que há muito essa **sensibilidade** com questões de **pessoas** que estão numa **condição mais vulnerável**. Não foi especificamente só as companheiras mulheres, mas a gente tem uma **articulação** aqui chamada **Movimento em Defesa da Democracia, Educação Pública e Direitos Sociais**, que tem várias organizações, as cooperativas da agricultura familiar, o próprio CAPA, movimentos sociais, pastorais, e uma das demandas que se teve, bem imediata, foi em uma das **comunidades indígenas daqui, a Comunidade Charrua**, no mês de setembro-outubro foi noticiado que era das terras indígenas do Rio Grande do Sul onde **mais tinha sido afetado pelo Coronavírus** e tinha morrido não sei quantos. E aí a gente tinha estudantes lá, entrei em contato com uma das meninas e ela disse que realmente estava problemático, a FUNAI tinha fechado a aldeia e eles **não podiam mais sair para vender o artesanato** que é a principal fonte de renda. Conseguimos rapidamente **nos articular com essas organizações** e foi sanado esse problema principalmente da fome, e aí se percebe muito essa **participação das mulheres**, quando o motivo é assim: Nós estamos com dificuldades mas tem gente numa **situação mais dramática que a nossa**, que é a questão da fome, então há uma iniciativa grande nisso. Tinha outra ação que era bem presente nos tempos que a Universidade estava funcionando, que era uma **Feira Comunitária** dentro da Universidade com diversos grupos, e ali se **estabelecia muitas relações de trocas**, por exemplo, a **produção orgânica**, tinha duas **mulheres que traziam os alimentos agroecológicos**, elas sempre faziam, puxavam, essa iniciativa de **fazer trocas**, de trabalhos, de produto, para **favorecer em especial, estudantes** que também estavam numa **condição mais difícil [...]** o pessoal se **mobilizava bastante por essas questões**,[...] entre as alunas há muito essa **perspectiva da solidariedade**, de discutirem mais no coletivo quando há uma **situação mais complicada, desde o caso de violência, assédio**, coisas assim, há um **grupo**. [...] sei, por conta da minha filha, que elas tem algumas **articulações só de meninas**, inclusive com apontamento, quando sofriam algum tipo de assédio; elas tinham uma lista lá dos elementos não muito bem vistos.*

*Justina: Eu percebo e o que **nós percebemos enquanto o movimento**, primeiro, é que a gente continua fazendo debate da **importância de ter acesso à terra**. Se você tem acesso à terra, você vai **construindo a proposta da agroecologia** [...] vem preocupando muito forte, é o **avanço do pacote químico** enquanto quantidade de venenos e a intensidade. [...] O problema não está na unidade de produção [...] você vai percebendo que **na comunidade o comportamento nega o direito de você produzir sem veneno**, porque há uma invasão pelo ar, pela água e do solo, uma **contaminação** [...] a **falta de políticas públicas** que subsidiem essa **proposta que as mulheres do movimento vem construindo**. [...] da **questão dos direitos, saúde** [...] uma preocupação muito grande então, com a erosão das sementes, da terra, da contaminação da água e do ambiente de modo geral, de **como produzir alimentos saudáveis** para toda a população e como **enfrentar a fome e a miséria**, [...].*

*Valdete: Porque, meu pai tem uma frase, que ele usa para algumas coisas que eu acho muito engraçadas, ele fala assim: “**é que as pessoas não estão dentro da minha roupa**”. Então, é difícil pra quem não...*

*Adriana: [...] **feminicídios têm aumentado muito**, com a nossa lógica da sociedade, não só no Brasil, inclusive, porque a **violência está muito mais perto do que a gente imagina** e por motivos muito banais [...] dessa questão da **propriedade do outro** [...].*

Ao reconhecer os sofrimentos e necessidades do coletivo, um processo de **formação de consciência** que reporta a uma **visão holística de lutas conectadas**, coletivas em busca de transformação social, interseccionando as pautas distintas e lutas, **afirmando a solidariedade e justiça social** como fundamentais para as transformações sociais que se busca em um movimento. Nessa perspectiva se constroem **ações que levam ao cuidado com a vida em uma perspectiva agroecológica e feminista**. A agroecologia é apresentada como temática forte entre as mulheres em movimento (MST, MMC, MAB); preocupação com a produção orgânica e com a vida do planeta, consciência crítica e ecológica; quintais produtivos são entendidos como espaços de produção saudável, uma “*alimentação sem veneno, sem transgênicos*” (Liria):

Liria: É essa temática que eu acho mais forte delas, eu acompanho mais o Assentamento 8 de Junho, as mulheres do assentamento. Existe um grupo de agroecologia que não participam só mulheres, mas elas participam bastante, tem certificação orgânica. Inclusive tem mulheres que integram essa certificação da Rede Ecovida, [...] preocupação delas também com o meio ambiente, então elas inclusive trazem. As mulheres aqui do 8 de Junho, todas elas trabalham com agroecologia, e elas vendem os produtos, vivem muito disso. [...] Como tem certificação orgânica em muitos espaços, elas têm essa preocupação com o futuro do planeta, preocupação com a vida mesmo, elas tem essa consciência. Lembro de uma fala de uma camponesa daqui, que diz que logo que chegou trabalhavam muito com produção leiteira e depois não foram cuidando da preservação do meio ambiente, das árvores e do entorno, só estavam preocupados em ter a renda, depois se deram conta, pelas formações que participaram, como é importante trabalhar com agroecologia e acabaram com isso do leite. Tem uma vaca ou duas talvez, para o consumo. Elas investiram muito na produção de quintais produtivos, nas hortas, no cuidado com a alimentação sem veneno, sem transgênicos. Ainda se fortalece muito a produção aqui por exemplo do milho crioulo, tu consegue comprar das camponesas principalmente o milho crioulo, que se tu vai olhar hoje em dia quase inexistente. Tem uma produção grande de morangos, também orgânicos, que também é um produto mais difícil de conseguir, tem toda essa conscientização eu diria da agroecologia e que vai para além da agroecologia, ela é uma preocupação com a qualidade de vida, e a qualidade de vida está associada a luta pela transformação social, e aí vem a luta contra o capital, que também está bem presente, mas claro que isso tem a ver com a formação do MST.

6.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA: DIÁLOGOS E INTERCÂMBIOS POSSÍVEIS

O debate acerca da interculturalidade e ecologia de saberes me parece bem importante e necessário aqui, já que nesse lócus da UFFS, uma região de fronteira, circula uma diversidade étnica e cultural, revelando uma potência em possibilidade de diálogos, intercâmbios e mobilizações coletivas em torno de pautas comuns.

Os movimentos sociais diversos que surgem desde a década de 70/80 do século passado, fazem surgir na América Latina e no Brasil, um fenômeno de reconhecimento e identificação da expressão popular, identificada com as populações oprimidas e exploradas,

como destaca Dussel (2016), “oprimidos do sistema estatal, este setor mantém uma alteridade livre nesses momentos culturais, desprezados pelos dominantes apenas como folclore³, música, comida, roupas, festivais, a memória de seus heróis, os feitos emancipatórios, as organizações sociais e políticas etc.” (DUSSEL, 2016, documento não paginado). Esses grupos e movimentos ocupam espaços diversos e possuem formas distintas de ser. No entanto, identificados e irmanados nas mesmas lutas, já que também compartilham explorações e sofrimentos oriundos de um sistema colonial, capitalista e patriarcal que usa da dominação e opressão como formas de sustentação. Nesse contexto, uma perspectiva intercultural e descolonizante se faz necessária. Para Walsh (2014) a perspectiva intercultural se coloca como uma prática descolonizante, já que

El interculturalizar y de(s)colonizar van, en este sentido, de la mano. La comprensión de esto era que la descolonización requería el proceso y proyecto de la interculturalización. Es decir, requería construir relaciones entre pueblos, conocimientos, cosmovisiones y maneras de estar en y con el mundo basadas en condiciones de respeto, dignidad e igualdad, así transgrediendo la hegemonía, dominación e imposición capitalista, eurocéntrica, occidental y neoliberal, y encaminando cambios a nivel político-estructural como también epistémico-existencial. La interculturalización fue así entendida por las organizaciones indígenas como herramienta necesaria en el de(s)colonizar, un instrumento impulsor tanto de intervención y transformación como de creación de condiciones de relación diferentes (WALSH, 2014, p. 53).

Ao afirmar minha identificação com a perspectiva dialógica de ser e estar no mundo, assim como na construção do conhecimento em uma perspectiva popular libertadora, como nos inspira Paulo Freire, se faz necessário a afirmação de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2019) e um olhar atento sobre os diálogos interculturais presentes e/ou necessários, reconhecendo essas dinâmicas como fundamentais no processo de transformação social. Um movimento potencializado pela interseccionalidade do olhar e das lutas sociais, que se traduzem em ações, diálogos e intercâmbios, desafios para a sociedade, para os movimentos sociais populares e para a universidade.

Por isso a relação forte entre descolonização e interculturalidade, já que aquele clama por diálogos interculturais, por uma aproximação entre as culturas diversas que compõem o universo latinoamericano, um distanciamento necessário na cultura eurocentrada e androcêntrica. Sobre a necessidade de aproximação com as epistemologias indígenas, Cuzicanqui (2019, documento não paginado), destaca que

Sobretudo em tempos de mudança climática é um paradigma verdadeiramente

alternativo porque supõe outra relação com o mundo dos sujeitos não humanos. Falo da natureza, das formas de sustentabilidade e do cuidado da terra. Se deve entender que o ser índio é um paradigma totalmente diferente para enfrentar o mundo e para relacionar-se com ele.

Para hooks (2019b) não reconhecer as diferenças entre os grupos multiétnicos pode dificultar os diálogos e interações. Precisamos pensar sobre o que nos une e o que nos separa (hooks, 2019; SANTOS, 2014), e em se tratando das mulheres é preciso reconhecer nossas diferenças e, ao mesmo tempo, nos percebemos umas às outras, sem temores, acolhendo nossas diferenças, os diferentes “códigos culturais”, inclusive por dentro da academia para que possamos nos construir em espírito de comunidade (hooks, 2019b).

Pensar um mundo na perspectiva do Bem Viver significa afirmar outros modos de existência e coexistência não mais com base na exploração, dominação e opressão, mas fundamentadas em relações de respeito e reciprocidade, no reconhecimento das outras pessoas enquanto sujeitas de direitos e dignidade. Portanto, “a defesa da pluralidade cultural do *Bem-Viver*, faz que tenha uma vocação orientada ao encontro, diálogo e outras formas de interações entre diferentes saberes” (GUDYNAS, 2011, p. 17).

Uma perspectiva intercultural e dialógica requer uma abertura aos diálogos e intercâmbios com pessoas e grupos sociais diversos, ecologizando saberes. Escutar outras vozes, se fazer presente em espaços diversos, experienciar. Ao escutar minhas interlocutoras é possível aferir que os diálogos e intercâmbios marcam, especialmente, as **relações por dentro dos movimentos** (Valdete), mas também podem ser percebidas **entre diferentes movimentos e organizações de mulheres/feminista e outras instituições e grupos** manifestas deste as relações existentes entre esse grupos que possibilitam redes de solidariedade, troca de saberes, espaços de formação e ações conjuntas envolvendo, por exemplo o MMC, sindicatos, mulheres urbanas, MST, MPA, mulheres indígenas e universidade (Vanderléia, Liria). Também são percebidas **relações de vizinhança fortalecendo laços de solidariedade** (Valdete), que **afirmam uma alteridade** entre essas mulheres e movimentos “*existe uma reciprocidade, uma organicidade entre as mulheres envolvidas nos determinados movimento*” (Valdete). A **organização social se coloca como uma força coletiva** para as mulheres na luta por suas demandas (Renata). Percebe-se que as **mulheres em movimento reconhecem a importância e necessidade da construção de redes para formação de consciência, solidariedades** e ocupação dos espaços público-políticos (Solange, Grasiela). A **articulação com outros grupos é deliberação central do**

MMC (Justina). Nessa perspectiva são construídos **diálogos possíveis entre campo e cidade**, que levam à questionamentos quanto à situação dos trabalhadores não formais nesses contextos (Naira, Justina). Também é preciso sinalizar que os diálogos e intercâmbios ainda são tímidos, especialmente em relação às mulheres indígenas (Adriana, Liria), denotando uma perspectiva de alteridade das sujeitas. Notam-se entre as mulheres em movimentos uma organicidade e reciprocidade (Valdete), bem como diálogos e intercâmbios diversos (Vanderléia); entre as pautas unificadoras das lutas, sinalizam que **“agroecologia é uma pauta que une”** (Liria) e as feiras ecológicas são espaços importantes (Vanderléia). As mulheres em movimento afirmam a necessidade e a potência da **articulação na construção da luta coletiva**, já que **“não haverá libertação das mulheres, emancipação das mulheres, se a gente não tiver essa luta coletiva”** (Justina). Perspectivas que se colocam na contramão das lógicas capitalistas hegemônicas, mas encontram limites em uma estrutura política e econômica que não fomenta lógicas de produção da vida com respeito à natureza, é o que destaca a fala de Maria Alice:

*Maria Alice: Aí falamos muito dessa questão da **economia solidária**, da importância de defendermos isso, e muitos alunos dizem, “que isso não tem mais dado dinheiro”, “**não têm se sustentado**”, “se a gente vai trabalhar fora depois, a gente não consegue trabalhar nesses princípios”, eles entram um pouco nessas **contradições**, mas eu sempre coloco que é importante que eles façam pelo menos a **reflexão**. Se vão trabalhar ou não vão trabalhar **pensem sobre** isso. Que **existem modelos**, que existem algumas **pessoas que têm ações** mesmo que talvez não tenha tanta **visibilidade**, mas pensem quais são os locais que têm maior visibilidade sobre isso. Tem uma menina que me falou de um local que **tem uma agrofloresta** eu até quero conhecer para ver se eu começo a inserir também **visitas de campo para aumentar essa consciência** [...] a gente estava falando de questões de captação da água, uma aluna se referiu a um projeto de financiamento nas propriedades. Lá no pai dela construíram um **biodigestor**, que tinha **captação da água e de energia**, que dava **autonomia para propriedade**, etc. Falou **empoderada, entusiasmada**, é isso que dá energia para uma propriedade, a **energia real é a do ser humano**, por que o ser humano é realmente quem gasta energia, e aí os que estão de fora quando o ser humano já está com dificuldade, é difícil de ajudar.*

*Valdete: Eu acho que ainda não há um movimento muito forte dessa questão da solidariedade. O que existe, em relação aos movimentos, **existe uma reciprocidade, uma organicidade entre as mulheres envolvidas nos determinados movimentos, nos seus encontros**, né, mas eu não sei se há esse intercâmbio. [...] Ainda há muito essa coisa da **relação de vizinhança** [...] **esses encontros e essa troca de saberes** [...] **há uma troca de saberes**, promovido geralmente por algumas organizações, **intercâmbios entre mulheres**, algumas trocando suas experiências. Era muito comum dentro da **própria Fetraf, as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas** irem dar cursos ou fazer visitas a determinadas propriedades, onde existia o cultivo agroecológico. Então, esses intercâmbios entre os grupos.*

*Naira: Sim até porque **aquele formato estanque de campo e cidade, urbano e rural, não é mais assim**. Nós temos que nos dar conta que **claro que há espaço ainda para o campo, que são sujeitos que estão ali**. Mas o que fazer com todas essas outras pessoas que não estão articuladas com os grandes sindicatos, que também já ruíram em muitas formas, **aquele pessoal que não está nem no trabalho formal?***

*Vanderléia: A gente tem um diálogo importante das mulheres camponesas através da **feira agroecológica** e que integra mulheres que são do MMC, mas também que são mulheres da **Rede Ecovida**, mulheres que são dos **sindicatos**, mulheres e homens né não só mulheres, **é um diálogo e um intercâmbio muito grande** que*

acontece na produção, na entreatada com as urbanas, através da doação de alimentos. Tem um intercâmbio também, com o lançamento das sementes crioulas, no Colóquio de Educação Popular, a gente tinha mais de 700 pessoas que participaram no intercâmbio de diferentes culturas, de diferentes regiões que estavam presentes participando. Tem esse intercâmbio do Movimento de Mulheres Camponesas com as mulheres da África, com as mulheres de Moçambique, com as mulheres de outros países, que também é importante. Tem espaços de formação, a ANEPS [Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País] é um espaço importante de intercâmbio e de interlocução que integra diferentes práticas, congressos e colóquios, também são espaços de diálogo importante as feiras, também o cuidado durante a pandemia que a gente criou espaços de cuidado virtual, através do Reiki, de redes solidárias de entreatada, tem pessoas doentes. Tem às vezes grupos e redes no WhatsApp que integram pessoas de diferentes partes do mundo para cuidar [...] O movimento fez a semana passada a Jornada da Resistência com as sementes crioulas, sementes de vida e libertação, todas as noites da semana passada, cada noite era um tema, lives que envolveram o Brasil todo [...] Alguns pontos também se dão através da pesquisa. Os espaços das Conferências de Saúde são espaços públicos onde acontecem os debates, no caso da saúde a interação de diferentes grupos e propostas [...] No caso do MMC o movimento tem intercâmbio com outros países onde mulheres daqui vão para lá, agora eu acredito que as mulheres não estão indo para outros países por conta da pandemia, mas esse intercâmbio está ocorrendo. Tem intercâmbios que a gente fazia com estudantes das escolas daqui, estudantes nossos, que iam para as propriedades de famílias que produzem de forma agroecológica, através da Rede Ecovida, do CETAP, dos sindicatos e da feira agroecológica também.

Justina: Acho que no MMC teve um momento em que a virtualidade proporcionou um avanço inclusive nesse sentido. Hoje nós temos várias turmas de formação, capacitação, em que temos um público muito misturado, da periferia, dos bairros, as nossas camponesas, e que se encontram nesse debate da saúde, da defesa da vida, da alimentação, dos preços, das políticas públicas. [...] O movimento tem, como deliberação central, essa articulação, entendendo por exemplo, que não haverá libertação das mulheres, emancipação das mulheres, se a gente não tiver essa luta coletiva. É preciso respeitar e entender o específico de cada realidade, mas é importante que essas realidades se conheçam, então nós tentamos muito nas nossas atividades, dos momentos de feiras, nos momentos de debates, nas lutas. Nós, agora, para articulação da jornada do 8 de março, o movimento aqui em Santa Catarina teve como principal preocupação fazer articulação com todas as organizações feministas da classe trabalhadora rurais e urbanas, para que fizéssemos esse momento juntas. Acho que é um pouco nesse sentido. Mas ressalto aqui a consciência do entender como central nesse momento, essa questão da junção campo e cidade. É preciso respeitar [...] permitir essas diferenças. Mas é preciso avançar nessa articulação, principalmente em tempos de crise como estamos enfrentando neste momento.

Adriana: bastante complexo, do campo e da cidade, eu tive bastante colegas indígenas, então, eu convivi normalmente com todas, mas eu percebi muito preconceito. Nesse aspecto pra mim ninguém é diferente, ninguém é menos, no caso da cor e da sua origem em si. Nesse aspecto tem muito a avançar, principalmente na questão da violência.

Liria: Sim, existem, geralmente são puxadas pelo MST mesmo. Numa luta maior participam também as mulheres indígenas, mas menos geralmente. Fica muito mais limitado por causa de que algumas terras indígenas são mais fechadas, algumas não, a maioria. Mas assim, tem lutas em conjunto sim, geralmente com pautas nacionais. A pauta da agroecologia é uma pauta que une [...] O que mais tem aqui são as mulheres camponesas do MST ou ligadas ao MST, as mulheres indígenas, têm também do MPA, do Movimento de Pequenos Agricultores. Acho que essas assim são mais fortes, então tem algumas pautas unem muito, não que não se unam de modo geral, mas de ir para rua...

6.2.1 Solidariedade em redes: dinâmicas coletivas em sororidade

A solidariedade é marca forte das mulheres com subjetividades feministas em movimento que aportam o comum, o diálogo “**vamos fazer**” (Sandra). Elas são capazes de

construir dinâmicas que possam dar conta de situações práticas “*Sim, são **mulheres muito solidárias, a experiência da solidariedade aqui é muito forte e um sentido muito prático das coisas, “vamos fazer”.*** *Sim, é uma realidade extremamente solidária e rapidamente articulada, também*” (Sandra).

Pautas unificadoras provocam diálogos interculturais e intergrupais e revelam uma perspectiva interseccional nas lutas. A necessária interseccionalidade possibilita que nos indignemos quando um homem/menino negro é agredido e/ou morto pela polícia militar¹⁷. Gabriel, Marcos, George, Lucas, Cauã e tantos outros, vítimas de um sistema colonial e racista. Como não lutarmos juntas pelo fim dessa lógica perversa que assassina jovens pela cor da pele. A interseccionalidade das lutas nos permite ver as estruturas de opressão conectadas. Se abraçamos uma luta (feminista), abraçamos todas, ainda que nos dediquemos mais a uma. Ecologizar saberes pressupõe promover esses diálogos potentes entre a diversidade, culturas e lutas distintas, também por dentro da universidade, concebendo esta como espaço social conectado com a comunidade e suas demandas.

Reconhecemos a potência do instituído, das redes e diálogos possíveis e existentes, as trocas de saberes; afirmamos a solidariedade forte que atravessa os movimentos e os espaços de vizinhança, revelando a potência comunitária; a subjetividade potente que se constitui desde uma consciência social e política que perpassa espaços público-políticos dos movimentos, organizações e a universidade.

Percebe-se as **mulheres em movimento construindo redes** para formação de consciência, solidariedades e ocupação de espaços público-políticos em torno de **pautas comuns** (Solange, Grasielle). A pandemia provoca solidariedades (Francisca); mulheres conectadas em uma **perspectiva de cuidado**, construindo **redes de solidariedade**, que se colocam como motivação para articulação entre as mulheres. Mulheres dos movimentos articuladas com mulheres em movimento. Enfim, mulheres que se movimentam e fazem as **lutas em uma perspectiva feminista** “*sim, é, nesse sentido eu acho que eu sou uma mulher*

¹⁷ Ver casos: Gabriel no RS. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/morte-sao-gabriel-homicidio-pms/>; Marcos em MG. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/homem-negro-e-morto-por-policia-durante-abordagem-em-mg.shtml>; Lucas em SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/21/homem-negro-e-morto-a-tiros-durante-abordagem-policia-na-brasilandia-zona-norte-de-sp-veja-imagens.ghtml>; Cauã no RJ. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2022/04/05/jovem-negro-e-morto-no-rio-familiares-acusam-policiais-de-atirarem-e-jogarem-corpo-em-valao>.

em movimento mesmo, eu estou nessa lógica” (Solange). Em uma perspectiva de **sororidade**, mulheres (professoras) se sentem mais afetadas pelas questões que afetam as mulheres (Maria Alice). A solidariedade manifesta pelas mulheres, individualmente ou em grupo, expressa na **sensibilidade aos sofrimentos e demandas** de pessoas e grupos e no acolhimento. De algum modo abraçam todas as questões e lutas que afetam as mulheres. Seja em alguma questão individual e bem pontual, ou em relação às lutas coletivas:

*Solange: [...] do lugar que eu estou eu **percebo uma solidariedade muito forte**, assim, tanto no trato das coisas mais pessoais mesmo, né, quanto das lutas mais amplas [...] coisas bem concretas, né, **olha esse momento que eu passei com meu guri, por exemplo, eu recebi apoio de muitas mulheres**, sabe, de muitas mulheres, muitas mensagens, muito, então, também são **essas mulheres que estão comigo em diferentes frentes de luta e trabalho** e tal, então, assim, muito **emocionante inclusive, me senti profundamente abraçada**, [...] Nesse momento específico que nós vivemos **um aumento significativo de pobreza, violência**, eu faço parte, por exemplo, de **dois grupos aí de mulheres** no WhatsApp, né, então corre um **conjunto de solicitações de lutas, a gente se junta** para juntar comida, se junta para ajudar gente que queimou a casa [...] **uma rede de solidariedade feminina tão forte, tão forte, tão forte**, a gente teve situação uma situação específica de queima de casa de um indígena e, assim, a gente teve mulheres desse grupo, de tudo que é lado da cidade, nos juntamos, organizamos, fomos buscar coisas, teve doação daqui e dali e acaba que **a gente vira também uma referência**. Então, por conta desse movimento hoje tem pessoas que **não tem nada a ver com movimento** [...] entra em contato comigo, com alguém do grupo, sabe, porque sabe que **esse grupo faz essa rede [...] tem mulheres negras, brancas, amarelas, indígenas**, entende? Então, tem uma solidariedade muito forte, [...] juntou aí **mulheres do 8M**, depois esse grupo de mulheres mais ligadas, sempre ligadas **a movimentos e partidos de esquerda** [...] a gente sabe que uma está **precisando de cuidados**. [...] **Tem professoras universitárias, camponesas, indígenas marxistas, leninistas**, [...] é bonito porque é **um movimento que olha esses focos, assim, e se junta**. [...] o momento de **decidir as candidaturas de mulheres** [...] esforço grande de **solidariedade entre as mulheres** para discutir as companheiras e **apoiar as companheiras que se dispuseram** [...] elegemos uma **mulher vereadora** e dentro do campo da esquerda **elegemos duas mulheres**, mas a gente teve **candidatas indígenas, a gente teve candidatas domésticas** [...] foi muito bonito o modo como nós **nos articulamos** para fazer a campanha e a **gente sabia da força do voto** de umas e de outras pela condição de inserção social. Então, **uma carregava a outra**, né, a gente foi **uma puxando a outra**, [...] **uma solidariedade importante dentro de um movimento político-estratégico** [...] fazer força no sentido de organização e **produção de lideranças feministas**.*

*Grasiele: Normalmente, quando a gente reúne essa diversidade de setores, enfim, de **mulheres vindas de realidades diferentes** normalmente são **em pautas unificadoras** [...] **as indígenas têm a sua luta** aqui na região, de **demarcação das terras**, [...] **as mulheres da Agricultura Familiar** [...] **incentivo à agricultura**, enfim; nós, **atingidas por barragens, de reconhecimento enquanto populações atingidas**, porque também a gente não tem nenhuma lei nacional que garanta qualquer direito pra população atingida por barragem. Acho que os momentos de **maior diálogo** que a gente se une mesmo pra debater alguma questão são **nessas pautas unificadoras**, que **ultimamente está sendo mais pra evitar retrocessos do que pra ter conquistas**, [...] uma luta que **unificou muito e as mulheres foram muitos protagonistas foi a luta contra a Reforma da Previdência**, que foi bem forte aqui na região, a gente fez **acampamento, trancamos BR**, trancamos rua, daí veio **as mulheres dos sindicatos rurais com muita força, as indígenas também**, nós **as mulheres atingidas por barragens**, a população da periferia dos bairros, também, **as mulheres periféricas**. [...] após sair o Michel Temer, entrou Bolsonaro, efetivou essas questões e aí teve **uma série de lutas após o governo Bolsonaro** que foram **unificadoras** [...] eu visualizo mais de **união entre todas essas categorias**, **essas mulheres que pertencem à realidade diferentes** é **nessas pautas que vai atingir todos mundo** [...] agora tem essa questão do **“Fora Bolsonaro”** [...].*

*Francisca: [...] agora com a **pandemia**, as pessoas estão mais **abertas para essa solidariedade** [...] mais estreita **entre as mulheres** [...] com a **dor se aprendeu** muito, infelizmente. Acho que estão se **construindo espaços de mais diálogo**, está se **enxergando a outra** como alguém muito próximo a mim, alguém que tem*

dificuldades, alguém que tem sentimentos iguais a mim, alguém que tem dor, que tem filho, que tem família, que tem enfim, eu enxergo assim, eu acho que está se aproximando bastante, não gostaria que fosse dessa forma, mas enfim sim é o que sobrou da pandemia, a solidariedade entre os povos.

Maria Alice: É, é difícil. Acho que todas nós, professoras principalmente, a gente se deixa afetar mais com essas questões todas sociais e de identificação com a outra, com o outro. Fica com “bá, eu queria ajudar ela”, como é que vou fazer?

6.2.2 Universidade emergente: espaço comum acionando dinâmicas coletivas

Figura 53 – Evento UFFS 6ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA)



Fonte: AMORIN; BAVUSO, 2019 *apud* AMORIN, 2019.

Quando pensamos em Bem Viver em uma universidade emergente, acenamos para novas práticas, coletivas, democráticas, dialógicas e de inclusão e uma nova relação com a natureza e com o planeta. Onde se fomentam diálogos e ações coletivas, já sinalizadas no capítulo anterior.

Desde as falas das minhas interlocutoras é possível afirmar a **universidade pública** percebida como espaço para **pensar o comum**, fazer **conexões e intercâmbios**, **ampliando as fissuras do sistema** ao propor iniciativas de **produções e ações coletivas** (Valdete, Ana Carolina). Esse espaço revela sua potência quando **dialoga com os diferentes movimentos e organizações**, quando se conecta com as demandas dos movimentos sociais e desde as **fissuras de um sistema** colonial, capitalista e patriarcal faz surgir **dinâmicas de transformação**. Essas dinâmicas se traduzem em experiências diversas de diálogos e

organizações coletivas como a visibilização e incentivo à produção familiar e agroecológica (Valdete). A **universidade é um espaço que une as mulheres** em suas articulações e mobilizações, pois é lugar onde se encontram as mulheres dos diferentes movimentos (Liria). Nesse sentido se percebe a importância das **políticas públicas para o desenvolvimento de ações e projetos** (Valdete); projetos de **extensão como possibilidade de intercâmbio** (Valdete). Ainda se percebem grandes desafios para a Universidade diante da dificuldade em se conectar plenamente, em se articular com diferentes culturas, em especial a indígena (Maria Alice). Percebe-se a presença de **mulheres dos movimentos ocupando espaços** na Universidade e pensando o currículo (Solange):

Valdete: Essa mulher que eu entrevistei, que eu falo do feminismo, ela tem uma horta urbana [...] ela comercializava na feira. [...] ônibus, não só organizado pelo Movimento de Mulheres, como pelos sindicatos, mas também pelos municípios da região, pelos grupos de mães, pelas assistentes sociais dos pequenos municípios, levando para casa dela para mostrar a produção dela [...] esse tipo de intercâmbio acontecia muito e outros. Quando eu estava coordenando aquele projeto de extensão a gente fez muitas viagens indo para outras propriedades, [...] intercâmbio entre todos os cursos, entre todas as turmas [...] tinha seis turmas, eu acho, aqui em Chapecó, mas tinha Erechim, tinha Laranjeiras do Sul. [...] iam visitar as propriedades de um integrante do MST aqui da região, de várias propriedades; então havia esse intercâmbio para conhecer as diferentes realidades. Essa troca, desde propriedades que eram mais da agroecologia, propriedades, assim, essa que era da horta urbana, propriedade ligada mais à agroflorestal. Então, são experiências para mostrar que pessoas de diferentes contextos até familiares, por exemplo, essa era uma senhora aposentada que trabalhava sozinha na sua horta, aí ela contratou uma mulher para ajudar [...] outra situação era uma viúva, só ela e a filha, que ela não conseguia tocar uma lavoura, mas ela tinha um sistema agroflorestal. [...] diferentes condições, diferentes gerações, essa família do MST que era uma família mais jovem, [...] como eles tocam, também, a produção deles. Então, diferentes contextos, familiares e de capacidade de produção. [...] Então, “o que eu posso fazer na minha propriedade só de dois hectares, que alternativas eu tenho de produção aqui, de geração de renda na minha propriedade, que é diferente de eu ter que sair, abandonar a minha propriedade e trabalhar na cidade, então, o que eu posso fazer aqui?” Então, “o que eu posso fazer aqui na região?”, as mulheres, é muito comum... Eu participei de várias bancas já ali na região sudoeste do Paraná, principalmente ali na UTFPR e mesmo no nosso campus de Laranjeiras que tinham trabalho sobre as agroindústrias de mulheres do MST, mulheres que se reuniam, têm seus lotes de terras, mas se reuniam um grupo de 5 ou 6 mulheres para fazer uma agroindústria de panificados, por exemplo, ou de beneficiamento de hortaliças. [...] quais são as possibilidades que a gente tem dependendo da nossa realidade aqui? Então, esses intercâmbios são importantes, acho que isso tem acontecido [...] aqui na universidade nós tivemos uma série de projetos de extensão, quando a gente tinha políticas públicas ainda, [...] a extinção do MDA e o apagamento dessas políticas públicas deu uma baixa muito grande no que eram esses projetos, de mostrar para a sociedade, de intercâmbios mesmo e de troca de experiências entre movimentos, entre regiões e que são possibilidades extremamente ricas de empoderamento, não só para as mulheres, mas para as famílias rurais como um todo.

Liria: Mas vou te dizer uma coisa que une é uma universidade viu. Por que? Muitas dessas mobilizações, digamos assim, o MST vai fazer uma mobilização, eu vou, os colegas também, vamos mobilizar os estudantes, a maioria das estudantes da Educação do Campo são indígenas, para você ter uma ideia no processo seletivo, nós ainda estamos o processo seletivo, tivemos 94 inscritos e 70 desses devem ser indígenas, sem dúvida nenhuma. Então são muitas, e a maioria das indígenas são mulheres e elas acabam e se envolvendo nessas pautas também. Ou então uma mobilização lá em Brasília, digamos dos povos indígenas, o MST também se envolve com elas e vice-versa, então tem a relação. [...] o marco temporal da questão indígena, ele também teve esse movimentos [...] indígenas bloqueiam bastante as rodovias, daí também tem o suporte, o apoio do MST e vice-versa. Depende muito das pautas, geralmente são nacionais que mobilizam [...] quando eu cheguei e também me marcou bastante, as ruas cheias de mulheres do MST, com bandeira

do MST[...] por causa do **Dia Internacional da Mulher** [...] geralmente é uma **pauta conjunta de mulheres e homens** [...] a não ser dessa [...] porque era o Dia Internacional da Mulher, foi uma mulherada de peso, **juntou toda a região aqui, é bem grande a região de assentamento.**

Ana Carolina: Teve um último evento agora no ano passado **que a gente promoveu que o nome é “Empoderamento: o lar de todas as mulheres”**, em outubro do ano passado, no Outubro Rosa. Foram quatro dias em que a **discussão era sobre mulher e arte**. Tinha poetisas, tinha música, outro foi cinema, então eram temas da noite, e narrativa. Era online esse evento. Tinha casos que a gente recebia perguntas da mãe da menina, da aluna. Tinha mães assistindo. [...] **a partir desse diálogo** desse dia, **elas começaram um trabalho com essa minha outra amiga que é minha colega e que trabalha com as artesãs. Elas começaram um trabalho lá na comunidade indígena** delas, a partir desse evento. Eu acho que **tem bastante diálogo**, mas é assim, **formiguinha, é uma coisa que vai acontecendo**. Aquilo ali é **uma potência**, qualquer coisa que tu faz nesse âmbito é uma potência, **porque uma vai falando com a outra, e vai indo, e vai somando**. Então é bem interessante, como as mulheres estão muito mobilizadas para isso.

Solange: Então, nós temos aqui a **Justina Cima** [...] é uma **liderança bastante antiga, digamos assim, do MMC**. Ela é pedagoga, está na roça e **muito forte do movimento**, uma pessoa que, digamos assim, ela já viajou o mundo levando o movimento e ao mesmo tempo está aí na roça. Então, é uma pessoa que **eu tenho levado, sempre que posso, para dentro da sala de aula para falar sobre a pedagogia do Movimento de Mulheres Camponesas**. Sempre que é possível a gente carrega ela **para dentro da universidade para fazer essas falas**. Então, ela é **uma dessas figuras**, digamos assim, que está aí **ajudando a pensar currículo e fazendo voz**. Eu acho, posso até confirmar isso, até bem pouco tempo ela era presidente¹⁸ do **Conselho Estratégico Social da universidade** e ela é uma figura que está sempre presente, esteve **presente sempre na luta o tempo todo por essa Universidade**, então é uma **figura lindíssima**. E uma **outra mulher** que eu considero mais próxima de mim, assim, que é do **MMC que é a Noeli**, ela está em Itapiranga, [...] estava tentando processo seletivo para o mestrado agora, **está lá na roça e nos ajuda a discutir, por exemplo, processos formativos, né, nesse Instituto onde as mulheres têm uma representação, aí, no movimento e está aí, faz a luta em diferentes pontas, digamos assim, sem perder essa conexão...**

Em alguns espaços, os diálogos e intercâmbios são pouco percebidos, como é o caso de Cerro Largo (Maria Alice). Por dentro da Universidade algumas ações são significativas e se colocam em uma perspectiva de alteridade, como os programas de monitoria; o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS¹⁹, que busca dialogar com estudantes indígenas e evitar evasão (Maria Alice). Há uma dificuldade de fortalecer os laços entre grupos distintos. Portanto, o **desafio é fortalecer os diálogos e integração com diferentes culturas** (Maria Alice). Considerando as diferentes situações que afetam as mulheres, como a gravidez, por exemplo, oferecer estrutura física e

¹⁸ Em dezembro de 2017, Justina Cima foi eleita a primeira mulher a presidir o Conselho Estratégico Social da UFFS. “Conselho Estratégico Social da UFFS escolhe Justina Cima como presidenta”. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/conselho-estrategico-social-da-uffs-escolhe-justina-cima-como-presidenta. Acesso em: 11 abr. 2023.

¹⁹ Estudo destaca importância da monitoria para estudantes indígenas, haitianos e com deficiência. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/noticias/estudo-destaca-importancia-da-monitoria-para-estudantes-indigenas-haitianos-e-com-deficiencia>. Acesso em: 20 mai. 2023. Mais informações sobre o Programa podem ser encontradas na página oficial da Pró-Reitoria de Graduação. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/programas/programa_de_monitorias. Acesso em: 09 mar. 2023.

psicológica para estudantes gestantes e mães. Universidade como **espaço de exercício da alteridade, espaço da palavra e da escuta para as mulheres**, afirmando a produção de saberes como fonte de autonomia e protagonismo, para além da monocultura do saber científico, ecologizando saberes (Gisele). É desafiador para a Universidade pensar as questões que afetam as mulheres e promover ações, ao mesmo tempo **“é desafiador fazer essa ponte com a cultura do outro ou da outra”** (Maria Alice), pois é uma questão que afeta muito as mulheres estudantes e isso envolve a universidade, mas como é que a universidade lida com isso?

Maria Alice: Houve um momento que parecia um pouco mais organizado, mas agora novamente, parece que desorganizou, a gente não vê. Eu estava em um movimento coletivo aqui, que nós tínhamos vereadora, uma mulher do movimento negro, uma psicóloga, empresárias, uma mistura. Eu tentei motivar, “e aí, o que vamos fazer? Que tal a gente escrever e refletir sobre isso?”. Deu uma murchada parece[...] Não sei se foi só a pandemia [...] Eu estou agora no PIN, Programa de Monitoria institucional do movimento indígena na universidade. Nós queremos fazer uma ação de ir nas aldeias, conversar com os alunos que estão estudando na UFFS porque nem todos comparecem, eles frequentam um tempo e por mais que tu garanta vaga, parece que a gente não consegue manter essa integração, essa conversa com o outro, por mais que tu se mostre disponível, nossa, como é desafiador fazer essa ponte com a cultura do outro ou da outra. Uma das alunas que ficou grávida [...] deixa eu ver o que vamos fazer [...] ela parou na metade do semestre [...] Depois de um tempo ela retornou e eu pude conversar com ela [...] não é só a criança é todo impacto do que tem que ser trabalhado. Olha como uma coisa leva a outra, tem que trabalhar essas questões de gênero, feminilidade [...].

Gisele: [...] eu não consigo fazer tudo que eu gostaria de fazer, mas eu já comecei a pensar que, no futuro, as mulheres da cidade precisam também ser mostradas, a gente precisa dar voz para essas mulheres, dar um espaço para elas, que não existe nessa sociedade. Então já tenho conversado com algumas, porque eu pensei num projeto-piloto para trazer as mulheres da comunidade para dentro da comunidade acadêmica, através do projeto das Mulheres na Ciência, e aí que eu começo a refletir sobre o meu próprio projeto. O projeto é Mulheres na Ciência mas nem toda Mulher faz Ciência propriamente dita, mas ela tem muito a nos ensinar, a minha ideia é no futuro desenvolver um projeto trazendo essas mulheres, mostrando a realidade delas, e fazer um Grupo de Estudos, enfim, alguma coisa para que elas comecem a se mobilizar, porque infelizmente as mulheres aqui é muito triste, elas trabalham muito e dão tudo para os homens, quem governa o dinheiro é os homens [...].

6.3 ALTERIDADE E CUIDADO COM A VIDA: “EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ”

O “direito de viver em paz” é posto aqui como afirmação dos princípios do Bem Viver, dos direitos básicos à vida com dignidade, também liberdade de ser e viver afetos e uma existência reconhecida, desde o direito de participação política, de fala e de escrita. O direito a uma vivência humanista e democrática.

Figura 54 – Victor Jara canta amor e vida



*Tío Ho, nuestra canción
Es fuego de puro amor
Es palomo palomar
Olivo de olivar
Es el canto universal
Cadena que hará triunfar
El derecho de vivir en paz.
Victor Jara (1971)*

Fonte: AGÊNCIA TÉLAM [s.d] *apud* EBC, 2013.

A perspectiva do Bem Viver pressupõe uma relação de cuidado com a vida humana e da natureza (KRENAK, 2020), que se desdobra em autocuidado e de cuidado com o/a/e outro/outra/outr e com a natureza. Uma perspectiva que coaduna com o conceito de Espaço Comum (FEDERICCI, 2020; GOERGEN, 2010), territórios, políticas, relações sociais, reivindicações e recursos que devem ser pensados como espaço coletivo. Para Chauí (2008, p. 57),

A marca da comunidade é a indivisão interna e a idéia de bem comum; seus membros estão sempre numa relação face-a-face (sem mediações institucionais), possuem o sentimento de uma unidade de destino, ou de um destino comum, e afirmam a encarnação do espírito da comunidade em alguns de seus membros, em certas circunstâncias. Ora, o mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista dá origem à sociedade, cuja marca primeira é a existência de indivíduos, separados uns dos outros por seus interesses e desejos.

A retomada da perspectiva de comunidade nos provoca outros olhares e relações humanas e com o entorno. O olhar atento sobre o/a outro/outra e a natureza nessa perspectiva não é de destruição, de obter vantagens ou lucros, mas de como é possível construir existência plena, em harmonia e equilíbrio. Dimensões que pressupõem também alteridade, para sentir e reconhecer os sofrimentos e necessidades, a legitimidade das lutas em um processo de formação de consciência que gera solidariedade e justiça social e, em uma percepção holística, reconhecer a conexão entre as partes e o todo, como um movimento orgânico.

A necessária alteridade é afirmada tanto pelos movimentos feministas que me apporto aqui, quanto pelas autoras e autores com quem dialogo, como Paulo Freire, para quem fica evidente essa perspectiva ao afirmar o inacabamento dos seres humanos e a formação de consciência e subjetividades críticas desde os processos e movimentos de interação e diálogos típicos das relações sociais em uma perspectiva contra-hegemônicas, que acionam olhares atentos, cuidados, solidariedade e reciprocidade. Também em diálogo com Freire, Bentes e Lobato (2020, p. 225), afirmam que

a alteridade resulta da relação de reciprocidade entre sujeitos, uma relação em que um e outro se sentem problematizados pelos desafios comuns do próprio contexto em que vivem. E mediante o diálogo e a cooperação, os sujeitos vão se constituindo, nas suas singularidades pessoais e nas suas identidades coletivas.

Uma visão holística do mundo nos permite perceber a totalidade e a humanidade como parte dela. Essa percepção afirma uma responsabilidade com as vidas do planeta e pressupõe uma convivência em harmonia (WALSH, 2014). A percepção holística do mundo se constitui em fundamento do Bem Viver ao estabelecer uma nova relação ser humano e natureza, na busca constante pela vida de ambas, já que

Isso que chamam natureza deveria ser a interação de nosso corpo com o entorno, em que a gente soubesse de onde vem o que comemos, para onde vai o ar que expiramos. Para além da ideia de “eu sou a natureza”, a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fôssemos capazes de sentir que o rio, a floresta, o vento, as nuvens são nosso espelho na vida (KRENAK, 2020, p. 100).

O **cuidado com a vida** é fundamento do Bem Viver e abarca questões econômicas, sociais e afetivas, também presentes no pensamento feminista. O cuidado com a vida é identificado nas falas das interlocutoras ao destacarem que comunidades mais vulneráveis requerem um **olhar atento** (Naira); também se coloca como a **luta por igualdade e equidade** (Gisele) e uma **consciência agroecológica** associada à **luta anticapitalista** e pela transformação social (Líria); **os cuidados com a terra** e possibilidade de permanência no território perpassa a luta das mulheres na região (Renata):

Naira: [...] a ideia do Bem Viver, eu acho que tem que estar tudo articulado, com essa preocupação, com a saúde, com essas relações, com afetividade, com tu te sentir bem, com os alimentos. Qual mulher não se preocupa com isso em relação à sua vida, mas principalmente pelos filhos, porque a gente ainda carrega isso tudo, enquanto não um compromisso social só, mas com um compromisso de relação mesmo, então essa preocupação com uma forma menos nociva aí, eu acho que está bem visível no pensamento feminista. Eu teria muita curiosidade para saber, eu sei que até um colega trabalhou com um pouco, na perspectiva da agricultura orgânica [...] um espaço que a gente tem que se desafiar a estar interagindo com essas

comunidades que estão mais vulneráveis [...] têm muitos desafios ainda em relação a esse público que é vulnerável e a condição feminina sempre mais degradante [...].

Gisele: Então, nesse sentido, aquela coisa, o que elas todas desejam? [...] Ter igualdade econômica e ter igualdade social. Então é isso que elas querem, igualdade econômica e social em relação aos homens para se colocar dentro desse contexto acadêmico e na sociedade como todo.

Liria: Elas investiram muito na produção de quintais produtivos, nas hortas, no cuidado com a alimentação sem veneno, sem transgênicos. Ainda se fortalece muito a produção aqui por exemplo do milho crioulo [...] produção grande de morangos, também orgânicos, que também é um produto mais difícil de conseguir, tem toda essa conscientização eu diria da agroecologia e que vai para além da agroecologia, ela é uma preocupação com a qualidade de vida, e a qualidade de vida está associada a luta pela transformação social, e aí vem a luta contra o capital, que também está bem presente, mas claro que isso tem a ver com a formação do MST [...] defender a agroecologia elas vão fazer a luta contra o agronegócio, vão afirmar isso nas falas e nas ações delas, [...] pauta central delas a agroecologia na verdade. A questão ambiental e a preservação das matas nativas, da água [...] agrofloresta [...] questão das cisternas, depende muito de cada experiência familiar. As hortas, os quintais produtivos acho que são os mais fortes.

Renata: [...] faz parte da vida delas. Se meu vizinho começa a plantar pinus, eu sinto aqui na prática que a minha terra está secando. Se meu vizinho começa a usar agrotóxico, eu sinto aqui na prática, eu não vou poder comercializar com meu orgânico mais, vou ter que fazer uma barreira. Então, toda a discussão que você tem, isso passa porque está na realidade dessa discussão pela agroecologia, que quando essas mulheres se organizam, no campo, no Brasil, e eu diria que no mundo como um todo [...] aqui muito forte, essa luta pela terra, na região de Laranjeiras do Sul [...] você tem acampamentos aqui [...] tem processos de luta pela terra aqui, isso é muito presente, e até pra fazer essa discussão com o esvaziamento rural, porque se esvaziou por milhares de motivos, hoje a gente está querendo trazer de volta pro campo, porque é importante [...] dentro dos próprios assentamentos, a gente vai ter esses processos de uso de agrotóxicos também, enfim a gente está dentro desse sistema. [...] às vezes, não é por falta de consciência, mas é por falta de possibilidade, que as vezes pessoas trilharam alguns caminhos.

A perspectiva do Bem Viver pressupõe uma relação de cuidado com a vida, com as vidas, sejam elas humanas ou não. A tradução dessa perspectiva se afirma no conceito de agroecologia, muito presente na vida das mulheres em movimento, em suas ações e lutas, perpassando também o currículo da Universidade. Segundo Krenak (2020, p. 97), “a ecologia nasceu da preocupação com o fato de que o que buscamos na natureza é finito, mas o nosso desejo não tem limite, então vamos comer este planeta todo”.

Reconhecemos a agroecologia como prática conectada com a perspectiva do Bem Viver, já que afirma o cuidado com a vida humana e do planeta, ao propor uma produção agrícola sem agrotóxicos. O feminismo popular camponês e comunitário se coloca como defensor e propulsor dessas práticas.

6.3.1 Agroecologia e feminismo: conexões para outro mundo possível

Mulheres, especialmente as ligadas aos movimentos sociais, se ocupam mais com a produção e geração de renda de modo autossustentável e ecológico, uma preocupação

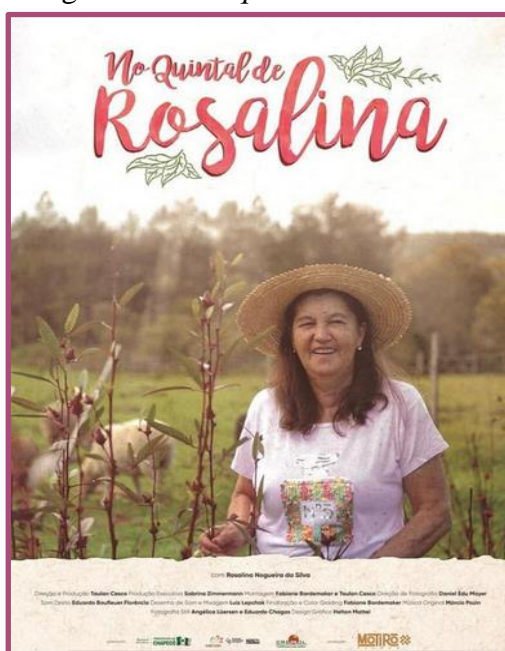
grande com a segurança alimentar. Uma perspectiva que vai de encontro ao modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal hegemônico. A presença da Universidade tem impulsionado esses processos, provocado debates em torno de modelos distintos de produção, tornando-se espaço de embates entre a agroecologia e o agronegócio. Debates provocados e ou com forte participação das mulheres e seus movimentos.

O feminismo, especialmente o camponês popular e o comunitário, também se ocupam de questões que afetam a natureza. Essa preocupação é evidenciada pelas interlocutoras ao destacarem a preocupação das mulheres com o uso de agrotóxicos. No contexto estudado, percebe-se que as mulheres e seus movimentos protagonizam esse debate.

Como destaca Guajajara, quem alimenta nosso país é a agricultura familiar, já que as monoculturas, de soja, por exemplo, produzem para exportação. Nesse contexto, quem quer produzir comida acaba ficando sem terra para plantar.

O alimento que a gente come no Brasil vem da agricultura familiar. 70% do alimento que a gente come de verdade vem da agricultura familiar, que é exatamente desses pequenos produtores, que é dos indígenas, que são das comunidades tradicionais. Para a gente acabar com essa exploração e acabar com essa sede para atender a demanda do capitalismo é preciso democratizar o uso da terra ou redemocratizar o uso da terra. A terra tem que ser descentralizada e tirar da mão de pouco e entregar pra muitos (FEMINISMO..., 2021, 01:05min).

Figura 55 – *No quintal de Rosalina*



Fonte: CRESOL, 2021.

O documentário *No quintal de Rosalina* mostra as plantações nos quintais de casa, sem agrotóxico, a produção agroecológica, o quanto é importante. Rosalina é integrante do Movimento de Mulheres Camponesas muito reconhecida, como destaca Solange: “nós temos aqui o caso da **Rosalina que é uma camponesa** [...] ela desenvolve uma **medicina natural, tem horta, planta, conhece as plantas e sabe como trabalhar as plantas** [...] **presença fortíssima de luta**, de clareza de luta do lado que está, mas **profundamente amorosa, generosa**”.

As mulheres, afirmando uma consciência crítica e ético-política, acionada desde a participação em movimentos, organizações e/ou pela formação universitária, se colocam na luta por transformação social que implica, entre outras questões: a luta contra o agrotóxico, uma outra relação com a terra e com a natureza de harmonia, cuidado e não extrativista, como é a perspectiva do Bem Viver.

Ao buscar a relação das mulheres com a terra encontrei, centralmente, a **agroecologia como um debate preponderantemente feminino** (Daiane, Sandra, Grasielle); as Mulheres do movimento se preocupando com as **questões agroecológicas e ambientais** (Adriana, Francisca, Grasielle); **mulheres se organizam na comercialização de produtos orgânicos** (Daiane); agroecologia e feminismo: mulheres com consciência crítica – agroecologia é bandeira forte e busca por formação/qualificação (Naira). As **PANCs são pauta forte nos movimentos de mulheres** (Grasielle). Encontrei mulheres em movimento com experiências de vida agroecológicas e envolvidas na promoção de atividades diversas sobre gênero e agroecologia. Elas destacam experiências de **produção agroecológica coordenadas por mulheres, como é o caso da** Margarida, “*ela tem ido bastante para as mídias mostrar a importância de uma cultura agroecológica, de amorosidade com a terra, com consciência do que se come*” (Maria Alice); economia solidária como experiência significativa (Maria Alice); a comercialização de produtos agroecológicos como algo importante, mas se percebe poucos grupos defendendo agroecologia, algumas cooperativas (Maria Alice). A agroecologia é apresentada como temática forte entre as mulheres em movimento (MST); preocupação com a produção orgânica e com a vida do planeta, consciência crítica e ecológica; quintais produtivos são entendidos como espaços de produção saudável, uma “*alimentação sem veneno, sem transgênicos*” (Liria):

Maria Alice: Tem uma pessoa que se chama **Margarida**, ela tem o sítio das Margaridas, ela **cuida muito** desse lugar e procura fazer uma **vivência**, ela tem ido bastante para as **mídias mostrar a importância de uma cultura agroecológica, de amorosidade com a terra, com consciência do que se come**. Ela e várias que a apoiam, às vezes na praça colocam os produtos para vender, fazem algumas faixas. Tem essa **ação da ecologia e da interação** com poder vender esses produtos. **Não tem muitos grupos fortes aqui encampando a agroecologia**, tem algumas **cooperativas que acolhem esses produtores locais**, para vender seus produtos, colocar nas redes sociais a **importância da visão mais cooperativa, mais agroecológica**. Também via **formativa**, nós sempre trabalhamos dentro da matéria **Meio Ambiente, Economia e Sociedade** esse aspecto do **cooperativismo, dessa consciência da terra, da consciência dos alimentos**, que nós somos uma coisa única, que precisamos **preservar a terra, a água, o solo, para preservar a própria espécie**.

Liria: É essa temática que eu acho mais forte delas, eu acompanho mais o **Assentamento 8 de Junho, as mulheres do assentamento**. Existe um grupo de **agroecologia que não participam só mulheres**, mas elas participam bastante, tem certificação orgânica. Inclusive **tem mulheres que integram essa certificação da Rede Ecovida**, [...] **preocupação delas também com o meio ambiente** [...] As mulheres aqui do 8 de Junho, todas **elas trabalham com agroecologia, e elas vendem os produtos**, vivem muito disso. [...] Como tem certificação orgânica em muitos espaços, elas têm essa **preocupação com o futuro do planeta**, preocupação com a **vida** mesmo, elas têm essa **consciência**. Lembro de uma fala de uma camponesa daqui, que diz que logo que chegou trabalhavam muito com produção leiteira e depois **não foram cuidando da preservação do meio ambiente**, das árvores e do entorno, só estavam preocupados em ter a renda, depois **se deram conta, pelas formações que participaram, como é importante trabalhar com agroecologia** [...] Elas investiram muito na produção de **quintais produtivos, nas hortas, no cuidado com a alimentação sem veneno, sem transgênicos**. Ainda se fortalece muito a produção aqui por exemplo do **milho crioulo** [...] Tem uma produção grande de **morangos, também orgânicos** [...] **tem toda essa conscientização, eu diria, da agroecologia e que vai para além da agroecologia, ela é uma preocupação com a qualidade de vida, e a qualidade de vida está associada à luta pela transformação social, e aí vem a luta contra o capital, que também está bem presente** [...].

Daiane: uma das coisas que me fez **inserir nessa temática** foi que ano passado, quando fizemos essa entrevista foi que **eu estava à frente de um negócio** que a gente abriu aqui na cidade de Erechim, foi um empreendimento, e esse **empreendimento era feminino**. Eu e outra mulher estávamos à frente, então, **a gente vendia produtos orgânicos**, ela era técnica de uma ONG, aqui de Erechim, que trabalha com agroecologia, e eu por estar inserida em grupos, e assim que a gente se uniu. Só que o empreendimento fechou na pandemia, atrapalhou nossos planos, e esse era também um dos elementos que me **motivava a pesquisar** isso, essa **inserção, essa pesquisa ser participante**. Eu estou **inserida em um GT de gênero**.

Sandra: Eu percebo as **mulheres** muito preocupadas com isso, **muito preocupadas com os rumos da agricultura familiar**, muito preocupadas com esse **embate entre a agroecologia e o agronegócio**; as mulheres têm uma **interferência muito grande nas discussões**. Percebo, também, **em grupos de movimentos sociais** [...] Tem **aumentado** essa presença, esse **poder de decisão das mulheres**. Dentro do MST, isso é visível, por exemplo, tem uma atuação muito forte, muito marcada. Os **sindicatos também, isto é uma realidade**. Nós temos várias **mulheres presidentes de sindicatos rurais**, e tem aumentado esse número. As **mulheres se preocupam** muito com esse contexto de **poderem produzir e terem renda**. Então, modelos de negócios, modelos de possibilidades que sejam **possibilidades autossustentáveis** [...] **segurança alimentar, isso mobiliza muito as mulheres**.

Naira: É, elas tem uma leitura bem **crítica em relação ao contexto**, porque elas estão lá, no cotidiano. Muitas delas com esse duplo desafio que é o do modelo do **agronegócio**, enfim, mas também com esse modelo do **patriarcado**, que se coloca em casa, então são sempre **duas questões que estão juntas**: desde como se **libertar de um trabalho mais opressor** em termos do modelo **capitalista** em si né, mas também de como pautar isso dentro da sua própria **casa**. Então, vejo que, pelo menos no curso que eu atuei, essa **consciência está muito presente** e elas têm buscado alternativas. Tem essa questão da **produção agroecológica** que daí depois trazer isso para as **feiras**, mas também poder buscar formas, **estratégias de organização**, para poder melhorar essa questão **produtiva, a qualificação**, elas tem demandado essa questão da qualificação, quando as **mulheres agricultoras participam do processo formativo** é com muita sede, é com muito interesse. [...] **tu vai trabalhar com mulher agricultora é uma beleza**, porque tu tem aquele grupo que está ali porque quer estar ali, não olha para o relógio nenhum momento, elas querem estar entregues. É muita **motivação**. Aí se percebe que elas têm uma grande **responsabilidade**, porque a **agroecologia têm sido feita mais pelas mulheres**, por mais que

se expressem mais os homens nas organizações que a gente conhece, porque há ainda no **campesinato** essa esfera do público e privado e que é o **homem quem se expõe** mais publicamente mas quem faz mesmo, **quem acompanha ali é o trabalho feminino**. Então aí tem toda uma série de razões, a questão da visão mais **macro**, planetária, à questão do **cuidado imediato** também, da sua **família** [...].

Francisca: Hoje muito mais forte do que antes. Quando essa meninada mais jovem vem para o **movimento feminista**, e que vem para rua, que vem fazer a ato, uma das preocupações que sempre parte das jovens, **“precisamos ter cuidado com o que vamos produzir de material”**, que hoje já não se usa lixo se usa reciclável, **vamos reciclar, vamos separar**, [...] isso me entusiasma bastante, é pouco, é muito pouco, mas é melhor que nada, nessas alturas. Acho que sim, acho que **o movimento tem forte esse cuidado com o meio ambiente** [...].

Adriana: Nós, que estamos mais **organizadas no movimento**, estamos muito **preocupadas com a situação**. Vou dizer, porque a maioria, com a história do preço do soja meio astronômica, **derruba até a última árvore** que tiver na beira do rio pra plantar. Então, por mais que tenha contradições, mas a gente está bem preocupada e sabemos que **só a agricultura camponesa** de pequeno porte, vamos dizer assim, considerando todas as formas tradicionais é que **podem esfriar o planeta e produzir alimentos** para que todos tenham com **fartura**; que não são as grandes commodities e as grandes transnacionais que vão fazer isso.

Grasiele: É muito raro algum homem puxar um debate da agroecologia, muito raro mesmo! Eu não tenho experiência [...] que estão dado certo que tenha sido **puxadas por homens**, assim, todas são **puxadas por mulheres**. [...] Eu acho que **a preocupação** se dá mais por conta do **avanço mesmo do agronegócio**, que vai se enraizando nos territórios e vai tomando conta, e a gente está aí num cenário, aqui no Rio Grande do Sul, também, que é de **querer destroçar a nossa legislação de Proteção Ambiental** que, na verdade, já está.[...] os deputados novamente puxaram isso, essa **Lei Assis Carvalho 2** [...] de **incentivo aos pequenos agricultores**. [...] é **uma pressão muito grande** [...] principalmente as **mulheres rurais que estão mais envolvidas com esse tema da agroecologia**. Essa é a pauta de **luta dos Agricultores familiares** no momento [...] também essa **luta geral contra o desmonte absoluto da política nacional de licenciamento, enfim, do licenciamento ambiental**, [...] porque quando tu **destrói com essas políticas**, o que acontece; os grandes, os **latifundiários, quem tem muito mais poder**, muito mais influência que vai se **beneficiar dessas questões**. [...] Está tendo uma **pressão bem grande dos parlamentares pra liberar vários agrotóxicos**, e nos últimos anos, desde 2016, 2015/16 pra frente, **foi liberado uma quantidade absurda de agrotóxico aqui no Brasil**, é o país do mundo que mais consome. [...] essa **luta por fortalecer esses mecanismos públicos**, de incentivo à **Agricultura Familiar, incentivo à agroecologia** [...] pra gente **reduzir esses números absurdos de consumo de agrotóxicos**, que **envenena diretamente as pessoas**, então, cruzando os dados com os **dados da Saúde se vê escancarado** essa questão. [...] olhando pra realidade das **mulheres rurais que estão enraizadas, totalmente ligadas com esse tema da agricultura e do meio ambiente é a luta contra os retrocessos do nosso país**, [...] Aqui na região como tem essa questão da **Agricultura Familiar** [...] essa produção que é **feita pelas mulheres**, que é o **tema da agroecologia ele é totalmente puxado pelas mulheres**, então de ter essa **valorização da agroecologia**, de ter **linha de incentivo para agricultura familiar desenvolvida pelas mulheres** nessa perspectiva de transição, também, **pra que elas possam ser valorizadas no serviço que elas fazem** [...] Aqui na região eu vejo muito esse movimento, das **mulheres estarem se colocando à frente das produções e fazendo feira**. [...] na UFFS nós tínhamos uma **Feira Agroecológica** [...] a **UFFS Erechim foi pioneira** [...] e as **nossas feirantes a maioria eram mulheres**. Na verdade, começou com uma **companheira** [...] ligada à **SUTRAF**, ao coletivo de mulheres das **SUTRAF**, e ela foi **uma das mulheres que revolucionou a própria vida a partir da agroecologia**, ela tomou as rédeas da família mesmo e hoje em dia é ela que é a chefe [...] **PANCs é “Plantas Alimentícias Não Convencionais”** [...] nos últimos anos, até ficou na moda falar de **PANCs**, porque antes quem falava era nós que **militava na agroecologia**, [...] que hoje em dia não são convencionais, mas **já foram muito usadas por centenas e centenas de anos** e a gente perdeu o conhecimento, de saber **“ah essa plantinha que nasce na beira de estrada dá pra comer é muito mais nutritiva** do que a salada que a gente compra no mercado”

Daiane: [...] esse grupo foi formado muito recentemente quando teve um **evento aqui na cidade de Erechim sobre gênero**, foi o primeiro evento de gênero das **mulheres da rede Ecovida de agroecologia**.

As mulheres reconhecem os **agrotóxicos na contramão da perspectiva ecológica**, como produtores de morte. Daí a preocupação dessas mulheres com a utilização de

agrotóxicos na produção agrícola, “**como é que fica a saúde das pessoas?**” (Daiane); preocupação com a utilização de agrotóxicos e produção com transgênicos, afetando a soberania e **segurança alimentar**, e a conseqüente perda da diversidade no campo tanto biológica quanto cultural (Renata). Percebe-se uma preocupação das mulheres em relação ao **futuro diante da realidade** que se apresenta, com o **avanço do agronegócio e suas políticas** (Renata). Como movimento reverso, o **retorno ao campo e busca de uma vida mais saudável**; preocupa a utilização de agrotóxicos também pelos pequenos agricultores (Daiane). As mulheres rurais e urbanas demonstram preocupação com a utilização de agrotóxicos (Vanderléia). Debates por dentro da **Universidade** demonstram **enfrentamentos com o grande capital** e, finalmente, a **decisão de não utilização de agrotóxicos**, apenas para pesquisas (Vanderléia):

Daiane: falando ali das mulheres que eu estou mais próximas, as mulheres da agroecologia, é muito essa preocupação com a questão do uso intensivo dos agrotóxicos [...] eu não estou morando mais na cidade de Erechim eu mudei agora pro distrito de Capo Erê, fica a 20km de Erechim, e aqui a gente mudou justamente pra poder plantar os nossos alimentos, então eu estou plantando aqui, ainda estou organizando porque é muito recente isso; mas tem uma vizinha nossa aqui, que também é professora, e ela plantou horrores de árvores ao redor da casa dela, porque aqui é muito forte a presença do agronegócio, então, veneno direto, assim. Ela fez essa barreira para a casa dela [...] nós gostamos de mato, porque mato protege essa bomba que é os agrotóxicos. [...] como é que fica a saúde das pessoas? [...] É uma luta muito forte, porque são muitos tipos de agrotóxicos que são proibidos em outros lugares e aqui é permitido, em doses absurdamente exageradas.

Renata: [...] as preocupações das mulheres daqui, pelo fato de estarem vinculadas ao campo trazem essa preocupação com a terra. [...] o modo de vida delas está vinculado com a terra, então quando você quebra isso, essa questão do esvaziamento rural, da grilagem das terras, dos agrotóxicos, transgenia. A questão dos agrotóxicos com a morte das abelhas [...] uma situação meio que global desse impacto dos agrotóxicos; a questão da soberania e segurança alimentar, da maior parte das pessoas que permanecem no campo focarem na especialização produtiva, então vai produzir só soja, ou só milho, ou vai criar sua vaca pra leite, e daí você vai perdendo essa diversidade, que ela não é só biológica mas também é cultural. Essas são preocupações que perpassam a luta das mulheres da terra, sejam as mulheres camponesas, sejam as mulheres do MST, e daqui da região, e talvez outras que eu esteja deixando passar batido, mas é muito forte essa questão do uso dos agrotóxicos, e da dificuldade toda que é isso, e que daí envolve muita discussão, porque é tudo muito errado se a gente for ver; a pessoa que quer fazer cultivo agroecológico ela que se vire, então se o vizinho está usando agrotóxico, você que faça a sua barreira. Se isso vai ocupar não sei quantos metros da sua terra, vai inviabilizar tantos hectares da sua produção problema seu. Então, o outro pode usar agrotóxicos, matar e envenenar todo mundo e está liberado. Agora você que quer produzir o orgânico, agroecológico, você tem que fazer as barreiras tudo bem certinho, então parece que eles e elas que estão erradas, e aí você tem a questão da vigilância sanitária que é um problema, porque a princípio seria uma coisa pra proteger, mas acaba mais atrapalhando porque é um monte de restrição, as quais as pequenas famílias não têm condição de cumprir com essa legislação e deixa de comercializar produtos que tem maior valor agregado, que viabilizaria essa própria comercialização, essa manutenção da vida no campo. Essas são algumas lutas, embates que tem nos territórios [...] você não pode vender pão, você não pode vender nada que não tenha todas aquelas exigências de cozinha, que você tem que fazer investimento, [...] que está tudo vinculado, então se a pessoa não consegue comercializar, se ela não consegue ter uma renda para se manter na terra, ela vai migrar, e se ela migra não é um problema só dela, é um problema do todo, porque daí a comunidade se desfaz, os laços de estabilidade, as formas de construção do conhecimento, você não vai ter troca de semente [...] a existência das sementes crioulas, ela depende dessa rede de sociabilidade está tudo

muito **amarrado**, então se você não tem essa questão da **economia**, você também acaba com a **cultura**, as pessoas **saem do campo**, e por outro lado se você não tem a questão da cultura, as pessoas vão deixar de **produzir diversidade** e vão produzir só pro **agronegócio**, vai ser um ramo, um braço do agronegócio, ali naquele território. Elas **permanecem no campo mas o campo não permanece mais nelas**. Então, assim, as coisas estão **muito interligadas**, e tudo isso está vinculado com a **terra**. Qual é o **manejo** que eu vou ter com a terra? Vai ser de **cuidado**? Vai ser de tentar entender os **ciclos desse meu agroecossistema**, como que ele funciona pra tentar manejar melhor ele? Como é que é terra aqui? Como é que eu crio esses **sistemas de controle biológico** pra não ter que usar insumos externos? E aí o que acontece se meu vizinho usa veneno, acaba com todo...

Vanderléia: As mulheres rurais, as camponesas, já trazem a **preocupação forte**, aqui é uma região que tem eu acho, uma outra coisa que expressa essa agenda feminista, que é o **enfrentamento aos agrotóxicos**, ela se deu muito forte dentro da **UFFS no Conselho Universitário**. Eu fiz parte de uma Comissão que discutia e que fez o regramento sobre o uso dos agrotóxicos. Foi muito difícil. **A gente conseguiu ter um posicionamento no Conselho Universitário contrário ao uso indiscriminado de agrotóxicos na UFFS, a gente só tem ele para pesquisa**. Então esse é um ponto que se tiver que dizer para vocês, ali teve um **enfrentamento grande**, e ele é um enfrentamento do **grande capital, é um enfrentamento da saúde e é um enfrentamento de gênero**. Porque as mulheres são as grandes **guardiãs das sementes e da natureza**. Então essa questão da preocupação com esse tema, é **uma contribuição que a Universidade vem trazendo também**, eu tinha até esquecido disso. A gente tem **feito pesquisa também** mostrando nos municípios onde tem muito **uso de veneno ou aumento de medicamentos para suicídio, depressão**, que tem relações com isso também.

Ana Carolina: [...] as mulheres eu acho que sim, elas tem muita **preocupação relacionada ao meio ambiente**. Mas aqui é uma região Claudete, que **um dos grandes problemas é o agrotóxico, é muito problemático a questão do agrotóxico aqui**. E é um tema muito espinhoso tá, muito, muito espinhoso. Então eu não sei te dizer, exatamente, **as questões ambientais aqui no interior do Paraná são muito atrasadas**. Assim como em tudo, mas aqui é uma questão ainda muito atrasada, a gente vê muita irregularidade, em toda a região, e eu moro no sítio.

6.3.2 Somos natureza: mulheres em movimento na produção da vida

Figura 56 – Roseli Nunes



Fonte: MST, 2018.

*“Prefiro morrer lutando
do que morrer de fome”*

Roseli Nunes²⁰

A perspectiva do Bem Viver está no horizonte das lutas das mulheres em movimento com quem dialogo aqui. Lutas históricas para mudar a realidade injusta, findar

²⁰ A vida de Roseli inspirou o filme *Terra para Rose*, documentado por Tetê Moraes.

sofrimentos e afirmar a vida e liberdade como direito. Nesses movimentos elas têm se colocado como defensoras ferrenhas da agroecologia como produção de vida. Essas mulheres tomam consciência e assumem essa luta **“estão lá plantando suas verdurinhas, tentando e melhorando sua alimentação”** (Daiane). **Somos parte da natureza**, como afirma Daiane, uma afirmação que se identifica com a perspectiva do Bem Viver. Tanto o feminismo popular camponês quanto o feminismo comunitário afirmam a forte relação da humanidade com a natureza e o meio ambiente como gerador de vida, como um todo orgânico. Daí a aproximação entre esses dois movimentos e com o Bem Viver. A afirmação dessa premissa pode ser percebida nas falas das interlocutoras que sinalizam todo o tempo essa relação, o pensar agroecologia e promover ações nessa perspectiva.

As mulheres estabelecem uma **relação pedagógica com a natureza** **“nós somos eu e a terra, estamos sendo”** (Solange) e se nota uma diversidade de experiências de produção comandadas por mulheres (Solange). As mulheres estabelecem em uma **relação “orgânica” com a terra** (Solange, Daiane); evidenciam a necessidade de **cuidar do meio ambiente** e o movimento feminista com olhar forte sobre essas questões (Francisca). As feiras de produtoras/es são consideradas espaço importante de **alimentação saudável** (Francisca); sinalizam a importância da Agenda 2030 e de trabalhar essas questões nas escolas (Francisca); por outro lado também percebem **disputas entre agronegócio e agricultura familiar** (Francisca, Valdete). Há uma diferenciação geracional entre as mulheres ligadas à terra: as mulheres mais velhas mantém a tradição e cultura da horta, outras mulheres estão submetidas à produção de mercado e outras mulheres mais ligadas à agroecologia e aos movimentos sociais e a luta política (Valdete). Nesse universo, percebe-se também, um **retorno das mulheres ao mundo rural**, depois de vivenciarem a formação acadêmica, levando para esse meio a **bagagem do conhecimento técnico acadêmico** (Valdete). Os momentos de crise, como o que estamos vivendo, forçam um retorno à produção de alimentos. É forte a relação das feministas camponesas com a terra e em seus diálogos pensam a **“Ciência a serviço da vida”** (Solange). As mulheres se colocam como protagonistas neste debate **“as mulheres são as grandes guardiãs das sementes e da natureza”** (Vanderléia), expressando uma grande preocupação com a vida humana e do planeta. Enquanto movimento social, as mulheres lutam pelo acesso à terra, associada à **produção agroecológica e preservação da vida** (Justina):

Daiane: É outra conexão, porque não adianta o pessoal querer ali **artificializar todo meio** e não querer assumir que eles são **parte da natureza**, então isso é muito difícil, acho que vai levar muito tempo e talvez seja tarde demais [...].

Solange: Uma coisa que eu admiro muito, gosto muito é dessa **boniteza da relação com a terra que as mulheres camponesas**, especialmente, **têm aqui**. [...] **as mulheres são da roça**, são trabalhadoras da terra, elas têm **uma concepção sobre o sentido que tem a terra, o cultivo da terra, o cuidado com as fontes d'água, o cuidado com a vida**, que é muito, não sei nem como explicar, mas eu considero **muito animadora, pedagógica** mesmo, que é **um outro olhar sobre a vida**, um outro olhar sobre a vida em todos os aspectos. [...] das mulheres agricultoras, **das mulheres camponesas** com as quais eu tenho mais contato, **elas estão participando das atividades de reflexão, de teorização, de pensar estratégia política de luta e estão na roça**, capinando, criando a galinha caipira, cuidando para que ela seja caipira mesmo, produzindo ovo caipira, vendendo, **fazendo esse movimento**. Eu tenho um exemplo, dois exemplos na verdade: **uma camponesa que é de uma cidade vizinha**, aqui, que **toda propriedade dela e do marido, no caso, é toda agroecológica, toda a produção orgânica, é muito bonito** de ver, assim, sentir o cheiro. Tem que vir ver! [...] tem uma outra **colega que também é mulher camponesa** aqui da região, e que **participa com a gente** de toda uma **discussão, digamos, acadêmica e de organização de processos formativos para juventude**. Nós temos aqui o **Instituto Dom José Gomes** e eu atuo, minha militância está se dando por dentro desse Instituto, e nesse Instituto a gente tem, então, a **presença dos movimentos, do MMC** e ela é uma figura que **está aqui discutindo com a gente teoricamente e ao mesmo tempo está lá na roça fazendo isso**. [...] que relação é essa com a Terra? É uma **relação de organicidade**, ela é **orgânica no sentido de sentir-se parte da terra** e de estabelecer com a terra uma **relação quase de uma simbiose, no sentido de “nós somos eu e a terra, estamos sendo”**. E o caso, por exemplo, da **Rosalina que é emblemático** [...] vendo a Rosa, tu vais ver a relação delas com a terra. Ao mesmo tempo que você **consegue enxergar a ciência a serviço da vida, tem uma mística nessa relação**, entende, que é de muita **boniteza mesmo!** [...] É no **sentido mais freiriano** mesmo, da **amorosidade, de se entender parte do processo** [...] nós temos aqui dentro de um **assentamento**, aqui em **Chapecó**, [...] a **feira Pachamama** e também os **produtos orgânicos e as invenções das mulheres** na forma de doces, massas feitas por essas **mãos que cultivam a terra e produz o produto que é transformado** em outra coisa para ser **comercializado** [...].

Francisca: A nossa [...] **região histórica de assentamentos, então são aqueles pequenos agricultores que se fortalecem na terra**. A dificuldade deles, são imensas, mas no contraponto de tudo isso, eu vejo que as pessoas, **a sociedade em geral, ela está tentando enxergar a importância desse meio ambiente**. Só que **no contraponto a isto, a nossa cidade é uma cidade da soja, dos grandes latifúndios, então é um desequilíbrio social que leva ao desequilíbrio do meio ambiente**. Mas tem sim, **tem muita gente já pensando, tem muita gente fazendo trabalhos, eu acho que Agenda 2030 vem com força**, segundo algumas informações ela vem para ser trabalhada nas Escolas, e eu acho que **as Escolas é um lugar potente para isso. É um palco para a gente dar corpo, dar voz, dar vez para essas políticas, mas é uma luta bem complicada** ali na minha região, porque são **dois mundos, o agronegócio e o povo que vai vender os seus...** [...] a gente tem a **Feira do Produtor**. Eu vejo muito mais, cada vez mais **pessoas buscando a sua alimentação na Feira do Produtor**, e isso é positivo. [...] Nós, seres humanos **aprendemos a não valorizar esse Meio Ambiente** [...] hoje já estão sendo **educadas de uma forma diferenciada** [...] **tenho esperança**. [...] Quando essa **meninada mais jovem vem para o movimento feminista**, e que vem para rua, que vem fazer a ato, uma das preocupações que sempre partem das jovens é **“precisamos ter cuidado com o que vamos produzir de material”**. [...] **Vamos reciclar, vamos separar** [...]. **Eu percebo isso e isso me entusiasma bastante**. É pouco, é muito pouco, mas é melhor que nada [...]. **Acho que o movimento tem forte esse cuidado com o meio ambiente** [...].

Valdete: [...] existem várias **diferenças entre o próprio mundo feminino do rural; tem mulheres mais ligadas a esse contexto da terra, que são as mulheres mais velhas,** [...] que mantém sua tradição de **cultivo da horta, das ervas medicinais e tudo mais; tem as mulheres que estão ali atropeladas por esse processo desse mercado, que não tem tempo**, porque estão ali na produção de leite intensiva, nas aves, nos suínos e tem as **mulheres mais ligadas ao contexto da agroecologia, que é uma luta mais ligada aos movimentos, e também mais próximas aos sindicatos mesmo, de militância, de participação, do envolvimento político**. Então, essa **relação se dá de maneiras diferentes, eu acredito**. Existem as **jovens rurais também, que esse retorno** [...] **jovens que estão fazendo o curso de Agronomia e daí voltando produzindo no rural**. Então, há uma **relação diferenciada, uma relação que vem do conhecimento técnico, do conhecimento técnico adquirido via movimentos, via as organizações**, o pessoal muito ligado à agroecologia e as **senhoras mais velhas que são aquele conhecimento antigo**. [...] **Nesses momentos de crise é um retorno para a produção de alimentos**. [...] dos próprios **quintais**,

pensando em quintais a horta, aquele ao redor da casa, aquele cultivo de alimentos que vão mais ali pra mesa, para o consumo da família.

Vanderléia: *As Mulheres sempre trazem em todos os debates, essa questão do **cuidado com a vida, com a terra, com a biodiversidade**, sempre. As **camponesas sempre trazem**. [...] tem as sementes que é o carro-chefe, **guardiãs das sementes**. [...] As **mulheres catadoras** de material reciclável que a gente tem um trabalho, também, junto com elas aqui, sempre trazem esse respeito, esse **cuidado, com a vida, com o planeta, com a natureza, é lindo de ver**. Essa preocupação com o planeta se **integra de duas formas, uma é com alimento**, acho que o alimento é algo que **une quem produz o alimento no campo, e quem enfrenta agrotóxico** e essa mudança, e é as mulheres da cidade também. Temos a **feira ecológica junto com a Universidade e os agricultores aqui**. Além disso, durante a **pandemia a gente se resignificou** e começamos a fazer direto a compra e venda dos agricultores com as entidades e a gente ainda **faz doações** para entidades e para as **famílias que passam fome** nas vilas. E a outra agenda é o **cuidado com o lixo**, o tipo de lixo, que entra toda essa problemática ambiental na cidade [...] A gente ainda tem as **mulheres do MAB**, as grandes **questões do planeta, a energia, a água, a terra, a natureza**, enfim, tudo isso está **interligado** [...].*

Ana Carolina: [...] aqui tem um **movimento de agricultura familiar**[...] a representante do sindicato de agricultores é uma mulher, é a **Dona Maria Júlia**, ela é uma **mulher super ativa politicamente** aqui na região [...] uma líder do movimento da agricultura.[...] **ela sempre que está à frente de todas as mobilizações dos agricultores da agricultura familiar da região**, e aqui na cidade, todo mundo conhece ela, **todo mundo quer falar com ela, quer saber a opinião dela**. E na **feira mesmo dos agricultores**, que tem aqui no sábado de manhã até as 4 da tarde, no centro da cidade, na feira tu vê que **a maioria é mulheres**, não sei se só as mulheres que vão. Tu vê as barracas, **todas com mulheres e com as filhas mulheres**. [...] as **mulheres estão mobilizadas**, mas essa questão **ecológica**, eu diria que está ainda muito, muito, muito atrasada. Eu digo como movimento feminista para as minhas alunas. Como o **movimento feminista luta por uma sociedade mais justa, mais igualitária, com um outro tipo de estrutura**, então tem que vir junto as questões relacionadas ao **meio ambiente**, e também, a relação com os **animais, com o meio ambiente** em geral [...] está **tudo conectado**. Ah, isso é outra coisa que aconteceu, eu **virei vegetariana**, depois que virei feminista [...].

Justina: [...] vai construindo a **proposta da agroecologia** [...] **vem preocupando** muito forte, é o **avanço do pacote químico** enquanto quantidade de venenos e a intensidade. [...] Às vezes **ela tem a compreensão da importância da agroecologia**, da produção sem venenos, de ter as sementes crioulas, **mas ela ainda não conseguiu avançar o suficiente** [...] o governo [...] a **falta de políticas públicas** que subsidiem essa proposta que as **mulheres do movimento vem construindo**. Nós sabemos que **a proposta dos quintais tem avançado**, e elas vão **afastando os venenos de perto delas, de perto do quintal**, mas **ela não estão conseguindo avançar o suficiente** para o convencimento do abandono do pacote químico [...] **elas percebem as doenças chegando**, elas percebem **erosão tanto da terra** quanto da biodiversidade. [...] Elas **estudam**, sabem dos males, sentem no cotidiano o **peso disso com as doenças**, e há **pouca condição de enfrentar**. Eu acho que os grandes debates continuam girando em torno dessas questões e da **questão dos direitos, saúde** [...] **erosão das sementes, da terra, da contaminação da água e do ambiente de modo geral, de como produzir alimentos saudáveis para toda a população e como enfrentar a fome e a miséria** [...].

A forte relação das mulheres com a terra evidencia a **conexão entre feminismo e agroecologia**, também associada aos princípios do Bem Viver. Nas produções agroecológicas é forte a relação com a terra, passa por uma mística de “sentipensar” a terra, uma simbiose entre os territórios corpo e terra (CABNAL, 2018). Quando essa perspectiva se faz presente percebe-se uma práxis freireana, no sentido do Bem Viver, já que se conecta à terra em relação de reciprocidade.

O conceito de “sentipensar” parece ter sido popularizado pelo sociólogo Orlando Fals Borda, um termo que segundo ele lhe foi trazido por um pescador (CAMPIOLO, 2018)

colombiano. Também Arturo Escobar (2014) e Campiolo (2018) atribuem a Fals Borba a origem do conceito. Segundo Campiolo (2018), Fals Borba teria convivido com pescadores colombianos “em suas casas” (p. 88). Galeano se utiliza do conceito, bem referenciado, o torna base de seus pensamentos (CAMPIOLO, 2018). O conceito também se relaciona muito com a perspectiva do feminismo comunitário, já que Cabnal enfatiza a perspectiva de “um sentir pensante” (CABNAL, 2018, p. 37).

6.4 DIGNIDADE EM MÚLTIPLOS SENTIDOS: DA LIBERDADE E AUTONOMIA AOS DIREITOS COLETIVOS

Dignificadas são elas, que fazem canções, escrevem poesias, gritam em coletivos, escutam, cuidam, amam, batalham, repousam e, acima de tudo, seguem em movimentos pela vida e liberdade. A dignidade é busca, movimento e ação; é inspiração para canções, poesias, teses, textos, discursos e resistências. Se está em movimento/pauta é porque faz sentido em seus múltiplos sentidos, sinalizados aqui desde as falas das interlocutoras.

Figura 57 – *Dignificada* - Lila Downs



Foto: FORBES.COM.MX

*Hay en la noche un grito
y se escucha lejano
Cuentan al sur,
es la voz del silencio
En este armario
hay un gato encerrado
Porque una mujer,
porque una mujer
defendió su derecho
De la montaña se escucha
la de un rayo
Es el relámpago
claro de la verdad
En esta vida santa
que nadie perdona nada
Pero si una mujer,
pero si una mujer
pelea por su dignidad [...].*

Lila Downs

Quando se pensa na dignidade das mulheres, necessariamente é preciso articular o conceito à uma vida digna para todas e todes, como um direito fundamental, que abarca tanto seu sentido mais básico, o acesso às condições mínimas de vida, quanto os múltiplos sentidos distintos e diversos da existência humana. O conceito também abarca seu contraponto, o conceito de “privação” que, para Gerda Lerner (2019) é objetivo, mas esconde as relações de poder. Por isso, dignidade em múltiplos sentidos, buscando alargar o conceito para além da privação das condições básicas de sobrevivência, mais ligada aos aspectos materiais, pois também afirmamos a necessária dignidade de uma existência com liberdade, sem violências, com reconhecimento e respeito às subjetividades.

Os movimentos feministas, como já destacamos, colocam as mulheres como protagonistas de lutas fundamentais na busca de reconhecimento e dignidade, sendo referência também para outros coletivos (BARRANCOS, 2020), também para espaços formais de formação, como a universidade. A afirmação da dignidade como direito perpassa os processos formativos libertários. Como destaca Severino (2021) ao se referir à Freire e sua preocupação com as condições de opressão e busca da dignidade,

Paulo Freire já revela sua percepção da condição de opressão e alienação em que se encontra significativa parcela da população latino-americana, bem como sua proposta de uma ação pedagógica libertadora, a ser implementada mediante uma prática dialógica e antiautoritária. Os processos didático-pedagógicos se iniciam pela tomada de consciência da condição de opressão e são marcados por atitudes de reconhecimento, afirmação e respeito da dignidade dos educandos em sua alteridade. Trata-se de se pensar com o oprimido, não para o oprimido (SEVERINO, 2021, p. 112).

Entre as tantas artimanhas do sistema capitalista, Saffioti (2013) destaca que a divisão sexual do trabalho possibilita e preserva o sistema capitalista, ao minimizar suas contradições, especialmente aquelas ligadas à incapacidade do capitalismo de oferecer respostas às demandas vinculadas à dignidade da vida no planeta.

As lutas de resistência e pela dignidade humana se fazem fortes em movimentos, organizações e também em espaços institucionais que se fundamentam em uma perspectiva democrática e libertária. A UFFS manifesta em seus documentos a preocupação com uma educação que impulse a capacidade de indignação e de se posicionar contra qualquer injustiça e atentado à dignidade humana:

[...] pretende oferecer uma educação que faça jus ao conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador. Traduz-se pela

capacidade de se indignar e de se posicionar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida e de crença, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros. Uma educação, enfim, entendida como processo socializante e democratizante do conhecimento, agente impulsionador do desenvolvimento humano e social e, portanto, direito de todo ser humano (UFFS, 2019, p. 54).

Teresa Cunha (2017), em seus estudos busca práticas de mulheres que resistem e lutam pela dignidade humana. Na prática, na vida das mulheres entre a universidade e o movimento, entendemos que uma vida digna para as mulheres significa reconhecer, primeiro, uma necessária vida com dignidade para todas e todos. Uma sociedade de Bem Viver promove condições básicas de sobrevivência, acesso à saúde, educação e ocupação dos espaços público-políticos. Implica também uma existência em harmonia com outros seres humanos e com a natureza e a possibilidade de realização de sonhos de vida. As falas das interlocutoras acerca da vida digna e suas implicações sinalizam alguns princípios básicos: **vida digna é respeito, liberdade, emancipação e não violência**. Afirmar a liberdade como princípio básico para uma vida é o que se propõem as mulheres em movimento. Associada a esse princípio está a emancipação e autonomia, temáticas já abordada anteriormente, no capítulo referente ao eixo feminismo, e retomada aqui ao considerar a necessidade desses princípios como afirmação de dignidade. Significa dizer que as mulheres são sujeitas de direitos, direito à liberdade de pensamento e ação, com direito sobre seus corpos, por isso denunciam os abusos. Significa dizer que as mulheres têm capacidade de se autogerir e autossustentar. Dignidade significa para essas mulheres a possibilidade de exercer sua liberdade de pensamento, de posicionamento e o direito de ocupar todos os espaços público-políticos.

A liberdade aparece como questão fundamental para muitas interlocutoras como afirmação de dignidade: **liberdade** para “**fazer escolhas**” (Sandra), sem condicionamentos de qualquer natureza; possibilidade e oportunidade de construir ou “**seguir seus próprios caminhos com condições**” (Sandra); **respeito, liberdade, empoderamento e não violência** (Valdete). O direito à **vida como princípio fundamental** (Grasiele). Vida digna é ter **liberdade e autonomia** para poder se posicionar e fazer escolhas em todos os aspectos da vida (Naira); **Reconhecimento e liberdade** de ocupar todos os espaços (Grasiele); **Viver com liberdade, sem medo e sem violência** (Ana Carolina):

Sandra: Acho que uma vida digna é elas poderem **fazer escolhas**, elas terem as oportunidades de fazer escolhas e terem oportunidades de **seguir seus próprios caminhos com condições**, que sejam condições de **acesso, mobilidade e permanência**, nas suas escolhas, **fazendo aquilo que elas desejarem fazer**, não que elas sejam obrigadas a realizar projetos de outros por falta de possibilidades, de oportunidades e de liberdade; acho que **a questão primeira destas mulheres é a liberdade**, elas entenderem que **podem ser livres** e não precisam fazer parte de projetos de homens ou de suas famílias, elas **podem ter seus próprios projetos**.

Valdete: eu acho que primeiro é ter nossa **condição de mulher respeitada**, [...] de **não violência** [...] **em todos os sentidos**, a não violência física, a não violência moral, patrimonial. [...] e a partir daí nosso empoderamento, nosso **empoderamento financeiro e tudo o mais**. Eu falei em relação às mulheres rurais, mas isso é para todas nós, todas as mulheres [...] não violência em todos esses aspectos, **condições de trabalho e liberdade de ação, liberdade para pensar**, para as diferentes vivência que as mulheres têm, para as diferentes escolhas, né, de sua **vida sexual, afetiva** [...] **liberdade é poder ser feminista, é poder ser livre!** [...] Para a gente poder ter liberdade a gente tem que ter **condições de vida**, tem ter um **trabalho adequado que não nos humilhe, que não nos oprima**. [...]. A gente não consegue ser totalmente livres enquanto a gente tem essas **amarras** [...].

Grasiele: Acho que a primeira coisa é ter **direito à vida, a permanecer vivas**, porque o feminicídio ele está avançando aqui em Erechim, até eu fico assustada, porque é muito **comum ver notícias de feminicídio**, [...] a gente **ser respeitada** nos diversos espaços onde a gente queira ocupar, seja no mercado de trabalho, seja no ensino, de conseguir uma vaga, de ser respeitada em sala de aula, tanto por estudantes quanto por professores, [...] É uma **realidade da academia** [...] o **machismo acadêmico** [...] ter o **nosso espaço**, [...] ter a **nossa voz respeitada**, tanto nesses espaços quanto nas **direções dos movimentos**, [...] **ser levada a sério**, das **mulheres também poderem ocupar esses espaços de direção, de coordenação, espaços de decisão**, não só pra ficar tocando tarefa, fazendo o que os outros mandam, mas também de poder estar **decidindo ativamente**, e a gente não ter vergonha, **não ter medo de se mostrar, a gente ter essa liberdade para ser quem a gente é de fato**.

Naira: A **liberdade de tu poder optar por algumas coisas** né, diante dos teus parâmetros e não ter que ficar subordinada a decisões de outras pessoas. Ter esse direito mesmo, de **escolher a forma que quero viver**. É claro que existem as **restrições econômicas**, mas pelo menos, você ter as possibilidades de buscar e ir **ampliando** cada vez mais o **processo de autonomia**. Tu pode não ter uma autonomia total em virtude da classe social que tu pertences, mas pelo menos dentro daqueles aspectos, no meio em que você vive, dos teus pares, você **têm que ter o direito à poder se posicionar, à fazer suas colocações**, então, uma agricultora tem o direito de ter uma **vida digna, de ter boa alimentação, mas também de usufruir e planejar o fruto desse trabalho**, em que ela vai gastar, ter essa **participação nos processos decisórios dentro da família**. Eu falo muito dentro da lógica da **agricultura porque é onde eu mais vivo**, mas isso se aplica em qualquer família, se for pensar em grupo familiar as pessoas que tu vive, tu ter essa **possibilidade** de “estou trabalhando, aonde que eu vou aplicar, como que eu vou **planejar a minha vida a partir disso**”.

Ana Carolina: Uma **vida digna** seria uma vida tendo, além de **respeito e de equilíbrio maior nos afazeres domésticos e afazeres profissionais fora de casa**, porque o afazer doméstico também é um afazer profissional, que a gente tem, um trabalho. Eu acho que seria a **gente poder viver sem medo** porque a mulher **tem sempre esse receio que algo possa acontecer com ela ou se ela é mãe, com as filhas, com amiga, com a irmã**. [...] que a gente pudesse estar **tranquila em casa, esperando a filha voltar da escola sem se preocupar** [...] **eu poderia morar sozinha**, não precisaria necessariamente ter um companheiro para me proteger [...] É difícil, a gente está sempre limitada; tem que **pensar na roupa, no jeito que tu vai falar**, na abordagem, pensar se se portou bem, se não estava inadequada, **porque aquilo pode incitar** para além de ser xingada ou de acharem alguma coisa de ti [...] todas as mulheres acabam fazendo o tempo inteiro. “Ah, não vou passar por aquela rua”, “não vou fazer isso”, “não vou fazer aquilo”, “não sei o quê”, “não vou essa hora em tal lugar” e assim vai. O tempo inteiro a gente tá pensando nisso. [...] vida digna seria a mulher realmente ter um **respaldo das autoridades e da sociedade** [...] **contra essa cultura do abuso, da violência doméstica** [...] **vida digna seria a gente poder andar na rua, poder morar sozinha**.

Vida digna e acesso aos direitos básicos e reconhecimento. Vida digna é percebida pelas mulheres como **acesso aos direitos básicos da vida** como saúde, educação, alimentação, moradia (Liria, Maria Alice), **direitos básicos para mulheres e para todos e todes, como também: condições de acesso, mobilidade e permanência (Sandra); é ter qualidade de vida e** acesso à políticas públicas como direito: saúde, lazer, descanso, “liberdade de escolha” (Naira, Valdete). Direitos sociais: saúde, educação, formação, formação superior para consciência crítica (Naira). Reconhecimento do trabalho (Naira); Vida digna é ter trabalho com condições adequadas, em tempo justo e com salário justo, que seja também qualidade de vida (Francisca, Valdete). É preciso pensar em alternativas para o trabalho reprodutivo, pois não é apenas tarefa das mulheres, que se reflete em dupla jornada para as mulheres, muitas criam filhos sozinhas (Francisca). Ter condições básicas, ainda que em uma perspectiva de vida simples, é não viver de projeções – lutar para melhorar sempre, mas celebrar cada conquista (Maria Alice). Nessa perspectiva penso que Maria Alice afirma não pensar a felicidade em uma lógica de acúmulo.

Valdete: eu acho que as possibilidades estão todas aí, né, de empoderamento, o financeiro, o empoderamento de poder de decisões, também. Então, acho que as condições de vida digna é condições de trabalho adequada, políticas públicas, porque é um direito nosso políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais.

Sandra: [...] oportunidades de seguir seus próprios caminhos com condições, que sejam condições de acesso, mobilidade e permanência, nas suas escolhas, [...] não que elas sejam obrigadas a realizar projetos de outros por falta de possibilidades, de oportunidades [...].

Naira: Acho que é essa questão de um trabalho reconhecido, porque o trabalho é fundante. Não tem mulher que não trabalhe. Então ser reconhecida em todas as dimensões do trabalho. [...] E daí as outras questões que muitas vezes são provenientes de políticas públicas, como ter acesso à educação, à saúde [...] horas de descanso, lazer, que é outra questão que quase não se discute como uma coisa social., parece que é um luxo ter liberdade de escolhas. [...] os direitos sociais, saúde, educação, formação, direito de como se comunicar, ter acesso.

Francisca: Uma vida digna seria ter uma qualidade de vida. Qualidade de vida o quê que é? Você ter um trabalho digno e que te mantenha morando, eu não enxergo um palacete, mas com dignidade. Que no mínimo tu tenha água encanada, [...] luz elétrica, que você tenha escola para os seus filhos, com qualidade, escola pública com qualidade. [...] que o teu trabalho seja um complemento de qualidade de vida, e não um trabalho escravo, entendeu? Você trabalhe por prazer e para sobreviver, não o trabalho escravo que a maioria das nossas mulheres fazem, independente de qualificação. [...] nós mulheres [...] estamos trabalhando além das nossas possibilidades humanas. Por que? Porque as mulheres hoje a maioria são mães solo, são as donas da casa, são “Pãe” (Pai e Mãe) e elas tem que trabalhar para bancar esses filhos. A dupla jornada de trabalho que as mulheres fazem ela é cruel. Nós ainda não aprendemos a dizer [...] você não me ajuda no trabalho doméstico, você faz o trabalho doméstico, porque nós moramos nesta casa.

Liria: Uma vida digna? Primeiro com o básico, os direitos básicos [...] direito à saúde, à educação, moradia, alimentação [...] o conceito de dignidade é complexo também, ele parte primeiro dessas questões básicas, o que eu preciso para viver, o que eu preciso para o meu bem viver, digamos assim... Preciso me alimentar, preciso dormir, mas eu também preciso ter uma moradia, eu preciso ter acesso à saúde, preciso ter saúde ou

se eu não tiver saúde eu preciso ter **acesso ao direito à saúde**, a tratar a saúde, a **educação como espaço de formação**, esses são os básicos.

*Maria Alice: Uma vida digna é eu estar feliz com as condições que eu tenho. Não interessa quais são essas condições, **pode ser um sítio pequenininho e uma casinha bem modesta**, mas se ela tem as florezinhas e a cor que eu gosto, e me sinto feliz com aquilo que eu produzo, grata com aquilo, acho que é uma **vida feliz**. Isso é **felicidade**. É não **projetar demais o futuro** ou se **deprimir** porque não estou conseguindo, não saio do lugar, não. É realmente **viver mais aquilo** que tu tem com essas condições. **Lutar, claro, sempre, para melhorar essas condições**, mas não ficar só aí, se amarrando.[...] É eu **estar feliz** com algumas coisas que eu **consegui** [...] vida digna é isso, **continuar sempre** se agarrando a esses **movimentos de vida**. É isso que te **impulsiona a viver** cada vez mais. [...] quando a gente **desamarra desses pensamentos formatados**, enquadrados, a gente **se liberta e é muito tu mais feliz**.*

Vida digna para as mulheres significa equidade em relação aos homens: ainda que essa seja uma luta desde os primórdios do movimento feminista, ela segue viva, pois as mulheres ainda seguem discriminadas e sofrem preconceitos de gênero, sempre que sua capacidade para exercer alguma função é questionada, ou que recebe salários menores, ou são afastadas/impedidas de funções de liderança. Vida digna “**é ter igualdade social, igualdade econômica**” (Gisele). Daiane destaca episódios de discriminação sofridos por mulheres na região, o que evidencia a necessária luta para vencer o machismo em uma sociedade capitalista (Francisca). Portanto, ainda se manifesta as múltiplas faces da misoginia: “**você não vai saber isso que eu quero perguntar**” (Daiane).

*Daiane: [...] é ela ter **possibilidade de ter igualdade**, ter acesso da **mesma forma que os homens e não serem oprimidas**, pelo simples fato de serem mulheres elas ter que carregar isso **desde sempre**. [...] Jeu estava ouvindo uma entrevista de uma técnica, uma ONG aqui de Erechim, do CETAP [...] ela acabou saindo [...] ela ia para a propriedade **fazer o trabalho dela enquanto técnica** [...] os donos da casa, que normalmente era o **marido que recebia** ela, ele falava assim: “**Espera um pouco que eu vou chamar minha esposa**” tipo assim, **porque veio a mulher não tem nenhum valor**, [...] que quando esses agricultores ligavam, eles falavam “**ah, eu quero falar com o rapaz** tal lá, porque **você não vai saber isso que eu quero perguntar**” [...] Ai ela falou “**se eu me formei junto com tal pessoa, será que o professor, na hora da explicação, ia pedir: as meninas saem que a explicação vai ser só para os meninos**”.*

*Gisele: [...] uma vida digna para as mulheres é **igualdade, igualdade de gênero**. Eu acho que eu enquanto mulher **não quero ser melhor**, não quero ter um destaque maior do **que um homem, eu quero é ter igualdade social, igualdade econômica** [...] eu já vivi essa realidade quando eu não estava na instituição federal, quando eu estava no privado, então eu **ganhava sempre menos** do que os homens, as mulheres geralmente **ganham menos do que os homens**. E a questão social mesmo de **reconhecimento**. Então **para mim** uma vida digna é tu ser **reconhecida profissionalmente, reconhecida enquanto mulher, respeitada enquanto mulher, e que tu tenha os mesmos direitos que os homens**.*

*Francisca: Porque o **machismo ainda é muito forte** [...] me reporta ao período pós-abolição em que as **mulheres negras vão para rua**, vender e **fazer trabalho doméstico** para manter seus companheiros. Então parece que essas histórias se repetem, **nós mulheres temos que ir mudando esses conceitos**, trabalhando esses conceitos, para **vencer os preconceitos**, que são estabelecidos na **sociedade que é machista ainda, que é capitalista**. [...] quando estoura a pandemia, tínhamos populações em Passo Fundo [...] que não tinha água encanada. Isso é qualidade de vida? [...] a gente precisa **sim construir esses diálogos com as mulheres** para que a gente possa **vencer essas dificuldades**, mas ainda vai bem longe ainda, algumas gerações para gente **desconstruir para construir essa nova sociedade, com equilíbrio, com respeito**. Por que eu não posso chegar*

em casa e sentar e assistir uma novela depois de um dia de trabalho? Por que quem chega primeiro não pode fazer o almoço?

Dignidade é afirmação coletiva para a transformação social: esperança e Bem Viver. Vida digna para as mulheres é para todos e todes como afirmação de transformação, esperança e bem viver. Para Solange “**vida digna para as mulheres é o que eu espero da vida para a humanidade, para todos e todas**”, por isso uma luta de homens e mulheres e a necessidade de pensar juntxs processos de transformação (Renata) e de formação de **consciência, organização e luta** (Adriana). Pensar uma perspectiva de vida digna para as mulheres significa entender a **conexão entre local/global e vice-versa** (Renata), é ter esperança nas novas gerações (Francisca). Vida digna está ligada à **perspectiva dos povos originários**, ao **Bem Viver**, também à **agroecologia e integração de saberes** ou seja à **defesa da vida** e luta por um necessário movimento de transformação social em diversos aspectos, é **esperançar e acreditar na força do povo** para o processo de transformação (Vanderléia). Dignidade é buscar o “**inédito viável**”, é **construir coletivamente** perspectivas de mudança, de transformação social, é também ter **lazer, perpassa a luta e a esperança** (Liria). Vida digna é ter **acesso a terra; produzir sem veneno**, ter direito sobre as sementes; a **dignidade é coletiva** (Justina):

Solange: Olha, a condição de vida que é para todos, sabe, o direito de comer beber, vestir, morar, amar e outras cositas más [...] não precisar mendigar a comida, o teto, a educação, o direito à educação, o direito à saúde [...] de ter onde ser acolhido do jeito que é [...] a condição de acolhimento e de dignidade, de acesso, de saneamento básico, sabe, essa moradia como esse espaço com condições, [...] ser olhada, ser vista como sujeito [...] que luta, que sente, que trabalha, [...] abaixo qualquer tipo de violência seja ela da ordem da palavra ou da ordem da mão erguida [...] vida digna para as mulheres é o que eu espero da vida para a humanidade, para todos e todas.

Renata: [...] perspectiva de vida digna para as mulheres é entender uma perspectiva de vida digna pra sociedade como um todo. A gente tem questões muito específicas das mulheres, de opressão e de dominação, mas porque por outro lado, você tem alguém oprimindo e explorando e os homens não são nossos inimigos, [...] é uma luta de homens e mulheres, embora como são as mulheres que sofrem na pele, são as mulheres que estão morrendo, vai partir delas essa discussão [...] é um problema da sociedade como um todo. [...] perspectiva de digna pras mulheres é pensar em modelos de sociedade, em modelos de relações sociais e pensar como que a gente vai alcançar e transformar isso. [...] o que vejo que as mulheres fazem, das que já estão organizadas e discutindo é que não dá pra gente pensar o local sem pensar o global e não dá pra pensar o global sem pensar o local [...] a gente tem essas lutas que são econômicas, que elas são culturais, que elas são ecológicas e que elas estão todas interligadas, porque por exemplo, a luta pela semente crioulos é uma luta pela autonomia financeira também no sentido do que eu não vou ficar dependente das transnacionais, não vou ter que pagar royalties pela sementes. Então, é essa autonomia, você tem uma comunidade articulada no campo, você vai ter a troca de ajuda, você vai ter os mutirões, esses laços de solidariedade [...] a vida digna das mulheres ela precisa estar discutindo as relações de gênero, precisa estar discutindo as relações do manejo com a natureza, as formas como a gente se relaciona com a natureza, estar discutindo como que a gente faz política, como é a economia como a gente constrói a economia [...] a gente vai ter as mulheres

negras, indígenas e as LGBTQI, enfim, por aí vai, e essas questões precisam estar em pauta pra que as opressões e discriminações não se perpetuem.

Adriana: Acho que é ter trabalho, ter renda e ser respeitada, mas para isso precisa [...] muitas coisas: políticas agrícolas, políticas de educação, e muita conscientização, organização, e não vai se resolver num lugar, num município... Temos muito a avançar na organização, na luta e na vida concreta, né, porque não é numa região, num município que vai resolver; que precisa uma transformação mais geral, de valores [...].

Francisca: Eu aposto muito na juventude, eu vejo que as meninas, as jovens, os jovens [...] estão desconstruindo [...] já estão conseguindo [...] esse pouco nos dá luz no fundo do túnel, que é possível essa mudança, essa transformação social. [...] eu acho que a meninada faz a diferença. [...] tenho um filho que tem uma menininha com 2 anos, a esposa dele e ele trabalham, mas os dois cuidam da filha, os dois cuidando da casa [...] Bonito. Eu estou sempre elogiando, sempre [...] Porque eu acho que tem que dizer que está certo. [...] Então eu acho que essa geração que vem vindo aí vai fazer uma bela diferença, eu aposto sempre. Paulo Freire nos ensina a esperar.

Vanderléia: Perspectiva de vida digna? Eu acho que a gente tem que mudar esse modelo que está aí. O caminho do Bem Viver, como os povos originários nos trazem, é uma perspectiva que me encanta, e eu acredito que esse é um caminho possível, o inédito viável como diria Paulo Freire. A perspectiva da agroecologia, da integração de saberes, da articulação entre campo e cidade, da produção de alimentos, dessa retomada do desenvolvimento loco-regional caminha nessa perspectiva. Mas isso tudo só é possível se tem uma atuação micro, individual, familiar, comunitária loco-regional, mas uma perspectiva nacionalista e de solidariedade entre os povos. E isso precisa mudar o sistema, só que a gente não tem como mudar o sistema primeiro para mudar as coisas depois [...] a defesa da vida e da saúde hoje que está como carro-chefe diante de um contexto pandêmico, coloca a necessidade da gente repensar a vida a partir dos nossos pequenos movimentos cotidianos e integrados num movimento de mudança nacional e internacional, um outro mundo é possível eu ainda acredito, e ainda acredito que essa pandemia veio nos dizer que esse sistema do jeito que está e que cada vez mais se desnuda as desigualdades e as condições que estão aí aos mais pobres, se a gente não fizer uma grande mudança, uma grande transformação no sistema econômico, político e social a partir de políticas públicas fortes, de um estado forte para as políticas públicas universais e não para o mercado como nós temos hoje. Precisamos transformar isso, eu não acredito que a gente consiga mudar a qualidade de vida das pessoas sem ter um estado forte, capaz de implementar políticas públicas universais e universalizantes, em defesa da vida. E isso tudo se dá com uma sociedade democrática e enfrentando o bolsonarismo, o neonazismo, neofascismo que a gente está vivendo, a necropolítica, então assim eu vejo que são tempos sombrios que nós vivemos. Mas eu acredito na força e na capacidade do povo reconstruir esse nosso país, o nosso mundo, o nosso planeta, e trago o centenário de Paulo Freire para nos dizer que é preciso Esperançar [...] precisamos reaprender a reconstruir as formas de luta e libertação dos povos.

Liria: [...] o maior debate que existe da dignidade, a ter os direitos básicos, mas ir além dos básicos, ir para uma perspectiva do inédito viável, que é nós também trazermos para o nosso individual a perspectiva de mudança, mudança individual, mas também nessa relação com o coletivo, com os movimentos sociais, com outras pessoas, para modificar também a sociedade. [...] viabilizar essa dignidade também pelos meus sonhos. A universidade é o inédito viável, [...] a dignidade perpassa, é difícil definir isso, a universidade perpassa, também é um inédito viável, porque a dignidade também tem a ver com a felicidade, e a felicidade não é um conceito que é só individual ele é coletivo também, porque ele tem que estar na relação. Ser digno é tu ter o básico, mas tu também realizar utopias, trazer para você e para as pessoas, pensar em uma sociedade mais humana [...] se eu pensar só no direito básico para mim, “eu tenho minha casa, eu tenho meu alimento, eu tenho uma graduação, uma pós-graduação”, mas a sociedade não está assim, ela é desigual. Então pensar o que é uma mulher digna ou uma pessoa digna, é ter essa preocupação também com a transformação, porque senão eu me fecho e eu fico no individual e o individual não transforma. Você é um sujeito individual que se relaciona. Então eu vejo essa inter-relação, [...] a dignidade também é ter lazer, é ter esperança em um mundo melhor, é lutar [...] faz tempo que eu não reflito sobre esse conceito, mas eu fiquei refletindo, dignidade é esperança, e a esperança é esse inédito viável que eu quero dizer, é esse esperar, essa esperança de um mundo melhor, e que todos tenham vida digna [...].

Justina: Essa questão da vida digna, eu acho que se eu me reportar para uma mulher camponesa, eu diria que é a questão de ter acesso à terra, o direito de produzir sem venenos, o direito de poder continuar produzindo com as sementes, porque as sementes são autonomia da agricultura, se você tem a semente, se você tem a terra, você vai ter possibilidade de construir essa dignidade. A outra questão que eu acredito muito como vida digna é as mulheres se entenderem enquanto ser humano e um ser de direito. [...] vida digna é um pouco isso, é ter as condições. Não é preciso ter muito, mas ter o suficiente para você poder morar, trabalhar, viver, se relacionar. [...] não é acúmulo, não é supérfluo [...] é o essencial para que se viva com dignidade. [...] não é naquela lógica de que ser pobre é melhor, não. Eu estou me referindo a distribuição de renda, estamos referindo a distribuição da terra, estamos me referindo a políticas estruturais, que limitem o abuso de propriedade, o abuso de poder, o abuso do acúmulo. [...] Para ter dignidade é preciso entender essa questão da discriminação, da exploração, por isso me parece fundamental que não haverá dignidade humana e não haverá vida digna individualmente, ela vai acontecer de forma coletiva. [...] não se vendo como a única pessoa, vai ver o todo, é que vai ver as demais. Vai estar em sintonia com os demais.

Formação humana ético-política como direito/marcador da dignidade: a possibilidade de formação humana é vista como marcador de uma vida digna. Essa formação pode se dar em interrelações sociais com grupos e movimentos ao longo da vida por onde vamos constituindo nossa subjetividade. Como destaca Liria, nas relações sociais e culturais, percebidas como espaços formativos que vamos **construindo identidade e subjetividades**. Já abordamos aqui o espaço familiar e comunitário, assim como espaços de educação formal, em destaque ao papel da universidade como “espaço de constituição de identidades” (Liria). A formação superior como espaço de reflexão, problematização e formação de consciência crítica (Naira), por isso a necessidade de condições de acesso, mobilidade e permanência, já que é um espaço formativo tão importante (Naira):

Naira: [...] educação é fundamental porque é um direito síntese, a partir dele tu consegue acessar a outros, mas acho que essa ideia da formação permanente ela é... Não formação no sentido de que a gente, enquanto meio universitário vai levar o conhecimento às pessoas que não tem, mas de elas poderem ir pensando sobre sua vida, refletindo, problematizando, buscando outras estratégias, acho que isso é bem significativo. Acho que eu não tinha essa dimensão antes de entrar no ensino universitário, talvez porque cidades maiores é importante também, mas acho que a questão da nossa Universidade nos Campi onde se encontram elas impactam mais por conta dessas oportunidades que oferecem, é mais significativo o impacto dentro dessas portas que se abrem.

Liria: [...] a dignidade tem a ver também, e eu retomo o conceito de formação humana, porque tem a ver com a nossa constituição enquanto sujeitos, sujeitos [...] vamos constituindo as nossas identidades, as nossas relações sociais e nas nossas relações culturais, então para além de uma necessidade básica de direito de alimentação, à saúde ou à moradia, a educação, nós também precisamos nos relacionar com as outras pessoas, fortalecer o diálogo, é por meio do diálogo que nós vamos nos melhorando digamos assim, enquanto sujeitos [...] ter dignidade é também ter liberdade, liberdade de pensamento, liberdade de manifestação, liberdade de ação, seja individual, seja coletiva. [...] direito a educação [...] porque a universidade é também um espaço de constituição de identidades [...] espaço que eu vou me constituindo e reconstituindo assim como o conhecimento, eu não estou fechada, eu não nasci pronta [...].

Os princípios marcadores de dignidade identificados, sinalizam que vida digna está, também, associada à perspectiva dos povos originários, ao Bem Viver, à agroecologia em

uma integração de saberes pela defesa da vida e da saúde (Vanderléia). Vida digna está conectada à **luta por um necessário movimento de transformação social em diversos aspectos**, com **transformação do sistema** (Vanderléia), acreditando e buscando caminhos para o *“inédito viável”* (Liria) capaz de mudar a sociedade. Dignidade **também é ter lazer** (Liria), direito de desfrutar a vida com uma certa leveza; é ter **acesso a terra; produzir sem veneno e ter direito sobre as sementes**, a **dignidade é coletiva** (Justina). A **Universidade** se apresenta como espaço importante de **formação humana com dignidade**, de constituição de identidades nas relações sociais (Liria), de reflexão mais profunda, problematização e **formação de consciência crítica** (Naira). As múltiplas faces da dignidade apontam para o coletivo, já que ela só se realiza efetivamente se for **para todas, todos e todes**, que carrega **a esperança de transformação em uma perspectiva de Bem Viver**. Portanto, é uma **luta coletiva para o coletivo**, daí a necessidade de pensar coletivamente processos de transformação, com consciência, organização (Renata, Adriana), **conectando o local ao global** e vice-versa (Renata). A luta pela dignidade das mulheres é a luta pela dignidade humana e carrega uma esperança profunda nas novas gerações (Francisca), um esperar e acreditar na força do povo e seus movimentos.

6.5 MOVIMENTOS DE VIDA E LIBERDADE NOS CAMINHOS DO BEM VIVER: FISSURAS POR ONDE BROTA O ESPERANÇAR

O Bem Viver se coloca em contraponto ao desenvolvimento capitalista neoliberal, aportando uma perspectiva de “envolvimento” (FEMINISMO..., 2021), relações vivas onde há lugar a perspectiva do comum que pressupõe diálogos, intercâmbios, lutas interseccionadas e principalmente vivências de encontros, cuidados e afetos. Uma forma de ser e viver inspirada nas sociedades originárias e que encontra ressonâncias em diferentes culturas em muitos lugares do mundo. O Bem Viver se coloca como possibilidade viável, que reconhece as tecnologias como importantes, mas pressupõe diálogos interculturais e o reconhecimento de saberes diversos em uma perspectiva de ecologia de saberes (GUDYNAS, 2011; SANTOS, 2019). Os feminismos que me aproximo aqui contribuem muito com essa dinâmica.

Para a construção de um mundo de Bem Viver é fundamental descolonizar pensamento e ação em todas as esferas da vida, individual e comunitária. Para tanto é

fundamental despatriarcalizar para que todas, todos e todes possamos viver com respeito, equidade e liberdade. Para Rivera Cusicanqui (2010) é preciso pensar a descolonialidade desde o olhar de pensadores e pensadoras do Sul, considerando suas experiências profundas e teorizações. Superar a colonialidade requer a formação de uma subjetividade crítica e consciente, que reconheça nossa multiculturalidade, promovendo uma interculturalidade, ou seja, reconhecendo a diversidade de saberes e a possibilidade de interconexão entre eles. Um diálogo que verdadeiramente produza novas epistemologias, descolonizantes, afirmadas pelo diálogo sul-sul.

O reconhecimento e respeito às diferentes culturas são princípios fundamentais do Bem Viver. Por isso, além de descolonizar e despatriarcalizar, precisamos promover diálogos interculturais. As dinâmicas de solidariedade e construção de redes também contribuem nesses processos, promovendo intercâmbios entre grupos diversos que convergem nos princípios do Bem Viver. Na região de fronteira da UFFS há a presença de culturas diversas, por isso os diálogos interculturais existentes são importantes, mas ainda denotam a necessidade de avanços, o que se coloca como desafio para os movimentos e para a Universidade.

A dinâmica comunitária que move espaços rurais e urbanos é elemento facilitador de mobilização coletiva, como bem afirmam minhas interlocutoras. Comum (comuns) enquanto coletivos que precisam conviver e pensar estratégias e ações de transformação no sentido de afirmar a vida com dignidade. O espaço comum é percebido como formador de identidade e potencializador de solidariedades e autonomia que, como destaca Renata (entrevista), se materializam em **“uma comunidade articulada no campo, você vai ter a troca de ajuda, você vai ter os mutirões, esses laços de solidariedade”**.

Essas dinâmicas revelam um cuidado com vida, onde humanidade e natureza se constituem em um único ser, pressupondo uma perspectiva holística de olhar o mundo. Nessa rota os cuidados com a natureza e com o corpo território presentes no feminismo comunitário, assim como o olhar agroecológico do feminismo popular camponês afirmam uma conexão com os princípios do Bem Viver. As interlocutoras indicam que esses princípios reverberam em uma existência com dignidade para as mulheres e para todos e todes, entendida aqui como liberdade, autonomia, reconhecimento nos múltiplos espaços públicos ou privados, já que nos afirmarmos enquanto seres “em busca de liberdade vida digna é o horizonte para construirmos, no atual contexto mundial, uma visão ética e política

indispensável ao processo de transformação social e cultural na perspectiva da reinvenção do paradigma emancipatório de sociedade” (ZITKOSKI, 2022, p. 113).

A relação das mulheres com a terra está conectada com a perspectiva de vida digna, que também supõem o reconhecimento nas relações de trabalho, bem como nas relações humanas nos espaços de trabalho; a possibilidade de uma vida sem violências; de afirmar sua existência enquanto mulher (empoderamento); espaços de formação (universitária) e lazer como parte fundamental da vida; a afirmação e reconhecimento de seus movimentos (individuais ou coletivos) para os processos de transformação social. A afirmação de vida digna apontada pelas mulheres sinaliza caminhos de Bem Viver.

As interlocutoras ratificam o que reconhecem como princípios fundamentais para uma vida digna para as mulheres. Afirmam as múltiplas faces da dignidade que passa pelos direitos básicos que garantam uma existência como: saúde, educação, moradia, alimentação; passa também pelo respeito às subjetividades e reconhecimento enquanto mulheres potentes e capazes de pensar e agir, de exercer qualquer função na sociedade; pelos direitos que afirmam sua dignidade como a liberdade de decidir sobre seus corpos. Uma vida com dignidade implica sobretudo desconstruir as estruturas patriarcal, capitalista e colonial que sustentam uma sociedade machista, racista, desigual e violenta com as mulheres. Significa lutar em todos os espaços e tempos pelo empoderamento e autonomia, pelo direito aos afetos e à esperança. Exercer o direito ao debate e à ação para romper essas estruturas, o que passa por espaços como a universidade e os movimentos sociais, espaços público-políticos de reflexão e ação, uma práxis (FREIRE 1979; ZITKOSKI, 2022) de transformação. Na mesma perspectiva de uma dignidade humana espalhada, entendemos o feminismo articulado com a universidade como espaços potentes de transformação social, em diálogo profundo podem contribuir com o debate de produção de vida e dignidade. As falas ratificam que a luta por dignidade ainda é pauta viva, ainda carecemos de muito que o conceito carrega.

Reconhecemos uma conexão forte entre o feminismo camponês popular e o feminismo comunitário com a perspectiva do Bem Viver, que se traduz no olhar atento das mulheres em movimento sobre o cuidado com a vida, ao meio ambiente, à “Pacha”, e no reconhecimento do espaço comum (GOERGEN, 2020; FEDERICI, 2020) no sentido de comunidade (CHAUÍ, 2008) como espaço possível de transformação desde a ação conjunta das mulheres e seus movimentos. Movimentos que requerem um olhar atento e amoroso, uma alteridade que reconheça as múltiplas e diversas presenças, as necessidades e as lutas,

assim como as conexões possíveis e necessárias para o processo de transformação em uma percepção holística e interseccional. O “direito de viver em paz” está aqui posto não como paralisia, mas como liberdade e movimento; liberdade de ser, pensar e agir em uma perspectiva humanista e ético-política, com respeito aos seres humanos e natureza; um movimento individual e coletivo que ocupa espaços públicos-políticos, tecem diálogos potentes e transformadores, onde ecoam vozes diversas.

As perspectivas e ações aqui postas se colocam em uma lógica contra-hegemônica e descolonial e, desde as ações individuais, nos grupos organizados e cooperativas produzem pequenas “insurreições” (MBEMBE, 2019), que se compõem em/nas fissuras (WALSH, 2022) desse sistema e podem ser percebidas desde as lutas suleadas de grupos que protagonizam transformações, como é o caso das mulheres feministas com quem dialogo aqui e de tantas outras que pelo mundo gritam e promovem ações por vida digna e liberdade. Fissuras por onde brotam sementes de esperança para que brote novos mundos, novas formas de ser estar, mais coletivas, dialógicas, solidárias e faça florescer o Bem Viver.

Ao pensar o feminismo e seus movimentos nos diferentes espaços, reconhecemos uma interseccionalidade (RIBEIRO, 2015) possível e necessária, pois o que move as mulheres também move as comunidades mais afetadas pelo “monstro das três cabeças”, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (LIMA, 2016; SANTOS, 2019; CUNHA, 2017). A interseccionalidade se conecta com interculturalidade e ecologia de saberes; trocas potentes entre lutas, grupos e saberes distintos que provocam transformações em seu sentido profundo. Portanto, diálogos entre diferentes grupos, organizações e movimentos são necessários para impulsionar mudanças. Lutas específicas são importantes, mas é a força do coletivo que opera as mudanças mais profundas, daí a importância de ecologizar saberes e interseccionalizar as lutas. Trago aqui o reconhecimento de diferentes grupos e suas contribuições, assim como de distintos olhares, que coadunam na esperança de uma sociedade mais humana, conectada com a perspectiva do Bem Viver.

É nas fissuras desse sistema que se faz “monstro” que há de surgir outros, mais democráticos, justos, fundamentados em bases ético-políticas e humanas. Essa é a base sobre a qual buscamos vida. Esses movimentos se dão em espaços e de modos distintos, em forma de resistência e de lutas. Nesse caleidoscópio em ebulição buscamos sementes de esperança. Esperançando estamos em uma sociedade feminista, anticapitalista, antirracista, anti-homofóbica, uma sociedade do Bem Viver. Para Cusicanqui (2010), essa perspectiva está

conectada com a ideia de alteridade dos povos originários “La alteridad indígena puede verse como una nueva universalidad, que se opone al caos y a la destrucción colonial del mundo y de la vida” (CUSICANQUI, 2010, p. 33). Para tanto, precisamos compreender esses processos, provocar fissuras nessas estruturas nefastas para fazer florescer sementes de esperança e vida.

7 UTOPIAS QUE MOVEM SONHOS: PORQUE ESTAMOS EM MOVIMENTOS

Figura 58 – Semeadura corazonada: os 16 Girassóis



Fonte: acervo pessoal. Fonte: LUCIANA HOOPE (2023).

*Mãos de mãe e filha,
momento pleno de
significados...
Semeadura de sementes e
afetos,
resgate da memória,
respeito à ancestralidade...
Semeadura em terra fértil,
território comum,
espaço família e comunidade.
Mãos que já semearam muito,
as da minha mãe ainda mais.
Espaço de aconchego por
onde brota vida.
Semeadura corazonada na
esperança do florescer...*

Enquanto a tese germinava, eu e minha mãe plantamos sementes de girassol, um gesto de resgate das minhas memórias de plantação, de semeaduras, de cuidados e de colheitas já experimentadas, de respeito à ancestralidade com quem aprendemos tanto. Nossa plantação é inspiração para a arte da capa, lindamente construída por Luciana Hoop. Ao resgatar memórias, a intenção de ver minha escrita germinar e florescer plena de significados. Também o girassol é pleno de significados; uma flor que sempre se volta para a luz e que, além da beleza, é tradicionalmente conhecida como símbolo de força e integridade, provocando boas energias. Aqui os girassóis significam cada uma das dezesseis sujeitas, que também fazem florescer essa escrita. A semeadura se fez metáfora em minha tese, um movimento de semeadura coletiva. Assim nasce essa escrita. Diálogos e entrelaçamentos fizeram surgir um broto astuto que se fortificou, não sucumbiu às intempéries e floresceu. Floresceu em fruto semente, colorindo a vida; porque assim a queremos, colorida, irmanada, corazonada e em movimento, nos caminhos do bem viver.

Ao dialogar com mulheres em movimento, de luta e de afetos, afirmo a necessária visibilidade, reconhecimento desses corpos, desses olhares e sentires e de suas lutas. Ao visibilizá-las, presto minha homenagem a elas e a tantas mulheres que por muito tempo

foram ocultadas da história oficial como Tereza de Benguela, Bartolina Sissa, Dandara, Domitila Barrios, Roseli Celeste Nunes da Silva (Rose), às heroínas de Tejucupapo. Faço, também, reverência às mães das mulheres interlocutoras, que deram a mão às filhas, impulsionaram-nas ao movimento e às lutas.

Trazer aqui a temática das violências contra as mulheres é ser justa e coerente com o que me propus; estar aberta às escutas. Uma fala que chegou como grito: precisamos falar sobre a vida roubada das mulheres. Trazer essa temática é, também, lembrar das lutas das mulheres que vieram antes de nós. Lembrar das mulheres operárias, as que morreram queimadas em Nova York e as que deram suas vidas por tantas lutas como Marielle, Rosa Luxemburgo, Rose, Irmã Dorothy, Olga Benário e tantas outras que lutaram por democracia, por liberdade pelo direito à participação política e pela vida das mulheres. É lembrar das tantas que sofrem a misoginia e as violências cotidianas, as que são silenciadas e as que gritam por suas causas diversas, mas unas. Lembrar das mulheres que saíram às ruas num grito coletivo de “Ele Não”, pois a misoginia e o fascismo sempre andam de mãos dadas. Lembrar, também, das lutas diárias, de tantas barreiras enfrentadas e das mulheres guerreiras que são parte da minha vida. Lembrar que nossa luta é cotidiana, porque uma sociedade transformada que garanta direitos e liberdades para todas e todos requer resistência e sororidade! Tantos gritos, que já pensávamos desnecessários, são a linha de frente em nossa sociedade que se permite o retrocesso e afaga o fascismo. O feminismo e as lutas das mulheres são esperança de transformação.

Corpos em movimento produzem energia que se traduz em potencial. Movimentos entrelaçados se constituem em força coletiva. É essa potência que o movimento de conexão e diálogo entre a universidade e o movimento social provoca, uma energia que transforma realidades, quando colocada em uma perspectiva contra-hegemônica, corazonada, acionando práticas de Bem Viver. Essa tese se fez também em movimento, enquanto meu corpo se movia entre os percursos que compõem minha existência.

Figura 59 – Apresentação Isabel em Circo Híbrido, 2018



Fonte: acervo pessoal.

Aciono aqui uma pedagogia do movimento, como impulso para a vida, as lutas, os afetos, os diálogos e conexões que fazem rebuliços em nossa vida e no coletivo. Uma pedagogia do movimento aciona outras pedagogias: da escuta, da palavra, da solidariedade, da alteridade e sororidade. Um impulso transformador que ganha força nas epistemologias suleadas, na ecologia de saberes e no pensamento de fronteira; que se faz ação desde a mística e luta das mulheres e seus movimentos.

Uma vida em comunidade me possibilitou experimentar construções comuns, solidariedades e partilhas. A participação na Pastoral da Juventude me aproximou da política e dos movimentos sociais. A formação em História me conectou com outros mundos possíveis. Desde então, minha condição de sujeita mulher suscitou questionamentos e me colocou desafios. A docência foi uma experiência surpreendente de construção humana e compreensão do poder da palavra e das relações humanas. A maternidade me colocou uma responsabilidade com a vida em seu sentido mais pleno. No mestrado, aproximei-me mais das lutas feministas e seus movimentos. A pesquisa me trouxe a certeza de que eu queria e necessitava mergulhar no pensamento feminista e seus movimentos.

Figura 60 – Mulheres em marcha: Marcha das Margaridas



Fonte: Centro Feminista 8 de março.

*Escrita em vermelho,
Vermelho sangue que corre
nas veias de todas as mulheres
Sangue vermelho da mulher
indígena, negra, branca,
mulher migrante, mulher trans...
Que pulsa nos corpos das
que se movem,
que resistem e insistem.
Vivo sangue das experiências,
derramado nas lutas!
Sangue da mulher que, no fogo,
revela a miséria humana.
Vermelho também é coração,
amor, pulsação e vida.
Nessa mistura de vida,
amor e luta,
encontro o sentido da minha
vermelha escrita.*

Por essas e outras razões esta tese foi escrita originalmente em vermelho. Minha escrita busca carregar outras vozes, com a potência das mulheres de lutas, mulheres em movimentos; vozes que têm o sopro do vento que provoca rebuliços. Falas que esperamos possam ecoar, porque “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir” (RIBEIRO, 2019, p. 64), o que pressupõe uma escuta como exercício solidário e democrático. Fala e escuta se constituem em resistência e luta, além de conhecimento, ciência, afagos e afetos.

Fazer-se no fazer, como dizia Freire. Fiz-me pesquisadora no ato mesmo da pesquisa. Nesse caminho contei com apoios diversos, de pessoas que me orientaram, encorajaram, desafiaram, sugeriram, divergiram, acalmaram, e sobretudo amorosamente me acolheram sempre que precisei. Nesse caminho conheci e dialoguei com pessoas incríveis, que me fizeram apaixonar-me ainda mais pela pesquisa, pela construção de conhecimento, autoras e autores, militantes, poetas e poetisas, cantadores e cantadoras (musicistas). É um caminho de muitas linguagens, que se diga isso com todas as letras, porque é preciso considerar tudo o que move sentimentos e nos impulsiona nessa travessia. Escrever é um exercício de sentipensar, por isso senti essa escrita ao escrevê-la; um envolvimento tal que

me colocou em simbiose. Uma escrita que se mistura com falas de mulheres potentes, por isso afirmo que escrevi com elas, com cada fala reverberando em mim. Um movimento de escuta e escrita, uma escuta que intencionei atenta e amorosa, como “gesto ativo para o encontro feminista” (DINIZ, GEBARA, 2022).

Um feliz encontro com um grupo de pesquisa disposto a construir conexões fortes, tornaram essa caminhada mais linda, propulsora de debates e escritas vigorosas, mas sobretudo carregada de afetos e amorosidade. Compartilhamos espaços de fala e escuta como caminhos de humanização ao possibilitar aproximações, acolhimentos e diálogos fecundos. Compartilhamos ideias e sonhos em encontros diversos, construímos saberes e produções coletivas.

7.1 RESPOSTAS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Minha escrita busca reconhecer o papel da universidade e do movimento social, especificamente os movimentos e coletivos de mulheres/feministas, na desconstrução/superação do “monstro das três cabeças” (capitalismo, colonialismo e patriarcado), compreendendo isso como fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, equitativa que nos conduza a um Bem Viver. O objetivo geral que tracei para esta tese foi:

- Analisar olhares e ações de mulheres em movimento para a formação de subjetividades políticas feministas na perspectiva do Bem Viver, no contexto da UFFS como universidade pública emergente.

Nesse caminho transitei entre quatro grandes eixos temáticos: feminismos, universidade pública, subjetividade política e Bem Viver, buscando fissuras que apontem alternativas possíveis desde as mulheres e seus movimentos de luta, na relação com a universidade pública, como possibilidade de construção de subjetividades políticas feministas e potentes.

O feminismo pensado aqui dialoga com a autoras do “Sul”, em especial com as mulheres do feminismo comunitário e do feminismo popular camponês, perspectivas feministas presentes na Fronteira Sul. Feminismo que se apresenta como luta, mas também

como alegria, esperança e utopia. Compreendo que esses feminismos estão conectados, de alguma forma, pelos fundamentos de suas lutas. Mulheres que se envolvem em lutas diversas, interseccionadas contra o “monstro das três cabeças”, buscando descolonizar, despatriarcalizar e descapitalizar. A luta contra o patriarcado e as opressões do trabalho reprodutivo, que vem sustentando o capitalismo, é outro tema bastante comum para os feminismos popular camponês e comunitário. Movimentos fortemente conectados com a terra, com os territórios, condenando a perspectiva extrativista em defesa da agroecologia. Nessa perspectiva, afirmam a defesa do território corpo e terra. Na luta por emancipação e liberdade comungam uma mística de afetos, corazonada, afirmando corpos vivos e sentipensantes, com o direito à vida em plenitude. Todas essas convergências que aproximam esses feminismos se conectam com a perspectiva do Bem Viver.

Propus-me a construir uma investigação feminista, com disposição de ir a campo com a mente aberta ao diálogo na busca de uma interação com as sujeitas da pesquisa, considerando suas experiências de vida. Apresento minha tese como exercício de pensar uma retomada da perspectiva comunitária, desde a minha própria elaboração.

Defendo aqui a tese de que as mulheres em movimento, conectadas com uma perspectiva popular camponesa e comunitária, acionam uma consciência social e política constitutiva de uma subjetividade potente, humanista, crítica e ético-política. No encontro do movimento e a universidade essas sementeiras encontram o húmus da esperança, da alegria, das lutas, dos diálogos e das ações coletivas, produzindo fissuras em um sistema hegemônico de morte e destruição, fazendo brotar alternativas emergentes, solidárias e dialógicas. Caminhos que indicam o florescer de uma vida com dignidade, emancipação e liberdade. Essas mulheres anunciam, e seus movimentos fazem acontecer um mundo de Bem Viver.

A tese que construí toma por base os diálogos com dezesseis interlocutoras, mulheres de/em movimentos e seus olhares atentos, sensibilidades aguçadas e amorosidade transbordante. Também tomam por base documentos da Universidade e dos movimentos, produções e ações conjuntas.

Uma subjetividade feminista, portanto crítica, consciente e ético-política aciona movimentos de transformação, especialmente quando transita dialogicamente entre movimento social e universidade. A potência dessa subjetividade coletiva se faz presente desde a criação de uma universidade emergente à provocação de diálogos e ações diversas,

interseccionadas na perspectiva da interculturalidade e ecologia de saberes. Uma subjetividade que se coloca com força nas lutas sociais contra o monstro das três cabeças, e faz acontecer o novo, gesta esperança em um mundo de Bem Viver.

Dialogar com mulheres em profunda experiência de existência, afirmar ações, formações e subjetividades transformadoras é o que busquei nesse movimento pensante. Em busca de respostas e mais perguntas, desde o diálogo com minhas interlocutoras e em conexão com a teoria aqui proposta, destaco as respostas encontradas a meus objetivos de pesquisa.

- Constatar presenças e ausências das demandas históricas das mulheres/feministas no contexto da UFFS.

Acerca da UFFS como universidade emergente, é evidente a intenção declarada de considerar o movimento como um sujeito político, onde os diálogos e ações conectadas são de alguma forma normalizadas, naturalizadas no percurso acadêmico. Sinalizo alguns elementos que caracterizam a UFFS como universidade emergente, identificados especialmente no PDI e na página da Universidade, assim nas falas das sujeitas:

Territorialidade espaiada, já que se constitui em seis campus (Erechim, Passo Fundo, Laranjeiras do Sul, Cerro Largo, Chapecó e Realeza) em três estados da região Sul do Brasil.

Fronteiras de diversidade, considerando a diversidade de grupos e identidades que compõem a UFFS (quilombolas, agricultoras/es familiares, indígenas, negras/os, atingidos por barragens, militantes de movimentos sociais diversos (MMC, MST, MAB e outros).

Educação pública, popular e democrática, como fundamento da prática formativa, tendo Paulo Freire como principal referência no PPI e projetos que dialogam com a comunidade.

Currículo ousado/inovador e inclusivo, que possibilita um “percurso de vivências”, assim como um “diálogo com processos sociais” presentes desde a estrutura curricular disposta em domínios distintos (Comum, Conexo e Específico), integrados e conectados entre si (PDI 2019-2023).

Agroecologia como centralidade, claramente presente no PDI e perceptíveis nas falas das sujeitas. Por isso, constituindo-se em espaço de disputas entre hegemônico x contra-hegemônico, agroecologia x agronegócio, evidentes nas falas das sujeitas.

Forte relação com os movimentos sociais, manifesta desde a participação dos movimentos no Conselho Estratégico Social às atividades e projetos integrados com os movimentos sociais.

Comunidade em cogestão, considerando a forte participação da comunidade na gestão, seja pela Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) ou pelos Conselhos (Comunitário e Estratégico Social) articulando o diálogo com a comunidade na construção de políticas educacionais.

Diálogos e intercâmbios com a comunidade, sinalizando a presença de uma ecologia de saberes que se dá especialmente pela extensão.

A ação forte de movimentos sociais organizados foi o que possibilitou a implantação de políticas públicas para atender às demandas dos setores populares no início deste século. A UFFS surge com uma proposta pedagógica e de gestão diferenciadas, possibilitando maior inclusão e aproximação com os movimentos e organizações sociais, que participam inclusive do processo de gestão, assim como forte presença de formação com base na educação popular freireana (UFFS, 2019; Siomara). Nessa perspectiva muitas ações ocorrem por dentro da universidade para dar conta das demandas da comunidade, assim como ações extensivas às comunidades no sentido de conhecer para reconhecer. O caráter inclusivo da UFFS possibilita a presença de estudantes de assentamentos, quilombolas e indígenas, sinalizado tanto no PDI quanto nas falas das sujeitas, demandando também, um diálogo para a diversidade, como destaca Siomara: *“a Universidade Federal da Fronteira Sul, nós costumamos dizer que é uma grande política pública de inclusão, e não só de estudantes, suas variadas etnias, culturas ou de classe econômicas, mas também de professores”*.

Ainda que insuficientes, os números apresentados na seção 2.4 indicando que as mulheres representam 58% de estudantes ingressantes e 72,1% de estudantes concluintes nos programas de pós-graduação, evidenciam que a UFFS, de fato, despertou o interesse das mulheres da região e representou uma possibilidade de continuação ou retorno ao estudo, como afirmam as interlocutoras.

Os dados apresentados na seção 2.4, Tabelas 2 e 3, confirmam algumas falas das minhas interlocutoras de que a gestão ainda é majoritariamente masculina, especialmente

nos altos cargos da gestão. As mulheres exercem mais as posições de menor prestígio, persistindo a condição em que a gestora mulher ocupa funções em que “*carrega o piano, é o onde está o grosso do trabalho*” (Valdete). Também confirmam a fala da Justina sobre a luta pela indicação de uma mulher ao Conselho Estratégico Social (CES), que segue com maioria masculina. Ganha destaque a forte presença das mulheres nos Conselhos Comunitários. De acordo com minha interpretação, entendo que pode estar relacionado ao fato de serem conselhos locais, facilitando a participação das mulheres, que não precisariam se afastar de casa por muito tempo. Podemos sinalizar como um desafio para as mulheres ocupar os espaços até então majoritariamente masculinos e desconstruir um padrão de gestão hegemonicamente masculino.

A UFFS se coloca como espaço possível de diálogos e conexões entre conhecimento acadêmico e conhecimentos e saberes dos movimentos sociais e comunidades populares. Nesse contexto, ela também se coloca como espaço possível de debate sobre as questões que afetam as mulheres e suas demandas. Mais ainda quando há uma presença forte dos movimentos sociais organizados em seu entorno e uma presença mais efetiva dessas mulheres. As mulheres em movimento acionam dispositivos fazendo acontecer diálogos e ações emergentes em uma perspectiva de transformação, manifestas em: grupos de pesquisa (Grupo de Estudos de Gênero), ações (“Mulheres na ciência: que comece o matriarcado”); projetos de extensão (“Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica”; “Formação de Atores sociais a partir da Educação Popular em Saúde”; “Mulheres atingidas por barragens: resgatando saberes e multiplicando saúde”); produções coletivas livros (“Mulheres Camponesas e Agroecologia” e “Jovens na agricultura familiar: gestão e inovação para a sustentabilidade”); componentes curriculares, presenças em Conselhos, eventos (“Mulhere-se”) a outras atividades que abordam as temáticas feministas, além de saúde e agroecologia.

A presença, conexões e intercâmbios entre a Universidade e os movimentos de mulheres/feministas também expõem divergências e conflitos, escancarando a disputa social e os interesses antagônicos que compõem o cenário atual, como é o caso da agroecologia x agronegócio. As mulheres em movimento também evidenciam as ausências das temáticas que afetam as mulheres por dentro da universidade, manifestas especialmente: na falta de uma agenda feminista integrada na universidade; na pouca presença de mulheres nos altos cargos de na gestão e de uma perspectiva feminista nos currículos.

Percebe-se que as mulheres organizadas em movimentos sociais, o MMC por exemplo, ganham destaque ao ocupar espaços na universidade, seja nos conselhos, ou em projetos de extensão e pesquisa. Considerando que a agroecologia é um dos fatores que mais mobiliza as mulheres da região, percebe-se essa disputa por dentro da universidade, nas definições do currículo. A presença das mulheres dos movimentos tensiona as ações por dentro, seja no currículo, ou na gestão.

- Investigar possíveis transformações que a ação de mulheres feministas desencadeia na Universidade, na perspectiva das sujeitas da pesquisa.

Apesar dos entraves estruturais que limitam o debate e colocam as questões feministas como um debate superado ou limitante, as mulheres em movimento encontram fissuras dentro de uma estrutura patriarcal, machista e androcêntrica, dentro de um currículo ainda marcado pela colonialidade que marcam a Universidade, para promover ações de transformação em forma de projetos de extensão articulados aos movimentos sociais, projetos de pesquisa e ou grupos de pesquisa com a temática feminista ou de gênero, engajamento em ações da comunidade, promovendo a ecologia de saberes ao chamar a comunidade para dentro da universidade e se colocando em escuta em seus espaços.

A universidade também se coloca como espaço importante de intercâmbio e articulação entre as mulheres de diferentes movimentos, porque circulam neste espaço, debatem e pensam alternativas em conjunto. Elas provocam movimentos por dentro, desde ações pontuais como performances (Ana Carolina); projetos de pesquisa e extensão (Naira, Solange, Siomara, Vanderléia, Maria Alice); projetos por dentro da Universidade (Gisele, Ana Carolina). Elas são presença forte do movimento dentro da universidade (Francisca, Justina, Adriana), provocam rebuliços e questionam as ações machistas, patriarcais e racistas por dentro da universidade (Gisele, Valdete, Ana Carolina, Francisca).

Por essas razões, compreendo que o feminismo precisa ser currículo, nas mais diferentes formas, seja como disciplina, atividades complementares ou projetos de extensão. O feminismo precisa ser reconhecido com a importância que tem para o enfrentamento e desconstrução do capitalismo, colonialismo e patriarcado. Na UFFS o feminismo se faz currículo nas disciplinas, grupos de estudos, atividades de extensão, em atividades culturais e artísticas, em campanhas e inúmeras ações pontuais, em datas específicas.

- Perceber os limites à ação de mulheres feministas na mudança universitária, em termos de barreiras institucionais, entraves culturais e dificuldades pessoais.

Ainda que a UFFS seja marcada pela forte presença dos movimentos sociais e apresente claramente uma perspectiva humanista, democrática e inclusiva em seus princípios e dinâmicas, a cultura patriarcal que segue entranhada na estrutura social, também reverbera no cotidiano da Universidade, expondo os limites à ação de mulheres feministas na mudança universitária, manifestos desde ocorrências isoladas de machismo em eventos cotidianos à limitações e constrangimentos em ações de pesquisa, bem como na pouca presença de mulheres nos altos cargos de gestão, cabendo a elas, especialmente, cargos subalternos e de menor relevância e muito trabalho. O debate acerca das questões de gênero ainda é percebido com preconceitos como “ideologia de gênero”. A academia ainda é percebida como o “não-lugar” para as mulheres, especialmente em alguns cursos. A universidade ainda não está adequada para acolher as mulheres mães; algumas tentativas de acolher as crianças se realizaram na UFFS, mas ainda bastante limitadas e por iniciativa de alguns cursos.

- Compreender formas pelas quais a formação universitária potencializa a ação política feminista na sociedade.

É possível perceber como a formação universitária potencializa a ação política feminista na sociedade. É evidente, a partir das falas, que a presença de uma universidade emergente na região é transformadora para a vida das mulheres e de todos e todes, que não teriam outra forma de acesso à educação superior. Nesse espaço se potencializa uma subjetividade política feminista, especialmente protagonizada pelas mulheres atualmente engajadas ou que em algum momento estiveram engajadas em movimentos de mulheres/feministas e exercem por meio da docência ou como estudantes um protagonismo por dentro da universidade, no sentido de questionar as estruturas, promover ações e articulações com os movimentos. Também se percebe um movimento daquelas mulheres que, por dentro da universidade, passaram a se envolver com as temáticas feministas. A presença dessas mulheres aciona uma subjetividade feminista, por isso crítica e ético-política fazendo emergir debates, ações e performances que tratam da temática como: combate à

violência contra as mulheres; agroecologia e feminismo; mulheres, autonomia e reconhecimento. As mulheres também ganham espaço na feira ecológica que acontece dentro da Universidade.

A construção de redes de mulheres/feministas por dentro da universidade e fora dela fortalece as lutas. São perceptíveis alguns movimentos existentes nesse sentido por dentro da UFFS, no entanto ainda há um certo isolamento e pouca conexão entre indivíduos e grupos que fazem as lutas. Portanto, elas sinalizam a necessidade de criar/fortalecer as redes por dentro da universidade e com os movimentos.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância e o papel social da universidade pública, reconhecemos o desafio de novas pedagogias. Percebemos indícios da universidade acionando outras pedagogias: pedagogia da escuta, da pergunta, do diálogo e que essa perspectiva é impulsionada pela presença de movimentos sociais como o MMC. Uma perspectiva muito freireana de construção de conhecimento, mas que também dialoga com autoras e autores do Sul. O diálogo e ações articuladas com os movimentos sociais são uma oportunidade da universidade se envolver em uma práxis libertadora.

- Identificar fatores de resistência e empoderamento das mulheres na articulação entre movimento e universidade.

Desde o movimento inicial de sair de suas casas, impulsionadas, muitas vezes, pelas mães, por quererem que as filhas vivessem outras experiências, as sujeitas passam a participar das organizações e coletivos da comunidade como a Pastoral da Juventude. Desde a participação comunitária, o envolvimento com movimentos sociais diversos, em especial movimento de mulheres/feministas do campo e a formação acadêmica. Da conexão entre academia e movimento social insurge uma subjetividade potente, crítica, consciente e feminista que tem gerado movimentos diversos por dentro da universidade, dos movimentos e na comunidade local/regional. Reconheço a força desses processos (trans)formativos como impulsionador de ações individuais e coletivas, de autorreconhecimento enquanto corpos vivos e pulsantes a provocar rebuliços entre as fissuras do sistema.

A presença das mulheres em/dos movimentos e a perspectiva interseccional que fundamenta os feminismos da UFFS, em especial o feminismo popular camponês perpassa os espaços formativos da Universidade e provoca reflexões, debates, pesquisas e ações sobre

as temáticas que afetam as mulheres, como violência, agroecologia, direitos sociais e políticos, no sentido de: acionar uma democracia a acadêmica; da necessidade de ecologizar saberes reconhecendo o saberes das lutas dos movimentos trazendo esses saberes para dentro da universidade, dialogando com conhecimentos científicos; de ocupar os espaços das comunidades, espaços público-políticos, em um movimento de ensinar-aprender, de escuta e anúncio. Nesses processos também percebe-se articulações diversas entre movimentos, grupos e instituições no sentido de construir ações conjuntas, em especial nas atividades de extensão, de mobilização e ação: Universidade e PLP, MMC, MST, MAB, cooperativas, sindicatos, além dos diálogos e ações em comunidades quilombolas e indígenas.

- Construir contribuições teóricas para a ação política da mulher na perspectiva do Bem Viver, a partir das intervenções das mulheres/feministas na universidade, fortalecendo as epistemologias feministas que tematizam a relação entre vida humana e meio ambiente na perspectiva do Bem Viver.

Nos caminhos de participação, mobilização e ação, as mulheres em movimento contribuem com a (trans)formação de uma subjetividade política feminista que, em conexão com a universidade se potencializa acionando epistemologias feministas que tematizam a relação entre vida humana e meio ambiente, produzindo teoria na perspectiva do Bem Viver.

Por fim, o encontro do movimento com a universidade potencializa a sujeita, o movimento e a universidade, põe o conhecimento no chão da realidade, um terreno que desafia e instiga, produz sínteses que se traduzem em outros modos de pensar o conhecimento e a prática, as vivências. Produz experiências de dinâmica e vitalidade. Aciona uma pedagogia do movimento que se materializa na aproximação com movimentos e organizações sociais de luta, como também provoca uma dinâmica subjetiva de impulso à práxis como movimento da consciência e do corpo.

As dinâmicas de (trans)formação humana, acionadas desde a participação social, são produtoras de reflexões, lutas e ações por dentro dos movimentos, e nos diálogos com a universidade, provocam fissuras dentro desse sistema patriarcal/capitalista/colonial e direcionam a um processo de descolonização de corpos e mentes, afirmando uma força contra-hegemônica que se traduz em ecologia de saberes e solidariedades em rede. Esse movimento aponta para outros mundos possíveis, acionando na universidade outras lógicas

que aguçam a capacidade investigativa com questões relevantes para sociedade, como destaca Renata. Ao mesmo tempo, aciona vivências e experiências mais humanas de afetos de diálogos de solidariedade e empatia.

Afirmo aqui a potência dessas mulheres, reverberando o grito das tantas outras, que tentaram calar ao longo da história, mas elas seguem vivas, gritam e se movem, provocam rebuliços. Busquei construir uma conexão forte e respeitosa com minhas sujeitas, atentando ao dito e ao sentido, reverenciando uma história de vida e intervenção social que provocaram e seguem provocando rupturas, inquietações, que reverberam em ações. Aí se coloca um ponto forte de uma metodologia na perspectiva feminista. Elas me fizeram reafirmar o quão inspirador e revigorante é ver, ler, ouvir e sentir, compartilhar.

7.2 DIZERES SOBRE O NÃO PERGUNTADO

Para além de produzir respostas, busco também provocar reflexões compreendendo que, para produzir respostas ao que nos afeta, do que afeta a natureza em suas diferentes formas de vida, é preciso tomar consciência da realidade em suas diferentes dimensões. Encontrei nessa sementeira, pensares, práticas e ações provocativas de fissuras tanto nos movimentos quanto na universidade, mas especialmente na conexão entre esses espaços potentes de formação humana. Percebo a potência da palavra das minhas sujeitas. Nelas encontro uma tese inteira, porque falam de vida e ao sentipensar, afirmam uma existência, questionam uma realidade, emocionam-se, provocam novas indagações a si mesmas.

Da mesma forma, eu recebi respostas surpreendentes, questionamentos, proposições e dizeres sobre a própria pesquisa quando indaguei às sujeitas: “há algo que eu não tenha perguntado e tu consideras importante me dizer?”. As que não destacaram questionamentos, aproveitaram este momento para se colocar à disposição da pesquisa e/ou reconheceram como espaço de autorreflexão.

Siomara questiona sobre “Qual o futuro do movimento feminista aqui nessa região e o movimento de mulheres?” Retorno essa questão para que ela deixe sua percepção: “*O que nós precisamos é atualizar a agenda feminista, incorporando as diferentes realidades das mulheres, e fortalecer os feminismos*” (Siomara). Siomara percebe um futuro promissor para o feminismo na região e a necessidade de pautar o patriarcado como temática de estudos e a importância dos estudos de gênero para aprofundar esse debate.

Para além da produção do conhecimento acadêmico, a construção da tese representou também desdobramentos afetivos para as sujeitas, com momentos de autorreflexão sobre a própria existência e sobre as práticas. Nesse ato, despertam questões adormecidas, e a percepção de que pequenos movimentos provocam abalos nas estruturas, assim como os movimentos e lutas das mulheres precisam ser reconhecidos.

Solange: [...] a conversa contigo está sendo para mim quase que uma catarse, está me trazendo à memória algumas coisas que eu já fazia algum tempo não olhava. [...] precisa tanto desse jeito, dessa pedagogia amorosa das mulheres que estão, especialmente, das mulheres que estão nos movimentos, não no sentido, de novo, do amor ingênuo, mas do amor crítico, no sentido do amor que luta pela vida, que luta por dignidade. Então, eu penso que o mundo carece muito disso [...] Então eu acredito que estudos como o que você está fazendo ajudam a gente a de novo exercitar um aspecto da pedagogia freireana que é o fato, a questão de que nós enquanto seres humanos, essa dimensão ontológica do humano para Freire, nós nascemos para ser mais e não para ser menos.

Francisca reafirma a necessidade de uma universidade pública como espaço democrático, antirracista e de inclusão, onde se estabeleçam parcerias; um espaço onde as diferentes vozes da sociedade possam ser ouvidas, especialmente as historicamente silenciadas, como a das mulheres negras, que precisam ocupar efetivamente esses espaços e se fazerem ouvir, reconhecendo-o como seu lugar delas e sendo reconhecidas nesses espaços. Sinaliza uma perspectiva interseccional de produção de conhecimentos e práticas:

Francisca: Nesses espaços acadêmicos, ainda, nós, as mulheres negras, somos muito poucas. [...] precisamos de pessoas negras dentro dos espaços de poder, espaços de poder, para mim, dentro da academia, é na gestão, é na sala de aula [...] gente precisa de pessoas, de mulheres negras, que tenham a voz negra, entende? Mas que tenham a voz de políticas públicas, a voz da inclusão, a voz da potência, a voz a inserção, a voz da inclusão, para movimentar esses espaços. [...] A invisibilidade dessa população feminina e negra, é ainda uma barreira que nós vamos ter que vencer. [...] os trabalhos acadêmicos estão batendo, estão chegando, tem muita gente boa fazendo pesquisa, mas essas pesquisas, saiam do papel, que elas se tornem ações cotidianas dentro desses espaços.

Sandra apresenta outro desafio às perspectivas interseccionais, usando uma categoria menos abordada ao destacar a necessidade de “entender o interior a partir do interior”, movimento fundamental na compreensão do feminismo popular camponês:

[...] talvez o teu trabalho possa reforçar essa ideia de que nós precisamos sair... a pesquisa precisa descentralizar os olhares. Nós precisamos entender o interior a partir do interior. Eu acho que isso é importante, porque a gente tem ainda uma pós-graduação muito restrita à capital e às regiões metropolitanas, e esse olhar do interior do país é fundamental para conhecer realmente o que acontece, escutar a gente, que sejamos professoras ou que sejam mulheres do campo, mas acho que isso é fundamental. (Sandra)

Adriana sinaliza os desafios em construir o novo, em transformar a realidade, revelando o caráter genocida de alguns posicionamentos políticos em nosso país,

especialmente revelados na pandemia, com o corte de recursos para pesquisas nas universidades. Denuncia o processo de privatização e as limitações que isso vai gerar às gerações futuras:

Adriana: Mas eu acho que os desafios nossos de construir uma perspectiva diferente são muito grandes, só que as contradições evidenciadas pela pandemia também faz com que mude um pouco esse mito que foi construído em nosso país, porque acabam desvelando e revelando a posição concreta de genocídio mesmo, nesse aspecto de não ter um compromisso, tipo: em vez de se investir mais na ciência para que nossas universidades tivessem pesquisa e desenvolvessem uma vacina, se corta praticamente todos os recursos, então não há... e se tenta privatizar todo o possível.

A universidade como espaço de construção de narrativas contra-hegemônicas, é o aponta Daiane ao afirma a necessidade de pensar a agroecologia como alternativa para a humanidade viver melhor:

Daiane: [...] a Universidade tem apoiado bastante a questão da agroecologia, e tem aqueles que não compactuam com a ideia [...] a comunidade acadêmica tem que conhecer essas experiências cada vez mais para poder incentivar e valorizar [...] a gente vai indo aos poucos se diferenciando, buscando essas outras alternativas para poder viver melhor e ficar um pouco mais distante do que é esse agronegócio.

Líria destaca a pesquisa como importante momento de reflexão e o muito que há por fazer sobre o debate de gênero. Também destaca a importante presença do MST como espaço de formação política; as disputas entre agroecologia e agronegócio que perpassam a UFFS e as mulheres pautando a agroecologia:

Líria: [...] em muita coisa ainda a construir e se olhar para o debate de gênero, para a questão específica das mulheres, há muita coisa também a se fazer, eu acho que aqui em Laranjeiras do Sul nós ainda temos um diferencial que é ter um movimento, o MST aqui que nos dá esse apoio, que ajuda nessa perspectiva da formação política. [...] tem colegas que não querem a Agroecologia e é um mestrado em Agroecologia, tem muitas disputas ideológicas [...] Mas as mulheres têm pautado muito isso, essas mudanças, as mulheres que são professoras, as mulheres que são técnicas, as mulheres que são estudantes e as mulheres que são os movimentos sociais, que fazem parte do movimento, que moram perto da universidade ou que ajudaram a construir a universidade, então isso nos dá força. [...] a luta das mulheres é muito presente, é muito forte, e ela tem reflexos diretos na universidade também, e assim eu imagino que a universidade também tem reflexos diretos com essas mulheres que eu me refiro.

Gisele destaca as ações por dentro da universidade, provocando reflexões sobre o papel das mulheres e necessidade de potencializar reflexões e ações. A formação de consciência é processo importante para que as mulheres se valorizem e deixem de ser submissas aos homens e a universidade tem papel fundamental nesse processo:

Gisele: [...] a gente tem que provar do que a gente é capaz, mas eu acredito que vai chegar o momento que a gente não vai precisar mais provar, talvez leve bastante tempo, talvez é uma expectativa enorme, mas eu acredito que isso um dia possa acontecer, mas isso só vai acontecer quando as mulheres se unirem a favor delas mesmas, e pararem de ter esse olhar machista [...] eu acho que o teu trabalho é muito importante, e a

gente precisa fazer esse movimento [...].

A presença dessas mulheres e seus movimentos desafiam a romper as barreiras, provocam fissuras onde a fala, escrita e ações se constituem em anúncio, transformando teoria em práxis por dentro da universidade e construindo um currículo vivo onde possa germinar esperança em um mundo de Bem Viver. Por fim, sinto-me feliz pela opção que fiz nessa tese e para a vida; de pensar as questões que nos afetam e de que modo é possível contribuir com esse debate e diálogos, para que as meninas e mulheres, assim como a humanidade inteira possam viver a liberdade plena em suas formas diversas de ser.

Na intenção de seguir movendo-nos pelas perguntas, destaco questões e desafios que ficam:

- Como traduzir os princípios do Bem Viver em distintas realidades?
- Lembrando Domitila Barrios, como enfrentar nosso inimigo principal, o medo ou os medos, que se transformam em silenciamentos e autoexclusão?
- Qual a melhor forma da universidade dialogar com a comunidade, de modo que não seja invasiva, mas se coloque como ensinante e aprendente?
- Como superar os machismos e outros autoritarismos que ainda vivem na academia e por dentro dos movimentos organizados?
- Como a educação feminista pode perpassar todos os espaços formativos?

A universidade pública precisa se colocar sempre como espaço de provocação, a academia não pode estar descolada da vida, tem sentido conhecimentos ecologizados que provoquem uma consciência crítica e ético-política, que também mova um sentipensar provocando outras lógicas de (re)existência para além das disputas e garantias capitalistas, mais envolvimento do que desenvolvimento, afirmando uma ecologia de saber, pluriépistêmica de escuta e acolhimento. Não basta quantificar presença é preciso acolher essas presenças multiculturais e, em um movimento intercultural, escutar essas presenças, dialogar e construir com elas.

O encontro do movimento social com a universidade se constitui em práxis que potencializa a subjetividade política feminista. Essa afirmação é possível, considerando as histórias de vida, atuação social e política e as subjetividades políticas feministas das minhas sujeitas, que têm provocado fissuras na estrutura patriarcal, capitalista e colonial nos espaços onde atuam, reverberando no todo social. A universidade precisa reconhecer essa dinâmica

como construtora de vida e se colocar em diálogo. Na UFFS, isso significa especialmente ter presente que a Universidade só existe devido à luta dos movimentos sociais e essa relação fundadora deve se reverter em compromisso social no funcionamento da instituição.

Os diálogos e intercâmbios produzidos desse encontro constituem força de transformação tanto nos espaços acadêmicos quanto na comunidade regional e toda a sociedade. Alguns dizeres me parecem importantes. Dizer à essa comunidade da Fronteira Sul o quanto ela é potente, com a presença de movimentos diversos que provocam ações de transformação. Dizer do muito que se fez e se faz, mas também das possibilidades que um diálogo e intercâmbio mais profundo entre diferentes atores e atrizes que compõem esse espaço pode produzir. Temos aqui sinalizações tanto da potência quanto dos limites. Que o germinar dessas sementes requer um olhar atento e cuidadoso, que essas sementes de vida e esperança precisam de cuidado amoroso, de uma acolhida generosa, de coragem.

Dizer às mulheres que em movimento provocam, adubam e revolvem a terra para o germinar mais vida, que dialogam, se mobilizam, em um movimento de reflexão/ação produzem uma práxis potente e transformadora, semente de um Bem Viver. Há muitos desafios, ervas daninhas, por enfrentar para que essa colheita ocorra farta e gere vida em abundância. Uma mística geradora de vida em seus amplos sentidos. Em comum essas mulheres possuem trajetórias que passam pela participação social intensa desde suas comunidades, em especial na Pastoral da Juventude, Movimento Estudantil e movimentos sociais. Compartilham o desejo e sonho de um mundo mais justo e igualitário, de equidade entre homens e mulheres e de uma relação de harmonia e respeito entre seres humanos e natureza. Reconhecem o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo (ainda que menos citado) como sistemas de opressão e dominação em especial para as mulheres. Afirmam a universidade e o movimento social como espaços potentes de formação de subjetividades conscientes e transformadoras. Promovem e ou participam de ações que contribuem com a construção de uma nova sociedade, em uma perspectiva humanista e de bem viver.

Para que possamos seguir amando a vida sem desistir das lutas, como sugere Cora Coralina, mantendo a esperança em outros mundos possíveis, precisamos tecer redes de apoio, semear coletivamente, na certeza de que “quando uma sobe puxa a outra”, porque para as mulheres em movimentos “ninguém solta a mão de ninguém”.

Trazer o feminismo e o Bem Viver como temas centrais para o debate acadêmico, nos desafia a retomar o cuidado com a vida como razão fundamental da produção de

conhecimento e da educação. Esta escrita é dedicada às mulheres que não se deixaram e não se deixam intimidar, nem sequer pelas chamas das fogueiras, e que, como Cora Coralina, fizeram e fazem de sua vida a sua luta, buscando reconhecimento, direitos e liberdades; mulheres que não desistem nem desanimam com as derrotas, muitas vezes sucessivas, com a ausência de eco a seus gritos; que acreditam e sonham com uma sociedade mais humana e justa e, acima de tudo se mantém otimistas, mesmo diante dos cenários mais desalentadores. Pelas mulheres e meninas e seus sonhos, é por elas e pelas que ainda despertarão de seu sono cômodo que vale a luta, a escrita, a palavra, a ação e a esperança.

Esperançar não é espera, é movimento, impulsionando nosso pensar e nosso fazer. Um exercício utópico com pés firmes na realidade vivida. Nesse movimento encontramos energia vital para seguir a sementeira, esperando uma colheita linda e farta. Esperando dias melhores, uma sociedade mais justa, reconhecimento e vida digna para as mulheres e para todos e todas.

Finalizo dizendo “gracias a la vida que me ha dado tanto”, experiências, lugares e pessoas que são parte de mim, pelas parcerias construídas, pela coragem de me/nos colocar em movimento. Prova de que “la vida también regala gente divina de corazón”, como diz Fito Páez na canção *Zamba del cielo*. Que a pulsão que nos coloca em movimento possa sempre provocar insurreições individuais e coletivas capazes de fazer germinar, desde as fissuras desse sistema, formas mais humanas, solidárias, éticas e democráticas de existência da humanidade e natureza, afirmando o Bem Viver como anúncio de outros mundos. Sigamos na inquietude e na esperança, desafiando-nos a cada dia, na construção de um inédito que carregue novos sonhos e utopias, humanizando e poetizando nossos pensamentos e práticas, para fazer florescer mais vida.

RAÍZES: REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, v. 52, n. 2, p. 299-330, jul. 2015.

ALEMANY, Carme. Violências. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 271-276.

ALER - ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE EDUCACIÓN Y COMUNICACIÓN POPULAR. **Las lenguas maternas resisten hoy en nuestra Abya Yala**. Disponível em: <https://aler.org/node/5347>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ALMEIDA, Itamara; PEREIRA DE JESUS, Cleidineide. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. *In*: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antonina Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 75-85.

ALPÍZAR, José Solano. Descolonizar la educación o el desafío de recorrer un camino diferente. **Revista Electrónica Educare**, Heredia, v. 19, n. 1, p. 117-129, ene.-abr. 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AMES, Maria Alice; DAMBROS, Marlei; MOHR, Naira Estela Roesler. Educar em movimentos de extensão universitária. *In*: ROCHA, Humberto José da; BERTO, James Luiz; AMES, Maria Alice Canzi (Orgs). **Jovens na agricultura familiar**: gestão e inovação para a sustentabilidade. Curitiba: CRV, 2016. p. 11-23.

AMES, Maria Alice Canzi. Apresentação “Sob nova direção”. *In*: **Sob nova direção**: um retrato da pandemia. PEDROSO, Maria Inês (Org.). Santa Rosa, RS: Edição do Autor, 2020.

AMES, Maria Alice Canzi. As violências contra mulheres: formas de morrer lentamente, 2021. *In*: ESCUDEIRO, Aroldo (Org.). **Educação sobre a morte**. Blumenau: 3 de Maio, 2021. p. 218.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em 01 fev 2023.

ANTUNES, Leda. Femicídios crescem 16% no período de maior isolamento social no Brasil. **O Globo**. Rio de Janeiro: 09 dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/femicidios-crescem-16-no-periodo-de-maior-isolamento-social-no-brasil-2-24789185>. Acesso em: 11 dez 2020.

ARAÚJO, João Paulo Faria de; ANTIGO, Mariangela Furlan. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, p. 308-335, 2016.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas. Compilação de Ursula Ludz. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ATLAS da Violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BALSANELLO, Geomara. **Autoavaliação: o que dizem os egressos da pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul?**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4395/1/BALSANELLO.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BARRETO, Leticia Cardoso. **"Somos sujeitas políticas de nossa própria história": prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. 2015. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BARRANCOS, Dora. **Historia mínima de los feminismos en América Latina**. 1. ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; LOBATO, Huber Kline Guedes Lobato. Alteridade e diálogo em Paulo Freire. Entrevista com Reinaldo Matias Fleuri. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 12, n. 1, p. 248-270, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2020.48449>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BERGAMO, Mônica. **Em cada 10 mulheres negras, 8 sofreram violência virtual nas eleições em 2020, diz estudo**. Agencia Patricia Galvão. Violência Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/racismo/em-cada-10-mulheres-negras-8-sofreram-violencia-virtual-nas-eleicoes-em-2020-diz-estudo/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BESSA, Braulio. Intérprete: Chico César. **Inumeráveis**. YouTube, 2021. 1 vídeo (0 h 6 min 45 seg). Publicado pelo Canal Chico César, transmitido em 15 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xTKk6N6h5vA>. Acesso em: 20 junho 2021

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BOFF, Leonardo. O viver melhor ou o bem viver?. Publicado em março de 2009. **Gente de Opinião**. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/opinioao/leonardo-boff-o-viver-melhor-ou-o-bem-viver>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 67-88, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.1259>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> . Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **SISU**. Brasília: Ministério da Educação. 2023. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/sisu> . Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação: 2022**. Brasília: Inep, 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Encceja**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>. Acesso em: 07 abr 2022.

BRASIL DE FATO. Movimento de Mulheres Camponesas lança manifesto sobre violência contra a mulher e feminicídios. **Brasil de Fato**, Variedades. Porto Alegre, 23 set. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/23/movimento-de-mulheres-camponesas-lanca-manifesto-sobre-violencia-contra-a-mulher-e-femicidios>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL DE FATO. Professora Conceição Paludo morre aos 68 anos de idade. **Brasil de Fato**, Variedades. Porto Alegre, 03 mai. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/professora-conceicao-paludo-morre-aos-68-anos-de-idade>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURIGO, Joanna. **Patriarcado Gênero Feminismo**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR - Las segovias, 2010.

CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. *In*: MOURA, Iara; PRAÇA, Marina (Orgs.). **Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2018. p. 23-28. Disponível em: http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Outras-EconomiasPACS_WEB.pdf. Acesso em 24 mar. 2023.

CABNAL, Lorena. Sanación, bem viver e a rede da vida. *In*: MOURA, Iara; PRAÇA, Marina (Orgs.). **Outras economias**: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2018. p. 35-39. Disponível em: http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Outras-EconomiasPACS_WEB.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

CABNAL, Lorena. **Sanar de la violencia**. DW Historias Latinas. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U3zVvCafBrs>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CALGARO, Fernanda. ‘Stalking’: Câmara aprova projeto que torna crime perseguir alguém obsessivamente. **G1** - Brasília: 10 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/10/camara-aprova-projeto-que-torna-crime-perseguir-alguem-o-chamado-stalking.ghtml>.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.

CALLE 13 - Latinoamérica. **Porto Rico: Calle 13**, 2011. 1 video (0 h 5 min). Publicado pelo canal elvecindariocalle13, transmitido em 27 set. 2011. Direção: Jorge Carmona e Milovan Radovic. Produtor: Alejandro Noriega. Produtora: Patria Producciones. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DkFJE8ZdeG8>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CÂMARA dos Deputados. BERTHA LUTZ. Biografia. Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/4855/biografia>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CAMPIOLO, Francielli Cristina. O que faz pensar, o que faz sentir: a retórica de Eduardo Galeano na revista brasileira Atenção! (1995-1997). **Repositório Institucional UFSC**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205203>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Descolonizar las luchas: la propuesta del feminismo comunitario. **Mandrágora**, v. 24, n. 2, p. 145-160, 2018.

CEAGRO. **Roda de Conversa: Direitos das Mulheres**. Facebook, 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/Ceagro/photos/a.327060707395295/2390069907761021/?type=3&locale2=ar_AR&paipv=0&eav=AfaGFvonjjdPwXN9MQCHSczKlxxqCunr9m9U6Is00DMnGCx9MR8CZo0y5J77WxR1yxU&_rdr. Acesso em: 25 mai. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madri: Ediciones Akal, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**, año 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **conferência de abertura do Congresso 2021, por Marilena Chauí. Congresso UFBA 22/02/2021**. Disponível: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/o-exercicio-e-dignidade-do-pensamento-o-lugar-da-universidade-brasileira-conferencia. Acesso em: 21 mar. 2023.

CORALINA, Cora. Oferta de Aninha (aos moços). In: CORALINA, Cora. **Melhores poemas**. Seleção de Darcy França Denófrio. 4. ed. São Paulo: Global, 2017.

COSTA, Ana Alice Alcantara. Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005.

COSTA, Karoline. A voz de quem precisa falar mais alto. *In: sextante 57: um país plural*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dia] nov. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/a-voz-de-quem-precisa-falar-mais-alto/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CONVERSA del Mundo - Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos. Bolívia: **Alice CES**, 2014. 1 vídeo (2 h 09 min). Publicado pelo canal Alice CES, transmitido em 12 mar. 2014. Entrevistada: Silvia Rivera Cusicanqui. Entrevistador: Boaventura de Sousa Santos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>. Acesso em: 1 mar. 2023.

CUBAS, Marina Gama; ZAREMBA, Júlia; AMÂNCIO, Thiago. Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. **Folha de São Paulo**, v. 9, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml?utm_source=app&utm_medium=push&utm_campaign=pushfolh&id=1568022828. Acesso em: 09 set. 2019.

CUNHA, Teresa. Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade. *In: HERMIDA, Xoán. [Re]Pensar a Democracia*. Compostela: Obencomún, 2017. p. 101-134.

CUNHA, Teresa; CARVALHO, Claudia Cristina; MOREIRA, Luciana. Saberes feministas: solidariedades Sul/Sul. **Nanduty** (PPGAnt/UFGRD), Dourados, v. 7, n. 11, p. 1-16, 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakay Utxiwa. Uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores. Entrevista concedida a Kattalin Barber**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. Entrevista concedida a Kattalin Barber. Disponível em: <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2019/03/08/bolivia-silvia-rivera-cusicanqui-temos-que-produzir-pensamento-a-partir-do-cotidiano/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Violencias (re)encubiertas em Bolivia**. Santander: Otramérica, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Silvia Rivera Cusicanqui: “Temos que produzir pensamento a partir do cotidiano”. **Agência de Notícias Anarquistas - ANA**. Por Kattalin Barber |

17/02/2019. Disponível em: <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2019/03/08/bolivia-silvia-rivera-cusicanqui-temos-que-produzir-pensamento-a-partir-do-cotidiano/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DATA SENADO - Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. 2021. Senado Federal. Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-2021>. Acesso em: 17 fev 2022.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 463 - 662, nov. 2014.

DIDRIKSSON, Axel. La nueva agenda de transformación de la educación superior en América Latina. **Perfiles Educativos**, México, vol. XXXIV, n. 138, p. 184-203, 2012.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wcP4VWBVw6QNbvq8TngggQk/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ESCHENHAGEN, Maria Luisa. El “Buen Vivir” en las universidades?: posibilidades y limitaciones teóricas. **Revista Integra Educativa**, Colômbia, v. VI, n. 3, p. 89-105, 2013.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y Diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p. (Colección Pensamiento vivo). Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

FARIA, Nalu. Neoliberalismo, pandemia, vidas precárias: desafios para o feminismo. Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/neoliberalismo-pandemia-vidas-precarias-desafios-para-o-feminismo>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Pandemia, Reprodução e Comuns**. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/pandemia-reproducao-e-comuns/>. Acesso em: 19 mai 2020.

FEDERICI, Silvia. **Reencantar el mundo: el feminismo y la política de los Comunes**. 1 ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo** (v. 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FEMINISMO, comuns e ecossocialismo | SILVIA FEDERICI e SONIA GUAJAJARA. São Paulo: Boitempo, 2021. 1 vídeo (1 h 58 min). Publicado pelo canal Boitempo, transmitido em 10 mar. 2021. Mediadora: Ivana Jinkings. Palestrantes: Silvia Federici e Sonia Guajajara. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zYa_RP5BuZc. Acesso em: 30 mai. 2022.

FERRAZ, Amanda. **Este guia de 1950 dá 18 dicas para mulheres serem “boas esposas”. A última é um insulto!**. Awebic. 19 mai. 2023. Disponível em: <https://www.awebic.com/guia-boa-esposa-1950/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

FIORI, Ernani M. **Educação e política**. Textos escolhidos (v. 2). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FRANCO, Marielle. Discurso - Vereadora Marielle Franco. Sessão: Ordinária. Expediente: 2ª Parte do Grande Expediente. **Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 08 mar. 2018. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/cd266fdef87ea5fc8325824a006d079d?OpenDocument>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 01 jun. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/> Acesso em: 29 jun. 2020.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária: 2020.

FREITAS, Taís Viudes de. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lúcia da; TITO, Neusa. **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAINSFORTH, Emma. A epidemia e a necessidade de construir um pensamento da fragilidade (por Emma Gainsforth). Tradução: Claudete Lampert Gruginskie/Revisão: Pâmela Marconatto Marques. **Sul21**, 12 de abril de 2020. O Artigo original foi publicado em Dinamopress (<https://www.dinamopress.it/news/1-epidemia-e-il-bisogno-di-costruire-un-pensiero-sulla-fragilita/>).

GALEANA, Tessa. Feminismo Comunitario: 7 Lecturas que necesitas tomar en cuenta. **LUNA - Escuela de Pensamiento Feminista**. 2020. Disponível em: <https://www.lunaepf.com/2020/01/20/feminismo-comunitario-7-lecturas-que-necesitas-tomar-en-cuenta/>. Acesso em: 02 mar. 2023

GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización**. La Paz: Mujeres Creando, 2013.

GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar**. In: Jornadas Andinas de Literatura JALLA, La Paz, Bolivia: 2016. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Maria Galindo em 13 ago. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AJKzPGWrY-U>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GARGALLO CELENTANI, Francesca. **¿Es posible estudiar los feminismos de las mujeres indígenas sin censuras occidentales? Un acercamiento a los feminismos de Abya Yala**. 2013. Conferência organizada pelo Centro de Estudios Teorías Críticas y Prácticas Emergentes en América Latina da Universidad de Cuyo. Disponível em: <https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/feminismo/no-occidental/es-posible-estudiar-los-feminismos-de-las-mujeres-indigenas/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

GARGALLO CELENTANI, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

GARGALLO CELENTANI, Francesca. Feminismo como ação política. Entrevistada por Flora Daemon Natascha Castro. In: GERALDES, Elen Cristina Geraldes *et al.* (Orgs.). **Um grito no ar: comunicação e criminalização dos movimentos sociais**. Brasília: FAC-UnB, 2017. p. 113-126.

GARGALLO CELENTANI, Francesca. Feminismos desde Abya Yala. Entrevista a Francesca Gargallo. **Periodico desdeabajo** [S.l.:s.n.], 2012. 1 vídeo (17 min 30 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MSCZm5brTh8>.

GARCIA. Sâmia de Christo. **TRT-RS participa da campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres"**. In: TRT-RS. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª

Região. Porto Alegre, 01 dez. 2020. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/411034>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GARZÓN MARTÍNEZ, María Teresa. Oxímoron. **Blanquitud y feminismo descolonial en Abya Yala**. Descentrada: Revista interdisciplinaria de feminismos y género, vol. 2, núm. 2, 2018. Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos sociais e universidade: rupturas e inovações na construção da cidadania**. 2000. 230 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GENRO, Maria Elly Herz. Educação do sujeito político na universidade. *In*: LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz; BRAGA, Ana Maria e Souza. **Inovação e pedagogia universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 139-152.

GENRO, Maria Elly Herz; MAFFEI, Henrique Safady; CAVALCANTE, Márcia Helena Koboldt. Universidade emergente: integração latino-americana e a contribuição da UNILA. **SURES, Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - UNILA**, n. 11. 2018.

GENRO, Maria Elly Herz; ZITKOSKI, Jaime; ARENHALDT, Rafael. Projetos emergentes de universidades no Brasil: análise de algumas experiências. *In*: GENRO, Maria Elly Herz; ZITKOSKI, Jaime; ARENHALDT, Rafael (orgs.). **Universidades emergentes no Brasil: olhares e experiências Sul-Sul**. Porto Alegre: Cirkula, 2021. p. 71-85.

GERMANO, Douglas. Maria da Vila Matilde. *In*: **A Mulher do Fim do Mundo**. Intérprete: Elza Soares. Circus, 3. out. 2015.

GIOVANAZ, Daniel. Mercedes Sosa é mais relevante do que nunca, diz autora da 1ª biografia da cantora em português. **Brasil de Fato**, São Paulo: 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/24/mercedes-sosa-e-mais-relevante-do-que-nunca-diz-autora-da-1-biografia-da-cantora-em-portugues>. Acesso em: 03 mai. 2023.

GOERGEN, Pedro. *In*: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (org.). **Universidade e Currículo: perspectivas de educação geral**. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

GOERGEN, Pedro. Educação e democracia no contexto do capitalismo neoliberal contemporâneo. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 1-16, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.2.36221>. Acesso em: 04 abr. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, n. 11, p. 41-70, out. 2007.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. A cada hora quatro meninas com menos de 13 anos são estupradas no Brasil. **El País, São Paulo**, v. 11, 10 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/10/politica/1568134128_017016.html?. Acesso em: 30 set. 2019

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert. **Universidade pública e sujeito político: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais**, 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert; GENRO, Maria Elly Herz; SFREDO MIORANDO, Bernardo Sfredo. Construindo a subjetividade política: contribuições para pensar a universidade como espaço de formação. **Educação em Perspectiva**, v. 9, n. 3, p. 734-749, 2018.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert; SFREDO MIORANDO, Bernardo; GENRO, Maria Elly. Contribuições dos movimentos sociais para revigorar a universidade pública: a potencialização da subjetividade política. **Educação, Sociedade & Culturas**, (61), 31–50. <https://doi.org/10.24840/esc.vi61.432>, 2022. Disponível em: <https://www.up.pt/journals/index.php/esc-ciie/article/view/432>. Acesso em: 29 abr. 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento - ALAI**, n. 462, p. 1-20, fev. 2011.

GUERRILLA Materna. **Feminismo Comunitario, Crianza Comunitaria**. Blogspot. 2014. Disponível em: <http://guerrillamaterna.blogspot.com/2014/08/feminismo-comunitario-crianza.html>. Acesso em: 25 mai. 2023.

GUZMÁN, Adriana. Entrevista ao Portal Catrinas. Adriana Guzmán: o Feminismo Comunitário Antipatriarcal é ação política, não teoria. **Portal Catarinas**. 2 mar 2021. Por Vandrezza Amante e Morgani Guzzo. Disponível em: <https://catrinas.info/adriana-guzman-o-feminismo-comunitario-antipatriarcal-e-acao-politica-nao-teoria/>. Acesso em: 03 mar.

2023

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019b.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019c.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. **Agência de Notícias**, 2017. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em: A 14 jan. 2019.

JASPER, James M. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación. **Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad**, v. 4, n. 10, p. 46-66, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** Pesquisa e organização por Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver.** Organização Bruno Maia. 2021. Disponível em: <https://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Caminhos-para-a-cultura-do-Bem-Viver>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LAGARDE, Marcela y de los Ríos. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** México: UNAM, 2005.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **O Comum**: um ensaio sobre a revolução no século 21. Tradução: Renan Porto.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. **Aprendizagem e consciência social na universidade**. 1990. 192 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Raquel. **Monstro das Três Cabeças**. Resumo Poético da 1ª Aula Magistral do Prof. Boaventura de Sousa Santos. Tema da Aula: Epistemologias do Sul: desafios teóricos e metodológicos”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5bJOHcPBqOQ> & feature=youtu.be Acesso em: 25 out. 2019.

LÖWY, Michel. “Gripezinha” o neofascista Bolsonaro diante da epidemia. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 147-151.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. *In*: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antonina Kroth; COLLET, Zenaide. **feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MACEDO, Fausto. O aumento da violência doméstica em tempos de covid-19. **Estadão**, São Paulo, 01 abr. 2020. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-aumento-da-violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MACHADO, Ana Maria Netto. **Pânico da folha em branco?** Para entender e superar o medo de escrever. Disponível em: http://www.janehaddad.com.br/arquivos/folha_em_branco.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

MARCARINI, Camila Tomazzoni. **As sujeitas políticas e a formação na universidade**: encontros de mulheres estudantes da UNE 2003–2015. Orientadora: Maria Elly Herz Genro. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARIA Bethânia. Não mexe comigo. *In*: Oásis de Bethânia. 2012. Gravadora Biscoito Fino. 1 DVD-ROM.

MARKO, Katia; REINHOLZ, Fabiana. “A unidade das mulheres é fundamental para avançar na luta feminista por igualdade”. **Especial Mulheres**. Brasil de Fato RS, Porto

Alegre, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/03/29/a-unicidade-das-mulheres-e-fundamental-para-avancar-na-luta-feminista-por-igualdade>. Acesso em : 22 ago. 2023.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 5-35, jan-abr. 2009.

MARTINI, Giovanna; BATISTA, Elissandra. Elza Soares, a cantora brasileira do milênio. **Rádio UFPA**, Belém: 25 mar. 2022. Disponível em: <http://radio.ufpa.br/index.php/memoria-musical/elza-soares-a-cantora-do-milenio/>. Acesso em: 23 abr 2023.

MARTÍNEZ, Yekuana. ¡La Revolución en la casa!. **Plataforma Comunicacional Feminista “La 5ta Ola”**. Venezuela: 29 abr. 2020. Disponível em: <https://medium.com/especial-ella-en-cuarentena/la-revoluci%C3%B3n-en-la-casa-1a84cb76b093>. Acesso em: 04 maio 2020.

MEANA SUÁREZ, Teresa. **Porque las palabras no se las lleva el viento**: por un uso no sexista de la lengua. Valencia: Ayuntamiento de Quart de Poblet, 2002.

MBEMBE, Achille. **Poder brutal, resistência visceral**. São Paulo: n-1 edições, 2019. (Série Pandemia).

MEZADRI, Adriana. “A unidade das mulheres é fundamental para avançar na luta feminista por igualdade”. Entrevista de Katia Marko e Fabiana Reinholz. **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/03/29/a-unicidade-das-mulheres-e-fundamental-para-avancar-na-luta-feminista-por-igualdade>. Acesso em: 17 fev. 2022

MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina I.; GASPARETO, Sirlei Antoninha K.; PULGA, Vanderleia. A mística feminista camponesa e popular no MMC. *In*: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antonina Kroth; COLLET, Zenaide (Org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 171-189.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MMC Alagoas. Perfil. Facebook. Alagoas, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/mmcalagoas>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MMC Brasil - página oficial. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>. Acesso em: 01 mar. 2023

MMC Brasil. Movimento de Mulheres Camponesas. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas - Brasil. **Uma Afirmação de Muitas Histórias**. Documento Tese do MMC. Brasília, 2004. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/livros-e-cartilhas/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

MMC Brasil, **Feminismo Camponês e Popular**. Produção: Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil; Diagramação: MDA Comunicação Integrada; Impressão: Passografic. 2018. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf. Acesso em: 31 mai. 2022.

MMC Brasil - Movimento de Mulheres Camponesas. Campanha nacional sementes de resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação. 2020. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/campanha-sementes-de-resistencia/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MUNARINI, Ana Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela Piovezani. A Luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitas de direitos. *In*: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antonina Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 33-47.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR., Vicente; GALLO, Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 184-189, 2014.

NEVES, Sofia. Investigação feminista qualitativa e histórias de vida: a libertação das vozes pelas narrativas biográficas. *In*: MAGALHÃES, Maria José; LIMA CRUZ, Angélica; NUNES, Rosa (Eds.). **Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação através de histórias de vida**. Lisboa: Ela por Ela, 2012. p. 69-81.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **OIT: Recuperação incerta e desigual é esperada após crise sem precedentes no mercado de trabalho**. Brasil, 24 jan. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_767317/lang-pt/index.htm. Acesso em: 03 fev. 2023.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

PALMA, Milagros. **Simbólica de la feminilidad: la mujer en el imaginario mítico-religioso de las sociedades indias y mestizas**. Equador: Abya Yala, 1993.

PALUDO, Conceição. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PAREDES, Julieta. Julieta Paredes debate a força das mulheres indígenas e o feminismo comunitário. 2020. Artigo de Vandrezza Amante. **Catarinas**, 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. **El tejido de la rebeldía: ¿qué es el feminismo comunitario?** Mujeres Creando Comunidad. La Paz: Moreno Artes Gráficas, 2014.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. *In*: ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PINTO, Vera. Carlos Drummond de Andrade é tema aula gratuita de poesia. **Correio do Povo**, Porto Alegre: 23. set. 2020. Foto: Evandro Teixeira [S.I.]. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/artegenda/carlos-drummond-de-andrade-%C3%A9-tema-aula-gratuita-de-poesia-1.485256>. Acesso em: 24 mai. 2023.

PITASSE, Mariana. Marielle Franco | “Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo”. **Brasil de Fato**, 15 mar. 2018. Política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/marielle-franco-or-ser-mulher-negra-e-resistir-e-sobreviver-o-tempo-todo>. Acesso em: 19 dez. 2019.

PORTO AGUIAR, Vilenia Venancio. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margarida. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 15, ed. esp., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 03 mai. 2023.

PRIBERAM. Dicionário. **Holística**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hol%C3%ADstica>. Acesso em: 27 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Bien vivir?: entre el ‘desarrollo’ y las des/colonialidad del poder. *In*: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Compilação de Danilo Assis Clímaco. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 847-859.

QUINO (Joaquim Salvador Lavado). **Mafalda e seus amigos**. v. 8. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUINO. Mafalda. Todas las tiras (edición limitada): Todas las tiras/ Collected Cartoons. Lumen Gráfica. 2011.

QUINO. Mafalda: Todas as Tiras. Edição português. São Paulo: Martins Fonte, 25 agosto 2016.

QUINO. Mafalda: Femenino Singular. Lumen Gráfica. v. 1. 2018.

RAADH, RAADH. Manual pedagógico sobre el uso del lenguaje inclusivo y no sexista. **Breviario en Relaciones Internacionales**, n. 44.

REIS, Vilma. “Comecem a produzir floresta como subjetividade, como uma poética de vida”, diz Ailton Krenak a plateia portuguesa. **Amazônia Real**. Manaus. 03 dez. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/comecem-a-produzir-floresta-como-subjetividade-como-uma-poetica-de-vida-diz-ailton-krenak-a-plateia-portuguesa/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RODA VIDA | Ailton Krenak | 19/04/2021. São Paulo: TV Cultura, 2021. 1 vídeo (1 h 32 min). Publicado pelo canal Roda Viva, transmitido ao vivo em 20 abr. 2021. Apresentadora: Vera Magalhães. Entrevistado: Ailton Krenak. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtpbCuPKTq4>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **As mulheres na sociedade de classes**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do Direito. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, nº 24, mar. 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTIAGO, Claudia. 8 de Março nasceu com luta por pão e paz. **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/08/8-de-marco-nasceu-com-luta-por-pao-e-paz>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SBARDELOTTO, Diane. #FIQUE EM CASA: elas sempre estiveram lá. **Arteversa**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/artevera/fiqueemcasa-elas-sempre-estiveram-la/>. Mais obras de Louise Borgeois podem ser vistas em: <https://www.moma.org/artists/710?locale=pt%3E>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533#tex>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SEGATO, Rita Laura. Manifiesto en cuatro temas. **Critical Times**, Durham, v. 1, n. 1, p. 212-225, 2016.

SEVERINO, Joaquim. A emancipação dos povos colonizados na proposta educacional freiriana: decolonização e interculturalidade. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 106-120, 2021.

SEVERINO, Joaquim António. Por um projeto insurgente e resistente de decolonialidade da universidade latino-americana. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, 48, p. 99-116, 2020.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Independently published, 2019.

SOLON, Pablo. Es posible el Vivir Bien? Fundación Solon, 2016. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/213302.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SOSA, Mercedes. Vieras abiertas. *In: Vengo A Ofrecer Mi Corazón*. Gravadora Philips Records, 1985. 1 CD ROM.

SUL 21. Onda feminista no Chile: por que as mulheres estão ocupando as universidades?. Porto Alegre, 19 mai. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2018/05/onda-feminista-no-chile-por-que-as-mulheres-estao-ocupando-as-universidades/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SUPRANI, Laura. Pesquisa mostra que 76% das mulheres brasileiras já foram vítimas de violência ou assédio no trabalho. **O Globo**. Rio de Janeiro: 10. dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/pesquisa-mostra-que-76-das-mulheres-brasileiras-ja->

foram-vitimas-de-violencia-ou-assedio-no-trabalho-24789563. Acesso em: 11 dez 2020.

TERRA, Joyce; TERRA, Ana. **Essa mulher**. In: Essa Mulher. Interprete: Elis Regina. 1979. 1 CD-ROM.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todos e todes. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó**, 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031>. Acesso em: 25 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2018 (prorrogado). 2017**. Chapecó. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/planos-anteriores. Acesso em: 21 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023. 2019**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional. Acesso em: 15 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. Campus Laranjeiras do Sul - O trabalho das mulheres na agroecologia. 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/imagens/19112020-o-trabalho-das-mulheres-na-agroecologia>. Acesso em: 20 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Relatório de Autoavaliação Institucional: ano-base 2020**. Chapecó, 2021. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/UFFS/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/relatorios-autoavaliacao/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2020-uffs>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Mulhere-se**. 2021b. Evento On-line. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/eventos/evento_uffs-1614689691.1. Acesso em: 25 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **História**. Chapecó, [2023]. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia. Acesso em: 23 abr. 2023.

UPMS - UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **O que é a UPMS?** Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/em-destaque.php>. Acesso em: 25 jul. 2020.

VELASCO, Clara *et al.* Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. **G1-Monitor Da**

Violência, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-jas-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghm>. Acesso em: 11 dez. 2020.

VESSONI, Eduardo. Conheça os rituais do Dia da Pachamama, a festa mais famosa dos Andes. **Uol**, São Paulo: 01 ago. 2021. Nossa viagem. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/08/01/conheca-os-rituais-do-dia-da-pachamama-a-festa-mais-famosa-dos-andes.htm>. Acesso em: 23 mai. 2023.

WALSH, Catherine. Decolonialidad, interculturalidad, vida desde el abya yala-andino: notas pedagógicas y senti-pensantes. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (Comps.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014. p. 47-78.

WALSH, Catherine. **Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re)existir y (re)vivir**. 2017 alter/nativas. Acesso em: 10 mar. 2023

WALSH, Catherine. Entrevista con Catherine Walsh: pensar-sentir-actuar desde y con los gritos y las grietas en América Latina. **Revista Estudos Culturais**, São Paulo, 2019.

WALSH, Catherine. Abertura do V Colóquio Internacional Diálogos Sul- Sul. **II Congresso internacional de pesquisa e práticas em educação (CONIPPE)**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wfbz3kHKa9w>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire e uma nova filosofia da educação**. Porto Alegre: CirKula, 2022.

APÊNDICE A – Roteiro básico de questões para entrevista

Eixo 1: Subjetividade política

1. Como se deu o teu encontro com o movimento ou a luta feminista? Como seguiu presente em tua história de vida? *(Me fala um pouco dessas tuas experiências...)*
2. Tu poderias relatar experiências em que a perspectiva feminista guiou a forma como te posicionaste politicamente? *(Posicionamentos, ações que foram motivadas pela tu perspectiva feminista...)*

Eixo 2: Feminismo

3. Que experiências de ação feminista se relacionam com tua trajetória na universidade? Há atividades acadêmicas que tu podes trazer como exemplo?
4. Que questões mobilizam mulheres no contexto da região de abrangência desse campus da UFFS?

Eixo 3: Universidade Pública

5. Que possibilidades a Universidade representa para as mulheres da região? *(Em termos de trajetória individual e de conscientização sobre as questões que afetam as mulheres e ações para superação)*
6. De quais agendas de ação política feminista na universidade/tua área tu tens tomado conhecimento e/ou participado? Existe alguma memória dessas atividades? *(Como acessar os registros?)*

Eixo 4: Bem Viver

7. Quais as preocupações que as mulheres da região expressam sobre sua relação com a Terra? *(Território, meio ambiente e vida no planeta...)*
8. Como tu percebes ou experimentas diálogos, intercâmbios e solidariedades entre mulheres oriundas de diferentes realidades da região? *(Indígenas, quilombolas, do campo, da cidade e outras realidades...)*
9. O que tu entendes como perspectiva de vida digna para as mulheres, a partir do diálogo com as mulheres da região?

Questão geral: Como tu percebes que estão tematizadas na universidade as questões que afetam as mulheres da região?

Questão aberta: Há algo que eu não tenha perguntado e tu consideras importante me dizer?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: Mulheres em movimento na universidade pública: feminismo e formação de sujeitas políticas para o Bem Viver

PESQUISADORA: Me. Claudete Lampert Gruginskie

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Maria Elly Herz Genro
(Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

* Required

Natureza da pesquisa

Esta é uma pesquisa que tem como finalidade analisar olhares e ações de mulheres ligadas a movimentos feministas/de mulheres no contexto da UFFS em busca de contribuições para a formação da subjetividade política feminista na universidade pública na perspectiva do Bem Viver.

Este projeto foi aprovado por banca de qualificação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Participantes da pesquisa

Participarão desta pesquisa cerca de quinze mulheres envolvidas em ações de defesa dos direitos das mulheres no contexto universitário nos seis municípios onde há câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo, tu serás entrevistada a partir de um roteiro semiestruturado de questões. A entrevista será gravada para posterior transcrição. A entrevista ocorrerá através de videoconferência. Tu podes te recusar a participar e tens a liberdade de desistir a qualquer momento. Sempre que quiseres mais informações sobre este estudo, podes entrar em contato com a equipe da pesquisa.

Confidencialidade

Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, com a publicação de uma tese de doutorado e possível publicação veículos científicos como livros, periódicos e anais de eventos. As informações coletadas nesta investigação serão identificadas ou não conforme o interesse das participantes. Para tanto, gostaríamos de saber como preferes que sejam tratados seus depoimentos em entrevista.

Preferência de identificação *

- Prefiro que meu nome seja divulgado na pesquisa, possibilitando o meu reconhecimento pelas minhas declarações.
- Prefiro que minha participação seja confidencial, identificando trechos da minha entrevista apenas com um pseudônimo.

Contato

Caso queiras entrar em contato sobre a pesquisa, podes escrever a qualquer momento para claudlampert@gmail.com.

Desde já, agradecemos tua atenção e participação.

Consentimento Livre e Esclarecido *

- Entendi os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de participação.
- Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar

Nome: *

Your answer

Local e data: *

Your answer

Sobre a entrevista

As questões da entrevista tratam da tua trajetória e das tuas perspectivas com relação a posicionamentos políticos, condições de vida das mulheres, universidade e condições de vida digna.

Custos

Tua participação neste estudo não envolverá qualquer custo adicional, assim como não receberás nenhum tipo de pagamento pela tua participação.

Benefícios

O benefício direto às participantes envolve o reconhecimento de sua atuação político-pedagógica, a promoção de seus temas de atuação, a defesa de seus princípios éticos e a aprendizagem por reflexão formativa a partir de diálogos estabelecidos acerca de suas experiências.

A tese e demais publicações resultantes da pesquisa buscam sistematizar a contribuição de pessoas como as participantes para a promoção de qualidade digna de vida, a partir da perspectiva feminista.

Riscos

Os únicos riscos aos quais as participantes estarão sujeitas estão relacionados à opção pela preservação da autoria de suas declarações pela pesquisa. Neste caso, os riscos são os mesmos de qualquer manifestação pública. Esses riscos serão encaminhados conforme o item a seguir.

APÊNDICE C - Visita de campo (Campus Passo Fundo)

A viagem

Em 25 de novembro de 2022, fui a campo conhecer de perto essa grande e potente Universidade. O contato se deu no Campus Medicina da UFFS, localizado em Passo Fundo. O dia amanheceu lindo e partimos de Arvorezinha, eu e minha amiga Divanei, minha companheira de viagem e motorista, a quem agradeço a parceria. Estava muito animada com a possibilidade de, finalmente, conhecer um campus da UFFS.



Ao chegar, logo percebemos a beleza do lugar e as boas energias que ali circulavam. Fomos recebidas pelo professor Jaime Giolo, ex-reitor da UFFS, a quem agradeço imensamente a acolhida, acompanhamento e as muitas informações acerca da Universidade. Ele nos acolheu em sua sala e nos apresentou um estudo muito interessante que realizou sobre o curso de Medicina da UFFS, com dados importantes sobre o curso como a inclusão das classes populares, já que o curso reserva cerca de 90% das vagas para estudantes de escolas públicas; a presença de quase quatrocentos estudantes e mais de trezentas residências; recebe estudantes de diversos estados do país e já se formaram seis turmas do curso. Na sala, também conhecemos e conversamos com outro professor da Universidade.

A UFFS por dentro



Logo na entrada se percebe um espaço lindo, agradável, aconchegante e acolhedor. Um espaço projetado em forma circular nos passa a impressão que por ali se fazem diálogos. O professor Jaime e a professora Vanderléia nos falam com entusiasmo sobre a Universidade.

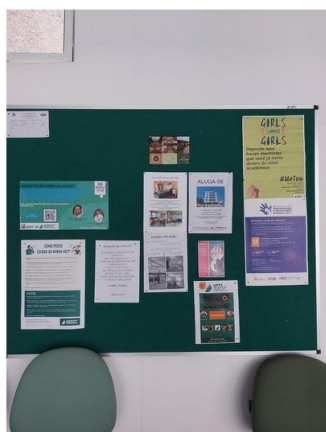


O professor Jaime nos mostrou toda a estrutura da Universidade, seus diversos laboratórios (todos bem equipados), salas de aula, espaços administrativos, o Diretório de Estudantes (espaço pequeno, mas bem estruturado e aconchegante) e o auditório. A Universidade é constituída de uma estrutura impecável. Chama atenção os diversos espaços de convivência distribuídos no prédio, que é novo e foi construído especialmente para a UFFS.

Visitamos, também, salas de aula onde conversamos com estudantes, que pareciam bastante entusiasmados e muito à vontade naquele lugar.



Murais falam de saberes que circulam



Os murais dizem muito do que se pensa e dos diálogos que circulam pela Universidade; dos diálogos antirracistas à experiências de inclusão. Ação de denúncia e combate ao machismo, afirmando que debates feministas circulam por esses espaços.



A UFFS e seu entorno: espaços de convivência



O pátio da Universidade é amplo, com espaços à sombra das árvores para convivência da comunidade universitária e das pessoas que por ali circulam. É destaque, também, o pátio aberto, sem cancelas de entrada ou saída.

Galpão de tertúlias



No espaço externo também se destaca o galpão de tertúlias que está sendo construído como espaço de convivência e celebrações festivas.

Após conhecer o galpão de tertúlias, acompanhamos o professor Jaime ao restaurante que, em parceria com a Universidade, oferece almoço aos estudantes.

Ambulatórios: presença e ação na comunidade



À tarde, conhecemos os ambulatórios, que em convênio com o SUS e em parceria com hospitais prestam atendimento à comunidade, onde verificamos muitas pessoas em atendimento. Nesse complexo, destaca-se o Ambulatório do Índio.

Universidade em obras



Também se destacam as inúmeras obras que estão em andamento no câmpus, com reformas de prédios antigos que pertenciam ao exército, mas agora pertencem à UFES. Dentre os prédios em reforma e/ou construção estão mais um prédio de salas de aula e um para biblioteca.

Universidade em diálogos e intercâmbios

Tive a sorte e a honra de poder participar, ainda que somente no início, do seminário “Rede de Apoio à Mulher Vítima de Violência e suas atribuições em defesa dos seus direitos”²¹ promovido pela Associação das Promotoras Legais Populares de Passo Fundo,

²¹ Rádio Planalto. **Seminário na sexta-feira terá debate sobre a rede de apoio à mulher vítima de violência.** Matéria e imagem disponíveis em: <http://rdplanalto.com/noticias/62555/seminario-na-sexta-feira-ter-debate-sobre-a-rede-de-apoio-a-mulher-vitima-de-violencia>. Acesso em: 28 nov 2022.

que contou com a participação de representantes de toda a comunidade, bem como da Universidade.



[com imagens enviadas pela professora Vanderléia]

Participaram do evento vereadoras, agricultoras, líderes comunitárias, advogadas, representantes da delegacia da mulher, professoras e militantes feministas, entre outras/os. Mulheres e homens, mas a grande maioria mulheres que ali estavam para demarcar o dia mundial de luta pela eliminação da violência contra as mulheres, constituindo uma rede de apoio e luta contra as violências diversas e buscando alternativas coletivas. O evento ocorreu nessa data para demarcar o “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”²² e a campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher,

²² 25/11 – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres: “Alaranjar o mundo: acabar com a violência contra as mulheres, agora!”. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/25-11-dia->

sugerida pela ONU. A data é alusiva ao assassinato brutal das irmãs Mirabal, em 1960, pelo ditador Rafael Trujillo, da República Dominicana²³.

Mesmo com o pouco contato com estudantes e servidores, foi possível perceber um bem estar nesse lugar, a boa relação entre estudantes, professores e a conexão com servidoras/es terceirizadas/os. Pude reconhecer uma comunidade simpática e acolhedora, já descrita pelo professor Jaime e que, segundo ele, é reconhecida quando chega nos hospitais.

internacional-para-a-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres-alaranjar-o-mundo-acabar-com-a-violencia-contra-as-mulheres-agora/. Acesso em: 28 nov 2022.

²³ “**Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**”. Disponível em: <https://www.calendarr.com/brasil/dia-internacional-para-a-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 28 nov 2022.

**APÊNDICE D - Revisão de trabalhos de conclusão de curso atinentes à temática
mulheres/feminismo defendidos na UFFS 2015-2022**

Disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1DApSCWdP-9RpJU8ENGNw9prxZrq2DNiLJAZz2PlIwdI/edit?usp=sharing>

APÊNDICE E - Participação em atividades e eventos da UFFS

1. AVALIA UFFS 2021

Data: 14 à 17 de setembro de 2021
(<https://www.youtube.com/watch?v=RTyr9aBj2c0>).

Comunicado recebido via e-mail:

A transmissão será realizada pelos seguintes canais:

Canal da CPA da UFFS no

Youtube <https://www.youtube.com/channel/UCpijqfLVu290lztU18splQ>

Sala da CPA no WEBEX <https://uffs.webex.com/join/cpa.uffs>

Facebook UFFS ao Vivo <https://www.facebook.com/uffsaovivo>

Nos dias das atividades nos campi o acesso será pelos mesmos canais do Facebook, pelo Youtube e também pelo Webex (de cada campus, conforme abaixo).

Campus Erechim: <http://uffs.webex.com/meet/secoc.er>

Campus Chapecó: <https://uffs.webex.com/join/cpa.ch>

Campus Laranjeiras do Sul: <http://uffs.webex.com/join/eventos.ls>

Campus Passo Fundo: <https://uffs.webex.com/meet/UFFScampuspassofundo>

Campus Cerro Largo: <https://uffs.webex.com/meet/cpa.cl>

Haverá certificação de 30 horas.

Coordenador do Evento: Comissão Própria de Avaliação da UFFS

E-mail: cpa.uffs@uffs.edu.br

Observações: Durante o evento AVALIA 2021, foi possível perceber a importância dada pela universidade aos processos avaliativos, assim como um amplo processo de avaliação dos cursos que marca pela disposição em dialogar com a comunidade de forma participativa acerca do funcionamento dos cursos e suas propostas curriculares. Destaco o Curso de educação do Campo que realizou a avaliação do curso inclusive propondo diálogos dos estudantes com suas comunidades, uma vez que a maioria dos estudantes são indígenas. Outros cursos evidenciaram a importância da avaliação participativa, que foi realizada de formas diversas.

2. Atividade do Grupo de Estudos de Gênero a convite da professora Liria Andrioli (Coordenadora)

Data: Em 22 de setembro de 2021

Atividade: Apresentação e debate do curta-metragem Nefasto
(<https://www.youtube.com/watch?v=nFDbjMZNuO4>) com o diretor Igor Bergmann

Tema: Masculinidades

Observações: Foi um debate riquíssimo destacando a importância do tema e do filme para a promoção desses debates. Minha participação se deu no sentido de parabenizar o Igor pela produção do filme e ao grupo de Estudos de Gênero por trazer esse debate tão importante. Destaquei o quanto o filme é forte e lindo pela potência que traz, pela denúncia

e certamente pelo anúncio a partir dos debates que já está suscitando. Ele traz um debate importantíssimo e que felizmente tem sido feito, ainda que timidamente, pelos homens também. Vivemos tempos sombrios de sofrimentos diversos, mas algumas pessoas sofrem mais o preconceito, as violências. Vivemos ainda um patriarcado e um colonialismo que estabelecem padrões de gênero binários. É um debate que precisa ser feito em todos os espaços, se queremos construir uma sociedade onde seres humanos possam viver mais felizes, possam desenvolver sensibilidades e valores que nos fundamentam enquanto humanidade no sentido de produzir novas feminilidades, conscientes, resistentes e novas masculinidades^[1], não tóxicas, sensíveis e dialógicas. Enfim, desconstruir todos os preconceitos que geram sofrimentos para não mais reproduzir violências. Questionei quanto às referências utilizadas para pensar essas questões e a disponibilidade do filme para que possamos divulgar.

A professora Liria destacou que na UFFS há disciplinas que tratam da temática; uma optativa em Gênero e Agroecologia e na educação do Campo - Gênero e diversidade no campo, também optativa.



3. Participação como ouvinte em bancas de TCC a convite da Prof.^a Ana Carolina

Evento: Defesa de TCC – Tânia afirma ter sido importante a participar no Grupo de Estudos Feministas (coordenado pela professora Ana Carolina), pois agregou muito no processo de escrita e toda perspectiva feminista que, associada ao que já tinha antes, potencializou muito.

4. LIVE de Pré-lançamento do documentário *No quintal de Rosalina*

Data: 7 de maio de 2021

Um evento muito significativo com a participação da própria Rosalina e também de Justina Cima.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tovw7jqXRoo>.

Mais informações: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/variedades/documentario-no-quintal-de-rosalina-relata-trajetoria-de-cabocla->

ANEXOS

ANEXO 1 - Eventos UFFS com a temática mulheres e/ou feminismo

Disponível em:

<https://chasquebox.ufrgs.br/public/6ec51a>

ANEXO 2 - Quadro ações feministas na UFFS

Disponível em:

https://docs.google.com/document/d/1kf_Q4zW7inwGjMU_ApYiy6tLcBVliGYY/edit